**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

VIVIAN NANI AYRES

**Da sala de leitura à tribuna: livros e cultura jurídica em São Paulo no século
XIX**

Versão corrigida

**São Paulo
2019**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

**Da sala de leitura à tribuna: livros e cultura jurídica em São Paulo no
século XIX**

Vivian Nani Ayres

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História Econômica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marisa Midori Deaecto

Versão corrigida

**São Paulo
2019**

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): VIVIAN NANI AYRES

Data da defesa: 10/10/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): MARISA MIDORI DEAECTO

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plena-mente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/01/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A985s	<p>AYRES, Vivian Nani Da sala de leitura à tribuna: livros e cultura jurídica em São Paulo no século XIX / Vivian Nani Ayres ; orientador Marisa Midori Deaecto. - São Paulo, 2018. 475 f.</p> <p>Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.</p> <p>1. História do Livro. 2. Inventário post-mortem. 3. São Paulo. 4. Século XIX. 5. Cultura jurídica. I. DEAECTO, Marisa Midori, orient. II. Título.</p>
-------	--

Nome: AYRES, Vivian Nani

Título: Da sala de leitura à tribuna: livros e cultura jurídica em São Paulo no século XIX.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Rogéria, Celso, Olívia, Vitor, Leonardo e André com
amor e gratidão eternos.

Agradecimentos

Por mais solitário que seja um trabalho de pós-graduação, não é possível realizá-lo sem a contribuição de inúmeras pessoas, seja direta ou indiretamente. Assim, começo agradecendo aos meus pais, Rogéria e Celso, por tudo que fizeram por mim durante toda a minha vida. Agradeço meu irmão, Vitor, por ter compartilhado comigo grande parte das minhas experiências, e à minha irmã, amiga e parceira, Olívia, por todo apoio e solidariedade. Agradeço, também, à minha família e amigos pelo amor e compreensão, inclusive em relação às minhas inúmeras ausências durante os anos da pesquisa.

Agradeço à Marisa Midori Deaecto, minha orientadora, por incontáveis motivos: primeiramente, pela sugestão do tema – que considero um verdadeiro presente –, mas também pelas leituras cuidadosas, indicações, ensinamentos, oportunidades e paciência, ao longo desses anos. Faço uma menção especial ao seu esforço em fazer com que meu estágio de pesquisa, em Paris, se realizasse em meio a instituições e estudiosos tão importantes, que tanto contribuíram para o meu trabalho, assim como para a minha vida. Deixo aqui toda a minha gratidão e reconhecimento.

Agradeço a Lincoln Secco que, desde os meus primeiros passos na graduação, esteve presente e contribuiu fundamentalmente para a minha formação. Poderia enumerar centenas de motivos factuais para agradecê-lo, mas ressalto o aspecto que considero o mais importante: sua vocação incontestável como professor, ou seja, sua capacidade de conduzir o processo de aprendizagem de seus alunos, orientando as reflexões, sem deixá-las se acorrentar. Agradeço por isso, pois, acredito que a humanidade precisa, mais do que nunca, de pensamento crítico. Assim, registro o meu agradecimento e minha admiração.

Sou imensamente grata a todos os professores que, em momentos diversos, atravessaram minha trajetória, deixando dezenas de ensinamentos que seriam difíceis de expressar em poucas linhas. Início agradecendo nominalmente a Plínio Martins Filho, que com seu enorme conhecimento e amor pelos livros, se tornou uma importante referência para mim. Agradeço, especialmente, a Ana Luiza Martins, Tânia Maria Bessone, Samuel Rodrigues Barbosa e José Flávio Motta pela participação nas minhas bancas de qualificação, que foram momentos muito especiais da pesquisa, dada a generosidade, interesse e sugestões inestimáveis. Agradeço a Frédéric Barbier que me acolheu na École Pratique des Hautes Études com tanto cuidado e atenção, e a Sabine Juratic, que me recebeu em sua conferência na École Normale Supérieure. Agradeço aos professores da École Nationale des Chartes, em especial, a Patrick Arabeyre, Katia Weidenfeld e Christophe Gauthier. Aproveito a oportunidade para agradecer à direção da École

Nationale des Chartes e, especialmente, a Amélie de Miribel, encarregada das relações internacionais, que me proporcionou todas as facilidades possíveis, e a Zineb Bechar, assistente da direção de estudos, que me auxiliou nas questões práticas de meu estágio.

Agradeço enormemente a André Tomio Lopes Amano. Não tenho como listar as suas contribuições – elas não caberiam aqui – assim, resta-me dizer que sem a sua amizade, companheirismo, solidariedade e suporte, esse trabalho não teria acontecido. Minha eterna gratidão! Agradeço, também, a Guiomar Silva Lopes e a Takao Amano pelo apoio inestimável, ao longo da pesquisa, bem como por suas lutas durante a vida, às quais nosso país deve tanto, embora, muitas vezes, não seja merecedor.

Deixo minha gratidão, carinho e admiração a Eduardo Bellandi e Ciro Seiji Yoshiyasse.

Agradeço aos demais companheiros do GMarx, e, em especial, àqueles que estiveram mais próximos, e contribuíram de muitas formas com a minha pesquisa e formação: Rosa Rosa Souza Rosa Gomes, Jullyana Luporini de Souza, Camila Djurovic, Carolina Ramos, Joana Salém, Fernando Sarti Ferreira, Eduardo Januário, Fernando Camargo, Iuri Barros, Felipe Castilho de Lacerda, Carlos Quadros e, à nova geração, Adriana Marinho, Marcela Proença, Amanda Beatriz e Beatriz Bau. Agradeço também a Fabiana Marchetti, companheira desde os tempos da graduação, que compartilhou comigo tantos momentos, angústias e aprendizados.

Agradeço aos funcionários dos arquivos em que pesquisei, pois tive a sorte de encontrar pessoas atenciosas e dedicadas, que facilitaram em muito a minha pesquisa. Nesse sentido, deixo uma menção especial a Tarcio Sandro Nascimento Silva que, desde a minha iniciação científica sempre se esforçou para me auxiliar, e a Aparecida Sônia Francisco, ambos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, cuja cooperação foi fundamental no longo período que passei consultando os inventários post-mortem. No mesmo sentido, não tenho palavras para expressar meu agradecimento a Angela Margarete Caniato, Coordenadora da Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e a Angélica Vicente que fizeram todo o possível para disponibilizar a documentação necessária, e para me auxiliar na busca de alguns processos de difícil identificação. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no qual a pesquisa se realizou, e à FAPESP, que financiou meus estudos desde o início, possibilitando a sua realização (Processo nº 2015/11823-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP).

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração apresentou-se, pois, como um personagem embaraçoso, complexo, frequentemente inédito. Admiti-la no seio do nosso ofício não pode representar um simples jogo, a costumada ampliação do estudo e da curiosidade. Tão pouco se trata de uma escolha, de que a história seja a única beneficiada. Para o historiador, aceitá-la equivale a prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma inversão de pensamento, a uma nova concepção do social. Equivale a familiarizar-se com um tempo que se tornou mais lento, por vezes, até quase ao limite da mobilidade.

Fernand Braudel (A longa duração, *História e Ciências Sociais*)

Resumo

Investigar os livros presentes nas residências paulistanas, na segunda metade do século XIX, é um caminho para se compreender a história da cidade. De que forma a sua presença poderia revelar aspectos da estrutura e da superestrutura vigentes, assim como indicar as transformações operadas? Qual papel esse tipo de impresso cumpriu nessas transformações? Essas são as perguntas, inspiradas nas proposições de Lucien Febvre, que tentamos responder com a presente pesquisa. São Paulo do começo do século XIX não se parecia em nada com a cidade na qual se transformaria ao final da centúria. A trajetória dos livros, que tantos obstáculos enfrentou, encontrou na criação da Academia de Direito, em 1827, um terreno fértil para a sua expansão. Mas, assim como ocorreu com a instituição na qual pode frutificar, o universo livresco demorou a deitar raízes e se restringiu a um grupo seleto de leitores. No entanto, ele cumpriu uma importante função, inclusive quando a crescente economia cafeeira reposicionou a cidade em escala nacional e internacional. A análise dos livros presentes nos inventários *post-mortem* e os debates em torno da cultura jurídica, sobretudo em relação à ideia de direito natural, refletem esses processos e ajudam a melhor compreender a dinâmica das mudanças vivenciadas na capital paulistana, no século XIX.

Palavras-chave: História dos livros; inventários *post-mortem*; São Paulo; século XIX; cultura jurídica.

Abstract

A way to understand the Sao Paulo history is analyzing the books present in paulistano's homes in the second half of the twentieth century. How their presence can reveal aspects of structure and superstructure by that time as well as indicate changes? How those books have influenced these changes? Based on Lucien Febvre propositions, the intention is to answer these questions in this research. Sao Paulo of the beginning of nineteenth century had nothing to do with the city it became in the end of this same century. The difficult book circulation in Brazil found in the establishment of Law School a breeding ground to its expansion. Yet the book universe took long to put down roots and restrained itself to a small group of readers as it happened to the institution where it grew. Even so the book universe played an important role when the growing coffee economy put the city of Sao Paulo in a new position in national and international level. The analysis of books present in the post-mortem inventories and the debates about legal culture, mainly about natural rights, reflect these processes and help understand better the dynamic of changes lived in the paulista capital in the nineteenth century.

Keywords: History of books; post-mortem inventories, São Paulo; nineteenth century; legal culture.

Índice de Imagens, Quadros, Tabelas e Gráficos

Imagens

Imagem 1 - O circuito das comunicações.....	17
Imagem 2 - Nota da Casa Pedro P. Bittencourt encontrada no inventário de Francisco Honorato de Moura	46
Imagem 3 - Folha de rosto da obra <i>Collecção das posturas da Camara Municipal da Imperial cidade de São Paulo</i>	49
Imagem 4- Nota da Casa Garraux encontrada no processo de Luiz Pereira de Campos Vergueiro	117
Imagem 5 - Folha de rosto de <i>Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia</i>	124
Imagem 6 - Folha de rosto da obra <i>Repertório geral ou indice alphabetico das leis do imperio do Brasil</i>	164
Imagem 7 - Relação dos livros pertencentes ao inventário de Hypólito José Soares de Souza	175
Imagem 8 - Folha de rosto de <i>Traços biográficos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero</i>	227
Imagem 9 - Capa do processo de inventário <i>post-mortem</i> de José Maria de Avelar Brotero e Anna Dabney de Avelar Brotero	230
Imagem 10 - Pintura de José Maria de Avellar Brotero	240
Imagem 11 - Folha de Rosto do <i>Princípios de Direito Natural</i> , de José Maria de Avellar Brotero	249
Imagem 12 - Desenho de João Theodoro Xavier	279
Imagem 13 - Testamento de João Theodoro Xavier	287
Imagem 14 - Trecho do inventário <i>post-mortem</i> de João Theodoro Xavier	289
Imagem 15 - Subscrição no <i>Farol Paulistano</i>	290
Imagem 16 - Reforma da avaliação dos livros de João Theodoro Xavier	292
Imagem 17 - Anúncio de <i>Theoria Transcendental do Direito</i>	304
Imagem 18 - Frontispício do jornal <i>Diabo Coxo</i> , de dezembro de 1864.....	316
Imagem 19 - Retrato de João Theodoro Xavier	316
Imagem 20 - Folha de rosto da <i>Theoria Transcendental do Direito</i>	321
Imagem 21 - Trecho inicial do artigo sobre Karl Marx no <i>Correio Paulistano</i>	352
Imagem 22 – Fotografia de José Maria Correa de Sá e Benevides	379
Imagem 23 - Lição litografada de Direito Natural.....	396
Imagem 24 - Detalhe da última página das <i>Lições de Direito Natural</i>	397
Imagem 25 - Vista em direção ao Largo São Francisco	397
Imagem 26 - Detalhe da última página da 53ª lição de Direito Natural – Hino Acadêmico	398
Imagem 27 - 1ª lição do <i>Apontamentos de Direito Natural</i>	403
Imagem 28 - Folha de rosto da <i>Analyse da Constituição Política do Império do Brasil</i>	415
Imagem 29 - Capa do livro <i>Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal</i>	450

Quadros

Quadro 1 - Nota da Casa Pedro P. Bittencourt encontrada no inventário de Francisco Honorato de Moura	44
Quadro 2 - Relação dos processos de inventário <i>post-mortem</i> produzidos em São Paulo entre 1870-1890.....	72
Quadro 3 - Quadro geral dos processos com livros.....	84
Quadro 4- Processos por volumes de livros.....	93
Quadro 5 - Nota da Casa Garraux encontrada no processo de Luiz Pereira de Campos Vergueiro	115
Quadro 6 - Nota da Casa Garraux encontrada no inventário de João Ribeiro dos Santos Camargo	119
Quadro 7 - Biblioteca de Antônio Louzada Antunes	123
Quadro 8 - Biblioteca de Jesuíno Augusto dos Santos de Mello	127
Quadro 9 - Biblioteca de Joaquim Pires de Albuquerque.....	130
Quadro 10 - Biblioteca de Francisco Lourenço de Pinho.....	132
Quadro 11 - Livros de Miguel de Tulio.....	133
Quadro 12 - Biblioteca de José Antônio Thomaz Romeiro.....	134
Quadro 13 - Biblioteca de Luiz Pacheco de Toledo.....	142
Quadro 14 - Biblioteca de Francisco Salles Ayres.....	143
Quadro 15 - Notas comerciais relativas à livros presentes no inventário de Avelino Marcondes da Silva	144
Quadro 16 - Biblioteca de João Baptista de Oliveira	145
Quadro 17 - Biblioteca de José Pinheiro da Terra	145
Quadro 18 - Biblioteca de Angelo Carlos de Abreu	148
Quadro 19 - Inventários sem profissão indicada.....	153
Quadro 20 - Despesas com os órfãos no processo de Joaquim Martins de Vasconcellos Silva	155
Quadro 21 - Despesas com os órfãos no processo de José Antônio de Araújo Ribeiro	155
Quadro 22 - Despesas com os órfãos no processo de Joaquim Machado Ferreira Bastos	155
Quadro 23 - Despesas com os órfãos no processo de José Gomes Leal.....	156
Quadro 24 - Processos dos juristas sem indicação de temas	165
Quadro 25 - Bibliotecas com indicação dos temas das obras	166
Quadro 26 - Nota da Grande Livraria Paulista encontrada no processo de Antônio Pinto do Rego Freitas	168
Quadro 27 - Processos de juristas com bibliotecas descritas	169
Quadro 28 - Biblioteca de Hypolito José Soares de Souza.....	170
Quadro 29 - Biblioteca de Hildelfonso Xavier Ferreira	176
Quadro 30 - Biblioteca de Bráulio Timotheo Urioste	183
Quadro 31 - Biblioteca de Anacleto José Ribeiro Coutinho.....	185
Quadro 32 - Biblioteca de Camillo Gavião Peixoto.....	186

Quadro 33 - Biblioteca de Clemente Falcão Souza Filho.....	195
Quadro 34 - Biblioteca de Ernesto Júlio Bandeira de Mello	211
Quadro 35 - Resumo dos bens de José Maria de Avellar Brotero	231
Quadro 36 - Biblioteca de José Maria de Avellar Brotero	232
Quadro 37 - Legado do herdeiro Frederico Dabney Brotero	237
Quadro 38 - Autores e títulos citados no <i>Princípios de Direito Natural</i>	271
Quadro 39 - Bens deixados por João Theodoro Xavier.....	288
Quadro 40 - Biblioteca de João Theodoro Xavier.....	293
Quadro 41 - Obras citadas em <i>Theoria Transcendental do Direito</i>	311
Quadro 42 - Livros legados ao co-herdeiro de José Maria de Avellar Brotero, José Maria Corrêa de Sá e Benevides	390
Quadro 43 - Lista de obras indicadas por José Maria Corrêa de Sá e Benevides para o estudo do Direito Público.....	451

Tabelas

Tabela 1 - Processos de inventário <i>post-mortem</i> por ano	75
Tabela 2 - Grupos de Riqueza.....	98
Tabela 3 - Número de volumes de livros X Valor do monte-mor.....	99
Tabela 4 - Nacionalidade dos proprietários de livros	100
Tabela 5 - Nacionalidade dos brasileiros proprietários de livros	102
Tabela 6 - Nacionalidade dos autores das obras encontradas	105
Tabela 7 - Volumes por temas	107
Tabela 8 - Profissão dos proprietários de livros.....	111
Tabela 9 - Grupos de riqueza entre os proprietários	113
Tabela 10 - Grupos econômicos entre os médicos	125
Tabela 11 - Grupos econômicos entre os comerciantes	139
Tabela 12 - Grupos econômicos dos juristas	162
Tabela 13 - Autores que mais aparecem no <i>Princípios de Direito Natural</i>	275

Gráficos

Gráfico 1 - Índice de processos por ano X Processos com menção a livros por ano	76
Gráfico 2 - Porcentagem de processos com livros por ano.....	76
Gráfico 3 - Volumes de livros encontrados por ano.....	91
Gráfico 4 - Média de volumes de livros por biblioteca, por períodos de três anos	92
Gráfico 5 - Porcentagem de processos por volumes de livros	97
Gráfico 6 - Processos de inventário com livros por grupos de riqueza	98
Gráfico 7 - Nacionalidade dos proprietários de livros estrangeiros	102

Gráfico 8 - Volumes de livros por idioma (porcentagem).....	103
Gráfico 9 - Portugueses e brasileiros X franceses (porcentagem).....	105
Gráfico 10 - Porcentagem das obras por temas.....	107
Gráfico 11 – Período de vida dos autores citados em <i>Princípios de Direito Natural</i>	274
Gráfico 12 - Idioma das obras da biblioteca de João Theodoro Xavier	300
Gráfico 13 - Período de vida dos autores encontrados na biblioteca de João Theodoro Xavier	302

Sumário

Introdução: A posse privada de livros e os inventários <i>post-mortem</i>	16
PARTE I - LIVROS E LEITORES EM SÃO PAULO: CIRCULAÇÃO E POSSE	35
Capítulo 1 – O comércio em São Paulo (1827-1850)	35
1.1. Algumas palavras preliminares sobre a Biblioteca da Academia de Direito e formas alternativas de acesso aos livros.....	37
1.2. O comércio de livros revelado nos inventários <i>post-mortem</i>	42
1.3. Os anúncios de jornal (1827-1850).....	47
1.4. Os “substitutos”	59
Capítulo 2 – Os livros na cidade de São Paulo através dos inventários <i>post-mortem</i>: aspectos quantitativos	65
2.1. Algumas palavras sobre os inventários <i>post-mortem</i> de São Paulo no século XIX.....	65
2.2. Dados gerais sobre os inventários	69
2.3. Livros esparsos ou bibliotecas?	78
2. 4. Livros X Riqueza	83
2.5. A origem dos proprietários de livros	100
2.6. Os idiomas das obras e nacionalidade dos autores	103
2.7. Os livros por temas	106
2.8. Atuação profissional e posse de livros.....	109
Capítulo 3 – Os livros e as bibliotecas nas residências paulistanas	112
3.1. Os proprietários	113
3.2. Os profissionais liberais	125
3.3. Os comerciantes.....	139
3.4. Os eclesiásticos.....	143
3.5. Cargos públicos	146
3.6. Patentes militares.....	152
3.7. Processos sem profissão indicada.....	153
3.8. Os livros nas despesas dos órfãos.....	154
Capítulo 4 – A sala de leitura: as bibliotecas dos juristas	161
4.1. Aspectos gerais da categoria juristas	161
4.2. Algumas palavras finais	212
PARTE II - O DIREITO NATURAL E A CULTURA JURÍDICA	214
O direito natural e a cultura jurídicas: algumas palavras à título de introdução	214
Capítulo 5 - Os primeiros lentes	227
5.1. José Maria de Avellar Brotero.....	227

5.2. Brotero e a Academia de Direito	237
5.3. O compêndio de direito natural	247
5.4. Os referenciais teóricos de <i>Princípios de Direito Natural</i>	271
Capítulo 6 – A caminho da metrópole	278
6.1. João Theodoro Xavier.....	278
6.2. A fortuna de João Theodoro Xavier	285
6.3. A biblioteca de João Theodoro.....	293
6.4. João Theodoro e as Arcadas	313
6.5. A <i>Theoria Transcendental do Direito</i>	319
6.5.1. O direito natural	326
6.5.2. A religião, a moral e os problemas sociais.....	335
6.5.3. O Estado.....	341
6.6. O governo de João Theodoro Xavier	354
6.7. João Theodoro: o paladino do progresso	366
Capítulo 7 – Entre a cruz e a espada	368
7.1. Sá e Benevides: um verdadeiro tipo de fidalgo	377
7.2. A “biblioteca desaparecida” de Sá e Benevides	388
7.3. As armas de combate: as palavras e os livros. Sá e Benevides e a Academia de Direito	391
7.4. As <i>Licções de Direito Natural</i> e os <i>Apontamentos de Direito Natural</i>	394
7.4.1. O direito natural de Sá e Benevides: a complexa relação entre Igreja e Estado	400
7.5. Entre o arcaico e o moderno: o combate às novas ideias.....	416
7.6. A defesa das tradições: o Brasil e sua vocação agrária.....	422
7.7. A distância entre a teoria e a prática: a instrução pública	431
7.8. Direitos sim, mas não para todos.....	438
7.9. Algumas palavras sobre a “biblioteca portátil” de Benevides	445
Conclusão	455
Fontes	459
Referências bibliográficas	463

Introdução – A posse privada de livros e os inventários *post-mortem*

No prefácio de *O Aparecimento do Livro*, de 1958, obra que significou um verdadeiro divisor de águas nas pesquisas sobre a história desse objeto tão singular,¹ Lucien Febvre afirmava que o seu propósito era tentar responder algumas questões: “o Livro, que necessidades satisfaz, que tarefas cumpriu, a que causas serviu ou prejudicou?”² Situando seu surgimento como resultado de um processo de transformações, sobre as quais ele próprio teria cumprido um importante papel, o autor definia nos seguintes termos as suas intenções:

A finalidade desta obra e, esperamos, sua novidade será definir a importância desse papel; estabelecer como e por que o livro impresso foi algo completamente diferente de uma realização técnica cômoda e de uma engenhosa simplicidade – a atualização de um dos mais poderosos instrumentos de que pôde dispor a civilização ocidental para concentrar o pensamento disperso de seus representantes, conferir toda a eficácia à meditação individual dos pesquisadores, ao transmiti-la logo a outros pesquisadores; reunir, segundo a conveniência de cada um, e sem demora nem dificuldades, nem despesas, esse concílio permanente de grandes espíritos de que falou Michelet em termos imorredouros; conferir-lhe um vigor centuplicado, uma coerência completamente nova e, por isso mesmo, um poder incomparável de penetração e de irradiação; assegurar, num tempo mínimo, a difusão das ideias através de todo o domínio ao qual obstáculos de escrita e de língua não proibem o acesso; criar, além disso, entre os pensadores e, além de seu pequeno círculo, entre todos os que usam o pensamento, novos hábitos de trabalho intelectual: numa palavra, mostrar, no Livro, uma das formas mais eficazes desse domínio do mundo.³

Nesse sentido, e destacando no mesmo prefácio o título que não conseguira impor a Henri Beer, diretor da coleção – “O Livro a serviço da História” –, Lucien Febvre delineava a estrutura da obra, que foi redigida pelo jovem Henri-Jean Martin, lançando assim as bases do que viria ser a economia do livro. A partir dessa perspectiva, os autores consagraram uma nova tradição historiográfica, que passava a considerá-lo como um objeto portador de um duplo caráter – suporte material de ideias, mas também, mercadoria sujeita às formas históricas de produção e distribuição de riquezas – analisando, por esse prisma, as relações e interferências recíprocas entre os movimentos que envolviam essas duas faces do livro.

¹ Sobre a importância de *O Aparecimento do Livro* e do movimento de renovação intelectual no qual ele se inseriu, ver: DEAECTO, Marisa Midori. Prefácio à 2ª edição brasileira. In: FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 11-34; BARBIER, Frédéric. Escrever o aparecimento do livro. In: *Ibidem*, p. 441-485.

² *Ibidem*, p. 50.

³ *Ibidem*, p. 51.

No entanto, o universo livresco, enquanto objeto de pesquisas históricas, tornou-se demasiadamente extenso a partir dos novos caminhos abertos pela referida renovação metodológica, passando a atrair pesquisadores das mais diversas áreas, que nem sempre convergiam nos interesses e nas conclusões. Assim, em meio a tantos debates e possibilidades, Robert Darnton sugeriu um modelo geral para que se pudesse ver, de forma global, o ciclo de vida dos livros, que ia desde o seu surgimento – compreendendo a produção intelectual e material – até a sua difusão. A ideia era propor um circuito de comunicação que servisse para orientar as pesquisas, no sentido de mantê-las ligadas ao todo, pois o autor considerava que só assim elas adquiririam um significado completo.⁴

Imagem 1 – O circuito das comunicações

Fonte: DARNTON, Robert. O que é a história dos livros. In: *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 127.

A nossa pesquisa se situa, *grosso modo*, na metade à esquerda do circuito das comunicações, pois nos dedicamos a levantar algumas questões acerca da posse privada de livros e das práticas de leitura, em São Paulo, durante o Oitocentos, através da pesquisa em inventários *post-mortem* – tocando, forçosamente, em alguns aspectos relativos às outras esferas.

Parece ser consenso em toda a historiografia da História do livro, da edição e das práticas de leitura, que o consumo é a parte mais obscura da tríade que ele forma com a produção e

⁴ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros. In: *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 122-149.

com a circulação.⁵ No entanto, embora seja difícil apreendê-lo, ele não pode ser deixado de lado, sob o risco de comprometer a compreensão do circuito dos impressos como um todo.

Henri-Jean Martin afirmava que o livro – a forma mais acabada da mensagem escrita – tem como função formular tanto as ideologias oficiais quanto aquelas que se opõem a elas. Para bem compreender essa dinâmica, é importante que o pesquisador se debruce sobre as relações que os diferentes membros de uma sociedade mantiveram com a cultura escrita, visando extrair daí as possíveis distorções entre os grupos sociais e a evolução de suas opiniões e seus gostos, e, para isso, é necessário se deslocar, pelo menos por um momento, do emissor para o receptor.⁶

Esse deslocamento, contudo, não se faz sem dificuldades. Embora as pesquisas nesse domínio já tenham avançado consideravelmente, tanto em termos metodológicos quanto do levantamento de novas informações, o trabalho do historiador que se dedica a essa esfera do universo do livro é permeado todo o tempo por dúvidas e incertezas. Afinal, pensando ainda nos termos de Henri-Jean Martin, trata-se de um assunto que se encontra entre os mais difíceis de se penetrar, ou seja, “*l’outillage mental des hommes d’autrefois*”.⁷

As possibilidades de fontes de pesquisa e de abordagens são múltiplas, no entanto, demandam do historiador um enorme esforço de criatividade e, também, um embasamento teórico e prático – o qual pode ser apreendido através da bibliografia acumulada sobre o tema, ou seja, por meio da experiência de outros pesquisadores que adentraram esse terreno tão movediço e incerto que é o do consumo dos livros.

A utilização de inventários *post-mortem* como fonte de pesquisa para a história econômica e social é um recurso bastante utilizado, no Brasil e no exterior, há mais de um século. No âmbito da história dos livros, diversos países – principalmente europeus – já realizaram, há muito, levantamentos das bibliotecas nos inventários, abarcando diversas regiões e cidades.⁸ Um dos primeiros trabalhos dessa natureza – baseado em uma análise serial de inventários *post-mortem* – foi realizado por G. Kohfeld, em 1906, e se consagrava a estudar as coleções privadas de livros na Alemanha entre 1503 e 1576.⁹

⁵ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros. In: *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 136.

⁶ MARTIN, Henri-Jean. *Histoire et pouvoirs de l’écrit*. Paris: Éditions Albin Michel, 1996, p. VI.

⁷ *Idem*.

⁸ István Monok faz um panorama das pesquisas sobre as bibliotecas privadas na Europa Ocidental e na Europa Central, realizadas desde o final da década de 1950, até os dias atuais. MONOK, István. As Bibliotecas Privadas e a Leitura na Época Moderna: uma visão geral dos rumos da pesquisa na Europa. *LIVRO – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, São Paulo, nº 2, p. 259-271, ago-2012.

⁹ KOHFELDT, Gustav. Zur Geschichte der Büchersammlungen und des Bücherbesitzes in Deutschland. In *Zeitschrift für die Kulturgeschichte*, VII (1900), p. 325-388. De acordo com Albert Labarre, trata-se do primeiro trabalho desse tipo realizado. LABARRE, Albert. *Le Livre dans la vie amiénoise du seizième siècle*. *L’enseignement*

Em 1941, Lucien Febvre publicou nos *Annales d'Histoire Sociale* um artigo intitulado “Ce qu'on peut trouver dans une série d'inventaires mobiliers”, no qual o autor mostrava as possibilidades da utilização dos inventários *post-mortem*, incitando pesquisas nesse domínio, mas foi só em 1956 que surgiu o primeiro trabalho francês dedicado ao mapeamento serial das bibliotecas particulares baseando-se nesse tipo de fonte:¹⁰ Roger Doucet publicou *Les bibliothèques Parisiens au XVIe siècle*, resultado do estudo no qual buscava compreender quais livros compunham as bibliotecas dos leitores comuns¹¹ e qual teria sido o impacto da *imprimerie* na renovação intelectual que começou a se operar a partir do Renascimento, até o fim das Guerras Religiosas.¹²

Ainda nesse mesmo movimento historiográfico, surgiram, na década de 1970, mais três trabalhos que se debruçavam sistematicamente sobre extensos conjuntos de inventários *post-mortem*, na tentativa de apreender a posse privada de livros e as suas relações com os desenvolvimentos históricos. Albert Labarre, em 1971, publicou *Le Livre dans la vie amiénoise du seizième siècle. L'enseignement des inventaires après décès (1503-1576)*;¹³ um pouco mais tarde, em 1977, Jean Quéniart lançou o *Culture et société urbaines dans la France de l'Ouest au XVIIIe siècle*;¹⁴ e, um ano depois, em 1978, surgiu o *Recherches sur les bibliothèques privées à Paris au milieu du XVIIIe siècle (1750-1759)*,¹⁵ de Michel Marion.¹⁶

des inventaires après décès (1503-1576). Paris : Béatrice-Nauwelaerts ; Louvain : Éditions Nauwelaerts, 1971, p. 6.

¹⁰ Esses estudos sistemáticos se inseriram na mencionada renovação metodológica, iniciada com os *Annales*, e, no âmbito da História dos livros, buscavam uma nova abordagem em relação às pesquisas desenvolvidas na área da bibliografia material cuja importância era grande desde o século XIX, segundo afirma Doucet na introdução de seu livro. DOUCET, Roger. *Les bibliothèques Parisiens au XVIe siècle*. Paris: Éditions A. et J. Picard et Cie, 1956, p. 8-9. Embora essas duas áreas tenham caminhado em paralelo desde então, pois tinham objetos e finalidades distintos, elas acabaram, indiretamente, contribuindo uma com a outra. Para um panorama do desenvolvimento da bibliografia material na França, ver: SORDET, Yann. Pour une histoire des catalogues de livres: matérialités, formes, usages. In: BARBIER, Frédéric; DUBOIS, Thierry ; SORDET, Yann (Coords.) *De l'argile au nuage : une archéologie des catalogues (II^e millénaire av. J.-C. – XXI^e siècle)*. Paris: Bibliothèque Mazarine / Éditions des Cendres; Suíça: Bibliothèque de Genève, 2015, p. 15-45.

¹¹ A ideia de conhecer os “leitores comuns” se originou da renovação do objeto e dos métodos em relação aos estudos bibliográficos que, normalmente, se dedicavam à análise das bibliotecas de grandes personalidades, como reis, nobres e bibliófilos.

¹² DOUCET, Roger, *op. cit.*.

¹³ LABARRE, Albert. *Le Livre dans la vie amiénoise du seizième siècle. L'enseignement des inventaires après décès (1503-1576)*. Paris : Béatrice-Nauwelaerts ; Louvain : Éditions Nauwelaerts, 1971.

¹⁴ QUÉNIART, Jean. *Culture et société urbaines dans la France de l'Ouest au XVIIIe siècle*. Lille: Service de reproduction des thèses de l'Université, 1977.

¹⁵ MARION, Michel. *Recherches sur les bibliothèques privées à Paris au milieu du XVIIIe siècle (1750-1759)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1978.

¹⁶ Essas três obras são importantes referenciais teóricos, sobretudo, em relação às abordagens metodológicas para o estudo serial de inventários *post-mortem* que se dedicam à posse privada de livros, pois, por se tratarem de pesquisas inovadoras, os métodos que foram se construindo ao longo das pesquisas constituem um importante legado para os pesquisadores dessa área.

Alguns anos mais tarde, apareceu o trabalho clássico de Daniel Roche, *O Povo de Paris*, de 1998, no qual o autor, ao estudar a vida material das classes mais baixas parisienses no século XVIII, dedicou um capítulo à leitura e à posse de livros. Entre outras conclusões importantes, Daniel Roche demonstrou que os livros ocupavam um espaço e cumpriam funções distintas entre as elites e as camadas mais pobres da população. Em relação a estas, eles participavam apenas de uma pequena parte dos hábitos urbanos, que eram compostos também pela difusão de outros tipos de impressos e outros meios de comunicação, configurando uma cultura visual mais ampla. Tal conclusão é importante, sobretudo, por alertar que além de cumprir funções diversas, o mundo dos livros não é necessariamente fechado em si mesmo, pois convive e se completa com outras formas de expressão e transmissão do conhecimento.¹⁷

No Brasil, esse tipo de pesquisa é menos profuso, dadas as próprias condições do universo livresco. A forma como se deu a colonização portuguesa resultou em uma precariedade da cultura escrita bastante considerável. A ausência quase total de políticas educacionais, a inexistência de universidades e a proibição da instalação de tipografias fizeram com que a cultura, em geral, e o mundo dos livros, em particular, ficasse restrito a um círculo muito pequeno de setores da elite. Com a mudança da família real, em 1808, e a independência política do país, em 1822, alguns aspectos começaram lentamente a mudar, sem haver, entretanto, uma verdadeira expansão do público leitor e do mercado livreiro.

Nesse sentido, parece natural que o desenvolvimento de pesquisas que utilizam os inventários *post-mortem* com o objetivo de mapear as bibliotecas privadas seja um fenômeno menos difuso, embora já tenha apresentado contribuições de extrema importância para a História do livro, da edição e das práticas de leitura.

Essa fonte, como recurso para a história social e econômica, em geral, foi mobilizada por diversos pesquisadores brasileiros. O primeiro que deve ser mencionado é o estudo pioneiro de Alcântara Machado – *Vida e morte do bandeirante*, publicado em 1929.¹⁸ Ressalte-se que a publicação se dá no mesmo ano da edição do primeiro número da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundadora do que conhecemos por “Escola dos Annales”. Assim, inovando no que se refere aos objetos e às fontes, e buscando conhecer e analisar o modo de vida do paulistano do final do século XVI até o final do século XVII, o autor consultou os inventários *post-mortem* fabricados entre 1578 e 1700, e dedicou um capítulo à educação e à cultura.

¹⁷ ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 284.

¹⁸ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

Entre os 450 processos consultados, Machado encontrou 15 processos com livros, totalizando 55 volumes. A maior parte deles era formada por obras de devoção, mas também havia obras de literatura, alguns livros didáticos e um livro jurídico, intitulado *Ordenação de Sua Majestade*. Trata-se de uma porcentagem de processos com livros significativamente baixa (3,3%), mas bastante condizente com a realidade paulistana no período, pois conforme afirmou o autor:

É que o meio não pode ser muito propício às coisas do espírito. Fundada a povoação, todas as preocupações se voltam para a consolidação da conquista. Depois a tarefa que se impõe é dilatar e aproveitar a zona ocupada. Abre-se então o ciclo das entradas para a expulsão e descimento do gentio. Numa sociedade assim absorvida por interesses imediatos o tempo não sobra para mais. [...]

Não admira que sejam mesquinhas em quantidade e qualidade as bibliotecas particulares. Biblioteca é palavra muito grande para coisa tão pequenina. Quinze, por junto, os espólios em que se descrevem livros. Cincoenta e cinco, apenas, os livros de ler, de letra redonda, que vêm arrolados.¹⁹

Para além do pioneirismo e da importante relação percebida entre as condições da vida material e o desenvolvimento das “coisas do espírito”, a obra de Alcântara Machado conforma uma importante referência comparativa para os estudos sobre São Paulo.

Embora com objetivos distintos dos nossos, cabe mencionar o trabalho de compilação de inventários *post-mortem* referentes ao Vale do Paraíba, realizado entre 1974 e 1975, por Carlos Eugênio Marcondes de Moura, publicado apenas em 2014,²⁰ e o de Zélia Cardoso de Mello, *Metamorfoses da riqueza*, publicado em 1985 em formato de livro,²¹ resultado da tese de doutorado defendida em 1981.²² Ambas as pesquisas trouxeram à luz informações sobre livros presentes nos processos de herança e partilha de bens. No mesmo sentido, é preciso citar os trabalhos de Maria Lucília Viveiros de Araújo, *Os caminhos das riquezas dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*,²³ e o de Maria Luiza Ferreira de Oliveira, *Relações sociais*

¹⁹ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: E. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 101-103.

²⁰ MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Fazendas de café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam, 1817-1915*. São Paulo: CONDEPHAAT, 2014.

²¹ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

²² MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *São Paulo, 1845-1895: metamorfoses da riqueza: contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. São Paulo, 1981. 224 p. Tese (Doutorado em História Econômica – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo).

²³ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos das riquezas dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo, 2003. 270 fl. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900,²⁴ ambos de 2003, que também revelaram, de passagem, a presença de livros nas residências paulistanas.

Ainda fora dos estudos específicos sobre os livros, mas tangenciando essa questão, ao estudar a vida social na região de Diamantina, no período da Real Extração, Júnia Ferreira Furtado também se deparou com a posse privada de impressos nos inventários, encontrando uma porcentagem de 20% de processos com livros, praticamente concentrados nas mãos dos clérigos e dos funcionários graduados desse órgão do governo português.²⁵

Quanto aos trabalhos que se debruçaram sobre os inventários *post-mortem* especificamente na busca por livros, devemos mencionar a tese de doutoramento de Jorge de Souza Araújo, *Perfil do Leitor Colonial*,²⁶ defendida em 1988. O autor pesquisou os mais antigos processos de inventário produzidos em São Paulo – do século XVI até o ano de 1850 – estendendo, posteriormente, o recorte cronológico e geográfico, atingindo diversas regiões do Brasil, compulsando uma soma de mais de 50 mil documentos.

Trata-se de um trabalho de grande fôlego e de enorme importância para a História do livro, da edição e das práticas de leitura no Brasil, não só pelo extenso arrolamento de informações e por seus resultados – que mostram as tendências gerais que prevaleciam nas bibliotecas públicas e privadas ao longo dos séculos – mas também, pelo aspecto metodológico em relação à apreensão dos mecanismos da posse, leitura e apropriação de ideias. O autor propõe dois tipos de recepção, uma *recepção passiva* representada pelo leitor enquanto possuidor de uma biblioteca, e uma *recepção ativa* ou *retro projetiva* do leitor-produtor, que se refere às relações intertextuais entre os livros encontrados e a literatura local produzida nesse contexto.²⁷ Não acreditamos que o termo “passivo” seja o mais apropriado para a definição da posse de impressos, pois, embora nem sempre isso aconteça, muitas vezes a formação de bibliotecas passa por um processo de escolha no qual o papel ativo de seu proprietário é fundamental. No entanto, cremos que a distinção entre essas duas esferas da recepção, a posse e a produção intelectual, seja de grande valor para os trabalhos relativos a esses domínios.

²⁴ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁵ FURTADO, Júnia apud VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. 1999. 544 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 285.

²⁶ ARAUJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

²⁷ *Ibidem*, p. 12.

Alguns anos depois, Tânia Bessone também realizou uma pesquisa sistemática em inventários *post-mortem* na busca por livros, ao procurar entender as práticas sociais em torno desse tipo de impresso, através do estudo das bibliotecas públicas e privadas. Em relação a estas, a autora consultou os processos de médicos e advogados do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1920, e descobriu um caráter múltiplo da posse do livro. Baseando-se também em outras fontes, como os anúncios de leilão e de comércio de livros, ela percebeu que eles se prestavam tanto para as funções profissionais quanto para as necessidades práticas do cotidiano, além de representarem um signo importante de diferenciação social.²⁸

Apesar dos inúmeros silêncios em relação aos títulos e autores presentes nessas coleções, a autora identificou certos padrões e tendências de transformação ao longo do tempo. Em uma sociedade na qual *status*, educação, riqueza e influência política concentravam-se em poucas mãos, Tania Bessone notou que, geralmente, os nomes, as profissões, as fortunas e os livros eram herdados em conjunto. Daí uma das principais dificuldades na análise de bibliotecas privadas, a saber, a compreensão do diálogo entre a tradição, presente nas heranças, e a novidade, revelada pelas obras mais recentes.²⁹

A presença de obras que se relacionavam à profissão de seus proprietários era muito marcante – assim como se observa em inúmeros estudos dessa mesma natureza –, mas é interessante notar que a autora apreende um movimento tendencial que partia de uma formação bastante ampla e humanista, marcada pelos clássicos franceses, para uma formação profissional cada vez mais especializada e técnica, na qual outros tipos de obras e idiomas passavam a cumprir um papel importante.³⁰

Os anúncios de leilões de livros nos periódicos *pari-passu* com os anúncios das livrarias revelavam algumas mudanças importantes em relação ao público leitor, mostrando que, no final do século XIX e começo do XX, era possível notar uma clivagem na camada de leitores. Ao mesmo tempo em que começavam a aparecer indícios de que parte desses leitores se sofisticava e passava a ver no livro um objeto de valor a ser apreciado e colecionado, massificava-se o consumo de impressos através de edições mais baratas e conteúdo mais leves.

Assim, além de fonte de conhecimentos profissionais, a posse de livros tornou-se também uma forma de legitimação ou ascensão a um determinado *status* social – as bibliotecas privadas passaram a ser mais visíveis nas residências, deixando de ficar restritas aos escritórios

²⁸ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014.

²⁹ *Ibidem*, p. 58.

³⁰ *Ibidem*, p. 97; 113-14.

ao ocupar as salas de visitas e salões de jogos. Percebendo esse fenômeno, Tania Bessone concluiu que a visibilidade dada aos livros não só reforçou seu papel como elemento de diferenciação social, como também revelou um processo de dessacralização desse objeto que, dessa forma, tornava-se mais acessível aos membros da casa. Por outro lado, pôde notar o surgimento da bibliofilia no Rio de Janeiro, ao estudar a coleção de Francisco Ramos Paz – português que iniciou suas atividades no Brasil como caixeiro viajante, e se tornou uma das figuras mais proeminentes entre os letrados cariocas, na transição do século XIX para o século XX.

Aproximadamente na mesma época em que Tânia Bessone publicava sua pesquisa, Luiz Carlos Villalta, em sua tese de doutoramento, estudou os usos do livro focando a tensão entre a “imposição da ortodoxia dos textos” e a “diversidade das leituras”, nas apropriações dos textos em solo brasileiro durante o período colonial. Ao investigar os inventários *post-mortem*, o autor percebeu – mais uma vez – que, em geral, os proprietários de livros eram poucos e, na maior parte das vezes, suas bibliotecas estavam relacionadas às atividades profissionais que eles exerciam. Todavia, Villalta demonstrou que a vida religiosa também se fazia presente através dos livros, sobrando ainda espaço para o “recreio e o deleite”. Em sintonia com a pesquisa de Tania Bessone, o autor percebeu que a posse de livros cumpria seu papel na diferenciação naquela sociedade de cunho estamental, criando uma clivagem no interior da própria elite.³¹ Em suas próprias palavras,

Na América Portuguesa, os leitores atribuíam aos livros, subentendendo-se aqui toda a sorte de impressos, múltiplas utilidades. Enquanto objetos de leitura, os impressos eram fontes de conhecimento, de deleite, meios de acesso ao sagrado e elementos de ornamentação. Os livros, ademais, afiguraram-se como fatores de poder, contribuindo para que seus leitores questionassem ou, inversamente, para que viessem a reforçar a ordem estabelecida, fosse ela política, sexual, religiosa ou econômica, nos âmbitos privado e público. Para os leitores, os livros, assim, inscreviam-se em relações de saber, poder e prazer, sendo importantes nas vidas privada e pública, definindo redes de sociabilidade.³²

O autor indica que nos séculos XVI e XVII o número de proprietários e a quantidade de livros possuídos eram extremamente baixos na colônia, mas que essa realidade se transformou

³¹ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. 1999. 544 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

³² *Ibidem*, p. 281.

aos poucos ao longo dos séculos XVIII e XIX, sobretudo nas cidades favorecidas pela urbanização e pela presença da administração portuguesa.³³ Tratava-se, entretanto, de um universo ainda restrito. No Rio de Janeiro, entre 1751-1822, 14,75% dos processos consultados continham livros,³⁴ e em Mariana, entre 1714-1822, a porcentagem foi de 8,34%³⁵ cujos inventários pertenciam, sobretudo, aos burocratas do governo, aos bacharéis e aos clérigos.

Porém, os estudos sobre a posse privada de livros não se restringem apenas àqueles que se debruçam sobre inventários *post-mortem*. Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar o artigo publicado por Daniel Mornet, em 1910, no qual o autor se dedicava a uma análise sistemática de catálogos de venda de bibliotecas particulares, propondo um método bastante inovador para a História da Literatura, a saber, o deslocamento do foco da análise dos autores e suas obras para a circulação deles. Além disso, esse artigo é de fundamental importância, pois, Mornet indica algumas precauções metodológicas que são extremamente pertinentes para a História do livro, no que toca à posse privada, servindo, inclusive, para as análises que se baseiam em documentos notariais.³⁶

No Brasil, não se pode esquecer do grandioso e clássico trabalho de Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*,³⁷ publicado pela primeira vez em 1938. Com o objetivo de reconstituir os mais diversos aspectos da história dos jesuítas na América portuguesa, entre os incontáveis documentos consultados pelo padre ao longo de 20 anos de pesquisa, têm-se notícias das primeiras bibliotecas privadas e públicas no período colonial. Segundo o autor, os jesuítas começaram a pedir livros de Portugal desde que chegaram ao território americano, formando as primeiras coleções. Pelas informações apresentadas por ele, fica patente que, exceto nos maiores colégios, a clivagem entre bibliotecas públicas e privadas parecia ser um tanto flexível, já que, pelo fato de serem os próprios padres os principais proprietários ou guardiões dos livros, muitas desses conjuntos particulares acabavam sendo franqueados aos colegas e aos aprendizes.

³³ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. 1999. 544 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 283-284.

³⁴ O autor consultou 61 processos constantes no Arquivo Nacional, de forma aleatória, dada a amplitude da documentação e a falta de organização da mesma. VILLALTA, Luiz Carlos, *op. cit.*, p. 284.

³⁵ Em Mariana, o autor consultou 911 processos, que compunham a totalidade dos processos de leigos e clérigos existentes no cartório do segundo ofício. VILLALTA, Luiz Carlos, *op. cit.*, p. 285.

³⁶ MORNET, Daniel. Les enseignements des bibliothèques privées 1750-1780. *Revue d'Histoire littéraire de la France*, Paris, Librairie Armand Colin, nº. 3, 17^e année, p. 449-496, jul-sep. 1910.

³⁷ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

O autor revela uma certa abundância de livros nos colégios e aldeias dos jesuítas, afirmando que era “assim por toda parte. Não havia aldeia, por mais recuada que fosse na profundidade dos sertões e rios, que a não iluminasse ao menos uma estante de livros.”³⁸ Segundo suas estimativas, os livros dos jesuítas, no antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, somariam mais de 12 mil volumes³⁹ antes da expulsão da ordem das possessões portuguesas. Muitas das coleções se perderam após esse processo e outras foram incorporadas a bibliotecas públicas ou de colégios, mas, mesmo com a dispersão, a documentação compulsada permitiu ao autor reconstituir o catálogo de várias delas.

Lembremos também do ensaio clássico de Eduardo Frieiro, *O Diabo na Livraria do Cônego*,⁴⁰ no qual o autor analisou os autos da devassa da Inconfidência Mineira, por meio dos quais tentou evidenciar o perfil do Cônego Vieira da Silva. Homem de pouquíssimas posses, o cônego tinha uma biblioteca com 800 volumes, revelando, pela quantidade, a prioridade que tinha ao despender seus poucos recursos, e, pela qualidade, sua atualidade e bom gosto, afinal,

Não se pode imaginar nada mais variado nem mais bem escolhido. Tanto em obras de formação ou de informação, como em obras de edificação ou de recreio, assim como nas de agitação e propaganda de novas ideias, havia ali com que satisfazer ao mais exigente espírito livresco daquela época em que o gosto da leitura se espalhava por todas as partes.⁴¹

Dessa forma, conclui o autor que, embora as informações sobre seu personagem fossem imprecisas, o cônego certamente era um homem de seu tempo, justamente porque “a melhor notícia biográfica que dele nos ficou acha-se na relação dos livros que lhe foram sequestrados”.⁴² Nesse sentido, o trabalho de Frieiro acabava se aproximando de outros que buscavam uma relação mais profunda entre os livros e seus proprietários.

Assim, pensando mais especificamente na conexão entre a posse privada de livros e as práticas de leitura, não é possível esquecer o livro de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, no qual o autor, a partir da análise dos autos de um processo judicial, procurava reconstruir a relação que seu personagem, Menochio, estabeleceu com a cultura escrita e com os livros, e a forma

³⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, t. 4, L. 5, p. 113.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego; Como era Gonzaga?; e Outros temas mineiros*. São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1981, p. 13-66.

⁴¹ *Ibidem*, p. 24.

⁴² *Ibidem*, p. 53.

como os leu, compreendendo esses processos numa chave de circularidade entre a cultura dominante e a cultura das classes populares, na Europa do século XVI.⁴³

Ainda nessa perspectiva das formas de leitura, é possível pensar na pesquisa que Timothy Ryback realizou com os livros que pertenceram a Hitler, que, por conterem as marcas deixadas por ele – grifos e comentários – permitiram compreender como ele lia e se apropriava dos textos, e como estes agiam sobre seu pensamento e suas ações.⁴⁴

Em relação ao Brasil, podemos lembrar do estudo de Nanci Leonzo sobre a biblioteca de Eduardo Prado, um dos mais importantes bibliófilos paulistanos do final do século XIX. Tendo em mãos o catálogo de venda da sua biblioteca, a autora procurou reconstruir seus hábitos de leitura, suas relações pessoais no universo dos letrados e mostrar, através de seus livros, como a resistência às transformações que se operavam à época se manifestava no seu apego pelo passado.

Desse breve panorama de pesquisas nacionais e estrangeiras que se dedicaram às bibliotecas particulares através da pesquisa em inventários *post-mortem* – mas também em outros tipos de fontes – e às relações que se pode estabelecer entre a posse privada de livros e as práticas de leitura, gostaríamos de ressaltar a multiplicidade de caminhos a percorrer, e, igualmente, o fato de que a especificidade de cada caso exige que se recorra a recursos, às vezes, particulares. Entretanto, de todas elas podemos extrair um elemento em comum, a saber, a ideia de que os estudos das bibliotecas particulares têm como objetivo a compreensão de processos que, muitas vezes, extravasam as coleções em si. István Monok, ao fazer um panorama das pesquisas europeias acerca das bibliotecas privadas, afirma que:

As pesquisas sobre a história das coleções privadas não foram, em parte alguma, motivadas por uma vontade de escrever histórias de bibliotecas. O estudo do conteúdo das bibliotecas, a reconstituição do percurso de livros, as enquetes sobre regiões ou países inteiros foram, ainda, realizadas com outros objetivos, como o estudo do (re)aparecimento de obras desse ou daquele autor em época ulterior (especialmente os autores antigos na Idade Média ou na época moderna), a recorrência da figura principal de uma corrente intelectual nas leituras de dado território ou ainda a influência de um grupo de autores

⁴³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴⁴ RYBACK, Timothy W. *A biblioteca esquecida de Hitler, os livros que moldaram a vida do Führer*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

sobre outro. Trata-se, em suma, de definir o espaço literário de criação. A história das bibliotecas privadas constitui apenas um elemento, certamente, importante, da apresentação geral desse espaço.⁴⁵

Embora, nesse trecho, o autor ressalte alguns aspectos que estão ligados intimamente à cultura escrita da Europa Ocidental, ele sugere que para as culturas receptoras, como a Europa Central, essas pesquisas se revelam ainda mais profícuas, “porque as fontes não refletem apenas o conteúdo das coleções, mas ilustram também o sistema global das relações culturais e científicas.”⁴⁶ Considerando que esse fenômeno pode ser aplicado ao Brasil, foi mais ou menos nesse sentido que tentamos conduzir a nossa pesquisa, isto é, buscando significados mais amplos para os livros e coleções que encontramos.

No entanto, falar de coleções particulares de livros, principalmente quando as fontes são inventários *post-mortem*, requer um cuidado absoluto sobre as possibilidades reais de análise. Os trabalhos anteriores que se debruçaram sobre esse tipo de fonte já se encarregaram de enumerar a infinidade de precauções que devem ser tomadas e os diversos problemas dessa documentação.

A primeira delas, e talvez a mais importante, foi levantada por Daniel Mornet na mencionada pesquisa sobre os catálogos de venda de livros e é frequentemente reproduzida na historiografia dada a sua pertinência. Trata-se da complexa e obscura relação entre “ter” e “ler”.⁴⁷ Tanto ontem como hoje, a posse de um livro não pressupõe a sua leitura. Da mesma forma, qualquer pessoa alfabetizada já leu pelo menos um livro que não lhe pertencia. Essas duas experiências são facilmente compartilhadas por qualquer leitor que tenha alguma relação com os livros, mesmo que não se trate de uma relação estreita. Nesse sentido, podemos nos perguntar: então o que podem significar os livros encontrados nos inventários *post-mortem*?

É impossível responder ao certo, e esse é um dos principais motivos que tirou a credibilidade dos documentos notariais. Afinal, trata-se apenas de uma lista de títulos e autores – na maioria das vezes mal descritos – sem que se tenha acesso aos próprios livros.⁴⁸ Por outro lado,

⁴⁵ MONOK, István. As Bibliotecas Privadas e a Leitura na Época Moderna: uma visão geral dos rumos da pesquisa na Europa. *LIVRO – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, São Paulo, nº 2, p. 259-271, ago/2012, p. 269.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 270.

⁴⁷ MORNET, Daniel. Les enseignements des bibliothèques privées 1750-1780. *Revue d'Histoire littéraire de la France*, Paris, Librairie Armand Colin, nº. 3, 17^e année, p. 449-496, jul-sep. 1910, p. 451-452.

⁴⁸ São raros os estudos que permitem o acesso aos livros, mas eles existem, como o de Timothy W. Ryback, que mencionamos anteriormente. RYBACK, Timothy W. *A biblioteca esquecida de Hitler, os livros que moldaram a vida do Führer*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009. Da mesma forma, é possível conduzir esse tipo de análise quando os objetos são bibliotecas que foram incorporadas a alguma biblioteca pública, mas, infelizmente, esse procedimento não é possível para os estudos seriais.

além das descrições em bloco, que omitem grande parte dos títulos e dos autores, não é possível saber se aqueles livros eram todos os que o defunto possuía de fato. Pululam nos processos as demonstrações de omissões, especialmente de livros. Além disso, o inventário contempla apenas os bens conservados no momento do falecimento de uma pessoa, desconsiderando todos os outros que possam ter passado pela sua vida em outros períodos.

Tentar compreender o perfil desses conjuntos de livros requer ainda cuidados adicionais. Na relação entre o proprietário e os livros, nem sempre podemos afirmar que houve uma escolha, pois vemos muitos casos de bibliotecas herdadas em parte ou na sua integridade. Assim, para além da existência de seu proprietário, a biblioteca pode comportar escolhas de outras pessoas e temporalidades mais amplas.⁴⁹ Também é preciso ter em mente que os livros não são como as roupas ou os sapatos: nem sempre nos desfazemos deles quando saem de moda ou ficam velhos, mesmo que eles deixem de ter valor para nós.

Antonio Candido escreveu um artigo sobre a biblioteca de seu pai,⁵⁰ no qual ele afirmava que para reconstruir plenamente a história de uma biblioteca é fundamental que se saiba a data da aquisição dos livros, para que se possa compreendê-la como a estratificação de sucessivas camadas sedimentadas ao longo do tempo de uma vida. Infelizmente, os inventários *post-mortem* não deixam indícios sobre isso.

Mas, então, voltamos à questão: o que os inventários nos dizem?

Nenhuma fonte diz tudo e fazer história não é reconstituir o passado na sua integridade. Portanto, é necessário se apegar ao que eles podem nos dar. Os inventários *post-mortem* têm o privilégio de permitir uma penetração até indiscreta no interior das residências das famílias. Conforme afirma Françoise Lehoux, em seu estudo sobre Gaston Olivier,

Esses inventários nos fazem penetrar a tal ponto na intimidade de um personagem que, antes de qualquer coisa, temos o claro sentimento de cometer uma indiscrição em relação a ele. Depois, começamos a revistar seus cofres, a ler seus documentos familiares, a folhear os volumes de sua biblioteca; adivinhamos seus hábitos, seus gostos, e conseguimos fazer, dessa forma, reviver não o homem oficial e pomposo que a tradição histórica nos legou, mas sim um simples mortal em roupão e pantufas.⁵¹

⁴⁹ Principalmente os estudos que se debruçaram mais profundamente sobre uma biblioteca específica, conseguiram perceber os vários extratos que formavam as coleções. Um dos exemplos é o artigo de Connat e Megret sobre a biblioteca dos Du Prat. CONNAT, M.; MEGRET, J. Inventaire de la Bibliothèque des Du Prat. In : *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance : travaux et documents*. Paris Librairie Droz, 1943, p. 73-128, tomo III.

⁵⁰ CANDIDO, Antonio. O Recado dos Livros. In: CANDIDO, Antonio. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 216-221.

⁵¹ Tradução da autora. Texto original : « Ces inventaires nous font entrer à un tel point dans l'intimité d'un personnage qu'on éprouve tout d'abord le sentiment très net de commettre une indiscretion à son égard, de pénétrer chez lui en son absence. Puis on se met à fouiller dans ces coffres, à lire ses papiers de famille, à feuilleter

Esse contato tão próximo, embora possa não dizer tudo, traz informações muito valiosas sobre o modo de viver, sobre alguns hábitos e, muitas vezes, sobre a localização dos livros nas residências, permitindo que nos aproximemos, em parte, dos usos que eram dados a eles. Labarre, contrastando os inventários com os elaborados catálogos de venda de bibliotecas privadas de figuras ilustres, relata o caso de um dos inventariados, cujos livros estavam localizados em um lugar bastante peculiar:

Nesse caso [dos inventários] estamos lidando com documentos em uma forma primária e grosseira, redigidos pouco tempo após a morte dos falecidos, por pessoas cujos conhecimentos rudimentares nos são familiares, e que nos fornecem uma imagem bruta de vidas subitamente interrompidas; [...] nós aparecemos sem aviso prévio nas residências de defuntos nas quais nada pôde ser preparado para ficar para a posteridade; as descrições das bibliotecas, por mais imperfeitas que sejam, adquirem dessa forma um sentido completamente diferente daquele de outros documentos que se referem a elas; para ficar apenas com um exemplo, elas nos permitem saber que o advogado Mathieu Lallemente não utilizava seus livros, pois quando o avaliador passou, logo após seu falecimento, ele os encontrou trancados a chaves em um cofre. Eis o que pode nos consolar parcialmente pela insatisfação que nos causa a insuficiência da descrição dos livros, pois, mesmo nessa insuficiência, os inventários *post-mortem* nos trazem uma coisa além do que é mostrado pelos belos catálogos impressos de bibliotecas particulares: eles valem menos bibliograficamente, mas, mais – ou de outra forma – sociologicamente.⁵²

Do ponto de vista serial e quantitativo, se nos apegarmos às presenças, e não às ausências, podemos pensar em valores mínimos. Mesmo que sejam aproximações, elas têm o seu valor, pois a realidade até poderia apresentar cifras mais altas, mas certamente não apresentaria

les volumes de sa bibliothèque ; on devine ses habitudes, ses goûts, et l'on arrive ainsi à faire revivre non pas l'homme officiel et guindé qu'avait pu nous faire connaître la tradition historique, mais le simple mortel de tous les temps, en robe de chambre et en pantoufles. » LEHOUX, Françoise. *Gaston Olivier, aumônier du roi Henri II (1552), bibliothèque parisienne et mobilier du XVI^e siècle*. Paris : Paris, l'auteur, (54, rue Vaneau,) ; (Luçon, impr. de S. Pacteau), 1957, p. 1.

⁵² Tradução da autora. Texto original : « Ici nous avons affaire à des documents d'une forme primaire et grossière, rédigés peu de temps après la mort des défunts, par des gens dont nous savons les connaissances rudimentaires, ils nous livrent une image brute de cadres de vies soudainement interrompues ; (...) nous nous introduisons sans crier gare dans les maisons des défunts où rien n'a pu être préparé pour en faire accroire à la postérité ; les descriptions des bibliothèques, si imparfaites qu'elles soient, prennent ainsi un sens tout différent que dans les autres documents qui en traitent ; pour ne citer qu'un exemple, elles nous permettent de savoir que l'avocat Mathieu Lallemente n'utilisait guère ses livres, puisque, lorsque le priseur est passé à la suite de la mort, il les a trouvés renfermés dans un coffre au grenier. Voilà qui peut nous consoler partiellement de l'insatisfaction que nous laisse l'insuffisante description des livres, puisque, dans cette insuffisance même, les inventaires après décès nous apportent autre chose que les beaux catalogues imprimés de bibliothèques particulières : ils valent moins bibliographiquement, mais mieux – ou autrement – sociologiquement. » LABARRE, Albert. *Le Livre dans la vie amiénoise du seizième siècle. L'enseignement des inventaires après décès (1503-1576)*. Paris : Béatrice-Nauwelaerts ; Louvain : Éditions Nauwelaerts, 1971, p. 392-394.

cifras mais baixas. Ou seja, podemos estimar um piso, ter uma noção da quantidade mínima de leitores, de títulos, de volumes, de exemplares de uma determinada obra e da quantidade de vezes que determinados autores aparecem.

Nesse ponto, é preciso lembrar da discussão trazida por Mornet sobre o papel dos autores de segunda, terceira e até quarta ordem. Dependendo apenas da História da literatura e da crítica literária, que trouxeram para a posteridade os autores cujo valor estético das obras transformou-os em clássicos, não se teria percebido a presença massiva de outros, que não eram bons autores nem gênios do pensamento, mas que tiveram grande importância entre os leitores da época, e que devem ser considerados pela análise histórica.⁵³

Mesmo em relação às tão deficientes descrições, será que elas não dizem nada? Dizem, em primeiro lugar, como afirma Labarre, que os escrivães estavam fazendo bem o seu trabalho, que não era nem de perto o que nós desejávamos que fosse – uma descrição minuciosa da cultura literária de uma determinada época⁵⁴. Mas será que também não podemos pensar que os títulos abreviados ou os nomes incompletos dos autores não significavam uma certa familiaridade com eles, revelando que se tratavam de livros conhecidos, comuns àquelas pessoas? Os nossos processos de inventário sugerem que sim. Os autores e os títulos mais recorrentes são os que aparecem descritos da forma mais incompleta.

Os documentos notariais não dizem tudo, é certo, no entanto, através da experiência dos pesquisadores que nos precederam, percebemos que devemos utilizá-los na medida do possível, nada mais que isso, e recorrer a outros tipos de fontes que possam pontuar e completar os quadros gerais das análises. Destarte, considerando essas observações, vamos a alguns comentários sobre estrutura da pesquisa.

Inicialmente, tínhamos como objetivo um mapeamento geral dos livros e das bibliotecas privadas de São Paulo, no final do século XIX. Para tanto, consultamos os inventários *post-mortem* produzidos nos 1º, 2º e 3º Ofícios de Família da capital paulista, entre os anos de 1870 e 1890, que estavam disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que totalizaram 1.300 processos. Dentre eles, executamos uma análise mais aprofundada sobre 127 inventários, pois eram os que indicavam a presença de livros.

⁵³ MORNET, Daniel. Les enseignements des bibliothèques privées 1750-1780. *Revue d'Histoire littéraire de la France*, Paris, Librairie Armand Colin, n.º 3, 17^e année, p. 449-496, jul-sep. 1910, p.469-480.

⁵⁴ LABARRE, Albert. *Le Livre dans la vie amiénoise du seizième siècle. L'enseignement des inventaires après décès (1503-1576)*. Paris : Béatrice-Nauwelaerts ; Louvain : Éditions Nauwelaerts, 1971, p. 394.

Na primeira parte do trabalho, apresentamos os resultados desse levantamento, tentando mostrar os aspectos mais gerais da posse de livros – seus proprietários, suas profissões, os livros, autores e temas mais recorrentes. Ainda que tenham um caráter um tanto fragmentário, esses dados nos dão uma noção do universo livresco na cidade, confirmando uma certa precariedade, sobretudo em relação a cidades como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, no mesmo período. No entanto, mostram que, apesar de restrito, havia uma dinâmica bem menos estática do que a que se costuma atribuir ao pequeno burgo ainda com características coloniais, revelando o papel que a instalação da Academia de Direito exerceu antes mesmo do crescimento da economia cafeeira e do *boom* vivido pela cidade na passagem do século XIX para o XX.

Esse caráter fragmentário, todavia, nos fez sentir a necessidade de um aprofundamento qualitativo que pudesse dar sentido, pelo menos, a uma parcela dos resultados encontrados. Isso posto, na segunda parte da pesquisa, nos dedicamos às bibliotecas dos alunos e professores que passaram pela Academia de Direito. Essa escolha foi feita, pois os dados gerais mostraram a importância dessa instituição para o universo livresco paulistano e, também porque, além de constituírem a maioria dos proprietários, suas bibliotecas foram descritas com mais cuidado.

No entanto, mesmo com esse recorte, as listagens dos livros encontrados se mostraram insuficientes para compreendermos o significado dessas coleções particulares, dado que seria impossível conhecer o conteúdo das obras e todos os debates que estavam por trás de cada uma delas – eram, na sua maioria, livros jurídicos ligados às mais diversas áreas do Direito. Em vista disso, optamos por mais uma verticalização, a saber, a relação entre as bibliotecas e a produção escrita e política de seus proprietários.

As escolhas que fizemos nesse sentido se pautaram pela disponibilidade e compatibilidade das fontes às quais recorreremos. Era preciso ter acesso às bibliotecas, assim como a documentos que pudessem revelar, de alguma forma, o significado delas. Entretanto, dada a multiplicidade dos domínios jurídicos, era necessário que houvesse uma certa homogeneidade entre a produção escrita dos proprietários de livros que iríamos estudar. Por conseguinte, nos debruçamos sobre as coleções de três professores da Academia que haviam redigido compêndios de Direito Natural. Além de ser uma área mais abrangente, que se relacionava com os aspectos mais gerais da cultura jurídica, também consistia na própria fundamentação do Direito.

A respeito do recorte temporal, é preciso mencionar que trabalhamos com limites muito flexíveis, pois, dentre os inventariados que faleceram entre 1870 e 1890, havia diversas gerações representadas, com bibliotecas que foram formadas, pelo menos, desde a segunda década do século. Para a segunda parte da pesquisa – aquela dedicada aos juristas –, estendemos a

busca, consultando processos desde 1850 até 1899, mas apenas àqueles referentes aos professores e alunos da Academia.

Por outro lado, como a compreensão do consumo livros passa diretamente pela questão da circulação, buscamos informações sobre o comércio livresco na cidade antes de 1850, pois se trata de um período que foi pouco iluminado por pesquisas anteriores. Ademais, além do fato de que parte das bibliotecas encontradas no terceiro quartel do século começaram a se formar muito antes, também queríamos compreender a relação entre a instalação da Academia de Direito e a dinamização do comércio de livros. Nesse sentido, considerando que a circulação é fundamental para a compreensão das possibilidades e limitações do consumo na forma da posse privada desse tipo de impressos, julgamos pertinente iniciar o texto como a contextualização dessa esfera do universo livresco.

Lucien Febvre e Henri-Jean Martin propuseram a ideia de que o livro impresso seria uma espécie fermento, isto é, ele não criava, necessariamente, fenômenos inéditos, mas dava novas dimensões a processos que poderiam não ter tido tanta repercussão na história sem ele. Para esses autores, a Reforma Protestante, por exemplo, poderia ter se restringido a apenas mais uma heresia entre tantas outras que existiram desde a consolidação do cristianismo, mas a potência que o livro impresso lhe deu fez com que ela fosse um dos pontos de ruptura mais importantes da história ocidental.⁵⁵ Embora não utilizem nominalmente essa expressão, em *O Aparecimento do Livro* também fica subentendida a ideia de que o universo livresco pode ser visto como uma espécie de termômetro, ou seja, ao observá-lo atentamente, podemos perceber as condições materiais e “espirituais” de uma sociedade em determinada época e lugar.

Assim como Alcântara Machado já havia percebido que na São Paulo do final do século XVI até o final do século XVII, a sociedade estava tão ocupada em sobreviver que não tinha tempo e condições para desenvolver as “coisas do espírito”,⁵⁶ podemos perceber que o mundo dos livros no século XIX paulistano se desenvolvia lenta, mas constantemente, revelando, por um lado, os entraves impostos pela estrutura econômica e social e, por outro, as necessidades de uma instituição acadêmica cujos membros e admiradores se esforçavam por suprir.

A consolidação do universo livresco em uma determinada época ou lugar depende de diversos fatores combinados, mas essa combinação não se dá através de uma fórmula matemática exata cujos resultados são sempre os mesmos. É fato que a presença de instituições de

⁵⁵ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 345-440.

⁵⁶ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 101-103.

ensino, o desenvolvimento econômico e a presença de pessoas de várias partes do mundo com suas bagagens culturais favorecem significativamente esse florescimento,⁵⁷ mas não definem de antemão suas características. Assim como nenhum outro fenômeno histórico pode ser visto como um resultado previamente definido – pois embora saiam derrotadas, sempre existem muitas forças em questão – os caminhos trilhados pelos livros também são estabelecidos em meio a tensões e disputas tanto materiais quanto “espirituais”.

Imaginemos, por exemplo, que a ordem dos jesuítas não tivesse sido expulsa da América portuguesa por Pombal. Teria seu apreço pelos livros revelado por Serafim Leite⁵⁸ alterado os hábitos de leitura futuros dos brasileiros? Quais seriam as consequências desse tipo de educação na conformação da nossa sociedade se ela tivesse sido ainda mais difundida? Não podemos responder ao certo. Só podemos afirmar que nenhum processo histórico é isento de debates e conflitos entre projetos distintos.

Assim se deu a conformação do universo livresco no Oitocentos paulistano. Em meio às dificuldades materiais de uma cidade que demorou muitos anos para perder seus ares de burgo colonial, diversas forças atuaram para definir seus ritmos e suas características, bem como os meios nos quais cada tipo de impresso circularia. É esse movimento lento, mas persistente e marcado pela concorrência de diversos fatores, que procuraremos analisar adiante tentando encontrar nele as funções desempenhadas pelo livro impresso.

⁵⁷ BARBIER, Frédéric. Livres, lecteurs, lectures. In: VARRY, Dominique (Dir.). *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle (1789-1914)*. Paris : Éd. du Cercle de la librairie, 2009, p. 608.

⁵⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PARTE I – LIVROS E LEITORES EM SÃO PAULO: CIRCULAÇÃO E POSSE

Capítulo 1 – O comércio de livros em São Paulo (1827-1850)

São Paulo, até cerca de 1850, era uma cidade muito pequena, do ponto de vista populacional, e sem muita estrutura em termos de urbanização. Quem olhasse para sua escassa população, para as ruas sem calçamento, para as rústicas moradias e para a quase ausência de sistemas de fornecimento de água e de esgoto, teria muito dificuldade em imaginar que essa mesma cidade se tornaria, pouco mais de um século depois, o maior centro populacional e econômico do país.

Mas, esse processo, embora começasse a se acelerar na segunda metade do Oitocentos, ainda demoraria muitas décadas para se concretizar. Na verdade, São Paulo só iria desmontar definitivamente seu cenário colonial com o advento das ferrovias, no final do século XIX e começo do século XX, quando passou a incorporar os vários símbolos do progresso que os trilhos transportavam.¹

Nesse contexto, a presença de livros em São Paulo foi, durante muito tempo, uma realidade quase inexistente. De acordo com Ernani Silva Bruno,

[...] durante todo o século XVIII e os primeiros anos do dezenove a pobreza de livros acompanhou na cidade a precariedade dos meios de instrução. Bibliotecas razoáveis havia apenas em alguns conventos, embora a livralhada legada ao Colégio dos Jesuítas por Guilherme Pompeu de Almeida provavelmente tivesse se dispersado por ocasião da extinção da Companhia de Jesus em meados do século. Não havia mesmo, de modo geral, inclusive no começo do oitocentismo, curiosidade ou interesse por livros. Em 1801 – segundo correspondência do general Pilatos – não houve ninguém na cidade que se animasse a comprar qualquer dos livros enviados da Metrópole para que se vendessem em São Paulo. Os que se espalharam entre a população foram dados pelo governador.²

Porém, algumas décadas antes da explosão demográfica e da rápida urbanização do final do século, um acontecimento começou a mudar os rumos do cenário intelectual daquela pacata cidade. A criação da Academia de Direito, em 1827, foi um marco no caminho da capital rumo à “civilização ocidental” do século XIX. Ela respondia às necessidades de um Estado nacional

¹ MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura: Cidades, Livros e Leituras na Província Paulista*. São Paulo: Edusp, 2015, p.153.

² BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo. Arraial de sertanistas (1554-1828)*. São Paulo: Hucitec, 1983, vol. 1, p. 408.

em formação, que precisava se consolidar após a independência política, e, que via na formação local dos bacharéis o caminho mais apropriado para a instrução dos quadros políticos e burocráticos. Apesar de ainda demorar alguns anos para se consolidar e se integrar, de fato, à cidade,³ a Academia de Direito trouxe consigo algumas mudanças que já começaram a ser perceptíveis nos primeiros anos. Mesmo com a ausência de uma rede de livrarias digna desse nome, o comércio de livros passou a sofrer alterações.

A principal fonte para informações sobre a vida intelectual paulistana e sobre os livros – seja o comércio, sejam as bibliotecas –, na primeira metade do século XIX, são memórias e os relatos dos viajantes que passaram por São Paulo, dos quais Ernani Silva Bruno retirou suas informações.

Assim, é a partir das informações recolhidas por ele, e acrescidas por outros pesquisadores, que sabemos que a rede de comércio de livros era praticamente inexistente até a década de 1860, quando Anatole Louis Garraux se instalou em São Paulo. Também sabemos, através delas, que, nessa década, mais duas livrarias abriram suas portas, a do jornal *Correio Paulistano* e a Ao Bouquet de Brilhantes, de Henrique Luiz Levy. Em 1855, segundo Spencer Vampré, havia apenas três lojas de livros em São Paulo, a de Bernardino José Dias Torres d'Oliveira, na rua do Rosário; a de José Fernandes de Sousa, o Pândega, no Largo do Colégio;⁴ e a de Gustavo Gravesnes, na rua São Bento.⁵ No entanto, não sabemos a data exata em que foram abertas. Na realidade, é só a partir da década de 1880, que algo que poderíamos chamar de uma rede de livrarias começa realmente a se desenvolver.⁶

Contudo, a venda de livros não era feita apenas em estabelecimentos especializados, inclusive porque nenhum setor do comércio paulistano, nesse período, tinha essa característica. De acordo com Ernani Silva Bruno:

[...] ainda em torno de 1870 havia notável mistura de mercadorias nas lojas. Mostrava-se na Câmara em 1869 que uma loja de ferragens da Sé vendia vinhos e perfumarias. Que a loja de fazendas de Celestino Bourroul negociava também com chá. Que outros armazéns de fazendas vendiam bebidas. Que a casa de Henrique Fox fazia negócio também com fitas, toucados e enfeites para senhoras. E Afonso A. de Freitas observou que ao lado das lojas elegantes das francesas, das joalherias e dos estabelecimentos de livreiros, havia forjas

³ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 117.

⁴ MACHADO, Ubiratan. *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 61.

⁵ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva & Cia., 1924, p. 467;

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 336.

⁶ DEAECTO, Marisa Midori, *op. cit.*, p. 378-379.

de ferreiro, tamancarias e talhos de carne verde disputando lugares no Triângulo.⁷

É exatamente nesse contexto que começam a se formar as bibliotecas e os conjuntos de livros que encontramos nos nossos processos de inventário *post-mortem*. Nesse sentido, se faz necessário conhecer um pouco mais sobre o desenvolvimento do comércio livreiro em São Paulo, sobretudo na primeira metade do século XIX – época para a qual não existem muitas pesquisas nesse domínio. Para a segunda metade do século, já existem estudos importantes, como a de Marisa Midori Deaecto, que se debruçou sobre a Casa Garraux e sobre a vida intelectual paulistana,⁸ sendo um ponto de apoio fundamental para a nossa pesquisa.

De toda forma, muitas lacunas ainda existem, e mesmo que saibamos que uma parte dos livros que chegaram nas residências paulistanas tenham vindo de outras partes do país, a dinâmica interna do comércio livreiro em São Paulo ainda está por ser investigada. Ademais, não nos parece muito razoável compreender a posse privada de livros, sem conhecer melhor as possibilidades de aquisição que tinham seus proprietários.

1.1. Algumas palavras preliminares sobre a Biblioteca da Academia de Direito e as formas alternativas de acesso aos livros

Quando da instalação da Academia de Direito, já existia uma Biblioteca Pública em São Paulo, formada em 1825, que fora incorporada por ela. Sua origem se devia a união de dois acervos: o do Convento de São Francisco (3.198 volumes) e o do Bispo Diocesano D. Mateus de Abreu Pereira (1.059 volumes). No entanto, ela não tinha capacidade para atender as demandas do curso, pois, embora este último acervo fosse um pouco mais arejado, ou seja, composto na sua maioria por obras laicas e bastante atuais para o seu tempo, o conjunto formado não era o mais adequado para servir ao curso que se instalava.⁹ As reclamações sobre o acervo se sucederam ao longo do tempo, como se vê no prefácio do primeiro inventário impresso da biblioteca, já em 1887. Trata-se da reprodução de uma reclamação feita pelo diretor do ano de 1881, Vicente Pires da Mota, transcrita para o texto do prefácio, escrito pelo então diretor, Antonio de Pádua Fleury:

⁷ BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, vol. 2, p. 709-710.

⁸ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011.

⁹ *Ibidem*, p. 76-98.

A bibliotheca é poabrissima em obras raras, e não pode ministrar auxílio para se acompanhar o progresso e o desenvolvimento que diariamente apresentam as sciencias jurídicas: carece dos autores mais notáveis, e nem sequer possui algumas das inumeras revistas, que se publicam no estrangeiro.¹⁰

Se pensarmos que essa reclamação ocorreu quase no final do século, poderíamos estimar as condições para os estudantes dos primeiros anos de funcionamento do curso jurídico: não havia obras adequadas para o ensino das disciplinas, nem exemplares suficientes para servir aos alunos. Veremos, no Capítulo 5, que José Maria de Avellar Brotero, primeiro lente da Academia, se sentiu obrigado a escrever, às pressas, um compêndio de direito natural para servir ao curso. Na edição de 22 de março de 1828 d'*O Farol Paulistano*, algumas semanas depois do início das aulas, o redator do jornal, que muito se regozijava com a abertura da faculdade, escrevia:

O Curso Juridico já conta com 27 estudantes matriculados, e nos consta, que mais de 5 ou 6 estão para fazer os seus exames. Temos assistido varias vezes ás licções; e temos ficado cada vez mais cheios de esperanças, porque notamos o zelo incansavel do Sr. Brotero, e applicação, e aproveitamento da mór parte de seus alumnos: só ouvimos uma, ou duas licções menos boas, por ventura por causa do natural acanhamento de mancebo ainda não acostumado a fallar em publico. Mas é demasiado trabalhosa tanto para o Lente como para os Discipulos a tarefa de postillar todos os dias: gasta o estudante o quadruplo do tempo, e apenas recebe o texto do compendio, sem explicação e tem depois o grande trabalho de reduzir a limpo o que a muito custo, e muita contra geito mal escreveo na Aula. Se nós não tivessem tirado o compositor, que tinhamos, fariamos todos os esforços por facilitar mais as licções aos Alumnos do Curso Juridico, imprimindo algumas paginas do seu compendio adiantadas, ainda que em muito boa letra não fosse; mas mandamos já providenciar compositor habil e mais e melhor letra; e teremos em breve o prazer de mimosear aos Alumnos do nosso Curso Juridico com licções impressas, pedindo só por premio d'este nosso empenho, se possivel é, maior applicação a tão importantes estudos, e maior adhesão, ao Systema Representativo, maior amor á liberdade legal, maior patriotismo; mas cuidamos que tudo isto tem chegado ao seu auge, e então os Alumnos do Curso Juridico de S. Paulo já nós tem pago de sobra o nosso pequeno trabalho, o nosso disvello em lhe pouparamos o incommodo de postilhar.¹¹

Com isso, podemos perceber que não só as condições da biblioteca não eram propícias como, também, que a cidade ainda não tinha a mínima estrutura em relação à produção e circulação de impressos. Contudo, essa situação vai se transformando aos poucos, com o

¹⁰ FLEURY, Antonio de Pádua Apud DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 97.

¹¹ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 98, 22 de março de 1828.

aumento da disponibilidade de obras, com a criação de novas tipografias e com o desenvolvimento do comércio livreiro.

No entanto, algumas práticas visando o acesso aos livros que não passavam pela compra se mantiveram por muitos anos. José de Alencar, em seu livro intitulado *Como e porque sou romancista*, ao discorrer sobre seu tempo de estudante em São Paulo, entre os anos de 1846 e 1850, dava alguns indícios dessas práticas, ao afirmar que:

Naquelle tempo o commercio dos livros era como ainda hoje artigo de luxo; todavia, apesar de mais baratas, as obras litterarias tinham menor circulação. Provinha isso da escassez das communicações com a Europa, e da maior raridade de livrarias e gabinetes de leitura.

Cada estudante porem, levava comsigo a modesta provisão que juntara durante as ferias, e cujo uso entrava logo para a communhão escolastica. Assim correspondia S. Paulo ás honras de sede de uma academia, tornando-se o centro do movimento litterario.

Uma das livrarias, a que maior cabedal trazia á nossa commum bibliotheca, era de Francisco Octaviano, que herdou do pai uma escolhida collecção das obras dos melhores escriptores da litteratura moderna, a qual o jovem poeta não se descuidava de enriquecer com as ultimas publicações.

Meu companheiro de casa era dos amigos de Octaviano, e estava no direito de usufruir sua opulencia litteraria. Foi assim que um dia vi pela primeira vez o volume das obras completas de Balzac, nessa edição em folha que os typographos da Bélgica vulgarisam por preço módico.

As horas que meu companheiro permanecia fóra, passava-as eu com o volume na mão, á reler os títulos de cada romance da collecção; hesitando na escolha daquelle por onde havia de começar. Afinal decidia-me por um dos mais pequenos; porem, mal começada a leitura, desistia ante a difficuldade.¹²

Essa prática dos empréstimos será constante durante muitos anos e, nos anúncios dos jornais paulistas, elas se fazem revelar. Na edição de 28 de setembro de 1831 *d'O Novo Farol Paulistano*, encontra-se a seguinte notícia:

Emprestou-se há tempos um 2º vol. do Diccionario Hespanhol e Francez por M. Nunez de Taboada (?), e os tom. 3º 4º e 5º das obras de Fylinto Elysio. Roga-se o obsequio de os restituirem.¹³

No dia 21 de março de 1832, vemos mais um pedido de restituição:

¹² ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893, p. 28-29.

¹³ *O NOVO FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 16, 28 de setembro de 1831.

A pessoa que pediu emprestado a Pedro Antonio de Oliveira o 1º volume de P. J. e Mello Freire, que tracta de Jure Criminali queira restituí-lo a seu dono, visto que se não lembra a quem emprestou.¹⁴

Em maio do mesmo ano, é possível ler mais uma cobrança:

Roga-se a quem se emprestarão os livros a baixo declarados, o obsequio de declarar sua residência para ser procurado, ou de os mandar entregar, não sendo já precisos, na Rua do Ouvidor Nº 44 – o 4º e o 5º vol. das obras completas de Chateaubriand em 28 vol. in 8 encadernadas – Collecção dos Assentos da Casa da Supplicação 1 vol. em 8 gros. Encadernado – Cartas de E’cho a Narciso por Castilho 1 vol. em brochura – Oblie, ou les moyens de fonder la Morale d’un peuple, 1 vol. em 8 por J. B. Say – Doutrina das Acções accommodadas ao fôro de Portugal 1 vol. em 8 brochado por Correa Telles – N. B. Os primeiros vol forão emprestados pelo mesmo dono; os outros dois por via do Sr. Desembargador Silveira da Motta.¹⁵

Na realidade, os exemplos são inúmeros, mostrando que se tratava mesmo de uma prática corrente. Algumas vezes, ficamos com a impressão de que esses empréstimos eram feitos por particulares que pareciam ceder os livros no mesmo esquema dos gabinetes de leitura, visto que alguns nomes de cobradores se repetiam, pedindo a devolução de obras diversas.

Em relação a esse tipo de instituição, encontramos, a notícia de um gabinete literário, em 1831, como pode ser observado no anúncio d’*O Farol Paulistano*, de 17 de março de 1831:

Roga-se aos Srs. Assignantes do Gabinete Litterario, que se quizerem tirar livros para ler em suas casas, queirão comparecer das 7 horas da manhã até as 9; e das 11 horas ás 4 da tarde. Roga-se tambem á aquelles que ainda não satisfizeram as condições da assignatura, dignem-se de o fazer o mais breve possivel, para se poder publicar seus nomes na relação geral dos patriotas que tem concorrido ara este tão util estabelecimento.¹⁶

Cerca de um mês depois, os diretores do gabinete fazem um novo apelo ao público, como se vê na notícia abaixo:

Os Directores do Gabinete Litterario, sabendo que o que de alguma sorte paralisou o numero dos Srs. Assignantes de trimestre, foi a caução que devião dar de 6:400, declarão nulla esta clausula, asseverando que jamais foi feita senão com vistas de obter maior numero de assignantes annuaes, e tanto assim que de nem um dos trimestraes exigirão a dicta quantia. D’esta sorte verão alguns Srs. que, depois de terem assignado mandarão riscar suas assignaturas, que s’enganáron no juizo que fizerão das intenções dos Directores do Gabinete

¹⁴ *O NOVO FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 63, 21 de março de 1832.

¹⁵ *O NOVO FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 75, 2 de maio de 1832.

¹⁶ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 464, 17 de março de 1831.

Litterario, que não é senão um estabelecimento criado mais com vistas de facilitar a instrução, do que para interesse dos dictos Directores, que quando muito poderão salvar as despesas. Recebem-se tambem d'ora em diante assignaturas mensaes que serão por 1:500 rs. e semanarias por 500 rs. A lista dos Srs. Assignantes fundatarios não pode ser publicada, senão depois de satisfeita a importancia de todas as assignaturas, visto de alguns as supprimirão no acto de as pagar.¹⁷

Se a existência do gabinete literário representa uma certa demanda, as dificuldades encontradas por ele denotam os limites impostos pela estreiteza do público leitor e dos recursos financeiros para se investir em atividades que não eram essenciais. Assim, fica patente uma situação na qual, por falta de recursos, ou mesmo, por falta de oportunidades para a aquisição desse tipo de impresso,¹⁸ havia outros caminhos para se ter acesso aos livros, embora estes, também, se vissem diante de obstáculos.

Nos deparamos, inclusive, com casos curiosos de roubo de livros, como se pode ler na edição de 24 de fevereiro de 1836, *n' O Paulista Official*:

Expediente da presidência. 20 de fevereiro de 1836. O Presidente da Província tem presente o Officio do Sr. Juiz de Paz da Villa de Sorocaba com data do ___ d'este mez, em que communica terem sido alli prezos como suspeitos Vicente Ferreira da Costa, e Antonio José Lino, por serem encontrados com varias peças de prata, e vasos pertencentes à Igrejas, enviando a relação d'aquelles objectos para chegarem ao conhecimento do publico por meio da Imprensa, a fim de serem reclamados pelas pessoas à quem pertencerem, no entanto que estava formando o processo d'aquelles individuos; e ficando o mesmo Presidente de tudo inteirado, mandava publicar a relação, que o dicto Sr. Juiz de Paz enviou. – J. C. de Miranda Ribeiro. Relação das peças achadas em poder de Vicente Ferreira da Costa, e Antonio José Lino. Hum Escravo de Nação Moçambique, de nome Bernabé, com o nome mudado em Antonio. 1 Calix de prata machucado, com patêna e colher doirada com o peso de 14 onças. 2 Talheres de prata com o peso de 72 oitavas. 1 Colher sem garfo de prata 18 oitavas e meia. 1 Ponteira e bocaes de prata com argola 24 oitavas. 1 Balança, e marco de meia libra incompleto de pezar oiro. 3 Colheres de chá de _____. 1 _____ oiro com o peso de 6 grãos. 1 _____ com 2 oitavas e 3 quartos. 2 _____ de molas para relógios. 4 *Volumes de Curso de Direito Natural por Monsieur _____ em Lingoa Franceza. 1 Dicto do Contrato Social. 1 Dicto de Novellas de Deveres do Homem. 1 Dicto de Historia do Brasil.* 1 Masso de gozúas, que servem de instrumentos para roubar. 1 Macho saino ja velhusco. 1 Cavallo malacara, inteiro. 1 Dicto tostado inteiro.¹⁹ [grifo nosso]

¹⁷ O FAROL PAULISTANO. São Paulo, nº 473, 12 de abril de 1831.

¹⁸ Marisa Midori, por exemplo, reproduz algumas cartas de Álvares de Azevedo aos seus pais, nas quais é possível ler diversos pedidos de livros e reclamações a respeito das possibilidades de aquisição dos mesmos em São Paulo, no seu tempo de estudante da Academia. DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 348-354.

¹⁹ O PAULISTA OFFICIAL. São Paulo, nº 162, 24 de fevereiro de 1836.

No mesmo ano, mas, n' *O Novo Farol Paulistano*, aparece a seguinte notícia:

Roubaram na noite de 20 de Novembro da casa n. 23 da rua do Rozario defronte do Illmo. Sr. José Manoel de França, tendo o roubador aberto a porta com gazûa ou chave falsa, os seguintes livros além dos que se ignorão: Abrégé de Geographie por Adrien Balbi; Magnum Lexicon latinum; Diccionario Portuguez latino de Fonceca; Primeiro volume da obra de Guizot, Histoire de la Civilisation en France; Um jogo de Diccionario Inglez de Vieira, ultima edição; Primeiro volume da obra de Perrarde, Logique Classique. Roga-se aos senhores a quem se offerecerem os dictos livros os apprehendão, e façam o obsequio de mandar entregar á casa dos Ill.mo Srs. França, ou Costa Silveira na rua da Esperança.²⁰

Para além do caráter curioso dessas histórias, elas podem indicar algumas questões. Fica claro que os livros tinham um certo valor econômico, mas, também, podemos pensar que – tenham sido eles roubados para uso próprio ou para serem vendidos – a Academia de Direito, direta ou indiretamente, já havia criado uma demanda que precisava ser suprida de alguma forma.

1.2.O comércio de livros revelado nos inventários *post-mortem*

Foi uma surpresa gratificante para nós encontrar, entre as cobranças de dívidas passivas, notas de compras de livros na Casa Garraux e na Grande Livraria Paulista. Ter contato com elas foi uma pequena viagem ao passado. Algo que parece tão banal no nosso dia-a-dia, como um simples recibo ou uma nota fiscal, ganha outra dimensão quando são descobertos, mais de um século depois, e materializam um pouco do cotidiano daqueles vendedores e compradores de livros.

No entanto, a existência dessas duas livrarias – que mudaram de forma tão significativa o universo livresco naquela pacata cidade Oitocentista – representa um tipo de comércio de livros quase ideal, muito diferente do que acontecia algumas décadas antes, e que continuou acontecendo, mesmo após a inauguração delas. Assim, vamos observar brevemente aquele comércio não-especializado ou informal que os nossos inventários revelaram. Os processos que consultamos, referentes a comerciantes da época, trazem informações de interesse para a nossa pesquisa.

²⁰ *O NOVO FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 485, 7 de dezembro de 1836.

No processo de José Eduardo Rule²¹ – que tinha um pequeno comércio no Hotel Itália – encontramos, entre os objetos da loja, dois exemplares do Novo Testamento, duas obras de Charles Dickens e mais um lote de diversos volumes. Provavelmente, seu público alvo eram os hóspedes do hotel, e os dois títulos mencionados parecem mesmo boas escolhas para aqueles que estão de passagem. No entanto, não seria infactível conjecturar que eles pudessem ser adquiridos por qualquer habitante da cidade, já que o comércio especializado de livros ainda estava em gestação.

Outro exemplo é o processo de Pedro Correa de Sant’Anna,²² no qual encontramos, entre os bens da sua loja de tecidos e fazendas, “7 cartilhas e 6 gramáticas de A. A. P. Coruja”. Não conseguimos identificar o autor nem os detalhes dos livros, mas pelas informações que aparecem, podemos supor que se tratavam de obras de uso mais corrente, em função da educação das crianças, visto que, para além das escassas escolas da cidade, muitas vezes a alfabetização se fazia em casa. De todo modo, chamamos a atenção para o fato de que elas eram vendidas em uma loja de tecidos e fazendas.

Outro caso semelhante é o do processo de Lindoro José Branco,²³ que em sua loja de ferragens e fazendas tinha “seis *Códigos Philipino* encadernados, 48 do mesmo livro em brochura, 54 *Auxiliador Jurídico* encadernados e 8 *Atlas do Império*”.

Conforme veremos, o Código Filipino foi a base da legislação brasileira até 1917, quando foi promulgado o Código Civil. Nesse sentido, esses livros eram úteis a diversos setores da burocracia da cidade, assim como para os estudantes da Academia e os homens de lei em geral, além da classe política. A outra obra encontrada supomos que seja o *Auxiliar juridico: servindo de appendice a decima quarta edição do Codigo Philippino, ou, Ordenações do Reino de Portugal recopiladas por mandado de El-Rey D. Philippe I, a primeira publicada no Brazil, obra util aos que se dedicação ao estudo do direito e da jurisprudencia patria*,²⁴ de autoria de Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), que seguia a mesma lógica do livro anteriormente citado, visto que era uma espécie de guia de leitura do Código Filipino.

²¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006004079, Ano: 1871, Processo nº: 1474.

²² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003562, Ano: 1880, Processo nº: 2377.

²³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000797, Ano: 1872, Processo nº: 2198.

²⁴ ALMEIDA, Candido Mendes de. *Auxiliar juridico: servindo de appendice a decima quarta edição do Codigo Philippino, ou, Ordenações do Reino de Portugal recopiladas por mandado de El-Rey D. Philippe I, a primeira publicada no Brazil, obra util aos que se dedicação ao estudo do direito e da jurisprudencia patria*. Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico, 1869.

Já o *Atlas do Império*, imaginamos ser o *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II*,²⁵ também elaborado por Cândido Mendes. Assim como as duas obras anteriores, para além dos alunos do Colégio Pedro II – para quem a obra foi destinada –, esse livro certamente era útil aos estudantes da Academia de São Paulo e para outros setores da população, ligados à administração e à burocracia da cidade. Conforme veremos nos capítulos subsequentes, de fato, encontramos alguns exemplares dessa obra espalhados entre as bibliotecas paulistanas.

Outro caso interessante é a nota que encontramos entre as dívidas passivas de Francisco Honorato de Moura,²⁶ que revela a mesma situação de livros sendo vendidos em espaços diversos, pois, ela se referia a um depósito de vidros para vidraças, pertencente a Pedro P. Bittencourt & Cia. O mais curioso dessa nota é o fato de que os livros eram bastante especializados na área jurídica – eles foram comprados por um de seus filhos, Ernesto de Moura, que na época da compra era aluno da Academia de Direito de São Paulo.

Quadro 1 – Nota da Casa Pedro P. Bittencourt encontrada no inventário de Francisco Honorato de Moura

Autores	Título	Valor
Vidari	Direito Commercial	45\$000
Massé	Direito Commercial	20\$000
Gouvea Pinto	Testamentos	12\$000
Orlando	Codigo Commercial	9\$000
Beslay	Dos Commerciantes	5\$000
Casse	Economia Politica	3\$000
Ciccone	Economia Política	14\$000
Jourdan	Economia Política	8\$000
Dias Ferreira	Codigo Civil	30\$000
Doveri	Direito Romano	10\$000
Levindo	Reforma Judiciária	12\$000
Faustino	Direito Civil	17\$000
Autran	*****	7\$500
*****	Livro do Promotor	\$,000
Lafayette	Direito das Cousas	14\$000
TOTAL		215\$500

²⁵ ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II*, destinado à instrução publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

²⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000775, Ano: 1885, Processo nº: 2555.

Chama a atenção o valor elevado do montante final, mas, acima de tudo, é importante notar a variedade dos títulos que poderiam ser encontrados em um depósito de vidros para vidraças. Pensando na natureza das obras, sua presença não era, em si, surpreendente, visto que elas deveriam ser vendidas facilmente aos alunos da Academia. É válido indicar, entretanto, que na data em que esses livros foram comprados pelo filho de Francisco Honorato de Moura, em julho de 1885, várias outras livrarias já existiam na cidade de São Paulo, principalmente a Casa Garraux, que tinha um grande sortimento de livros de Direito, tendo como público alvo justamente os futuros bacharéis – inclusive, um de seus catálogos seguia exatamente o currículo do Curso Jurídico.²⁷ Comparamos os preços encontrados na nota e aqueles do Catálogo da Casa Garraux, referente ao ano de 1872, e percebemos que havia variações, sendo uns mais caros, outros, mais baratos, mas que, no geral, eles eram semelhantes – o que poderia indicar que havia um certo grau de concorrência que mantinha os preços, mais ou menos, nos mesmos níveis.

Assim, se por um lado, podemos perceber que o comércio de São Paulo ainda caminhava lentamente até atingir um grau de especialização característica dos grandes centros urbanos, por outro, notamos que os espaços de circulação de livros eram mais difundidos nessa cidade em crescimento do que poderia aparentar.

Outro elemento que se destacou, e que se relaciona com o comércio livreiro, foi o destino dado aos livros. Na maioria dos casos eles ficavam de herança para os inventariantes ou algum outro herdeiro, mas, em alguns processos que consultamos eles foram leiloados em praça pública. As obras eram organizadas por lotes e, muitas vezes, as bibliotecas eram fragmentadas sendo adquiridas por diversos compradores. Pelo volume de livros que encontramos sendo vendidos nessas ocasiões, podemos imaginar que se tratava de um espaço consagrado para a compra de determinados bens, inclusive desse tipo de impressos.

Também não podemos nos esquecer das faturas emitidas por escolas que encontramos entre as relações de despesas com os órfãos, as quais descreveremos no Capítulo 3. Mesmo que fossem livros bastante específicos, e que pudessem ter sido comprados anteriormente nas livrarias para serem revendidos pelas instituições de educação, o que mais importa para nós é o fato de que elas ampliavam as possibilidades de aquisição dessas mercadorias.

Enfim, os inventários *post-mortem* reforçam a constatação de que o comércio, inclusive o de livros, era bastante disperso com a ausência de livrarias – e mesmo depois da sua proliferação. No entanto, eles também mostraram um certo nível de atividade que nos levou a

²⁷ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 330.

considerar necessário buscar outras fontes de informação para compreender melhor essa dinâmica.

Imagem 2 - Nota da Casa Pedro P. Bittencourt encontrada no inventário de Francisco Honorato de Moura

Completo Sortimento DE VIDROS
de todas as cores e qualidades para caixilhos, ditos de espelhos, Guarnições nacionais e estrangeiras, LAMPREÕES, Cortinas para janelas, Vasos etc.

DEPOSITO DE VIDROS PARA VIDRAÇAS
PAPEIS PINTADOS PARA FORRAR CASAS
PAPEL E TINTA D'IMPRESSÃO

Apparehos de porcellana para Toilette, Escarradeiras, Transparentes, Tapetes, Esteiras, Capachos, MOLDURAS, Estampas, Serpentina, Cortinas para cama e muitos outros artigos.

O Illm. Snr. *Francisco Honorato de Moura* Comprou

à Pedro P. Bittencourt & Cia.
N. 46 - RUA DE S. BENTO - N. 46

Pagavel em moeda corrente nesta praça, a nós ou a nossa ordem, dentro do prazo de dias e ocorrendo
Deito, pagará mais o premio de por cento ao mez, pelo tempo que se lhe conceder.

Typ. Livro de Ouro - S. Paulo. S. Paulo, 15 de *Julho* de 1885

Para o Sr. <i>Francisco Honorato de Moura</i> :		
1 Vidari direito commercial	6 vol	45000
1 <i>Alasari</i> " " "	4 "	20000
1 <i>Corvica</i> Pinto Testamentos	1 "	12000
1 <i>Orlando</i> codigo commercial	1 vol	8000
1 <i>Baslay</i> dos commerciantes	1 "	5000
1 <i>Corad</i> economia politica	1 "	3000
1 <i>Ciccone</i> " " "	3 "	14000
1 <i>Yourdan</i> " " "	1 "	8000
1 <i>Dias Pereira</i> codigo civil	4 "	30000
1 <i>Doveri</i> direito romano	2 "	10000
1 <i>Revindo</i> reforma judiciaria	2 "	12000
1 <i>Paustino</i> direito civil		12000
1 <i>Aultran</i>		7500
1 <i>Rivero</i> de Promotor		8000
1 <i>Rafayette</i> direito das cousas		14000
		215500

S. Paulo 28 de Setembro de 1885
J. P. Bittencourt

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Ano: 1885, Processo nº: 2555, p. 46

1.3.Os anúncios de jornal (1827-1850)

Para entender com maiores detalhes o volume do comércio não especializado de livros, selecionamos todos os periódicos impressos em São Paulo, entre os anos estabelecidos, que estavam disponíveis na Hemeroteca Digital, do site da Biblioteca Nacional Digital, centrando-nos exclusivamente na seção dos anúncios. Começamos pelo *O Farol Paulistano*, primeiro jornal impresso da cidade, que passou a circular em 1827, cuja continuidade foi *O Novo Farol Paulistano*. Também nos debruçamos sobre o *Observador Constitucional*, *A Phenix*, *O Federalista*, *O Justiceiro*, *O Observador das Galerias*, o *Paulista Oficial*, *A Violeta*, *Ensaio Literários*, *O Americano*, *O Arrebol*, *O Conservador* e *O Piratininga*.²⁸

Conforme indicamos no início do capítulo, escolhemos esse intervalo (1827-1850) porque gostaríamos de observar com mais cuidado um período que foi menos estudado nesse aspecto, mas, também, porque tínhamos a intenção de compreender em quais condições os livros que encontramos nos inventários foram adquiridos e, por fim, mas não menos importante, com o intuito de verificar os impactos que a instalação da Academia de Direito gerou no comércio livreiro antes mesmo do fortalecimento da economia cafeeira e do crescimento da cidade.

Percebemos que os livros apareciam em vários tipos de comércio, mas, começaremos por aquele que acreditamos serem espaços um pouco mais “naturais”, ou seja, mais ligados ao universo dos impressos: as tipografias. Elas não vendiam apenas livros impressos *in loco*, mas também obras diversas impressas na Corte, além de outros livros importados. O primeiro anúncio que encontramos data de 29 de dezembro de 1827, e diz o seguinte:

Livros á venda na Typographia d'esta Cidade, e em casa do Capitão Gabriel Henriques Pessoa.

- Compendio científico para a mocidade Brazielira, destinado ao uso das escolas dos dois Sexos, ornado de nove estampas accomodadas ás Artes e Sciencias de que n'elle se tracta, tiradas por Lithographia – preço 2\$200 rs.
- Dialogo Constitucional Braziliense: contém todas as Leis e disposições Regulamentares da Constituição Política do Imperio, e das Eleições; os Regimentos do Conselho d'Estado, e um mui bem ornado Mappa de toda as garantias, que a mesma Constituição offerece effectivas aos Cidadãos Brasileiros pela Divisão e Harmonia dos Poderes Politicos, pela Responsabilidade dos Ministros d'Estado, e mais Empregados Publicos, pela

²⁸ Não conseguimos consultar todas as edições de alguns desses periódicos, dada a indisponibilidade deles no site, mas acreditamos que, do levantamento feito, já é possível extrair alguns aspectos importante da circulação de livros em São Paulo.

Liberdade da Imprensa, pelo Juízo por Jurados, compreendendo-se no mesmo as respectivas limitações – preço 720 rs.²⁹

O primeiro livro anunciado, por exemplo, de autoria de José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo, fora impresso no Rio de Janeiro, nesse mesmo ano, na tipografia Plancher-Seignot.³⁰ Mas, n' *O Novo Farol Paulistano*, de novembro de 1836, encontramos o anúncio de um livro que havia sido impresso na própria tipografia do jornal. Tratava-se da *Collecção das posturas da Camara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo*.³¹

Assim, além de vender obras que eram impressas localmente, as tipografias funcionavam como um espaço para o comércio de vários títulos, e os anúncios aparecem com bastante frequência. As principais obras anunciadas eram relativas à legislação, obras de jurisprudência, livros para educação infantil, alguns opúsculos referentes a debates políticos, como o *Resposta as parvoices, absurdos, impiedades e contradicções do Sr. P. Luiz Gonsalves dos Sanctos*, escrito por Diogo Antonio Feijó,³² mas também livros de literatura, ciências no geral, obras de referência etc., como pode ser percebido no anúncio d' *O Novo Farol Paulistano*, de janeiro de 1837:

LIVROS Á VENDA N'ESTA TYPOGRAPHIA – Diccionario Francez de Constancio, 6\$000; Codigo do Processo Criminal, 640; Dicto Brasileiro, ou Manual do Jury, 640; Codigo Commercial Portuguez, 3\$000; Medicina Domestica, 1\$280; Diccionario de atribuições de Juizes de Paz, 1\$000; Poësias de Araujo, 1\$000; Economia Politica de J. B. Say, 2\$000; Instrucções de Caçadores, 640; Grammatica de Lhomond, 1\$000; Tragedia de Thelaire, ou os Hespanhoes na America, 640; Compendio de Geographia, 2\$000; Diccionario Topographico do Brasil, 4\$000; Epitomes da Grammatica Portugueza de Moraes, 1\$000; Recreação Moral até o 5º tomo, 1\$500 por vol.; Resumo Historico de D. Pedro, 800; Systema geral dos Corpos de Caçadores, 2\$000; Elementos de Astronomia, 1\$000; Eapositor (sic) Portuguez, 1\$000; Collecção de Cartas para Meninas, 320.³³

Também acontecia de obras impressas na tipografia do jornal anunciante serem vendidas tanto na própria tipografia quanto em outras lojas, como é o caso dos anúncios que aparecem n' *O Paulista Official*:

²⁹ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 75, 29 de dezembro de 1827.

³⁰ O livro se encontra digitalizado no site do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242534>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

³¹ O livro se encontra digitalizado no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7094>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

³² *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 136, 06 de agosto de 1828.

³³ *O NOVO FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 498, 21 de janeiro de 1837.

As Leis Provinciaes pertencentes ao corrente anno desde N°1 a 43, impressas na Typographia do Governo em bom papel, e in-folio, e acompanhadas dos Compromissos das Irmandades da Sancta Casa da Misericordia d'esta Cidade, e das Villas de Paranaguá e Sanctos, dos Estatutos da Confraria da Sr^a do Remedio d'esta mesma Cidade, e dos Modelos de Orçamento da Receita e Despeza das Camaras Municipaes, achão-se *á venda na referida Typographia estabelecida no Palacio do Governo, e na Botica do Sr. Luiz Maria da Paixão* [grifo nosso], rua de S. Bento n° 25 pelo preço de 3\$ réis cada Collecção. Igualmente se acha á venda a Collecção das Leis do anno passado por 1\$ réis.³⁴

Imagem 3 – Folha de rosto da obra *Collecção das posturas da Camara Municipal da Imperial cidade de São Paulo*

Fonte: *Collecção das posturas da Camara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo*, São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1836.

³⁴ O PAULISTA OFFICIAL. São Paulo, nº 210, 21 de junho de 1836.

Entre anúncios de casas comerciais de todas as naturezas, encontramos livros *partout*. Os exemplos pululam e, embora a quantidade de títulos oferecidos não fosse nunca muito extensa em cada situação, a regularidade dos anúncios e a variedade de endereços mostra que, mesmo que fosse restrito, já havia uma certa penetração do consumo de livros na cidade – e não só daqueles relacionados à Academia de Direito, como podemos ver pelo seguinte anúncio:

Rua do Rozario Logea de fazenda secca casa nº 13, acha-se a venda uma porção de Livros, imtitula-se Medicina Curativa, em 4º, X voll. Preço 2\$ rs muito util para uma Casa de familia. Seu Autor é José Maria Bom-Tempo, Medico de S. M. I. estes livros são chegados proximamente da Côte.³⁵

Em agosto do mesmo ano, e no mesmo periódico, encontramos:

Na rua direita pegado ao nº 8 loge de Ferragem, acha-se a venda Mappas das Garantias do Cidadão Brasileiro, preço 100 réis cada um; alguns livros Francezes de bons auctores; e algumas Musicas para Rebeca.³⁶

Outros exemplos, por vezes um tanto curiosos, mostram a diversidade de títulos, de temas das obras e do tipo de casas comerciais nas quais era possível comprá-los. Em novembro de 1829, *O Farol Paulistano* anuncia:

Defronte do Chafariz *na loja de ferragem* [grifo nosso] se achão á venda os livros seguintes – Diccionario de Morães – Portuguez Francez Portatil – Idem de Souza – Geographico – Francez Inglez – Classico – Obras: Historia da Marinha – Degerando – Orações de Cicero – Quevedo – Martini – Cabanis – Benjamim Constant – Longino – Luciano – Relatorio da Luisiana – Constituições differentes – L’Exalté – Le Renegat – e outros.³⁷

Em março de 1831, se lê:

Na rua do Rozario caza n. 65 de Madame Jozefina é chegado proximamente, e por preços comodos, Barretinas de pelo com ferragem pluma e cordões, ditas d’Oleado, Bandas para pffocoes, Buldrieis para espada, Cananas envernizadas, D__gonas brancas para tenente, e Capitão, Pentes de tartaruga muito ricos, Castiças de casquinha finos, Cambraia de linho muito fino, Chales de lam bordados, Chales de seda ricos, Luvas de cores para homens, Esporas de casquinha, Pentes ordinarios, Chales de lam ordinarios, Vestidos de setim bordados de prata, Bones, e chapéos para meninos, chapéos de sol para Senhoras,

³⁵ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 95, 12 de março de 1828.

³⁶ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 141, 23 de agosto de 1828.

³⁷ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 269, 10 de novembro de 1829.

Seda e franjas modernas, - *Codigo Criminal, Flore médicale seis volumes, o doce Francez*. [grifo nosso]³⁸

Em junho do mesmo ano, e no mesmo periódico, encontramos as seguintes notícias:

Pedro Kiehl relojoeiro, morador na rua da quitanda n. 16, avisa ao respeitavel publico, que elle tem relógios inglezes, e Francezes, ouro e prata de sabonete, boa qualidade regulão muito bem: tambem vende varias coizas pertencentes aos relojos, e *as obras inteiras de Voltaire encadernadas*, uma espingarda de dous canos d'espoletas, tudo a um preço muito comodo.³⁹

Paulo Domère, tem a honra de participar ao respeitavel publico que abrio sua Padaria na Rua Direito caza nº 46, onde todos os dias se achará muito bom pão, e fabricado com o maior aceio possivel; por tanto roga ao mesmo publico que haja de honra-lo na compra do pão, que, elle annunciante será grato na recompensa de se esmerar quanto puder. *Tambem tem para vender o codigo criminal a 400 rs. cada volume*.⁴⁰

Conforme mencionamos, os exemplos são múltiplos – além de inusitados em alguns casos – e estão presentes não apenas n' *O Farol Paulistano*, mas em todos os outros jornais. No entanto, algumas situações recorrentes nos chamaram a atenção, como foi o caso da casa comercial de Joaquim Antonio Alves Alvim, localizada à Rua do Commercio, nº 3. Seus anúncios aparecem pela primeira vez em 1828, n' *O Farol Paulistano*, e vão até 1838, estando presentes em diversos dos periódicos analisados.

Fica evidente que não se trata de uma livraria, pois encontramos outros produtos sendo anunciados, como rapé, areia preta, chapéus, produtos para dores de dente, etc., mas esses artigos diversos aparecem sempre ao final do anúncio, após a enumeração de alguns livros. Em agosto de 1829, lemos no *O Farol Paulistano*:

Rua do Commercio casa nº 3 acha-se a venda as seguintes obras – Guia dos Juizes de Paz – Guia das Camaras Municipaes do Brasil – Demonstrações da Necessidade de Abolição do Celibato Clerical – Dialogo Constitucional – Constituição do Império – Compendio de Historia dos Estados Unidos da America – Euclides – Besout, Compendios de Direito Público por Vattel, e outros muitos livros por preço commodo.⁴¹

³⁸ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 463, 15 de março de 1831.

³⁹ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 496, 09 de junho de 1831.

⁴⁰ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 501, 23 de junho de 1831.

⁴¹ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 240, 22 de agosto de 1829.

Quase dez anos depois, encontramos no jornal *A Phenix* uma lista de alguns livros vendidos na mesma casa comercial:

Na Rua do Commercio Nº 3 e loja de Joaquim Antonio Alves Alvim ha para vender as seguintes obras – Alfabeto Portugues para aprender a ler com muita facilidade em pouco tempo; Arte de aprender a ler letra manuscripta em 10 Lições, por Ventura; Horas Mariannas; Atala por Chateaubriand; Renato pelo mesmo; Cartas de A. B. C.; Cathecismo de Montplier; Leitura para meninos; Artes Latinas; Artes Portuguezas; Francezas; Pautas, Traslados; Taboadas; Primeiros Conhecimentos para meninos que começam a ler; Armazem de meninos; Accidentes da infancia; Contos de Fadas; Instrucções innocentes e doutrinaes de Contos Divertidos; Vatel direito das Gentes; Manual Diplomatico; Diccionario de Fonseca; Compendio da Historia dos Estados Unidos d’America; Contracto Social; O que é Codigo Civil?; Poezias sacras pelo Padre Caldas; Primeiras e Segundas Selectas Latinas; Quintiliano de Fonseca; Arte Poetica de Horacio; Mestre Italianno de Veneroni; O Diabo Coxo; Manual de Missa; Relicario Angelico; Rethorica ou regras de Eloquencia por Gibert; Dialogo Constitucional Braziliense. N’esta mesma Casa tem muito bom Chá Hysson, rape Areia preta, Massaroca, Princeza da Bahia – Cartilhas &c.⁴²

É interessante notar que mesmo que o comerciante vendesse outros produtos, conforme mencionamos, os anúncios eram quase sempre relativos aos livros. Não podemos responder ao certo, mas a forma como essas propagandas aparecem sugerem algumas questões. Talvez elas pudessem revelar que a venda de livros era uma das atividades principais da casa comercial.⁴³ No entanto, num sentido oposto, os anúncios poderiam indicar que era preciso divulgar os artigos que eram menos conhecidos ou excepcionais. Por outro lado, não é possível negar a hipótese de que pudesse haver um público propício a comprar livros, como os estudantes da Academia, e que a publicidade se dirigisse a ele. Seja como for, essa presença constante e de relativa longa duração já é, em si, uma questão a ser remarcada.

Outras casas comerciais também se destacaram entre as propagandas de venda de livros, mas, gostaríamos de chamar a atenção para uma em especial. Trata-se de dois anúncios que aparecem n’*O Novo Farol Paulistano*, no mês de agosto de 1831, nos quais se lê:

O Indice Alphabetico das Leis do Brazil em continuação ao Repertotrio geral de Manoel Fernandes Thomaz, por Alberto de Moraes e Carvalho; obra interessantissima aos Senhores Lentes, Estudantes, Magistrados, Juizes contenciosos, ou de Paz, Advogados, e a todos os que se empregão no Foro,

⁴² *A PHENIX*. São Paulo, nº 39, 09 de junho de 1838.

⁴³ Informações mais precisas poderiam esclarecer melhor essas questões, mas, por ora, é suficiente notar a presença dessa casa comercial, pois não encontramos notícias dela em nenhum relato de viajante ou de memorialistas da cidade.

ou querem consultar qualquer ramo de Jurisprudencia Brazilica, se acha á venda na *loja de livros* da esquina da rua do Ouvidor, e de S. Bento.⁴⁴ [grifo nosso]

E, alguns dias depois,

Achão-se á venda na *loja de livros* da rua do Ouvidor, canto da de S. Bento, Poezias offerecidas ás Sr.as Brasileiras, por A. J. de Araujo. Tem sido julgadas por muita gente de senso dignas do objecto a que são dedicadas. Seu preço 1\$000 rs.⁴⁵ [grifo nosso]

Esses são os dois únicos anúncios que encontramos que utilizam a denominação “loja de livros” nesse período. No entanto, essa loja nunca mais apareceu nos anúncios e, tampouco, localizamos outras referências a ela. Não sabemos se o seu desaparecimento nos jornais se deveu ao fechamento da casa por falta de público ou outro motivo, ou, justamente o contrário, pelo fato de ser um estabelecimento reconhecido, talvez o único do ramo, que não precisasse gastar dinheiro nem esforços para se anunciar. Mas essa última hipótese não parece muito razoável, visto que, se isso fosse verdade, certamente haveriam outras menções a ela.

Um outro anúncio indica a presença de um possível comércio especializado, mas já em 1833, como se pode ler n’*O Novo Farol Paulistano*, de 27 de setembro de 1833:

Antonio Joaquim de Andrade Villares desejando finalizar a venda de uma porção de livros que a tempos lhe vierão de França e bons, e modernos auctores, proprios para o Curso Juridico e para pessoas literatas; tem deliberado vendel-os por muito modicos preços, *por querer desfazer-se deste negocio*, e por isso convida a todos os Srs. Estudantes, e mais pessoas amantes da Litteratura, que querião comprar os dictos livros, hajão de comparecer na Rua Direita casa N. [sic] das 10 horas da manhã até as 5 da tarde, que acharão com quem tractar = Os livros são os seguintes: - Obras de Filangieri, dictas de Pascoal José de Mello Direito Civil, dictas de Degerando, aperfeiçoamento Moral, dictas de dicto Systema de Filosofia, dictas de Torombert, dictas de Comte = Tractado de Legislação, dictas de Depradt das Colonias, dictas de dicto Europa e America, dictas de Smith – Riqueza das Nações, dictas de Cousin – Curso de Filosofia, dictas de B. Const. – Curso de Polit. Const. Em Hespanhol, dictas de dicto dicto em Francez, dictas dicto – Obras diversas, dictas de dicto = da Religião, Aventuras de Telemaco, Obra de Silvestre Pinheiro – Observações, dicta de Lanjuinais – Constituição, Coleções das Leis Extravagantes, Tracy, Elementos de Ideologia, Obras de Becaria – Delictos e Pennas, dictas de Blackstont – Commentarios das Leis, dictas de X__alliet – Direito Publico, dictas de Helvetius, Collecções de Constituições, Obras de Tito Livio em Latim, dictas de Virgilio Orações de ____ em dicto, Novo Methodo de Grammatica Latina, Rhetorica de Quintiliano, dicta dicto de

⁴⁴ O NOVO FAROL PAULISTANO. São Paulo, nº 2, 10 de agosto de 1831.

⁴⁵ O NOVO FAROL PAULISTANO. São Paulo, nº 7, 27 de agosto de 1831.

Soares, Explicação de Sintaxe por Dantas, Dicionarios Francez e Portugues, dictos Francezes da Academis, dictos grandes, Dictos Portuguezes de Fonseca, Obras de Montesquieu, dictas de Guizot penna de morte, dictas de dicto Curso de Historia, dicta de Condorcet Biblioteca do homem publico, dicta de Frizot Sciencia do Publicista, dicta de Franklin – Correspondencias, dictas de Rey – Instituições Judiciarias, dictas de Gmenery Direito Ecclesiastico, dicat de M.me de Stael, dita de Mably, dicta de Izambest Manual do Publicista, dicta de Malthus Principios de População, dicta de Pedro Ribeiro – Indice Chronologico, dicta de Pouqueville – Regeneração da Grecia, dicta de Meisel – Curso de Stillo, dicta de Le Page Sciencia de Dirieto, dicta de Pagés, Direito Politico, dicta de Battur di publico, dicta Kluber – Direito de Gens, dicta de Watel dicto dicto, Bignon – Obras Politicas, Obras de Dupuis – Origem dos Cultos, dicta de Bourguiguan Justiça Criminal, Historia do Haiti, Obra de Sidney – Discurso dobre o Governo, dicta de Martens Manual Diplomatico, dictas de J. B. Say Catecismo, dictas de dicto TRactado de Ecconomia Politica, dictas de Storch – Curso de dicta dicto, dictas de Ganilh – Economia Politica, dictas de dicto Diccionario de Economia, dictas de dicto Renda publica, dictas de Dafresne – Estudo de credito Publico, dictas de Bilhon Principios de Administração. (continuar-se-ha)⁴⁶

Na edição do dia 4 de outubro, a continuação da listagem dos livros é apresentada:

(continuação do Annuncio do Sr. Villares) Obras de Abbot Leis Maritimas, dictas de Berenger – Justiça Criminal, dictas de Cattú dicta dicto, dictas de Delolme = Constituição de Inglaterra, Política Natural, Obras de Droz Estudo do bem, dictas de Rousseaux – Contracto Social, dictas de Felice – Direito Natural, dictas de Beaujur – Theoria dos Governos, dictas de Godwim – Averiguação sobre População, dictas de Volney – Ruina dos Imperios, dictas de Bonnin – Doutrina Social, dictas de dictos Principios de Administração, dictas de Bentham Ensaio sobre Hespanha, dictas de dicto – Provas Judiciarias, dictas de dicto Assembléas Legislativas, dictas de Dupin – Histoiria de Administração, dictas de Legreverand – Justiça Criminal, Obras de Carnot – Justiça Criminal, Cambista Universal, Obras de Silva Lisboa = Direito Mercantil, Repertorio das Leis Extravagantes por Frz. Thomaz.⁴⁷

Embora a atividade esteja sendo encerrada, conforme indica o primeiro anúncio, a variedade dos títulos mostra que, houve, pelo menos, uma tentativa de se estabelecer um negócio de caráter mais especializado.

De qualquer forma, é só em 1849 que essa denominação aparecerá novamente, mas, de novo, em apenas dois anúncios. No entanto, neste caso, não podemos afirmar que a livraria tenha deixado de se anunciar, pois interrompemos nosso levantamento em 1850, no mesmo ano em que acabam os exemplares digitalizados disponíveis desse periódico no *site* da Hemeroteca Digital.

⁴⁶ O NOVO FAROL PAULISTANO. São Paulo, nº 208, 27 de setembro de 1833.

⁴⁷ O NOVO FAROL PAULISTANO. São Paulo, nº 210, 4 de outubro de 1833.

De qualquer forma, em novembro de 1849, lemos n' *O Piratininga*:

LIVRARIA DA RUA DIREITA N. 7. Regulamento do Código do Processo Policial, Criminal, e Civil. – Tal qual se acha depois da Reforma com todos os artigos do Código e da Lei das Reformas intercalados nos seus respectivos lugares formando uma só peça perfeita e anotada dos Avisos e Leis que lhe são relativos: e com as Leis e Regulamentos posteriores e anteriores sobre o Processo Orphanológico e mais outros objetos. Obra a mais perfeita que se tem dado ao Prelo até o presente. Preço 2\$500 rs.⁴⁸

E, na edição seguinte:

LIVRARIA DA RUA DIREITA N. 7. Curso de Direito Civil, ou commentario ás instituições de Mello Freire, sobre o mesmo direito por Liz Teixeira, segunda edição mais correta, 3 grandes vols. 18\$ rs.⁴⁹

Para além dessas efêmeras livrarias, das casas comerciais não especializadas e das tipografias, a venda de livros se dava de outras formas, as quais podemos apreender igualmente pela leitura dos jornais. Uma delas, que inclusive já havíamos percebido através da análise dos inventários *post-mortem*, era a venda de livros nos leilões, que tinham como objetivo liquidar os bens de pessoas falecidas. Encontramos algumas notícias que se referiam a esse procedimento, entre as quais pode-se ler:

Amanhã se hade proceder a segunda arrematação dos bens do falecido Coronel Antonio José Vaz: ha trastes de prata, livros, e mobilia: Quem n'elles quizer lançar dirija-se a casa do falecido Coronel na Rua de S. Bento.⁵⁰

Não sabemos exatamente qual era o procedimento legal nessa primeira metade do século XIX, pois encontramos menos anúncios desse tipo do que esperávamos. Mas, nas décadas finais do Oitocentos percebemos que era obrigatório que os inventariantes anunciassem a venda dos bens em, pelo menos, um periódico. De qualquer forma, essa prática já se constituía naquele momento como uma abertura para a compra e venda desse tipo de impresso.

Outro fenômeno que já havia sido notado por Ernani Silva Bruno era a presença frequente de lojistas temporários no comércio paulistano,⁵¹ o que também acontecia para a venda de livros. Um dos exemplos que nos leva a crer que se tratava desse tipo de atividade são

⁴⁸ *O PIRATININGA*. São Paulo, nº 35, 16 de novembro de 1849.

⁴⁹ *O PIRATININGA*. São Paulo, nº 36, 20 de novembro de 1849.

⁵⁰ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 198, 18 de março de 1829.

⁵¹ BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 698-699.

os anúncios de Brodar, Domère e Grand-Jean, saídos n' *O Farol Paulistano*, entre os meses de novembro de 1829 e janeiro de 1830. No primeiro deles, lemos:

Rua Direita Nº 2. Brodard, Domère, e Grand-Jean, tem a honra de participar ao Respeitável Público, que lhe tem chegado um lindo sortimento de fazendas abaixo declaradas. – Castiças de casquinha ricos [...] – Setins lizos das côres seguintes: roza, azul, branco, e preto – Dictos lavrados de côres azul e roza – Meias de sêda brancas e pretas para mulher, de muito boa qualidade – [...] Alfinetes de peito – Rapé Francez 1ª qualidade – Estojos de barba com seus pertences – Correntes de relajo bem douradas – Chapéos de palha de Chiles, primeira qualidade – Luvas para homem – [...] Thesoiras de boa qualidade – Chales de lã de 6 quartos e mais pequenos – Tambem ha uma grande porção de chales grandes – Chitas Francezas muito bonitas Grande sortimento de chitas Inglezas – *Tambem se hade vender um grande sortimento de livros em Francez, e em Portuguez, bem encadernados*, que se darão por preço muito em conta.⁵² [grifo nosso]

Um pouco mais de um mês depois, encontramos, no mesmo jornal, o anúncio seguinte:

Leilão que fazem Brodard, Domere, Granjean, Rua Direita Nº 2, das fazendas seguintes que se hão de vender a todo preço no dia 8 do corrente as 3 horas da tarde – 2 Espelhos grandes – Diversas bandejas de chá – Varios galheteiros de casquinha fina – Challes de gazemira e merinos – 30 peças de chitas varias larguras e padrões – 7 cortes de vestidos de seda com barras – Luvas para homem – Fitas diversas de cintos – 1 Sellim Inglez com os arreios – Algumas peças de pano de linho – Todos estes objectos se hão de vender um a um para facilidade dos compradores. – Tambem na mesma casa ha para vender – *Diccionario da Academia Franceza 3 vol. em 4º 24\$000 – Filinto Elyzio 11 vol. em 8 22\$000 – Cabanis 2 vol. em 8º 6\$000 – Europa America e Colonias por Depradt 6 vol. em 8º 12\$000 – Diccionario Francez e Portuguez e vice versa de Constancio 6\$500.*⁵³ [grifo nosso]

E, cerca de uma semana mais tarde, lemos:

Leilão que faz Granjean, Paulo, e Brodard na Rua Direita, quarta-feira 13 do corrente, do resto de suas fazendas que são: 4 peças de renda larga de seda – Tabaco francez – Setins varias côres – 40 Garrafas de le-Roa – Brim fino – Fitas de cinto – Chitas francezas – 2 Galheteiros – *Filinto Elizio 11 vol. encadernado* – 2 ou 3 Bandejas pintadas.⁵⁴ [grifo nosso]

Percebemos por essa sequência que há um objetivo claro de se liquidar todas as mercadorias, dando indícios para pensarmos que se tratava de um lote específico trazido para

⁵² *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 276, 24 de novembro de 1829.

⁵³ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 291, 05 de janeiro de 1830.

⁵⁴ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 294, 12 de janeiro de 1830.

São Paulo. Considerando que se tratava de uma prática corrente e bastante coerente com o reduzido mercado consumidor local, podemos inferir que a ausência de lojas físicas não significava, necessariamente, que não houvesse um vivo comércio livreiro. Se considerarmos que no último chamado aparece apenas uma obra, isso poderia significar que todas as outras já tivessem sido vendidas.

Outras modalidades de venda e compra de impressos aparecem nos periódicos, como a de pessoas com viagem programada para a Corte ou para o exterior que se ofereciam para trazer, sob encomenda, diversos tipos de mercadorias – entre elas, livros – como se nota pelo anúncio de Paulo Domere, n’*O Novo Farol Paulistano*, em 1833:

Paulo Domere tendo de sahir para a França nestes 12 dias, avisa a todos com quem tem transacções de negocio pelo qual o annunciante deva pagar, assim como aquellas pessoas que lhe estão a dever, queirão satisfazer, e para isso estará prompto a qualquer hora na casa da rua direita n. 40. E tambem se offerece de incommendas da França recebendo o annunciante adiantado metade do vallor mais ou menos que importar.⁵⁵

Também encontramos alguns casos de oferecimento e procura de livros entre particulares, como o caso do “Estudante Ribeiro, a rua do Ouvidor nº 33 [que] tem a vender uma Collecção de Livros Classicos Latinos”,⁵⁶ ou aquele, que aparece, um ano mais tarde, no mesmo periódico:

Manoel Caetani d’Abreu Junior, morador na rua do Rosario casa nº 6, tem para vender os livros seguintes. Obra grande de Condillac – Filangier – Montesquieu – Vattel droit des Gens = Droz Application de la Morale – Becaria délits des Peines – Pag[es droit-Politique – Exbel, jus Ecclesias – Oeuvres de Requasd – Mappas.⁵⁷

Além desses casos, também percebemos a existência de anúncios de representantes oficiais das tipografias cariocas tentando ampliar seu mercado consumidor na capital da província de São Paulo, como é possível perceber na edição de 15 de outubro de 1829, d’*O Farol Paulistano*:

Pedro Plancher-Seignot Impressor-Livreiro de Sua Majestade Imperial, Achando-se prompto á publicar uma Obra, com o titulo de Esbôço da Vida, e Campanhas d’Eugenio de Beauharnais, Principe de Leucherenberg &c. –

⁵⁵ *O NOVO FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 170, 7 de maio de 1833.

⁵⁶ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 301, 28 de janeiro de 1830.

⁵⁷ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 436, 8 de janeiro de 1831.

considera como um dever seu convidar todos o seus Collegas Srs. Redactores de papeis publicos em qualquer parte do Imperio, que annunciem a dicta obra interessante de per si, e que hoje se torna de interesse Nacional, transcendente, pela feliz circumstancia do Casamento do Nosso Imperador com uma Princeza da Casa da Baviera, Filha do dicto Principe. Os Srs. Redactores que favorecerem o Editor com a inserção do sollicitado annuncio, são igualmente convidados a mandar receber como testemunho da gratidão que este lhes tributa, em exemplar da dicta obra, logo que ella sahir a luz. Ella se achará no Rio de Janeiro em casa do Editor d'Ouvidor nº 95. Na Bahia, em casa de M. Méquillet e C^a. Em Pernambuco, em casa MM. Dubourg e Baudoux. No Maranhão, em casa de M. Cicerilli. Em Porto-Alegre, em casa de MM. Thomaz e Dubreuil. Em Monte-Video, em casa de MM. Denan e Legouy. No Oiro Preto, em casa dos Mercadores de Livros. Em Campos, em casa de M. Pompon. Em S. Paulo, em casa de M. Laereta. Em Sancta Catharina, em casa de M. Ricken.⁵⁸

Mesmo que essas modalidades tivessem uma dimensão menor em termos quantitativos, se somadas às outras formas que descrevemos, elas revelavam um comércio de livros pequeno, mas vivo. A diversificação dos títulos ao longo do tempo fica patente, dando indícios para pensarmos que a prática de consumo de impressos ia aos poucos se enraizando na cidade e atingindo um público mais amplo do que apenas os estudantes da Academia.

Para além disso, percebe-se claramente como as práticas em geral iam se alterando. Os anúncios dos periódicos também procuravam atingir outros setores da sociedade, não só para a venda de livros como também para o oferecimento de cursos de alfabetização, de idiomas estrangeiros, de música e de outras atividades culturais, trazendo sempre um apelo publicitário que chamava as pessoas a se iniciarem nas práticas da civilização europeia. Embora esses últimos não tivessem relação direta com a Academia de Direito, eles poderiam demonstrar o impulso dado por ela para a transformação das práticas socioculturais.⁵⁹ Para ficar apenas com um exemplo, podemos citar o anúncio, feito em 24 de fevereiro de 1831, com a seguinte mensagem:

Mr. Anjo Chaves Professor de Dança torna a participar ao respeitavel Publico, que em sua caza rua de S. Bento n. 6 da lições de dança a todas as pessoas que de seu prestimo e arte se quiserem utilizar: insina-se o que requer uma educação cuidadosa, sendo a dança uma qualidade de embelisa, e orna as pessôas civilizadas, por ser o metodo Francez com que se propoe a insinar, o mais seguido, e o mais adoptado em todas as capitaes d'Europa, servindo não só para o entretenimento que ministra a dança, como para a polidez do porte,

⁵⁸ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 258, 15 de outubro de 1829.

⁵⁹ Frédéric Barbier demonstra como a presença de instituições culturais, como as Universidades, por exemplo, influencia positivamente no processo de alteração dos hábitos culturais. Ver: BARBIER, Frédéric. *Livres, lecteurs, lectures*. In: VARRY, Dominique (Dir.). *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle (1789-1914)*. Paris : Éd. du Cercle de la librairie, 2009, p. 608.

movimentos, atitudes e maior civilidade. Também se compromete o anunciante a dar lições por cazas particulares; assim como a ensaiar, e dirigir bailes no melhor gosto anunciado.⁶⁰

1.4.Os “substitutos”

Dentre os anúncios que encontramos nos periódicos paulistanos, um fenômeno nos despertou bastante a curiosidade. Trata-se de um tipo de impresso que começou a aparecer cada vez com mais frequência e diversidade: as “folhinhas” anuais.

O sucesso das Folhinhas Laemmert, no século XIX, já é algo conhecido e, inclusive, estudado. No entanto, a origem desse tipo de impresso é anterior à tipografia dos irmãos Laemmert e, mesmo depois, não se restringiram apenas às suas edições. Segundo Ana Laura Donegá,

[...] diversos livros repletos de conhecimentos práticos, destinados à leitura rápida e de valor mais acessível foram editados pelos livreiros alemães. Entre os mais conhecidos, devemos destacar inicialmente as Folhinhas de Laemmert, impressões anuais de grande tiragem, lançadas logo no segundo ano das atividades da Tipografia Universal, em 1839. No Brasil, a veiculação de obras desse tipo era comum desde pelo menos o ano de 1824, quando R. Ogier deu início a essa empreitada em sua tipografia. Nas décadas seguintes, além dos Laemmert, outros livreiros da corte, como Seignot Plancher, Manuel José Cardoso e Paula Brito, investiram na veiculação de suas próprias folhinhas anuais.⁶¹

Quanto ao conteúdo desses impressos, a mesma autora afirma:

Os textos apresentados pelas folhinhas tinham o objetivo de instruir, moralizar e educar os leitores, o que fica mais evidente nos textos em prosa ficcional veiculados em suas páginas. Em 1875, os irmãos alemães imprimiram a Folhinha das três novelinhas, contendo os seguintes textos em prosa ficcional: “A tesoura”, “O castelo das três torres” e “O homem que perde a memória.” A primeira narrou a história de uma jovem de rara beleza, abençoada pela fada das tesouras, ente mágico que fazia de seu pai, um velho alfaiate, o melhor costureiro da região. Com a ajuda da fada, a moça descobriu uma conspiração contra o rei, obtendo como recompensas um título de nobreza e o consentimento para se casar com um conde por quem estava apaixonada. No final, o narrador explicou o desenlace dizendo que a fada da tesoura nada mais era do que a fada do trabalho, já que a qualidade das roupas feitas pelo alfaiate

⁶⁰ O FAROL PAULISTANO. São Paulo, nº 455, 2 de fevereiro de 1830.

⁶¹ DONEGÁ, Ana Laura. Folhinhas e Almanaque Laemmert: pequenos formatos e altas tiragens nas publicações da tipografia universal. *Revista do SETA*, Campinas: UNICAMP, v. 6, 2012. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/2092>>. Acesso em: 30 out. 2017, p. 17.

resultava de sua longa experiência nesse ofício e não de uma intercessão sobrenatural.⁶²

Isso posto, é possível perceber o caráter dessas publicações e o apelo popular que elas tinham. Eram publicações curtas, de fácil leitura, que ainda cumpriam a função de fornecer informações práticas, como retrospectivas do ano anterior, calendários temáticos diversos, listas de senadores e deputados, tabelas com datas de partidas dos correios, etc.⁶³ Nesse sentido, elas se assemelhavam aos almanaques, que também tiveram grande crédito entre a população brasileira, no final do século XIX e começo do XX.⁶⁴

Os anúncios desse tipo de impresso são incontáveis desde 1829. Para ilustrar brevemente, *O Farol Paulistano*, em 29 de outubro de 1829 anunciava:

Na Rua do Commercio, casa nº 3 acha-se á venda folhinhas de algebeira, e de portas para o anno de 1830, Guia para Juizes de Paz, Guia para as Camaras Municipaes, Constituição do Imperio, Dialogo Constitucional &c.: na mesma se vende Rapé-Princeza as libras, e as caixas.⁶⁵

No ano seguinte, vemos novamente esses anúncios, na mesma casa comercial, com um pouco mais de informações:

Na rua do Commercio, casa nº 3 ha para vender folhinhas de algibeira para o anno de 1831; contêm a Constituição do Império, os nomes dos Srs. Deputados, e Senadores, as Leis das Camaras Municipaes, e dos Juizes de Paz &c.⁶⁶

Aparecem, também, anúncios de outros estabelecimentos oferecendo um tipo de folhinha cuja presença é bastante marcante: as folhinhas de caráter religioso.

Nas Lojas da rua do Rozario, Cazas nº 2, e 6, e na rua do Commercio nº 10 há para vender-se por preços commodos Folhinhas de reza, de algibeira, e de porta; sortimentos de sedas, toucados pretos modernos, vestidos, e murças para Senhoras, guarnições de fotas; ramos de flores para preparos; tiras bordadas; Rapé Princeza, e Almeida, e varias outras fazendas modernas. Na

⁶² DONEGÁ, Ana Laura. Folhinhas e Almanaque Laemmert: pequenos formatos e altas tiragens nas publicações da tipografia universal. *Revista do SETA*, Campinas: UNICAMP, v. 6, 2012. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/2092>>. Acesso em: 30 out. 2017, p. 18-19.

⁶³ *Ibidem*, p. 17.

⁶⁴ MEYER, Marlyse (Org.) *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

⁶⁵ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 264, 29 de outubro de 1829.

⁶⁶ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 412, 06 de novembro de 1830.

mesma loja caza nº 6 há além do referido, cabáia, e chamalote de diversas côres, e farinha de Areruta.⁶⁷

Normalmente, esses anúncios começam a aparecer nos meses mais próximos do final do ano, visto que se referiam a folhinhas para o ano seguinte, e eram oferecidas, se não diariamente, ao menos, semanalmente. Com o tempo, podemos perceber uma certa sofisticação na publicidade com apelos sobre a qualidade delas. As ofertas também passam a ser mais diversificadas buscando atingir os mais diversos interesses:

Na Rua do Commercio casa n. 3 e loja de Joaquim Antonio Alves Alvim ha para vender folhinhas para o anno de 1835 a saber: folhinhas de Justiça contendo dos Codigos e muitas Leis – Dicta Nacional e Constitucional, contendo a Constituição, Diccionario das attribuições Municipaes, Regulamenti das Guardas Nacional, e sua reforma, e outras Leis. – Dicta de feitiçaria branca contendo segredos curiosos, habilidades raras, jogos da sociedade, segredos da fisionomia ou arte de conhecer os homens pela cara, semelhança dos homens, explicações dos sonhos &c. &c. &c. com 8 estampas: as 2 primeiras folhinhas trazem o retrato do Sr. D. Pedro 2º nosso Patricio. – folhinhas de porta para os Escriptorios. – Na mesma casa ha bom chá Hysson agora chegado, Rapé, e Chapéos de Castor branco e pretos.⁶⁸

Alguns anos depois começaram a aparecer os anúncios da Folhinha Laemmert, apresentando sempre muitos temas disponíveis e com anúncios mais detalhados:

Sahirão á luz e se achão á venda na rua da Quitanda N. 77, no Rio de Janeiro, as afamadas e bem sortidas FOLHINHAS DE LAEMMERT (undecimo anno) para 1850. Ornadas, entre outros, de um finissimo retrato da Primeira Imperatriz do Brasil D. Leopoldina de Saudosa Maemória, e contendo: A Chronica Nacional de 1848-1849; a Chronologia universal de 1801-1820; o interessantissimo Discurso lido na sessão solemne da Imperial Sociedade Amante da Instrucção em 26 de Julho de 1848 para solemnizar o feliz nascimento de S. A. o Principe Imperial D. Pedro Affonso, pelo Dr. Luiz Vicente De-Simoni; uma Resenha da Augustissima Casa Imperial e dos Principaes Soberanos, &c.; o exactissimo Calendario com todos os seus pertences; Dias de gala, Audiencias, Taboas do Sol e da Lua; Senadores; Partida dos Correios; Corpo Diplomatico e Consular Nacional e Estrangeiro; Historia do suicidio do Jogador de Loteria acompanhada de um fiel extracto de varios papeis deixados pelo Suícida, contendo suas declarações, confissões, &c.

Titulos e conteúdo especial das differentes Folhinhas, que todas tambem contém no principio as materias acima especificadas, a saber:

⁶⁷ O FAROL PAULISTANO. São Paulo, nº 413, 09 de novembro de 1830.

⁶⁸ NOVO FAROL PAULISTANO. São Paulo, nº 293, 02 de setembro de 1834.

1. FOLHINHA de Novas Anedoctas e Pilherias, contendo uma reunião de Pilherias, Casos e Bons Ditos para desterro da melancolia e desenfado da tristeza.
 2. FOLHINHA de Lindos Contos, contendo Contos, Novellas e Romances escolhidos entre as melhores composições dos Autores românticos mais modernos.
 3. FOLHINHA critica e divertida dos Nomes das Senhoras, contendo o Espelho das Senhoras, que fielmente mostra suas virtudes, qualidades e defeitos em quadras rimadas e em ordem alphabetica dos nomes: Neste quadro apparatuso/Dos defeitos e louvores/Estão mettidas as côres/Com um matiz engenhoso!!
 4. FOLHINHA Patriótica Brasileira, contendo a Historia Poética do Brasil, composta em versos rimados por Joaquim Norberto de Souza e Silva. Primeiro anno.
 5. FOLHINHA de Saude, com preceitos Hygienicos das differentes Idades; Educação de Meninos; sobre os Exercícios, a Orthopedia e a Natação.
 6. FOLHINHA do Fôro, contendo o Código do Processo Criminal de Primeira Instancia.
 7. FOLHINHA dos Namorados, contendo o Diccionario e Linguagem das Flôres, das Côres, o das Pedras preciosas, com a lista alphabetica das suas significações; a Loteria. O Jogo das Finezas; o Oraculo das Flôres; a Loteria e o Telegrapho de Amor; e varias Poesias sobre o mesmo assumpto pelos melhores Poetas modernos.
 8. FOLHINHA de Maria da Fonte, contendo a Chronica certa e muito verdadeira de Maria da Fonte, escrevida por mim que sou seu tio e mestre da Fonte, sapateiro do Peso da Regua, dada á luz por um cidadão demittido que tem tempo para tudo.
 9. Folhinha do Nigromante, contendo uma linda collecção de Sortes para intertenimento das noites de Santo Antonio, S. João, S. Pedro, e Sant'Anna.
 10. Folhinha Biographica de Napoleão, contendo um brilhante resumo popular da historia do Grande Napoleão, Imperador dos Francezes, desde o seu nascimento até a sua morte. Ornada com lindas vinhetas.
 11. Folhinha Nacional Brasileira, com um Indice da Historia do Brasil até os nossos dias.
 12. Folhinha de Cupido, contendo a nova e genuina linguagem e Diccionario das flôres, fructos, hervas, raizes, &c., em verso rimado, e posta em ordem alphabetica.
 13. Folhinha Lusitana, contendo um bosquejo fiel da Historia de Portugal.
 14. Folhinha da Historia Natural, com noções dos tres reinos, e 20 estampas de animaes.
 15. Folhinha Historica, com a vida e o retrato do Imperador Dom Pedro I.
 16. Folhinha dos Segredos, com Segredos concernentes as Artes e Officios, &c.
 17. Folhinha de Justiça, com as Reformas do Código ou o Regulamento.
 18. Folhinha das Flôres, com a Nova Linguagem ou Ramallete das Flôres, &c.
 19. Folhinha das Damas, adornada com 5 novellas galantissimas.
 20. Folhinas de Jogos, contendo as leis e regras do Voltarete, do Vinte e um, da Tontina, do Emprestimo, da Comadre, do Commercio e do Cuco.
- Eis a lista do undecimo anno das nossas Folhinas, verdadeiros livrinhos substanciaes, cujos artigos variados, compostos pelas melhores pennas da sciencia e da litteratura, divertem e recreiam, propagação no Brasil inteiro uteis verdades, destroem antigos erros, espalhão novas descobertas e invenções, dão conselhos salutaes á alma para combater o veneno de doutrina

perniciosas, e manifestão boas acções proclamando seus auctores pata dar-lhes imitadores. Este plano, que ha annos perseguimos, grangeou ás nossas Folhinhas os suffragios geraes. Por isso, é essencial pedir expressamente nas encommendas que venhão FOLHINHAS DE LAEMMERT afim de que os correspondentes no Rio de Janeiro não comprem folhinhas defeituosas, que se costumão publicar em outras casas á imitação d'estas verdadeiras. Qualquer porção nossa vai sortida da maior parte das qualidades acima relatadas, e acompanhada de um vistoso cartaz. Cada folhinha custa Rr. 280: a quem levar porção se faz abatimento.⁶⁹

É marcante não só a variedade temática e a organização e clareza do anúncio como, também, o apelo para que o consumidor exigisse as Folhinhas Laemmert, e não outras, revelando haver uma certa concorrência e mostrando, mais uma vez, que esse tipo de publicação atingia um público amplo.

Poderíamos gastar longas páginas mostrando a diversidade e a variedade dos anúncios de todos os tipos de folhinha oferecidos, no entanto, basta enfatizar essa forte presença para que possamos ampliar o horizonte sobre quais tipos de materiais compunham as leituras dos paulistanos. Se os livros ou as bibliotecas não eram tão difundidos como gostaríamos, isso não significa que as pessoas não liam. O sucesso desse tipo de impresso mostra claramente que a leitura não se restringia nem aos livros, nem à posse privada deles.

Frédéric Barbier classifica como “substituto” várias formas de acesso à cultura, como as pinturas, as gravuras, os impressos volantes ou pequenas brochuras, enfim, todo o material que transmite um certo tipo de informação, mas que ainda não tem a forma acabada do livro – com toda a complexidade trazida por ele. Segundo esse autor, esses substitutos são mais presentes nas localidades em que, por motivos diversos, ainda não se vivenciou um verdadeiro processo de aculturação pelo livro.⁷⁰

Apoiando-nos nessa teoria, podemos concluir que se a cultura livresca ainda caminhava a passos lentos para se consolidar – mas não tão lentos assim de acordo com a atividade que vimos nos anúncios dos jornais – a leitura não era por isso uma prática tão distante da realidade do paulistano. É mais provável que houvesse dois (ou mais) tipos de público: um mais afeito aos livros e outro mais atraído pelas leituras simples e úteis oferecidas pelas famosas folhinhas – acrescentando-se ainda a possibilidade de que o mesmo leitor poderia ocupar as duas posições. De todo modo, essa clivagem entre diversos tipos de leitores/leituras – percebida

⁶⁹ O PIRATININGA. São Paulo, nº 13, 28 de agosto de 1849.

⁷⁰ BARBIER, Frédéric, . Livres, lecteurs, lectures. In: VARRY, Dominique (Dir.). *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle (1789-1914)*. Paris : Éd. du Cercle de la librairie, 2009, p. 596.

também em relação ao Rio de Janeiro, por Tânia Bessone⁷¹ – serve, sobretudo, para pontuar que quando nos referimos aos proprietários de livros e/ou bibliotecas, não estamos afirmando que o público leitor se restringia a eles.

Por outro lado, no capítulo seguinte analisaremos as informações mais gerais sobre os livros encontrados nos inventários *post-mortem* que, somadas àquelas expostas nos capítulos subsequentes, revelam uma grande diversidade de leituras, mesmo quando observamos exclusivamente o grupo dos proprietários de livros.

⁷¹ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 126.

Capítulo 2 – Os livros na cidade de São Paulo através dos inventários *post-mortem*: aspectos quantitativos

2.1. Algumas palavras sobre os inventários *post-mortem* de São Paulo no século XIX

Já tecemos alguns comentários acerca dos limites e das possibilidades que os inventários *post-mortem* apresentam como fonte à História do livro, da edição e das práticas de leitura, contudo, é preciso acrescentar que a atividade notarial não é uniforme nem no tempo, nem no espaço. Nesse sentido, as regras relacionadas à produção dos inventários *post-mortem* variam muito e é preciso estar atento a essas questões. Assim, antes de entrar nos resultados que encontramos, é preciso fazer algumas observações sobre o funcionamento legal e as práticas de feitura desses processos que percebemos ao longo da pesquisa.

Os atos de herança e de partilha, no Brasil, se basearam nas Ordenações Filipinas até 1917, quando foi promulgado o Código Civil de 1916.¹ Antes disso, embora com algumas modificações ao longo do tempo, eram elas que definiam as regras para a realização dos testamentos e dos inventários. Alguns autores sistematizaram essas leis em compilações como o *Digesto Portuguese*,² de 1835, e a *Consolidação das Leis Civis*,³ de 1857, para dar subsídios aos códigos civis que estavam em discussão em Portugal e no Brasil, respectivamente. A partir dessas duas obras podemos compreender melhor como funcionavam esses processos.

O cônjuge sobrevivente ou os herdeiros do falecido deveriam procurar a justiça para realizar a partilha da herança ou, se fosse um único herdeiro, para tomar posse dela. Os casamentos, normalmente, se realizavam com comunhão de bens, exceto se houvesse um acordo pré-nupcial. Sem a presença desses contratos, o cônjuge viúvo tinha obrigatoriamente o direito à metade do legado. A herança – retirada a meação do cônjuge – poderia ser dividida em três partes, sendo que duas delas eram forçosamente destinadas aos herdeiros necessários – descendentes diretos e ascendentes diretos. Os primeiros tinham prioridade na lista das sucessões. A terceira parte, chamada de terça, poderia ser distribuída como bem quisesse o

¹ SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Paleografia, documentação e metodologia histórica*. São Paulo: Humanitas, 2010.

² Do jurista J. H. Corrêa Telles, a primeira edição portuguesa é de 1835. Consultamos uma edição brasileira, na verdade, uma reimpressão feita em Pernambuco em 1838. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242854>>. Acesso em 28 jun. 2014.

³ Realizada por Augusto Teixeira de Freitas, jurista brasileiro, em 1857. Consultamos a terceira edição realizada B. L. Garnier no Rio de Janeiro em 1876. Disponível em: <<https://archive.org/details/ConsolidaoDasLeisCivis>>. Acesso em 20 jun. 2014.

testador, desde que não incluísse as propriedades mais importantes. Quando não havia testamento, a distribuição da herança se dava entre o cônjuge e os herdeiros, da forma mencionada. Caso não houvesse nenhum deles e ninguém reclamasse a herança, os bens eram vendidos e o valor depositado nos cofres da Fazenda Nacional.

O Juízo dos Órfãos deveria começar o processo do inventário no prazo máximo de um mês a contar do falecimento ou de quando fosse notificado do fato. Os bens tinham que ser relacionados com detalhes. Na descrição dos imóveis deveriam constar suas confrontações e situação, e os bens imóveis deveriam ter os sinais distintivos. Ademais, era preciso arrolar também as dívidas passivas e ativas, o dinheiro em espécie, as ações, os depósitos em bancos, os investimentos etc. Os avaliadores eram escolhidos pelas partes interessadas⁴ – ou seja, o Juízo e os herdeiros –, e a avaliação deveria ser aprovada pelo juiz. O inventariante tinha que concluir o arrolamento dos bens no prazo de dois meses quando houvesse filho ou netos menores. Porém, na prática, esses prazos não eram rigorosamente seguidos. Alguns inventariantes procuravam a justiça meses depois do falecimento e outros processos levavam muito tempo para ser concluídos.

A pena para a sonegação de algum bem por parte do inventariante era perder o direito a ele e ainda pagar o dobro do valor sonegado aos demais herdeiros. Através do contato que tivemos com os processos, pudemos perceber que a sonegação fazia parte do cotidiano dos atos de partilha. Quanto à avaliação propriamente dita, também podemos imaginar que houvesse distorções.⁵

A tributação na transmissão de bens através da herança passou a ser realizada no Brasil a partir do Alvará de 17 de junho de 1809. No decorrer do século XIX, essa arrecadação tornou-se cada vez mais importante para os cofres do Império, fato atestado pelas constantes

⁴ Na *Consolidação das Leis Civis*, o Art.1152 tem a seguinte redação: “Descriptos os bens, serão avaliados pelo Juiz e Escrivão, e dous ou três peritos juramentados, escrevendo-se no inventario os valôres de todas as avaliações.” Mas Teixeira de Freitas afirma que a prática era a citada acima, isto é, avaliadores escolhidos pelas partes interessadas. Márcia Abreu afirma que no período dos inventários que utilizou, final do século XVIII e começo do XIX, as avaliações eram feitas por especialistas em cada tipo de bem. ABREU, Márcia, *ABREU, Márcia. Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003. Nos processos referentes ao nosso período, essa prática já não era corriqueira, sendo todos os bens avaliados pelos mesmos avaliadores, exceto em casos excepcionais.

⁵ Fernando A. Alves da Costa afirma que os avaliadores eram recrutados junto à população local e estavam imersos nas teias das relações políticas, sociais e econômicas das sociedades em que viviam, por isso, poderiam interferir na avaliação dos bens para superestimar ou depreciar os seus valores. COSTA, Fernando A. Alves. E quanto valia afinal? *Histórica* (São Paulo. Online), v. 9, p. 06-17, 2013.

regulamentações. O art. 10º do Decreto nº 156 de 1842,⁶ que regulamentava a arrecadação da taxa de heranças e legados, afirmava:

O Procurador da Fazenda, pelos meios a seu alcance, procurará ter notícia de todas as heranças de falecidos, testados ou intestados de que se devão taxas, para promover os inventários e partilhas, na fôrma dos arts. 1, 2, 3, 4 e 5; correspondendo-se com os Parochos e Juizes de Paz, e Subdelegados do Municipio para lhes fazerem a participação dos que fallecerem e deixarem heranças; examinando os cartorios dos Escrivães dos Juizos da Provedoria do Civel, e os livros da distribuição, todas as vezes que julgar necessario.

Logo em seguida, vemos no artigo 17º do mesmo decreto a seguinte ordem:

Para facilitar os meios da fiscalisação desta arrecadação, nenhum testamento se mandará cumprir definitivamente, sem que seja primeiramente apresentado na Recebedoria do Municipio, e nelle se lance a verba da apresentação, assignada pelo Administrador, sob pena ao Juiz de pagar uma multa de cinquenta a cem mil réis, e ao Escrivão a de metade, além das em que incorrer pela responsabilidade.

Assim, podemos imaginar que mesmo que houvesse brechas para burlar a arrecadação, o Estado se fazia cada vez mais vigilante. No entanto, pelo que pudemos observar, os interesses e disputas entre os herdeiros determinavam se eles seriam mais ou menos minuciosos. Em alguns processos encontramos a descrição detalhada dos bens, incluindo roupas, gêneros alimentícios e vários objetos de baixíssimo valor. Em certos casos, a descrição era feita pelos cômodos da residência, o que permite o conhecimento da organização espacial dela. Por outro lado, alguns inventários deixam várias dúvidas sobre a precisão das informações, já que contêm o arrolamento sem constar alguns bens básicos. Em muitas ocasiões, um proprietário de diversos imóveis urbanos e rurais não possui nenhum bem móvel.

Poderíamos imaginar que esses bens que não aparecem fossem de propriedade do cônjuge, no entanto, a prática era o arrolamento dos bens do casal, de acordo com as Ordenações Filipinas anteriormente mencionadas. Assim, se houvesse algum acordo pré-nupcial que separasse os bens previamente, essa informação estaria explícita, pois o documento deveria, obrigatoriamente, ser anexado ao processo. E, de fato, essa prática se mostrou constante ao longo dos anos que pesquisamos: os contratos, certidões e testamentos eram sempre transcritos nos inventários.

⁶ *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809*, vol. 1, p. 82. Nesse período, a tributação não recaía sobre os herdeiros ascendentes ou descendentes diretos do falecido.

Os processos seguiam, em geral, um procedimento “padrão”. Normalmente, o inventariante procurava o Juízo de Órfãos, ou era procurado por ele, para dar início ao processo. Assim, eram feitas as primeiras declarações que constavam da naturalidade do falecido, sua filiação, dados sobre o falecimento, estado civil e, raríssimas vezes, sua profissão. Também eram feitas as primeiras declarações sobre os bens, herdeiros e dívidas ativas e passivas, caso existissem.

O segundo passo era o arrolamento e avaliação dos bens, feitos pelas pessoas indicadas pela família e pelo Juízo. As dívidas ativas eram apresentadas pelo inventariante e as passivas podiam ser feitas da mesma forma ou apresentadas pelos credores ao longo do processo. Esse é um aspecto muito interessante, já que através dessas cobranças podemos ter acesso aos hábitos de consumo, aos preços dos gêneros e, também, a uma ampla relação das casas comerciais existentes. Como já alertara Chartier,⁷ os preços constantes nos inventários não correspondiam necessariamente aos preços de mercado. Fernando A. Alves da Costa afirma que por não se tratar de uma atribuição de preço voltada para uma transação comercial propriamente dita, pode-se questionar o valor dos bens avaliados.⁸ Dessa forma, tornam-se ainda mais interessantes as notas comerciais das dívidas passivas, pois elas permitem que conheçamos com mais detalhes os preços correntes de determinados gêneros.

A etapa final era a conformação do monte-mor – soma de todos os bens do falecido, que, subtraindo-se as dívidas, formava o monte-partível. As taxas de legados e heranças recaíam apenas sobre parte deste, já que os herdeiros legítimos (descendentes e ascendentes de primeiro grau) não eram tributados. Em alguns processos aparece o orçamento e a partilha detalhados, permitindo que saibamos qual parte da herança foi para cada herdeiro. Em outros, os bens eram vendidos em leilão no todo ou em parte.

Ocorre que as etapas acima descritas não eram seguidas em todos os processos, e, algumas vezes, eram complementadas por outras questões. Disputas por determinados bens, falecimento das partes envolvidas, avaliações de propriedades em outras cidades ou estados através de cartas precatórias, leilões que se repetiam muitas vezes sem sucesso, reavaliações dos bens etc., são os diversos elementos que se encontram no decorrer dos processos.

Além disso, diversos inventários analisados não foram concluídos, sendo interrompidos sem nenhuma explicação. Algumas hipóteses poderiam justificar esse fenômeno, como o simples abandono do processo – embora essa opção não pareça muito razoável, já que havia

⁷ CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 97-98.

⁸ COSTA, Fernando A. Alves. E quanto valia afinal? *Histórica* (São Paulo. Online), v. 9, p. 06-17, 2013, p. 3.

uma crescente cobrança por parte do Estado para o pagamento das taxas. Outra possibilidade era a de que o “cabeça de casal”, ou seja, o cônjuge sobrevivente, tivesse falecido durante a realização do inventário e as informações fossem transferidas para um novo. Contudo, encontramos pouquíssimos casos assim, a regra geral era a continuação do mesmo processo.

As hipóteses que parecem ser as mais prováveis se referem a um problema posterior à realização dos inventários, a saber, ao arquivamento dos documentos. Assim, os autos inconclusos que consultamos poderiam se tratar apenas do primeiro volume do processo, visto que muitas vezes, eles foram separados no arquivamento, sendo cadastrados com diferentes referências nos catálogos.⁹

Seja como for, todas essas questões enriquecem bastante as histórias observadas e trazem novos elementos para a análise, mas também tornam mais complicada uma tentativa de homogeneização das informações. Muitas vezes, a peculiaridade de cada processo torna difícil as operações de comparação. Dessa forma, uma abordagem sistemática dos inventários requer certo cuidado, pois além da falta de uniformidade, os procedimentos também mudam ao longo do tempo. Vale pontuar, por exemplo, que em São Paulo, pelo menos, as descrições vão se tornando cada vez mais sucintas no final do século XIX, com a exclusão de bens móveis de menor valor.

2.2. Dados gerais sobre os inventários

Como os registros notariais são marcados pelas deficiências nas descrições dos bens arrolados,¹⁰ evidentemente esse fenômeno atinge também os livros, fazendo com que sua presença seja, muitas vezes, ignorada ou a discriminação deficiente. Nos processos que consultamos, por exemplo, vimos casos em que livros apareciam em notas de compras entre as dívidas passivas, mas não entre os bens relacionados. Além disso, em duas situações os livros

⁹ Em muitas situações, encontramos, acidentalmente, as partes faltantes de alguns inventários. Um caso representativo das falhas no arquivamento pode ser observado no processo de inventário de Hypolito José Soares de Souza, irmão do Visconde de Uruguai, pois, antes da sua conclusão, um outro processo, sem nenhuma relação com ele, é costurado na sequência como se fizesse parte do mesmo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fundo do Foro Central João Mendes, Inventário, Etiqueta TJ10000415991, Ano: 1870, Processo nº: 677.

¹⁰ Ver: DOUCET, Roger. *Les bibliothèques Parisiens au XVI^e siècle*. Paris: Éditions A. et J. Picard et Cie., 1956; LABARRE, Albert. *Le Livre dans la vie amiénoise du seizième siècle. L'enseignement des inventaires après décès (1503-1576)*. Paris: Béatrice-Nauwelaerts ; Louvain: Éditions Nauwelaerts, 1971 ; MARION, Michel. *Recherches sur les bibliothèques privées à Paris au milieu du XVIII^e siècle (1750-1759)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1978.

foram mencionados nas declarações iniciais dos inventariantes e, depois, desapareceram no momento da avaliação.

Dessa forma, é preciso pontuar que os dados que analisaremos a partir desse momento são considerados por nós como um chão, ou seja, como cifras mínimas das quais tentaremos extrair alguns aspectos do consumo livresco na cidade de São Paulo. Estamos lidando com uma amostra¹¹ que por mais completa que desejemos que seja, já que nos debruçamos sobre todos os processos disponíveis nos arquivos (Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) relativos ao período (1870-1890), ela não abarca toda a realidade dos proprietários de livros.

Em primeiro lugar em função da deficiência das fontes, mas também porque nem todas as pessoas que morriam faziam inventários dos seus bens – e mesmo que não tivessem bens suficientes para arcar com as custas do processo, poderiam possuir algum livro. Ademais, os itens descritos nos inventários são aqueles que o falecido possuía no momento de sua morte, deixando de fora outros bens que em algum momento fizeram parte de sua vida. Esses bens podem ter sido doados, vendidos e mesmo perdidos. Alguns processos nos remetem a tais situações, como, por exemplo, o de Anna Baptista Saldanha, realizado no ano de 1884, do qual o inventariante foi José Eduardo da Silva. Em seu testamento, Anna declarava ter doado em vida seus bens de uso pessoal e, portanto, a descrição deles não aparece no processo.¹²

De todo modo, os apontamentos quantitativos têm o seu valor, mesmo que aproximado. Emmanuel Le Roy Ladurie, em um artigo sobre a informatização dos dados da Produção Anual Conservada (PAC) da Biblioteca Nacional da França (BnF) indica caminhos importantes para a história quantitativa no âmbito da história dos livros.¹³ Salvaguardadas as diferenças cronológicas (recorte temporal e período histórico) e a própria base de dados, algumas dessas observações podem ser consideradas no nosso trabalho.

¹¹ Consultamos sistematicamente os inventários *post-mortem* disponíveis nos arquivos na cidade de São Paulo apenas entre os anos de 1870-1890. Esse trabalho foi desenvolvido durante a pesquisa de mestrado intitulada *A Circulação Transatlântica dos Impressos: Livros e leituras em São Paulo através da pesquisa em inventários post-mortem (1870-1890)*, realizada no Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Quando a pesquisa foi transferida para o doutorado, e nos aprofundamos apenas na categoria dos juristas, pudemos ampliar o recorte temporal, iniciando-o em 1850, e encerrando em 1899.

¹² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000718, Ano: 1884, Processo nº: 2504.

¹³ LADURIE, Emmanuel Le Roy. Une histoire sérielle du livre (1452-1970). *Histoire, Économie et Société*, Paris, n. 1, 1995, p. 1-23, 1º trim., 1995.

O autor fez uma análise da quantidade de obras que foram registradas na BNF de 1452 a 1995, apontando que a conjuntura longa revela movimentos tendenciais em três momentos distintos: entre a metade do século XV e os anos 1620-1621; entre 1621 e 1751; e depois de 1751 (mesmo a partir de 1721) até 1913. Porém, o autor também se debruça, e isso nos interessa bastante, sobre os acidentes conjunturais indicando que eles são numerosos, cíclicos e, frequentemente, muito significativos. Ele aponta para a importância das cifras anuais e o que elas podem revelar na média duração. Do ponto de vista qualitativo, o autor fala sobre a recorrência dos títulos e dos gêneros literários e o que eles podem indicar.

Para a nossa amostra, torna-se muito complicado estabelecer essas flutuações anuais em termos de títulos, autores ou gêneros literários recorrentes, pois as bibliotecas em questão foram formadas ao longo da vida de seus proprietários, fazendo com que o ano do falecimento não tenha nenhuma relevância em relação a isso. Mesmo se quiséssemos considerar as idades dos inventariados e, com isso, tentar estimar o período de formação das coleções, isso não seria possível, pois essas informações não estão disponíveis. Foram poucos os proprietários sobre os quais conseguimos descobrir a data de nascimento. No entanto, é possível pensar nas tendências gerais relacionadas aos títulos, autores, gêneros etc., considerando nosso período em bloco. Por outro lado, podemos observar algumas questões em relação às flutuações anuais de processos de inventário realizados, assim como àqueles nos quais existe a menção a livros.

Listamos 1.977 processos de inventários realizados entre os anos de 1870-1890, que estavam descritos nos livros de distribuição de feitos do 1º, 2º e 3º Ofícios de Família da Capital. Entretanto, localizamos nos arquivos mencionados apenas 1.300. Dos 1.267 processos considerados na pesquisa, encontramos livros registrados em 127 deles,¹⁴ ou seja, 10% do total, conforme apresentamos no Quadro 2:

¹⁴ Consideramos os inventários que possuíam livros descritos ou mencionados, mas também aqueles que possuíam estantes com livros, livros em notas de dívida passiva e na relação de despesas dos órfãos. Estes últimos foram inclusos, pois, nesse primeiro instante, gostaríamos de verificar a presença de livros nas residências, e não necessariamente bibliotecas formadas. Em muitos processos apareceram estantes, estantes com portas, envidraças, etc. Esses processos não foram incorporados, pois, apesar de sugestivos, eles não mencionavam a utilidade das mesmas.

Quadro 2 – Relação dos processos de inventário *post-mortem* produzidos em São Paulo entre 1870-1890

Total de processos listados nos livros de distribuição de feitos¹	1.977
Total de processos localizados nos arquivos e consultados²	1.300
Processos deteriorados	9
Processos registrados no sistema, mas não localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo³	24
Processos considerados na análise⁴	1267
Processos com livros, entre os processos consultados	127
Porcentagem de processos com livros em relação ao número de processos considerados³	10%
Processos não localizados nos arquivos⁵	677
1 – Processos listados nos livros de distribuição de feitos dos 1º, 2º e 3º Ofícios de Família, entre 1870-1890. Os livros de feitos foram consultados no Fórum João Mendes.	
2 – Processos arquivados no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.	
3 – Processos que cujo arquivamento foi registrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, mas que não foram localizados nas respectivas caixas.	
4 – Retiramos da análise os processos que estavam deteriorados nas partes que nos interessavam. Os que estavam em condições de serem consultados na descrição dos bens foram inclusos.	
5 – Processos listados nos livros de distribuição de feitos, cujo arquivamento não localizamos nem no Arquivo Público do Estado de São Paulo e nem no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.	

O alto número de processos listados nos livros de distribuição de feitos, mas não localizados nos arquivos (677), se deve a alguns fatores. Em primeiro lugar, no livro referente ao 1º Ofício de Família, os anos dos processos eram grafados com apenas três dígitos, assim todos os inventários realizados entre 1890 e 1899 aparecem datados de “189”. Em função disso, dentre os 677 processos mencionado, há cerca de 370 sobre os quais não temos certeza a qual ano se referiam. Ademais, muitos daqueles que estão arquivados no Arquivo do Tribunal de Justiça ainda não foram registrados no sistema de forma completa. Por outro lado, a numeração dos processos relacionados nos livros de distribuição de feitos não corresponde, necessariamente, à numeração com as quais eles foram arquivados, desta feita, a localização dos mesmos se torna impossível. Além disso, uma parte dessa diferença se deve ao fato de que alguns deles foram registrados como inventários, mas eram autos de outras naturezas.¹⁵ Por fim, nos deparamos com vários casos em que, por haver dois ou mais inventariados, o mesmo documento foi listado mais de uma vez.

¹⁵ Retiramos da nossa amostra cerca de 60 processos em função desse problema.

Contudo, mesmo com essas ausências, acreditamos que a amostra possa ser considerada significativa, inclusive porque ao longo da pesquisa a média de processos com livros sempre ficou próxima dos 10%, revelando uma certa estabilidade.¹⁶

Ainda assim, é necessário ressaltar que a representatividade da amostra tem seus limites. Os inventários *post-mortem* são um instrumento no processo de transmissão de herança, cujo objetivo é arrolar os herdeiros e os bens do falecido para que se realize a partilha. Nesse sentido, o alcance deles em relação à população de um determinado local é limitado, já que deixa de fora uma grande parcela de despossuídos. Destarte, ao estudá-los, não incluímos os escravos, grande parte dos libertos e dos trabalhadores de baixa renda que gradualmente engrossavam a população paulistana.¹⁷ Porém, se levarmos em conta que as camadas médias das populações representavam, cada vez mais, uma parcela importante, podemos afirmar, ao menos, que não estamos tratando apenas da elite.¹⁸

No que se refere à porcentagem de inventários nos quais aparecia a menção a livros, podemos estabelecer algumas relações com as cifras encontradas em outros estudos brasileiros dessa mesma natureza. Se considerarmos os 3,3% de processos contendo livros encontrados por Alcântara Machado, em São Paulo, durante o século XVII,¹⁹ os 20% revelados por Júnia Furtado, em Diamantina, no final do século XVIII,²⁰ ou mesmo os 14,7% para o Rio de Janeiro e os 8,34% para Mariana, no século XVIII e primeiro quartel do século XIX, indicados por Luiz Carlos Villalta,²¹ vemos que os 10% que encontramos não significam uma cifra tão baixa assim. Sobretudo porque essas três últimas cidades vivenciaram processos de urbanização que já havia avançado bastante em relação à São Paulo naquele período e, também, pelo fato de que a forte

¹⁶ A ordem da leitura dos inventários foi aleatória, no aspecto cronológico, seguindo a lógica através da qual eles foram arquivados. Não sabemos exatamente quando, mas, em algum momento, os livros de distribuição de feitos do 1º e 3º Ofícios de Família foram reescritos e organizados em ordem alfabética. Assim, na mesma caixa encontram-se processos de anos muito diferentes.

¹⁷ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 14.

¹⁸ Sobre o aumento dos setores médios em São Paulo na segunda metade do século XX, ver: OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, *op. cit.*

¹⁹ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 103.

²⁰ FURTADO, Júnia apud VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. 1999. 544 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 285.

²¹ VILLALTA, Luiz Carlos, *op. cit.*, p. 284-286.

presença da burocracia do Estado português alterava sensivelmente a vida intelectual nessas regiões.²²

Porém, algo curioso se passa quando olhamos para a distribuição dos processos ao longo dos anos, como pode ser observado na Tabela 1. Em termos do recorte cronológico, podemos dizer que estamos tratando de um tempo conjuntural – no nosso caso uma periodização que fica entre a curta e a média duração.²³ Porém, é preciso considerar que se trata de um período cujas transformações ocorreram intensamente, em função da dinamização gerada pela economia cafeeira – a qual atraiu pessoas e capitais de outros países e regiões – acentuando os processos de urbanização e aumento da população.

A compreensão das oscilações do número de inventários realizados e, também daqueles nos quais encontramos livros, seria mais precisa se tivéssemos dados exatos sobre o número de óbitos em São Paulo ano a ano, ou, ao menos, se possuíssemos informações similares às nossas, referentes aos períodos anterior e posterior ao que escolhemos. De qualquer forma, podemos tentar extrair desses dados algumas tendências mais gerais.

Em relação ao número de processos de inventários realizados no período, podemos perceber um aumento progressivo, que se intensifica principalmente nos últimos anos. Esses dados poderiam atestar tanto o crescimento da cidade – fenômeno já conhecido neste período – quanto o aumento do número de pessoas com posses suficientes para realizar um inventário. Embora as pesquisas que investigam as formas de riqueza e suas transformações no século XIX apontem para um forte processo de concentração da renda, elas também revelam uma relativa melhora nas condições de vida das camadas médias.²⁴ Mesmo que haja uma seleção importante nos grupos sociais e que as camadas mais baixas desapareçam da amostragem desses trabalhos, por não terem mais renda suficiente, vemos que as camadas médias passam a ter um pouco mais de conforto, contando com bens móveis e imóveis que não apareciam nos três primeiros quartéis do século.²⁵

²² Os trabalhos de Luis Carlos Villalta, sobre o Rio de Janeiro e Mariana, e de Junia Furtado, sobre Diamantina, mostram a concentração dos livros dos inventários de homens pertencentes à burocracia estatal e os clérigos. Ver: VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. 1999. 544 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 285-288.

²³ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 41-78.

²⁴ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985; OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

²⁵ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, *op. cit.*, p. 72-78.

Tabela 1 – Processos de inventário *post-mortem* por ano

Ano	Nº Total de Processos	Com livros	Porcentagem de Processos com livros (%)
1870	50	5	10,00
1871	37	3	8,11
1872	40	8	20,00
1873	40	4	10,00
1874	57	6	10,53
1875	50	5	10,00
1876	52	5	9,62
1877	49	3	6,12
1878	69	6	8,70
1879	49	7	14,29
1880	58	8	13,79
1881	56	5	8,93
1882	59	9	15,25
1883	68	6	8,82
1884	60	2	3,33
1885	49	5	10,20
1886	58	8	13,79
1887	62	3	4,84
1888	74	10	13,51
1889	89	9	10,11
1890	141	10	7,09
TOTAL	1267	127	10,02

No entanto, não podemos desconsiderar os problemas de saúde pública que marcaram toda a história de São Paulo até, pelo menos, o começo do século XX. Embora tenha havido um crescente aparelhamento da cidade em termos de recursos médicos e criação de instituições hospitalares, a partir de 1870, a situação de insalubridade na maior parte dos bairros paulistanos propiciava muitos surtos de febres e outras moléstias que atingiam a população.²⁶ Apesar de uma certa estabilidade do quadro na maior parte do período em questão, um surto de febre amarela, iniciado em 1889, em Santos, alastrou-se pela província facilitado pela entrada massiva de imigrantes que vinham daquele porto.²⁷ Nesse sentido, o aumento sensível no número de inventários produzidos nos dois últimos anos do nosso período pode se explicar

²⁶ BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, vol. 3, p. 1189.

²⁷ TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. Imigração e Epidemias no Estado de São Paulo. *Historia, Ciências, Saúde, Manguinhos*: III (2), 265-283, jul./out., 1996, p. 267.

também por esse fenômeno, mas, soma-se a isso o fato de que, provavelmente, houve um crescimento no número de pessoas com condições de realizar processos de inventário.

Contudo, se compararmos a quantidade dos processos realizados no período com aquela dos inventários nos quais havia menção de livros, vemos que há um distanciamento dos índices, sobretudo nos dois últimos anos, conforme observa-se no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Índice de processos por ano X Processos com menção a livros por ano

As oscilações ano a ano, principalmente em relação aos processos com livros, podem se dever a fatores casuais, todavia, até o início da década de 1880 observa-se uma certa correspondência dos movimentos entre as duas linhas, que se altera entre os anos de 1882 e 1883, retomando, depois de 1884, um sentido semelhante, embora com maior diferença de escala. A partir de 1888, os dois índices caminham em direções opostas. Essas informações ficam mais claras se observarmos a tendência da porcentagem de processo com livros, conforme pode-se ler no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Porcentagem de processos com livros por ano

Embora não seja muito acentuada, notamos que a tendência geral é de redução. Esse fenômeno poderia ter duas explicações. A primeira, e mais aparente, é que os livros tenham se escasseado nas residências e, portanto, deixaram de ser arrolados pelos avaliadores. A outra hipótese, que para nós parece mais provável, é que os livros tenham se tornado um objeto mais comum e tenham, por isso, sido desconsiderados nas listas dos bens. Conforme indicamos, percebemos que nos anos finais da nossa amostra os arrolamentos começaram a se tornar cada vez mais sucintos.

Por outro lado, se olharmos para a esfera da produção e da circulação do livro, vemos que há um forte descompasso com esse movimento de redução de livros nos inventários. Marisa Midori Deaecto nos indica o aumento do número de tipografias²⁸ e de lojas de livros,²⁹ mostrando que entre 1858 e 1878 existiam sete livrarias na cidade e que, entre os anos de 1880 e 1905, surgiram mais 36. Quanto às tipografias, passou-se de 10, até 1860, para cerca de 60, na década de 1890.

Ademais, é preciso considerar o aumento populacional no seu conjunto e, mais especificamente, o aumento do número de alunos da Academia de Direito – público bastante inclinado ao consumo de livros. A população paulistana, que era de 31.385 habitantes, em 1872, mais do que dobrou em 1890, chegando a 64.934 habitantes.³⁰ O número de formandos na Academia de Direito passou de 326 alunos na década de 1870, para 754 na década de 1880.

Por outro lado, não podemos esquecer o desenvolvimento da cafeicultura que dinamizou intensamente a economia. O Brasil exportou, na década de 1860, 28 milhões sacas de café; na década de 1870, cerca de 36 milhões e na década de 1880, mais de 50 milhões.³¹ São Paulo, que ao longo do século foi tomando a frente como o maior Estado produtor desse gênero, concentrou grande parte desses lucros.

Frédéric Barbier mostrou como os processos de urbanização e o crescimento das rendas médias, entre outros fatores, influenciavam positivamente o processo de aculturação pelos impressos e demais atividades culturais.³² Mesmo que não tenhamos dados muito precisos sobre

²⁸ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 370.

²⁹ *Ibidem*, p. 378-379.

³⁰ LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 44.

³¹ Exportações - café em grão - quantidade em Sacas de 60 kg (mil). Fonte: IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

³² BARBIER, Frédéric. *Livre, économie et société industrielles en Allemagne et en France au XIXe siècle*, Paris, 1987, 3 vol. dactylographiés (thèse d'État, Paris-IV) ; BARBIER, Frédéric. Livres, lecteurs, lectures. In: VARRY, Dominique (Dir.). *Histoire des bibliothèques françaises*. Les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle (1789-1914). Paris : Éd. du Cercle de la librairie, 2009, p. 579-623.

a flexibilidade das rendas na cidade de São Paulo neste período, sabemos que a cafeicultura fez aumentar não só a riqueza dos cafeicultores, como também a renda dos setores médios, conforme mencionamos acima.³³

Assim, a soma desses fatores nos leva a crer que os livros foram paulatinamente deixando de ser considerados nas avaliações por terem perdido seu valor proporcional em relação aos bens mais valiosos, mas também, como apontou Tânia Bessone, por terem se dessacralizado.³⁴

2.3. Livros esparsos ou bibliotecas?

No meio de todos esses processos de inventários *post-mortem*, alguns mais ricos, outros com informações mais escassas, como definir o que era ou não uma biblioteca?

Essa questão pode ser pensada com base no trabalho de Michel Marion sobre a posse privada de livros em Amiens, quando ele se deparou com diferentes classificações encontradas nos próprios inventários. Em alguns processos os conjuntos dos livros eram chamados de bibliotecas pela família e/ou pelos avaliadores, enquanto em outros, não. Mediante o caráter arbitrário e, talvez anacrônico que uma decisão própria poderia tomar, o autor optou por respeitar a definição da época. No entanto, se essa opção o isentou de possíveis erros, ela também acabou deixando de fora coleções significativas – tanto do ponto de vista da quantidade de livros quanto da sua coesão interna – por motivos que nem ele, nem nós conhecemos, apenas a família e os avaliadores poderiam saber.³⁵

Logo, se a arbitrariedade é quase inevitável nessas situações, seja nossa, seja dos avaliadores da época, é preciso que ela seja feita ao menos de forma clara e coerente. E, no nosso caso, ela é ainda mais necessária, visto que lidamos com uma massa documental muito menor, que apresenta uma porcentagem muito mais baixa de livros e sem nenhuma regularidade nos termos utilizados pelos avaliadores.

³³ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.; OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

³⁴ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 102.

³⁵ De acordo com o autor, a sua experiência com os processos mostrou que quando livreiros especializados eram chamados para avaliar os livros, normalmente, tratavam-se de coleções mais importantes. No entanto, ele mesmo ressalta que alguns grandes conjuntos de livros foram classificados como “livros isolados” e não como bibliotecas. MARION, Michel. *Recherches sur les bibliothèques privées à Paris au milieu du XVIIIe siècle (1750-1759)*. Paris : Bibliothèque Nationale, 1978, p. 51.

Nesse sentido, antes de começarmos qualquer classificação, uma pergunta se impõe: o que seria uma biblioteca?

Segundo Martine Poulain, no *Dictionnaire encyclopédique du livre*,

Da mesma forma que a escrita sempre se inseriu em uma forma (do códex à tela do computador), a coleção sempre se exprimiu em um espaço, em um “lugar biblioteca” que não é em nada neutro e, tampouco, uma simples acumulação de livros individuais. A coleção é o sentido do livro, o “lugar biblioteca” é o sentido da coleção. Cada época inventou um modelo de arquitetura para as bibliotecas coerente com a visão que tinha tanto dos livros enquanto objetos quanto dos saberes que eles continham ou do suposto público que se apropriaria deles.³⁶

Embora algumas definições se apliquem mais às bibliotecas públicas ou àquelas que eram privadas, mas abertas ao público, essas observações são importantes no sentido de se compreender que a delimitação do que seja uma biblioteca só é possível dentro do contexto no qual ela se insere. Assim, se faz necessário partir da definição do termo nos dicionários da época. O *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva (1755-1824), muito reeditado desde sua primeira edição, em 1789, e bastante presente entre os livros que encontramos, define o termo biblioteca de formas diferentes ao longo do tempo.

Na primeira edição de 1789, o verbete é bastante sintético:

BIBLIOTHECA: c.f. collecção de livros em estantes, ou armarios. § Livro em que apontão os autores de uma Nação, ou Terra com a historia de sua vida, escritos e censura delles.³⁷

Ou seja, a biblioteca seria apenas uma coleção de livros organizada de uma determinada forma, em armários ou estantes, ou uma bibliografia dos autores de um certo país ou região específicos. Este último sentido é menos utilizado nos dias atuais e não toca diretamente à nossa questão, embora tivesse importância à época.

Seja como for, na quarta edição, de 1831, lê-se:

³⁶ Tradução da autora. Texto original : « De même que l'écrit s'est toujours inséré dans une forme (du codex à l'écran), la collection s'est toujours exprimée dans un espace, dans un lieu bibliothèque, qui n'est en rien neutre et en rien simple accumulation de livres individuels. La collection est le sens du livre, le lieu bibliothèque est le sens de la collection. Chaque époque a inventé un modèle d'architecture de bibliothèques, cohérent avec la vision qu'il avait, tant des objets livres que des savoirs qu'ils contenaient, ou des publics supposés s'en emparer. » POULAIN, Martine. Bibliothèque : La forme et le sens. In : *Dictionnaire encyclopédique du livre*. FOUCHE, Pascal; MELLOTT, Jean-Dominique; NAVE, Alain; [et al.] (Dir.). Paris: Éd. du Cercle de la librairie, 2002, vol. 1, A-D, p. 290-293.

³⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 180.

BIBLIOTHECA: c.f. collecção de livros em estantes, ou armarios. § Livro em que apontão os autores de uma Nação, ou Terra com a historia de sua vida, escritos e censura delles, edições, etc.³⁸

Vemos que, entre essas duas datas, apenas a palavra “edição” foi inserida, mas sem alterar a concepção do termo biblioteca no sentido que nos importa, pois se refere apenas ao arrolamento das edições das obras dos autores inseridos nas bibliografias. No entanto, na edição de 1890 vemos uma definição significativamente mais complexa:

Bibliotheca, s. f. (do Gr. *Biblion*, livro, e *théké*, caixa, lugar onde se guarda alguma cousa). Collecção de livros posta em estantes ou armários. § Livros em que se apontam os auctores de alguma nação, ou terra, com a historia da sua vida, escriptos, e censura d’elles, edições, etc. § O edificio, a sala, ou as salas, em que os livros são systematicamente guardados e arrumados. § *Bibliotheca publica*; estabelecimento do Estado, em que de ordinario se accumulam grandes riquezas bibliographicas, e onde os estudiosos vão fazer as suas consultas: v. g. a *Bibliotheca Publica de Lisboa*; a *Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro*. § Muitos estabelecimentos publicos e particulares tem *bibliothecas*, sendo algumas formadas principalmente por obras sobre a respectiva especialidade litteraria ou scientifica. v. g. *Bibliotheca da Marinha*. Sob a designinação de *Gabinete Portuguez de Leitura* ha no Brazil importantes *bibliothecas*, fundadas e sustentadas pelos portuguezes ahi residentes; são bastante importantes, além de outras, as de Pernambuco, Bahia, e Rio de Janeiro; esta ultima tem edificio proprio, de fórma monumental em estylo manuelino.

(Bibliotheca, Livraria, Syn.) Posto que usados frequentemente como se tivessem identica significação, ha entre elles uma differeneça. *Bibliotheca* quer dizer precisamente caixa, armario, casa em que se depositam livros, e se conservam ordinariamente em certo arranjo. *Livraria* quer dizer precisamente multidão de livros: é esta a energia da sua terminação. D’aquí vem que o guarda da casa dos livros encarregado do seu arranjo, etc. chama-se bibliothecario, e não livreiro, dando-se este ultimo nome ao que tem muitos livros para vender. Se um viajante, (por ex.) levasse em suas viagens uma caixa com alguns livros para lhe servirem ao estudo, ou ao entretenimento, poderíamos dizer que levava comsigo uma *bibliotheca*, mas não uma *livraria*.³⁹

Em primeiro lugar, é importante notar que nos dois primeiros verbetes a palavra “biblioteca” é designada por “c.f.”, ou seja, coletivo feminino, sendo substituída por “s.f.” na última edição, isto é, substantivo feminino. Essa mudança de *status* na classificação da palavra já denota que ela deixou de ser considerada apenas um agrupamento de objetos para se tornar

³⁸ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Impressão Regia, 1831, p. 180, p. 275.

³⁹ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Empr. Litteraria Fluminense, 1890, p. 337.

algo mais complexo com sentido próprio. Ademais, nessa nova definição já entram a biblioteca como o prédio onde ficam guardados os livros e as bibliotecas públicas, indicando, talvez, que essas duas significações passaram a ter mais sentido naquele momento. Os exemplos utilizados também reforçam essa ideia e indicam a proliferação de espaços dessa natureza, principalmente no Brasil.

No final, o autor estabelece mais uma diferenciação entre a biblioteca, que seria o espaço onde os livros se organizavam de uma determinada forma – qualificando ainda mais a ideia que antes significava apenas um coletivo não necessariamente organizado – e que tinha como finalidade a consulta das obras, e a livraria, que seria um amplo conjunto de livros destinados ao comércio. Com isso, aparecem também as figuras do bibliotecário e do livreiro, revelando uma delimitação mais apurada das atividades em torno dos livros.

É interessante notar que nas edições de 1789, 1813 e de 1831, o verbete “bibliothecário” era definido como “o que tem a cargo o cuidado de alguma livraria”. De fato, essa confusão apareceu para nós tanto nos inventários quanto nos anúncios de jornal, podendo ser um indício de que esse último termo não tivesse adquirido ainda uma demarcação tão significativa.

No entanto, pensando nos livros apresentados nos inventários *post-mortem*, essa definição se mostra insuficiente para o nosso objetivo. Nesse sentido, Marie-Pierre Dion, ao falar das bibliotecas privadas, traz alguns elementos que podem ser úteis. Segundo ela,

Das bibliotecas-jardins das cidades antigas aos amontoados de livros no meio dos quais se fecham os escritores do século XX, as bibliotecas privadas revelam a concepção que seus proprietários têm da cultura livresca, ao mesmo tempo em que testemunham a difusão de ideias. Elas formam um mapa do saber do qual os historiadores, depois de Daniel Mornet, se esforçam por definir os contornos e as lendas⁴⁰ constantemente renovados, reunindo os testemunhos mais variados.

O limite entre a simples posse de livros e a detenção de uma biblioteca – forma organizada e hierarquizada da presença do livro, supondo, geralmente, fortuna, cultura ou lazer – varia segundo às épocas e os meios, da mesma forma que ocorre com a clivagem entre bibliotecas públicas e privadas. Modestas ou abundantemente abastecidas, pessoais, familiares ou coletivas, fechadas ou amplamente abertas, as coleções privadas sempre participaram da acumulação cultural que construiu a riqueza enciclopédica do patrimônio escrito.⁴¹

⁴⁰ A palavra “légendes” pode significar tanto “lendas” quanto “legendas”.

⁴¹ Tradução da autora. Texto original : « Des bibliothèques-jardins des villas antiques aux amoncellements de livres au milieu desquels sont enfermés les écrivains du XX^e siècle, les bibliothèques privées trahissent la conception que leur propriétaires ont de la culture livresque en même temps qu’elles témoignent de la diffusion des idées. Elles forment une carte du savoir dont les historiens, à la suite de Daniel Mornet, s’efforcent de cerner les contours et les légendes sans cesse renouvelés, en rassemblant les témoignages les plus variés.

Essa explicação oriunda da visão de uma bibliotecária ressalta, sobretudo, a presença e a organização dos livros nas bibliotecas particulares enquanto acúmulo de objetos de transmissão do saber, estabelecendo alguns aspectos que as definiriam dessa forma. Por essa perspectiva, o primeiro ponto a ser ressaltado é que o critério para diferenciar uma biblioteca de um conjunto de livros esparsos seria a organização e a hierarquia entre os livros, ou seja, uma certa lógica interna às coleções. Infelizmente, não podemos afirmar se os livros que encontramos foram descritos respeitando a ordem em que estavam nas prateleiras originalmente, mas podemos verificar, através de seu conteúdo, se havia algum tipo de coerência nesses conjuntos. O segundo ponto a ser destacado se refere ao fato de que uma coleção pressupõe uma concepção, ou seja, escolhas pautadas por determinados princípios. Sobre isso, Tania Bessone afirma que:

Uma biblioteca não é simplesmente o somatório de livros. O fato de o indivíduo ter escolhido aquelas obras, entre tantas outras, de preservá-las em casa, guardá-las em móveis especialmente construídos, demonstra uma preferência, uma forma de atribuir determinado valor aos livros, não apenas por suas qualidades implícitas. Essa seleção, seja por escolha profissional, afetiva, ou mesmo por *status*, define uma razão que ajuda a fazer a diferença entre livros esparsos e espalhados e uma biblioteca, mesmo que pequena.⁴²

Assim, seguindo por essa trilha, optamos por adotar um critério flexível⁴³ que considerasse as possíveis coerências internas dos conjuntos, assim como os usos dados aos livros quando foi possível identificá-los. Ademais, conforme indicamos, nossa massa documental permite poucas assertivas de conjunto, nos obrigando a analisar os casos um a um – o que faremos em momento oportuno. Inicialmente, entretanto, uma visão mais global é necessária para que estabeleçamos o terreno no qual pisaremos, ou seja, para que possamos ter um parâmetro geral antes das avaliações individuais.

Le seuil entre simple possession de livres et détention d'une bibliothèque – forme organisée et hiérarchisée de la présence du livre, supposant généralement fortune, culture ou loisir – varie selon les époques et les milieux, de même que le clivage entre bibliothèques privées et bibliothèques publiques. Modestes ou abondamment fournies, personnelles, familiales ou collectives, réservées ou largement ouvertes, les collections privées ont cependant toujours fortement participé à l'accumulation culturelle qui fait la richesse encyclopédique du patrimoine écrit. » DION, Marie-Pierre. Bibliothèques privées. In : *Dictionnaire encyclopédique du livre*. FOUCHE, Pascal ; MELLOTT, Jean-Dominique ; NAVE, Alain ; [et al.] (Dir.). Paris : Éd. du Cercle de la librairie, 2002, vol. 1, A-D, p. 319-320.

⁴² FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 36.

⁴³ *Ibidem*, p. 36.

2.4. Livros X Riqueza

No Quadro 3 apresentamos um panorama geral dos inventários *post-mortem* nos quais encontramos livros. Nele constam o ano dos processos, o nome dos proprietários dos livros, suas profissões (nos casos em que foi possível identificar), a forma como os livros são descritos, seu valor e o monte-mor dos falecidos. Sobre esses dados é preciso fazer duas observações preliminares. Primeiramente, em relação ao valor total das heranças: há, em muitos casos, uma diferença considerável entre o monte-mor e o monte-partível – inclusive, algumas heranças são completamente consumidas pelas dívidas passivas. Existem pesquisas que alertam para essa diferença e como ela pode alterar o quadro das análises sobre as riquezas.⁴⁴ No entanto, optamos por considerar apenas o monte-mor, já que para compreender o significado da presença dos livros era necessário apreender a forma de inserção dos seus proprietários na sociedade paulistana. O endividamento era uma prática corrente, sobretudo pela escassez dos meios circulantes, e se manteve como hábito comum durante anos, mesmo que a tendência fosse a sua redução com o crescimento da cidade e a dinamização da economia.⁴⁵ Além disso, os bens móveis e imóveis situavam as pessoas nas escalas sociais durante a sua vida, portanto, nos interessam mais.

Uma segunda observação se refere ao que concebemos como inventários com livros. Consideramos os inventários que possuíam livros descritos ou mencionados, mas também aqueles que possuíam estantes com e para livros,⁴⁶ livros em notas de dívida passiva e na relação de despesas dos órfãos. Na elaboração do quadro, quando os processos tinham os títulos descritos, os relacionamos na coluna “Livros” de duas maneiras distintas: com a expressão “biblioteca descrita” e “quadro descritivo”, visto que eles serão apresentados de forma integral no Capítulo 3.

⁴⁴ VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários post mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. *História* (São Paulo), v. 32. n. 2, p. 139-162, jul./dez. 2013. Os próprios trabalhos sobre as formas de riqueza citados apontam para essa diferença. Ver: MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos das riquezas dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. 2003. 270 fl. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁴⁵ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, *op. cit.*, p. 110-180.

⁴⁶ Em muitos processos aparecem estantes, estantes com portas, envidraças etc. Embora sugestivos, esses processos não foram considerados, pois não mencionam a utilidade das mesmas.

Quadro 3 – Quadro geral dos processos com livros

ANO	INVENTARIADOS	PROFISSÃO	LIVROS	VALOR DOS LIVROS	MONTE-MÓR
1870	JOSE FRANCISCO DE AZEVEDO	CAPITÃO	UMA PORÇÃO DE LIVROS	20\$000	3:070\$320
1870	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	ADVOGADO (1857); INSPETOR DO THE-SOURO PROVINCIAL	246 VOLUMES IMPRESSOS DE VÁRIAS OBRAS	400\$000	12:750\$050
1870	HYPOLITO JOSE SOARES DE SOUZA	JURISTA E POLÍTICO	BIBLIOTECA DESCRITA	150\$000	9:551\$760
1870	ANTONIO LOUZADA ANTUNES	DONO DA TYPOGRAPHIA DOUS DE DEZEMBRO E FUNCIONÁRIO DA SECRETARIA DA POLÍCIA	BIBLIOTECA DESCRITA	221\$000	23:378\$198
1870	JOSE ANTONIO DA GUERRA	NÃO CONSTA	UM ROMANCE EM 4 VOLUMES (5\$000) E 3 VOLUMES DO PANORAMA (20\$000)	25\$000	13:565\$863
1871	JOAQUIM PIRES DE ALBUQUERQUE	FARMACEUTICO	BIBLIOTECA DESCRITA	192\$000	1:505\$100
1871	JOSE EDUARDO RULE	COMERCIANTE (LOJA NO HOTEL DA ITÁLIA)	1º LOTE: 77 LIVROS EM FRANCÊS E EM INGLÊS (EM CASA) (25\$000); 2º LOTE: 2 LIVROS DO NOVO TESTAMENTO (\$400); 3º LOTE: 2 LIVROS DE CH. DICKENS (NO COMÉRCIO); 4º LOTE: LOTE DE DIVERSOS LIVROS, UM ÁLBUM E 3 COPIADORES DE CARTA (14\$000)	NÃO CONSTA	2:343\$220
1871	PAULA PEIXOTO GOMIDE REICHERT	NÃO CONSTA; ESPOSA DO BANQUEIRO THEODOR REICHERT	96 VOLUMES DE LIVROS DE DIVERSAS SCIENCIAS	500\$000	657:430\$480
1872	JOAQUIM ANSELMO DE OLIVEIRA	ARCYPRESTE DA SÉ	DOIS LOTES DE LIVROS TRUNCADOS VELHOS E UMA NOTA DA CASA GARRAUX (1 LIVRO DE CHATEAUBRIAND)	40\$000	112:456\$313
1872	VICTORIANO DE SOUSA NEVES	NÃO CONSTA	CINCO LIVROS DE DIFERENTES QUALIDADES	20\$000	616\$000
1872	HILDEFONSO XAVIER FERREIRA	BIBLIOTECÁRIO E PROFESSOR SUBSTITUTO DA FACULDADE DE DIREITO;	BIBLIOTECA DESCRITA	730\$900 ¹	5:528\$123
1872	FRANCISCO DE SALLES AYRES	COMERCIANTE (SECOS E MOLHADOS)	QUADRO DESCRITIVO	26\$000	7:736\$860
1872	JOSÉ MARIA DE AVELLAR BROTERO E ANNA DABNEY	LENTE DA ACADEMIA DE DIREITO	BIBLIOTECA DESCRITA	899\$200	168:944\$461
1872	LINDORO JOSE BRANCO	TENETE-CORONEL; COMERCIANTE (LOJA DE FERRAGENS E FAZENDAS)	NO COMÉRCIO - QUADRO DESCRITIVO	NÃO CONSTA	15:631\$800

1872	MARIA CEBELE	PROPRIETÁRIA RURAL	1BIBLIA EM ALLEMÃO	10\$000	4:122\$280
1872	JOSE ANTONIO THOMAZ ROMEIRO E CARLOTA ALMEIDA DELDUC	ARSTISTA	BIBLIOTECA DESCRITA	301\$000	1:558\$080 ou 1:000\$000
1873	JOAO BAPTISTA DE OLIVEIRA	PADRE (CAPELÃO APOSENTADO DO EXTINTO SEMINARIO DE SANT'ANNA)	BIBLIOTECA DESCRITA	38\$000	3:089\$678
1873	VICENTE FERREIRA BASTOS	NÃO CONSTA	DESCRITO EM TESTAMENTO: DUAS CANASTRINHAS COM VÁRIOS LIVROS	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
1873	ANDREWS RHEIN	MÉDICO	220 VOLUMES DE OBRAS ESCRITAS EM LINGUA ALLEMÃ, DINAMARQUEZA E INGLEZA, E BEM ASSIM 101 BROCHURAS E UMA PORÇÃO DE JORNAES NAS MESMAS LINGUAS	100\$000	24:058\$000
1873	JOAQUIM ROBERTO DE AZEVEDO MARQUES	PROPRIETÁRIO (EX) DO CORREIO PAULISTANO, TENENTE CORONEL	UM ARMÁRIO PARA LIVROS	NÃO CONSTA	47:832\$466
1874	ANTONIO JOSE FERREIRA	CONTINUO DA THE-SOURARIA DA FAZENDA PROVINCIAL	12 LIVROS VELHOS	2\$000	303\$300
1874	MARIA MIQUELINA RIBEIRO PEREIRA PINTO	NÃO CONSTA	RELAÇÃO DE DESPESAS COM O MENOR: LIVROS DIVERSOS	NÃO CONSTA	78:800\$000
1874	MANOEL DIAS DE TOLEDO	JURISTA E POLÍTICO	3 LOTES CONSTANDO DE 960 VOLUMES NO TOTAL	750\$000	58:889\$185
1874	JOAQUIM DE CAMPOS VERGUEIRO	PROPRIETÁRIO	132 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS	200\$000	89:751\$560
1874	ANNA DA SILVA PRATES	PROPRIETÁRIA	UMA ESTANTE COM LIVROS	30\$000	998:434\$736
1874	VICENTE JOSE DA COSTA CABRAL E BLANDINA ANGELICA DE BARROS	BACHAREL	55 VOLUMES DE OBRAS DE DIREITO, INSTRUÇÃO ELEMENTAR E ROMANCES NA SUA MAIOR PARTE ESTRAGADOS	24\$000	39:951\$413
1875	ANNA JOAQUINA VILLAS BOAS DE OLIVEIRA	ESPOSA DO CIRURGIÃO-MÓR SALVADOR MACHADO DE OLIVEIRA	1 DICCIONARIO DE MEDICINA OPERATORIA	3\$000	17:481\$590
1875	JOAQUIM MARTINS DE VASCONCELOS SILVA	PRATICANTE DE TESOURARIA DA FAZENDA GERAL	DESPESAS COM A ÓRFÃ - CASA GARRAUX - QUADRO DESCRITIVO	16\$200	NÃO CONSTA
1875	MARIA ELISA WEHREIG BAMBERG	ESPOSA DE LUIZ BAMBERG, DONO DE UMA RELOJOARIA	UMA ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	44:077\$800
1875	ANTONIO ALVES PEREIRA	ESCRITURÁRIO; CHEFE DE SECÇÃO DO THESOURO PROVINCIAL APOSENTADO	UM JOGO DE DICCIONARIO PORTUGUES DE MORAES E 76 VOLUMES DE FOLHETOS E LIVROS EM SUA MAIOR PARTE VELHOS	21\$200	19:194\$266

1875	ALBERTO PINTO MA-LHEIROS	COMERCIANTE (ARMAZÉM)	UM LIVRO SOBRE O SISTEMA MÉTRICO	NÃO CONSTA	17:154\$968
1876	ANTONIO HENRIQUE TELLES	PROFESSOR DA ESCOLA NORMAL	UM CAIXOTE CONTENDO LIVROS MUITO USADOS (2\$000) E BAHUS E CANASTRAS CONTENDO LIVROS MUITO USADOS E MUITO VELHOS (12\$000)	14\$000	4:928\$180
1876	JOAO CRISPINIANO SOARES	CONSELHEIRO, JURISTA E POLÍTICO	1483 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS DE DIREITO, LITERATURA E DIVERSAS LINGUAS	1:500\$000	88:021\$660
1876	ANTONIO DA SILVA CALDEIRA	PRODUTOR DE VINHO	36 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS	6\$000	67:202\$854
1876	JOAQUIM MENDES GUIMARAES	BRIGADEIRO; OFICIAL REFORMADO DO EXÉRCITO ²	UMA ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	46:716\$200
1876	QUITERIA ANTONIA DA ANNUNCIACAO SILVA	NÃO CONSTA	UMA PEQUENA ESTANTE COM VÁRIOS LIVROS DE ROMANCES ANTIGOS (POUCOS)	2\$000	14:303\$517
1877	ANTONIA BARROS F. SOUZA QUEIROZ	ESPOSA DE AUGUSTO DE SOUZA QUEIROZ, BACHAREL E POLÍTICO	UMA BIBLIOTECA CONSTANDO DE 700 LIVROS, MAIS OU MENOS, DE LITTERATURA, HISTORIA E SCIENCIAS	1:806\$050	255:708\$050
1877	JOSE GOMES LEAL	EX-PROPRIETÁRIO DE UM ARMAZÉM DE LOUÇAS	RELAÇÃO DE DESPESAS COM OS ÓRFÃOS - QUADRO DESCRITIVO	NÃO CONSTA	27:431\$4520
1877	FRANCISCO BOSSIGNON	CABELEIREIRO E IMPORTADOR	1º LOTE: 50 VOLUMES ENTRE LIVROS E FOLHETOS; 2º LOTE: EM CASA: 29 VOLUMES ENCADERNADOS E DIVERSAS BROCHURAS (12\$000)	12\$000	2:341\$705
1878	CHARLES DUMITT DULLEY	SÓCIO DA CASA COMERCIAL DULLEY & MULLER	DUAS ESTANTES COM LIVROS	130\$000	305:149\$280
1878	JOSE ANTONIO DE ARAUJO RIBEIRO	PROPRIETÁRIO; PRODUTOR DE CANA E CAFÉ	LIVROS NAS DESPESAS DO MENOR - QUADRO DESCRITIVO	21\$500	241:326\$549
1878	LUIZ PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO	PROPRIETÁRIO	CASA GARRAUX - QUADRO DESCRITIVO	349\$500	NÃO CONSTA
1878	WILLIAM FAWCETT WIGHTMANN	ENGENHEIRO	1º LOTE: UMA PORÇÃO DE LIVROS, PRINCIPALMENTE EM INGLÊS E 2º LOTE: 125 LIVROS E DIVERSOS FOLHETOS, QUASE TODOS EM INGLÊS	30\$000 (1ª AVALIAÇÃO); 80\$000 (2ª) E 70\$000	27:039\$183
1878	HORACIO TOWER FOGG	DENTISTA	ALGUNS LIVROS	NÃO CONSTA	7:540\$000
1878	JOAO THEODORO XAVIER	JURISTA E POLÍTICO	BIBLIOTECA DESCRITA	1:860\$950	2:720\$190
1879	JOAQUIM MANOEL GONÇALVES DE ANDRADE	REVERENDO MONSENHOR; BACHAREL;	DIVERSOS LIVROS	145\$000	271:479\$240

1879	FELICIO PINTO COELHO DE MENDONÇA E CASTRO	COMENDADOR	OBRAS DE CHATEAUBRIAND EM 15 VOLUMES	30\$000	123:884\$470
1879	MARIA FIRMINA CORDEIRO	NÃO CONSTA	UMA ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
1879	AMELIA AUGUSTA PEIREIRA DE ABREU	ESPOSA DE BERNARDINO MONTEIRO DE ABREU - COMERCIANTE	UMA ESTANTE ORDINARIA COM ALGUNS LIVROS TRUNCADOS	3\$000	68:830\$393
1879	JOAQUIM FLORIANO DE TOLEDO	POLÍTICO E MILITAR- (CONSELHEIRO)	UMA ESTANTE VELHA COM DIVERSOS LIVROS TRUNCADOS	0\$500	37:011\$288
1879	ANTONIO AUGUSTO DE BULHOES JARDIM	JURISTA E POLÍTICO	600 VOLUMES EM OBRAS DIVERSAS SENDO 200 BROCHURAS E 400 ENCADERNADOS	400\$000	600\$000
1879	JESUINO AUGUSTO DOS SANTOS MELLO	MÉDICO	BIBLIOTECA DESCRITA	105\$300	4:522\$200
1880	JOANNA IZABEL GALVAO URIOSTE	ESPOSA DO BACHAREL BRAULIO THIMOTEO URIOSTE	BIBLIOTECA DESCRITA	194\$000	60:364\$000
1880	JOAO BAPTISTA DO SACRAMENTO	TENENTE DO CORPO MUNICIPAL PERMANENTE APOSENTADO; AJUDANTE DO COLETOR GERAL DA COLETORIA DA CÂMARA MUNICIAPL	BIBLIOTECA DESCRITA	9\$000	3:602\$000
1880	ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA MACHADO	TENENTE DA 6ª CIA. DO BATALHÃO Nº1 DA RESERVA DA GUARDA NACIONAL	2 VOLUMES DA OBRA CHERNOVIZ	12\$000	49:040\$235
1880	LUIZ BAMBERG	COMERCIANTE (RELOJOARIA)	100 LIVROS EM ALLEMÃO, OBRAS DIVERSAS	100\$000	70:046\$500
1880	FRANCISCO LEONCIO SCHNEIDER	PROPRIETÁRIO	UMA ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	121:797\$040
1880	PEDRO CORREA DE SANT'ANNA	COMÉRCIO (LOJA DE TECIDOS E FAZENDAS)	Na loja: 7 cartilhas a 1\$000; e 6 Grammaticas de A.A.P. Coruja a 3\$000; Em casa: 17 volumes de diversas ordens e regulamentos e uma porção de folhetos (2\$000)	4\$000	11:345\$070
1880	VASCO PINTO BANDEIRA	PROPRIETÁRIO; CAPITÃO	ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	52:585\$180
1880	JOAO DE SOUZA CARVALHO JUNIOR	MAJOR AGREGADO DO 2º BATALHÃO DA GUARDA NACIONAL; PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL	UM LOTE DE LIVROS	10\$000	78:676\$571
1881	ANACLETO JOSE RIBEIRO COUTINHO	MONSENHOR E LENTE APOSENTADO DA FACULDADE DE DIREITO	BIBLIOTECA DESCRITA	183\$000	61:458\$987
1881	SEBASTIAO JOSE PEIREIRA	JUIZ DOS FEITOS DA FAZENDA GERAL	720 VOLUMES DE LIVROS ENCADERNADOS E IN-FOLIO, NOVOS E VELHOS DE DIREITO E VÁRIOS	1:000\$000	14:070\$300

1881	LUIZ BALTHAZAR JOSE GUEURY	COMERCIANTE (LOJA DE ARMAS)	UMA PEQUENA PORÇÃO DE LIVROS, OBRAS DIVERSAS, INCLUINDO 2 DIC-CIONARIOS	20\$000	46:525\$172
1881	DINIS AUGUSTO DE ARAUJO AZAMBUJA	ADVOGADO (1838); OFICIAL DA SECRETARIA DA FACULDADE DE DIREITO;	30 E TANTOS VOLUMES DE LIVROS DE DIREITO	55\$000	117:691\$436
1881	FLORINDA MARIA DE OLIVEIRA	NÃO CONSTA	DESPESAS DA ÓRFÃ: UMA GRAMMÁTICA FRANCEZA	1\$200	10:503\$639
1882	JOSE DA TERRA PI-NHEIRO	REVERENDO CÔNEGO	BIBLIOTECA DESCRITA	500\$000	48:864\$600
1882	JOAO RIBEIRO DOS SANTOS CAMARGO	PROPRIETÁRIO; CAPI-TÃO; PRODUTOR DE ALGODÃO;	CASA GARRAUX - QUADRO DESCRITIVO	44\$000	315:313\$971
1882	MANOEL DE PAIVA OLIVEIRA	COMERCIANTE (LOJA DE FAZENDAS)	NO COMÉRCIO: UM LOTE DE LIVROS VELHOS	NÃO CONSTA	71:768\$185
1882	JOAO ANTONIO FAGUNDES MARIANO	PROPRIETÁRIO (ANIMAIS E CARROS)	LIVROS, LOUZA E OUTRAS DESPESAS DO MENOR CARLOS	20:000	78:639\$070
1882	JOAQUIM AUGUSTO DE CAMARGO	LENTE DA ACADEMIA DE DIREITO	UMA LIVRARIA CONSTANDO DE OBRAS DE JURISPRUDENCIA E LITTE-RATURA	2:000\$000	51:036\$142
1882	GLORIA PACHECO SOARES	NÃO CONSTA	UMA ESTANTE COM LIVROS	20\$000	1:864\$000
1882	MIGUEL ANTONIO DE MORAES	ADVOGADO	LIVROS IMPRESSOS VELHOS	6\$000	43:183\$902
1882	RAPHAEL DE ARAUJO RIBEIRO FILHO	JUIZ SUPLENTE DO TERMO DA CAPITAL	UM CAIXÃO COM LIVROS	5\$000	35:850\$642
1882	LUIZ PACHECO DE TOLEDO	MAJOR; COMERCIANTE	BIBLIOTECA DESCRITA	40\$000	438:761\$774
1883	FRANCISCA MARIA SOARES DA CRUZ	PROPRIETÁRIA	UMA ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	66:442\$230
1883	HENRIQUE CLAUSSEN	COMERCIANTE (SECOS E MOLHADOS)	VARIOS LIVROS VELHOS	20\$000	4:744\$060
1883	FRANCISCO LOURENÇO TOURINHO DE PINHO	FARMACEUTICO	BIBLIOTECA DESCRITA	43\$500	477\$850
1883	MATHEUS MARQUES CANTINHO	AMANUENSE DA SECRETARIA DO TESOUREIRO PROVINCIAL	UMA COLEÇÃO DE LEIS PROVINCIAIS TRUNCADAS	5\$000 / 1\$000	242\$740
1883	CAMILLO GAVIÃO PEIXOTO	BACHAREL	BIBLIOTECA DESCRITA	500\$000	111:645\$700
1883	MARIA DA GLORIA DE MOURA JORDAO	NÃO CONSTA	DIVERSOS LIVROS DE MUSICA	10\$000	48:963\$240
1884	AMELIA MONTAGNE	COMERCIANTE (LOJA DE MODA E ARMARI-NHO)	UM JOGO DE DICCIONARIOS DE MORAES	15\$000	5:959\$270
1884	AVELINO MARCONDES DA SILVA	PADRE	NOTAS - QUADRO DESCRITIVO	NÃO CONSTA	6:551\$200
1885	BERNARDO STANDIGEL	COMERCIANTE	UMA CAIXA COM LIVROS EM ALLE-MÃO	50\$000	46:257\$920
1885	JOAQUIM MACHADO FERREIRA BASTOS	NÃO CONSTA	LIVROS DAS DESPESAS DO MENOR; NOTA DA CASA GARRAUX - QUADRO DESCRITIVO	14\$280	30:773\$250

1885	JOAO BAPTISTA PAES	SÓCIO DO JORNAL GAZETA DO POVO	DIVERSOS LIVROS, FOLHETOS E RELATÓRIOS	NÃO CONSTA	1:580\$399
1885	MANOEL JOAQUIM DO AMARAL	ESPOSO DE MARIA GRABRIELLA D. AMARAL – PROF. PÚBLICA	UM DICCIONARIO LATINO E UM DICCIONARIO FRANCEZ	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
1885	FRANCISCO HONORATO DE MOURA - DOUTOR	MÉDICO - TENENTE-CIRURGIÃO DA GUARDA NACIONAL E POLÍTICO	23 LIVROS DE MEDICINA (OBRAS TRUNCADAS) E UMA NOTA A PEDRO P. BITTENCOURT & CIA.	10\$000 E 215\$500	58:836\$797
1886	ADELIA DE ALMEIDA PINTO PACCA	ESPOSA DE JULIO PINTO PACCA, BACHAREL	UMA BIBLIOTECA	300\$000	51:795\$000
1886	MARIA CLEMENTINA COUTINHO	ESPOSA DE JOAQUIM FRANCISCO RIBEIRO COUTINHO	UMA ESTANTE PARA LIVROS	3\$000	87:603\$853
1886	IGNACIO BETOLDI	MÉDICO E FABRICANTE DE MEDICAMENTOS	UM LOTE CONTENDO 370 VOLUMES DE LIVROS ENCADERNADOS DE CIENCIAS E MEDICINA, BROXURAS, FOLHETOS E JORNAES	300\$000	42:869\$800
1886	ANTONIO PINTO DO REGO FREITAS	JURISTA E POLÍTICO	NOTA DA GRANDE LIVRARIA PAULISTA - QUADRO DESCRITIVO	21\$000	636:919\$880
1886	ANGELICA DE ARAUJO SAMPAIO	NÃO CONSTA	UM LOTE DE DIVERSOS LIVROS	50\$000	8:499\$000
1886	PEDRO ALTAN	NÃO CONSTA	UM AMARRADO DE LIVROS SENDO UMA BIBLIA	NÃO CONSTA	849\$560
1886	MALVINA THEREZA SCHLEICHER	PROPRIETÁRIA DE UMA FÁBRICA DE VINAGRE	DUAS ESTANTES PARA LIVROS	NÃO CONSTA	5:157\$500
1886	MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA	LENTE DA FACULDADE DE DIREITO	TRASTES, LIVROS E MAIS ALGUNS OBJETOS (500\$000)	NÃO CONSTA	52:500\$000
1887	MANOEL EMYDIO BERNARDES	PRESBITERO SECULAR DO HABITO DE SÃO PEDRO; CÔNEGO THE-SOUREIRO MÓR DA SÉ	LIVROS LEGADOS EM TESTAMENTO	NÃO CONSTA	201:035\$195
1887	MARIA MARCOLINA PRADO MONTEIRO	NÃO CONSTA	UMA ESTANTE COM DIVERSOS LIVROS TRUNCADOS	50\$000	65:808\$760
1887	CLEMENTE FALCAO SOUZA FILHO	JURISTA E POLÍTICO	BIBLIOTECA DESCRITA	500\$000	533:855\$660
1888	JOSE RIBEIRO GUIMARAES	NÃO CONSTA	20 VOLUMES DE HISTÓRIA UNIVERSAL	15\$000	28:978\$500
1888	MARIA ADELAIDE VIEIRA	ESPOSA DE LUIZ OLIVEIRA LINS DE VASCONCELLOS - BACHAREL	UMA LIVRARIA	2:000\$000	NÃO CONSTA
1888	MARIA SCHLEICHER WAETGE	PROPRIETÁRIA DE UMA FÁBRICA DE VINAGRE	UMA ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	7:728\$683
1888	ANTONIO PEDRO DE CERQUEIRA LEITE	PROFESSOR DA ESCOLA "A AMERICANA"	UMA PEQUENA LIVRARIA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
1888	JOAQUIM PEDRO VILLAÇA JUNIOR	MÉDICO DA PENITENCIÁRIA	UM LOTE DE LIVROS HERDADOS DA PRIMEIRA ESPOSA	100\$000	64:865\$911

1888	MIGUEL DE TULIO	AFINADOR E CONCERTADOR DE PIANO	LIVROS - QUADRO DESCRITIVO	1\$000; 6\$000; 20\$000; 5\$000	4:075\$600
1888	MARIA DULCE DUARTE DE AZEVEDO MONTEIRO	ESPOSA DE JOÃO PEIREIRA MONTEIRO – LENTE DA ACADEMIA DE DIREITO	1500 VOLUMES MAIS OU MENOS	2:000\$000	47:428\$000
1888	JOAO DE MACEDO PIMENTEL	TENENTE CORONEL HONORÁRIO DO EXÉRCITO	UM LOTE COM DIVERSAS OBRAS	10\$000	2:918\$590
1888	PEDRO ANTONIO NELSEN	FUNILEIRO	UM LOTE DE LIVROS EM ALEMÃO	20\$000	20:401\$910
1888	ROBERTO MARIA DE AZEVEDO MARQUES	EX-PROPRIETÁRIO DA TYPOGRAPHIA IMPARCIAL DE MARQUES & IRMÃOS	DUAS ESTANTES ENVIDRAÇADAS E UMA SECRETÁRIA COM ESTANTES NO ESCRITÓRIO	NÃO CONSTA	159:380\$500
1889	MARQUEZ DE ITU	MARQUEZ	UMA ESTANTE COM LIVROS ENTRE OS BENS DO ESCRITÓRIO	NÃO CONSTA	1.441:762\$550
1889	FRANCISCO DAS CHAGAS CARVALHO	COMERCIANTE (LOJA DE CALÇADOS)	UMA ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	33:302\$320
1889	RODRIGO AUGUSTO DA SILVA	JURISTA / CONSELHEIRO	LEGADOS EM TESTAMENTO	NÃO CONSTA	277:713\$040
1889	ANGELO CARLOS DE ABREU	CAPITÃO HONORÁRIO DO EXÉRCITO; TABELIÃO	BIBLIOTECA DESCRITA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
1889	ELPIDIO RODRIGUES SEIXAS LEMAS	MÉDICO	UMA ESTANTE COM LIVROS	20\$000	19:483\$400
1889	ERNESTO JULIO BANDEIRA DE MELLO	DESEMBARGADOR	BIBLIOTECA DESCRITA	540\$000	97:147\$940
1889	RAPHAEL AGUIAR PAES DE BARROS	JURISTA E POLÍTICO	2 ESTANTES ENVIDRAÇADAS COM LIVROS	NÃO CONSTA	1.477:599\$420
1889	THEREZA DE JESUS E SILVA	ESPOSA DE ANTONIO MARIA DA SILVA - ADVOGADO	UMA LIVRARIA COMPOSTA MAIS OU MENOS DE 120 VOLUMES	200\$000	78:175\$000
1889	JOSE RODRIGUES MUNHOZ	FORMADO EM DIREITO	UM JOGO DO DICCIONARIO LARROUSSE E DIVERSOS OUTROS VOLUMES DE LIVROS	100\$000 E 200\$000	644:463\$960
1890	JOAQUIM FRANCISCO RIBEIRO COUTINHO	JURISTA E POLÍTICO	UMA ESTANTE COM DIVERSOS LIVROS	2\$000	NÃO CONSTA
1890	FRANCISCO MARIA DE SOUSA FURTADO DE MENDONÇA	LENTE DA ACADEMIA DE DIREITO	UMA LIVRARIA EM 6 ESTANTES	300\$000	2:086\$500
1890	PASCHOAL MONARCHO	PROPRIETÁRIO DE UMA FÁBRICA DE CERVEJA	NOVE LIVROS	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
1890	JOSE JOAQUIM CARDOSO DE MELLO	ADVOGADO (1858); POLÍTICO	50 VOLUMES DE OBRAS DIVERSAS MUITO ESTRAGADAS POR TRAÇAS	25\$000	963\$000
1890	LUIZ LOPES BATISTA DOS ANJOS JUNIOR	DOUTOR (1877)	224 VOLUMES DE OBRAS DE DIREITO E LITTERATURA	120\$000	996\$900
1890	DOMINGOS DE MELLO RODRIGUES LOUREIRO	COMENDADOR	DIVERSOS VOLUMES DE LIVROS	20\$000	25:903\$135
1890	FRANCISCO EMILIO VAUTIER	MÉDICO E CIRURGIÃO DENTISTA	UM ARMÁRIO ENVERNIZADO COM DIVERSOS LIVROS	50\$000	245:380\$500

1890	WALDEMAR GERSHOW	PROPRIETÁRIO	250 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS SENDO A MAIOR PARTE EM ALLE-MÃO	180\$000	25:113\$000
1890	FERNAO DE SOUZA QUEIROZ	FAZENDEIRO (PRODUTOR DE CAFÉ)	UMA LIVRARIA	20\$000	696:958\$670
1890	MANOEL CANDIDO QUIRINO CHAVES	PROPRIETÁRIO; MAJOR	UM LOTE DE LIVROS	2\$000	20:517\$000

Esse quadro geral mostra claramente a multiplicidade das situações e a dificuldade de se trabalhar com o conjunto dos inventários, dada a variedade e inconstância das informações fornecidas. Assim, foi necessário recortar alguns aspectos e analisá-los separadamente.

Começando pelo tamanho dos conjuntos de livros, infelizmente apenas 58 dos 127 processos mencionam a quantidade de volumes existentes. No entanto, estabelecendo um valor médio para eles, com base nos inventários nos quais constam quantidade de volumes e preço, foi possível fazer uma estimativa para mais 25 processos, totalizando uma amostragem composta por 83 autos. Se olharmos a quantidade de volumes ano a ano, perceberemos oscilações bastante sensíveis, como se pode observar no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Volumes de livros encontrados por ano

Essas oscilações se devem ao fato de que algumas coleções mais significativas, encontradas ocasionalmente, criam distorções, aumentando sensivelmente as médias anuais. Nesse gráfico, o que chama a atenção é uma leve tendência ao aumento da quantidade de livros, contrariando o movimento que foi encontrado para a porcentagem de processos de inventários com esses objetos. No entanto, embora tenhamos retirado desses dados uma parte dos livros

pertencentes a Antonio Louzada Antunes⁴⁷ – pois ele possuía 1.946 volumes de *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*,⁴⁸ editada por ele mesmo, em 1853, fazendo com que essa presença representasse um estoque e não volumes da sua biblioteca – não temos indícios para confirmar a tendência ao aumento, pois outros conjuntos significativos e fora do padrão influenciam nos resultados.

Assim, testamos outra hipótese na tentativa de verificar se o tamanho das bibliotecas, individualmente, aumentou com o passar dos anos. Para isso, dividimos o número de volumes pela quantidade de conjuntos que encontramos, mas, dessa vez, reunimos os dados em blocos de três anos, para amenizar as distorções observadas ano a ano.⁴⁹ Contudo, nesse caso, observamos uma tendência à redução, conforme observa-se no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Média de volumes de livros por biblioteca, por períodos de três anos

Esse movimento está em sintonia com aquele referente à porcentagem de processos com a menção a livros entre a amostra total analisada. Nesse sentido, considerando as observações feitas a respeito desse fenômeno, acreditamos que as mesmas hipóteses podem se aplicar em relação à quantidade de volumes e ao tamanho das bibliotecas. Os livros podem ter perdido seu valor proporcional entre os bens avaliados, deixando de ser arrolados.

⁴⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000819, Ano: 1870, Processo nº: 2102.

⁴⁸ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

⁴⁹ Mantivemos a exclusão dos livros editados por Antonio Louzada Antunes.

Em seguida, apresentamos no Quadro 4 a relação dos processos com a descrição dos volumes.

Quadro 4 – Processos por volumes de livros

ANO	INVENTARIADOS	LIVROS	VOLUMES DE LIVROS
1872	MARIA CEBELE	1BIBLIA EM ALLEMÃO	1
1875	ANNA JOAQUINA VILLAS BOAS DE OLIVEIRA	1 DICCIONARIO DE MEDICINA OPERATORIA	1
1875	ALBERTO PINTO MALHEIROS	UM LIVRO SOBRE O SISTEMA MÉTRICO	1
1890	MANOEL CANDIDO QUIRINO CHAVES	UM LOTE DE LIVROS	2*
1884	AMELIA MONTAGNE	UM JOGO DE DICCIONARIOS DE MORAES	2**
1880	ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA MACHADO	2 VOLUMES DA OBRA CHERNOVIZ	2
1885	MANOEL JOAQUIM DO AMARAL	UM DICCIONARIO LATINO E UM DICCIONARIO FRANCEZ	2
1880	JOAO BAPTISTA DO SACRAMENTO	BIBLIOTECA - ANEXO X	4
1882	RAPHAEL DE ARAUJO RIBEIRO FILHO	UM CAIXÃO COM LIVROS	4*
1883	MATHEUS MARQUES CANTINHO	UMA COLEÇÃO DE LEIS PROVINCIAIS TRUNCADAS	4*
1872	VICTORIANO DE SOUSA NEVES	CINCO LIVROS DE DIFERENTES QUALIDADES	5
1882	MIGUEL ANTONIO DE MORAES	LIVROS IMPRESSOS VELHOS	5*
1870	JOSE ANTONIO DA GUERRA	UM ROMANCE EM 4 VOLUMES (5\$000) E 3 VOLUMES DO PANORAMA (20\$000)	7
1890	PASCHOAL MONARCHO	NOVE LIVROS	9
1880	JOAO DE SOUZA CARVALHO JUNIOR	UM LOTE DE LIVROS	9*
1883	MARIA DA GLORIA DE MOURA JORDAO	DIVERSOS LIVROS DE MUSICA	9*
1888	JOAO DE MACEDO PIMENTEL	UM LOTE COM DIVERSAS OBRAS	9*
1874	ANTONIO JOSE FERREIRA	12 LIVROS VELHOS	12
1879	FELICIO PINTO COELHO DE MENDONÇA E CASTRO	OBRAS DE CHATEAUBRIAND EM 15 VOLUMES	15
1873	JOAO BAPTISTA DE OLIVEIRA	BIBLIOTECA 7	18
1870	JOSE FRANCISCO DE AZEVEDO	UMA PORÇÃO DE LIVROS	19*
1881	LUIZ BALTHAZAR JOSE GUEURY	UMA PEQUENA PORÇÃO DE LIVROS, OBRAS DIVERSAS, INCLUINDO 2 DICCIONARIOS	19*
1883	HENRIQUE CLAUSSEN	VARIOS LIVROS VELHOS	19*
1888	PEDRO ANTONIO NELSEN	UM LOTE DE LIVROS EM ALEMÃO	19*
1889	ELPIDIO RODRIGUES SEIXAS LEMAS	UMA ESTANTE COM LIVROS	19*

1890	DOMINGOS DE MELLO RODRIGUES LOUREIRO	DIVERSOS VOLUMES DE LIVROS	19*
1890	FERNAO DE SOUZA QUEIROZ	UMA LIVRARIA	19*
1872	FRANCISCO DE SALLES AYRES	QUADRO 1	20
1888	JOSE RIBEIRO GUIMARAES	20 VOLUMES DE HISTÓRIA UNIVERSAL	20
1885	FRANCISCO HONORATO DE MOURA - DOUTOR	23 LIVROS DE MEDICINA (OBRAS TRUNCADAS) E UMA NOTA A PEDRO P. BITTENCOURT & CIA.	23
1880	PEDRO CORREA DE SANT'ANNA	Na loja: 7 cartilhas a 1\$000; e 6 Grammaticas de A.A.P.Coruja a 3\$000; Em casa: 17 volumes de diversas ordens e regulamentos e uma porção de folhetos (2\$000)	30
1881	DINIS AUGUSTO DE ARAUJO AZAMBUJA	30 E TANTOS VOLUMES DE LIVROS DE DIREITO	30
1888	MIGUEL DE TULIO	LIVROS	31**
1883	FRANCISCO LOURENÇO TOURINHO DE PINHO	BIBLIOTECA 15	32
1876	ANTONIO DA SILVA CALDEIRA	36 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS	36
1872	JOAQUIM ANSELMO DE OLIVEIRA	DOIS LOTES DE LIVROS TRUNCADOS VELHOS E UMA NOTA DA CASA GARRAUX (1 LIVRO DE CHATEAUBRIAND)	38*
1885	BERNARDO STANDIGEL	UMA CAIXA COM LIVROS EM ALLE-MÃO	48*
1886	ANGELICA DE ARAUJO SAMPAIO	UM LOTE DE DIVERSOS LIVROS	48*
1890	JOSE JOAQUIM CARDOSO DE MELLO	50 VOLUMES DE OBRAS DIVERSAS MUITO ESTRAGADAS POR TRAÇAS	50
1882	LUIZ PACHECO DE TOLEDO	BIBLIOTECA 14	53
1874	BLANDINA ANGELICA DE BARROS E VICENTE JOSE DA COSTA CABRAL	55 VOLUMES DE OBRAS DE DIREITO, INSTRUÇÃO ELEMENTAR E ROMANCES NA SUA MAIOR PARTE ESTRAGADOS	55
1879	JESUINO AUGUSTO DOS SANTOS MELLO	BIBLIOTECA 9	59
1880	JOANNA IZABEL GALVAO URIOSTE	BIBLIOTECA 10	77
1875	ANTONIO ALVES PEREIRA	UM JOGO DE DICCIONARIO PORTUGUES DE MORAES E 76 VOLUMES DE FOLHETOS E LIVROS EM SUA MAIOR PARTE VELHOS	78
1877	FRANCISCO BOSSIGNON	1º LOTE: 50 VOLUMES ENTRE LIVROS E FOLHETOS; 2º LOTE: EM CASA: 29 VOLUMES ENCADERNADOS E DIVERSAS BROCHURAS (12\$000)	79

1871	JOSE EDUARDO RULE	1º LOTE: 77 LIVROS EM FRANCÊS E EM INGLÊS (EM CASA) (25\$000); 2º LOTE: 2 LIVROS DO NOVO TESTAMENTO (\$400); 3º LOTE: 2 LIVROS DE CH. DICKENS (NO COMÉRCIO); 4º LOTE: LOTE DE DIVERSOS LIVROS, UM ÁLBUM E 3 COPIADORES DE CARTA (14\$000)	81
1871	JOAQUIM PIRES DE ALBUQUERQUE	BIBLIOTECA 3	93
1871	PAULA PEIXOTO GOMIDE REICHERT	96 VOLUMES DE LIVROS DE DIVERSAS SCIENCIAS	96
1888	JOAQUIM PEDRO VILLAÇA JUNIOR	UM LOTE DE LIVROS HERDADOS DA PRIMEIRA ESPOSA	97*
1880	LUIZ BAMBERG	100 LIVROS EM ALLEMÃO, OBRAS DIVERSAS	100
1872	LINDORO JOSE BRANCO	NO COMÉRCIO - QUADRO 2	116
1889	THEREZA DE JESUS E SILVA	UMA LIVRARIA COMPOSTA MAIS OU MENOS DE 120 VOLUMES	120
1889	ANGELO CARLOS DE ABREU	BIBLIOTECA 18	129
1874	JOAQUIM DE CAMPOS VERGUEIRO	132 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS	132
1879	JOAQUIM MANOEL GONÇALVES DE ANDRADE	DIVERSOS LIVROS	140*
1878	WILLIAM FAWCETT WIGHTMANN	1º LOTE: UMA PORÇÃO DE LIVROS, PRINCIPALMENTE EM INGLÊS E 2º LOTE: 125 LIVROS E DIVERSOS FOLHETOS, QUASE TODOS EM INGLÊS	154*
1881	ANACLETO JOSE RIBEIRO COUTINHO	BIBLIOTECA 12	167**
1889	JOSE RODRIGUES MUNHOZ	UM JOGO DO DICCIONARIO LAROUSSE E DIVERSOS OUTROS VOLUMES DE LIVROS	209*
1889	ERNESTO JULIO BANDEIRA DE MELLO	BIBLIOTECA	219**
1890	LUIZ LOPES BATISTA DOS ANJOS JUNIOR	224 VOLUMES DE OBRAS DE DIREITO E LITTERATURA	224
1870	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	246 VOLUMES IMPRESSOS DE VÁRIAS OBRAS	246
1890	WALDEMAR GERSHOW	250 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS SENDO A MAIOR PARTE EM ALLEMÃO	250
1870	HYPOLITO JOSE SOARES DE SOUZA	BIBLIOTECA 1	258
1872	JOSE ANTONIO THOMAZ ROMEIRO E CARLOTA ALMEIDA DELDUC	BIBLIOTECA 6	258
1886	ADELIA DE ALMEIDA PINTO PACCA	UMA BIBLIOTECA	290*
1890	FRANCISCO MARIA DE SOUSA FURTADO DE MENDONÇA	UMA LIVRARIA EM 6 ESTANTES	291*
1882	JOSE DA TERRA PINHEIRO	BIBLIOTECA 13	310**

1873	ANDREWS RHEIN	220 VOLUMES DE OBRAS ESCRITAS EM LINGUA ALLEMÃ, DINAMARQUEZA E INGLEZA, E BEM ASSIM 101 BROCHURAS E UMA PORÇÃO DE JORNAES NAS MESMAS LINGUAS	321
1886	IGNACIO BETOLDI	UM LOTE CONTENDO 370 VOLUMES DE LIVROS ENCADERNADOS DE SCIENCIAS E MEDICINA, BROXURAS, FOLHETOS E JORNAES	370
1883	CAMILLO GAVIÃO PEIXOTO	BIBLIOTECA 16	585
1879	ANTONIO AUGUSTO DE BULHOES JARDIM	600 VOLUMES EM OBRAS DIVERSAS SENDO 200 BROCHURAS E 400 ENCADERNADOS	600
1878	JOAO THEODORO XAVIER	BIBLIOTECA 8	608
1877	ANTONIA BARROS F. SOUZA QUEIROZ	UMA BIBLIOTECA CONSTANDO DE 700 LIVROS, MAIS OU MENOS, DE LITTERATURA, HISTORIA E SCIENCIAS	700
1881	SEBASTIAO JOSE PEREIRA	720 VOLUMES DE LIVROS ENCADERNADOS E IN-FOLIO, NOVOS E VELHOS DE DIREITO E OUTROS	720
1887	CLEMENTE FALCAO SOUZA FILHO	BIBLIOTECA 17	794
1874	MANOEL DIAS DE TOLEDO	3 LOTES CONSTANDO DE 960 VOLUMES NO TOTAL	960
1872	ANNA DABNEY DE AVELLAR BROTERO	BIBLIOTECA 5	1.161
1872	HILDEFONSO XAVIER FERREIRA	BIBLIOTECA 4	1.184
1876	JOAO CRISPINIANO SOARES	1483 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS DE DIREITO, LITERATURA E DIVERSAS LINGUAS	1.483
1888	MARIA DULCE DUARTE DE AZEVEDO MONTEIRO	1500 VOLUMES MAIS OU MENOS	1.500
1882	JOAQUIM AUGUSTO DE CAMARGO	UMA LIVRARIA CONSTANDO DE OBRAS DE JURISPRUDENCIA E LITTERATURA	1500***
1888	MARIA ADELAIDE VIEIRA	UMA LIVRARIA	1500***
1870	ANTONIO LOUZADA ANTUNES	BIBLIOTECA 2	1.963
TOTAL			20.990
* Valores estimados dividindo-se o valor da avaliação pelo valor médio do preço dos livros encontrados			
**Valores estimados apenas para uma parte dos livros, quando alguns volumes eram descritos e outros vinham avaliados em lotes na mesma biblioteca			
***Valores baseados no processo nº 2666, cujo valor da avaliação era o mesmo apresentado nesses processos			

Encontramos no total 20.990 volumes,⁵⁰ o que daria uma média de 253 volumes por conjunto. Dos 83 processos considerados, 21 deles ficam acima dessa média, ou seja, 25,3%, e 43, ou seja, 74,7% ficam abaixo, revelando que as maiores coleções estavam concentradas entre poucos proprietários. Os processos com volume único, ou menos de 10 volumes, são tão escassos quanto as coleções de mais de 1.000 volumes. No entanto, um maior detalhamento se faz necessário para que possamos visualizar melhor essas proporções.

Gráfico 5 – Porcentagem de processos por volumes de livros

Os conjuntos de 1 a 15, de 16 a 50 e de 101 a 500 volumes têm a mesma representatividade, ficando com uma média entre 23% e 24% do total. Os de 50 a 100 volumes representam 13%. Se considerarmos em bloco os conjuntos de 1 a 100 volumes, teríamos um total de 60% do total. Os dois últimos grupos (de 501 a 999 e de mais de 1.000 volumes) representam uma porcentagem menor, 9% e 8%, respectivamente, revelando que as bibliotecas com maior quantidade de volumes eram menos comuns – o que parece um fenômeno normal já constatado em todos os trabalhos que mencionamos.

Para pensar no tamanho das bibliotecas e nas relações que elas podiam ter com a condição socioeconômica dos inventariados, utilizamos a classificação dos grupos de riqueza

⁵⁰ É preciso frisar que essa cifra é um valor mínimo, pois, mesmo que uma parte desses valores tenham sido estimados, outros 44 processos nos quais havia menção a livros não foram considerados.

estabelecidos por Maria Luiza Ferreira de Oliveira para o período de 1874-1882.⁵¹ Incluímos um novo grupo, que chamamos de grupo 6, pois como não trabalhamos apenas com as camadas médias, era necessário englobar as fortunas maiores do que 220:000\$000. Também inserimos o grupo 7, o qual se refere aos processos sobre os quais não consta o valor do monte-mor. Como o período de Maria Luiza Ferreira de Oliveira é semelhante, mas não igual ao nosso, tivemos uma certa cautela na comparação entre as porcentagens dos grupos de riqueza encontrados por ela e os dos nossos processos. Assim, utilizamos esses dados apenas classificar a riqueza dos nossos proprietários de livros.

Tabela 2 – Grupos de Riqueza

Grupo	Valores
1	até 2:499\$000
2	de 2:500\$000 até 10:400\$00
3	de 10:401\$000 até 40:000\$000
4	de 40:000\$000 até 90:000\$000
5	de 90:000\$000 até 220:000\$000
6	Acima de 220:000\$001

Fonte: Inventários do 1º e 2º Ofício da Família / ATJSP. IN: OLIVEIRA, 2003, p.88.

Classificando os 117 processos (sobre os quais tínhamos informações sobre o monte-mor) através dos grupos de riqueza da Tabela 2, chegamos aos resultados apresentados no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Processos de inventário com livros por grupos de riqueza

⁵¹ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 88.

A primeira constatação é que os livros se distribuía pelos proprietários de todos os grupos de riqueza. Podemos observar que existe uma proporção semelhante entre os dois primeiros grupos, e que o 3º e o 4º são os mais representativos. Há uma redução de representatividade nos grupos 5 e 6, revelando, provavelmente, que as grandes fortunas não pressupunham, forçosamente, a posse de livros. Seja como for, considerando os grupos em dois grandes blocos, os três mais baixos de um lado e os três mais altos de outro, vemos que a distribuição é praticamente a mesma, 60 proprietários de livros para o primeiro bloco e 57 para o segundo.

A partir desses dados, pode-se inferir que a posse de livros, de forma geral, não se relacionava diretamente à riqueza – lembrando mais uma vez que há um grande setor da população que fica excluída dessa amostra. Nesse sentido, poderíamos questionar se, pelo menos, o tamanho das bibliotecas se relacionava à riqueza, e, para tanto, elaboramos a Tabela 3, que engloba conjuntamente os processos pelo número de volumes e pelo valor do monte-mor.

Tabela 3 – Número de volumes de livros X Valor do monte-mor

Número de volumes	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Total
De 1 a 15 volumes	3	4	5	4	1	0	17
De 16 a 50 volumes	2	6	5	4	2	1	20
De 51 a 100 volumes	3	1	2	3	0	2	11
De 101 a 500 volumes	3	1	5	6	1	2	18
De 501 a 999 volumes	2	0	1	1	1	2	7
Mais de 1000 volumes	0	1	1	3	1	0	6
Total	13	13	19	21	6	7	79

Desses dados podemos extrair que as bibliotecas que possuíam de 1 a 15 volumes eram predominantes nos grupos de riqueza mais baixos (1, 2 e 3), mas elas também estavam presentes nos grupos 4 e 5. As bibliotecas com 16 até 50 volumes eram distribuídas de forma relativamente equilibrada entre os grupos 2, 3 e 4, mas também apareciam no grupo 1, 5 e 6. Já as coleções que possuíam de 51 a 100 volumes apareciam com mais destaque nos grupos 1, 3, 4 e 6. As bibliotecas com 101 a 500 volumes eram presentes, majoritariamente, nos grupos 3 e 4, e as demais coleções, de 501 a mais de 1000 volumes se distribuem de forma mais ou menos equivalente por todos os grupos, com destaque para o grupo 4. Isso reforça a ideia que não havia uma relação diretamente proporcional entre o cabedal do inventariado e o tamanho da sua biblioteca.

Encontramos duas bibliotecas cujo valor ultrapassava 60% dos bens do proprietário, a de Antonio Augusto de Bulhões Jardim (67%) e a de João Theodoro Xavier, que representava 80% dos seus bens. A maioria das bibliotecas, mesmo nos grupos de riqueza mais baixos, representava menos de 1% até no máximo 10% dos bens.

2.5. A origem dos proprietários de livros

Algo que chamou a atenção foi a presença constante de estrangeiros, por isso, decidimos pesquisar a origem das pessoas cujos processos evidenciavam a presença de livros. Algumas vezes, essas informações apareciam no próprio inventário, em outras, tivemos que recorrer a fontes diversas, pois, a partir da década de 1880, tornou-se menos comum a descrição da naturalidade nas declarações iniciais.

Essa questão nos intrigou, sobretudo porque queríamos compreender o quanto a prática de possuir livros em casa estava enraizada na população paulistana, ou se era um costume daquela população estrangeira, que teria trazido consigo os hábitos culturais europeus. Essa questão se entrecruza com a atuação profissional dos proprietários de livros, porém aprofundaremos esse ponto no tópico seguinte. Inicialmente, apresentaremos os aspectos gerais. Do levantamento que foi feito extraímos as seguintes informações:

Tabela 4 – Nacionalidade dos proprietários de livros

PAÍS DE ORIGEM	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
ALEMANHA	8	6,45
BÉLGICA	1	0,81
DINAMARCA	1	0,81
ESPAÑA	1	0,81
ESTADOS UNIDOS	2	1,61
FRANÇA	5	4,03
INGLATERRA	2	1,61
ITÁLIA	2	1,61
PORTUGAL	14	11,29
BRASIL	56	45,16
NÃO CONSTA	32	25,81
TOTAL	124	100,00

A partir dos dados acima podemos verificar que quase a metade dos proprietários de livros eram brasileiros. Os processos nos quais não aparecem informações sobre a nacionalidade dos inventariados é bastante alta: aproximadamente 25% do total. Se considerarmos que deste último conjunto todos os inventariados fossem estrangeiros,

permaneceríamos, ainda assim, com mais da metade de brasileiros. Por outro lado, se presumíssemos que parte desses 25% eram pessoas naturais do Brasil, a cifra subiria. Com base nesses dados, ficamos com a hipótese de que, no mínimo, quase a metade dos inventariados possuidores de livros eram naturais daqui.

Como é sabido, os dados sobre a composição da população paulistana no final do século XIX são bastante escassos, mas o Recenseamento Geral do Império de 1872 pode ser um ponto de apoio para se levantar algumas hipóteses. Segundo Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi, num estudo sobre os migrantes no Brasil na segunda metade do século XIX que teve como base o recenseamento citado⁵², a população livre brasileira na Província de São Paulo era de 664.175 pessoas e a população livre de estrangeiros de 16.567. Isso dá uma porcentagem de 97,5% de brasileiros contra 2,5% de estrangeiros.⁵³

Se excluirmos dos números que temos os processos cuja nacionalidade não é citada, ficamos com 92 processos, entre os quais 61% são de brasileiros e 39% de estrangeiros. Comparando esses dados com os citados acima sobre a população nacional e estrangeira, observamos que há um descompasso, ou seja, os estrangeiros que representam apenas 2,5% da população da província são responsáveis por 39% dos inventários com livros. Porém, se ponderarmos que a população europeia tinha um contato anterior e mais consistente com os livros e com a leitura, podemos supor que a cifra de 61% de brasileiros com livros inventariados não é tão baixa.

Outro elemento importante que extraímos do levantamento de Maria Silvia, e que se revelou também nos dados que encontramos, é que nesse período os imigrantes portugueses e alemães eram predominantes. No caso dos processos que analisamos, a metade dos alemães que encontramos eram comerciantes e os portugueses se distribuíam por diversas ocupações profissionais. O Gráfico 7 mostra a distribuição dos inventariantes, por nacionalidade, excluindo-se os brasileiros.

⁵² BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu-MG. *Anais...* Disponível em: <<http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais-encontro-nacional-de-estudos-populacionais-2000>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

⁵³ *Ibidem*, p. 3.

Gráfico 7 – Nacionalidade dos proprietários de livros estrangeiros

Dentro do universo dos brasileiros, conseguimos algumas informações que permitem identificar a origem regional dos inventariados possuidores de livros, como pode ser observado na Tabela 5:

Tabela 5 – Naturalidade dos brasileiros proprietários de livros

LOCALIDADE DE ORIGEM	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Ceará (1)	1	1,64
Minas Gerais (2)	2	3,28
Maranhão (1)	1	1,64
Paraná (3)	3	4,92
Paraíba do Norte (1)	1	1,64
Rio de Janeiro (4)	4	6,56
Rio Grande do Sul (2)	2	3,28
São Paulo - Capital (34)	34	55,74
São Paulo - Outras localidades (11)	11	18,03
Não consta a localidade	2	3,28
TOTAL	61	100,00

Com base nos dados, observamos que as pessoas originárias da província de São Paulo representam 74% do total, sendo a maior parte delas oriundas da capital da província. Isto posto, talvez possamos admitir que a posse de livros e a leitura já eram práticas relativamente familiares a uma parcela da população de São Paulo. No entanto, é preciso lembrar que os habitantes de origem de outras províncias, que não tinham realmente se fixado aqui, tiveram seus processos de inventário confeccionados na sua terra natal. Não se pode esquecer que os alunos da Academia de Direito – público mais propenso a possuir livros – vinham de várias

partes do país e, na maioria das vezes, retornavam para as cidades de origem após o final do curso.

2.6. Os idiomas das obras e nacionalidade dos autores

Conforme vimos indicando, a descrição dos livros era, na maior parte das vezes, bastante precária, contudo, algumas bibliotecas foram arroladas com um pouco mais de cuidado. Por outro lado, mesmo sem detalhar os títulos e autores, certos processos fornecem informações sobre a língua das obras relacionadas. Reunindo os dados disponíveis e executando uma pesquisa mais apurada em certos casos, conseguimos identificar os idiomas de 5.160 volumes. Conforme veremos no capítulo seguinte, nem sempre os títulos eram redigidos nos inventários de forma fiel, pois, em diversos casos, o escrivão os traduzia para o português. Por outro lado, há bibliotecas em que o cuidado na transcrição dos livros ficava patente, tornando-as descrições mais confiáveis. Vimos também situações nas quais o escrivão grafava todos os títulos em português, mas com o cuidado de indicar entre parênteses a língua em que realmente foram escritos.⁵⁴

Apesar desses 5.160 volumes representarem apenas cerca de um quarto daqueles que encontramos, eles são bastante reveladores de algumas tendências. No Gráfico 8, pode-se observar a divisão dos volumes por idioma.

Gráfico 8 – Volumes de livros por idioma (porcentagem)

⁵⁴ Quando houve algum tipo de dúvida em relação ao idioma da obra, nós não as incluímos nessas estatísticas.

Vê-se claramente a preponderância do português como idioma principal – fato que não causa nenhuma estranheza, exceto pela grande diferença entre ele e o francês, que foi praticamente a segunda língua dos brasileiros cultos durante todo o século XIX. Em um estudo sobre os leitores da Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, Maria Graciete Pinto Carneiro sistematizou os dados das consultas de livros entre os anos de 1902 e 1918, concluindo que cerca de 61,3% das obras solicitadas eram em português, 34% em francês e os outros idiomas – italiano, latim, espanhol, inglês, alemão e hebraico – totalizavam, juntos, menos de 4%.⁵⁵

Além do francês ter uma menor representatividade na nossa amostra, o alemão também se destaca em relação ao trabalho de Maria Graciete Pinto. Contudo, no nosso caso, é preciso fazer alguns comentários sobre essa questão. As obras em alemão foram encontradas exclusivamente nas residências de pessoas dessa nacionalidade e, em todos os casos, foram descritas em lotes. Não podemos afirmar, mas é bem provável que a descrição dessa forma se devesse exatamente à dificuldade que os escrivães tinham com essa língua, já que não encontramos nenhum título descrito nele.

Tânia Bessone, em sua pesquisa, percebeu que na transição do século XIX para o século XX houve um aumento considerável das obras em alemão e em inglês entre as bibliotecas privadas e os anúncios de livros cariocas.⁵⁶ Talvez por encerrarmos nosso período em 1890, não conseguimos identificar um fenômeno semelhante em São Paulo. O inglês, por exemplo, representava apenas 1,1% do total, totalizando 56 volumes.

Mesmo em relação ao latim, ao italiano e ao espanhol, percebemos que sua presença se concentrava em algumas bibliotecas específicas, mostrando que o domínio desses idiomas não era algo corrente entre os proprietários de livros em geral.

Pensando na nacionalidade dos autores das obras encontradas, verificamos uma certa inversão entre aqueles de origem brasileira e portuguesa e os de origem francesa, pois, estes últimos tiveram um maior destaque. Identificamos os autores de 1.966 volumes de livros, mas elaboramos uma tabela na qual consta, além dos volumes, o número de ocorrências, o número de obras e a quantidade de autores.

⁵⁵ CARNEIRO, Maria Graciete Pinto. *Dos leitores: o espaço da leitura na Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo (1887-1920)*. São Paulo, 2007. 87 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 71.

⁵⁶ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 50.

Tabela 6 – Nacionalidade dos autores das obras encontradas

NACIONALIDADE	OCORRÊNCIAS	VOLUMES	OBRAS	AUTORES
Alemã	34	78	25	23
Anglo-francesa	1	1	1	1
Austríaca	7	11	2	1
Belga	8	27	6	6
Brasileira	199	480	154	108
Cubana	1	2	1	1
Escocesa	8	20	8	5
Espanhola	3	9	3	3
Estadunidense	6	14	4	3
Francesa	285	741	249	173
Franco-Alemã	4	7	4	4
Gregos e Romanos	21	48	21	14
Holandesa	1	1	1	1
Inglesa	23	67	20	13
Italiana	28	66	18	16
Ítalo-francesa	2	10	1	1
Luso-brasileira	24	32	21	15
Portuguesa	178	335	135	76
Russa	1	1	1	1
Suíça	7	16	6	6

É possível observar a preponderância dos franceses, seguidos pelos brasileiros e pelos portugueses. Como vimos que havia um forte contraste entre as obras em português e em francês, elaboramos o Gráfico 9, com o fim de realizar uma comparação. Para tanto, somamos os dados referentes ao brasileiros e portugueses.

Gráfico 9 – Portugueses e brasileiros X franceses (porcentagem)

Observa-se que as duas categorias somadas suplantam o francês em termos de ocorrências, volumes, obras e autores, no entanto, se lembrarmos da distância entre volumes em português e em francês, 76,7% e 17,1%, respectivamente, podemos concluir que havia uma grande quantidade de obras francesas traduzidas para o português.

Pensando ainda na Tabela 6, vemos que os alemães também têm algum destaque em relação às nacionalidades menores em termos numéricos, mas, neste caso, eles não aparecem apenas entre os inventariados oriundo desse país, embora as obras venham sempre em francês ou português. As outras nacionalidades, apesar de serem menos significativas, contrastam com a representatividade dos respectivos idiomas, mostrando que, na maior parte das vezes, elas também chegavam ao Brasil ou através do português ou do francês.

Esses dados gerais adquirem características muito próprias quando nos debruçamos sobre coleções específicas, fazendo com que essas tendências gerais que ora apresentamos se desfigurem completamente. No entanto, é válido remarcá-las, inclusive porque elas revelam como algumas bibliotecas fogem completamente ao padrão.

2.7. Os livros por temas

A abordagem em relação ao gênero das obras seguiu os mesmos critérios daquela que vimos de concluir, ou seja, incluímos tanto os livros descritos em lotes que forneciam informações sobre os temas, quanto aqueles sobre os quais conseguimos identificar a qual domínio pertenciam. Como critério para a classificação temática adotamos a mesma do Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito, elaborado em 1887, que, por sua vez, seguia os padrões elaborados por Jacques-Charles Brunet (1780-1867).⁵⁷ No entanto, em função da não existência de alguns gêneros entre os livros que encontramos e da proeminência de outros, excluímos algumas subcategorias, mantendo as que mais se destacavam.

Classificamos apenas as obras que tínhamos certeza dos temas e não exploramos muito as subcategorias em função do forte risco de cometer equívocos, visto que, muitas vezes, os títulos podem dar impressões errôneas. Levantamos o tema de 8.625 volumes, incluindo algumas repetições – quando os livros apareciam em mais de uma biblioteca – contudo, consideramos apenas 7.137 na classificação temática, como pode-se observar na Tabela 7:

⁵⁷ CATÁLOGO DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO EM 1887. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887.

Tabela 7 – Volumes por temas

I. TEOLOGIA	439
II. JURISPRUDÊNCIA (4.374)	
1. Direito	3782
2. Legislação	576
3. Tabeliões e outros ofícios	16
III. CIÊNCIAS E ARTES (746)	
1. Ciências Filosóficas	419
2. Ciências Físicas e Químicas	13
3. Ciências Naturais	70
4. Ciências Médicas	174
5. Ciências Matemáticas	12
6. Artes Mecânicas e Ofícios	21
7. Artes (Música, Artes Plásticas)	37
IV. BELAS LETRAS (834)	
1. Linguística	
1.1. Gramáticas	23
1.2. Dicionários	117
2. Poesia / Ficções em prosa	646
3. Antiguidade Clássica	48
V. HISTÓRIA E GEOGRAFIA (744)	
1. História	684
2. Geografia	60
TOTA GERAL	7137

Gráfico 10 – Porcentagem das obras por temas

A categoria “Teologia”, segundo o catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito, inclui escrituras santas, liturgia, concílios, santos padres, teólogos, “opiniões singulares”, religiões dos povos orientais e um apêndice à teologia, no qual constam os autores ateus, deístas e incrédulos. Na nossa amostragem, esse é o grupo menos representativo, ocupando apenas 6% do total. Contudo, é necessário indicar que os livros de Direito Eclesiástico e de Direito Canônico, que se relacionam com ela de alguma forma, foram considerados na categoria de obras jurídicas, pois seguimos os critérios do catálogo da Faculdade. Um fenômeno curioso que percebemos foi que a quantidade de bíblias encontradas era baixa – apenas dez exemplares – sem que possamos afirmar se essa escassez se deve ao fato delas não terem sido inventariadas ou se, na realidade, elas eram pouco presentes nas residências.

A classe “Jurisprudência” engloba todas as áreas do direito, tanto nacionais quanto internacionais, além das obras relacionadas à história do direito e dos códigos e compilações de legislação. A sua representatividade é realmente marcante na nossa amostragem e esse fenômeno só não é surpreendente porque confirma o papel da Academia de Direito na constituição e afirmação do universo livresco na cidade de São Paulo. Achamos prudente não fazer uma divisão pelas subcategorias desse domínio, embora em muitos casos fosse possível, porque as dúvidas eram muitas, aumentando consideravelmente as chances de cometermos equívocos. Todavia, é válido remarcar que todas as áreas eram bem representadas e não parece haver predominância de nenhuma em especial. Esses livros aparecerão com mais detalhes, sobretudo na segunda parte do trabalho, permitindo um contato mais próximo com eles.

Quanto à categoria “Ciências e Artes”, a mais complexa de todas, ela engloba as Ciências Filosóficas: filosofia; lógica; metafísica; questões diversas; tratados sobre os homens; sobre a alma e duas faculdades e sensações; moral; economia; tratados gerais; instrução pública e pedagógica; política; política e administração brasileira; economia política com aplicação dessa ciência à economia social; história, dicionários e coleções; princípios gerais e cursos públicos; reformadores modernos; população, subsistência, pauperismo, mendicância, prostituição, estabelecimentos de humanidade, prisões, sistemas sobre as penitenciárias; indústrias, associações e luxo; finanças, crédito público, impostos e moedas; comércio, bancos e manufaturas; colonização; e estatística geral.

Dessa subcategoria, vemos muitas obras de caráter filosófico e político, bem como aquelas ligadas à administração pública e à economia política. Essa última disciplina era parte integrante da grade curricular da Academia de Direito e percebemos uma presença bem marcante dela entre as bibliotecas dos juristas. Também gostaríamos de chamar a atenção para

a grande frequência de obras relativas à “modernidade” como aquelas sobre as Exposições Universais, as estradas de ferro e as descobertas científicas.

Nessa categoria também entram as Ciências Físicas e Químicas; as Ciências Naturais (História, dicionários, sistemas e tratados elementares; autores antigos e modernos; História Natural de diferentes países; geologia; botânica; zoologia ou história natural dos animais; miscelânea de história natural e física; apêndice que inclui história natural, agricultura, economia rural e doméstica); as Ciências Médicas, com todas as suas áreas, inclusive a veterinária. Essas três subcategorias estavam representadas principalmente nos inventários dos médicos e farmacêuticos que encontramos, embora também aparecessem entre os juristas. Quanto às Ciências Matemáticas, também com suas subdivisões, as obras que apareceram se relacionavam mais com a instrução elementar do que com atividades profissionais e científicas. As Artes (belas artes) tiveram pouca representatividade e seu maior número se deve a livros de música que foram descritos em inventários de profissionais ligados à área. Por fim, nas Artes Mecânicas e Ofícios, onde constam miscelâneas e exposições da indústria, notamos livros também ligados à “modernidade” e ao desenvolvimento tecnológico.

Pela sua amplitude, o fato dessa categoria não ser tão representativa em relação às outras pode revelar, num sentido inverso, o papel da Academia de Direito, visto que, provavelmente, não havia um público leitor muito extenso para além das áreas ligadas a ela. Essa questão se acentua, inclusive, se considerarmos que grande parte dos livros que foram compreendidos nesse grupo também se relacionavam às atividades jurídicas e políticas.

Seja como for, esta última categoria tem a mesma representatividade das “Belas Letras” (gramáticas, dicionários, poesia e ficções em prosa, antigos e modernos) e da “História e Geografia”, que também se configuravam como referenciais teóricos necessários aos juristas. A poesia e as ficções em prosa têm um certo destaque, principalmente se levarmos em conta a escassez dessas obras em alguns trabalhos. É válido chamar a atenção para a forte presença de literatos e poetas nacionais, que veremos com mais detalhes quando entrarmos na descrição das bibliotecas.

2.8. Atuação profissional e posse de livros

Conforme afirmamos anteriormente, não foi possível perceber um nexo direto entre a posse de livros e os níveis de riqueza de seus proprietários. Entretanto, pudemos observar uma estreita conexão entre os livros e a profissão dos inventariados, corroborando a tendência que

já havia sido revelada pela maior parte das pesquisas que se dedicaram a esse tipo de fonte.⁵⁸ Profissionais liberais e proprietários eram majoritários nos processos que continham bibliotecas. A Tabela 8 mostra a distribuição completa. Como nem todos os processos mencionam essa informação, recorreremos a outras fontes para consegui-las, no entanto, em muitos casos não foi possível descobrir. Dos 120 inventariados que consideramos nessa análise,⁵⁹ identificamos a profissão ou ocupação principal de 107.

Privilegiamos a formação das pessoas no momento de classificá-las em uma ou outra categoria. Por exemplo, nos casos em que um bacharel era também funcionário do Estado, ele foi incluso na categoria dos juristas. Alguns eclesiásticos com formação em Direito e/ou que atuaram na Faculdade de Direito também entraram nessa categoria.⁶⁰

Uma denominação comum na época era a de “proprietário”, na qual entravam proprietários de terras, de lavouras diversas, criadores de gado, de imóveis urbanos, de negócios urbanos, pessoas que viviam de renda, etc. Tentamos destrinchar essa categoria com as informações que estavam disponíveis, alocando alguns de seus membros em outros grupos e criando subgrupos, pois se nos prendermos à ideia de que proprietários são aqueles que possuem alguma propriedade, quase todos os inventariados se encaixariam. Retiramos dessa classe, por exemplo, os comerciantes. Fizemos essa escolha por entender que esse grupo possui uma atividade específica que, por consequência, define uma posição particular na sociedade. Além disso, os livros encontrados, por vezes, faziam parte de sua casa de comércio, e não de uma coleção particular.

⁵⁸ Para ficar apenas com exemplos brasileiros, ver: FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. 1999. 544 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

⁵⁹ Retiramos dessa amostra os processos de inventários nos quais os livros apareciam entre as despesas com os órfãos, pois os volumes encontrados não tinham nenhuma relação com a profissão dos inventariados.

⁶⁰ Incluímos três eclesiásticos que tinham formação jurídica entre os juristas. Dois deles trabalharam muitos anos na Academia, Anacleto José Ribeiro Coutinho e Hildelfonso Xavier Ferreira. Se os considerássemos na categoria “eclesiásticos” o quadro geral não se alteraria de forma substancial, pois essa categoria aumentaria de 4,2% para 6,67% e o grupo dos juristas passaria de 29,2% para 26,7%. Como nossa opção não causou distorções importantes, julgamos que seria melhor deixá-los no grupo no qual tiveram formação acadêmica e atuação profissional.

Tabela 8 – Profissão dos proprietários de livros

PROFISSÃO/OCUPAÇÃO/CARGO/POSIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
PROPRIETÁRIOS		
Capitalistas/Proprietários rurais (16)	25	20,80%
Produtores/Industriais (5)		
Tipógrafos/Donos de jornais (4)		
PROFISSIONAIS LIBERAIS		
Médicos (8)	19	15,80%
Dentistas (1)		
Professores (3)		
Engenheiros (1)		
Farmacêuticos (2)		
Artes e ofícios (3)		
Artistas (1)		
COMERCIANTES	16	13,30%
ECLESIAÍSTICOS	5	4,20%
CARGOS PÚBLICOS	7	5,80%
JURISTAS	35	29,20%
PATENTES MILITARES	2	1,70%
NÃO CONSTA	11	9,20%
TOTAL	120	100,00

Entre o grupo maior que chamamos de proprietários, distinguimos 3 subgrupos: 1) os capitalistas, que eram aqueles que não tinham uma formação profissional específica e viviam das rendas de suas propriedades, e os proprietários rurais; 2) os produtores/industriais, composto por pequenos fabricantes; e, 3) os tipógrafos ou donos de jornais, que gostaríamos de analisar separadamente, pois se relacionam de forma mais direta com o nosso objeto de pesquisa.

Mais uma vez, a preponderância dos juristas nos remete à importância da Academia de Direito no universo dos livros em São Paulo. Assim, em função desse aspecto que vimos notando desde o início, optamos por uma verticalização da pesquisa sobre essa categoria. Mas, antes, passaremos a uma análise mais aprofundada de cada um dos grupos mencionados, apresentando suas características gerais, bem como a descrição dos livros que encontramos nos processos.

Capítulo 3 – Os livros e as bibliotecas nas residências paulistanas

Apresentamos, no capítulo anterior, os dados quantitativos mais gerais a respeito dos livros encontrados nos inventários. Foi possível apreender algumas tendências como o tamanho médio das coleções, a origem dos proprietários de livros, a proeminência do português e do francês como idiomas principais das obras, o forte destaque dos franceses entre os autores – seguidos pelos brasileiros e portugueses –, e o predomínio da jurisprudência entre as áreas presentes.

Indicamos que as categorias socioprofissionais tinham mais relação com a posse privada de livros do que com a riqueza dos indivíduos, sugerindo que apesar de servirem também ao lazer, esse tipo de impresso se destinava, sobretudo, à atuação profissional. É evidente que esse fenômeno pode se dever à hipótese levantada por Márcia Abreu de que os livros guardados e, portanto, inventariados, eram aqueles de valor e utilização mais perene como os ligados à profissão, tendo as obras de belas letras uma circulação mais fluída.¹ Seja como for, algumas coleções com as quais nos deparamos se destacaram justamente pela riqueza de livros no âmbito das belas letras. Ademais, por outro lado, não podemos desconsiderar que a formação de alguns profissionais passava por áreas que iam muito além de questões técnicas, como era o caso dos juristas, fazendo com que a afirmação sobre o papel meramente profissional dos livros possa ser relativizada.

Talvez a afirmação mais consistente em relação a esses conjuntos diga respeito ao fato de que a utilização e a função cumprida pelos livros só possam ser apreendidas na particularidade, ou seja, nos estudos individuais. Nesse sentido, o panorama geral que estabelecemos no capítulo anterior não deve ser visto como um padrão que se repete em cada situação, apenas como um ponto de comparação para compreendermos o quanto cada biblioteca (ou conjuntos de livros) se aproxima ou se distancia dele.

Infelizmente, nem todas as coleções se mostram de forma tão clara, no entanto, passaremos em revista uma a uma, pois acreditamos que mesmo as avaliações menos precisas e, aparentemente, mais negligentes, podem revelar certos aspectos da própria coleção, sobretudo se comparadas com aquelas cujo cuidado descritivo é patente. Na realidade, essa multiplicidade de formas de descrição mostra, caso a caso, situações muito distintas, visto que um conjunto de livros avaliados em lote pode revelar tanto o estado precário das obras e o seu

¹ ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 180-181.

baixo valor econômico quanto uma biblioteca que, apesar de valiosa, era pouco representativa em relação ao montante total dos bens.

A análise dos conjuntos de livros será feita pelas categorias socioprofissionais. Entretanto, mesmo que as pessoas incluídas nesses grupos tenham algumas características comuns, nota-se, ao mesmo tempo, um certo grau de heterogeneidade no interior delas. Primeiramente, porque não é possível negar uma certa dose de arbitrariedade nessas divisões em relação a determinados grupos, mas também porque, mesmo entre as categorias mais homogêneas, a multiplicidade de situações financeiras se faz presente. Por fim, é válido indicar que deixamos propositalmente o grupo dos juristas para o capítulo seguinte, visto que, além de apresentarem alguns aspectos bem específicos, nós estendemos o recorte temporal da consulta dos inventários em relação a eles.

3.1. Os proprietários

A categoria dos proprietários, na qual encontramos 21% das pessoas que possuíam livros mencionados nos inventários, foi subdividida em três subgrupos, na tentativa de diminuir as disparidades e possibilitar algumas comparações. Em relação às condições socioeconômicas dos membros dessa categoria, apresentamos a Tabela 9:

Tabela 9 – Grupos de riqueza entre os proprietários

Grupos de riqueza	Quantidade de proprietários	% entre os proprietários
Grupo 1 (Até 2:499\$000)	1	4
Grupo 2 (2:500\$000 a 10:400\$000)	3	12
Grupo 3 (De 10:400\$001 a 40:000\$000)	4	16
Grupo 4 (De 40:000\$001 a 90:000\$000)	7	28
Grupo 5 (De 90:000\$001 a 220:000\$000)	3	12
Grupo 6 (De 220:000\$001 para cima)	6	24
Grupo 7 (Não Consta)	1	4
	25	100,00

É possível perceber que quase 30% de seus membros pertencem ao grupo 4 de riqueza, mas há um destaque para os que se enquadram nos grupos 3, 5 e 6. Apenas um inventário dessa categoria se enquadra no grupo 1. De um modo geral, se trata de uma categoria abastada, visto que 16 de seus membros se concentram nos grupos de riqueza 4, 5 e 6, enquanto menos da metade dos proprietários (8) se encontra nos grupos 1, 2 e 3.

A primeira subdivisão, formada pelos “capitalistas/proprietários rurais”, é composta por 1) 14 inventários de pessoas que viviam apenas de suas rendas e/ou terras, caracterizando-se pela multiplicidade de investimentos, sem ter uma ocupação profissional principal; 2) pela esposa de um banqueiro; e, por fim, 3) por um proprietário de terras com plantações e criação de animais, que diferenciava-se do restante do grupo em função da disparidade entre as fortunas, assim como por não apresentar uma grande diversidade entre os bens.

Em relação ao banqueiro, o inventário se referia à Paula Peixoto Gomide Reichert, que faleceu no ano de 1871, e era esposa de Theodoro Reichert.² Estamos considerando que o marido fosse proprietário de pelo menos uma parte dos livros, visto que foram avaliados os bens do casal, além do fato de que, pela experiência que tivemos com os processos, os livros arrolados pertenciam, na maior parte dos casos, aos homens.³ Esse processo apresentou um monte-mor de 657:430\$480, sendo um dos sete mais ricos de toda a amostra. Ele possuía apenas “96 volumes de livros de diversas sciencias”, avaliados por 500\$000. Não sabemos se eram edições de luxo ou obras de grande valor, ou ainda se a biblioteca foi avaliada de forma superestimada, mas, o fato é que a média de preço por volume era de 5\$208, enquanto a média geral, encontrada nos demais inventários, era de cerca de 1\$031.

O segundo inventariado que incluímos na categoria “capitalistas/proprietários rurais” era o da esposa do comendador Fidelis Nepomuceno Prates, D. Anna da Silva Prates,⁴ no qual aparecia uma estante com livros, que fora avaliada por 30\$000 e estava localizada em uma saleta, ao lado uma mobília austríaca, um guarda-roupa, uma cadeira de balanço, um sofá e uma mesa. Entre os móveis do escritório não havia nenhum indício da presença de livros, nos levando a pensar que pudessem se tratar de livros ligados às atividades de lazer, visto a composição do cômodo no qual se encontravam. O monte-mor de Fidelis Nepomuceno Prates era o terceiro mais alto de toda a amostra, totalizando 998:579\$590, composto por bens móveis, joias, escravos, imóveis rurais e urbanos, investimentos em casas comerciais e ações.

O terceiro se refere ao inventário de Joaquim de Campos Vergueiro,⁵ sobre quem não conseguimos outras informações, além de ser filho do senador Nicolau Pereira de Campos

² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000575, Ano: 1871, Processo nº: 2203.

³ Praticamente todos os processos que se referiam a mulheres, nos quais encontramos livros, eles se relacionavam às atividades profissionais de seus maridos.

⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003431, Ano: 1874, Processo nº: 2260.

⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003672, Ano: 1874, Processo nº: 1419.

Vergueiro e de ser proprietário rural, pois seus bens eram compostos por escravos, terras, lavouras e animais, além de propriedades urbanas, ações, ouro e prata, e uma casa de morada na cidade de São Paulo. Seu monte-mor formava um total de 89:751\$560, e ele possuía “132 volumes de obras diversas” que foram avaliadas por 200\$000.

Seu irmão, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, que possuía um monte-mor no valor de 230:275\$482, distribuídos entre propriedades urbanas e rurais, móveis, joias, ações e títulos, não possuía livros descritos no inventário.⁶ No entanto, entre as notas de dívidas passivas, encontramos uma nota da Casa Garraux, conforme apresentamos no Quadro 5.

Quadro 5 – Nota da Casa Garraux encontrada no processo de Luiz Pereira de Campos Vergueiro

Vol.	Autores	Título	1º Valor
1	*****	Ciceronis Oralines	3,000
1	*****	Selecta dos Autores	2,000
1	Macarel	Direito Politico	5,000
1	*****	Constituição do Brasil	0,500
1	*****	Biblia Sagrada	6,000
1	C. Mendes	Codigo Phillippino	49,000
1	T. de Freitas	Consolidação	20,000
1	T. de Freitas	Additamentos	16,000
1	T. de Freitas	Proptuario	16,000
1	L. da Motta	Apontamentos	8,000
1	Monte	Direito Penal	66,000
1	Perdigão Malheiros	Escravidão	12,000
1	Perdigão Malheiros	Filhos Naturaes	4,000
1	*****	Elementoe. Servil	3,000
1	P. Loureiro	Direito Civil	16,000
1	Ribas	Direito Civil	12,000
1	Filgueiras	Codigo Criminal	6,000
1	B. Florentino	Direito Criminal	9,000
1	T. Alves	Anotações	18,000
1	M. da Cunha	Observações ao Codigo Crimi- nal	6,000
1	Barroso	Direito Criminal	4,000
1	Mittermaier	Prova	7,000
1	P. Bueno	XXX Criminal	9,000
1	Rebouças	Consolidação	
1	Lafayette	Direito das Cousas	
1	Montenegro	Direito Criminal	10,000
3	Arnould	*****	16,000
1	*****	Pontos de Gepgraphia	
1	Werther	Mode	

⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003377, Ano: 1878, Processo nº: 744.

1	Galvão	Philosophia	20,000
1	Ottoni	Geometria	6,000
1	Titi Livié	*****	
1	Graeser	Lingua Franceza	
35		TOTAL	349\$500

Não encontramos informações sobre a profissão de Luiz Pereira de Campos Vergueiro. Ele era chamado de pelo título de “doutor”, que era comum a todos os inventariados juristas, mas o nome dele não consta na relação de formandos da Faculdade de Direito de São Paulo. Entre os cômodos da sua casa, havia um designado por “consultório”, o que poderia indicar que ele era médico, mas isso não explicaria os livros adquiridos na livraria. No entanto, encontramos seus quatro filhos homens entre os formandos da Academia: José Nicolau Vergueiro, formado em 1868, José da Silva Vergueiro, formado em 1880, Arthur Nicolau de Vergueiro, formado em 1884 e Frederico Vergueiro Steidel, formado em 1887. Pela data das formaturas, podemos supor que no ano do falecimento do inventariante, apenas José da Silva Vergueiro estivesse cursando a faculdade, e isso justificaria a compra dos livros que aparecem na nota.

Doc B-1-

110

PAULO.

la Imperatriz, 38

IVRARIA

ncadernação

Papelaria

logos e Escriptorios.

TYPOGRAPHIA

e
OCOGRAPHIA.

APROMPTA - SE

ões de Visita em 15 minutos.

PAPEIS PINTADOS,

Grande Sortimento

RTIGOS DE FANTASIA

Para Presentes.

A. L. GARRAUX & C^{IA}

PARIS.

Rue d'Hauteville, 17

MAPPA
da Provincia de S. Paulo

Charutos da Havana,

TABACS FRANCAIS.

Importação directa

VINHOS

de

Bordeaux, Bourgne, Champagne, etc.

A CASA

ENCARREGA-SE DE

Quaesquer encomendas

PARA A EUROPA

mediante uma modica commissão

BURRAS DE FERRO.

O M^{me} Sr Luiz Rodrigues Compr

S. PAULO. 12 de Agosto de 1877

LITO. E GRAVURA DE BORDADO E C. CO.

11.ão	12	1	Cinco Reis Indicações	3.000	
		1	Bleida 2º outros	2.000	D. 1000
Agosto	10	1	Folia Bazarretha		Huan
Outubro	14	1	Marcado 1º pabitoio	2.000	
		1	Lino em Branco	1.500	O. 500
Agosto	20	1	Constituição do Brazil		500
Agosto	21	1	Duplex Segunda	0.000	
		1	Alf. chocolate	3.000	
	29	1	C. Mendes Col. Th. Lippins	17.000	Green
		1	P. de Trilhos. Paralelismo	20.000	
		1	" " Ad. de lamentos	11.000	
		1	" " Compromisso	11.000	
		1	P. de Costa. Paralelismo	1.000	
		1	Monte. O. Lente. L. m.	15.000	
		1	P. Malgiero. Escravidão	22.000	
		1	" " 5º pr mulheres	4.000	
		1	Elemento Social	3.000	
		1	P. Lunde. 2º civil	10.000	
		1	Pires. " "	10.000	
		1	Provisão Col. Bismarck	0.000	
		1	" " al. Champanha 2º pr	22.000	25.000

117

O brigadeiro Joaquim Mendes Guimarães, oficial reformado do exército, possuía, entre seus bens⁷ “uma estante para livros”, avaliada em bloco com outros móveis. Ele fazia parte do grupo 4 de riqueza, e deixou um monte-mor no valor de 46:716\$200, formado por diversas propriedades urbanas, ações e letras, referentes à empréstimos que fazia.

No processo do Comendador Felício Pinto Coelho de Mendonça e Castro,⁸ filho de Felício Pinto Coelho de Mendonça e Domitila de Castro Canto e Melo, a marquesa de Santos, encontramos as obras de Chateaubriand em 15 volumes, orçadas em 30\$000. A avaliação dos bens foi feita discriminando-se os cômodos da casa, no entanto, os livros não foram arrolados nesse momento, sendo apresentados alguns dias depois pelo inventariante junto com algumas joias que também haviam sido negligenciadas no primeiro momento. Não há nenhuma informação sobre o que poderia ter gerado essa situação, mas o fato é que, além das obras de Chateaubriand, não aparece nenhum outro indício da presença de livros, pois entre os móveis do escritório e dos outros cômodos da casa, não havia nenhuma estante. A fortuna do comendador se enquadrava no grupo 3 de riqueza, visto que seu monte-mor era de 96:383\$101, compostos por móveis, uma morada de casa, dois terrenos e alguns quartos, além de joias, escravos e ações.

O conselheiro Joaquim Floriano de Toledo⁹ tinha uma estante velha com diversos livros truncados, que foi avaliada em bloco com outros bens móveis. Sua fortuna total conformou um monte-mor no valor de 37:011\$288, fazendo com que ele se encaixasse no grupo de riqueza 3. Seus bens eram compostos por uma morada de casas, uma chácara e diversas dívidas ativas, ou seja, empréstimos que fazia a terceiros.

No processo do capitão Vasco Pinto Bandeira, que possuía imóveis urbanos, ações de companhias diversas e, também, várias dívidas ativas,¹⁰ aparece uma estante para livros sem avaliação individual entre os bens móveis. Ele legou um montante de 52:585\$180 aos seus herdeiros, que, subtraindo-se as dívidas passivas, as despesas e as taxas do processo, resultaram em um monte partível de 50:644\$100.

⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000710, Ano: 1876, Processo nº: 2322.

⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003863, Ano: 1879, Processo nº: 559.

⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000096, Ano: 1879, Processo nº: 765.

¹⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003785, Ano: 1880, Processo nº: 2438.

Antonio Martins de Oliveira Machado tinha dois volumes da obra Chernoviz que, provavelmente, se tratava de um formulário e guia médico, sendo eles estimados no valor de 12\$000.¹¹ Ele era tenente da 6ª Companhia do 1º batalhão da reserva da Guarda Nacional, e deixou um monte-mor de 49:040\$235, composto por móveis, imóveis urbanos e títulos da dívida pública.

Francisco Leoncio Schneider possuía uma estante para livros que fora avaliada em bloco com outros bens.¹² Hesitamos em inseri-lo nessa categoria, visto que ele não tinha propriedades urbanas nem rurais, no entanto, do total de 121:797\$040 que compunham o seu monte-mor, 120:000\$000 estavam concentrados em dívidas ativas, tendo entre seus devedores pessoas do nível de Antonio Proost Rodovalho, demonstrando que ele vivia de rendas.

Já no inventário do capitão João Ribeiro dos Santos Camargo, realizado em 1882, encontramos uma nota da Casa Garraux entre as dívidas passivas.¹³

Quadro 6 – Nota da Casa Garraux encontrada no inventário de João Ribeiro dos Santos Camargo

Vol.	Autores	Título	Valor
1	Abreu	Geographia	4,500
1	<u>Canessa</u>	Pontos	2,000
1	Girardine	Politique Universelle	5,000
1	Morin	Origin de la Democratie	5,000
1	Spencer	Classification des Sciences	3,000
1	Coruja	Manual de Latin	1,000
1	Pereira	Gramatica Latina	1,000
1	Motta	Gramatica Ingleza	5,000
1	*****	<u>Epítome</u> da Historia Sacra	1,000
1	Delamarchà	Número 2	12,000
1	Ottoni	Arith.	1,500
1	Ottoni	Arith.	3,000
12		TOTAL	44,000

Como já foi mencionado, essas notas não permitem que afirmemos que os livros tenham sido comprados para uso próprio do inventariado. A multiplicidade de áreas entre as obras sugere, inclusive, que eles pudessem ter sido adquiridos para uso de diversas pessoas. No ano

¹¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003686, Ano: 1880, Processo nº: 778.

¹² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000013, Ano: 1880, Processo nº: 1024.

¹³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003763, Ano: 1882, Processo nº: 542.

de seu falecimento, João Ribeiro tinha nove filhos de várias idades, o que poderia explicar a maior parte dos títulos.

No inventário de Francisca Maria Soares da Cruz, casada com o capitão Estanislao José de Oliveira Queiroz, encontramos uma estante para livros, que fora avaliada junto com outros bens.¹⁴ Ela era proprietária de diversos imóveis urbanos, além de possuir uma chácara com benfeitorias e animais. Seu monte-mor conformou um valor de 66:442\$230.

Encontramos também o processo do marquês de Itu, cuja inventariante fora sua esposa.¹⁵ Entre os móveis do escritório, aparece uma estante com livros, avaliada em conjunto com os outros bens, fazendo com que não saibamos o valor dos livros. O inventariado possuía a maior fortuna encontrada por nós, totalizando 1:440:312\$290, o que nos leva a pensar que, independentemente do tamanho que pudesse ter a sua biblioteca, o valor seria irrisório perto de suas posses. De fato, a maior parte dos bens móveis de sua residência foi avaliada em blocos reafirmando essa ideia. Sua fortuna era composta por itens semelhantes aos demais proprietários dessa categoria, pois incluía móveis, joias, imóveis urbanos e rurais, escravos, ações e investimentos em companhias comerciais.

O processo de Fernão de Souza Queiroz,¹⁶ cujos os bens também se assemelhavam aos dos anteriores, apresentava um monte-mor de 696:958\$670 e uma “livraria” avaliada por 20\$000. Sua riqueza se compunha de imóveis urbanos e rurais – com plantações de café –, escravos, móveis, joias e ações, e era a quinta maior de toda a amostragem. Embora os bens móveis de sua residência não tenham sido descritos por cômodo, as estantes e a “livraria” foram arrolados próximos a outros bens que pareciam compor a mobília de um escritório.

No inventário de Manoel Candido Quirino Chaves, que tinha a patente de major, encontramos “um lote de livros” avaliados por 2\$000.¹⁷ Seus bens, que somavam a quantia de 20:517\$000, incluíam os móveis, duas casas de morada e três ações da Companhia de Carris de Ferro de Santo Amaro.

¹⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000792, Ano: 1883, Processo nº: 515.

¹⁵ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fundo do Foro Central João Mendes, Inventário, Etiqueta TJ10000327505, Ano: 1889, Processo nº: 942.

¹⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003787, Ano: 1890, Processo nº: 2768.

¹⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fundo do Foro Central João Mendes, Inventário, Etiqueta TJ10000103423, Ano: 1890, Processo nº: 2788.

Por fim, incluímos nessa subcategoria “capitalistas/proprietários rurais” o inventário de Maria Cibebe, esposa de um alemão, Germano Juncker,¹⁸ que possuía, em termos de livros, apenas “uma biblia em allemão”, avaliada em 10\$000. Seus bens totalizavam 4:122\$280, e eram compostos pelo sítio com uma morada de casa, móveis, lavouras e animais.

Exceto por este último caso, é possível notar uma certa homogeneidade entre os inventariados dessa categoria. Para além dos processos nos quais o termo “capitalista” aparecia nominalmente, classificamos outros que se caracterizavam pela variedade de investimentos, pensando no conceito proposto por Fernad Braudel de que o capitalista seria aquele que não se especializava em uma única atividade, pois nenhum ramo seria suficiente, sozinho, para absorver seus recursos e assegurar os lucros almejados.¹⁹ Pensando na relação desse grupo com os livros, não podemos fazer afirmações muito categóricas, dado que as descrições são muito genéricas, mas essa presença constante poderia sugerir um certa proximidade, fosse para o uso com um caráter prático, fosse em termos de lazer e formação intelectual, ou mesmo de afirmação de um determinado status.

Na subcategoria “produtores/industriais” inserimos os proprietários de pequenas fábricas, como o alemão Waldemar Gershow,²⁰ que possuía um sítio com duas instalações destinadas à sua olaria, e uma casa de morada na qual encontramos 250 volumes de diversas obras, sendo a maior parte em alemão, que foram avaliadas por 180\$000. Os demais bens eram alguns animais, pastos, lavouras e o estoque de tijolos produzidos na olaria, formando um montante de 25:113\$000. É importante apontar que dentre os processos que consultamos não foi muito comum encontrar bibliotecas desse porte em casos semelhantes, ou seja, em sítios localizados em zonas mais ruralizadas da cidade, e cuja ocupação de seu proprietário não estivesse ligada a atividades com maior grau de intelectualidade. Nesse sentido, talvez fosse válido ressaltar a sua nacionalidade.

No entanto, também havia um brasileiro oriundo do Rio de Janeiro nas mesmas condições. O processo de Antônio da Silva Caldeira,²¹ que possuía um sítio, com plantação de uvas, animais e alguns tonéis de vinho produzidos por ele, apresentava “36 volumes de diversas obras”, avaliados por 6\$000. Os livros não foram avaliados entre os bens móveis, mas sim, após

¹⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000763, Ano: 1872, Processo nº: 2202.

¹⁹ BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, s/d, p. 65-68.

²⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003315, Ano: 1890, Processo nº: 2758.

²¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000821, Ano: 1876, Processo nº: 2318.

o bem de raiz – o sítio – e junto com os “fructos da colheita de uvas deste anno”, embora seu valor financeiro não fosse alto. Antônio estava no grupo 4 de riqueza, com um monte-mor no valor de R\$ 67:202\$854.

Já o processo da alemã Malvina Thereza Schleicher²² é um dos raros exemplos entre os quais o inventário de uma mulher não foi realizado pelo marido – que havia falecido muitos anos antes –, mas que fazia menção a bibliotecas.²³ Ela era proprietária de uma fábrica de vinagres e possuía em sua residência duas estantes para livros. Seus bens, formados pela casa, onde se situava a fábrica, e pelos móveis, totalizavam 5:157\$500, e foram divididos entre seu neto Fernando – cujo pai, seu filho legítimo, já havia falecido – e sua enteada, Maria Schleicher Waetge – filha do primeiro casamento de seu marido.

Dois anos mais tarde, em 1888, sua enteada também faleceu, e seu inventário foi levado a cabo pelo viúvo José Daniel Waetge.²⁴ Ela havia herdado de sua madrasta a metade da casa, na Rua do Ouvidor, e da fábrica de vinagres e, entre os bens móveis, ficou com as duas estantes de livro. No seu processo aparecem duas casas em outros endereços, a fábrica e apenas uma estante de livros. Seu monte-mor totalizava 7:728\$683. Os livros não foram avaliados separadamente em nenhum dos dois processos.

Por fim, entre os “produtores/industriais”, encontramos o inventário de Paschoal Monarcho, de origem italiana, que era proprietário de uma fábrica de cerveja e de uma casa de negócios.²⁵ No início do processo, o inventariante apresentou uma relação dos bens móveis entregue a ele pela viúva do falecido na qual constavam nove livros. Contudo, esses livros não aparecem na avaliação. Também não sabemos o valor total do monte-mor de Paschoal Monarcho, pois o processo que localizamos não chega ao final, podendo se tratar apenas do primeiro volume.

No subgrupo dos “tipógrafos/donos de jornais” incluímos quatro inventários. No processo de Roberto Maria de Azevedo Marques, que foi um dos proprietários da Typografia Imparcial Marques & Irmãos, aparecem duas estantes envidraçadas e uma secretária com estantes, sem a discriminação do valor²⁶. No momento de seu falecimento, Roberto Maria já

²² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003891, Ano: 1886, Processo nº: 2621.

²³ Ver nota 3.

²⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000747, Ano: 1888, Processo nº: 940.

²⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000649, Ano: 1890, Processo nº: 1024.

²⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003562, Ano: 1888, Processo nº: 2688.

não tinha mais a tipografia, pois não consta nenhuma avaliação dela no processo. O monte-mor deixado por ele é o segundo maior dessa subcategoria, somando 159:380\$500.

Joaquim Roberto de Azevedo Marques²⁷ foi proprietário do Correio Paulistano, mas também era militar. Ele possuía um armário para livros. Entre os bens relacionados não aparece nenhuma informação sobre o jornal. Joaquim Roberto de Azevedo Marques, que era irmão de Roberto Maria, deixou um monte-mor no valor de 47:832\$466.

No processo de João Baptista Paes²⁸, sócio do jornal Gazeta do Povo encontramos diversos livros, folhetos e relatórios. No inventário aparece um balancete da situação do jornal. É um documento muito interessante onde são descritos vários tipos de despesas, as receitas do jornal com assinaturas, o fundo de reservas, etc. O monte-mor orçado com os bens do inventariado totalizou 1:580\$399 e foi inteiramente consumido pelas dívidas passivas.

Por fim, o único processo com os livros descritos é o de Antonio Louzada Antunes, ex-proprietário da Typographia Dous de Dezembro²⁹ e funcionário da Secretaria de Polícia.³⁰ No inventário não aparecem informações sobre a tipografia, mas a descrição dos livros presentes em sua residência contém parte da produção dela. Dentre o material arrolado, aparecem exemplares de *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que foi impressa pela tipografia do inventariado em volumes em brochura e encadernados.

Quadro 7 – Biblioteca de Antônio Louzada Antunes

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	1930	Sebastião Monteiro da Vide	Constituição do Arcebispado da Bahia (965 exemplares brochados)	200\$000
2	16	Sebastião Monteiro da Vide	Constituição do Arcebispado da Bahia (8 exemplares encadernados)	
3	1	*****	Uma Collecção de Periódicos = Compilador e Constitucional encadernado em um só volume	2\$000
4	1	Constancio	Diccionario Portuguez	3\$000
5	15*	*****	Diversos volumes em brochura e encadernados	16\$000
Total	1948			221\$000

*Valores estimados dividindo-se o valor da avaliação pelo preço médio dos volumes encontrados no conjunto dos inventários.

²⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003316, Ano: 1873, Processo nº: 4164.

²⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003854, Ano: 1885, Processo nº: 1001.

²⁹ De acordo com Hallewell, essa tipografia não tinha nenhuma relação com a de Paula Brito. HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2012, p.337.

³⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000819, Ano: 1870, Processo nº: 2102.

Imagem 5 – Folha de rosto de *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*

Fonte: Vide, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

Os 1.946 volumes de *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* apontam para algumas questões. Em primeiro lugar, revelam que essa obra havia tido uma edição de, pelo menos, dois mil exemplares. Não sabemos se o livro teve uma boa recepção, mas o encontramos em algumas bibliotecas de juristas, as quais veremos adiante. De qualquer forma, esse número

também revela que poderia se tratar de um estoque encalhado, visto que quando Antonio Louzada faleceu, a obra já havia sido lançada há quinze anos. Porém, considerando-se que ela tivesse sido bem aceita e o termo “encalhado” possa conter uma certa dose de exagero e anacronismo, esse estoque poderia revelar o tempo de venda das edições e o limite do público consumidor brasileiro.

Mas, excetuando-se esses exemplares, vê-se que a biblioteca de Antônio Louzada não era tão grande, contando com cerca de 17 volumes. Além da compilação dos periódicos e do dicionário de português, as informações são muito vagas em relação aos outros livros. Os bens deixados totalizaram a quantia de 23:378\$198, fazendo com que ele se enquadrasse no grupo 3 de riqueza.

3.2. Os profissionais liberais

A terceira categoria mais volumosa que encontramos, depois dos juristas e dos proprietários, é a dos profissionais liberais, na qual estão inclusos médicos, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, professores e um artista. O fato de ser um grupo representativo entre os demais parece um tanto natural já que essas profissões exigem uma formação específica, na qual a demanda por livros é grande. Na realidade, o grupo dos juristas se enquadraria aqui e engrossaria a categoria demonstrando que ela, no seu conjunto, era a mais expressiva de todas: representaria 45% do total dos proprietários de livros. Assim, pontuamos essa predominância e indicamos que a separação foi feita, pois, em termos da coerência, da quantidade e da qualidade na descrição das bibliotecas, os juristas se diferenciavam dos outros.

Tabela 10 – Grupos econômicos entre os médicos

Grupos de riqueza	Quantidade de médicos	% entre os médicos
Grupo 1 (Até 2:499\$000)	0	0,00
Grupo 2 (2:500\$000 a 10:400\$000)	1	12,50
Grupo 3 (De 10:400\$001 a 40:000\$000)	3	37,50
Grupo 4 (De 40:000\$001 a 90:000\$000)	3	37,50
Grupo 5 (De 90:000\$001 a 220:000\$000)	0	0,00
Grupo 6 (De 220:000\$001 para cima)	1	12,50
Grupo 7 (Não Consta)	0	0,00

O subgrupo que mais se destacou no interior da categoria foi o dos médicos. Entre eles não encontramos nenhum profissional natural da cidade de São Paulo. De quatro não temos

informações; o brasileiro era da Paraíba; e, entre os estrangeiros, temos um francês, um dinamarquês e um italiano.

Como se pode notar, a maioria dos médicos encontrados estão nos grupos 3 e 4, além de um que se enquadra no grupo 2, e outro, no grupo 6. Nenhum deles se encaixava no grupo 1. Eram pessoas que possuíam um nível de riqueza de médio para alto.

Dos oito processos de médicos, três não fornecem informações precisas sobre os livros. Isso ocorreu com os inventários de Elpídio Rodrigues Seixas Lemas³¹, que possuía uma estante com livros, entre os bens avaliados, que somavam 19:483\$400; no de Joaquim Pedro Villaça Junior³², que tinha um lote de livros e um monte-mor orçado em 64:865\$911; e no de Francisco Emílio Vautier³³ que, além de médico, também era dentista e tinha um armário envernizado com diversos livros. Este inventariado possuía a maior riqueza entre os médicos, um monte-mor no valor de 245:800\$500, ficando muito acima da média neste subgrupo.

No processo de Andrews Rhein, um médico dinamarquês, encontramos 220 volumes de obras escritas em língua alemã, dinamarquesa e inglesa, e 101 brochuras e uma porção de jornais nas mesmas línguas³⁴. Não sabemos nada sobre o conteúdo dos livros, mas além constar a língua em que estavam escritos, a presença dos jornais poderia revelar que essas pessoas, ao se manterem ligadas à sua cultura de origem, atuariam, talvez, como difusores dela na capital da Província de São Paulo – principalmente se considerarmos que nessa profissão o contato com grande número de pessoas era uma constante. Seu monte-mor foi avaliado em 24:058\$000 e era composto por móveis, bens de raiz e dívidas ativas.

Ignacio Betoldi era um médico italiano e fabricava medicamentos.³⁵ Seu monte-mor foi orçado em 42:869\$800 e era composto por móveis, ouro, prata, livros, ações, instrumentos cirúrgicos, dívidas ativas, rendimentos de imóveis e bens de raiz. No seu processo, aberto no ano de 1886, é descrito um lote contendo 370 volumes de livros encadernados de ciências e medicina, brochuras, folhetos e jornais. Nesse caso não temos informações sobre o idioma dos

³¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003787, Ano: 1889, Processo nº: 2679.

³² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003564, Ano: 1888, Processo nº: 2660.

³³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003590, Ano: 1890, Processo nº: 2744.

³⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003211, Ano: 1873, Processo nº: 2316.

³⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006004041, Ano: 1886, Processo nº: 723.

impressos, mas pelos temas descritos percebemos sua relação direta com a profissão de seu proprietário.

No inventário de Anna Joaquina Villas Boas de Oliveira encontramos um dicionário de medicina operatória.³⁶ Ela era esposa do cirurgião-mor Salvador Machado de Oliveira, que já era falecido no momento de sua morte e parece bem claro que o livro pertencesse a ele. Segundo informações que constam no testamento de Anna Joaquina, ela era natural da cidade de Campanha, em Minas Gerais, e seu marido havia falecido lá, sendo bem possível que os demais livros que pudesse possuir tenham sido inventariados nessa cidade. Teria ela guardado esse dicionário como uma lembrança de seu marido? É uma hipótese plausível, visto que o casal não tinha filhos que pudessem seguir a profissão do pai. Mas não podemos afirmar. Seja como for, os bens da viúva foram avaliados em 17:481\$590, mas o monte-partível, depois de pagas as dívidas, ficou em 4:224\$914.

Francisco Honorato de Moura, tenente e cirurgião da Guarda Nacional, deixou um monte-mor no valor de 58:836\$797, composto por bens móveis, prata, dinheiro em espécie e bens de raiz. No seu inventário encontramos 23 livros de medicina truncados e uma nota comercial nas dívidas passivas.³⁷ O caso da nota, que é bastante interessante, foi apresentado no Capítulo 1. Trata-se de uma compra com valor e número de exemplares considerável para os padrões da época – 30 exemplares totalizando 215\$500. Os livros adquiridos eram exclusivamente de jurisprudência e foram comprados por um de seus filhos, conforme consta na nota: “Para seo fº. Senhor Drº Ernesto de Moura”.³⁸

A única biblioteca de médicos que encontramos descrita com detalhes é a de Jesuíno Augusto dos Santos Mello³⁹ e a apresentamos no Quadro 8. Os nomes de autores e títulos que não conseguimos identificar, ou ficamos com dúvidas, foram sublinhados.

Quadro 8 – Biblioteca de Jesuíno Augusto dos Santos de Mello

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	5	Chidloe	Homeopathia Domestica	15,000
2	1	Mialhe	Chimica	2,000

³⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003335, Ano: 1875, Processo nº: 168.

³⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000775, Ano: 1885, Processo nº: 2555.

³⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000775, Ano: 1885, Processo nº: 2555, p. 46.

³⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000658, Ano: 1879, Processo nº: 2449.

3	1	_____	Chimica de Parto	2,000
4	1	Leon _____	Lições de Homeopatia	1,000
5	1	Bernardo Huette	Medicina Operatoria	2,000
6	1	Lappey	Anatomia Descriptiva	2,000
7	1	Becquerel	Tratado de Hygeniene	1,500
8	1	<u>Bereninghansen</u>	Manual Therapeutico	1,500
9	1	Jaher	Molestias nervozas	1,000
10	1	*****	Medicina Veterinaria	0,500
11	2	<u>Souberisan</u>	Pharmacia	1,000
12	2	Hahnemann	Organon e Congresso de Paris	0,500
13	3	*****	Historia Natural	4,000
14	5	*****	Pathologia Externa	10,000
15	1	Domingos da Silva	Conferencias Cirurgicas	1,000
16	2	Crissol	Tratado de Pathologia	4,000
17	3	Nelaton	Cirurgia	6,000
18	4	<u>Tardieu</u>	Diccionarios de Hygiene	13,000
19	1	Briande e Chaudé	Manual completo de Medicina Legal	4,000
20	3	Berely e Betier	Pathologia Externa	6,000
21	2	Trousseau	Tratado de Therapeutica	8,000
22	2	_____	Doctrina Homeopathica	4,000
23	2	Haternam	Therapeutica	2,000
24	1	Fleury	<u>Hyenotherapia</u>	1,000
25	1	Hartemam	Maladies des Enfants	1,000
26	2	<u>Ronoiard</u>	Historia da Medicina	2,000
27	1	*****	<u>Harmonias</u> de Homeopathia	1,000
28	1	*****	Febre Amarella	0,500
29	1	Descampes	Revista das Doctrinas e Systemas da Medicina	0,500
30	1	Jaher	Medicina Homeopatica	2,000
31	1	*****	Novíssimo guia para eleitores e votantes	0,300
32	1	Reichert	Tratamento das molestias de pelle	0,500
33	1	<u>Bucherdand</u>	Formulario Magistral	0,200
34	1	Hahnemann	Estudos de Medicina Homeopathica	1,000
35	1	Antonio Januario	Clinica Medica	0,300
36		*****	36 folhetos e uma porção de ___ medicas	3,000
Total	59			105\$300

Dos livros descritos, apenas um não é diretamente relacionado com a profissão do inventariado, o *Novíssimo Guia para Eleitores e Votantes*, mas se justifica pelo fato dele ter composto a chapa para Eleitores Especiais de Boa Vista, pelo Partido Liberal, em setembro de 1876.⁴⁰ Assim, podemos dizer que se trata de uma biblioteca altamente especializada, ligada, quase exclusivamente, às atividades profissionais de seu proprietário. Claro que não podemos excluir a possibilidade de que houvessem outros livros que não foram avaliados, mas aqueles que chegaram até nós revelam esse fenômeno. A descrição dos livros indica também que

⁴⁰ A *PROVÍNCIA*, Recife, 29 de setembro de 1876, p. 1.

possivelmente o escrivão traduziu os títulos, pois tivemos grande dificuldade em identificar as obras. Jesuíno Augusto dos Santos Mello deixou um monte-mor no valor de 4:522\$200 – como se vê, um valor abaixo da média encontrada entre os médicos.

Quanto aos dentistas, além do referido processo de Francisco Emílio Vautier, que também era médico, encontramos o inventário do dentista Horácio Tower Fogg⁴¹, o qual apresenta um monte-mor no valor de 7:540\$000, composto por bens móveis, semoventes e bens de raiz. Entre os bens móveis, possuía “alguns livros”, que são descritos sem nenhuma informação mais detalhada.

Quanto aos professores, encontramos três processos nos quais apareciam livros. Infelizmente, as informações disponíveis não nos permitem analisar com profundidade as obras possuídas por essa categoria profissional que tanto se relaciona com o nosso objeto de pesquisa. Porém, os processos permitem avaliar o baixo valor dos livros e da fortuna dessas pessoas. No caso de Antonio Henrique Telles, os livros foram avaliados por 14\$000, tendo sido descritos como “um caixote contendo livros muito usados e batus e canastras contendo livros muito usados e muito velhos”.⁴² Ademais, ele não era um homem de muitas posses: seu monte-mor foi orçado em 4:928\$180, mas a maior parte desse valor era referente a notas do Banco Mauá, que dada a condição financeira da instituição, naquele momento, não eram passíveis de serem liquidadas.

O processo de Manoel Joaquim do Amaral⁴³ – no qual estamos considerando sua esposa, Maria Gabriella Dantas do Amaral, como proprietária dos livros, já que ela era professora pública aposentada – não chegou a ser concluído em função dos poucos bens do casal, que consistiam apenas em alguns móveis da casa onde moravam de aluguel. Entre eles, achavam-se “um dicionario latino e um dicionario francez” que não chegaram a ser avaliados.

Por fim, encontramos o processo de Antonio Pedro de Cerceira Leite⁴⁴ que era professor da Escola Americana e que teve o mesmo destino do processo anterior: não foi concluído porque os bens do casal eram insignificantes. Ele possuía uma pequena livraria, que também não chegou a ser inventariada.

⁴¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003401, Ano: 1878, Processo nº: 973.

⁴² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003504, Ano: 1876, Processo nº: 22.

⁴³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003604, Ano: 1885, Processo nº: 1942.

⁴⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003312, Ano: 1888, Processo nº: 2651.

Assim, o que podemos perceber através dos inventários dos professores é que tanto suas fortunas quanto suas bibliotecas revelam uma condição bastante precária dessa categoria profissional. Se a descrição dos livros de Antonio Henrique Telles demonstra que eles eram muito usados, por outro lado, pode indicar a falta de condições de adquirir material apropriado para as aulas.

Quanto aos engenheiros, encontramos um único processo que fazia referência a livros, o do inglês William Facwcett Wigthmann.⁴⁵ Nele são mencionadas uma porção de livros, principalmente em inglês, e mais 125 livros e diversos folhetos quase todos em inglês, avaliados por 100\$000. Neste caso, também não conseguimos ter acesso ao conteúdo dos livros, apenas ao idioma em que parte deles foi escrita. Não temos outros processos de engenheiros para realizar uma comparação, mas o monte-mor encontrado no processo de William Facwcett Wigthmann foi de 27:039\$183, o que representa uma fortuna média. Porém, depois do pagamento das dívidas e despesas com o enterro, o valor do monte-partível diminuiu para 10:709\$863.

Quanto aos farmacêuticos, encontramos dois processos com as bibliotecas descritas, o do português Joaquim Pires de Albuquerque⁴⁶ e o de Francisco Lourenço Tourinho de Pinho.⁴⁷

Quadro 9 – Biblioteca de Joaquim Pires de Albuquerque

LIVROS ENCONTRADOS NA RESIDÊNCIA				
Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	8	Buffon	Historia Natural (em frances)	20,000
2	1	Victor Hugo	Os Miseráveis (em frances)	5,000
3	4	*****	Compendio de Medicina Pratica (em frances)	16,000
4	3	Franck	Pathologia (em frances)	12,000
5	2	Nelaton	Pathologia Cirurgical (em frances)	5,000
6	3	*****	Dicionario de Ciencias Medicas (em frances)	3,000
7	2	A. Grisolle	Pathologia Interna (em frances)	4,000
8	3	Menville de Pon-san	Historia da Mulher (em frances)	6,000
9	1	Broca	Aneurismas (em frances)	4,000
10	1	Hyernaux	Partos (em frances)	4,000
11	3	Trousseau	Clinica Hotel Dieu (em frances)	10,000
12	1	Dubuisson	Perchaclorureto de ferro (em frances)	1,000
13	1	Frerichaes	Molestias de figado (em frances)	3,000

⁴⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003494, Ano: 1878, Processo nº: 755.

⁴⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003985, Ano: 1871, Processo nº: 1415.

⁴⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003338, Ano: 1883, Processo nº: 2406.

14	1	Adolph Richard	Cirurgia (em frances)	5,000
15	1	Churchill	Molestias das mulheres (em frances)	4,000
16	2	Sedilot	Medicina Operatoria (em frances)	6,000
17	1	Coulon	Fracturas (em frances)	2,000
18	1	Fonsagrias	Rol das mães (em frances)	1,000
19	1	*****	Conselhos as familias (em frances)	1,000
20	1	Bussu	Antropologia (em frances)	2,000
21	3	Fort	Anatomia de dessecação (em frances)	5,000
22	1	Delpean	Anatomia Cirurgical (em frances)	2,000
23	5	*****	Dicionario de Ciencias Medicas até a letra A (em frances)	5,000
24	5	Vidal de Cassis	Pathologia Externa (em frances)	10,000
25	1	A. Caseux	Tratado Teorico e Pratico dos Partos (em frances)	3,000
26	3	P. Sappey	Anatomia (em frances)	4,000
27	1	Tardieux	Pathologia (em frances)	1,000
28	1	Malgagne	Medicina Opperatoria (em frances)	2,000
29	1	Rackl	Diagnostic Medical (em frances)	2,000
30	4	A. Tardieux	Dicionario de giene (em frances)	10,000
31	1	Clairg	Ophthalmologia (em frances)	2,000
32	1	Haan	Pathologia Cirurgical (em frances)	1,000
33	1	Clavel	Corpo e Alma (em frances)	1,000
34	1	Forster	Anattomia Pathologica (em frances)	1,000
35	1	Chomel	Patologia Geral (em frances)	2,000
36	4	A. Thiers	Historia do Imperio (em frances)	12,000
37	1	A. Thiers	Historia do Consulado (em frances)	3,000
39	4	Alexandre Herculan	Historia de Portugal (em portugues)	8,000
40	4	Ribeiro da Silva	Historia de Portugal (em portugues)	4,000
Total	84			192\$000

LIVROS ENCONTRADOS NA FARMÁCIA

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	1	Douvault	Officina de Douvault	12,000
2	1	*****	Codigo Farmaceutico	6,000
3	1	Bouchardat	Formulario Magistral	6,000
4	1	Lisboa	Formulario Magistral	6,000
5	1	Chernoviz	Formulario Magistral	8,000
6	1	*****	Pharmacopea Geral	4,000
7	2	Jordão	Pharmacopea de Jordão	6,000
8	1	Revaill	Pharmacopea de Revaill	5,000
Total	9			53\$000

Entre os livros encontrados na residência, pode-se notar a presença de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, cinco volumes de obras de História das França, de Adolphe Thiers, e oito volumes de livros sobre a História de Portugal, sendo quatro de Alexandre Herculan e quatro de Ribeiro da Silva. Embora se trate de uma presença aparentemente tímida, essas obras, que fogem à atuação profissional de seu proprietário, representam mais de 15% de sua coleção. Outro elemento interessante da descrição dessa biblioteca é que o escrivão se deu ao trabalho

de traduzir os títulos, mas, ao menos, indicou o idioma original dos livros que estavam na residência. Quanto àqueles encontrados na farmácia, percebe-se que eram diretamente relacionados às atividades de Joaquim Pires de Albuquerque. Ele não era um homem de muitas posses, pois, seu monte-mor, composto pelos móveis da casa e da farmácia, somaram 1:505\$100, que foram vendidos para liquidar as dívidas da herança. Sua biblioteca representava cerca de 17% desse valor.

Já a biblioteca de Francisco Lourenço Tourinho de Pinho era composta, basicamente, por obras relacionadas à sua profissão, como pode-se observar no Quadro 10:

Quadro 10 – Biblioteca de Francisco Lourenço de Pinho

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	2	Souberain	Tratado de Pharmacia	5,000
2	1	Hannover	Tratado de Phamacopêa	2,000
3	1	<u>Reveil</u>	Tratdo de <u>Reveil</u>	2,000
4	1	*****	Tratado de Phamacopêa ingleza	2,000
5	1	Alfredo Riche	Manual de Chimica Medida o Pharmaceutico	2,000
6	1	Tardieu	Manual de Pathologia e de Clinica Medica	2,000
7	1	Gemot	Tratado de Physica (bastante estragado)	0,500
8	1	Chaucel	Tratado de Analise Chimica Quantitativa	2,000
9	1	L___zlebert	Tratado de Chimica	2,000
10	1	Chaucel	Tratado de Analise Chimica Quantitativa	2,000
11	1	Naquet	Tratado de Chimica Legal	2,000
12	20	*****	Diversas obras	20,000
Total	32			43\$500

Podemos imaginar que os 20 volumes de obras diversas se referissem a outros temas, mas não podemos afirmar. Se isso fosse verdade, poderíamos inferir que os livros mais valorizados eram aqueles de caráter profissional, sendo a avaliação em lote um possível indício desse fenômeno. Vale mencionar que verificamos o mesmo procedimento em vários outros processos. Francisco Lourenço de Pinho deixou um monte-mor de 477\$850, composto pelos móveis da casa e objetos da farmácia, que também foram vendidos para liquidar as dívidas.

Entre os profissionais liberais, incluímos uma subcategoria para as “artes e ofícios”, na qual constam três processos: o de Francisco Bossignon, que era cabeleireiro; o do Miguel de Túlio, afinador e concertador de piano; e o de Pedro Antonio Nelsen, que era funileiro. Nessa subcategoria, não é possível encontrar muitas afinidades, pois eles exerciam atividades muito diversas. Isto posto, os listaremos caso a caso.

No primeiro processo, o de Francisco Bossignon,⁴⁸ que possuía no salão 50 volumes entre livros e folhetos, e, em casa, 29 volumes encadernados e diversas brochuras, podemos presumir que os impressos descritos no estabelecimento comercial servissem para consulta ou venda aos clientes, já que ele era importador e comercializava vários tipos produtos.⁴⁹ Sobre os livros de sua casa, considerando que pudessem, talvez, constituir uma biblioteca, só podemos imaginar que ela não era muito grande. Seu monte-mor totalizou um valor de 2:341\$705, que foi todo consumido no pagamento das dívidas.

Já o processo de Miguel de Tulio, realizado em 1888,⁵⁰ apresenta os livros possuídos conforme pode-se ver no Quadro 11. Aparentemente, eles eram majoritariamente relacionados ao trabalho do inventariante, porém, se imaginarmos que além de afinar e consertar pianos, Miguel de Túlio também os tocasse, as partituras encontradas poderiam servir também para o uso pessoal.

Quadro 11 – Livros de Miguel de Tulio

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	1	*****	Livro in-folio de desenhos de pianos	1\$000
2	6	*****	Methodo para piano	6\$000
3	***	*****	Diversas partituras	20\$000
4	5	*****	Lote de livros	5\$000
Total	12			32\$000

Ao contrário de Bossignon, Emilio de Tulio legou algum valor para seus herdeiros, pois seus bens – avaliados inicialmente em 4:075\$600 – foram leiloados, incluindo os livros, e resultaram em 3:372\$520 de monte-partível.

O último processo dessa subcategoria é o de Pedro Antonio Nelsen, um alemão que possuía uma oficina de funilaria.⁵¹ Entre os profissionais das artes e ofícios, ele foi o que deixou a fortuna mais alta: 18:982\$300. Seus livros não foram descritos com detalhes, mas foram

⁴⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006004046, Ano: 1877, Processo nº: 2367.

⁴⁹ Para mais detalhes sobre a vida e as atividades de Francisco Bossignon, ver: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. Do outro lado do Atlântico: imigrantes franceses na São Paulo do século XIX. In: _____. *Franceses no Brasil: séculos XIX e XX*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 209-230.

⁵⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003945, Ano: 1888, Processo nº: 2665.

⁵¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fundo do Foro Central João Mendes, Inventário, Etiqueta TJ10000410740, Ano: 1888, Processo nº: 764.

avaliados em 20\$000 e eram todos em alemão. Foram legados em testamento, junto com os outros bens, ao seu neto de mesmo nome.

Por fim, incluímos no grupo dos profissionais liberais um inventariado que classificamos como “artista”, pois localizamos um requerimento enviado por ele, na função de inspetor Teatro São Pedro de Alcântara, solicitando a Diogo Soares da Silva Bivar uma licença para representar a farsa *O ensaio de uma tragédia*, no mesmo teatro, em 1847.⁵² Trata-se de José Antonio Thomaz Romeiro, sobre o qual há uma notícia no *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1851*, confirmando a função de inspetor.⁵³

No mesmo processo foram inventariados os bens do casal, pois ambos haviam falecido, José Antonio e sua esposa Carlota Almeida Delduc.⁵⁴ Eles não possuíam muitos bens, apenas os móveis da casa, incluindo os livros, que foram avaliados por um conto de réis, mas, o inventário nem chegou a ser concluído, pois considerando os dez filhos do casal, o juiz optou por liberá-los dos impostos e custas do processo. O conteúdo da biblioteca descrita é bastante sugestivo em relação à ocupação de seu proprietário, como se pode observar no Quadro 12.

Sobre a transcrição dessa biblioteca, é necessário fazer alguns esclarecimentos. As informações disponíveis no inventário aparecem sem nenhum destaque e aquelas completadas por nós vêm em negrito, algumas vezes entre parênteses. Quando as dúvidas em relação aos títulos eram muito salientes, também recorremos aos parênteses, mas destacamos em itálico, apenas sugerindo que poderia se tratar deles, usando o mesmo procedimento para as obras cujos títulos vinham descritos em português dos quais não encontramos edições nesse idioma no período. As palavras que não conseguimos identificar, ou aquelas que só distinguimos em parte, foram sublinhadas.

Quadro 12 – Biblioteca de José Antônio Thomaz Romeiro

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	1	Lisboa, José da Silva - Visconde de Cairú	Principios de direito mercantil e Leis de Marinha (in-folio)	10\$000
2	1	Rossi, Pellegrino Luigi Odoardo	Economia Politica	4\$000

⁵² Biblioteca Digital Luso-Brasileira, disponível em: <<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁵³ LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1851*. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

⁵⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000780, Ano: 1872, Processo nº: 2217.

3	1	Coutinho, João Pereira Ramos de Azevedo	Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denomina- dos Jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que regiam pe- las maquinações, e publicações dos novos esta- tutos por elles fabricados	4\$000
4	1	*****	Velho Liberal do Douro	\$500
5	4	Cervantes, Miguel de	Dom Quichote em hespanhol	4\$000
6	7	*****	Mil e Huma Noites	3\$000
7	4	*****	Derradeiros Mechicanos (velhos)	2\$000
8	1	Genuensis, Antonio Genovesi	Logica	\$500
9	1	(Carvalho, Francisco Freire de, 1779-1854)	Lições de Poetica (<i>Lições elementares de poetica nacional, seguidas de um breve ensaio sobre a critica litteraria para uso da mocidade de ambos os hemispherios, que falla o idioma portuguez, servindo de continuação às lições elementares de eloquencia nacional</i>)	\$500
10	1	*****	Bíblia	\$500
11	4	*****	Recreio das Familias	2\$000
12	2	Padre Amaro	Padre Amaro	1\$000
13	1	Gonçalves de Magalhães, Domingos José	Confederação dos Tamoyos	2\$000
14	1	*****	Voyages em Portugal	1\$000
15	1	(Vasconcelos, Simão de, 1597-1671)	Chronica da Companhia de Jesus (<i>Chronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do novo mundo em que se trata da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessarias das cousas d'aquelle estado</i>)	1\$000
16	1	Geraldo	Sem pavor	\$500
17	1	Ottoni, Cristiano Benedito	Elementos de Algebra álgebra para os estabeleci- mentos de instrucção superior e secundaria	2\$000
18	5	Pereira da Silva, João Manuel	Os varões illustres do Brasil durante o tempo co- lonial	3\$000
19	2	Varnhagen, Francisco Aldolfo de	Historia do Brazil	4\$000
20	5	Bredow	Historia Universal desde os tempos mais remo- tos até os nossos dias: relatando os aconteci- mentos mais notáveis em todas as épocas, e os feitos dos homens mais celebres de todos os povos. Composta sobre o plano de Gabriel Got- tofredo Bredow, por um brasileiro	5\$000
21	1	*****	Acclamação de Dom João Quarto	1\$000
22	1	Souvestre, Emile	O Mundo no Anno de Trez Mil	3\$000
23	1	Francisco Solano Constancio	Novo Mestre Inglez ou Grammatica da Lingua in- gleza	\$500
24	1	*****	Historia da America Setentrional e Meridional	2\$000
25	1	*****	Constituições Annalizadas	2\$000
26	1	Antonio Vieira, Padre	A arte de furtar	\$500
27	1	Freire de Carvalho, Francisco	Licções de Eloquencia nacional, offerecidas á mocidade de ambos os hemiferios	\$500

28	1	Bernardim de Sam Pierre	Obras	\$500
29	1	*****	Archivo Poetico	1\$000
30	1	*****	Exposição de Pariz ou Guia de Viajante (Exposição Universal de Paris, ou guia para uma viagem é Europa)	1\$000
31	10	Filinto Elysio (Pseud. de Francisco Manuel do Nascimento)	Obras Completas	10\$000
32	3	*****	Sete de Abril	3\$000
33	4	*****	Miscelanea	4\$000
34	1	*****	Parnazo Brasileiro	1\$000
35	1	*****	Codigo do Processo Criminal	1\$000
36	1	Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva	Corographia Paraense: ou descrição fisica, historica, e politica da da provincia do Gram-Para	1\$000
37	1	James Cook	Viagem do capitão Cook a Roda do Mundo no navio de sua magestade, a diligencia	1\$000
38	1	*****	Apontamentos sobre o colera-morbus	1\$000
39	1	Antonio Vieira, Padre	Cartas Selectas	1\$000
40	1	José Agostinho de Macedo	Lyra Annachreontica	\$500
41	1	*****	Rezenha das Familias Titulares de Portugal	1\$000
42	7	(Baltazar da Silva Lisboa)	Annaes do Rio de Janeiro	7\$000
43	1	Francisco Maria Bordalo	Um Passeio de Sete Mil Legoas: cartas a um amigo	1\$000
44	2	Voltaire, François-Marie Arouet	Obras de Voltaire com estampas	2\$000
45	1	Rapet, Jean-Jacques	Economia Politica	\$500
46	1	*****	Conferencia sobre a Homeopathia	1\$000
47	2	Werneck, Luis Peixoto de Lacerda	Estudo sobre o Credito Rural e Hypothecario	2\$000
48	1	*****	Traité de Credit F_rieir	1\$500
49	2	*****	Credit et O_____	3\$000
50	2	*****	O Diabo Coxo	1\$000
51	1	Xavier de Mattos, João	Rimas de João Xavier de Mattos, entre os pastores da Arcadia portuense Albano Frythreo. Dedicadas á memória do grande Luis de Camões, etc Dadas á luz por Caetano de Lima e Mello	\$500
52	1	*****	Retracto de Napoleão	1\$000
53	1	Fenelon, François de	Aventuras de Telemaco	1\$000
54	2	Alexander Pope	Eloize Abelare (De Eloíza para Abelardo)	1\$000
55	1	Caminha	Poesias	\$500
56	1	Voltaire, François-Marie Arouet	Historia de Carlos Doze	\$500
57	1	David	Historia do Homem	\$500
58	1	Mouzinho de Albuquerque, Luiz da Silva	Georgicas Portuguezas	\$500
59	1	*****	Diccionario Portuguez-Allemão	3\$000
60	2	*****	Diccionario Allemão-Portuguez e vice-versa	6\$000
61	2	*****	Memorias de Napoleão	4\$000
62	4	*****	Diccionario Historico de Batalhas	8\$000
63	1	*****	Reforma Protestante	2\$000
64	5	Eugène Sue	Judeo Errante	5\$000
65	4	Eugène Sue	Judeo Errante em francez com estampas, broxados	4\$000
66	2	*****	Processo de Luiz Desesseis	4\$000

67	2	Padre Caldas	Obras	2\$000
68	2	Alvares de Azevedo, Manuel Antonio	Poezias	2\$000
69	2	Faustino Xavier de Novaes	Poezias	2\$000
70	12	*****	Collecção de Almanacks de Castilho	10\$000
71	5	*****	Parnazo Luzitano	3\$000
72	1	Rochefocauld, Fraçois de	Maximas de Rochefocauld	\$500
73	1	*****	Diccionario das Moedas	1\$000
74	1	Xavier de Mattos	Rhuinas	\$500
75	1	*****	Compendio das Epochas	\$500
76	4	Paulo de Kock	O Homem da Natureza e o homem civilizado	2\$000
77	1	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Folhas Cahidas	1\$000
78	1	Catão	Tragedia	\$500
79	14	Visconde de Santarem	Quadro Historico	28\$000
80	2	Cochrane	Homeopathias	6\$000
81	2	Young, Edward	Noites de Young	1\$000
82	1	Goldsmith, Oliver	Historia da Grecia	1\$000
83	2	*****	Diccionario Francez-Italiano	6\$000
84	2	*****	Minerva Brasileira	3\$000
85	1	Cazado Gerales	Geographia, Historia	1\$000
86	1	*****	Emendas do Codigo Commercial	1\$000
87	1	*****	Instituições de Methaphizica	\$500
88	8	*****	Panorama Portuguez	8\$000
89	3	*****	Universo Pitoresco	3\$000
90	5	*****	Diccionario Theologico	3\$000
91	5	Bocage, Manuel Maria Barbosa du	*****	3\$000
92	2	Sa de Miranda, Francisco de	*****	2\$000
93	2	Virgilio	Eneida	2\$000
94	1	Fenelon, François de	Telemaco em francez	1\$000
95	1	*****	Galeria Portugueza com estampas	1\$000
96	2	*****	Estrangeira	6\$000
97	1	Camões, Luis	Drama	1\$000
98	1	*****	Revista nacional estrangeira	1\$000
99	1	*****	Estudos sobre Camões	1\$000
100	2	Eugène Sue	Romance	2\$000
101	1	*****	Cazamento Civil	2\$000
102	1	Cabral	Direito Administrativo Brasileiro	4\$000
103	1	*****	Questões Economicas e Financeiras	1\$000
104	1	Jacinto Freire de Andrade	Vida de D. João de Castro	2\$000
105	1	*****	Annaes de Dom João Terceiro por Fr. Luiz de Sousa, publicados por A. Herculano	3\$000
106	1	*****	Tratado do Testamentos	3\$000
107	3	Camões, Luis	*****	3\$000
108	3	Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo	Historia de Portugal (edição de 1846)	6\$000
109	1	Raphael de Jesus, Frei	Castrioto Luzitano	1\$000
110	3	*****	Inquizição de Portugal	3\$000
111	2	Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo	Monge de Cister	2\$000
112	1	Eurico	*****	1\$000

113	3	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Romanceiro	3\$000
114	1	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	D. Branca	1\$000
115	1	Camões, Luis	*****	1\$000
116	2	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Arco de Santa Anna	2\$000
117	2	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Viagem na Minha Terra	2\$000
118	1	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Alfagem6 de Santarem	1\$000
119	1	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Flores sem Fructos	1\$000
120	2	Castelo Branco, João de Lemos Seixas	*****	2\$000
121	1	M. de Oliveira	Quadro Historico	\$500
122	1	*****	Elementos de Arithmetica	1\$000
123	1	*****	Vida do Marechal Nery	\$500
124	1	*****	Canticos Lyricos	1\$000
258				301\$000

Das obras cujos idiomas conseguimos identificar na biblioteca (110), 102 eram escritas português, 7 em francês e 1 em espanhol. Sobre os autores, entre 53 títulos, haviam 27 portugueses, 12 franceses, 7 brasileiros, 3 ingleses, 2 italianos, 1 espanhol e 1 autor da Antiguidade Clássica – Cícero. Sobre o gênero dos livros, de 106 títulos, 43 eram de belas letras, incluindo poesias e ficções em prosa; 28 de história de Portugal, do Brasil e da França; 6 de jurisprudência; 6 de economia política; 5 de teologia; 4 de filosofia; 3 de ciências naturais; 2 de matemática. Também identificamos 5 periódicos, o *Velho Liberal Douro*, a coleção de *Almanacks* de Castilho, o *Minerva Brasileira*, o *Panorama Portuguez* e a *Revista Nacional e Estrangeira*. Além disso, havia 2 dicionários de português-alemão, um de francês-italiano, e uma gramática de inglês – *Novo Mestre Inglez ou Grammatica da Lingua ingleza*.

A diversidade de temas, apesar da predominância das belas letras, é patente. Neste caso, como a profissão do proprietário era ligada às artes, é difícil afirmar se seus livros tinham um caráter profissional ou de lazer, pois as duas esferas parecem se misturar. Por outro lado, a pluralidade indicada também sinaliza que os livros poderiam ser objeto de uso de toda a família, mas não é possível afirmar. No entanto, um aspecto se mostra mais claramente: a importância que os livros revelam ter para o seu proprietário – afinal, eles representavam um terço do valor total dos bens.

3.3. Os comerciantes

A categoria dos comerciantes é a quarta mais representativa, pois, constitui 13,3% do total dos inventários com livros. O comércio, de modo geral, é uma atividade que não exige uma formação intelectual tão complexa quanto a dos juristas, por exemplo. No entanto, foi uma das categorias mais significativas nos processos analisados. Pelo que sabemos de outros estudos, e pelo que viemos apontando até o momento, São Paulo ainda estava caminhando, a passos lentos, até se tornar um centro intelectual com uma razoável massa de leitores. Diante disso, um elemento que poderia explicar essa forte presença dos comerciantes entre os proprietários de livros é o fato de termos incluído não apenas os livros de uso pessoal, mas também aqueles que encontramos nas casas comerciais. No entanto, dos 16 processos apresentados, em apenas 4 os livros eram mercadorias, sendo que em dois destes, encontramos livros no comércio, mas, também, em casa.

Quanto à condição econômica da categoria dos comerciantes, apresentamos a Tabela 11.

Tabela 11 – Grupos econômicos entre os comerciantes

Grupos de riqueza	Quantidade de comerciantes	% entre os comerciantes
Grupo 1 (Até 2:499\$000)	1	6,25
Grupo 2 (2:500\$000 a 10:400\$000)	3	18,75
Grupo 3 (De 10:400\$001 a 40:000\$000)	4	25,00
Grupo 4 (De 40:000\$001 a 90:000\$000)	6	37,50
Grupo 5 (De 90:000\$001 a 220:000\$000)	0	0,00
Grupo 6 (De 220:000\$001 para cima)	2	12,50
Grupo 7 (Não Consta)	0	0,00

Como é possível notar, a maioria dos inventariados se encontra no grupo 3 e 4, mostrando que, no geral, essa categoria fazia parte dos setores médios mais abastados.

Outra questão que nos chamou a atenção foi o fato de 62,5% dos comerciantes que possuíam livros serem estrangeiros. Se considerarmos apenas aqueles cujos livros estavam em casa, a porcentagem vai para 56,2%. Esses dados podem indicar que, entre os grupos socioprofissionais mais distantes do mundo das letras, o hábito de ler e possuir livros em casa ainda fosse mais comum entre as pessoas de origem europeia. Seja como for, qualquer afirmação dessa natureza só é possível com uma análise caso a caso.

Os livros encontrados no comércio foram analisados no capítulo anterior, quando tratamos do comércio de livros. De qualquer forma, vale citar o caso do inventário do português

Manoel Paiva de Oliveira, realizado em 1882.⁵⁵ Entre os bens descritos referentes à sua loja de fazendas encontramos um lote de livros velhos. Não podemos ter certeza se os livros estavam à venda e ficaram se deteriorando à espera de compradores ou se pertenciam ao proprietário da loja, que os utilizava nas suas atividades cotidianas e/ou para o seu entretenimento.

Em relação aos inventariados estrangeiros, encontramos José Eduardo Rule, um inglês que tinha uma loja no Hotel Itália⁵⁶. Encontramos entre os bens da loja dois livros do Novo Testamento, dois livros de Charles Dickens e um lote de diversos livros. Em casa, José Eduardo possuía 77 livros em francês e em inglês, estimados em 25\$000. O monte-mor foi orçado em 2:343\$220, composto pelos objetos da loja e pelos móveis da casa em que morava, mas, em função das dívidas, não houve monte-partível.

Encontramos também o processo de Maria Elisa Wehreig Bamberg,⁵⁷ que tinha uma estante para livros, e, depois, o de seu marido Luiz Bamberg, um alemão proprietário de uma relojoaria.⁵⁸ Em casa ele possuía 100 livros em alemão compostos por obras diversas avaliados em 100\$000. Não temos informações sobre o conteúdo dos livros, mas, já é um elemento importante saber o idioma em que foram escritos. Apesar de serem um casal, a indicação de livros aparece de forma diferente, assim como a descrição dos outros móveis. A relojoaria e a casa são descritas de forma semelhante, mas avaliadas por preços diferentes, alterando o valor do monte-mor: no inventário dela os bens são avaliados em 44:077\$800, e, no dele, por 70:046\$500. O valor da casa, que é a mesma nos dois processos, tem uma variação de 20 contos de réis entre as duas avaliações, o que pode refletir o processo de valorização dos imóveis com o crescimento da cidade, pois, cinco anos separam os dois processos.

Sobre alguns dos comerciantes estrangeiros não temos muitos dados, como é o caso do norte-americano Charles Dumitt Dulley, sócio da Casa Comercial Dulley & Muller, que tinha duas estantes com livros;⁵⁹ de Henrique Claussen, um alemão dono de uma loja de secos e molhados, que possuía vários livros velhos;⁶⁰ de Amélia Augusta Pereira de Abreu, esposa de

⁵⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000013, Ano: 1882, Processo nº: 782.

⁵⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006004079, Ano: 1871, Processo nº: 1474.

⁵⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003830, Ano: 1875, Processo nº: 2047.

⁵⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003689, Ano: 1880, Processo nº: 790.

⁵⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003799, Ano: 1878, Processo nº: 330.

⁶⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003870, Ano: 1883, Processo nº: 978.

Bernardino Monteiro de Abreu,⁶¹ proprietária de uma loja de roupas feitas, que possuía uma estante ordinária com alguns livros truncados; e, de Bernardo Standigel,⁶² um alemão que possuía uma caixa com livros nesse idioma. O valor do monte-mor dos quatro inventários eram de 330:149\$280, 4:744\$060, 68:830\$393 e 46:257\$920, respectivamente.

Luiz Balthazar José Gueury, um belga proprietário de uma loja de armas, tinha uma pequena porção de livros composta por obras diversas incluindo dois dicionários, sobre os quais não temos informações sobre o idioma.⁶³ Seu monte-mor foi orçado em 46:525\$172, fazendo com que ele se encaixasse no grupo 4, predominante entre os comerciantes. Amélia Montagne⁶⁴ possuía em casa um jogo de dicionários de Moraes, em língua portuguesa. Ela era uma francesa que possuía uma loja de moda e armarinho, cujos bens foram avaliados por 5:959\$270. É possível que o dicionário servisse para o aprendizado do idioma do Brasil, embora não tenhamos informações de quando ela havia aportado aqui.

Pedro Correa de Sant'Anna, proprietário de uma loja de tecidos e fazendas, possuía em sua loja sete cartilhas de A.A.P. Coruja e, em casa, 17 volumes de diversas ordens e regulamentos e uma porção de folhetos que foram avaliados a 2\$000.⁶⁵ No processo não existem informações sobre a sua nacionalidade, e nós não encontramos referências em outras fontes. A precariedade na descrição dos livros que tinha em casa não nos permite uma análise mais qualitativa, mas deixa entrever que se tratavam de obras referentes à legislação. No caso de Francisco das Chagas Carvalho, dono de uma loja de calçados, as notícias são ainda mais vagas, visto que os avaliadores indicam simplesmente que ele possuía uma estante para livros.⁶⁶

Quanto aos comerciantes brasileiros, os quatro eram naturais de cidade de São Paulo. Alberto Pinto Malheiros era dono de um armazém e possuía um livro sobre o sistema métrico.⁶⁷ Podemos supor que o livro tivesse alguma relação com a sua atividade profissional, já que ele precisava de informações sobre pesos e medidas no seu comércio. Isso se torna ainda mais

⁶¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003695, Ano: 1879, Processo nº: 759.

⁶² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003703, Ano: 1885, Processo nº: 430.

⁶³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000801, Ano: 1881, Processo nº: 803.

⁶⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003789, Ano: 1884, Processo nº: 157.

⁶⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003562, Ano: 1880, Processo nº: 2377.

⁶⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003552, Ano: 1889, Processo nº: 991.

⁶⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003338, Ano: 1875, Processo nº: 2478.

plausível se lembrarmos que durante o gabinete do Visconde de Rio Branco, de 1871 a 1875, período que coincide com o falecimento de Alberto Pinto Malheiros, o sistema métrico foi regulamentado no Brasil, adotando-se o padrão de pesos e medidas conforme o que havia sido criado, na França, depois da Revolução Francesa.⁶⁸

O tenente-coronel Lindoro José Branco, sobre o qual falamos no capítulo anterior, tinha uma loja de ferragens e fazendas,⁶⁹ na qual estavam disponíveis para a venda 54 exemplares do *Código Philipino*, 54 do *Auxiliador Jurídico* e 8 *Atlas do Império*. Embora não haja menção a livros entre os móveis de sua residência, não podemos excluir essa possibilidade. Seus bens foram avaliados em 15:631\$800, mas foram todos consumidos para pagamento de dívidas.

Os livros do major Luiz Pacheco de Toledo, que era proprietário de um armazém de ferragens e molhados, são descritos no processo entre os móveis de sua residência.⁷⁰

Quadro 13 – Biblioteca de Luiz Pacheco de Toledo

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	40	*****	Livros de Literatura (1\$000 cada um)	40,000
2	6	*****	Livros de Medicina (2\$000 cada um)	12,000
3	4	*****	Livros de Direito (1\$000 cada um)	4,000
4	1	Constancio	Diccionario	4,000
5	2	*****	Biblia Sagrada (10\$000 cada um)	20,000
Total	53			80,000

Sua biblioteca é composta majoritariamente por livros de literatura, mas também aparecem livros de direito e de medicina. No *Almanack da Província de São Paulo para 1873*,⁷¹ o inventariado aparece como eleitor suplente da Freguesia da Capital. Seus livros não demonstram uma relação direta com a sua ocupação, revelando que o lazer tinha mais espaço entre as suas preferências de leitura, mas é possível também que fossem obras utilizadas por toda a família. Luiz Pacheco de Toledo deixou um monte-mor no valor de 438:761\$774, sendo o mais rico de toda a categoria dos comerciantes.

⁶⁸ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 84-85.

⁶⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000797, Ano: 1872, Processo nº: 2198.

⁷⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000791, Ano: 1882, Processo nº: 2567.

⁷¹ LUNÉ, Antônio José Batista; FONSECA, Paulo Delfino da (Orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

O outro brasileiro, Francisco Salles Ayres, comerciante de secos e molhados, teve os livros de sua residência descritos,⁷² conforme apresentamos no Quadro 14.

Quadro 14 – Biblioteca de Francisco Salles Ayres

Inventariado: Francisco Salles Ayres				
Profissão: Proprietário de Negócio de Molhados				
Inventariante: Margarida Ayres de Carvalho				
Ano do Processo: 1872				
Número do Processo: 1028				
Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	15	*****	Manual do Cidadão	20,000
2	1	*****	Manual Eleitoral	1,000
3	1	*****	Diccionario Ecclesiastico	1,000
4	1	*****	Manual dos Negociantes	2,000
5	1	*****	Biblia Sagrada	1,000
6	1	*****	Advogado do Povo	1,000
Total	20			26\$000

Nessa descrição, há uma questão intrigante. Apesar dos livros estarem em casa, os 15 volumes do *Manual do Cidadão* podem indicar que se tratavam de exemplares para a venda, configurando-se como um estoque que o comerciante guardava em casa. No entanto, não podemos supor a mesma coisa para os demais livros, fazendo com que algumas situações sejam possíveis: ou eram destinados ao uso pessoal, ou um pequeno estoque que o comerciante guardava em casa, ou ainda, as duas coisas. De qualquer forma, eram livros não especializados que poderiam ser usados ou vendidos a qualquer pessoa. O negócio de Francisco Salles Ayres não era dos maiores entre os comerciantes que analisamos, pois, seus bens foram orçados em 7:736\$860.

3.4. Os eclesiásticos

A categoria dos eclesiásticos tem aqui uma representação menor do que a real, já que excluímos dela alguns nomes para inseri-los na categoria dos juristas, embora esse arranjo tão tenha causado uma diferença não seja tão significativa.⁷³ Sabemos que esse grupo deveria manter uma forte relação com os livros dada a sua formação e as suas funções. No entanto, no

⁷² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003351, Ano: 1872, Processo nº: 1028.

⁷³ Ver nota 60, do Capítulo 2.

Brasil, uma formação intelectual consistente não parecia ser uma regra geral entre os membros do clero, sendo esse fenômeno um dos principais alvos das críticas que recaíam sobre eles durante o período colonial e mesmo no Império.⁷⁴

Dos cinco processos que enquadrámos nesse grupo, em um deles os livros apareciam no testamento, em dois encontramos notas entre as dívidas passivas e nos outros dois temos as bibliotecas descritas. Em relação à condição econômica dos eclesiásticos, encontramos dois processos que se enquadram no grupo de riqueza 2, um processo no grupo de riqueza 4 e dois processos no grupo de riqueza 5. Nenhum deles tinha uma situação financeira precária, muito ao contrário, possuíam um grau de riqueza bem considerável.

No inventário do Padre Avelino Marcondes da Silva⁷⁵ encontramos notas com as descrições que apresentamos no Quadro 15:

Quadro 15 – Notas comerciais relativas à livros presentes no inventário de Avelino Marcondes da Silva

Nº	Vol.	Autores	Título	1º Valor
Nota 1 - Deve a Alexandrino F. do Rego Barros				
1	1	*****	Referente a um relógio e um livro	49\$000
Nota 2 - Deve a Nicolai Arede Tavares (Campos do Jordão)				
1	1	*****	Dicionario Francez-Portuguez	10\$000
2	1	Teixeira de Freitas	Consolidação das Leys Civis (última edição)	20\$000
Nota 3 - Deve a Casa Garraux				
1	1	*****	Importância de sua conta	119\$500

A primeira nota não se refere a uma casa comercial, mas a uma dívida com outro padre. A segunda nota é de uma pousada, em Campos do Jordão, onde o inventariante ficou hospedado durante uma viagem. Por fim, a nota da Casa Garraux não nos permite afirmar que o valor devido se refira à compra de livros, já que a casa vendia toda a sorte de mercadorias importadas. De qualquer forma, a impressão que temos é a de que o padre Avelino Marcondes da Silva tinha o hábito de comprar livros com frequência. É provável, inclusive, que o inventariado possuísse uma biblioteca em sua residência, mas ela não foi arrolada.

⁷⁴ COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil. O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956; p. 108-112; ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 373-377. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6)

⁷⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000762, Ano: 1884, Processo nº: 2568.

No processo de Joaquim Anselmo de Oliveira⁷⁶ encontramos um lote de livros truncados velhos e uma nota da Casa Garraux referente à compra de um livro de Chateaubriand por 5\$000. Já no inventário do Cônego Manoel Emydio Bernardes,⁷⁷ os livros aparecem legados em testamento ao Convento Santa Thereza. Os títulos são: 2 jogos de Berviários (um novo e outro pouco usado, dourado, edição portuguesa), um Ripauços, um caderno dourado de mesa de Nossa Senhora da Conceição, um Directório Fúnebre, um Manual Eclesiástico novo e um Ritual do Arcebispado da Bahia também novo. Esses títulos revelam a estreita relação entre a posse dos livros e a ocupação de seu proprietário. O Cônego Manoel Emydio Bernardes possuía a maior fortuna entre os eclesiásticos, um monte-mor no valor de 201:035\$195.

A pequena biblioteca do padre João Baptista de Oliveira,⁷⁸ arrolada em 1873, também aponta para a relação entre os livros e as atividades do seu proprietário. Todos os títulos são referentes a livros religiosos, exceto o *Noticias da Provincia de Mato Grosso*.

Quadro 16 – Biblioteca de João Baptista de Oliveira

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	1	Moraes	Diccionario portuguez (muito uzado)	10\$000
2	1	Moutinho	Noticias da Provincia de Mato Grosso	8\$000
3	1	*****	Biblia do Antigo e Novo Testamento	20\$000
4	14	*****	Historia Sebastica	
5		*****	Thezouro dos Sagrados Ritos	
6		*****	Philosophia	
7		*****	Theologia Moral	
Total	17			38\$000

Já na biblioteca do Reverendo Cônego José da Terra Pinheiro,⁷⁹ os títulos não apreciam descritos, mas pode-se observar uma variedade maior de temas.

Quadro 17 – Biblioteca de José Pinheiro da Terra

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	15	*****	Diccionarios de diversas linguas	150,000

⁷⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003548, Ano: 1872, Processo nº: 366.

⁷⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000746, Ano: 1887, Processo nº: 926.

⁷⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000781, Ano: 1873, Processo nº: 906.

⁷⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003501, Ano: 1882, Processo nº: 253.

2	3	*****	Diversos livros de Medecina	50,000
3	3	Langarde	Diccionarios	
4	96*	*****	Uma porção de livros de literatura	100,000
5	193*	*****	Grande porção de livros ecclesiasticos	200,000
Total	310			500\$000

*Valores estimados dividindo-se o valor da avaliação pelo preço médio dos volumes encontrados no conjunto dos inventários

Tratava-se de uma biblioteca de maior porte em relação a dos outros eclesiásticos e, também, em comparação ao conjunto dos inventários com livros. A diversidade temática chama a atenção, pois, apesar da maioria das obras serem de caráter religioso, parecem dicionários, livros de medicina e literatura, demonstrando que, além da função profissional da biblioteca, ela poderia servir como fonte de entretenimento e conhecimentos diversos.

3.5. Cargos públicos

A categoria que chamamos de “cargos públicos” é bastante heterogênea, visto que as funções exercidas por seus membros e seus níveis de riqueza eram muito diversos. Porém, optamos por mantê-los juntos, pois, além de se tratarem de ofícios ligados ao poder público, as atividades exercidas, embora nem sempre exigissem uma formação específica, se realizavam em um ambiente no qual grande parte das pessoas tinha algum grau de instrução.

Os processos de Antônio José Ferreira,⁸⁰ contínuo da Thesouraria da Fazenda Provincial, e de Antonio Alves Pereira,⁸¹ escriturário e Chefe de Seção do Tesouro Provincial aposentado, não trazem muitas informações sobre o conteúdo dos livros. No primeiro aparecem 12 livros velhos, avaliados por 2\$000, e, no segundo, um jogo de dicionários português de Moraes e 76 volumes de folhetos e livros em sua maior parte velhos, estimados em 21\$200. Desses dois processos, o que mais chama a atenção é o primeiro, já que a profissão de contínuo não exigia estudos aprofundados e se tratava de um homem de poucas posses. O monte-mor de seu inventário foi calculado em 303\$300, que é um dos valores mais baixos que encontramos.

Matheus Marques Cantinho,⁸² que era amanuense da Secretaria do Tesouro Provincial, possuía uma Coleção de Leis Provinciais truncadas. Talvez fosse interessante para o inventariado ter conhecimento das leis provinciais, mas, pelo que sabemos, isso não era uma

⁸⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000266, Ano: 1874, Processo nº: 191.

⁸¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000310, Ano: 1875, Processo nº: 2416.

⁸² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000263, Ano: 1883, Processo nº: 2433.

exigência da sua profissão. Seu monte-mor era o mais baixo da categoria e um dos mais baixos do conjunto de processos que estamos analisando: 242\$740.

O inventário do comendador Domingos de Mello Rodrigues Loureiro⁸³ se diferenciava dos demais tanto em termos da sua fortuna e do título de honra, como também pelo fato de que as funções exercidas por ele eram referentes a cargos mais altos. Ele era o 1º escriturário da Tesouraria da Fazenda Geral, em 1858,⁸⁴ e, em 1870, tornou-se o inspetor da Tesouraria da Fazenda da Província de São Paulo, exercendo essa função até o ano de 1873.⁸⁵ Ele possuía diversos volumes de livros que foram descritos sem nenhum detalhamento, sendo avaliados em 20\$000, e deixou um monte-mor no valor de 25:903\$135.

João de Souza Carvalho Junior, major agregado do 2º batalhão da Guarda Nacional, e procurador da Câmara Municipal de São Paulo, possuía em sua residência um lote de livros avaliado em 10\$000.⁸⁶ Seu monte-mor era o mais alto da categoria, totalizando 78:676\$571.

No processo referente aos bens do tenente João Baptista do Sacramento, que também era ajudante do Coletor Geral da Coletoria da Câmara Municipal, aparecem apenas 4 livros, sendo “dois dictionarios de Fonseca e Roquette” e “dois volumes sobre materias médicas de Mello Moraes”.⁸⁷ Não conseguimos informações mais precisas sobre o inventariado, mas de qualquer forma, o conteúdo dos livros pode indicar o uso doméstico dos mesmos.

No processo aberto para inventariar os bens de Angelo Carlos de Abreu, em 1889, encontramos a biblioteca descrita.⁸⁸ Além de capitão honorário do exército, o inventariado era tabelião e sua biblioteca revela claramente a relação entre os livros e sua ocupação profissional. As obras descritas eram basicamente de jurisprudência e aquelas ligadas às práticas do tabelionato, além das que forneciam informações de uso cotidiano, como os almanaques. Ao final, os avaliadores registram 22 livros diversos, mas não podemos saber se eram livros de literatura, história ou qualquer outro tema. No entanto, é preciso mencionar que a biblioteca se

⁸³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003914, Ano: 1890, Processo nº: 2743.

⁸⁴ MARQUES, J. R. de A. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1857*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 1983, p. 58.

⁸⁵ MINISTÉRIO DA FAZENDA. Página da Receita Federal do Brasil sobre as Tesourarias Provinciais da Fazenda no século XIX. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo/letrat/tesourarias.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

⁸⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000174, Ano: 1880, Processo nº: 2489.

⁸⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003690, Ano: 1880, Processo nº: 774.

⁸⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003209, Ano: 1889, Processo nº: 2670.

encontrava no cartório e não em sua residência, o que pode indicar que as obras avaliadas em lote não eram destinadas ao lazer. Infelizmente, não temos informações sobre o monte-mor e o monte-partível desse inventariado.

Quadro 18 – Biblioteca de Angelo Carlos de Abreu

Relação dos livros existentes no Cartório à Travessa da Sé nº 2 e pertencentes ao finado Cap. Angelo Carlos de Abreu				
Nº	Vol.	Autores	Título	Preço
1	1	*****	Almanack da Guerra (1874)	*****
2	1	*****	Almanack da Provincia de São Paulo (1873)	*****
3	1	*****	Almanack da Provincia de São Paulo (1886)	*****
4	1	*****	Almanack da Provincia de São Paulo (1887)	*****
5	1	*****	Almanack da Provincia de São Paulo (1888)	*****
6	1	Jourdan, Emilio Carlos (Tentente)	Atlas Historico da Guerra do Paraguay	2,000
7	1	*****	Anaes da Assembleia Legislativa	*****
8	1	*****	Auxiliar Juridico	20,000
9	2	Câmara Leal, Luiz Francisco da	Apontamentos sobre suspeições e recusações , no judiciário e no administrativo, e sobre o impedimento por suspeição no serviço simultaneo dos funcionários parentes ou semelhantes	*****
10	1	*****	Acções Hipotecarias	*****
11	1	*****	Collecção chronologica dos Assentos das Casas da Suplicação e do Cível	*****
12	1	Freire da Silva, Augusto	Acautelador dos bens de defuntos etc., ausentes, vagos e do evento	*****
13	1	Nabuco de Araujo, José Tito	O Novo Accesor Forense: juizo criminal	*****
14	1	Nabuco de Araujo, José Tito	O Novo Accesor Forense: juizo criminal (moderno)	2,000
15	1	*****	Bible Sagrada	*****
16	2	Salustiano Orlando de Araújo Costa	Código commercial do Império do Brazil : annotado com toda a legislação do paíz que lhe é referente...	5,000
17	1	Josim	Codigo Commercial	*****
18	1	*****	Codigo Civil Portuguez	*****
19	1	*****	Codigo Philippino	20,000
20	1	*****	Codigo do Processo	*****
21	1	*****	Codigo Criminal	*****
22	1	*****	Custas Forenses	1,000
23	1	*****	Consolidação do Processo Criminal	*****
24	2	*****	Consolidação das Leis Civeis	*****
25	1	Joaquim Augusto Ferreira Alves	Consolidação das leis relativas ao juízo de prove-doria : testamentos, sucessões e associações re-ligiosas	*****
26	1	Joaquim Pedro Villaça	Considerações sobre a necessidade de uma casa cellular para cárcere de prisão preventiva e de execução de sentença na capital de S. Paulo	*****

27	3	Antonio José Rodrigues de Oliveira	Conselheiro Fiel do Povo	2,000
28	1	Cordeiro, Carlos Antônio	Consultor Civil acerca de todas as acções segui- das no foro civil	1,000
29	6	*****	Collecções das Leis do Brazil	*****
30	10	*****	Collecções das Leis do Brazil (em folheto)	*****
31	4	*****	Collecções da Legislação de Portugal	*****
32	1	*****	Classificação da Legislação	*****
33	44	*****	Livros de Direito (encadernados)	222,000
34	12	*****	Livros de Direito (em folheto)	
35	1	*****	Livro de Direito (Index)	
36	3	Faria	Diccionario da Lingua Portugueza	*****
37	2	Aulete, Francisco Julio de Caldas	Jogo de Diccionario Portuguez (Diccionario con- temporaneo da lingua portugueza)	*****
38	2	Maurice La Châtre	Diccionario Universal (Le Dictionnaire universel, panthéon littéraire et encyclopédie illustrée)	10,000
39	10	*****	Decisões do Governo	*****
40	3	*****	Livros de Direito Emphyteutico	*****
41	1	*****	Livros do Direito Hypothecario	*****
42	2	*****	Livros do Direito Publico Brasileiro	*****
43	1	*****	Livros do Direito Criminal	*****
44	7	*****	Livros do Direito Civil de Portugal	*****
45	1	*****	Livro de Escripturação	2,000
46	1	Antonio José Rodrigues de Oliveira	Formulario do Processo de Quebras dos commer- ciantes matriculados ou não matriculados	1,000
47	1	*****	Formulario de Quebras	*****
48	1	*****	Formulario dos Juizes Parochiaes	*****
49	1	Pires Ferrão, Manuel Hi- lario	Guia practico do Formulario do Tabellião de no- tas no Brazil	8,000
50	30	*****	Folhetos Diversos	30,000
51	29	*****	Folhetos de Appellações do Supremo Tribunal	*****
52	6	*****	Folhetos de Execuções, Manifestos etc	*****
53	28	*****	Relatorios e Estatutos diversos	*****
54	2	*****	Fasciculos de Dissertações	*****
55	1	Jourdan, Emilio Carlos (Tentente)	Tratado da Guerra do Paraguai	1,000
56	2	Schneider, Luiz	Tratado da Triplice Aliança (traduzido do allemão) (A guerra da triplice alliança (Imperio do Bra- zil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay (1864-1870) com cartas e planos)	5,000
57	2	*****	Tratado de Guia do Tabellião	2,000
58	1	*****	Tratado de Guia Pratica	
59	1	Joaquim Silverio de Aze- vedo Pimentel	Tratado da Guerra do Paraguay, (Guerra do Para- guay, Episódios militares)	0,500
60	6	*****	Gazetas Juridicas	
61	1	*****	Imposto de Transmissão	2,000
62	3	Antonio Jose Amaral	Indicador da Legislação Militar em vigor no exér- cito do Império do Brazil	3,000

63	1	Tavares Bastos, Cassiano Cândido	Indice dos empregos e officiaes de justiça (Empregos e officios de justiça, ou, Regulamento a que se refere o decreto n. 9420 de 28 de abril de 1885 : contendo os regimentos dos tabelliães, escrivães, contadores, partidores, distribuidores, e officiaes de justiça com a integra de toda a legislação referente aos mesmos assumptos, tudo organizado e annotado)	*****
64	1	João Mendes de Almeida	Livro de Familia (Notas Genealogicas) (Algumas notas genealogicas, livro de familia)	1,500
65	1	Pereira de Vasconcellos, José Marcellino	Livro das Terras ou, Collecção da lei, regulamentos e ordens expedidas a respeito desta materia até o presente...	*****
66	13	*****	Leis do Brazil	*****
67	4	*****	Leis do Brazil e Decisões do Governo	*****
68	4	*****	Leis Provinciaes	*****
69	1	*****	Legislação Penal	*****
70	22	*****	Livros Diversos	*****
71	2	*****	Livros de Sello (manual)	*****
72	1	*****	Medição das Terras	*****
73	2	*****	Leis Extravagantes de Portugal	*****
74	1	*****	Manual Pratico	*****
75	1	*****	Manual dos Tabelliães	*****
76	1	*****	Manual de Appelações	*****
77	1	*****	Manual de Hypothecas	3,000
78	1	*****	Manual Ecclesiastico	*****
79	3	*****	Ordenações do Reino de Portugal	*****
80	1	Aquino e Castro, Olegario Herculano de	Practica das Correições, ou commentarios ao regulamento de 2 de Outubro de 1851...	*****
81	1	Manoel Jesuino Ferreira	Promptuario Eleitoral, compilação alphabetica de chronologica das leis, decretos e avisos sobre materia de eleições...	*****
82	1	*****	Promptuario do Sello	*****
83	1	*****	Processo Crime	*****
84	1	Mafra, Manoel da Silva	Promptuario das Leis de Manumissões ou, indice alphabetico das disposições da lei n.2040 de 28 de setembro de 1871	*****
85	2	*****	Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal	*****
86	1	Alberto Carlos de Menezes	Pratica dos inventarios, partilhas e contas, primeira parte dos Juizes divisorios	*****
87	2	*****	Processos Civeis Brasileiros	*****
88	2	*****	Processo Orphanologico	*****
89	6	*****	Ordens do Dia (Commando em Chefe) (Exército em operações na Republica do Paraguay: Sob o commando em Chefe)	
90	3	*****	Ordens do Dia (2º Corpo) (Exército em operações na República do Paraguay : primeiro corpo : ordens do dia)	5,000
91	2	*****	Ordens do Dia (2º Corpo) (Exército em operações na República do Paraguay : segundo corpo : ordens do dia)	
92	1	*****	Penhor	*****

93	1	Tavares Bastos, Cassiano Candido	Processo das execuções civeis, commerciaes e hypothecarias	*****
94	1	*****	Pratico Judicial	*****
95	3	Lobão, Manuel de Almeida e Souza	Segundas Linhas sobre o Processo Civil	*****
96	1	Coelho e Sousa, José Roberto Monteiro de Campos	Systema ou collecções dos Regimentos Reaes; contém os regimentos pertencentes à administração da Fazenda Real	*****
97	4	*****	Repertorios Geraes das Leis do Brazil	*****
98	1	*****	Repertorios das Leis Promulgadas	*****
99	1	*****	Regulamento do Governo Provincial	*****
100	1	*****	Regulamento do Sello	*****
101	1	*****	Regulamento Policial e Judicial	*****
102	1	*****	Tratado (Direito Romano)	*****
103	1	Lobão, Manuel de Almeida e Souza	Tractado Historico sobre casas (Tractado historico, encyclopedico, critico, practico, sobre todos os direitos relativos a cazas, quanto ás materias civis, e criminaes)	*****
104	1	*****	Tratado das Obrigações Pessoaes	2,000
105	1	*****	Tratado Encyclopedico	*****
106	3	*****	Tratado do Testamento	*****
107	1	*****	Relatorio do Ministerio da Justiça	*****
108	1	*****	Relatorio da Presidencia da Provincia (1885)	*****
109	1	*****	Relatorio Geral das Leis do Imperio	*****
110	1	*****	Relatorio da Presidencia da Provincia (1887)	*****
111	1	*****	Tratado - Nova Guarda da Tribuna	*****
112	2	Maurice La Châtre	Diccionario Universal (Le Dictionnaire universel, panthéon littéraire et encyclopédie illustrée)	15,000
113	2	Aulete, Francisco Julio de Caldas	Jogo de Diccionario Portuguez (Diccionario contemporaneo da lingua portugueza)	*****
114	1	Teixeira de Freitas, Augusto	Formulario dos contratos e testamentos e outros actos do Tabellionato	*****
115	1	Gouvea Pinto, Antonio Joaquin de	Tractado regular e practico de testamentos e successões, ou, compendio methodico das principais regras e princípios que se podem deduzir das Leis testamentárias	2,000
116	1	Cordeiro, Carlos Antônio	Consultor Civil acerca de todas as acções seguidas no foro civil	*****
117	1	Miranda, Luiz Francisco de	Consultor de Custas Forenses (Custas forenses, ou, Compilação das leis, decisões dos tribunaes, regulamentos, avisos, assentos, doutrinas dos praxistas sobre custas, sentenças, recursos, execuções sobre ellas, accções dos empregados e outras disposições relativas e regimento de custas)	*****
118	1	Pires Ferrão, Manuel Hilario	Guia practico do Formulario do Tabellião de notas no Brazil	*****
119	1	Castro	Imposto de Transmissão	*****
120	1	Antonio José Rodrigues de Oliveira	Conselheiro Fiel do Povo	*****
121	1	José Alexandre Passos	Diccionario Gramatical portuguez	*****
122	5	*****	Folhetos (3 do Regulamento Eleitoral, 1 do sello e 1 de custas)	3,000
Total	387			371,000

Um fenômeno interessante em relação a esse processo é que a viúva do falecido entregou uma primeira listagem dos bens pertencentes ao tabelião, na qual constavam os 387 volumes descritos acima. Contudo, no momento da avaliação, mais da metade dos livros desapareceu, sendo avaliados apenas os 129 volumes cujos preços aparecem no quadro. O mesmo juiz que aceitou a primeira lista ratificou a avaliação final, e parece um pouco improvável que ele não tenha dado falta dos quase 200 volumes que faltaram.

3.6. Patentes militares

Essa categoria é formada por apenas dois membros que tinham patentes relativas às forças armadas do período. Vários outros inventários de pessoas em condições equivalentes não foram incluídos aqui, e sim dispersos pelas outras categorias, visto que suas rendas e atividades estavam ligadas a outros setores. Os dois que mantivemos nesse grupo tinham em comum não só o título, mas também o fato de não termos encontrados indícios de ocupações paralelas. É importante ressaltar que ambos eram militares oficiais, ou seja, pertencentes aos escalões superiores – mesmo fenômeno que se verificou em relação aos que estão distribuídos entre os outros grupos.

No inventário de José Francisco de Azevedo, que tinha o título de capitão, aparece uma “porção de livros” avaliada em 20\$000.⁸⁹ Seus bens eram compostos por móveis, peças em ouro e prata, joias e escravos, mas não apresentava nenhum imóvel. Entre as dívidas passivas, além de alguns empréstimos, constam as despesas de aluguel da residência em que morava. Seu monte-mor totalizava a quantia de 3:070\$320, que o inseria no grupo 2 de riqueza, mas, descontando-se as dívidas, caía para 2:436\$216 (grupo 1).

João Macedo Pimentel, tenente-coronel honorário do exército, possuía um lote com diversas obras avaliadas por 10\$000.⁹⁰ Seus bens, estimados em 2:918\$590, eram compostos por móveis, dinheiro e algumas dívidas ativas, igualmente sem constar nenhum imóvel. No entanto, suas dívidas passivas acabaram por diminuir esse legado, que baixou para 359\$156 após o pagamento delas.

Embora esses dois processos não configurem uma quantidade representativa para que possamos chegar a algumas conclusões, é válido indicar que eles se diferenciavam dos demais

⁸⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003549, Ano: 1870, Processo nº: 305.

⁹⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003942, Ano: 1888, Processo nº: 2684.

em termos financeiros, talvez, porque seus proprietários não tivessem outras ocupações profissionais.

3.7. Processos sem profissão indicada

Por fim, vamos analisar os livros pertencentes aos inventariados sobre os quais não sabemos a profissão. A maioria deles também não apresenta informações muito precisas sobre os livros, conforme é possível observar no Quadro 19:

Quadro 19 – Inventários sem profissão indicada

ANO	INVENTARIADOS	LIVROS	VALOR DOS LIVROS	MONTE-MÓR
1872	VICTORIANO DE SOUSA NEVES	CINCO LIVROS DE DIFERENTES QUALIDADES	20\$000	616\$000
1882	GLORIA PACHECO SOARES	UMA ESTANTE COM LIVROS	20\$000	1:864\$000
1886	PEDRO ALTAN	UM AMARRADO DE LIVROS SENDO UMA BIBLIA	NÃO CONSTA	849\$560
1886	ANGELICA DE ARAUJO SAMPAIO	UM LOTE DE DIVERSOS LIVROS	50\$000	8:499\$000
1876	QUITERIA ANTONIA DA ANNUNCIAÇÃO SILVA	UMA PEQUENA ESTANTE COM VÁRIOS LIVROS DE ROMANCES ANTIGOS (POUCOS)	2\$000	14:303\$517
1888	JOSE RIBEIRO GUIMARAES	20 VOLUMES DE HISTÓRIA UNIVERSAL	15\$000	28:978\$500
1870	JOSE ANTONIO DA GUERRA	UM ROMANCE EM 4 VOLUMES (5\$000) E 3 VOLUMES DO PANORAMA (20\$000)	25\$000	13:565\$863
1887	MARIA MARCOLINA PRADO MONTEIRO	UMA ESTANTE COM DIVERSOS LIVROS TRUNCADOS	50\$000	65:808\$760
1883	MARIA DA GLORIA DE MOURA JORDAO	DIVERSOS LIVROS DE MUSICA	10\$000	48:963\$240
1879	MARIA FIRMINA CORDEIRO	UMA ESTANTE PARA LIVROS	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA
1873	VICENTE FERREIRA BASTOS	DESCRITO EM TESTAMENTO: DUAS CANASTRINHAS COM VÁRIOS LIVROS	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA

Com a escassez das informações a respeito desses inventários não é possível fazer uma análise mais aprofundada. No entanto, é perceptível que, entre aqueles que mencionam o gênero das obras, aparecem livros de caráter mais geral que poderiam ser possuídos por qualquer grupo profissional. Vale a pena, de toda forma, chamar a atenção para alguns pontos. No processo de Pedro Altan, o avaliador fez questão de mencionar que entre o “amarrado de livros” havia uma bíblia. Não sabemos o porquê dessa menção, mas ela poderia se dever ao valor simbólico ou

financeiro da bíblia em relação às outras obras. Já o processo de Quiteria Antonia da Annuniação Silva mostra que os livros inventariados cumpriam a função de lazer, pois eram “romances antigos”, mas indica também que essas obras tinham algum valor para sua proprietária, já que ficavam alocados em um móvel exclusivo para elas.

Os livros de Maria da Glória de Moura Jordão dão a impressão de serem partituras, o que significaria uma “leitura” específica cuja a inserção no universo dos livros depende do critério adotado. É válido mencionar que em diversos processos consultados encontramos a presença de pianos e seus acessórios, sugerindo que houvesse partituras, talvez impressas, mas não os incluímos na nossa amostragem.

Por fim, é importante mencionar o inventário de Vicente Ferreira Bastos, pois o fato dos livros aparecerem no testamento denota que tinham alguma importância para o seu proprietário, afinal, entre tantos outros bens, suas canastrinhas com seus livros foram escolhidos para serem destinados a alguém.

3.8. Os livros nas despesas dos órfãos

Encontramos sete processos nos quais os livros aparecem entre as despesas dos órfãos. Quando alguém falecia deixando filhos menores, era nomeado um tutor, que podia ser a mãe ou o pai, viúvos, ou alguma outra pessoa que ficasse responsável pelo cuidado da criança e pela administração dos bens herdados. Nas despesas com os órfãos, que obrigatoriamente deveriam ser relacionadas todo ano, aparecem gastos com roupas, alimentação, médicos, estudos, etc. Essa seção do processo de inventário é muito interessante, pois permite que tenhamos contato com a educação infantil e juvenil do período, que estão inseridas de alguma forma no universo do livro e da leitura fornecendo pistas para novas questões.

A primeira observação que pode ser feita é que todos os inventariados cujos processos continham livros nas despesas dos menores deixaram bens que se enquadram nos grupos de riqueza 3, 4 e 5, ou seja, todos eles viviam em uma situação econômica confortável.

Em dois dos processos, os livros aparecem de forma genérica. É o caso do processo de Maria Miquelina Ribeiro Pereira Pinto,⁹¹ no qual aparecem livros diversos, e o processo de João Antônio Fagundes Mariano,⁹² onde aparecem despesas com livros, lousas e outras despesas.

⁹¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003672, Ano: 1874, Processo nº: 963.

⁹² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003517, Ano: 1882, Processo nº: 824.

No processo de Joaquim Martins de Vasconcellos Silva⁹³ encontramos uma nota da Casa Garraux descrita da seguinte forma:

Quadro 20 – Despesas com os órfãos no processo de Joaquim Martins de Vasconcellos Silva

Autores	Título	Valor
*****	Historia Biblica	2,000
*****	Hantem Meth. para piano (Órfão Antonio)	7,000
Souza Pinto	Para a órfã Virgília	7,200

No processo de José Antônio de Araújo Ribeiro encontramos uma nota do colégio Azevedo Soares, com as despesas do órfão Amador de Araújo Ribeiro⁹⁴ com os títulos abaixo:

Quadro 21 – Despesas com os órfãos no processo de José Antônio de Araújo Ribeiro

Vol.	Autores	Título	Valor
1	*****	Compendio de Geometria	5\$500
1	*****	Diccionarios inglezes	8\$000
1	*****	Historia do Brasil	2\$500
1	*****	Grammatica Ingleza	5\$500
4			21\$500

No processo de Joaquim Machado Ferreira Bastos⁹⁵ consta uma nota da Casa Garraux com os seguintes títulos:

Quadro 22 – Despesas com os órfãos no processo de Joaquim Machado Ferreira Bastos

Vol.	Autores	Título	Valor
1	Hunten	Methodo de piano	6\$300
1	*****	Pequeno Atlas	2\$260
1	Sevem	Gr.	2\$500
1	Menezes Georys	*****	1\$800
1	Freire Rudim	*****	1\$420
			14\$280

⁹³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003986, Ano: 1875, Processo nº: 1431.

⁹⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000264, Ano: 1878, Processo nº: 729.

⁹⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000746, Ano: 1885, Processo nº: 884.

O processo no qual aparecem mais informações é o de José Gomes Leal,⁹⁶ onde podemos ver diversas notas de colégio e três notas da Casa Garraux:

Quadro 23 – Despesas com os órfãos no processo de José Gomes Leal

Nota 1 do Collegio Ypiranga ao órfão João Américo Leal				
Nº	Vol.	Autores		Valor
1	1	*****	Pontos de Historia Media	1\$200
2	1	*****	Historia Universal	4\$000
3	1	*****	Autores Clássicos	2\$500
4	1	*****	Diccionario Prosodico	4\$500
5	1	Freire	Gramatica	2\$500
Nota 2 do Collegio Ypiranga ao órfão João Américo Leal				
Nº	Vol.	Autores		Valor
1	1	Freire	Gramatica	2\$500
2	1	*****	Methodo de <u>Abu</u>	2\$000
3	1	*****	Diccionario Francez	8\$000
4	1	*****	Diccionario Inglez	8\$500
5	1	*****	Grande Atlas	9\$000
6	1	*****	Theatro e XXXX	2\$200
7	1	*****	Selectas Passages	3\$500
8	1	*****	_____namentos e Memoria	2\$500
9	1	*****	Trechos Cl. Ingl.	3\$000
10	1	*****	Autores Clássicos	2\$500
Nota da Casa Garraux nº 1 ao órfão João Américo Leal				
Nº	Vol.	Autores		Valor
1	1	*****	Pontos de Historia Antiga	4\$000
2		*****	Pontos de Historia Media	
3		*****	Pontos de Historia Moderna	
4		*****	Pontos de Historia do Brasil	
5		Burgain	Guia de conversação	3\$000
				7\$000
Nota 3 do Collegio Ypiranga ao órfão João Américo Leal				
Nº	Vol.	Autores		Valor
1	1	<u>Noel</u> e Chapsal	Gramatica	2\$000
2		*****	Historia, Pontos da	1\$000
3		Carneiro	Arithimethica	3\$000
Nota 4 do Collegio Ypiranga ao órfão João Américo Leal				

⁹⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000321, Ano: 1877, Processo nº: 2303.

Nº	Vol.	Autores		Título	Valor
1	1	Ottani	Geometria		8\$000
2	1	*****	Gramatica latina		
3	1	*****	Gramatica allemã		6\$500
4	1	Epitame	Epitame		

Nota da Casa Garraux nº 2 ao órfão João Américo Leal

Nº	Vol.	Autores		Título	Valor
1	1	Otoni	Arithimetica		3\$000
					3\$000

Nota da Casa Garraux nº 3 ao órfão João Américo Leal

Nº	Vol.	Autores		Título	Valor
1	1	F. G. Meth	Musica Vocal		2\$500
					2\$500

Nota 5 do Collegio Ypiranga ao órfão João Américo Leal

Nº	Vol.	Autores		Título	Valor
1	1	Saigey	Problemas de Arithimethica		5\$000
2	1	*****	Diccionario Allemão		
3	1	*****	Selectas Passages		4\$000
4	1	*****	Geometria		3\$000
5	1	Serpa	Historia Universal		5\$000

Nota 6 do Collegio Ypiranga ao órfão João Américo Leal

Nº	Vol.	Autores		Título	Valor
1	1	Cicero	Collectanea		5\$500
2	1	Milton	*****		3\$000
3	1	*****	Grammatica Ingleza		6\$200

Nota 7 do Collegio Ypiranga ao órfão João Américo Leal

Nº	Vol.	Autores		Título	Valor
1	1	Trajano	Arithimethica		4\$500

Nota 1 do Collegio Morton ao órfão João Américo Leal

1	1	*****	Rhetorica		3\$000
---	---	-------	-----------	--	--------

Nota da Casa Garraux nº 1 à órfã Maria Angelina Leal

Nº	Vol.	Autores		Título	Valor
1	1	Coruja	Gramatica		1\$000
2	1	*****	Pequeno Atlas		3\$000
3	1	Bourgain	Geographia		2\$500
4	1	Jardim	Arithimethica		\$300

Nota da Casa Garraux nº 2 à órfã Maria Angelina Leal

Nº	Vol.	Autores		Título	Valor
----	------	---------	--	--------	-------

1	1	Souza Pinto	Diccionario	5\$000
2	1	Sevene	Grammatica	3\$000
3	1	*****	Historia Biblica	2\$000

Nota 1 do Collegio Rangel Pestana à órfã Maria Angelina Leal

Nº	Vol.	Autores	Título	Valor
	1	*****	Livro de leituras	2\$000
	1	*****	Livro de geographia	2\$000
	1	Abilio César	Grammatica	3\$000

Nota sem informação do credor à órfã Maria Angelina Leal

Nº	Vol.	Autores	Título	Valor
	1	*****	Arithimetica	1\$500
	1	*****	Historia Biblica	2\$000
	3	*****	N. de muzica	1\$500

Nota da Casa Garraux nº 3 à órfã Maria Angelina Leal

Nº	Vol.	Autores	Título	Valor
1	1	_____	Verbos irregulares	2\$000
2	1	*****	Historia Biblica	2\$000
3	1	Menezes	Geographia	2\$000
4	1	_____	Narrativas	4\$000
				10\$000

Nota da Casa Garraux nº 3 à órfã Maria Angelina Leal

Nº	Vol.	Autores	Título	Valor
3	1	Menezes	Geographia	2\$000
				2\$000

Nota de H. L. Levy à órfã Maria Angelina Leal

Nº	Vol.	Autores	Título	Valor
1	1		Smith Trovador	*****
2	1		Lanceiros	*****
3	2		Boccacios	*****
4			Smith ap. 115	*****
5			Carli Paul et Virginie	*****
6			Stela Confidente	*****
7			Opera Juanita	*****
8			Smith "Marta"	*****
9			Hanon Estudos	*****
10			Smith "Favorita"	*****
11			Huguenotes	*****
				34\$000

Os livros encontrados são para uso escolar, mas, infelizmente, não podemos extrair conclusões mais aprofundadas sobre o conteúdo deles, já que, na maioria dos casos, é difícil identificar os títulos e autores. No geral, podemos perceber que há alguma diferença entre a

educação das meninas e dos meninos, o que não nos surpreende. Mas, mesmo essas afirmações são dificultadas pelo fato de que essas listas não contemplam toda a formação escolar, apenas alguns anos. No entanto, é válido mencionar que os inventários *post-mortem* podem oferecer recursos para diferentes tipos de pesquisa e permitir acesso a certas informações que outros documentos não permitiriam.

De nosso interesse imediato é o fato de que a maioria desses títulos foram comprados nas próprias escolas, mostrando que o comércio de livros não se restringia apenas às lojas especializadas.

A mesma impressão que se apresenta em relação ao comércio de livros em São Paulo, no segundo quartel do século XIX (Capítulo 1), se faz presente quando tentamos dar um sentido geral para os livros encontrados nas residências paulistanas. Ao mesmo tempo em que notamos uma presença acanhada, vemos que ela é constante e, por vezes, se mostra em espaços inesperados. O processo de Antonio José Ferreira, contínuo da Thesouraria da Fazenda Provincial, é um ótimo exemplo para vermos que, algumas vezes, os livros aparecem contrariando as expectativas mais óbvias. No entanto, é preciso tomar uma certa distância para não superestimar as informações apresentadas: se parece haver um movimento ascendente e insistente em relação à posse de livros, esse fenômeno é ainda tímido e se restringe, majoritariamente, às esferas nas quais o livro se faz necessário, isto é, entre alguns profissionais específicos.

Vimos, por exemplo, no capítulo sobre o comércio, que as folhinhas – um tipo mais simples e utilitário de impressos – parecia revelar uma penetração mais ampla nas residências do que os próprios livros, mostrando, simultaneamente, que as leituras não se restringiam a estes, e que poderia haver uma certa hierarquia entre os leitores, em relação ao tipo de impressos que consumiam.

Quanto à composição das coleções encontradas, podemos pensar que não só as bibliotecas se concentravam entre aqueles profissionais que tinham necessidade delas, como, também, que seu conteúdo predominantemente técnico revelava pouca elasticidade, atingindo uma esfera limitada de suas vidas. Entretanto, não podemos ignorar os livros de belas letras – que em muitos casos apareceram sozinhos –, assim como os livros de história e os guias e manuais diversas áreas, inclusive de jurisprudência. Nesse sentido, a coleção de José Antônio Thomaz Romeiro, inspetor de cena do Teatro São Pedro de Alcântara, era muito representativa, mas, nesse caso, sua própria profissão tinha essa natureza mais erudita. De todo modo, não

podemos esquecer que o valor desses livros se fez notar pelo fato de representarem 30% de todos os bens encontrados.

Conforme mencionamos, é individualmente que a posse privada de livros toma um sentido mais consistente, pois, no século XIX – e talvez em todas as épocas –, essa esfera da vida depende de muitos fatores dentre os quais as escolhas pessoais têm um enorme peso. Porém, essas escolhas se dão dentro de limites impostos por fenômenos diversos, como o grau de alfabetização, a oferta de impressos, os hábitos culturais individuais ou familiares, as condições econômicas etc. Assim, é nessa dinâmica complexa entre o particular e o geral, a regra e a exceção, o comum e o atípico, que devemos pensar na posse privada de livros do Oitocentos paulistano.

As bibliotecas dos juristas que veremos no capítulo seguinte corroboram essa ideia, pois elas se diferenciam em vários sentidos dessa que vimos de apresentar, levando-nos a crer que, entre eles, os livros cumpriam variadas funções. Contudo, mesmo em meio a essa regra mais geral, as individualidades se faziam muito presentes.

Capítulo 4 – A sala de leitura: as bibliotecas dos juristas

Já pudemos perceber o papel fundamental que a Academia de Direito de São Paulo exerceu na conformação do universo do livro na cidade. Vimos como ela impulsionou o comércio livreiro e, até mesmo, como estimulou algumas mudanças de hábitos. Também pudemos notar a presença esmagadora das obras jurídicas entre os livros encontrados nas residências paulistanas, e, a majoritária participação dos juristas entre os proprietários desse tipo de impresso. De fato, a Faculdade se tornou um polo de atração para a elite brasileira e, a partir do crescimento da cidade e da ampliação das oportunidades, passou também a fixar aqui parte dos alunos que vinham de fora.

Ademais, para além desses fenômenos, mais um aspecto salta aos olhos em relação aos inventários *post-mortem*: o tamanho, a qualidade e o cuidado na descrição dessas bibliotecas, levando-nos a considerar que havia uma relação diferente dos proprietários e de seus familiares com os livros, não só pela perspectiva do valor econômico, como também pela estima intelectual dessas coleções. Na realidade, a grande maioria das bibliotecas não foi descrita com detalhes, mas, as que foram mostram uma nítida diferença em relação ao caráter um tanto fragmentário e vago que percebemos entre aquelas que apresentamos no capítulo anterior.

4.1. Aspectos gerais da categoria juristas

Antes de mais nada, se faz necessário explicar a qual grupo estamos nos referindo quando usamos a expressão “juristas”. Consideramos, sobretudo, os alunos e professores da Academia de Direito de São Paulo, deixando de lado outros grupos que compunham essa categoria mais ampla, como os rábulas, por exemplo, que cumpriram importante função no mundo jurídico brasileiro no século XIX. A título de exemplo, não podemos deixar de fazer uma menção ao papel fundamental exercido por Luís Gama que, sem possuir formação acadêmica, conseguiu nos tribunais a libertação de diversos escravos. Mas, essa escolha, mais do que arbitrária, foi feita em função das bibliotecas privadas que encontramos e da possibilidade de procurar por nomes ligados a essa área, pois, através do acervo da Academia de Direito, é possível localizar informações precisas sobre os alunos e professores que passaram por lá.

Assim, além dos nomes que já possuíamos com a pesquisa nos inventários entre 1870 e 1890, estendemos o recorte temporal, cruzando as listas dos nomes dos professores e alunos da

Academia com aquelas dos livros de distribuição de feitos dos Offícios de Família, cujos processos se realizaram entre 1850 e 1899. Muitas dificuldades se apresentaram em função da grande quantidade de homônimos, mas, na medida do possível, tentamos verificar se os processos encontrados realmente se referiam aos bacharéis e professores.

Encontramos cerca de 160 correspondências de nomes, mas, o mesmo problema da impossibilidade de localizar todos os processos nos arquivos se apresentou, resultando em uma diminuição da amostragem. Também excluímos os inventários que, apesar do nome ser o mesmo da lista dos bacharéis e professores, claramente não eram de juristas. Com isso, ficamos com um universo de 68 processos, nos quais a presença de livros se fez notar em 39, ou seja, em 57% do total – muito acima da média geral apresentada no Capítulo 2, que era de 10%.

Mas, antes de expor essas bibliotecas, apresentamos a Tabela 12 para dar uma ideia geral da condição econômica desse grupo.

Tabela 12 – Grupos econômicos dos juristas

Grupos de riqueza	Quantidade de juristas	% entre os juristas
Grupo 1 (Até 2:499\$000)	5	13
Grupo 2 (2:500\$000 a 10:400\$000)	2	5
Grupo 3 (De 10:400\$001 a 40:000\$000)	4	10
Grupo 4 (De 40:000\$001 a 90:000\$000)	12	31
Grupo 5 (De 90:000\$001 a 220:000\$000)	4	10
Grupo 6 (De 220:000\$001 para cima)	8	21
Grupo 7 (Não Consta)	4	10
TOTAL	39	100,00

Observando os dados acima, pode-se notar que o maior número de inventariados dessa categoria (31%) se encontra no grupo 4 de riqueza, embora eles estejam representados em todos os outros, com destaque para o grupo 6 (21%). O maior cabedal encontrado no conjunto dos processos foi o de Raphael Paes de Barros, que apresentava um monte-mor de 1.477:559\$420.

Embora a Academia de São Paulo tenha servido como meio de ascensão social para certo número de pessoas oriundas de setores menos favorecidos da população, não podemos esquecer que ela era, sobretudo, um espaço que privilegiava as elites já estabelecidas e funcionava como um mecanismo de manutenção das classes sociais no Brasil. Vale lembrar as conclusões de Tânia Bessone, quando ela indica que não só as bibliotecas, mas o nome e as fortunas eram herdadas em conjunto entre os médicos e advogados do Rio de Janeiro.¹

¹ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 58.

Mas, voltando aos aspectos gerais, dos 39 processos em questão, em oito deles as inventariadas eram mulheres que entraram nessa categoria, pois, seus maridos, prováveis proprietários de pelo menos uma parte das bibliotecas, eram advogados. Em 20 dos processos desse grupo não aparecem títulos nem indicações dos temas dos livros. Os livros são mencionados de forma genérica como, por exemplo, “uma biblioteca”, “uma livraria”; “uma estante com diversos livros”; “tantos volumes de livros diversos”, etc.

Um desses processos, no entanto, possui uma informação interessante. Trata-se do inventário de Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça², lente Catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de São Paulo e Delegado de Polícia da Capital. No seu processo consta a informação de que o inventariante era sócio de Eduardo e Henrique Laemert na edição da obra *Repertório geral das Leis do Império*. Não tivemos acesso ao contrato, pois ele é mencionado, mas infelizmente, não é anexado ao inventário. Na realidade, o lente era o organizador da obra e, a expressão “sócio” poderia indicar ou que ele tenha ajudado a financiar a edição, ou que teria parte nos lucros da mesma.

O título completo do livro, composto em quatro volumes, era *Repertorio geral, ou, indice alphabetico das leis do imperio do Brasil: publicadas desde o começo do anno de 1808 até o presente, em seguimento ao repertorio geral do desembargador Manuel Fernandes Thomaz, comprehendendo todos os alvarás, apostillas, assentos, avisos, cartas de lei, cartas regias, condições, convenções, decretos, editaes, estatutos, instrucções, leis, obrigações, officios, ordens, portarias, provisões, regimentos, regulamentos, resoluções e tratados*, e fora publicada em 1850.³

² Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000266, Ano: 1890, Processo nº: 821.

³ MENDONÇA, Francisco Maria de Souza Furtado de. *Repertorio geral, ou, indice alphabetico das leis do imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. Universal dos editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1850.

Imagem 6 – Folha de rosto da obra *Repertório geral ou indice alphabetico das leis do imperio do Brasil*

Fonte: MENDONÇA, Francisco Maria de Souza Furtado de. *Repertorio geral, ou, indice alphabetico das leis do imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. Universal dos editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1850

Em relação aos processos cujas as informações aparecem de forma mais genérica, apresentamos o Quadro 24.

Quadro 24 – Processos dos juristas sem indicação de temas

ANO	Nº:	INVENTARIADOS	LIVROS	VALOR DOS LIVROS	MONTE-MÓR
1870	586	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	246 VOLUMES IMPRESSOS DE VÁRIAS OBRAS	400\$000	12:750\$050
1874	1081	MANOEL DIAS DE TOLEDO	3 LOTES CONSTANDO DE 960 VOLUMES NO TOTAL	750\$000	58:889\$185
1879	2443	ANTONIO AUGUSTO DE BULLHOES JARDIM	600 VOLUMES EM OBRAS DIVERSAS SENDO 200 BROCHURAS E 400 ENCADERNADOS	400\$000	600\$000
1879	104	JOAQUIM MANOEL GONÇALVES DE ANDRADE	DIVERSOS LIVROS	145\$000	271:479\$240
1882	2473	RAPHAEL DE ARAUJO RIBEIRO FILHO	UM CAIXÃO COM LIVROS	5\$000	35:850\$642
1882	2465	MIGUEL ANTONIO DE MORAES	LIVROS IMPRESSOS VELHOS	6\$000	43:183\$902
1886	2630	MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA	TRASTES, LIVROS E MAIS ALGUNS OBJETOS (500\$000)	NÃO CONSTA	52:500\$000
1886	75	ADELIA DE ALMEIDA PINTO PACCA	UMA BIBLIOTECA	300\$000	51:795\$000
1886	166	MARIA CLEMENTINA COUTINHO	UMA ESTANTE PARA LIVROS	3\$000	87:603\$853
1888	2666	MARIA DULCE DUARTE DE AZEVEDO MONTEIRO	1500 VOLUMES MAIS OU MENOS	2:000\$000	47:428\$000
1888	905	MARIA ADELAIDE VIEIRA	UMA LIVRARIA	2:000\$000	NÃO CONSTA
1889	2692	THEREZA DE JESUS E SILVA	UMA LIVRARIA COMPOSTA MAIS OU MENOS DE 120 VOLUMES	200\$000	78:175\$000
1889	2690	RAPHAEL AGUIAR PAES DE BARROS	2 ESTANTES ENVIDRAÇADAS COM LIVROS	NÃO CONSTA	1.477:599\$420
1889	1007	RODRIGO AUGUSTO DA SILVA	LEGADOS EM TESTAMENTO	NÃO CONSTA	277:713\$040
1890	1604	JOSE JOAQUIM CARDOSO DE MELLO	50 VOLUMES DE OBRAS DIVERSAS MUITO ESTRAGADAS POR TRAÇAS	25\$000	963\$000
1890	821	FRANCISCO MARIA DE SOUSA FURTADO DE MENDONÇA	UMA LIVRARIA EM 6 ESTANTES	300\$000	2:086\$500
1890	439	JOAQUIM FRANCISCO RIBEIRO COUTINHO	UMA ESTANTE COM DIVERSOS LIVROS	2\$000	NÃO CONSTA
1892	2925	JOSE GERVASIO BENEVIDES G. CARREIRA e CHRISTINA GUIMARAES CARREIRA	UMA BIBLIOTECA	779\$600	NÃO CONSTA
1893	2917	JOSE RUBINO DE OLIVEIRA e GABRIELA JOSEPHINA G. OLIVEIRA	200 VOLUMES DE DIVERSOS LIVROS	40\$000	80:682\$310
1894	7	ANNA RITA LOBO MENDES DE ALMEIDA	UMA LIVRARIA	NÃO CONSTA	467:952\$330

O tamanho de algumas dessas bibliotecas descritas em bloco provoca um certo ressentimento pela ausência de descrição dos títulos, como, por exemplo, os 1.500 volumes que aparecem no inventário de Maria Dulce Duarte de Azevedo Monteiro, cujo marido, o Dr. João Pereira de Monteiro, era lente catedrático da Academia.⁴ Se lembrarmos das informações do Capítulo 2, veremos que essa coleção se encaixava nos 8% das bibliotecas com mais de 1.000 volumes.

Não podemos deixar de mencionar o processo de Manoel Dias de Toledo, estudante da primeira turma da Academia e, depois, lente da mesma instituição,⁵ que possuía 960 volumes, avaliados em 750\$000.

O inventário de Antônio Augusto de Bulhões Jardim, que possuía 600 volumes em obras diversas, também é digno de nota, visto que sua biblioteca, avaliada em 400\$000, representava 67% do seu monte-mor, estimado em 600\$000. Se não sabemos nada sobre as características de seus livros, podemos inferir, ao menos, que eles tinham uma significativa importância para seu proprietário.

Seja como for, algumas descrições, se não eram completas, apresentavam as áreas das obras, como é possível observar no Quadro 25.

Quadro 25 – Bibliotecas com indicação dos temas das obras

ANO	Nº:	INVENTARIADOS	LIVROS	VALOR DOS LIVROS	MONTE-MÓR
1874	2290	VICENTE JOSE DA COSTA CABRAL E BLANDINA ANGELICA DE BARROS	55 VOLUMES DE OBRAS DE DIREITO, INSTRUÇÃO ELEMENTAR E ROMANCES NA SUA MAIOR PARTE ESTRAGADOS	24\$000	39:951\$413
1876	901	JOAO CRISPINIANO SOARES	1483 VOLUMES DE DIVERSAS OBRAS DE DIREITO, LITERATURA E DIVERSAS LINGUAS	1:500\$000	88:021\$660
1877	722	ANTONIA BARROS F. SOUZA QUEIROZ	UMA BIBLIOTECA CONSTANDO DE 700 LIVROS, MAIS OU MENOS, DE LITTERATURA, HISTORIA E SCIENCIAS	1:806\$050	255:708\$050
1881	800	SEBASTIAO JOSE PEREIRA	720 VOLUMES DE LIVROS ENCADERNADOS E IN-FOLIO, NOVOS E VELHOS DE DIREITO E VÁRIOS	1:000\$000	14:070\$300

⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003754, Ano: 1888, Processo nº: 2666.

⁵ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 1, p. 98-100.

1881	807	DINIS AUGUSTO DE ARAUJO AZAMBUJA	30 E TANTOS VOLUMES DE LIVROS DE DIREITO	55\$000	117:691\$436
1882	1068	JOAQUIM AUGUSTO DE CAMARGO	UMA LIVRARIA CONSTANDO DE OBRAS DE JURISPRUDENCIA E LITTERATURA	2:000\$000	51:036\$142
1889	2704	JOSE RODRIGUES MUNHOZ	UM JOGO DO DICCIONARIO LARROUSSE E DIVERSOS OUTROS VOLUMES DE LIVROS	100\$000 E 200\$000	644:463\$960
1890	1621	LUIZ LOPES BATISTA DOS ANJOS JUNIOR	224 VOLUMES DE OBRAS DE DIREITO E LITTERATURA	120\$000	996\$900
1892	2867	FELICIO RIBEIRO DOS SANTOS CAMARGO	LIVROS EM SUA QUASE TOTALIDADE DE DIREITO	150\$000	NÃO CONSTA

Como se pode observar, em 7 deles vemos descritos livros de direito ou jurisprudência, o que revela a estreita relação entre os livros e a profissão dos inventariados. Porém, oito processos dos nove relacionados citam obras de outra natureza, como literatura e ciências diversas. Já mencionamos que a formação dos juristas tinha um caráter mais amplo que extravasava as questões meramente técnicas, pois incluíam questões políticas, filosóficas e econômicas. Destarte, mesmo inserindo essa multiplicidade numa esfera profissional, é possível perceber que os livros indicados no quadro não se prestavam apenas a questões práticas, mas, também, eram fonte de entretenimento e conhecimentos diversos.

Mais uma vez, o tamanho de algumas coleções chama a atenção, como é o caso da de João Crispiniano Soares, que fora lente da Academia e possuía uma biblioteca de 1.483 volumes,⁶ assim como a de Sebastião José Pereira, que tinham 720 volumes.⁷

A coleção que aparece no inventário de Antônia de Barros F. de Souza Queiroz, esposa do político e jornalista formado pela Academia de Direito, Augusto de Souza Queiroz, sugere algumas questões.⁸ Tratam-se de 700 livros de literatura, história e ciências, que embora, certamente, incluíssem obras de direito, revelam uma maior multiplicidade de temas, mostrando que a biblioteca pudesse ser utilizada também pela família do inventariado.

Em um dos 39 processos de juristas, os livros não aparecem entre os bens arrolados, mas, sim, em uma nota da Grande Livraria Paulista, feita em nome do falecido. Conforme já mencionamos, essas notas, que também aparecem em outros processos, não garantem que os livros tenham sido comprados pelos inventariados para uso próprio. Mas, se considerarmos que

⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003331, Ano: 1876, Processo nº: 901.

⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006004077, Ano: 1881, Processo nº: 800.

⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003340, Ano: 1877, Processo nº: 722.

eles tenham sido adquiridos para este fim, temos mais um elemento que corrobora a ideia de que, nem sempre, os livros eram considerados na avaliação e que, portanto, estamos lidando com a porcentagem mínima de proprietários de livros.

No processo aberto em 1886 para inventariar os bens de Antônio Pinto do Rego Freitas⁹, político e jurista formado pela Faculdade de Direito em 1861, e que exerceu diversos cargos importantes na capital da província, encontramos a nota da Grande Livraria Paulista com os seguintes títulos:

Quadro 26 – Nota da Grande Livraria Paulista encontrada no processo de Antônio Pinto do Rego Freitas

Autores	Título	Preço
Macleod	Economia Politica	12,000
Autran	Economia Politica	6,000
Cossa	Economia Politica	3,000
TOTAL		21\$000

Não podemos afirmar que os livros tenham sido comprados para o seu próprio uso, mas, de toda forma, eles sugerem uma relação estreita com sua atuação política e profissional. Já indicamos, no Capítulo 2, e veremos também nessas bibliotecas que a economia política era uma área que tinha grande crédito entre os juristas e políticos do período.

O monte-mor do inventariado foi orçado em 636:919\$880, um dos maiores encontrados, e era composto por móveis, semoventes (animais), gado, escravos, engenhos, produção de chá, ações de companhias diversas, dívidas ativas, poupança em bancos, bens de raiz, dinheiro, prata e ouro. O monte-partível foi orçado em 571:927\$589. Assim, considerando sua riqueza, sua posição social e sua atuação profissional e política, nos parece um tanto difícil considerar que ele não tivesse uma biblioteca em sua residência. Mas, infelizmente, ela não foi arrolada.

Quanto aos processos nos quais as bibliotecas dos inventariados juristas foram descritas, encontramos um total de nove, conforme o Quadro 27.

⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003573, Ano: 1886, Processo nº: 905.

Quadro 27 – Processos de juristas com bibliotecas descritas

ANO	Nº:	INVENTARIADOS	VALOR DOS LIVROS	MONTE-MÓR
1870	677	HYPOLITO JOSE SOARES DE SOUZA	150\$000	9:551\$760
1872	964	HILDEFONSO XAVIER FERREIRA	730\$900 ¹	5:528\$123
1872	1443	JOSÉ MARIA DE AVELLAR BROTERO E ANNA DABNEY DE AVELLAR BROTERO	899\$200	168:944\$461
1878	2393	JOAO THEODORO XAVIER	1:833\$450	1:684\$690
1880	773	JOANNA IZABEL GALVAO URIOSTE	194\$000	60:364\$000
1881	161	ANACLETO JOSE RIBEIRO COUTINHO	183\$000	61:458\$987
1883	2445	CAMILLO GAVIÃO PEIXOTO	500\$000	111:645\$700
1887	1088	CLEMENTE FALCAO SOUZA FILHO	500\$000	533:855\$660
1889	2680	ERNESTO JULIO BANDEIRA DE MELLO	540\$000	97:147\$940

Nós nos deteremos um pouco mais detalhadamente sobre cada uma dessas bibliotecas para termos uma noção das regularidades, mas também das particularidades de cada uma dessas coleções. A princípio, basta dizer que consideraremos todas como bibliotecas, visto que a relação entre a profissão de seus proprietários e os títulos encontrados é bastante estreita, deixando entrever não só a utilidade das obras no cotidiano desses homens, mas, também, a forte coerência interna dessas coleções. Mesmo que os tamanhos sejam variáveis, umas sendo bem mais significativas que as outras, esse não foi um critério utilizados por nós, pois uma biblioteca com 10 títulos, poderia ter mais coesão que um conjunto de livros com mais volumes.

A primeira que vamos expor constava no inventário de Hypolito José Soares de Souza,¹⁰ que fez parte da turma acadêmica de 1838-1842, e era irmão do Visconde de Uruguai. Originário do Maranhão, ele se fixou na capital paulista após a formatura, pois fora nomeado procurador fiscal da Tesouraria de São Paulo, sendo, mais tarde, promovido a fiscal da mesma instituição. Foi deputado na Assembleia Provincial durante quatro legislaturas, tendo sido nomeado vice-presidente da mesma província por duas vezes. Era um representante do partido conservador paulista.¹¹ No Quadro 28, apresentamos a sua biblioteca.

¹⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fundo do Foro Central João Mendes, Inventário, Etiqueta TJ10000415991, Ano: 1870, Processo nº: 677.

¹¹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências [por] Almeida Nogueira*. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 2, p. 228-232.

Quadro 28 – Biblioteca de Hypolito José Soares de Souza¹²

Vol.	Autores	Títulos
1	*****	Memorias do Maranhão
1	*****	Repertorio da Guarda Nacional
1	*****	Regulamentos diversos
1	*****	Reforma do Thesouro Nacional
1	*****	Relatorios geraes
4	*****	Repertorio das Ordenações
6	*****	Auxiliador da industria nacional
1	*****	Repertorio das leis da Fazenda
1	*****	Almanak Laemmert de 1857
1	*****	Manual agricola
1	*****	Finium regundorum
1	*****	Relatório do presidente de S. Paulo em 1852
1	*****	Actas da Assembleia Provincial de 1840-1841
3	*****	Diversos regulamentos
1	*****	Colecções de provisões
1	*****	Colecções de portarias
2	*****	La royauté de juillet et la revolution
1	*****	Le bon jardinier 1861
1	*****	Manual dos collectores
4	*****	Leis provinciaes de diversos annos
1	*****	Regulamento das alfandegas
2	*****	Dictionnaire d'économie politique
1	*****	Código Civil portugues
2	*****	Relatório do ministro de estrangeiros
1	*****	Orçamento Geral de 1853-1854
1	*****	Balanço Geral de 1849-1850
1	*****	La Mosaïque
1	*****	Regulamento das alfandegas
6	*****	Legislação Portuguesa de 1750-1820
1	*****	Legislação Portuguesa Suplementaria
3	*****	Leis Portuguezas
2	*****	Additiones ad quique libros primo partis Oracticoe Lusitae
1	*****	Collecções de Regimentos redes
1	*****	Collecções incompleta da Legislação Brasileira

¹² Conforme indicamos no capítulo anterior, os dados que encontramos transcritos na listagem dos inventários *post-mortem* aparecem sem nenhum destaque e aqueles completados por nós vêm em negrito, algumas vezes entre parênteses. Quando as dúvidas em relação aos títulos eram muito salientes, também recorremos aos parênteses, mas destacamos em itálico, apenas sugerindo que poderia se tratar deles, usando o mesmo procedimento para as obras cujos títulos vinham descritos em português dos quais não encontramos edições nesse idioma no período. As palavras que não conseguimos identificar, ou aquelas que só distinguimos em parte, foram sublinhadas. É preciso mencionar, também, que a ordem que transcrevemos neste capítulo não é aquela que aparecia nos inventários. É verdade que a disposição dos livros nas estantes pode carregar inúmeros significados, pode indicar os usos dados a eles, ou ajudar a compreender a lógica intelectual de seus proprietários. No entanto, não temos nenhum elemento que nos garanta que os livros foram arrolados na ordem na qual se encontravam nas prateleiras dos nossos inventariados, embora, em alguns casos, a ordem descrita seja sugestiva. Assim, por não podermos afirmar categoricamente, optamos por colocá-los em ordem alfabética do sobrenome dos autores, tanto para facilitar a nossa pesquisa quanto para o leitor.

1	*****	Diversas brochuras, relatorios, balanços, regulamentos, Leis provinciales, Ponson du Terrail Drammes de Paris. Opusculos e varias obras nacionaes não encadernadas
1	(Araujo e Silva, Luiz Ferreira de)	Roteiro dos Collectores
1	(Chompré, Pierre)	Diccionario da fabula (<i>Diccionario abbreviado da fabula para intelligencia dos poetas, dos paineis e das estatuas cujos argumentos são tirados da historia poetica</i>)
2	(Straten-Ponthez, Gabriel Auguste van der comte)	Budget du Bresil (<i>ou Recherches sur les ressources de cet empire dans leurs rapports avec les intérêts européens du commerce et de l'émigration</i>)
1	(Titara, Ladislao dos Santos)	Auditor brasileiro (<i>ou Manual geral dos conselhos, testamentos e inventarios militares... para uso dos officiaes do exercito do imperio do Brasil, dedicado ao...sr. Luiz Alves de Lima e Silva, barão de Caxias</i>)
3	Albuquerque, Afonso	Commentarios do grande Affonso de Albuquerque, Capitão Geral das Índias Orientais em tempo de muito poderoso rey D. Manuel, o primeiro deste nome
4	Ancillon, Frédéric	Tableau des revolutions du système politique de l'Europe depuis la fin du XVe siècle
1	Bacqua de Labarthe, Napoléon	Codes de la legislation française
2	Bailly, Antoine	Administration des finances de l'Anglaterra (<i>Exposé de l'administration générale et locale des finances du Royaume-Uni, de la Grande-Bretagne et d'Irlande</i>)
1	Barros	Direito financeiro
2	Bastiat, Frédéric	Économie Politique (<i>Abrégé des éléments de l'économie politique ou Premières notions d'Économie Politique, sociale ou industrielle</i>)
1	Bastiat, Frédéric	Harmonies economiques
2	Bechard, Ferdinand	Administration de la France (De l'Administration de la France, ou Essai sur les abus de la centralisation; ou, De l'Administration intérieure de la France)
4	Benjamin Constant	Cours de Politique constitutionnelle
5	Benjamin Constant	De la Religion considérée dans sa source, ses formes et ses développements
3	Benthan, Jeremy	Traité de la Legislation civile et penale
2	Benthan, Jeremy	Theorie des Peines et des récompenses
1	Benthan, Jeremy	De l'Organisation Judiciaire
2	Benthan, Jeremy	Traité des Preuves judiciaires
6	Bergier, Nicolas	Dictionnaire de Théologie
1	Billiard, Auguste	Essai sur l'organisation démocratique de la France : (Juillet)
2	Blanqui, Adolphe-Jérôme	Histoire de l'économie politique en Europe, depuis les anciens jusqu'à nos jours ; suivie d'une Bibliographie raisonnée des principaux ouvrages d'économie politique
1	Boileau	Obras Completas
1	Bouillet, Marie-Nicolas	Dictionnaire universel d'histoire et de géographie
1	Brotero, José Maria de Avellar	Questões sobre Presas maritimas
4	Ca_t_	Hisoire de cent ans
1	Caetano Gomes, Alexandre	Dissertações juridicas sobre a intelligencia de algumas Ordencoes do Reyno

1	Candido Mendes	Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo territorio comprehendendo hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas
1	Castille, Hippolyte	Les hommes et les moeurs em France sous le règne de Louis-Philippe
2	Chevalier, Michael	Lettres sur l'Amerique du Nord
3	Chevalier, Michel	Économie Politique (Cours d'économie politique fait au Collège de France : Année 1841-42)
1	Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat	Essai sur l'application de l'analyse à la probabilité des décisions rendues à la pluralité des voix
1	Coquelin, Charles	Le credit et les banques
1	Cormenin, Louis-Marie ed Lahaye	Précepts et portraits parlementaires
3	Corrêa Telles, José Homem	Digesto portugues ou, Tratado dos direitos e obrigações civis : accommodado as leis e costumes da nação portuguesa : para servir de subsidio ao novo Codigo civil
7	Corrêa Telles, José Homem	Digesto portugues ou, Tratado dos direitos e obrigações civis : accommodado as leis e costumes da nação portuguesa : para servir de subsidio ao novo Codigo civil
2	De Lolme, Jean Louis de	Constitution de l'Angleterre
1	Debay, Auguste	Hygiene et physiologie du mariage: histoire naturelle et médicale de l'homme et de la femme mariés, dans ses plus curieux détails ; Hygiène spéciale de la femme enceinte et du nouveau-né
1	Debay, Auguste	Mysteres du sommeil et du magnétisme : explication des prodiges qu'offre cet état de la vie humaine
1	Degranges, Edmond	La Tenue des livres rendue facile, ou Nouvelle méthode d'enseignement à l'usage des personnes destinées au commerce
1	Demerson	Botanica em 22 lições (La botanique enseignée en vingt-deux leçons)
2	Demoustier, Charles-Albert	Lettres à Emilie sur la mythologie
3	Ducpetiaux, Édouard	Des Progrès et de l'état actuel de la réforme pénitentiaire et des institutions préventives, aux États-Unis, en France, en Suisse, en Angleterre et en Belgique
1	Esquiros, Alphonse	Histoire des martyrs de la liberté
1	Figueira de Mello, Jeronimo Martini-ano	Chronica da Rebelião Praieira em 1848-1849
	Foderé, Pradier-Fodéré, Paul	Précis de Droit Administratif
4	Foucart, Émile-Victor	Droit Public Adminitratif (Précis de droit public et administratif; ou, Éléments de droit public et administratif, ou Exposé méthodique des principes du droit public positif)
1	Garnier	Économie Politique
1	Garnier-Pagès, Étienne	Dictionnaire politique: encyclopédie du langage et de la science politiques
2	Gmeineri, Xaverii	Institutiones juris ecclesiastici: ad principia juris naturae et civitatis methodo geometrica adornatae et germaniae accommodatae
1	Heineccii, Johan Gottlieb	Recitationes in elementa juris civilis secundum ordinem Institutionum
1	Hello, Charles-Guillaume	Essais sur le régime constitutionnel ou Introduction à l'étude de la Charte
1	Hoffmann	Obras Completas

8	Husson, Armand	Traité de la législation des travaux publics et de la voirie en France
1	Jacotot	Guarda livros
1	José Antonio da Silva Maia	Apontamentos de Legislação para uso dos Procuradores da Coroa e da Fazenda Nacional
1	José Antonio da Silva Maia	Compendio do Direito financeiro
2	José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú	Principios de direito mercantil e Leis de Marinha
2	Jouffroy (Jakob, Ludwig Heinrich von)	Science des finances (exposée théoriquement et pratiquement, et expliquée par des exemples tirés de l'histoire financière moderne des États de l'Europe. Ouvrage traduit de l'allemand par Henri Jouffroy)
2	Klüber, Johann Ludwig	Droit des Gens Moderne
2	Le Rat de Magnitot, Albin	Dictionnaire de droit public et administratif
1	Lefebvre, Louis Florent	De la centralisation ou Essai d'un système de centralisation politique et de décentralisation administrative
1	Loreau, J.-L.	Du credit financier et des moyens de le fonder, ou Création d'un système hypothécaire appuyé sur le cadastre, l'enregistrement des contrats et le revenu imposable de la propriété : suivi d'un mode de transfert en créances sur hypothèques analogue à celui des rentes sur l'État
1	Machado	Quadro historico
1	Madureira Feijó, João de Moraes	Orthographia ou, arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza
3	Marques	Anatomia
1	Mayne-reid, Thomas	L'habitation du desert ou Aventures d'une famille perdue dans les solitudes de l'Amérique
7	Mellü	Oper___
1	Mill, James	Rapport sur le Projet d'un code penal fait à l'assemblée générale de l'État de la Louisiane , par M. Édouard Livingston, suivi des Observations sur les conditions nécessaires à la perfection d'un code pénal, par M. Mill, avec une introduction et des notes, par M. A.-H. Taillandier
4	Montesquieu, Charles Louis de Secondat	De l'esprit des lois
3	Moraes, Silvestro Gomes de	Tractatus de executionibus instrumentorum e sententiarum
1	Moré, Jean-Louis	Le Bresil en 1852 et sa colonisation future, notice écrite sur des documents communiqués par le consulat suisse à Rio-de-Janeiro
1	Noël, François-Joseph-Michel; La Place, François de	Leçons françaises de littérature et de morale, ou Recueil, en prose, en vers des plus beaux morceaux de notre langue dans la littérature des deux derniers siècles
5	Pardessus, Jean-Marie	Cours de Droit Commercial
1	Pardessus, Jean-Marie	Traité des servitudes, ou services fonciers
2	Pastoret, Emmanuel	Des Lois pénales
1	Pereira Carvalho, José	Primeiras linhas sobre o processo orphanologico
2	Pereira da Silva, João Manuel	Plutarco brasileiro
2	Pothier, Robert-Joseph	Obrigações (Traité des obligations, selon les règles tant du for de la conscience, que du for extérieur)

1	Rafael do Valle , Joaquim	Classificação geral da Legislação portuguesa desde a publicação do Código Philipino até a data
1	Richard Phillips	Des pouvoirs et des obligations des jurys
3	Rossi, Pellegrino Luigi Odoardo	Traité de Droit Pénal
1	Rossi, Pellegrino Luigi Odoardo	Cours d' Économie Politique
21	Rousseau, Jean-Jacques	Obras completas
6	Say, Jean-Baptiste	Economie Politique
1	Silvestre Pinheiro Ferreira	Observations sur quelques passages du le manuel diplomatique de Le Baron Charles de Martens
1	Sismondi, Jean Charles Léonard Sismonde de	Étude sur les constitutions des peuples libres
1	Torombert, Honoré	Principes du droit politique, mis en opposition avec le Contrat social de J.-J. Rousseau
1	Troplong, Raymond Théodore	Du pouvoir de l'État sur l'enseignement d'après l'ancien droit public français
1	Visconde de Monte Alegre	Relatorio do ministro da fazenda à 4ª sessão da 8ª legislatura (Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Oitava Legislatura, pelo Ministro e Secretario d' Estado dos Negócios do Império Visconde de Mont'Alegre)
1	Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de	Elucidario (portuguez) das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram : obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam
2	Vivien, Alexandre François Auguste	Études administratives
1	Walras, Auguste	De la nature de la richesse et de l'origine de la valeur
1	Wilson, James	Capital, circulação e bancos ou, Série de artigos publicados no Economist em 1845 sobre os principios da lei bancaria de 1844 e em 1847 a crise monetaria e commercial d'este ultimo anno, seguida de um plano de circulação segura e economica
258		

A biblioteca de Hypolito José Soares de Souza poderia ser considerada grande para os padrões da época, embora não fosse das maiores – mas, estava entre os 22,9% das coleções entre 100 a 500 volumes. Entre as 120 obras sobre as quais conseguimos identificar o idioma, a maioria se apresentava em francês (64) e, as demais, em português (51), aparecendo também 5 livros em latim. Em relação ao gênero das obras, encontramos pelo menos 58 títulos de jurisprudência, 11 de economia política e 11 de obras ligadas à administração pública. As belas letras são representadas timidamente, assim como a história e as ciências naturais, embora estejam presentes.

O inventariante, filho de Hypolito, pediu ao juiz que desse um prazo de 15 dias para que pudesse fazer a relação dos livros, já que esses constituíam a maior parte dos bens. Dessa forma, esse é um dos poucos casos que a listagem é feita pela própria família e não pelos avaliadores, fazendo com que a qualidade no arrolamento fosse visível. As obras são descritas nos idiomas

nos quais foram redigidas, mas, como acontecia em vários casos, nem os títulos, nem os nomes dos autores foram transcritos de forma completa – embora tivessem informações suficientes para que pudéssemos identificá-los.

Em relação à avaliação financeira, podemos ver que, em comparação às demais coleções encontradas, os livros foram subavaliados, visto que a média geral era de 1\$031 por volume, sendo que os de Hypólito José Soares de Souza foram estimados por uma média de 0\$581.

Imagem 7 – Relação dos livros pertencentes ao inventário de Hypólito José Soares de Souza

Author	Title	Volume Count
Rousseau	Obras completas	21 volumes
Duportail	Réforme pénitentiaire	3 "
Maya	Apostamentos de legislação	1 "
Desmerson	Botânica com 22 lições	1 "
Delay	Hygiène du sucrage	1 "
Figuiera de Celles	Chronica da rebelião prussiana	1 "
Castille	Les hommes et les mœurs en France	1 "
Garnier	Economie politique	1 "
Klüber	Droit des gens moderne	2 "
Benjamin Constant	Cours de politique	4 "
"	" de la religion	5 "
Hay	Economie politique	6 "
Marrens	Observations sur le manuel diplomatique de Le Baron	1 "
Rossi	Droit pénal	3 "
Foucart	Droit public administratif	4 "
Bentham	Legislation	3 "
"	Théorie des peines	2 "
"	Organisation judiciaire	1 "
Demonstier	Lettres à Emilie	2 "
Helle	Essais sur le régime constitutionnel	1 "
Billiard	Essai sur l'organisation	1 "
Troplong	Le pouvoir de l'état	1 "
Wallas	De la nature de la richesse	1 "
Napoléon Bacqua	Codes de la législation française	1 "
Budget	Budget du Brésil	2 "
Memorias	Memorias de Maranhão	1 "
Chevalier	Lettres sur l'Amérique du Nord	2 "
Cloré	Le Brésil en 1852	1 "
Lefebvre	De la centralisation	1 "
Auditor	Auditor Brésiliens	1 "

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fundo do Foro Central João Mendes, Inventário, Ano: 1870, Processo nº: 677, p. 18.

A segunda coleção pertencia a Hildelfonso Xavier Ferreira¹³ e foi, também, uma das maiores encontradas por nós, além de ter sido descrita com bastante detalhes. Ele era um eclesiástico com formação jurídica e atuou politicamente como membro do Conselho Geral da Província. Foi bibliotecário da Faculdade de Direito durante muitos anos e também professor substituto de Filosofia.¹⁴

Sua biblioteca revela claramente sua dupla formação, pois encontramos obras de direito em geral, de direito eclesiástico e obras religiosas. Mas, aparecem também autores da Antiguidade Clássica, livros de viagens e de história – revelando o interesse por acontecimentos passados e contemporâneos da Europa e da América, além de diversas obras de belas letras. No geral, podemos perceber que seus interesses eram bem diversificados, aproximando-o mais daquela formação ampla e humanista que marcou a intelectualidade brasileira até o terceiro quartel do século XIX apontada por Tânia Bessone.¹⁵

Quadro 29 – Biblioteca de Hildelfonso Xavier Ferreira

Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	*****	História do Futuro	2,000
2	*****	Itinerário de Bonaparte	3,000
1	*****	Análise da Prosódia de Fé	1,000
6	*****	Collecções das Constituições	6,000
1	*****	História Eclesiástica	1,000
1	*****	Tratado de Apposentadorias	1,000
1	*****	Synthetologia	2,000
19	*****	Historia da Inglaterra	10,000
10	*****	História da Igreja (truncados)	8,000
2	*****	Theologia Universal	4,000
3	*****	História Eclesiástica	3,000
2	*****	Memoriales Christiana	2,000
1	*****	Opusculo Theologico	2,000
1	*****	Penser sur la religion	2,000
1	*****	Ordenações do Reino	0,500
1	*****	Tentativa Theologica (appendice)	1,000
1	*****	Tentativa Theologica	1,000
1	*****	Variéss	2,000
5	*****	Historia da Inglaterra	5,000
2	*****	Discurso do General Foes	1,000
1	*****	Manual da Constituição Francesa	2,000

¹³ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006004083, Ano: 1872, Processo nº: 964.

¹⁴ As informações sobre Hildelfonso Xavier Ferreira foram retiradas de: AMARAL, Antonio Barreto do. Dicionário de História de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p. 196.

¹⁵ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 93-111.

8	*****	Descrição de Paris	1,000
4	*****	Manual do Publicista	4,000
1	*****	Consilio Tridentino	2,000
1	*****	Biblia	4,000
1	*****	Pantheon Mystico	1,000
1	*****	Baptisterismo Cerimoniali	1,000
1	*****	Historia da Grecia	0,500
1	*****	Verbo Dei	1,000
12	*****	Cencium Europeo	4,000
3	*****	Anno Francez	2,000
1	*****	Tratado dos Almanacks	2,000
1	*****	Assassena	1,000
5	*****	Lettres Normandes	2,000
2	*****	Historia da Philosophia Ingleza	2,000
2	*****	Tratado de Tactica	1,000
1	*****	Origem dos cultos	2,000
1	*****	Diccionario dos Codigos Francezes	2,000
4	*****	Historia da Legislação	6,000
7	*****	Sciencia da Legislação	6,000
2	*****	Federalista	2,000
8	*****	Peças diversas	4,000
2	*****	Cultura de França	2,000
5	*****	Revista Enciclopedica	10,000
2	*****	Collecões de <u>Pessas</u>	1,000
8	*****	Sciencia do Publicista (truncada)	4,000
2	*****	Principios de Belas Artes	3,000
2	*****	Theoria das Leis Criminaes	4,000
5	*****	Forca	2,500
9	*****	Theatro Inglez	5,000
3	*****	Manual Diplomatico	6,000
1	*****	Pratica Criminal	2,000
2	*****	Diccionario Inglez e Hespanhol	3,000
3	*****	Concilio de Trento	2,000
2	*****	Droit de natura	2,000
1	*****	Encyclopedia Methodica	1,000
1	*****	Diccionario de Bellas Artes	5,000
1	*****	Memorias de Artilharia	1,000
1	*****	Concordancia das Biblias	2,000
1	*****	Decisiones a questiones archyepscopolis	3,000
1	*****	Analityca e tipica dominicalia	1,000
1	*****	Sciencia do Calculo	2,000
2	*****	Origem dos cultos	3,000
4	*****	Analyse dos Concilios	3,000
1	*****	Nova casa rustica	1,000
1	*****	Historia Romana	1,000
1	*****	Arte Poetica	2,000
25	*****	Historia da Inglaterra	10,000
2	*****	Geographia Moderna	2,000
15	*****	Historia Ecclesiastica	10,000
2	*****	Les Enfants	2,000
1	*****	La Pucelle	2,000
12	*****	Tratado da Religião	6,000

2	*****	Politica de Richelieu	2,000
9	*****	Historia Philosophica	4,000
1	*****	Diccionario Francez-Grego	2,000
1	*****	Diccionario de Rimas	2,000
1	*****	Direito Natural	2,000
1	*****	Responsabilidade Ministereal	2,000
1	*****	Logica	1,000
15	*****	Ouro de Estudo	6,000
1	*****	Pratica	1,000
1	*****	Historia da Revolução da Suissa	1,000
1	*****	Afforismos de Hermam	1,000
2	*****	Jerusalem Libertada	3,000
1	*****	Breviario	2,000
2	*****	Memorias do Principe La Peia	1,000
2	*****	Direito Maritimo	4,000
1	*****	Grammatica	1,000
1	*****	Biblioclacia	3,000
1	*****	Breviarium Romanum	1,000
1	*****	Discurso sobre a Historia Universal	3,000
1	*****	Codigo Commercial Portuguez	5,000
10	*****	Historia das Conjurações	5,000
1	*****	Sermões Panegyricos	2,000
1	*****	Salmos de David	1,000
1	*****	Mineralogia	2,000
4	*****	Curso de Bellas Lettras	6,000
2	*****	Novo Mellord	2,000
1	*****	Plauto Pratico	1,000
2	*****	Diccionario Portuguez e Inglez	2,000
5	*****	Historia das variações das Igrejas Protestantes	5,000
2	*****	Diccionario Economico	4,000
1	*****	Allegoria de todas as Escripturas	2,000
2	*****	Repertorio das Ordenações	8,000
3	*****	Ordenações do Reino	12,000
18	*****	Diccionario Universal	12,000
7	*****	Historia Ecclesiastica	3,000
4	*****	Sermões do Evangelho	3,000
4	*****	Em__legia Sagrada	4,000
2	*****	Panegiricas Orações Funebres	4,000
2	*****	Sermões Escolhidos	4,000
3	*****	Sermões de la rue	2,000
1	*****	Sermões sobre os Misterios	2,000
9	*****	Consilio Theologico	4,000
1	*****	Diccionario Italiano	2,000
1	*****	Imagens Conceituozas	2,000
1	*****	Gazeta de Lisboa	2,000
3	*****	Theatro Novo	1,500
1	*****	Diccionario Italiano-Francez	2,000
1	*****	Luiz Quinze, principios do seculo	1,000
20	*****	Diccionario Historico	6,000
5	*****	Elementos de Historia Universal	5,000
1	*****	Diccionario Francez-Portuguez	2,000
19	*****	Diccionario Historico (incompleto)	8,000

12	*****	Opera Ciceronis (truncado)	2,000
1	*****	Concordantia sacrarum Bibliomanum	2,000
108	*****	Lote de livros truncados	18,000
118	*****	Lote de livros truncados	20,000
118	*****	Lote de livros truncados	20,000
2	(Blair, Hugh)	Sermões de Blair (<i>Sermons de Hugh Blair, docteur en théologie, ministre de l'église cathédrale, et professeur de belles-lettres dans l'université d'Edimbourg</i>)	3,000
1	(Chaumette, Gustave)	Codigo Criminal do Haiti (<i>Code pénal et Code d'instruction criminelle</i>)	1,000
1	(Morais, Francisco de)	Chronica do famoso e muito esforçado cavalleiro Palmeirim d'Inglaterra	1,000
1	(Morais, Francisco)	Chronica do famoso e muito esforçado cavalleiro Palmeirim d'Inglaterra	1,000
23	Albicini	*****	3,000
3	Alexandre Dumas	Obras	2,000
2	Alexandre Dumas	Cavaleiro d'Armental (<i>Le chevalier d'Harmental</i>)	2,000
16	Alvege	Historia Ecclesiastica (truncado)	6,000
7	Arioste, Ludovico	Orlando Furioso (<i>Roland furieux</i>)	4,000
2	Augustus	Emendatione	2,000
7	Bailly (Antoine Bailly)	*****	2,000
1	Barbosa	Remissões	3,000
18	Barboza	Obras Completas	15,000
1	Barthelemy Barnand	*****	1,000
2	Bascardi Goth	*****	1,000
4	Beaucole	Sermões de Beaucole	2,000
3	Benjamim Constant	*****	5,000
4	Benjamim Constant	*****	4,000
1	Benthan, Jeremy	Organização Judiciaria (<i>De l'Organisation Judiciaire</i>)	1,000
2	Benthan, Jeremy	Assemblée Legislativa (<i>Tactique des assemblées législatives ; suivie d'un traité des sophismes politiques</i>)	2,000
2	Bercy, Drouin de	Europa e América (<i>L'Europe et l'Amérique Comparées</i>)	2,000
2	Bielfeld, Jakob Friedrich	Instituições Políticas (<i>Institutions Politiques - C. G.</i>)	1,500
4	Bignon (Louis-Pierre Édouard Bignon)	Obras Políticas	2,000
6	Blackstone, William	Leis Inglezas (<i>An Analysis of the Laws of England ; ou, Commentaries on the Laws of England</i>)	2,000
1	Bossuet, Jacques-Bénigne	*****	1,000
6	Boulanger	Obras	5,000
5	Boumier	*****	2,000
1	Bounier	*****	1,000
8	Bourdaloue, Louis	Sermões	8,000
1	Caille	Tratado de Poetica	1,000
2	Calmet, Augustin	Diccionario (<i>Dictionnaire historique, critique, chronologique, géographique et littéral de la Bible</i>)	2,000
9	Calmet, Augustin	Comentario (<i>Commentaires sur l'Ancien et le Nouveau Testament</i>)	5,000

1	Carvalho, José Liberato Freire de	Ensaio historico e politico sobre a Constituição portugueza e governo de Portugal desde a sua fundação	2,000
2	Chantre	Historia de França	2,000
1	Chateaubriand	*****	3,000
9	Chateaubriand, François-René de	Gênio do Christianismo (<i>Génie du christianisme, ou Beautés de la religion chrétienne</i>)	5,000
2	Chateaubriand, François-René de	Viagem a America (<i>Voyages en Amérique</i>)	2,000
1	Chateaubriand, François-René de	Restabelecimento da Censura (<i>Du rétablissement de la censure par l'ordonnance du 24 juin 1827</i>)	2,000
4	Claude Joly	*****	2,000
1	Claudio Frassen	*****	1,000
1	Colbert	*****	2,000
6	Collet	*****	2,000
4	Colmet	*****	2,000
3	Colombieri	Sermões de Colombieri	3,000
1	Cornelio Nepote	*****	0,500
8	De Potter, Louis Joseph Antoine de	Historia Philosophica politica do christianismo (<i>Histoire philosophique, politique et critique du christianisme et des églises chrétiennes, depuis Jésus jusqu'au dix-neuvième siècle</i>)	4,000
6	De Potter, Louis Joseph Antoine de	*****	2,000
1	De Pradt, Dominique Dufour - barão	Lei das Eleições (<i>De l'Affaire de la loi des élections</i>)	0,400
2	De Pradt, Dominique Dufour - barão	Europa e America (<i>L'Europe et l'Amérique depuis le congrès d'Aix-la-Chapelle; ou, L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823</i>)	2,000
2	De Pradt, Dominique Dufour (barão)	A França (<i>La France, l'émigration et les colons</i>)	2,000
3	De Pradt, Dominique Dufour (barão)	Concordatas (<i>Concordat de l'Amérique avec Rome</i>)	3,000
5	Demosthenes	Obras	5,000
2	Dubarthes	*****	2,000
1	Duguet, Jacques Joseph	Explicações dos seis dias (<i>Explication de l'ouvrage des six jours</i>)	2,000
1	Erasmus de Roterdã	*****	1,000
1	Felice	Souvenir (<i>Souvenir de l'Exposition de Paris Polka mazurka pour piano par Félice Catalani</i>)	1,000
2	Felice, Fortunato Bartolomeo	Direito das Gentes (<i>Leçons de droit de la nature et des gens</i>)	2,000
1	Francisco de Sá Torres	*****	1,000
4	Frederico	Frederico	2,000
11	Fritot, Albert	Sciencia do Publicista (<i>Science du publiciste, ou Traité des principes élémentaires du droit considéré dans ses principales divisions</i>)	5,500
1	Fritot, Albert	Espirito do Direito (<i>Esprit du droit et ses applications à la politique et à l'organisation de la monarchie constitutionnelle</i>)	2,000
9	Gaultier, Louis	Geographia	4,000
1	Gaultier, Louis	Geographia	2,000
2	Gavetti	Economia Politica	2,000

3	Gmeaci	*****	3,000
2	Gmeineri, Xaverii	*****	2,000
2	Gmeineri, Xaverii	Historia Ecclesiastica (<i>Epitome historiae ecclesiasticae Novi Testamenti in usum praelectionum academicarum</i>)	2,000
2	Heineccius, Johann Gottlieb	Juris civilis (<i>Elementa juris civilis secundum ordinem Pandectarum; ou Recitaciones in elementa juris civilis, secundum ordinem Institutionum</i>)	2,000
9	Helvecio, Claude-Adrien	Obras	3,000
3	Hendri	*****	2,000
3	Holbach, Paul-Henri Dietrich (Baron d')	*****	3,000
2	Homero	*****	2,000
1	Horacio	Opera	2,000
1	Horacio	*****	2,000
2	Horacio	*****	1,000
2	Jacob, Paul Lacroix (bibliophile)	Marqueza de Chatillard (<i>La Marquise de Chatillard</i>)	2,000
1	Le Pelletier	Le Logographe, ou le Moniteur secret	2,000
1	Lebás	Historia Moderna	1,000
1	Leheur	*****	1,000
1	Lhomard	Grammatica	1,000
2	Ludovico (Muratori, Lodovico Antonio, 1672-1750)	Theologia	2,000
6	Marcius	Obras de Marcius	2,000
2	Martini	*****	1,000
1	Massilon, Jean-Baptiste	Sermões (<i>Petit carême. Sermons; ou Sermons de M. Massillon, évêque de Clermont</i>)	2,000
2	Meisel, August Heinrich	Guia diplomático (<i>Cours de style diplomatique</i>)	2,000
1	Mello Freire, Paschoal José de	Institutionis Juris Civilis et Criminalis Lusitani	1,000
13	Metastasio, Pietro	Opera (truncado)	2,000
1	Milton	*****	1,000
3	Mobley	Direito Publico	3,000
8	Molieri	*****	3,000
12	Morteiro	Morteiro (truncados)	3,000
6	Mosheim, Johann Lorenz von	História Eclesiástica (<i>Historia Tartarorum ecclesiastica. Adjuncta est Tartariae Asiaticae secundum recentiores geographos in mappa delineatio</i>)	6,000
1	Nougaret, Pierre-Jean-Baptiste	Historia Alemã (Beautés de l'histoire d'Allemagne)	1,000
1	Olivá	Forum Ecclesiasticum	3,000
1	Ovidio	*****	1,000
4	Papa Clemente XIV	Cartas do Papa Clemente Quatorze	2,000
2	Pastoret, Emmanuel	Leis Pennaes (<i>Des Lois Pénales</i>)	3,000
2	Perrou	*****	2,000
1	Petrarca, Francesco	*****	1,000
1	Picanço, José Corrêa	Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos	1,000
7	Pignatelle	*****	3,000
1	Pindaro	Obras	1,000
2	Platão	Dialogos de Platão	2,000

1	Praticus	Praticus	2,000
2	Puffendorf, Samuel von	*****	2,000
2	Rees	Instituições Juridicas	3,000
2	Riegger	Elementes juris ecclesiastique	3,000
2	Rochart	*****	2,000
8	Sausen	Sermões de Sausen	4,000
1	Seabra	Discursos Politicos	4,000
2	Selvagius, Pater Julius Laurentius	Institutionum Canonicarum libri tres ad usum seminarii neap.	2,000
1	Silvio Pellico	*****	1,000
2	Thomazius	De Cautelli	1,000
6	Tito Livio	*****	3,000
1	Ugo Foscolo	*****	1,000
2	Virgilio	*****	3,000
2	Volney, Constantin-François de Chasseboeuf	Viagem ao Egypto (<i>Voyage en Syrie et en Égypte, pendant les années 1783, 1784 et 1785</i>)	2,000
2	Wächter, Leonhard	Henri de Hochfurt ou La destinée, suivi de La parole d'un chevalier ; traduit de l'allemand de Veit-Weiber	1,000
1	Wicar	*****	2,000
3	Young, Edward	Noites de Young	3,000
1184			730\$900

Ao que parece, a maior parte dos títulos foi transcrita em português, mesmo que os livros tivessem sido redigidos em outros idiomas. Algumas obras que não tinham edições em português naquele período indicam essa situação. Também encontramos alguns dicionários de línguas estrangeiras que, se não revelam o domínio das mesmas por parte de seu proprietário, indicam, ao menos, o interesse em conhecê-las, como é o caso dos “diccionario Inglez e Hespanhol, diccionario Francez-Grego, diccionario Portuguez e Inglez, diccionario Italiano, diccionario Italiano-Francez, diccionario Francez-Portuguez”. Ademais, essas presenças podem corroborar a ideia que ele pudesse possuir obras redigidas nesses idiomas, embora a transcrição não deixe transparecer.

O inventariado deixou um monte-mor orçado em 5:528\$123, composto pelos livros, por bens móveis e bens de raiz que foram inteiramente vendidos em leilão para saldar as dívidas, que ultrapassavam em muito o valor dos bens deixados.

A terceira biblioteca que encontramos pertencia ao casal Anna Dabney de Avellar Brotero e José Maria de Avellar Brotero¹⁶, primeiro lente Catedrático da Academia de Direito de São Paulo. O inventário começa com a morte da esposa, mas durante a realização dos autos, Brotero falece, sendo o seu inventário incluído no mesmo processo.

¹⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003853, Ano: 1872, Processo nº: 1443.

Dedicaremos um capítulo inteiro à análise de sua biblioteca e de sua trajetória como lente da Academia (Capítulo 5), assim, por ora, basta dizer que ele era dono de uma fortuna considerável, no valor de 168:944\$461, composta por móveis, escravos, prata, ouro, joias, livros, depósitos em bancos, dinheiro em espécie, ações e apólices. O monte-partível foi orçado em 161:040\$261. Sua biblioteca, assim como a de Hildelfonso Xavier Ferreira, pode ser considerada bastante volumosa para os padrões da época, contando com 1.161 volumes, uma das três maiores coleções descritas que encontramos.

A quarta biblioteca também será fruto de um capítulo específico (Capítulo 6), dada a importância da atuação política e intelectual de seu proprietário. Assim, da mesma forma, faremos aqui apenas alguns apontamentos. Ela pertencia a João Theodoro Xavier, lente Catedrático da Academia, que fora também presidente da província de São Paulo pelo Partido Conservador durante quase três anos (1872-1875). Sua carreira política incluiu outras funções que detalharemos em momento oportuno. De qualquer modo, vale mencionar que sua biblioteca tinha um tamanho razoável para os padrões, mas, em termos de posses, João Theodoro se encontrava no grupo de riqueza número 1. Seus bens foram avaliados em 2:320\$190, composto majoritariamente por livros (80%) e alguns bens móveis.

O processo seguinte se refere ao inventário de Joanna Izabel Galvão Urioste¹⁷ que era esposa de Braulio Timotheo Urioste, formado pela Academia de Direito de São Paulo no ano de 1861. Conforme mencionamos, quando um dos cônjuges falecia, inventariava-se os bens do casal, exceto em casos de acordos pré-nupciais, dessa feita, e considerando-se o conteúdo dos livros encontrados, atribuímos a posse de pelo menos uma parte da biblioteca a ele porque seu conteúdo tinha relação com a sua profissão.

Quadro 30 – Biblioteca de Braulio Timotheo Urioste

Vol.	Autores	Títulos	Preço
3	*****	Ordenações do Reino	10,000
4	*****	Repertorio das Ordenações	12,000
1	*****	Codigo Commercial	4,000
20	*****	Leis Brasileiras e Portuguezas	50,000
3	*****	Tratados Orphanologicos	5,000
1	*****	Diccionario Juridico	3,000
8	*****	Constituição Politica e diversas brochuras	10,000
6	Alexandre Dumas	Obras	6,000
2	Candido Mendes de Almeida	Codigo Filippino ou ordenações e leis do reino de Portugal, recopiladas por mandado d'el-rei D. Felipe	10,000

¹⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003690, Ano: 1880, Processo nº: 773.

1	Cordeiro, Carlos Antonio	Assessor Civil (Consultor Civil)	2,000
1	Cordeiro, Carlos Antonio	Assessor Criminal (Consultor Criminal acerca de todas as acções seguidas no Foro Crminal)	2,000
1	Correa Telles, José Homem	Doctrina das acções accomodadas ao foro de Portugal	2,000
10	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Obras	30,000
1	Moraes Carvalho, Alberto Antonio de	(Praxe forense, ou, Directorio pratico do processo civil brasileiro : conforme a actual legislação do imperio)	3,000
2	Moraes, Antonio de M. Silva	Diccionario da lingua portuguesa	2,000
2	Pereira e Souza, Joaquim José Caetano	(Pratica) Primeiras linhas sobre o Processo Civil	6,000
1	Pimenta Bueno, José Antonio	*****	2,000
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	Pratica Civil e commercial	3,000
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	(Pratica) Elementos do processo Criminal para uso das Faculdade de Direito do Império	3,000
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	Praxe Brasileira (Forense)	5,000
1	Ribas, Antônio Joaquim	Curso de Direito Civil brasileiro	5,000
1	Silva Ramos, Joaquim José Pereira da	Assessor Commercial (Abecedario juridico-commercial)	2,000
1	Teixeira de Freitas, Augusto	Consolidação das Leis Civis	10,000
4	Victor Hugo	Obras	4,000
77			191\$000

Os livros conformam uma biblioteca de tamanho comum para os padrões da época, pois, era composta por 77 volumes, sendo que aquelas com até 100, representavam 60% do total (Capítulo 2). Ademais, ela se mostrava bastante especializada. Assim como observamos anteriormente, as obras são predominantemente de direito, voltadas à atuação profissional de seu proprietário. No entanto, também encontramos 10 volumes entre obras de Victor Hugo e Alexandre Dumas – autores que conheceram um grande sucesso na época – indicando que os livros também serviam para fins de lazer. Mas nesse caso, não podemos afirmar a quem pertenciam e por quem eram lidos. De toda forma, vemos que os romances também estavam presentes naquela residência para além dos livros profissionais. É válido chamar a atenção para o fato de que a quase totalidade dos livros eram em português, visto que os autores de jurisprudência eram todos brasileiros ou portugueses.

Braulio Timotheo Urioste era proprietário de um monte-mor no valor de 60:364\$000, composto por móveis, escravos, bens de raiz, ouro, livros, ações e dívidas ativas, que descontadas as dívidas passivas e despesas, conformou um monte-partível de 29:988\$870.

A sexta biblioteca que encontramos pertencia a Anacleto José Ribeiro Coutinho¹⁸ que além de ter sido uma figura importante nos quadros da igreja, também foi lente da Faculdade de Direito, onde se formou no ano de 1833. Seus livros foram encontrados em duas casas diferentes. A coleção que aparece em uma de suas residências não permite conhecer, exatamente, a quantidade de livros existentes, pois os avaliadores os descrevem como um “lote de livros”. No entanto, considerando-se o valor médio dos volumes que encontramos, estimamos que somassem cerca de 77 volumes. O fato de estarem bastante estragados pode indicar que eles eram muito usados, talvez, para sua atividade como professor. Na segunda residência a descrição de alguns dos títulos também não mencionava a quantidade, mas igualmente fizemos uma estimativa considerando o valor médio dos volumes. Nesse caso também consideramos a quantidade de livros que compunham as obras completas de Manuel de Almeida e Souza Lobão e a obra citada de Manuel Borges Carneiro.

Apesar de não podermos conhecer o conteúdo dos livros descritos em lotes, podemos perceber que, assim como a biblioteca de Hildelfonso Xavier Ferreira, a do monsenhor Anacleto Coutinho revela uma dupla formação e, portanto, sua dupla atuação.

Os bens deixados por Anacleto José Ribeiro Coutinho conformaram um monte-mor no valor de 61:458\$987, composto por prata, ouro, móveis, bens de raiz e dinheiro em espécie, que descontadas as despesas e dívidas compuseram um monte-partível no valor de 37:750\$027. Trata-se de um valor bem acima daquele deixado por seu par, revelando que, ao menos economicamente, ele estava em outra escala.

Quadro 31 – Biblioteca de Anacleto José Ribeiro Coutinho

LIVROS ENCONTRADOS NA 1ª RESIDÊNCIA			
Vol.	Autores	Títulos	Preço
77*	*****	Um lote de livros, Direito Eclesiastico, Direito Publico, muito estragados e outros trucados muito estragados	80\$000
LIVROS ENCONTRADOS NA 2ª RESIDÊNCIA			
Vol.	Autores	Títulos	Preço
24**	Lobão, Manuel de Almeida e Souza	Obras Completas*	25\$000
1	*****	Diccionario Latino	6\$000
1	Mello Freire	Opera	10\$000
4**	Borges Carneiro, Manuel	Direito Civil Português**	7\$000
1	Correa Telles, José Homem	Manual do Processo (Direito) Civil	3\$000
1	Monte, Manoel do M. Rodrigues de Araujo	Compendio de Theologia Moral	3\$000

¹⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003403, Ano: 1881, Processo nº: 161.

1	Monte, Manoel do M. Rodrigues de Araujo	Elementos de Direito Eclesiástico publico e particular em relação á disciplina geral da igreja e com applicação aos usos da igreja do Brasil	3\$000
1	Guizot, François	História da Civilização na Europa	3\$000
5*	*****	Legislação Brasileira (truncada)*	5\$000
1	*****	Dicionario Portugues	8\$000
50	*****	Obras diversas truncadas, e estragadas	30\$000
167		TOTAL	183\$000

*Valores estimados dividindo-se o valor da avaliação pelo preço médio dos volumes encontrados no conjunto dos inventários.

***Valores estimados pelos volumes que compunham as obras à venda no Catálogo da casa Garraux de 1872.

A biblioteca seguinte pertencia a Camillo Gavião Peixoto,¹⁹ formado pela Academia de Direito de São Paulo no ano de 1861, na mesma turma de Braulio Timotheo Urioste. Ele era o filho mais jovem do Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto e foi deputado provincial na legislatura de 1880-1881.²⁰

Sua biblioteca se assemelha num certo sentido àquelas coleções de seus pares, pois, ao mesmo tempo em que continha obras de jurisprudência, vemos também obras de belas letras, história e conhecimentos gerais. No entanto, alguns aspectos chamam a atenção, como a proporção entre os temas. Essa biblioteca apresenta um número maior de obras de literatura, com uma presença mais significativa de autores brasileiros. Por outro lado, vemos muitos guias e manuais dos mais diversos temas, inclusive relacionados à saúde. Também aparecem, mais do que nas bibliotecas anteriores, livros que se voltam para a formação comportamental.

Quadro 32 – Biblioteca de Camillo Gavião Peixoto

Vol.	Autores	Títulos
7	*****	Causas Celebres
1	*****	Historia da Guerra da Prussia
45	*****	Le Magasin Pittoresque
3	*****	Du Droit Ecclesiastique
6	*****	Dictionaire de Theologie
1	*****	Brazil na Exposição Universal
6	*****	História do Brasil
19	*****	História Universal
16	*****	Repertoire des connaissances usuelles
2	*****	Historia de Napoleão Primeiro

¹⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000795, Ano: 1883, Processo nº: 2445.

²⁰ MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 119.

1	*****	Du pauperisme em France
3	*****	Apontamentos para o Direito Internacional
1	*****	Direito Administrativo Brasileiro
2	*****	Diccionario Inglez
2	*****	Diccionario Francez-Portuguez e vice-versa
1	*****	Historia de um crime
1	*****	Elemens de Histoire Generale
1	*****	Compendio das Epocas
2	*****	Elements du Droit International
2	*****	Guia dos Juizes Municipaes
2	*****	Contes Fantastiques
1	*****	Educação das meninas
2	*****	Traité de fabrication du sucre de betteraves
1	*****	O Lavrador pratico
3	*****	Revoluções Romanas
1	*****	Geographia Universal
2	*****	Grammatica Analytica da Lingua Portugueza
2	*****	Tratado do Jogo do Voltarete
2	*****	Historia das Revoluções de Portugal
2	*****	Os trez livros das Instituições
1	*****	Elementos de Caridade
4	*****	Biblioteca Maconica
1	*****	Manual do Agricultor
1	*****	Le vagabond
1	*****	Formulario sobre a marcha dos processos criminaes
2	*****	Secours publics
1	*****	O ensino normal primário na Prussia
1	*****	Grammatica Ingleza
1	*****	Arte de domar os cavallos
4	*****	Traité de legislation civile et penale
16	*****	Annaes da Assembleia Provincial de São Paulo
6	*****	Histoire de France
1	*****	Dictionaire Politique
2	*****	A voz da natureza sobre a (origem dos governos)
1	*****	O Federalista
1	*****	Tratado de Economia Politica
10	*****	Droit Romain (manual)
1	*****	Institutiones Jures Romani
7	*****	Leis Geraes do Brazil
2	*****	Retiro Espiritual
2	*****	Bon Jardinier
1	*****	Principios elementares
1	*****	Diccionario geographico
2	*****	Historia dos movimentos de Minas Geraes
3	*****	Droit des gens
1	*****	Code des Bureaux de bienfaisance
3	*****	Principios de competencia e de jurisdicções administrativas
2	*****	Cours de droit naturel
2	*****	Secredos necesarios para officios
1	*****	Historia de Simão de Mantua
2	*****	Historia da Revolução Franceza
1	*****	Corso Inglez

1	*****	Guia Medico
1	*****	Viagem a Jerusalem
1	*****	Pensamentos de Napoleão
1	*****	Regimento das Mercês
1	*****	Le livre d'une Mere
1	*****	Manual de Conversação (Portuguez-Francez)
1	*****	Manual dos ajudantes generais
2	*****	Nova grammatica franceza
2	*****	Diccionario da lingua franceza
2	*****	Archivo Romantico ilustrado
3	*****	<u>Cug-mar</u>
1	*****	Luz da Liberdade
1	*****	Israel ou os desterrados
2	*****	O Messias, poema em dez contos
1	*****	Cartas célebres de educação
1	*****	Secretario de cartas familiares
1	*****	Principios de economia politica
1	*****	Elementos de arithimetica
2	*****	Historia Sagrada
1	*****	Historia de Theodosio o Grande
3	*****	Geometria e mecanica
2	*****	Elementos de Direito Ecclesiastico
1	*****	Grammatica Philosophica Portugueza
1	*****	Licções de Direito Publico
1	*****	Elementos da Lingua Franceza
2	*****	Manual do Direito Ecclesiastico
1	*****	Guia Luso-Brasileiro
1	*****	Historia da Guerra da Prussia e França
1	*****	Prelecções de economia política
1	*****	Methodo <u>Mecnemothechinico</u> da lingua franceza
1	*****	De l'extinction du pauperisme
1	*****	La giminastique Raisonnée
1	*****	Tratado da cultura da canna de assucar
1	*****	Deveres do homem
2	*****	Geographia Universal
1	*****	Resumo de todos os títulos
1	*****	Mappa geographico
1	*****	Guia pratico do Tabelião de Notas
1	*****	Pratica Civil e Comercial
1	*****	Formulario dos contractos e testamentos
1	*****	Mûriers et vers à soie
1	*****	Baedeker Guide a Pariz
1	*****	Manual do jardineiro
1	*****	Histoire des Croisades
1	*****	Novo Diccionario Portuguez e Francez
1	*****	Deos é o amor purissimo
1	*****	Quem e Jesus Christo
1	*****	Journée du Christien
1	*****	Ensaio sobre a arte de ser feliz
1	*****	Filosophia Moral
1	*****	Deveres dos homens
1	*****	Collection de Classiques Français

1	*****	Theoria das Assembleas Legislativas
1	*****	Parafrase dos proverbios de Salomão
1	*****	Cathecismo de Economia Politica
1	*****	Macarrea latino-portuguez
1	*****	Le Cocon de Soie
1	*****	Cabrião
1	*****	Compendio de Geographia
1	*****	Continuação d'Historia Universal
1	*****	O Guarda Livros
1	<i>(Armengaud, Charles, 1813-1893)</i>	Guide de mecanique pratique
1	<i>(Armengaud, Charles, 1813-1893)</i>	Formulaire de l'ingenier constructeur
2	<i>(Dumont, Étienne, 1759-1829)</i>	Traité des preuves judiciaires
2	Abreu de Lima, Jorge Ignacio de	Historia do Brazil
1	Accum, Parkes e Griffin	Manual de Chimica Divertida, ou novas recreações químicas contendo uma serie de experiencias e factos químicos, com vocabularios de termos d'esta sciencia, ordenados em inglez por Accum, Parkes e Griffim, traduzidos em portuguez
1	Ahrens, Heinrich	Cours de droit naturel ou de philosophie du droit fait d'après l'état actuel de cette science en Allemagne
1	Albergaria, Julio de (Pseud. de José Maria Lisboa)	Cousas e Lousas
	Alexandre Dumas	Obras Completas
4	Alexandre Dumas (père)	Os trez mosqueteiros
4	Alexandre Dumas (père)	Vinte annos depois
8	Alexandre Dumas (père)	O Visconde de Bragelonne (falta um)
2	Alexandre Dumas (père)	Silvandire
2	Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo	Lendas e Narrativas
2	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Viagens na minha terra
1	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Educação domestica
1	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Adosinda
1	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	Dona Branca
1	Almeida Garrett, João Baptista da Silva Leitão de	O Retrato de Venus
3	Alvares de Azevedo, Manuel Antonio	Obras poeticas
1	Ambroise Clément	Recherches sur les causes de l'indigence
1	Americo Brasiliense de Almeida e Mello	Exposições ou Lições de Historia Patria
2	Antonio da Costa Paiva (Barão de Castelo de Paiva)	Novissimos ou Últimos Fins do Homem
1	Antonio Joaquim de Macedo Soares	Harmonias Brasileiras

2	Antonio Pereira de Souza Caldas	Obras poeticas
1	Antonio Vieira, Padre	Cartas Selectas
1	Antonio Vieira, Padre	A arte de furtar
1	Arcesiláo (Pseud. De Ricardo Viscoli de Castellazzo)	O livro do Democrata
8	Aristoteles de Souza (Pseud. De Bruno Seabra)	Memorias de um pobre Diabo
1	Azeredo Coutinho, José Joaquim da Cunha de	Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias
1	Bénion, Adolphe	Traité de l'elevage et des maladies des animaux et oiseaux de basse-cour et des oiseaux d'agrément
2	Benthan, Jeremy	Theoria dos premios legaes extrahida dos manuscriptos do sabio jurisconsulto ingles Jeremias Bentham
1	Bergier, Nicolas (L'Abbé Le Noir)	Sermões de Bergier (<i>Sermons inédits de Bergier</i>)
4	Biron, George Gordon (Lord)	Oeuvres Completes
6	Bocage, Manuel Maria Barbosa du	Poesias
2	Boileau	Obras
1	Brasílio A. Machado de Oliveira	Madresilvas
1	Broussais, François Joseph Victor	Licções do Doutor Broussais sobre uma epidemia de colera-morbus traduzida por A. H. Forte Gato
11	Buffon (<i>Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon</i>)	Oeuvres Completes
1	Burnier, N.	Elementos de Contabilidade Commercial
1	Camões, Luis	Poemas
5	Camões, Luis	Obras
1	Carlos Augusto Ferreira	Rosas Loucas
1	Carlos Ferreira	Poesia
3	Carvalho Moreira, Francisco Ignacio de	Manual do Cidadão (Constituição política do Império do Brasil seguida do acto adicional - Série Manual do Cidadão Brasileiro)
1	Casimiro de Abreu	As primaveras
2	Castelo Branco, João de Lemos Seixas	Cancioneiro
1	Castro Alves, Antonio Frederico	Espumas Flutuantes
1	Cottin, Sophie	Clara d'Alba
1	Cruz e Silva, Antonio Diniz da	Odes Pindaricas
1	Debay, Auguste	Physiologia do Matrimonio - História natural e médica do homem e da mulher casados nas suas mais curiosas particularidades. Traduzido por A.J. Fernandes dos Reis
1	Debay, Auguste	Phisiologia da Mulher
1	Destutt de Tracy, Antoine-Louis-Claude	Elementos de ideologia
1	Euclides	Elementos
1	Fagundes Varella, Luiz Nicolau	Cantos e Phantasia
1	Faustino Xavier de Novaes	Poesias Posthumas
1	Fausto	A cabeça de um Baronato
1	Fausto	Dois dias de felicidade
1	Fenelon, François de	Aventures de Télémaque
3	Figuier, Louis	Les merveilles de l'industrie

4	Figuier, Louis	Les merveilles de la science, ou Description populaire des inventions modernes
16	Figuier, Louis	L'année scientifique et industrielle ou Exposé annuel des travaux scientifiques, des inventions et des principales applications de la science à l'industrie et aux arts, qui ont attiré l'attention publique en France et à l'étranger
4	Figuier, Louis	Histoire du merveilleux dans les temps modernes
2	Figuier, Louis	L'alchimie et les alchimistes essai critique sur la philosophie hermétique
11	Figuier, Louis	L'homme primitif
1	Figuier, Louis	Vies de Savants Illustres
1	Figuier, Louis	Les Grands Inventions
1	Figuier, Louis	Les Savants du Foyer ou notions scientifiques sur les objets usuels de la vie
1	Filinto Elysio (Pseud. de Francisco Manuel do Nascimento)	Poesie Lyrique Portugaise ou choix des odes... Traduites en Français par A. M. Sané
1	Firmino de Sentelha, Frei	Sermões do Padre Frei Firmino de Sentelha
1	Flavio Reinal	Entre o céu e a terra
2	Fontenelle, Jean-Sébastien-Eugène Julia de	Manual de physica divertida, ou Novas recreações physicas
2	Fouquier, Armand	Causes Celebres
1	Francisco Pires da Costa	Novo Ministro de enfermos ou methodo practico de administrar os sacramentos
6	François de Lantier, Etienne	Viagens de Antenor pela Grécia e Ásia
1	Freire da Silva, Augusto	Rudimentos da Grammatica Portugueza
1	Ganganelli (Pseud. De Joaquim Saldanha Marinho)	A Igreja e o Estado
1	Getulino (Pseud. Luis Gama)	Primeiras trovas burlescas
1	Goldsmith, Lewis	Historia Secreta do gabinete de Napoleão
1	Gonçalves de Magalhães, Domingos José	Suspiros poeticos e saudades
1	Gonçalves de Magalhães, Domingos José	Canticos Funebres
2	Gonçalves Dias, Antonio	Poesias
1	Gonçalves Dias, Antonio	Contos
1	Graffigny, Françoise de	Cartas de uma Peruviana
1	Guthrie, William	Abregé de la nouvelle geographie universelle, physique, politique et historique
4	Hautefeuille, Laurent-Basile	Des droits et des devoirs des nations neutres en temps de guerre maritime
1	Horacio Flaco (Ludovicus)	Quinti Horath Flacci opera interpretatione et notis illustravit Ludovicus
1	Imbert, Jean-Baptiste Alban	Manual do Fazendeiro, ou Tratado domestico sobre as enfermidades dos negros, generalisado ás necessidades medicas de todas as classes
1	Jacinto Freire de Andrade	Vida de D. João de Castro
1	Jaguaribe Filho, Domingos José Nogueira	Arte de formar homens de bem offerecida ás mães de familia

1	João Cardoso de Menezes e Souza (Barão de Paranapiacaba)	Theses sobre colonização do Brazil: projecto de solução a's questões sociaes que se prendem a este difficil problema. Relatório apresentado ao ministério da agricultura, commercio e obras publicas em 1875
1	João Fernandes Tavares	Socorro as pessoas envenenadas e asphixiadas, seguidos dos meios próprios a reconhecer os venenos o os vinhos falsificados e para distinguir a morte real da apparente, por Mr. Orfila; traduzidos e ampliados com algumas notas
3	Joaquim Manoel de Macedo	Anno Biographico Brasileiro
1	Joaquim Manoel de Macedo	A Moreninha
3	Jonathan Swift	Viagens de Guliver
1	José Agostinho de Macedo	Meditação, poema filosofico em quatro cantos
1	José de Alencar	Cinco Minutos
1	José de Alencar	A Viuvinha
1	José de Alencar	Til - Romance brasileiro (terceiro volume)
1	José Victorino da Silva de Azevedo	Horas Vagas
1	Jules Michelet	L'Amour
1	Julio Verne	Viagens ao centro da terra
3	Julio Verne	Os Filhos do Capitão Grant
1	Julio Verne	Cinco semanas num balão
1	Julio Verne	Les Pays des Fourrures
2	Labaume, Eugenio	Relação completa da Campanha da Russia em 1812 traduzido em portuguez
2	Lagondie, Joseph Guilhen de	Le cheval et son cavallier, hippologie, équitacion, école pratique pour la connaissance, l'éducation, la conservation, l'amélioration du cheval
1	Lamartine, Alphonse de, - M. de Lamartine	Oeuvres Completes de M. de Lamartine
1	Lamothe, Léonce de	Nouvelles etudes sur la legislation charitable et sur les moyens de pourvoir à l'exécution de l'article XIII de la Constitution française, suivies d'une bibliographie charitable
2	Laurent, Émile	Le paupérisme et les associations de prévoyance: nouvelles études sur les sociétés de secours mutuels : histoire, économie politique, administration
2	Lepage, P.	Elemens de la science du droit, à l'usage de toutes les nations et de toutes les classes de citoyens
2	Lima Leitão, Antonio José de	Monumento a elevação da Colonia do Brasil A Reino, e ao Estabelecimento do Triplice Imperio Luso
1	Machado de Assis, Joaquim Maria	Ressurreição
1	Mariano José Pereira da Fonseca (Marquês de Maricá)	Máximas, pensamentos e reflexões do Marques de Maricá
1	Mello Franco, Francisco de	Reino da Estupidez
1	Moniz Barreto, Rozendo	Favos e travos
3	Montepin, Xavier de	Obras
3	Montepin, Xavier de	Les Chevaliers du Lansquenet
2	Montolieu, Isabelle de	Caroline de Lichfield
2	Moraes	Diccionario Portuguez
1	Nyon, Eugène	Contes et Nouvelles

1	Orfèverie Christofle - Tarif	Orfèverie Christofle - Tarif
1	Ottoni, Christiano Benedicto	Elementos de Geometria e trigonometria rectilinea
1	Palmeirim, Luiz Augusto	Poesias
2	Pasteur, Louis	Etudes sur la maladie des vers a soie
1	Pelletan, Eugène	La famille: la mère
2	Pelletan, Eugène	Heures de travail
1	Pereira Carvalho, José	Primeiras linhas sobre o processo orphanologico
1	Pimenta Bueno, José Antonio	Direito Publico brasileiro e analyse da Constituição do Imperio
1	Pinheiro Chagas, Manoel	Novos Ensaio Criticos
1	Pinheiro Chagas, Manuel	Ensaio Criticos
1	Portico	Diccionario
1	Ramalho Ortigão, José Duarte de	Historias côr de rosa
1	Roquette, José Ignacio	Cathecismo de Mont-Pellier pelo bispo Charency, novamente traduzido e augmentado com o resumo da doutrina christã como scusa em Portugal e no Brazil
1	Roselly de Lorgues, Antoine-François-Félix	Jesus Christo perante o Seculo
1	Salvador de Mendonça, Menezes Drummond Furtado	Trabalhadores asiaticos
11	Scribe, Eugène	Oeuvres Completes
2	Silva Alvarenga, Manuel Inácio da	Obras poeticas
1	Silvio Dinarte (Pseud. De Alfredo de Escragnolle Taunay)	Lágrimas do coração, manuscripto de uma mulher
1	Taunay, Carlos Augusto	Manual do Agricultor Brasileiro: obra indispensável a todo senhor de engenho, fazendeiro e lavrador por apresentar uma idéa geral e philosophica da agricultura applicada ao Brazil e ao seu especial modo de producção, bem como noções exactas sobre todos os gêneros de cultura em uso, ou cuja adopção for profícua, etc; ornado com varias estampas
1	Valmont, Victor	O Espião Prussiano
1	Vicente Felix de Castro	Historia de um voluntario da patria
1	Victor Hugo	Ultimo dia de um condemnado
1	Virgilio	A Eneida Epopêa
4	Walter Scott	Há sessenta annos ou Warveley
3	Walter Scott	O Abbade, Seguimento do Mosteiro
3	Walter Scott	O Talisman ou Ricardo na Palestina
2	Wheaton, Henri	Histoire des Progres du droit des gens en Europe depuis la paix de Westphalie jusqu'au congrès de Vienne, avec un Précis historique du droit des gens européen avant la paix de Westphalie
2	Young, Edward	Noites de Young
585		

Conforme indicamos, a proporção na divisão dos temas das obras chama bastante a atenção, pois, entre aquelas que conseguimos identificar, vemos cerca de 32 ocorrências de livros jurídicos contra 77 de belas letras e 28 de história e geografia, fazendo com que essa

coleção se diferencie sensivelmente das demais. Nela também aparecem diversos literatos brasileiros, como Silva Alvarenga, Antonio Joaquim de Macedo Soares, Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Machado de Assis, Fagundes Varela, Gonçalves Dias, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu etc., além de vários clássicos estrangeiros.

Por outro lado, chama a atenção as obras de instrução moral como, por exemplo, a *Arte de formar homens de bem oferecida às mães de família*, de Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, ou o *Educação das meninas*, sem autor mencionado, mas também os manuais de diversas áreas, como o *Manual dos ajudantes gerais*, o *Manual do jardineiro*, o *Guide de mecanique pratique*, o *Formulaire de l'ingenier constructeur* e o *Guia Medico*.

Além disso, gostaríamos de chamar a atenção para 43 volumes de obras de Louis Figuier (1819-1894), relacionadas a descobertas científicas e desenvolvimento tecnológico, como deixam entrever os seguintes títulos: *Les merveilles de l'industrie*; *Les merveilles de la science, ou Description populaire des inventions modernes*; *Histoire du merveilleux dans les temps modernes*; *L'alchimie et les alchimistes essai critique sur la philosophie hermétique*; *L'homme primitif*; *Les Grands Inventions*; *Les Savants du Foyer ou notions scientifiques sur les objets usuels de la vie*; *Vies de Savants Illustres*; *L'année scientifique et industrielle ou Exposé annuel des travaux scientifiques, des inventions et des principales applications de la science à l'industrie et aux arts, qui ont attiré l'attention publique en France et à l'étranger*.

Assim, podemos notar que além da importância dos livros para a atuação profissional, parece que essa biblioteca se voltava a todas as outras esferas da vida. Poderíamos imaginar até que ela servisse não só para o seu proprietário, mas para toda a família, inclusive para as mulheres e para as crianças. Ao falecer, Camillo Gavião Peixoto deixou sua esposa e uma filha de 5 anos de idade. Essa coleção é um claro exemplo de que, mesmo que existam tendências gerais numa determinada época e lugar, as escolhas individuais têm um papel fundamental na conformação das bibliotecas.

Camillo Gavião Peixoto deixou no momento de sua morte uma fortuna no valor de 111:645\$700 em bens móveis, escravos, livros, prata, ouro, brilhantes, ações, dívidas ativas e bens de raiz. O monte-partível foi orçado em 10:116\$920, pois 100 contos de réis pertenciam à sua esposa em função de um contrato pré-nupcial.

A oitava biblioteca pertencia a Clemente de Souza Falcão Filho,²¹ outra figura de destaque na sociedade paulistana. Ele bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1855, atuou como advogado, Juiz de Paz suplente e eleitor da Freguesia da capital, e foi lente da Academia de Direito de São Paulo. Era filho do importante político, de mesmo nome, que, assim como o filho, foi lente da Academia e deputado provincial e geral.²²

Sua biblioteca, assim como a dos inventários anteriores, era composta por obras de direito e de outras áreas. Mas, chama a atenção a proporção muito forte das obras jurídicas e uma presença maior do que em outras bibliotecas de obras de belas letras, história, geografia e ciências naturais. Em relação às primeiras, a quantidade de obras de direito eclesiástico e obras religiosas, aproximando essa coleção das bibliotecas de Hildelfonso Xavier Ferreira e Anacleto José Ribeiro Coutinho, é bastante notável. No entanto, essa forte presença pode se explicar pelo fato de que, durante o tempo no qual foi lente substituto na Academia, ele lecionou, por vários anos, na cadeira de Direito Eclesiástico.²³

Specer Vampré afirma que nessa disciplina Falcão Filho expressava abertamente as suas opiniões sobre a separação entre a Igreja e o Estado, a ilegitimidade do poder temporal do Papa, a contestação de sua infalibilidade e a inconveniência do celibato clerical, recebendo, por isso, várias críticas dos pensadores mais ortodoxos.²⁴ Nesse sentido, a primeira impressão que tivemos de sua coleção, que nos levava a considerá-lo, talvez, como um homem muito ligado às tradições da Igreja, se desfez, indicando que a simples posse de determinadas obras apresenta alguns limites se quisermos compreender o perfil de seus proprietários.

Quadro 33 – Biblioteca de Clemente Falcão Souza Filho

Vol.	Autores	Títulos
1	*****	Manual dos Negociantes
1	*****	Projecto de Codigo Commercial
1	*****	Codigo Commercial
1	*****	Codigo Commercial
1	*****	Causes Celèbres
1	*****	Consultas do Conselho d'Estado
2	*****	Direito Cambial da Allemanha
1	*****	Dictionaire Français-Portugais
1	*****	O Penhor

²¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003833, Ano: 1887, Processo nº: 1088.

²² AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p. 191.

²³ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 70.

²⁴ *Idem*.

1	*****	Conselheiro Fiel do Povo
1	*****	Lucrèce, Virgile Valérius Flaccus
1	*****	La Saint Bible
1	*****	Juriz Civiles Ecloga
4	*****	The Eccentric Travaller
1	*****	Guia dos Juizes de Orphãos
1	*****	Manuel de la Maçonnerie
2	*****	Discussion sur le Code Civil
1	*****	Theologia Dogmatique
2	*****	Concilio de Trento
1	*****	Constituição do Brasil
28	*****	Legislação Brasileira
1	*****	Direito do Padroado no Brasil
2	*****	Corpus Juris Civiles
6	*****	Collecção das Leis Portuguezas de 1603 a 1761
15	*****	Collecção de Leis do Brasil de 1822 a 1840
1	*****	Codigo Civil Portuguez
1	*****	Le Cinq Codes
7	*****	Colecções de Leis Extravagantes de Portugal
6	*****	Systema dos Rigimentos Reaes
3	*****	Ordenações e Leis de Portugal
1	*****	O Recopilador
1	*****	O Jogo do Voltarete
1	*****	Actos, attribuições, deveres e obrigações dos juizes de paz contendo uma minuciosa explicação por um bacharel
1	*****	Codigo do Processo Criminal
3	*****	Ordenações e Leis de Portugal
1	*****	Assentos da Supplicação
4	*****	Repertorio das Ordenações
4	*****	Les causes celebres
8	*****	Colecção de Leis da Provincia de São Paulo
2	*****	Repertorio das Leis do Brasil
2	*****	Corpus Juris Civilis Romanis
6	*****	Legislação Portuguesa
2	*****	Relatorios das Actas do Ministerio da Justiça
1	*****	Repertoire de la Legislation du Droit
2	*****	Biblia Sagrada
1	*****	Biblia Sagrada
1	*****	Exposição de 1862 - Brasil
1	*****	Manual dos Negociantes
1	(João Francisco Lisboa, ou, André de Barros)	Vida do Padre Antonio Vieira
1	(Susano, Luiz da Silva Alves de Azambuja)	Codigo das Leis e Regimentos Orphanologicos
2	A. D. P.	Assumptos para la Historia del Uruguay
1	A. de Azevedo (Álvares de Azevedo)	Obras
1	A. J. T.	Noticia da Mytologia
2	Abreu e Silva	Historia do Brasil
6	Adolphe	Code Penal

1	Affre, Denis-Auguste	De l'appel comme d'Abus, son origine, ses progrès et son état présent, suivi d'un écrit sur l'usage et l'abus des opinions controversées entre les gallicans et les ultramontains
1	Affre, Denis-Auguste	Traité de la Propriété des biens ecclésiastiques
1	Afonseca	Rhetorices atque Portices
1	Ahrens, Heinrich	Cours de droit naturel ou de philosophie du droit fait d'après l'état actuel de cette science en Allemagne
1	Aimard, Gustave (Oliver Gloux)	Les nuits mexicains
1	Alberto Carlos de Menezes	Pratica dos Tombos
1	Alberto Carlos de Menezes	Practica dos Juizos Divisórios, ou formulário dos inventários, partilhas, contas, marcações, tombos, e outros processos summarios etc
1	Albuquerque	Deveres do Homem
1	Alexandre Dumas (fils)	La Question du Divorce
1	Alexandre Dumas (père)	Visconde de Bragelonne
1	Alexandre Dumas (père)	Gabriel Lambert
2	Alexandre Dumas (père)	Acté
2	Allan Park, James	Systema da Ley Sobre os Seguros Maritimos
2	Ancillon, Frédéric	Tableau des revolutions du système politique de l'Europe depuis la fin du XVe siècle
6	André	Droit Canone
1	Ansart, Félix	Précis de la Géographie ancienne et moderne comparée
1	Antonio Ferreira	Opusculo Theologico (estragado)
1	Appleton, Charles	De la Possession et des actions possessoires
1	Aquino e Castro, Olegario Herculano de	Pratica das Correições: commentario ao regulamento de 2 de outubro de 1851
1	Araujo e Silva, Luiz Ferreira de	Processo Administrativo no thesouro nacional
1	Assis Mascarenhas (<i>Miguel do Couto Guerreiro</i>)	Tratado da Versificação Portuguesa... Offerecido ao Exmo. Ermo. Senhos D. Domingos Joseph de Assis Mascarenhas
2	Aulet	Diccionario de Portuguez
1	Azevedo Castro	Repertorio da Defesa Judiciaria
1	Azevedo Marques, Manuel Eufrásio de	Apontamentos historicos, geographicos, biographicos, estatisticos e noticiosos da provincia de S. Paulo: seguidos da chronologia dos acontecimentos mais notaveis desde a fundação da Capitania de S. Vicente até o anno de 1876
2	Azuni, Domenico Alberto	Droit Maritime de l'Europe
2	B. Constant (<i>Benjamin Constant, 1767-1830</i>)	Direito Constitucional
1	B. J. de Carvalho	Tratado sobre os Tombos
2	B. Pereira (<i>Pereira, Lafayette Rodrigues</i>)	Direito das Couzas
1	Bacon	Ouvres
1	Balbi	Le Globe Atlas (<i>Le globe, atlas classique universel de géographie ancienne et moderne pour servir à l'étude de la géographie et de l'histoire dressé par M. A. H. Dufour ; et revu par M. Jomard,...</i> ; avec une statistique jointe à chaque carte, et rédigée d'après l'Abrégé de géographie de ... M. A. Balbi)

2	Balbi, Adriano	Geographia
1	Barroso, José Liberato	Questões práticas de Direito Criminal
1	Barroso, José Liberato	A lettra de cambio segundo o direito pátrio. Doutrina do título 16° do Código commercial
1	Barroso, José Liberato	A Instrucção Publica no Brasil
2	Baumont (<i>Beaumont, Gustave de, 1802-1866</i>)	Systema Penitenciario (<i>Système pénitentiaire aux États-Unis et de son application en France</i>)
1	Beccaria, Cesare	Des Délite et des Peines
1	Beccaria, Cesare	Des Délite et des Peines
1	Beignon	Eloquencia
1	Benevides, José Maria Correa de Sá e	Elementos da Philosophia do Direito Privado
3	Benthan, Jeremy	Traité de la Legislation civile et penale
1	Berdonnet	Les Chemins de Fer
1	Berdonnet	Traité Elémentaire des Chemins de Fer
1	Bernardo Guimarães	Lendas e Romances
1	Bezout, Étienne	Arimetique
3	Borges Carneiro, Manuel	Direito Civil Português
1	Borges, José Ferreira	Comentarios sobre a legislação portugueza acerca de Avarias
1	Bornier	Provas
1	Boucher, Pierre B.	Institution au Droit Maritime
1	Bouillet, Marie-Nicolas	Dictionnaire universel d'histoire et de géographie
1	Bouillet, Marie-Nicolas	Diccionario de Ciencias (<i>Dictionnaire universel des sciences des lettres et des arts</i>)
1	Brewer, Dr.	A Chave da Sciencia ou os phenomenos da natureza
3	Bruschy, Manuel Maria da Silva	Anotações ao Compendio de direito romano de Waldeck
11	Buffon	Obras Completas
1	Bulhões Dias	Leis sobre a Guarda Nacional
5	Burlamaqui, Jean-Jacques	Droit de la nature
1	Burnouf, Jean-Louis	Grammaire Grecque (<i>Premiers Principes de la grammaire grecque, extraits de la Méthode pour étudier la langue grecque; ou, Abrégé de la Grammaire Grecque</i>)
1	C. de Abreu (<i>Casimiro de Abreu</i>)	Obras Completas
1	Cabedo	Decisionem
1	Cabral, Manuel de Pina	Magnum Lexicum Latino
1	Camara Leal, Luiz Francisco da	Apontamentos sobre suspeicoes e recusacoes no judiciario e no administrativo e sobre o impedimento por suspeicao no servico simultaneo dos funcionarios, parentes ou semelhantes
1	Camilo Castelo Branco	Vingança
1	Camilo Castelo Branco	Coração, Cabeça e Estomago
1	Camoens, Luis de	Lusiadi
1	Camões, Luis	Lusiadas
1	Candido Mendes de Almeida	Codigo Filippino ou ordenações e leis do reino de Portugal, recopiladas por mandado d'el-rei D. Felipe
2	Cardoso	Additionatus
1	Caroatá, Jose Prospero Jehovah da Silva	Vademecum forense: contendo uma abreviada exposição da theoria do processo civil
2	Caroline Lee Hentz	O Filho do Barqueiro

1	Carvalho e Cunha, Benigno José de	A Religião da Razão ou a harmonia da razão com a religião revelada
1	Carvalho Moreira, Francisco Ignacio de	Manual do Cidadão (<i>Constituição política do Império do Brasil seguida do acto adicional - Série Manual do Cidadão Brasileiro</i>)
1	Castro Tavares, Jerônimo Vitella de	Compendio de direito ecclesiastico para uso das academias do imperio
1	Castro Tavares, Jeronymo Vilella de	Compendio de Direito Publico Ecclesiastico
1	Castro Tavares, Jeronymo Vilella de	Carta dirigida ao Exm. Bispo Romualdo, arcebispo da Bahia, sobre o parecer de S. Ex. acerca da seguinte consulta: Si os parochos podem ser processados e punidos pelo poder temporal, quando violam as obrigações mixtas e as leis do Estado
1	Castro Tavares, Jeronymo Vilella de	Compendio de direito ecclesiastico para uso das academias do imperio
1	Castro Tavares, Jeronymo Vilella de	Compendio de Direito Publico Ecclesiastico
1	Charles Alexandre	Dictionnaire Grec-Française
16	Chateaubriand, François-René de	Obras Completas
1	Chateaubriand, François-René de	Génie du christianisme, ou Beautés de la religion chrétienne
2	Chauveau, Adolphe; Hélie, Faustin	Theorie du Code Penal
3	Chevalier, Michel	Économie Politique
2	Cochrane	Medicina Domestica Homeopathica
2	Coelho da Rocha, Manuel Antônio	Instituições do Direito Civil Portuguez
1	Collas, Émile	La liberté de Tester
4	Comte, A. (<i>Comte, Charles, 1782-1837</i>)	Traité de Législation (<i>Traité de législation ou Exposition des lois générales suivant lesquelles les peuples prospèrent, dépérissent ou restent stationnaires, 1827</i>)
1	Comtesse D'Ash	La Marquise Sanglante
1	Contestieu (<i>Montesquieu</i>)	Decadencia dos Romanos (<i>Grandeur et décadence des Romains</i>)
1	Cordeiro, Carlos Antonio	Assessor Forense forense ou formulário de todas as acções conhecidas no foro brasileiro
1	Cordeiro, Carlos Antonio	Codigo Criminal do Império do Brazil
1	Cormenin, Louis-Marie de Lahaye	Livre des Orateurs
1	Correa Telles, José Homem	Theoria da Interpretação das Leis e ensaio sobre a natureza do censo consignativo
1	Correa Telles, José Homem	Doctrina das acções accomodadas ao foro de Portugal
1	Correa Telles, José Homem	Manual do Tabelião, ou ensaio de jurisprudencia eumatica, contendo a collecção de minutas dos contractos e instrumentos mais usuaes, etc.
5	Correa Telles, José Homem	Digesto Portugues ou Tratado dos direitos e obrigações civis
1	Corrêa Telles, José Homem	Commentario Critico á lei da boa-razão em data de 18 de agosto de 1769
1	Costa Pereira	Diccionario Geographico do Brazil
1	Cotelle, Toussaint-Ange	Legislation Française des Chemins de Fer
1	Cunha Azevedo, Manoel Mendes da	O Codigo Penal do Imperio do Brazil com observações sobre alguns de seus artigos

1	Cunha Azevedo, Manoel Mendes da	Observações sobre os varios artigos do Codigo do processo Criminal e outros da lei de 4 de dezembro de 1841
3	D. Cortez	Obras
1	De Maistre, Joseph	Do Papa
1	Des Michels, Chrysanthé-Ovide	Historie du Moyen Age
1	Diogo de Mendonça Pinto	Ensaaios Dramaticos
1	Diogo Guerreiro Camacho de Aboim	Tractatus de Recusationibus
1	Diogo Guerreiro Camacho de Aboim	De Ratinibus Reddendis
3	Du Caurroy, Adolphe Marie	Institutes de de l'empereur Justinien
6	Dufour	Historia da Prostituição
2	E. <u>Sanvestu</u>	Escolhidas e <u>Reps_b_s</u>
2	Emerigon, Balthazard-Marie	Traité des Assurances et des contrats à la Grosse par Barth
1	Ernest Lamé Fleury	Code annoté des chemins de fer en exploitation, ou Recueil méthodique et chronologique des lois, décrets, ordonnances, arrêtés, etc., concernant l'exploitation technique et commerciale des chemins de fer
1	Eschrich	O livro de Job
6	Eschrich	Um Drama no Mar
5	Eschrich	Os Anjos da Terra
1	Esquiros, Alphonse	Les Fastes Populaires ou Histoire des actes héroïques du peuple et de son influence sur les sciences, les arts, l'industrie et l'agriculture
1	Euclides	Geometria
1	Euclides	Elementos
2	Eugéne	Etudes sur les chemins de fer
1	Eugène Sue	O Commendador de Malta
4	Faria	Diccionario de Portuguez
4	Felice, Fortunato Bartolomeo	Leçons de droit de la nature et des gens
1	Felicio dos Santos, Joaquim	Memorias do Districto Diamantino da comarca do Sêrro Frio, Provincia de Minas Geraes
1	Fenelon, François de	Aventures de Télémaque
4	Fenimore Cooper	O Espião do Campo Neutro
1	Ferdinand Denis	Histoire du Brezil
2	Fernandes Thomaz, Manoel	Repertorio das Leis Extravagantes de Portugal ou indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal : publicadas depois das Ordenações, comprehendendo tambem algumas anteriores, que se achão em observancia
1	Ferreira Borges, José	Diccionario Juridico-Comercial
1	Ferreira Borges, José	Codigo Commercial Portuguez
1	Ferreira Borges, José	Synopsis juridica do contracto de cambio maritimo vulgarmente denominado contracto de risco
1	Feuillet, Octave	Le Journal d'unne Femme
3	Fiore, Pasquale	Droit International
1	Foucart, Émile-Victor	Direito Administrativo (Précis de droit public et administratif; ou, Éléments de droit public et administratif, ou Exposé méthodique des principes du droit public positif)
1	Francisco Solano Constancio	Novo Mestre Inglez ou Grammatica da Lingua ingleza

1	Franck, Adolphe	Philosophie du Droit Ecclesiastique, des Rapports de la religion et de l'Etat
1	Franck, Adolphe	Philosophie du Droit Civil
1	Franck, Adolphe	Philosophie du droit ecclésiastique, des Rapports de la religion et de l'Etat
1	Freire da Silva, Augusto	Compendio da Grammatica Portugueza
1	Freire da Silva, Augusto	O Acautelador dos bens de defuntos
1	Freire, Francisco José	Reflexões sobre a Lingua Portuguesa
2	Freitas (<i>Pascoal de Melo Freire</i>)	Institutiones Juris Civilis Lusitani
1	Fritot, Albert	Esprit du droit et ses applications à la politique et à l'organisation de la monarchie constitutionnelle
1	Garnier	Economie Politique
1	Garnier-Pagès, Étienne	Dictionnaire politique: encyclopédie du langage et de la science politiques
2	Gausset	Theologie Dogmatique
1	Gauthier, Aubin	Magnetisme
1	Gay, John	Fables
1	Gay, Marie Françoise Sophie	Souvenirs d'une vieille Femme
1	Genuensis, Antonio Genovesi	Logica
2	Girardin, Saint-Marc	Éssais de Littérature et Morale
2	Gmeineri, Xaverii	Epitome historiae ecclesiasticae Novi Testamenti in usum praelectionum academicarum
1	Gmeineri, Xaverii	Institutiones juris ecclesiastici: ad principia juris naturae et civitatis methodo geometrica adornatae et germaniae accommodatae
1	Gmeineri, Xaverii	Institutiones juris ecclesiastici: ad principia juris naturae et civitatis methodo geometrica adornatae et germaniae accommodatae
1	Goethe, Johann Wolfgang von	Fausto
1	Goldsmith, Oliver	Hystory of Rome
1	Golovine, Ivan	Science de la Politique
3	Gorini, Jean-Marie-Sauveur	Défense de l'Eglise contre les erreurs historiques de MM. Guizot, Aug. et Am. Thierry, Michelet, Ampère, Quinet, Fauriel, Aimé-Martin, etc
1	Goschler, Charles	Les Chemins de Fer
1	Gousset, Thomas-Marie-Joseph (cardéal)	Droit Canonique (<i>Exposition des principes du droit canonique; ou Exposition du droit canonique</i>)
1	Gousset, Thomas-Marie-Joseph (cardéal)	Theologia Moral
1	Gouvea Pinto, Antonio Joaquim de	Tratado regular e practico dos Testamentos e sucesões
1	Gouvea Pinto, Antonio Joaquim de	Manual de Apellações e Aggravos, ou deducção systematica dis principios mais solidos e necessarios relativos à sua materia
1	Gouvea Pinto, Antonio Joaquim de	Manual de Apellações e Aggravos, ou deducção systematica dis principios mais solidos e necessarios relativos à sua materia
1	Gouvea Pinto, Antonio Joaquim de	Tratado regular e practico dos Testamentos e sucesões
1	Gouvea Pinto, Antonio Joaquim de	Tratado regular e practico dos Testamentos e sucesões

1	Gouvea Pinto, Antonio Joaquim de	Manual de Apellações e Aggravos, ou deducção systematica dis principios mais solidos e necessarios relativos à sua materia
1	Guéranger, Prosper	Saint-Cecile
1	Guerra Junqueiro, Abilio Manuel	A Morte de D. João
1	Guillemin, Amédée	Les Chemins de Fer
1	Guillemin, Amédée	Les Chemins de Fer
1	Guizot, François	L'Eglise et la Société chrétiennes en 1861
5	Guizot, François	Memorias (<i>Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps</i>)
1	H. de Souza	Codigo Commercial
4	Hautefeuille, Laurent-Basile	Des droits et des devoirs des nations neutres en temps de guerre maritime
2	Hautefeuille, Laurent-Basile	Direito dos Neutros (<i>Des droits et des devoirs des nations neutres en temps de guerre maritime</i>)
2	Heeren, Arnold Hermann Ludwig	Manuel de l'histoire ancienne, considérée sous le rapport des constitutions
2	Heineccii, Johan Gottlieb	Recitationes in elementa juris civilis secundum ordinem Institutionum
1	Hello, Charles-Guillaume	Regimen Constitucional (<i>Essais sur le régime constitutionnel ou Introduction à l'étude de la Charte</i>)
1	Holbach, Paul-Henri Dietrich (Baron d')	Système Social, ou Principes naturels de la morale et de la politique, avec un examen de l'influence du gouvernement sur les moeurs
3	Holbach, Paul-Henri Dietrich (Baron d')	La Morale Universel
1	Houssaye, Arsène	Lucia, historia de uma mulher perdida
1	J. F. da Rocha	A Comandita segundo o Código
1	J. M. da Veiga	Celibato Clerical
1	Jaccoliot, Louis	A Biblia na India (<i>La bible dans l'Inde</i>)
1	Jacquier	Geographia
1	Jacquier	Geographie
4	Jahr, Gottlieb Heinrich Georg	Manual Homeopathico (<i>Nouveau manuel de médecine homoeopathique</i>)
2	Jean de Muller (<i>Müller, Johannes von</i>)	Histoire Universelle divisée en vingt-quatre livres, ouvrage posthume de Jean de Müller, traduit de l'allemand par J. G. Hess
2	Joaquim Bernardes Cunha	Primeiras Linhas sobre o processo criminal de primeira instancia, seguidas de um formulario simplificado e methodico de todos os processos criminaes e policiaes e de um apendice
1	Joaquim Teófilo Fernandes Braga	Poesia do Direito
1	José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú	Principios de direito mercantil e Leis de Marinha
2	José de Alencar	O Guarany
1	José Joaquim Rodrigues de Bastos	Os dois artistas, ou Albano e Virginia
1	José Maria Vaz Pinto Coelho da Cunha	Legislação Servil
2	Jouffroy (<i>Henri Jouffroy; ou, Théodore Jouffroy</i>)	Direito Natural
1	Jouve	Explication Canonique
1	Jules Noriac	La Betise Humaine
1	Jules Verne	As Indias Negras
1	Jules Verne	Viagem ao centro da Terra
1	Jules Verne	O Capitão de 15 Annos

2	Julio Diniz	Os Fidalgos da Casa Mourisca
1	Junqueira Freire, Luiz José	Elementos da Rhetorica Nacional
1	Klopstock	La Messiane
1	Lacordaire, Henri-Dominique	Conferences
1	Lacordaire, Henri-Dominique	Vida de S. Domingos (<i>Vie de Saint-Dominique</i>)
1	Lafayette Rodrigues Pereira	Direitos de Familia
2	Laferrière	Droit Administratif
1	Lafontaine (<i>Jean de La Fontaine</i>)	Ouvres
2	Lamartine, Alphonse de	Raphael
1	Lamartine, Alphonse de	O Pedreiro de Saint-Point
1	Lanfrey, Pierre	Histoire Politique des Papes
1	Langard	Arte Obstetricia
2	Lanjuinais, Jean-Denis	Les Constitutions des tous les Peuples (<i>Constitutions de la nation française, avec un essai de traité historique et politique sur la Charte, et un recueil de pièces corrélatives</i>)
3	Laromiguière, Pierre	Leçons de Philosophie ou Essai sur les facultés de l'âme
1	Lefebvre, René	Paris en Amérique
1	Legouvé, Gabriel	Le Mèrite des Femmes
1	Level	De la Constitution des Chemins
1	Lévi Alvarès, David	Historie Générale
1	Lima Leitão, Antonio Jose de	Bucolicas de Virgilio (<i>Obras de Publio Virgílio Maro, tradusidas em verso português e annotadas. Tomo I contendo as Bucolicas, e as Georgicas</i>)
3	Liz Teixeira, Antonio Ribeiro de	Curso de Direito Civil Portuguez ou, commentario as instituições do sr. Paschoal Jose de Mello Freire sobre o mesmo direito
1	Liz Teixeira, Antonio Ribeiro de	Manual pratico, judicial, civil, e criminal (edição antiga)
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tractado practico e compendiario das águas,
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Morgados, Censos, Foraes (<i>Tractado practico de morgados</i>)
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Discurso jurídico, histórico e critico sobre os direitos dominicaes, e provas d'elles n'este reino em favor da coroa
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tractado practico do processo executivo summario, por privilegio da real fazenda, por graça que communique este privilegio, e ad instar por direito commum e estylo forense
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tractado practico compendiario das pensões ecclesiasticos, conforme o direito canonico, antigo, novo e novíssimo, estylos da Cúria Romana, opiniões mais depuradas, e regalias particulares do nosso reino
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Dissertações Juridicas
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Índice do que se contém nos três volumes de notas de uso pratico e criticas, etc
4	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Notas á Mello sobre as instituições do direito civil (1818)
3	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Segundas linhas sobre o processo civil, ou antes adições ás primdras do bacharel Joaquim José Caetano Pereira e Sousa

3	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tractado pratico e critico de todo o Direito em-phyteutico, conforme a legislação e costumes d'este reino, e uso actual das nações
2	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tractado pratico compendiario de todas as Acções Summarias, sua indole e natureza em geral e em especial
2	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Fasciculo de Dissertações jurídico-praticas
1	Lomond	Grammatica Franceza
1	Louis Veuillot	L'Illusion Libérale
1	Lourenço Trigo de Loureiro	Instituicoes De Direito Civil Brasileiro
1	Lucien de Samosate	Mythologie dramatique de Lucien, traduite en français et accompagnée du texte grec et d'une version latine par le c. Gail
4	Luiz Augusto Rebello da Silva	A Mocidade de D. João V
1	Luiz Augusto Rebello da Silva	Lgrimas e Tezouros: fragmento de uma historia verdadeira
1	M. de C.	Dialogo sobre os Oradores
1	Mafra, Manuel da Silva	Novo Formulário dos termos dos processos, de inquérito policial, de formação de culpa o julgamento perante o jury, conforme a reforma judiciaria feita pela lei n. 2033, de 20 de setembro de 1871 e respectivo regulamento, e annotado com as decisões dos tribunaes, etc
2	Mafra, Manuel da Silva	Jurisprudência dos Tribunaes, compilada dos accordões dos tribunaes superiores, publicados desde 1841
2	Marquis de Sevigné (Lenclos, Ninon de, 1616-1706)	Lettres de Ninon de Lenclos au Marquis de Sévigné
1	Martens (Karl von Martens)	Manual Diplomatico
2	Martens (Karl von Martens, 1790-1863; ou, Georg Friedrich von Martens, 1756-1821)	Direito das Gentes
2	Martin, Louis-Aimé	Educação das Maes de Familia (De l'éducation des mères de famille ou De la civilisation du genre humain par les femmes)
1	Martin, Louis-Aimé	Educação das Maes de Familia (De l'éducation des mères de famille ou De la civilisation du genre humain par les femmes)
1	Martins da Costa, João	Tratado da forma dos libelos
2	Martins, João Vicente	Conselhos Clinicos ou Pratica Elementar da Homeopatia
6	Massé, Gabriel	Le droit commercial dans ses rapports avec le droit des gens et le droit civil
2	Maynz, Charles	Droit Romain (Éléments de droit romain, 1845; ou, Cours de droit romain, 1876)
4	Mello Freire, Paschoal José de	Institutionis Juris Civilis et Criminalis Lusitani
1	Mello Freire, Paschoal José de	Institutionis Juris Civilis et Criminalis Lusitani

1	Mello Moraes, Alexandre Jose de	Independencia e o Imperio do Brasil ou a independência comprada por dous milhões de libras sterlingas, e o império do Brazil com dous imperadores e secção, seguido da historia do patriarchado e da corrupção governamental, provado com documentos authenticos
1	Mello, Francisco Freire de	Panegyricus Historicus sempiternae memoriae Paschalis Josephi de Mello, latine redditus cum interpretis adnotationibus
1	Mendes de Castro, Manuel	Pratica Lusitana
1	Mery	A Prima-Dama
1	Michelet, Jules	La Sorcière
1	Milton, John	Paradise Lost
1	Mittermaier, Carl Joseph Anton	Traité de la preuve en matière criminelle
1	Mittermaier, Carl Joseph Anton	Tratado da Prova
1	Mogan	Marco Tulio
1	Montalembert, Charles Forbes de	Des Intèrets Catholiques au XIXe siècle
1	Montalembert, Charles Forbes René, comte de	De l'avenir politique de l'Angleterre
2	Monte, Manoel do M. Rodrigues de Araújo	Compendio de Theologia Moral
1	Montepin	Um drama nas montanhas
1	Montepin, Xavier de	Mysterios da India
5	Montepin, Xavier de	Tragedia de Paris
1	Montesquieu, Charles Louis de Secondat	Espíritos das Leis (<i>De l'esprit des lois</i>)
1	Moraes Carvalho, Alberto Antonio de	Praxe forense, ou, Directorio pratico do processo civil brasileiro: conforme a actual legislação do imperio
2	Moraes Carvalho, Alberto Antonio de	Praxe forense, ou, Directorio pratico do processo civil brasileiro: conforme a actual legislação do imperio
2	Moraes, Antonio de M. Silva	Diccionario da lingua portuguesa
1	Motta	Grammatica Ingleza
1	Motta, Ignacio Francisco Silveira da	Apontamentos Juridicos
1	Moullart, Achille-Alfred	Traité de Droit Français Privé e Public
1	Mourgué, Charles-Louis	Bains de Mer (<i>Journal des bains de mer de Dieppe, ou Recherches et observations sur l'usage hygiénique et thérapeutique de l'eau de mer; ou, Considérations générales sur l'utilité des bains de mer dans le traitement des difformités du tronc et des membres; ou, Recherches sur les effets et le mode d'action des bains de mer</i>)
1	Moutinho, Joaquim Ferreira	Noticia sobre a provincia de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo
1	Nysten, Pierre Hubert	Diccionario de medicina, cirugía, farmacia, medicina legal, física, química, botánica, mineralogía, zoología y veterinaria
1	Olea, Alphonsi de	Tractatum De Cessione Jurium

1	Oliveira Machado, Joaquim de	Manual dos Vereadores contendo a lei de 1 de outubro de 1828 sobre as camaras municipaes do imperio do Brazil, explicada por actos do poder legislativo e executivo, expedidos desde 1829 a 1867, e pela legislação peculiar as provincias do Rio de Janeiro e S. Paulo desde 1825 a 1867
4	Orfila, Matthieu Joseph Bonaventure	Medicina Legal (<i>Traité de médecine légale; ou Leçons de médecine légale</i>)
2	Ortolan, Joseph-Louis-Elzéar	Explication historique des Instituts de Justinien
2	Ortolan, Théodore	Règles internationales et Diplomatie de La Mer
1	Pagès, Jean-Pierre	Principes généraux du droit politique dans leur rapport avec l'esprit de l'Europe et avec la monarchie constitutionnelle
5	Pardessus, Jean-Marie	Cours de Droit Commercial
1	Paul Féval	O Filho do Diabo
1	Paul Féval	Jogo da Morte
1	Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguay)	Ensaio sobre Direito Administrativo
1	Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguay)	Estudos Práticos sobre a administração das províncias do Brasil. Rio de Janeiro
1	Pedro Autran da Matta Albuquerque	Economia Politica
1	Pedro José da Fonseca	Diccionario Portuguez e Latino
2	Penix	Direito Internacional
1	Peniz, José Ignacio da Rocha	Elementos de practica, ou breves ensaios sobre a praxe do foro português, escriptas no anno' de 1807 para 1808
1	Peniz, José Ignacio da Rocha	Elementos de practica, ou breves ensaios sobre a praxe do foro português, escriptas no anno' de 1807 para 1808
1	Perdigão Malheiros, Agostinho Marques	Manual do Procurador dos Feitos da fazenda nacional nos juizos de primeira instancia
1	Perdigão Malheiros, Agostinho Marques	Repertorio ou Indice da Reforma Hypothecaria e sobre as sociedades de credito rural
1	Perdigão Malheiros, Agostinho Marques	Commentario a Lei nº 463 de 2 de nov. de 1847 sobre successão dos filhos naturaes e sua filiação
1	Perdigão Malheiros, Agostinho Marques	Consultas sobre várias questões do Direito Civil, Commercial e penal
1	Pereira Carvalho, José	Primeiras linhas sobre o processo orphanologico
1	Pereira Carvalho, José	Primeiras linhas sobre o processo orphanologico
1	Pereira Carvalho, José	Primeiras linhas sobre o processo orphanologico
1	Pereira de Carvalho	Doutrina das Acções
2	Pereira de Castro, Gabriel	De Manu Regia tractatus in quo omnium Legum Regiarum quibus, Regi Portugalliae in causis ecclesiasticis cogniti est ex iure
1	Pereira de Vasconcellos, José Marcellino	Livro das Terras ou collecção da lei, regulamentos e ordens expedidas a respeito desta materia até o presente
1	Pereira de Vasconcellos, José Marcellino	Arte de requerer em juizo ou novo Advogado do Povo

1	Pereira do Rego, Vicente	Direito Administrativo (<i>Elementos do Direito Administrativo brasileiro, para uso das faculdades de direito do imperio; Elementos do direito administrativo, comparado com o direito administrativo francês, segundo o modelo de Pradier</i>)
1	Pereira e Souza, Joaquim José Caetano	Classes dos Crimes
1	Pereira e Souza, Joaquim José Caetano	Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal: com hum repertorio dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvaras, decretos, assentos e resoluções regias
1	Pereira e Souza, Joaquim José Caetano	Primeiras Linhas sobre o Processo Civil
1	Pereira e Souza, Joaquim José Caetano	Esboço de um Diccionario jurídico, theorético e pratico, remissivo ás leis compiladas e extravagantes
2	Perraud	Logique Classique
1	Phebo	Decisões
1	Pigault Lebrum	Le Citateur
1	Pimenta Bueno, José Antonio	Direito Publico brazileiro e analyse da Constituição do Imperio
2	Pinheiro, Francisco	Tractatus de Testamentis
1	Placido	Luz Coadá por Ferros
1	Plancher, Alexandre	Dictionaire Français-Grec
1	Pona, Antonio de Paiva e	Orphanologia Pratica
3	Ponson du Terrail, Pierre Alexis de	A Judia (La Juive du Château-Trompette)
1	Pothier, Robert-Joseph	Tratado das Obrigações pessoais e recíprocas nos pactos, contratos, convenções, etc., que se fazem a respeito de fazendas ou dinheiro, segundo as regras do fôro da consciencia e do fôro externo, por Pothier trduzido do francez.
1	Quaresma	Quotidianum Resolutionum
1	Racine	Ouvres
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	Licções de Pratica (<i>Coleção completa das lições de Pratica do anno de 1865, precedidas de cinco lições de Hermeneutica Juridica e seguidas de dez de Processo Criminal, inteiramente correctas</i>)
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	Pratica Civil e Criminal (<i>Elementos do Processo Criminal para uso das faculdades de direito do imperio</i>)
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	Praxe brasileira
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	Pratica Civil e commercial
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	Elementos do processo Criminal para uso das Facul-dade de Direito do Império
1	Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro)	Instituições Orphanologicas
1	Rebouças, André Pinto	Ensaio de Indice Geral das madeiras do Brasil
1	Rebouças, André Pinto	Garantia de Juros, estudos para sua applicação ás empresas de utilidade no Brazil
2	Rebouças, Antonio Pereira	Recordações da vida parlamentar: moral, jurisprudência, política e liberdade constitucional
1	Ribas, Antônio Joaquim	Curso de Direito Civil brasileiro

1	Ribeiro de Moura, Antonio	Manual do Edificante, do proprietario e do inquilino, ou novo tratado dos direitos e obrigações sobre a edificação das casas, e acerca do arrendamento ou aluguel das mesmas conforme o direito romano, patrio e uso das nações, seguido da exposição das acções judiciais que competem ao edificante, ao proprietario e ao inquilino
6	Ribeiro, João Pedro	Indice remissivo Chronologico da Legislação Portuguesa posterior a publicação doCodigo Filippino
1	Robertson	Grammatica Ingleza
1	Robertson, F. (<i>Trad. Cyro Cardoso de Menezes</i>)	Novo Curso da Lingua Ingleza
1	Robertson, F. (<i>Trad. Cyro Cardoso de Menezes</i>)	Novo Curso da Lingua Ingleza
1	Rogron, Joseph-André	Code Civil Expliqué
1	Rogron, Joseph-André	Code de Commerce
1	Roosmalen, Auguste de (pseud. Léon)	L'Orateur ou Cours de débit et d'action oratoires appliqué à la chaire, au barreau, à la tribune et aux lectures publiques
1	Rossi, Pellegrino	Economie Politique
1	Rossi, Pellegrino Luigi Odoardo	Traité de Droit Pénal
1	Roussel, Pierre	Systema físico y moral de la Mujer
1	Saint-Beuve, Charles Augustin	Galeria das Mulheres Celebres (<i>Galerie de femmes célèbres : tirée des Causeries du lundi</i>)
1	Saint-Victor, Jacques-Maximilien Benjamin Bins de	Lettres sur les Etats Unis d'Amerique écrites en 1832 et 1833, et adressées à M. le comte O'Mahony
1	Sallustio	Guerra Catilinaria
1	Salustiano Orlando de Araujo Costa	Codigo Commercial do Imperio do Brazil
1	Salustiano Orlando de Araujo Costa	Codigo Commercial do Imperio do Brazil anotado com toda a legislação do paiz que lhe é referente, com os arestos e decisões mais notaveis dos tribunaes e juizes, concordado com a legislação dos paizes estrangeiros mais adiantados, com um vasto e copioso appendice, tambem anotado, contendo não só todos os regulamentos commerciaes, como os mais recentes actos do governo imperial, quer sobre bancos e sociedades anonymas, quer sobre impostas, dispensando consultar-se a collecção das leis do Imperio
1	Sampaio	Divina Epopeia
1	Samuel Johnson	Rasselas (<i>Rasselas, prince of Abyssinia</i>)
4	Savary des Bruslons, Jacques	Dictionnaire universel de commerce : contenant tout ce qui concerne le commerce qui se fait dans les quatre parties du monde, par terre, par mer, de proche en proche, & par des voyages de long cours, tant en gros qu'en détail : l'explication de tous les termes qui ont rapport au négoce ... les édits, déclarations, ordonnances, arrests, et reglemens donnés en matière de commerce
2	Savigny, Friedrich Carl von	Traité de la Possession d'après les principes du droit romain
8	Savigny, Friedrich Carl von	Droit Romain

1	Say, Jean-Baptiste	Economie Politique
1	Schillings	Chemins de Fer
1	Schopenhauer, Arthur	Pensamentos
2	Schutzemberger	Leis da Ordem Social
1	Seabra, Antonio Luiz de	A propriedade: philosophia do direito para servir de introdução ao commentario sobre a lei dos foraes
1	Sebastião Monteiro da Vide	Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia
1	Sedillot, Charles	Medicina Legal (<i>Manuel complet de médecine légale, considérée dans ses rapports avec la législation actuelle</i>)
1	Seichas, Romualdo Antonio de	Ensaio d'um Tratado regular e pratico sobre o Divorcio
2	Seigné, Marie de Rabutin-Chantal (marquise de)	Lettres
4	Silva Ferrão, Francisco Antonio Fernandes da	Theoria do Direito Penal applicada ao codigo penal portuguez
1	Silva Ramos, Joaquim José Pereira	Abecedario Juridico-commercial
1	Silva Ramos, Joaquim José Pereira	Manual pratico do Processo Commercial
1	Silva Ramos, Joaquim José Pereira da	Curso de Direito Hypothecario brazileiro ou compilação de tudo que mais convem saber sobre tão importante materia...
4	Silva, Manuel Gonçalves da	Commentaria ad ordinationes regni portugaliae
1	Silvestre Pinheiro Ferreira	Cours de Droit public
1	Sobreira de Mello, Emilio Xavier	Commentario a legislação brasileira sobre os Bens de defuntos e ausentes, vagos e do evento
6	Southey, Robert	Historia do Brasil
1	Souza Pinto, José Maria Frederico de	Curso de direito cambial brasileiro, ou, primeiras linhas sobre as letras de cambio, e da terra, notas promissórias e creditos mercantis, segundo o novissimo codigo commercial
1	Story (<i>J. Story</i>)	Commentarios (<i>Etats Unis d'Amérique, commentaires sur la constitution fédérale traduit par Paul Odent</i>)
1	Strykii	Opera
4	Tassoni, Alessandro Maria	La Religion Démontrée et défendue, ou Nouveau traité complet de la religion
1	Teixeira de Freitas, Augusto	Formulario dos contractos e testamentos e outros actos do Tabellionato
1	Teixeira de Freitas, Augusto	Consolidação das Leis Civis
1	Teixeira de Freitas, Augusto	Consolidação das Leis Civis
1	Teixeira de Vasconcellos, Antonio Augusto	Viagens na Terra Alheia de Paris a Madrid
2	Terencius	Comedia
1	Thöl, Heinrich	Trattato di Diritto Commerciale
1	Thomaz Alves Junior	Anotações theoricas e práticas ao código criminal
1	Thomaz Pompeu de Souza Brasil	Geographia
1	Titara, Ladislao dos Santos	Auditor Brasileiro ou Manual geral dos conselhos, testamentos e inventarios militares... para uso dos officiaes do exercito do imperio do Brasil, dedicado ao...sr. Luiz Alves de Lima e Silva, barão de Caxias
5	Titi Livié	Historiarum
1	Titi Livié	Historiarum

1	Torombert, Honoré	Principes du droit politique, mis en opposition avec le Contrat social de J.-J. Rousseau
1	Toussenel, Alphonse	Le monde des Oiseaux
1	Trindade, José Maria	Apontamentos Juridicos (<i>Collecao de apontamentos juridicos sobre as procuracoes extrajudiciaes; ou, Addicoes a parte segunda dos apontamentos juridicos acerca das procuracoes extrajudiciaes</i>)
1	Tristão de Alencar de Araripe	Codigo Civil brasileiro ou leis civis do Brazil dispos- tas por ordem de materias em seu estado
1	Troplong, Raymond Théodore	De l'Influence du christianisme sur le droit civil des Romains
1	Vacquerie (Auguste Vacquerie, 1819-1895)	Profils - Kam - Les Femmes
5	Van Espen , Zeger Bernard	Opera
1	Van Hoorebeke, Émile	Traite des Prescriptions em matéria pénale
2	Van Wetter, Polynice Alfred Henri	Droit Romain
1	Vanguerve, Antonio V. Cabral	Practica Judicial, muito util e necessaria para os que principiaõ os officios de julgar e advogar, e para todos os que solicitão causas nos auditorios de hum, e de outro foro
2	Vattel, Emer de	Le droit des gens, ou Principes de la loi naturelle appliqués à la conduite et aux affaires des nations et des souverains
1	Vaz Barbosa, Simão	Axiomata et Loca Communia Juriz
1	Veiga Cabral, Prudencio Giraldes Tavares da	Direito Administrativo brasileiro
2	Ventura di Raulica, Gioacchino	Melhores do Evangelho
2	Vicente Ferrer Neto de Paiva	Direito Natural
1	Vicente Ferrer Neto de Paiva	Direito Natural
3	Victor Hugo	L'Homme que Rit
1	Villeneuve, Jean Esprit Marie Pierre Lemoine de; Massé, Gabriel	Dictionnaire du contentieux commercial ou Résumé de législation, de doctrine et de jurisprudence en matière de commerce
1	Vivien, Alexandre François Auguste	Estudos Administrativos (<i>Études administratives</i>)
1	Voet, Johannes	Commentarius ad Pandectas
1	Voltaire, François-Marie Arouet	La Henriade
1	Vosgien (Laurent Eachard, 1671-1730)	Dictionnaire géographique portatif, ou Description de tous les royaumes, provinces, villes, patriarchats, éveschés, duchés, comtés, marquisats... des quatre parties du monde... traduit de l'anglois sur la treizième édition de Laurent Eachard, avec des additions et des corrections... par M. Vosgien
1	Waldec	Institutiones Juris Civilis
1	Walras, Auguste	Riqueza
6	Walter Scott	Guy Mannering
1	Walter, Ferdinand	Manuel du droit ecclésiastique de toutes les confessions chrétiennes
1	Warn Koenig	Institutiones Juris Romani Privati
2	Wheaton, Henri	Direito Internacional (<i>Éléments du Droit International</i>)
1	Zimmerman	A Solidão
794		

É possível notar com clareza as obras escritas em latim e em inglês. O latim nos chama atenção apenas pela quase ausência que percebemos nas demais bibliotecas, pois sabemos que seu conhecimento era necessário para ingressar na Academia. No entanto, a grande presença de obras em inglês, além de diversos dicionários e gramáticas nesse idioma, pode revelar uma certa “modernidade” de sua biblioteca, se levarmos em conta as observações de Tânia Bessone sobre o fato dessa língua e do alemão tornarem-se mais comuns nas bibliotecas cariocas apenas no final do século XIX.²⁵

Proprietário de uma fortuna muito alta (533:855\$660), o inventariante solicitou ao juiz que a biblioteca da sua herança fosse avaliada por um estudante da Faculdade de Direito e um funcionário da Casa Garraux. Certamente, a biblioteca pertencia em grande parte a ele e não à esposa falecida, mas foi inventariada porque, como já foi dito, avaliava-se os bens do casal. De qualquer modo, em termos financeiros, o valor dos livros era irrisório perto do montante total da herança. Considerando sua formação e sua posição social, podemos afirmar que o inventariante conhecia perfeitamente o valor de sua fortuna intelectual.

A última biblioteca descrita que encontramos pertencia a Ernesto Júlio Bandeira de Mello²⁶. Infelizmente não temos muitas informações sobre ele, apenas o que constava no processo de inventário, que fora realizado em 1889, quando os processos passaram a ter menos informações. Não encontramos seu nome na lista dos formandos da Faculdade de Direito, mas, pelo título de desembargador que era atribuído a alguns juízes, supomos que ele fazia parte da categoria dos juristas. Os seus livros, de certa forma, confirmam essa ideia.

Quadro 34 – Biblioteca de Ernesto Júlio Bandeira de Mello

Vol.	Autores	Títulos	Preço
15**	Larrouse, Pierre	Grand dictionnaire universel du XIXe siècle : français, historique, géographique, mythologique, bibliographique*	60,000
44**	Dalloz, Désiré; Dalloz, Armand	Direito Civil** (Répertoire méthodique et alphabétique de législation, de doctrine et de jurisprudence en matière de droit civil, commercial, criminel, administratif, de droit des gens et de droit public : jurisprudence générale.)	200,000
100	*****	Volumes de Jurisprudencia	200,000
30*	*****	Revista do Direito (incompleta)***	50,000
30	*****	Obras diversas de litteratura	30,000
219			540,000

²⁵ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 50.

²⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000590, Ano: 1889, Processo nº: 2680.

*Valores estimados dividindo-se o valor da avaliação pelo preço médio dos volumes encontrados no conjunto dos inventários.

***Valores estimados pelos volumes que compunham as obras à venda no Catálogo da casa Garraux de 1872.

Seus livros também revelam sua profissão e seguem a mesma linha dos livros encontrados nos inventários anteriores: livros de direito e belas. Ernesto Júlio Bandeira de Mello deixou uma fortuna no valor de 97:147\$940 que resultou em um monte-partível no valor de 92:547\$660. Seus bens eram compostos por bens móveis, apólices da dívida pública, ações diversas e dinheiro em espécie.

4.2. Algumas palavras finais

A importância dos livros para os juristas se mostra, logo de início, pela porcentagem de processos de membros dessa categoria socioprofissional que os possuíam, afinal, 57% é uma proporção significativa.²⁷ Além disso, mais do que uma formação estritamente técnica, vimos que a constituição das bibliotecas revelava uma formação de caráter mais amplo. Sabemos que a natureza dessa profissão, até o século XIX, conduzia a isso, visto que esses homens extravasavam os tribunais, atuando, também, na política e na administração do Império. Esse fenômeno pode ser facilmente notado pela assiduidade das obras relativas à administração pública, à economia política e aos debates políticos, em geral.

Contudo, os livros de literatura, de história nacional ou estrangeira, os autores clássicos e as obras de conhecimento geral, também se faziam presentes, mostrando que a leitura contribuía para conformar outras esferas da vida – inclusive para outros membros das famílias. Os títulos presentes indicam, ademais, um olhar sempre atento ao que acontecia em outras partes do mundo, sobretudo na Europa. Nessa perspectiva, se as bibliotecas mostravam, cada uma, as suas particularidades – evidenciando as diferentes escolhas individuais – elas também revelavam uma certa unidade, no sentido de que aqueles referenciais teóricos construíam visões de mundo mais amplas, além de indicar uma relação mais profunda com os livros.

Se lembrarmos da coleção de Camillo Gavião Peixoto, por exemplo, podemos imaginá-lo escolhendo nas prateleiras de uma livraria ou de uma loja qualquer o livro *Arte de formar homens de bem oferecida às mães de família* quando soube que sua esposa estava grávida, ou

²⁷ Na realidade, não podemos estabelecer, nesse sentido, uma comparação com as outras categorias socioprofissionais, pois, foi apenas em relação aos juristas que tivemos condições de verificar a proporção entre os profissionais que tinham ou não livros.

recorrendo à sua biblioteca atrás do *Guia Médico* quando um problema de saúde atingia algum membro da casa. Podemos mesmo imaginá-lo sentado em sua poltrona lendo os *Deveres do Homem* e refletindo sobre seu próprio comportamento, ou então, percorrendo as lojas da cidade atrás de algum livro recém lançado de Machado de Assis, de José de Alencar ou de Joaquim Manoel de Macedo.

Porém, se pensarmos na coleção de Clemente de Souza Falcão Filho, lembraremos que esse esforço imaginativo tem seus limites, pois conforme indicamos, o *Theologie Dogmatique*, de Gausset, ou o *Défense de l'Eglise contre les erreurs historiques de MM. Guizot, Aug. et Am. Thierry, Michelet, Ampère, Quinet, Fauriel, Aimé-Martin, etc.*, de Gorini, poderiam não ser lidos com tanta complacência com Igreja conforme os títulos parecem indicar.

Destarte, se as informações que apresentamos até o momento podem fornecer um panorama geral dos sentidos e das relações por trás da posse privada de livros, elas são insuficientes para compreendermos, de forma mais detida, a conexão entre os livros e a atuação profissional e política dos seus proprietários, fazendo com que se torne necessário aproximar a lente do objeto a partir do aprofundamento em alguns casos particulares.

PARTE II – O DIREITO NATURAL E A CULTURA JURÍDICA

O direito natural e a cultura jurídicas: algumas palavras à título de introdução

Na primeira parte da presente pesquisa nos dedicamos à esfera quantitativa, às informações mais ásperas, mais genéricas. Queríamos estabelecer um quadro geral, um panorama da posse privada de livros em São Paulo no final do Oitocentos. Vimos, confirmando as expectativas, que o universo livresco naquela cidade era reduzido, mas, contrariando as mesmas, também pudemos perceber que, apesar de restrito, ele era vivo e caminhava no sentido de uma ampliação.

Claro que para aqueles que acreditam que a difusão dos impressos pode ser um meio de instrução e transformação social, as decepções frente aos resultados que encontramos, embora previstas, são bem mais fortes do que qualquer tipo de satisfação. Também sabemos, olhando para trás, que o alargamento do universo do livro e da cultura letrada nunca atingiu um nível realmente significativo no Brasil. Mas, naquele momento, a situação não estava dada de antemão, muitos projetos diferentes se colocaram em disputa, sobretudo a partir da década de 1870, com o início da crise do Império.

As discussões sobre o ensino público obrigatório, por exemplo, ocuparam várias sessões da Assembleia Legislativa de São Paulo nas legislaturas de 1872 e 1873. Angela Alonso, estudando a geração de 1870, revela que o estágio precário da instrução popular no Brasil era visto, pela maior parte dos grupos que contestava a ordem imperial – bem como para uma parte dos conservadores – como um impasse ao desenvolvimento do país, havendo várias propostas para o desenvolvimento do ensino público.¹ Ana Luiza Martins mostra que muitos dos gabinetes de leitura criados no interior da Província, fundados, na sua maior parte, por bacharéis oriundos da Academia de Direito de São Paulo, ofereciam ou tinham projetos de oferecer cursos de alfabetização popular.²

Destarte, partimos do pressuposto de que havia um movimento ascendente na circulação de impressos, impulsionado, sobretudo, pela instalação e consolidação da Faculdade de Direito,

¹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 165-262.

² MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura: Cidades, Livros e Leituras na Província Paulista*. São Paulo: Edusp, 2015.

conforme indicamos no Capítulo 1. O papel da Academia nas atividades relacionadas ao livro se revelava, inclusive, pela própria predominância dos juristas entre os proprietários de bibliotecas privadas, pois eles compunham cerca de 30% do total. Dessa forma, julgamos que seria proveitosa uma verticalização do estudo em relação a esse grupo, pois, além de suas coleções serem apresentadas nos inventários *post-mortem* de forma mais cuidadosa, o caráter público desses homens poderia permitir uma compreensão mais ampla dos livros encontrados.

Sobre essa categoria, parece ser consenso na historiografia que busca reconstituir a história da Faculdade de Direito de São Paulo o papel central exercido por eles nos debates políticos, assim como na estrutura política e administrativa do Império.³ A própria criação das faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, em 1827, respondeu às necessidades de um Estado nacional em formação que precisava se consolidar após a independência política, e que via na formação local dos bacharéis o caminho mais apropriado para a instrução dos quadros políticos e burocráticos. Em consonância com essa tese, José Murilo de Carvalho aponta que a formação dos ministros imperiais entre os anos de 1822 e 1889 era majoritariamente jurídica. Segundo ele, no período de 1822 a 1831, 51,3% dos ministros tinham essa formação, chegando a 85,7% no período que vai de 1871 a 1889⁴.

Contudo, as faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (depois Recife) encontraram uma série de dificuldades até se consolidarem de fato. Segundo Alberto Venâncio Filho, os problemas iam desde o espaço físico inadequado, passando pela formação e indisponibilidade de professores, até a inexistência de material apropriado e atualizado para o ensino.⁵ A própria estrutura curricular do curso era fruto de debates e motivo para reclamações dos alunos.⁶ Os lentes, na sua maioria formados em Coimbra, eram acusados de lecionarem com base em materiais e doutrinas ultrapassados, e, mesmo quando o quadro de professores se nacionalizou, as críticas prosseguiram.⁷

³ VENANCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, s/d; ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloísa. *Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1827-1997)*. São Paulo: Alternativa Serviços Programados, 1998.

⁴ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 84.

⁵ VENANCIO FILHO, Alberto, *op. cit.*

⁶ Sobre a estrutura curricular do Curso Jurídico de São Paulo e suas transformações ao longo do tempo, ver: PISCIOTTA, Renato Matsui. *Sociedade, ideias e compêndios: Direito Natural no Largo de São Francisco (1827-1889)*. São Paulo, 2017. 303 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 69-142.

⁷ Essas críticas se intensificam, sobretudo, a partir das fortes transformações ocorridas a partir de 1870, encontrando, na geração formada nessa década, seus mais importantes representantes. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Como consequência desses problemas, uma outra questão acabou se cristalizando nas visões acerca da formação dos bacharéis. Ainda de acordo com Venâncio Filho, ela teria sido muito mais política do que jurídica, sendo o espaço extraclasses, talvez, mais significativo do que as próprias aulas.⁸ Sérgio Adorno, aprofundando a questão, apontou a importância do autodidatismo e da imprensa periódica acadêmica nesse processo⁹. Não negamos que esses espaços fossem muito vivos e, de fato, importantes, nem queremos dizer que a formação política não tenha sido muito presente. No entanto, em função do foi observado ao longo da pesquisa e a partir do método adotado, tentamos abordar a questão por um outro viés. Primeiramente, porque consideramos que pode haver uma certa dose de exagero na análise feita por Venâncio Filho e Adorno, estimulada pelos próprios relatos da época,¹⁰ mas também porque buscamos não separar de forma estanque as esferas jurídica e política, compreendendo que na própria essência do direito, elas são complementares. As revistas acadêmicas, por exemplo, eram abarrotadas de artigos de conteúdo jurídico.

Entretanto, ainda se fazem necessárias mais algumas palavras para justificar essa posição. Na primeira etapa da pesquisa, quando nos deparamos com títulos e autores que desconhecíamos – em parte porque nem todos os autores que tiveram penetração em uma determinada época chegaram à posteridade,¹¹ em parte por que se tratavam, na sua maioria, de livros de direito, sobre os quais nossos conhecimentos são muito limitados – nos questionamos sobre as possibilidades concretas de análise. Afinal, o que significavam esses títulos?

Um estudo mais consistente sobre as predominâncias, as tendências gerais ou os perfis dessas bibliotecas consideradas individualmente, enfim, sobre o significado dessas presenças, mas também das ausências no mundo jurídico de São Paulo do Oitocentos, só poderia ser levado a cabo com sucesso por um especialista – e, ainda assim, acreditamos que um recorte temático seria necessário. A variedade de áreas é enorme, são livros sobre Direito Civil, Penal, Natural, das Gentes, Internacional, Marítimo, Eclesiástico, Romano, Público, Privado, Comercial, etc., que sabemos, não são apenas livros técnicos isentos de disputas políticas e ideológicas. Talvez cada área merecesse um estudo específico. Ademais, também percebemos que para além dos

⁸ VENANCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, s/d, p. 37-38.

⁹ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰ Angela Alonso já havia indicado esse procedimento em relação às interpretações sobre o desenvolvimento da filosofia no Brasil. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 31-32.

¹¹ MORNET, Daniel. Les enseignements des bibliothèques privées 1750-1780. *Revue d'Histoire littéraire de la France*, Paris, Librairie Armand Colin, nº. 3, 17^e année, p. 449-496, jul-sep. 1910, p. 469-470.

livros de caráter exclusivamente jurídico, havia uma forte frequência de obras de filósofos e de pensadores que, desde o século XVII, se dedicavam às discussões sobre os fundamentos da sociedade de forma mais ampla.

Isso posto, o mapeamento completo e a compreensão do conjunto dessas obras seriam tarefas impossíveis, considerando a nossa formação e o tempo permitido a uma pesquisa de doutorado. No entanto, tínhamos essas fontes à mão e precisávamos encontrar um sentido para elas. Destarte, ponderamos que seria mais honesto de nossa parte trilhar caminhos que pudessem se aproximar da nossa área de atuação, o que não deixou de exigir uma aproximação com o universo jurídico.

Enfim, optamos por ressaltar os aspectos políticos das discussões jurídicas com as quais nos deparamos, sem querer, com isso, nem insinuar que a formação dos bacharéis fosse mais política do que jurídica nem ignorar ou jogar para um plano secundário a existência de uma dinâmica própria e interna ao Direito, vendo-o como uma instância meramente formal que encobria os debates políticos. No entanto, acreditamos que se o Direito adquire uma certa autonomia, gerando lógicas e debates internos, também o entendemos como uma ciência ou uma instância que não é somente técnica, já que é resultado de relações sociais e voltada para elas. Ou seja, se o Direito é a ciência que se ocupa em regular essas relações,¹² não é possível afirmar que as conjunturas econômicas, sociais e políticas lhe sejam alheias, pois são elas, ao fim e ao cabo, as fontes de sua criação e legitimação. Como afirma Manuel Hespanha, ao discorrer sobre os métodos da História dessa disciplina:

Uma concepção ingênua do direito tende a vê-lo apenas como um sistema de normas destinadas a regular as relações sociais, assegurando aqueles padrões mínimos de comportamento para que a convivência social seja possível. Neste sentido, o direito limitar-se-ia a receber valores sociais, criados por outras esferas da atividade cultural e a conferir-lhe uma força vinculativa garantida pela coerção.

Na verdade, a eficácia criadora (poiética) do direito é muito maior. Ele não cria apenas a paz e a segurança. Cria, também, em boa medida os próprios valores sobre os quais essa paz e segurança se estabelecem. Neste sentido, o direito constitui uma atividade cultural e socialmente tão criativa como a arte, a ideologia ou a organização da produção econômica.¹³

¹² Santiago Nino afirma que é muito difícil definir o Direito, primeiro porque essa palavra comporta várias acepções diferentes e, também, porque não há um consenso em torno delas. Mas, tentando uma definição mais genérica, ele diz que o direito contribuiria para superar alguns conflitos e para obter certo grau de cooperação social, através da autoridade e da coação. NINO, Carlos Santiago. *Introdução à análise do Direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 3.

¹³ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, p. 72.

Por outro lado, concorreram também para a nossa decisão as próprias fontes encontradas para compor a investigação, pois ao buscar os registros escritos deixados pelos proprietários das bibliotecas, nos deparamos com muitos documentos de fundo político. Mais do que isso, encontramos, por acaso, as bibliotecas de dois professores de Direito Natural que haviam escrito manuais de ensino para essa cadeira, fazendo com que ela fosse o eixo da segunda parte de nosso estudo. O caráter político dessa disciplina é proeminente e foi objeto de intensas disputas ao longo dos séculos.

O direito natural, hoje tão estranho para nós – apesar de ainda presente sem que nós o percebamos¹⁴ – tem suas origens na Grécia Antiga e, desde lá, atravessou todas as eras da civilização ocidental, com sentidos e formas diferentes, até se instalar na época Moderna e adquirir os traços principais com que chegou ao século XIX.¹⁵ Segundo Hespanha,

Encontramo-nos com o direito natural, por exemplo, quando nos referimos a São Tomás de Aquino. Na esteira de Aristóteles, São Tomás aceitava a existência de uma ordem natural das coisas, tanto físicas (*entia physica*) como humanas (*entia moralia*), ordem já constatada pelos clássicos e que era confirmada pela crença cristã num Deus inteligente e bom, criador e *ordenador* do mundo. Pelo menos, a teoria escolástica das “causas segundas” era neste sentido.

A cada espécie teria atribuído Deus (como “Causa Primeira”) uma lei natural (“causa segunda”) – o fogo sobe, por natureza, os corpos pesados caem, etc. – salvo caso de milagre (i.e., salvo intervenção *extraordinária* de Deus). Essas naturezas das várias espécies harmonizar-se-iam todas em função do Bem Supremo, de tal modo que o mundo estaria cheio de ordem e os movimentos dos seres ou das espécies de seres obedeceriam a uma regulação cósmica.

E o mesmo se diga do homem. Também a espécie humana teria uma certa natureza, ou seja, estaria integrada de certo modo na ordem e no destino cósmicos. A ideia de direito natural parte precisamente daqui. A partir de uma pesquisa dos fins do homem e do seu contributo para o plano da criação, elaborar as regras que deviam presidir à prática humana, de modo a que esta resultasse adequada aos desígnios de Deus quanto à vida em sociedade e quanto ao lugar do homem na totalidade dos seres criados. Tais regras, umas formuladas nas Escrituras (*direito divino*), outras aí ausentes mas manifestadas pela própria ordem do mundo e atingíveis pelo intelecto, se bem ordenado (*recta ratio*, boa razão) constituem o *direito natural*.¹⁶ [grifos do autor]

¹⁴ Alain Sériaux afirma que o direito natural, como uma moral consensual da sociedade, ainda atua na cultura jurídica contemporânea em três funções principais, como defensor da equidade, como corretor e, também, como criador do direito positivo, sobretudo quando há brechas na legislação. SÉRIAUX, Alain. Direito Natural. In: ALLAND, Denis; RIALS, Stéphane (Orgs.). *Dicionário da Cultura Jurídica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 526-532.

¹⁵ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, p. 206.

¹⁶ *Ibidem*, p. 206-207.

A partir do século XVII, a fonte para o direito natural deixa de ser as Escrituras Sagradas, deslocando-se para a razão humana e para a observação. Embora a importância de Deus não tenha desaparecido, ele passava, a partir daquele momento, a estar sujeito a princípios lógicos-rationais.¹⁷ As correntes jusracionalistas entre os séculos XVII e XIX foram múltiplas, e a maior parte dos autores acabou por desenvolver pontos específicos que os diferenciava dos demais. Nesse sentido, não é possível estabelecer correntes estanques de pensamento e enquadrar os autores em uma ou outra. No entanto, é possível observar, na Europa, que havia tendências gerais que eram parte integrante das disputas acerca das transformações políticas e sociais.¹⁸ Locke, Rousseau, Hobbes, Leibniz, Kant, Bentham e Montesquieu, para ficar apenas com os mais conhecidos, tomaram parte nos debates formulando as teorias que justificariam, grosso modo, a organização das sociedades, as origens dos direitos e a legitimidade dos poderes políticos.

De acordo com Santiago Nino,

O jusnaturalismo racionalista teve origem no chamado movimento iluminista, que se estendeu pela Europa nos séculos XVII e XVIII e foi apresentado por filósofos como Espinosa, Pufendorf, Wolf e, finalmente, Kant. Segundo essa concepção, o direito natural não deriva dos mandados de Deus, mas da natureza ou estrutura da razão humana.

Os juristas racionalistas tentaram formular detalhados sistemas de direito natural, cujas normas básicas – das quais se inferiam, logicamente, as restantes – constituíam supostos axiomas, evidentes por si mesmos à razão humana e comparáveis aos axiomas dos sistemas matemáticos.¹⁹

Para o mesmo autor, a despeito da diversidade das correntes jusnaturalistas e dos seus pontos de conflito, todas elas convergiam na defesa conjunta de duas teses centrais:

- a) Uma tese de filosofia ética, que afirma a existência de princípios morais e de justiça universalmente válidos acessíveis à razão humana.
- b) Uma tese relativa à definição do conceito de direito, segundo o qual um sistema normativo ou uma norma não podem ser classificados como “jurídicos” se estão em desacordo com aqueles princípios morais ou de justiça.²⁰

¹⁷ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, p. 213.

¹⁸ Para um panorama geral dos jusracionalismos modernos, ver: HESPANHA, António Manuel, *op. cit.*, 206-240.

¹⁹ NINO, Carlos Santiago. *Introdução à análise do Direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 33.

²⁰ *Ibidem*, p. 32.

Assim, de forma bem simplificada, podemos dizer que o direito natural se ocupava da tarefa de encontrar o que era “natural” no ser humano, e nas sociedades, que pudesse fundamentar e validar a organização social e, a partir de um determinado momento, o direito positivo. Parece redundante ou óbvia a palavra “natural” na nossa asserção, mas fizemos dessa forma justamente para ressaltar que o mecanismo dessa disciplina era *naturalizar* determinadas relações sociais, de modo a universalizá-las e legitimá-las como bases da organização das comunidades. É evidente que esse mecanismo se deu tanto a favor como contra o poder instituído e, neste segundo caso, o jusnaturalismo agiu como uma arma de combate ao *status quo* absolutista.

É nesse sentido que buscamos analisar os textos de direito natural dos professores da Faculdade de Direito de São Paulo – José Maria de Avellar Brotero, João Theodoro Xavier e José Maria Corrêa de Sá e Benevides. Em primeiro lugar, porque compreendemos que das suas visões sobre o direito natural poderiam ser extraídas suas concepções acerca da sociedade. Mas também, e sobretudo, porque seus textos, embora no conjunto demonstrassem uma certa originalidade e uma coerência interna, eram compostos por recortes de teorias de outros autores, em geral europeus, amalgamados de forma complexa, por vezes inapreensíveis – sobretudo se pretendêssemos uma análise filosófica nos moldes clássicos.

A originalidade a que nos referimos diz respeito ao caráter muito próprio e individual de cada uma dessas concepções que, mesmo sendo fruto da apropriação de conceitos e ideias de outros autores, acabava configurando, na sua combinação, algo bastante específico. A coerência interna, por sua vez, é relacionada ao fato de que, mesmo sendo criticadas do ponto de vista filosófico por tentarem conciliar teorias inconciliáveis, como veremos nos capítulos subsequentes, essas instrumentalizações terminavam por compor algo que fazia muito sentido do ponto de vista da arquitetura social vislumbrada por eles – mesmo que, por vezes, escapassem à lógica do padrão europeu.

Neste ponto, é importante fazer alguns comentários acerca dos caminhos metodológicos escolhidos para conduzir a nossa pesquisa, mas antes é preciso explicitá-los. Tendo às mãos as listagens das bibliotecas de alguns alunos e professores da Academia de Direito e sem poder apreender o significado completo delas, conforme indicamos, resolvemos aprofundar o enfoque nas relações entre esses livros e os registros escritos deixados pelos seus proprietários. Inicialmente, escolhemos José Maria de Avellar Brotero, pois ele fora o primeiro professor da Academia de São Paulo e, apesar de seus livros não serem descritos em seu inventário *post-mortem* com todos os detalhes, era possível ter uma noção considerável do conteúdo de sua biblioteca.

Ademais, ele era português, formado em Coimbra e representava, assim, a primeira geração de professores.

Em seguida, achamos que seria válido nos dedicar ao estudo de João Theodoro Xavier, que tinha uma coleção descrita com muito mais cuidado, além de ter sido também lente catedrático da Cadeira de Direito Natural, tornando possível estabelecer uma relação não só entre seus livros e sua produção escrita, como também com Avellar Brotero. Além disso, ele foi presidente da Província de São Paulo e essa condição nos propiciou uma oportunidade de comparação a mais, a saber, a relação entre seus livros e escritos com a sua ação política.

Dado que o direito natural já tinha se estabelecido como eixo na esfera jurídica, fomos buscar mais um professor dessa cadeira que pudesse completar nosso quadro. A intenção inicial era a de realizar uma abordagem geracional, já que Brotero representava a primeira geração ainda muito marcada pela tradição coimbrese, além de seu livro se situar no começo do Oitocentos, em 1829. João Theodoro, por seu turno, era um exemplo dos bacharéis formados em meados do século e como autor e político atuou no início do período conhecido com a crise do Império, ou seja, na década de 1870. No entanto, as fontes nos impuseram suas limitações.

Percebemos que a busca sistemática realizada nos inventários entre 1870 e 1890, que depois foi ampliada para o período 1850-1890 com foco apenas nos alunos e professores da Academia, resultou, entre os proprietários de bibliotecas, em membros de gerações muito próximas. Para complicar ainda mais, tínhamos o objetivo de manter o foco no direito natural, já que era a disciplina que fundamentava o direito e que poderia permitir uma continuidade de análise em relação aos dois primeiros professores. Tentamos encontrar um professor que fosse mais jovem à época, que pudesse ter suas teorias já ventiladas pelo “bando de ideias novas” que circulavam no Brasil, mas, pela indisponibilidade de fontes, acabamos nos deparando com José Maria Corrêa de Sá e Benevides, conhecido por ser um representante da reação católica ultramontana da segunda metade do século XIX.

Apesar de não ser exatamente o que pensamos que fossemos encontrar, já que estávamos influenciados pela noção de que, no final do século, predominava o “bando de ideias novas”, propalado por Silvio Romero, achamos por bem nos debruçarmos sobre o que tínhamos disponível. Afinal, o fato de não haver um compêndio de direito natural permeado por ideias “modernas” poderia constituir uma evidência de que essa disciplina seria marcada por um teor tradicional.²¹ Inclusive, a Cadeira de Direito Natural foi extinta após a proclamação da República,

²¹ Pedro Lessa escreveu um artigo na *Revista da Faculdade de Direito* no qual assumia a existência do direito natural, mesmo em bases modernas. Como se sabe, as ideias de Spencer tiveram muito penetração no

em 1891. Mas, era também o indício de que, embora essas novas ideias de fato estivessem no ar, elas conviveram muito tempo com aquelas oriundas dos séculos anteriores e que, talvez, a insistência de Silvio Romero e seus correligionários em marcar com tanto afínco a sua presença fosse uma arma a mais em um combate que ainda não tinha atingido seu fim.

Seja como for, decidimos, enfim, nos aprofundar no estudo dos livros de Sá e Benevides e qual não foi a nossa surpresa ao percebermos as enormes possibilidades que se abriam, a partir deles, para compreendermos as tensões do final do século, tanto políticas quanto ideológicas, relacionadas não só à circulação de ideias como também às práticas de leitura. Se ele era considerado um católico ultramontano, nem por isso os novos ares do final do século se faziam ausentes nos seus trabalhos. Deixemos, porém, essas questões para o momento apropriado e voltemos para as nossas escolhas metodológicas.

Conforme já indicamos, essa tentativa de aproximação com as práticas de leitura, sobretudo no que se refere à relação delas com a posse privada de livros, é permeada por inúmeras dificuldades e mesmo impossibilidades. Tendo em vista esses inúmeros obstáculos, orientamo-nos pelos caminhos metodológicos sugeridos por alguns pesquisadores consagrados.

Na busca de meios para a compreensão das práticas de leitura, Roger Chartier indica a necessidade de considerar, simultaneamente, o caráter rígido e autoritário do texto – devendo-se levar em conta tanto o conteúdo em si quanto as formas da sua transposição para um suporte material –, mas também a autonomia do leitor, que, por sua vez, é pautada por diversos elementos, como o contexto histórico no qual se insere e as suas possibilidades intelectuais individuais.²² No nosso caso, não temos informações sobre o suporte material dos livros, pois nossos documentos não nos dão mais do que listagens muito incompletas que, quando muito, apresentam os títulos e o nome dos autores. Pouco sabemos sobre quais eram as edições, por exemplo. No entanto, acreditamos que a dinâmica entre a rigidez dos textos e a autonomia do leitor pode fornecer um bom caminho para as análises.

Acrescentamos a isso a ideia trazida por Jorge de Souza Araújo, a respeito dos dois tipos de recepção, uma representada pela posse dos livros, e outra ativa ou retro projetiva, que pode

pensamento desse autor, e o sua concepção de direito natural vai por esse caminho. Mas, além de ultrapassar o recorte cronológico por nós estabelecido, também não encontramos seu inventário *post-mortem*. LESSA, Pedro. Há um direito natural? *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, vol. 2, p. 119-135, 1894.

²² CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988, p. 121-139.

ser apreendida pelas relações intertextuais entre os livros encontrados e a literatura produzida naquele contexto.²³

Por outro lado, procuramos situar nossos lentes como intermediários culturais, visto não só a sua posição como professores, mas a forma como eles lidavam com as ideias de origem europeia. O conceito de “intermediário cultural” ganhou fôlego a partir da organização de um colóquio intitulado *Les intermédiaires culturels*, pelo Centre méridional des mentalités et des cultures de l'Université d'Aix-en-Provence, em 1978. Apesar do debate ser bastante datado, sobretudo por ter como um dos centros certa “tipologia das culturas”,²⁴ a ideia de intermediário cultural pode ser bastante profícua para a História do livro, da edição e das práticas de leitura justamente pela natureza do impresso e das práticas que se dão em torno dele.

Na introdução da publicação dos anais do colóquio, Michel Vovelle elencou alguns elementos para definir o conceito de intermediário cultural. Para começar, o autor ressaltava que não era possível defini-lo de maneira muito rígida, dado o fato de que além dos tradicionais intermediários da Época Moderna, como o padre, o médico, o notário ou o professor, essa ideia poderia se estender a outras categorias e a outras épocas.²⁵ Ao comentar sobre a variedade dos trabalhos inscritos, Vovelle afirma:

Apreciaremos ainda mais o elevado número de contribuições referentes aos séculos XIX e XX, indicando que a problemática proposta foi recebida e atendeu uma necessidade. Essa ampla abertura para a história mais contemporânea contribuiu sensivelmente para evitar uma tipologia estática dos intermediários tradicionais a qual poderíamos nos prender, suscitando uma perspectiva de longa duração, do século XVI aos dias atuais.²⁶

²³ Reiteramos nossa ressalva acerca do termo “recepção passiva” utilizada pelo autor, pois consideramos que a constituição de uma biblioteca se caracteriza, na maioria dos casos, por uma atitude ativa na qual se inserem escolhas bastante particulares. ARAUJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p. 12.

²⁴ BARBIER, Frédéric. *Les «intermédiaires culturels» et l'histoire du livre*. Histoire du livre. Disponível em: <<http://histoire-du-livre.blogspot.com.br/search?q=interm%C3%A9diaires&x=0&y=0>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

²⁵ VOVELLE, Michel. *Les intermédiaires culturels: une problématique*. In: Colloque du Centre méridional d'histoire sociale, des mentalités et des cultures, 3, 1978, Aix-en-Provence, Bouches-du-Rhône. *Les Intermédiaires culturels : actes du Colloque du Centre méridional d'histoire sociale, des mentalités et des cultures*. Aix-en-Provence : Publications Université de Provence ; Paris : Diffusion H. Champion, 1981, p. 7-20.

²⁶ Tradução da autora. Texto original : « On appréciera d'autant plus le nombre élevé des contributions apportées sur le XIXe et le XXe siècles, indice que la problématique proposée a été reçue, et répondait à un besoin. Cette ouverture très large sur l'histoire la plus contemporaine a beaucoup contribué à éviter la typologie statique des intermédiaires traditionnels que nous pouvions appréhender, suscitant une mise en perspective de longue durée, du XVIème à nos jours ». *Ibidem*, p. 9.

Dentro dessa perspectiva alargada e fugindo de uma definição previamente elaborada, Vovelle diz que é em termos dinâmicos que o intermediário cultural, navegante entre dois mundos, deve ser compreendido. Ele é, sobretudo, um agente da circulação. Entretanto, sua posição não é definida de antemão. Quando esses dois mundos são, por exemplo, o universo dos dominadores e dos dominados, ele pode ser tanto um “cão de guarda” das ideologias imperantes quanto um porta-palavra das revoltas populares. Pode, também, ser um reflexo passivo dos campos de influência que confluem sobre ele, mas com o potencial para, a qualquer momento, forjar uma linguagem própria numa visão de mundo particular.²⁷

Correias de transmissão de uma cultura, agentes de difusão do saber e, às vezes, do poder, sua posição no cruzamento entre dois mundos²⁸ faz do intermediário cultural um objeto de observação privilegiado quando buscamos compreender os processos de contato entre duas culturas ou mais.

Todavia, para se refletir sobre esses processos, é importante retomar a proposição de Michel Espagne acerca das transferências culturais franco-alemãs.²⁹ Na tentativa de superar as análises parciais da história comparada, as quais tendem a privilegiar um dos pontos do contato como sendo o “original” e o outro como uma simples imitação inadequada, e também visando encontrar uma forma de pensar esses contatos em relação a realidades muito distintas uma da outra, o autor afirma que:

A pesquisa sobre as transferências procura examinar novas possibilidades de ultrapassar o quadro nacional da história cultural pelo estudo de forma quase micrológica do processo de translação de um objeto entre seu contexto de surgimento e um novo contexto de recepção. Esse exame obriga a valorizar o papel das diversas instâncias de mediação (viajantes, tradutores, livreiros, editores, bibliotecários, colecionadores etc.), bem como a incontornável transformação semântica ligada à importação. Observaremos, em particular, a transformação que uma importação cultural produz no contexto de recepção e, inversamente, o efeito positivo desse contexto de recepção sobre o sentido do objeto. E preciso combinar uma abordagem sociológica com uma abordagem hermenêutica.³⁰

²⁷ Les intermédiaires culturels: une problématique. In: Colloque du Centre méridional d'histoire sociale, des mentalités et des cultures, 3, 1978, Aix-en-Provence, Bouches-du-Rhône. *Les Intermédiaires culturels : actes du Colloque du Centre méridional d'histoire sociale, des mentalités et des cultures*. Aix-en-Provence : Publications Université de Provence ; Paris : Diffusion H. Champion, 1981, p. 12.

²⁸ *Ibidem*, p. 12-13.

²⁹ ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

³⁰ ESPAGNE, Michel. Transferências Culturais e História do Livro. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro*, São Paulo: Ateliê Editorial, n. 2, p. 21-34, ago. 2012, p. 23

Assim, considerando essas perspectivas – dentro dos limites impostos pelas nossas fontes –, tentamos compor uma análise da posse privada de livros em relação com as práticas de leitura. No entanto, mais um aspecto metodológico foi considerado. Angela Alonso, em seu estudo sobre a geração de 1870, chama atenção para o fato de que muitas análises dos textos produzidos nessa época – em especial as de Cruz Costa e Antônio Paim –, buscando estabelecer o desenvolvimento das ideias filosóficas no Brasil, acabaram gerando interpretações imprecisas em função de dois motivos principais. Por um lado, adotaram sem a crítica devida os discursos dos próprios agentes, quando eles formularam, *a posteriori*, suas interpretações sobre o movimento intelectual. De outro lado, operaram uma separação entre os campos intelectual e político que não estava dada na época.³¹ Segundo ela,

[...] o pressuposto da autonomia do campo intelectual é de validade duvidosa para o Brasil da segunda metade do século XIX. A separação entre um campo político e outro intelectual estava ainda em processo mesmo na Europa. Na França e na Inglaterra, o próprio termo “intelectual” só se firmou nos anos 1870. Mesmo lá, onde já se formavam instituições acadêmicas, a intervenção dos intelectuais na política era massiva. Na Europa, ao longo do século XIX, o clima de convulsão social e política produziu uma reflexão intelectual rente à conjuntura. Em contrapartida, a distinção entre “escolas” teóricas era nublada. A maneira predominante de expressão era um misto de juízos políticos e intelectuais. E isto é verdade para vários países europeus. Se nem mesmo na “matriz” havia teorias puras e bem delineadas à disposição, não há razão para tomar as classificações “teóricas” como critério para as obras da geração de 1870.

[...]

No Brasil da segunda metade do século XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção.³²

Essas asserções são de grande importância para nós, mesmo que nossos personagens não fizessem parte desse grupo de políticos-intelectuais que contestava as tradições imperiais. Destarte, tentamos compreender seus trabalhos não pela chave de construções filosóficas de caráter estanque, mas nessa dinâmica entre produção jurídico-filosófica e intervenção política, tanto na sua atuação como professores quanto como agentes do Estado.

Na perspectiva de uma análise comparativa, tentamos buscar a particularidade de cada um deles, mas, também, seus pontos comuns. Conforme vimos na primeira parte da pesquisa,

³¹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 29-35.

³² *Ibidem*, p. 30.

as escolhas individuais são muito importantes em relação à posse privada de livros, mas revelam igualmente tendências gerais. Da mesma forma, as concepções acerca da sociedade passavam por filtros específicos e se diferenciavam em vários pontos, mas, havia, certos consensos que permaneceram inalterados ao longo do século.

Capítulo 5 – Os primeiros mestres

5.1. José Maria de Avellar Brotero

Já se escreveu alguma coisa sobre o Conselheiro Brotero, afinal, ele fora o primeiro lente da Faculdade de Direito de São Paulo. Existem muitas informações desconstruídas, especialmente em relação à sua vida antes da chegada ao Brasil. No entanto, Frederico de Barros Brotero, neto do conselheiro, tinha em seu poder uma vasta documentação da família e publicou, em 1933, parte desses documentos. Entre eles, estava um “livro mestre”, escrito pelo próprio Brotero, contendo diversas informações sobre sua trajetória.¹

Imagem 8 – Folha de rosto de *Traços biográficos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*

Fonte: BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biográficos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

¹ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biográficos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933.

José Maria de Avellar Brotero nasceu em Lisboa, no dia 17 de fevereiro de 1798, e pertencia a uma ilustre família portuguesa. Seu pai era o Brigadeiro Manoel Ignácio de Avelar Brotero, comandante da Ordem de São Bento de Aviz, e seu tio avô, o Padre Felix da Silva e Avelar, fora um dos botânicos mais importantes de sua época. Avellar Brotero bacharelou-se em Direito na Universidade de Coimbra na turma de 1819-1820.² Em 1822 foi nomeado Juiz de Fora de Celorico da Beira,³ mas seu cargo foi extinto em 1823 por motivos políticos. Voltou à Lisboa visando encontrar seu pai, mas “para fugir á intriga, que havia contra aquelles, que tinham sido empregados no tempo da Constituição”⁴ se dirigiu ao Arquipélago dos Açores, refúgio dos liberais portugueses.⁵ Saiu de Lisboa no dia 4 de setembro de 1823, chegando na Ilha do Fayal no dia 6 do mesmo mês e ano, onde advogou por um tempo.⁶

Lá conheceu Anna Dabney, filha de João Baptista Dabney, cônsul dos Estados Unidos no Fayal, e de sua esposa, Roxane Dabney, de Boston. Anna nascera em Bourdeaux, na França, mas fora educada em Londres. Em 1817 deixou seus estudos na capital inglesa, mas não se tem notícias exatas de sua localização até o ano de 1824, quando se casou com Brotero na Ilha do Fayal. Provavelmente, seus pais eram protestantes, e Anna teve que ser batizada na igreja católica no dia de seu casamento.⁷

Da data da cerimônia de matrimônio, a 10 de maio de 1824, até outubro do mesmo ano, o casal residiu na casa dos pais de Anna. Em seguida, foram para Angra (Ilha Terceira do Arquipélago de Açores), onde viveram até setembro do ano seguinte. Lá, Brotero também advogou, mas não fez fortuna, segundo o seu próprio relato.⁸ No dia 16 de setembro de 1825, Brotero, Anna e um criado partiram para o Brasil, chegando no Rio de Janeiro no dia 3 de novembro do mesmo ano. Segundo Almeida Nogueira, Brotero decidiu vir para o Brasil, pois não se sentia seguro nos Açores dada a instabilidade política em Portugal, e teve o incentivo de um tio materno, o Dr. Mamede, que era médico do Paço Imperial⁹.

José Maria de Avellar Brotero chegou ao Rio de Janeiro com três contos de réis e mais alguns trastes, que, somados às despesas da viagem, totalizavam os seis pesos duros que recebeu

² REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 63-64.

³ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p. 4.

⁴ *Ibidem*, p. 73.

⁵ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol.1, p. 28-29.

⁶ BROTERO, Frederico de Barros, *op. cit.*, p. 71-73.

⁷ *Idem*.

⁸ *Ibidem*, p. 73.

⁹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida, *op. cit.*, vol.1, p. 29.

do dote de sua esposa – equivalentes a seis contos de réis.¹⁰ Quando Brotero recebeu ordens para se dirigir a São Paulo para assumir o curso de direito, mandou seus trastes em um navio mercante que foi saqueado por corsários, perdendo, assim, parte de seus bens.¹¹ Quando faleceu, Brotero deixou uma herança considerável para seus filhos, algo que não fazia dele um dos homens mais ricos da época, mas, pelo menos, bastante privilegiado.¹²

Sabemos, pela documentação contida no livro mestre, que ele iniciou sua carreira de lente da Faculdade de Direito com o ordenado de 1:200\$000 anuais, que foram aumentados para 2:000\$000 no ano de 1838. Além desse valor, e a partir dessa data, recebeu outras gratificações anuais.¹³ O valor era mais alto do que os dos demais professores, conforme indica Marisa Midori. De acordo com a autora, o salário dos lentes proprietários era de 800\$000 anuais, passando para 1:200\$000 em 1836, o que significava a maior remuneração destinada a um cargo público na área educacional, equivalente à dos desembargadores da Relação.¹⁴

Inicialmente, Brotero residiu no Largo São Francisco, mudando-se em seguida com a sua família para uma chácara na região de Pinheiros. Instalou-se em uma casinha na Rua das Flores e, em 1840, construiu, na mesma rua, a casa na qual que viveu até falecer, em 1873.¹⁵ O processo de inventário do Conselheiro Brotero é a continuação do processo de sua esposa que faleceu aos 17 de novembro de 1872. Ele era o inventariante de D. Anna, quando morreu, em 2 de março de 1873,¹⁶ ou seja, menos de cinco meses após a morte de sua esposa.

¹⁰ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p.72-73.

¹¹ *Ibidem*, p. 50.

¹² Considerando que Brotero, ao falecer, deixou um monte-mór no valor de 168:944\$461, e um monte partível no valor de 161:040\$261, ele se enquadra no grupo 5 de riqueza estabelecido por Maria Luiza Ferreira de Oliveira, ou seja, no limite máximo dos setores médios. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.88.

¹³ BROTERO, Frederico de Barros, *op. cit.*, p. 61-63.

¹⁴ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 73.

¹⁵ BROTERO, Frederico de Barros, *op. cit.*, p. 4.

¹⁶ INVENTÁRIO de Anna Dabney de Avellar Brotero e José Maria de Avellar Brotero. 1872. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Caixa: 201006003853, Processo nº: 1443.

Imagem 9 – Capa do processo de inventário *post-mortem* de José Maria de Avelar Brotero e Anna Dabney de Avelar Brotero

Fonte: INVENTÁRIO de Anna Dabney de Avellar Brotero e José Maria de Avellar Brotero. 1872. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Processo nº: 1443.

O resumo dos bens deixados pelo casal aos seus filhos pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 35 – Resumo dos bens deixados por José Maria de Avellar Brotero

Móveis	1:483\$900
Escravos	2:100\$000
Escravos libertos	1:480\$000
Bens de raiz	8:000\$000
Prata	1:710\$040
Ouro e Joias	619\$500
Livros	899\$200
Dinheiro em espécie	14:637\$868
Moeda metálica	1:012\$000
Banco Mauá & C ^a	32:860\$833
Banco Gavião	17:465\$000
Ações	1:600\$000
Apólices	59:360\$000
Monte-mór	168:944\$461
Monte partível	161:040\$261

Pelo que consta na documentação compulsada, o Conselheiro Brotero não exerceu nenhuma outra atividade profissional além das suas funções como lente, secretário e, por vezes, diretor interino da Faculdade de Direito. Dessa forma, o valor total de sua fortuna não proveio apenas de seu ordenado, pois, apesar de ser um valor alto se comparado ao de outros salários e ao custo de vida em São Paulo no início do Oitocentos¹⁷, ainda assim seria impossível que Brotero acumulasse tal fortuna apenas com a poupança desses rendimentos.

Na realidade, no livro mestre, encontramos o registro de encomendas de produtos diversos feitas a representantes do Fayal e de outras localidades, o que nos leva a crer que Brotero comercializava esses produtos em São Paulo para aumentar a sua renda. Isso mostra que Brotero seguia a tradição de alguns portugueses com tino comercial, aproveitando as brechas que se abriam. Mas também, e mais importante, assinala as oportunidades comerciais naquela São Paulo que ainda carecia de quase tudo, pois como ele mesmo diz ao cunhado em carta de 1830, “O negocio que deves fazer aqui ou qual teu methodo de vida aqui deves escolher,

¹⁷ Marisa Midori mostra que, em 1824, o aluguel de uma casa simples nos arredores do centro da cidade custava 1\$000 mensais. DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 72.

pois todos os dias se offerecem mil coisas para ganhar dinheiro, e formar fortuna ou maior ou menor”.¹⁸

Entre os bens arrolados no seu processo de inventário encontramos a sua “livraria” avaliada por 899\$200. Infelizmente, a descrição dos livros não é completa, mas podemos notar, ao menos, que a biblioteca era grande para os padrões da época e bastante variada. Como já foi mencionado, as coleções com mais de 1.000 volumes perfaziam apenas 8% daquelas encontradas nos inventários de São Paulo entre os anos de 1870-1890. A pedido do próprio Conselheiro, enquanto fazia a avaliação dos bens do casal em função do falecimento de sua esposa, os livros foram avaliados por José Antonio Dutra Rodrigues, lente na cadeira de Direito Romano da Academia de Direito, e José Innocencio de Moraes Vieira, bibliotecário da mesma faculdade, demonstrando um grande cuidado com a avaliação de sua biblioteca.¹⁹ Brotero possuía uma coleção composta por 1.161 volumes, como podemos notar no Quadro 36.

Quadro 36 – Biblioteca de José Maria de Avellar Brotero

Nº	Vol.	Autores	Títulos	Preço
1	32	Diversos autores	Sciencias Naturaes	25,000
2	27	Diversos autores	Direito Francez	10,500
3	20	Diversos autores	Geographia	20,000
4	47	Rees (Abraham?)	Inciclopedia de Rees (língua ingleza)	50,000
5	19	Diversos autores	Economia Política	15,000
6	9	Heinecius	Obras completas (estragados)	15,000
7	9	Cicero	Obras completas	9,000
8	42	*****	Historia Universal vertida do inglez	10,000
9	45	*****	Legislação Portugueza e seus repertórios	80,000
10	62	Diversos autores	Direito Portuguez e Processo Civil	50,000
11	30	Diversos autores	Direito Criminal (estragados)	15,000
12	47	*****	Legislação Brasileira de 1808 a 1864	50,000
13	1	*****	Consolidação das Leis Civas	6,000
14	3	*****	Projeto do Codigo Civil (brochados)	
15	1	*****	Constituição	
16	1	Veiga Cabral	Direito Administrativo	30,000
17	1	Barros	Direito Financeiro	
18	33	Diversos autores	Direito Ecclesiastico e Canonico	
19	55	Diversos autores	Poezias (em várias línguas)	30,000

¹⁸ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p.43.

¹⁹ A regulamentação da prática notarial estipulava que os bens móveis fossem avaliados por especialistas, no entanto, vimos que isso nem sempre ocorria em relação aos livros, sendo os avaliadores os mesmos que arrolavam os demais bens.

20	47	Diversos autores	Direito Commercial	47,000
21	20	Diversos autores	Direito Maritimo	20,000
22	31	Diversos autores	Direitos das Gentes	30,000
23	29	Diversos autores	Direito Romano	40,000
24	10	Diversos autores	Autores Praxistas (estragados)	5,000
25	30	Diversos autores	Autores Praxistas (bons, faltando 2 volumes em <u>Pegas</u> Forense)	30,000
26	20	Agost.Barbosa e Pedro Barbosa	17 de Agost.Barbosa e 3 de Pedro Barbosa	20,000
27	20	Diversos autores	Diccionarios de várias linguas	20,000
28	1	Lesage	Atlas Historico	2,000
29	36	Diversos autores	Diplomacia	30,000
30	126	*****	Historia Universal	70,000
31	11	Diversos autores	Historia do Brasil	10,000
32	8	*****	Historia dos Estados Unidos	25,000
33	7	*****	Sobre cultos	
34	7	*****	de Pastores	
35	1	*****	Historia da Legislação	
36	7	*****	Constituições	
37	12	*****	Várias obras	25,000
38	43	Diversos autores	Filosophia	
39	33	Diversos autores	Historia de Portugal (estragados)	
40	53	Diversos autores	Direito Publico (alguns estragados)	25,000
41	16	Condillac e Blackstone	***** (seis estragados)	11,000
42	6	Diversos autores	*****	
43	66	Diversos autores	Direito Natural, Político e Introdução ao estudo do Direito	50,000
44	37	J. J. R. (Jean Jacques Rousseau)	*****	3,700
Total	1161			899\$200

Podemos observar que há uma predominância de obras de jurisprudência e de filósofos que de alguma forma dialogavam com o Direito, sobretudo com o direito natural, o que é bastante compreensível dada a formação e a profissão de Brotero. Contudo, nota-se que sua biblioteca contempla quase todas as áreas do Direito, demonstrando um interesse bastante amplo, o que corrobora a ideia de que o Conselheiro era um grande erudito. Vale adiantar que os livros de João Theodor Xavier e de José Maria Corrêa de Sá e Benevides também apresentavam essa multiplicidade de áreas jurídicas, no entanto, ambos foram lentes substitutos durante alguns anos, o que os obrigava a lecionar diferentes disciplinas. Brotero, ao contrário, iniciou sua carreira como lente catedrático na cadeira de Direito Natural, Público, Análise da

Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia,²⁰ permanecendo nela até o fim de sua vida, o que nos fornece um elemento a mais para pensarmos que essa abrangência de áreas era uma escolha pessoal. Almeida Nogueira diz que, conforme rezava a tradição, Avellar Brotero falava com muita eloquência e tinha uma extraordinária erudição.²¹

Se considerarmos que o Conselheiro perdeu seus “trastes” quando vinha do Rio de Janeiro para São Paulo, podemos inferir que o grosso de sua coleção foi formado nos 45 anos vividos em São Paulo. Sabemos pelas anotações do livro mestre que ele pedia livros do exterior a comissários. Em anotações datadas de 21 e 26 de outubro de 1827, vemos que Brotero encomendou de Lisboa, via Fayal, a coleção das Leis Extravagantes de Portugal e solicitou a alguém em Boston que lhe enviasse Thomas Peine.²²

No dia 2 de março de 1829, ele encomendou a C. Cunningham uma lista de livros com as seguintes referências: Works of Tom. Paine; Do. of Locke; Ingersolls Digest of the U. S.; Treatise on Prizes; Kock’s Revolutions of Europe; Chateaubriand’s revolutions ancient and modern; Martens: Recueils; Supplement au même; Summary of the Laws of nations por Mr. Martens; Institutions of Rayneval; Kluber: Droit des Gens; Hubner: Essai sur l’histoire du Droit Naturel; Segur’s Ancient History; Works of Wolney; e Paley’s Moral and Political Philosophy²³.

Dos livros que conseguimos identificar vemos as *Obras* de Thomas Paine (1737-1809), as *Obras* de Locke (John Locke?), o *Digest of the laws of the United States of America*, de Edward Ingersoll (1817-1893),²⁴ o *Essai historique, politique et moral sur toutes les révolutions, anciennes et modernes*, de François-René de Chateaubriand (1768-1848). De George Friedrich von Martens (1756-1821) é possível identificar o *Recueil des traites* e o seu suplemento que não identificamos, pois, o *Nouveau Supplement*, sobre o qual encontramos informações, foi editado entre 1839 e 1842, ou seja, numa data posterior ao pedido de Brotero. Do mesmo autor, mas em inglês, também encontramos o *Summary of the law of nations, founded on the treaties and customs of the modern nations of Europe : with a list of the principal treaties, concluded since the year 1748 down to the present time, indicating the works in which*

²⁰ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantes, Estudantes*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 2, p. 2.

²¹ *Ibidem*, p. 123.

²² BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p. 42.

²³ *Ibidem*, p. 55.

²⁴ Encontramos um exemplar digitalizado, disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=h-g7AAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gb_s_g_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 19 out. 2017.

they are to be found.²⁵ É interessante notar que o exemplar que encontramos dessa obra é uma tradução do francês, o que significa que havia uma edição também nesse idioma.

De Joseph-Mathias Gérard de Rayneval (1736-1812), encontramos três livros aos quais o pedido de Brotero poderia se referir, o *Institutions au droit public d'Allemagne*, o *Institutions du droit de la nature et des gens* e o *The Institutions of Natural Law and the Law of Nations*, mas imaginamos que seja o terceiro, visto que do primeiro e do segundo não encontramos nenhuma edição em inglês, como aparece no pedido. De Johann Ludwig Klüber (1762-1837), identificamos o *Droit des gens moderne de l'Europe*, cuja primeira edição é de 1819.²⁶ Encontramos também o *Essai sur l'histoire du droit naturel*, de Martin Hübner (1723-1795).²⁷

Imaginamos que a referência “Segur’s Ancient Hystory” fosse, talvez, o *Histoire universelle, ancienne et moderne* ou o *Histoire ancienne, romaine et du Bas-Empire*, de Louis-Philippe de Ségur (1753-1830), mais conhecido como Comte de Ségur, mas não podemos afirmar, inclusive porque não localizamos edições em inglês dessas obras. Por fim, pudemos identificar o *The principles of moral and political philosophy*, de William Paley (1743-1805).²⁸

É interessante notar que além de alguns autores mais antigos, mas clássicos, como Thomaz Paine e Locke, aparecem também algumas “novidades”, ou seja, livros recém editados, mostrando que Brotero, apesar de “isolado” no pequeno burgo paulistano da década de 1820, tinha acesso ao que era publicado na Europa e nos Estados Unidos e, mesmo com a demora que essas encomendas pudessem gerar, acabava conseguindo adquiri-los. É, ademais, válido apontar que esses pedidos indicam que nosso lente tinha domínio do inglês – fato que não pudemos identificar na descrição de sua biblioteca, visto que a maior parte dos títulos e autores não eram detalhados.

Em 1830, na carta a J. L. Dabney, que vivia na Ilha do Fayal, Brotero aconselhava o cunhado que caso resolvesse morar no Brasil, que trouxesse alguns produtos para vender aqui. No final da carta lemos o seguinte:

[...] Estes generos, se quizeres eu te pagarei a metade do custo do cambio do dia sobre os pezos e ficarei com a metade delles. Se não vieres para o Brazil e se poderes me mandar os mesmos generos eu te pagarei da mesma maneira

²⁵ Encontramos a referência no site do Hathi Trust Digital Library. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/010430093>>. Acesso em 19 out. 2017.

²⁶ Edição localizada no site *Gallica*, da Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9690721b?rk=21459;2>>. Acesso em: 19 out. 2017.

²⁷ Edição localizada no site *Gallica*, da Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9690779j?rk=42918;4>>. Acesso em 19 out. 2017.

²⁸ Encontramos uma edição no Archive.org. Disponível em: <<https://archive.org/details/principlesmoral08palegoog>>. Acesso em 19 out. 2017.

remettendo-te o producto em café ou assucar para onde tu mandares. *Os livros da França já estão no Rio*. O vinho que veio do Fayal ainda não o recebi, nem sei delle²⁹. [Grifo nosso]

Já falamos sobre o mercado livreiro de São Paulo – inclusive os pedidos são datados do final da década de 1820 e começo da seguinte, quando a Academia tinha acabado de se instalar e o comércio de livros paulista ainda estava engatinhando. Todavia, todos esses pedidos nos informam o esforço constante de Brotero em enriquecer sua livraria, fosse pelas necessidades práticas ligadas à docência, fosse por seu interesse pessoal.

Voltando ao inventário, não podemos afirmar que todos os livros arrolados pertencessem a Brotero, inclusive porque Frederico de Barros Brotero relata que D. Anna também era uma leitora nata. Educada em Londres, em uma instituição bem menos rígida que as escolas femininas tradicionais, Anna Dabney adquiriu o hábito da leitura e tinha o conhecimento de pelo menos três idiomas: o inglês, o francês e o português. Frederico afirma que:

Para avaliar sua ilustração é sufficiente ler a correspondencia com os filhos. Guardo carinhosamente dezenas de cartas escriptas por ella a seu filho mais moço (meu pai) depois de sua retirada pela primeira vez, e definitiva, do ninho materno. Escrevia sem um erro, seu pensamento deslizando suavemente nessas cartas onde não ha um borrão, sem preocupação de estylo, e transmitindo suas ideias ao correr da pena.

Citava ora, trechos de auctores franceses, ora enxertava rifões e proverbios em inglez, ora transcrevia períodos de Felinto Elyseo e de outros clássicos portugueses que ornamentavam sua estante.

Ainda me lembro, quando criança, meu Pai guardava edição de luxo e completa das obras de Moliere, das de Lord Byron, todas com gravuras que deleitavam minha infancia, affirmando elle mais de uma vez que taes obras pertenceram a sua Mãe. Após a morte do Conselheiro, sua biblioteca foi dispersada e dividida por seus herdeiros; a parte que coube a meu Pai era boa, mas nos seus successivos deslocamentos pelo Brazil a fora, como magistrado, e devido a mudanças sobre mudanças, sumiram-se as melhores obras. Ainda pude salvar e conservo, uma obra rara em inglez “A galery of Portraits”.³⁰

Não temos como saber quais livros pertenciam a D. Anna e nem se todos eles foram descritos, pois na relação de livros deixados ao herdeiro Frederico Dabney Brotero, pai de Frederico de Barros Brotero, não vemos indícios dos livros mencionados por ele, como pode-se ver no Quadro 37.

²⁹ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p. 44.

³⁰ *Ibidem*, p. 10-11.

Quadro 37 – Legado do herdeiro Frederico Dabney Brotero

Vol.	Autor	Obra	Valor
27	Diversos autores	Direito Francez	10\$500
45	*****	Legislação Portuguesa e seus Repertorios	50\$000
47	*****	Legislação Brasileira (1808-1864)	50\$000
1	*****	Consolidação das Leis	6\$000
3	*****	Projeto do Codigo Civil	
1	*****	Constituição	
1	Veiga Cabral	Direito Administrativo	
47	Diversos autores	Direito Commercial	47\$000
29	Diversos autores	Direito Romano	40\$000
201			203\$500

Essas são questões com as quais temos que lidar quando tratamos com inventários, pois, como já foi mencionado, a escritura notarial sempre deixou muitos silêncios. De qualquer forma, em relação a Brotero, de algum modo, os vazios da documentação podem ser preenchidos com informações de sua vida no Brasil, sua atuação na Academia de Direito e, sobretudo, pelas obras que escreveu.

5.2. Brotero e a Academia de Direito

Como vimos, Brotero chegou ao Rio de Janeiro no final de 1825. Não temos informações precisas das suas atividades até 1828, mas sabemos que após uma solicitação de sua parte, ele foi nomeado lente do curso jurídico que seria aberto no Brasil, antes mesmo que se decidisse pela data de abertura e a sua localização.

Brotero transcreveu o decreto em seu livro mestre, no qual podemos ler:

Attendendo ao que me representou J. M. A. Brotero: Hei por bem fazer-lhe mercê de uma das cadeiras do Curso Juridico que em tempo opportuno lhe será designada. Rio 6 de outubro de 1826, 5 da independencia.³¹

De acordo com Miguel Reale,

Na realidade, Avelar Brotero, de formação liberal, pertencente a uma família ilustre [...], graças não só à sua erudição e eloquência, mas também ao bafejo

³¹ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avelar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p. 74.

do dr. Mamede, seu tio materno e médico do Paço Imperial, soube conquistar a amizade de alguns mentores políticos da época, a ponto de receber a incumbência de “vir abrir a Academia de São Paulo” por ordem de sua Majestade Imperial e determinação pessoal do Ministro Araujo Lima.³²

Após o decreto de 11 de agosto de 1827, no dia 12 de outubro, foi designada a Brotero a primeira cadeira do primeiro ano do Curso Jurídico de São Paulo. No dia 1º de março de 1828 se deu a abertura da Academia de Direito de São Paulo, em uma solenidade cujo orador foi o próprio Brotero. Almeida Nogueira transcreve a notícia que saiu no *O Farol Paulistano*:

Faltão-nos as expressões para expormos aos nossos leitores a pompa e magnificência com que no 1º de março se abriu o Curso Juridico, e darmos uma ideia da enérgica e eloquentíssima do Sr. dr. José Maria Brotero.³³

Alguns autores como Almeida Nogueira e Spencer Vampré ressaltaram a personalidade difícil de Brotero e os diversos conflitos que teve com seus colegas durante sua vida na Academia.³⁴ Na documentação transcrita do livro mestre do Conselheiro, também podemos notar esses conflitos nos vários ofícios que ele enviava aos ministros imperiais. A seriedade com a qual Brotero encarava o trabalho e a sua rigidez quanto às atividades da Academia, que transparecem na documentação,³⁵ provavelmente motivaram muitos desses conflitos. Por outro lado, suas posições políticas também podem ter inspirado muitas dessas polêmicas.

Na edição seguinte àquela que relata a abertura do curso jurídico em São Paulo, *O Farol Paulistano* faz um relato mais completo do discurso proferido por José Maria de Avellar Brotero naquele dia. Como podemos notar, no discurso do lente há um forte tom da tradição liberal europeia, do começo do século XIX, influenciada pelas ideias contratualistas, como transparece no trecho transcrito pelo redator do jornal:

O Homem era igual perante as leis da natureza, e ficou igual na sociedade perante as leis civis: o Homem era livre no estado natural, e independente da vontade de qualquer outro homem, mas era sujeito á lei natural; o mesmo homem, como membro da sociedade, ficou tão bem independente e não

³² REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 64.

³³ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 1, p. 42.

³⁴ *Ibidem passim*; VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, 2 vols., *passim*.

³⁵ BROTERO, Frederico de Barros, *op. cit.* Também, em Almeida Nogueira e Vampré encontramos esses indícios. NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida, *op. cit.*, 9 vols., *passim*; VAMPRÉ, Spencer, *op. cit.*, 2 vols., *passim*.

sujeito á vontade de outrem, e só sim obrigado pela lei dictada pela soberania da sua propria assossiação [...] [grifo nosso]³⁶

Além de afirmar em vários momentos a igualdade e a liberdade dos homens como direitos impostos pelas leis naturais, o discurso de Brotero se inflamou contra a tirania e o despotismo de certos governos, e ainda falou sobre a necessidade da tolerância religiosa. Não podemos saber qual foi exatamente a reação do público que o ouviu, apesar de Almeida Nogueira mencionar que foi com “regozijo geral e com factos demonstrativos de alegria publica”.³⁷ Porém, ao final do relato, o redator d’*O Farol Paulistano* conclui da seguinte maneira:

Persuadimo-nos haver dado aos nossos Leitores os logares mais notaveis da oração do Sr. José Maria Brotero, e com elles não pequena satisfação aos amigos das Lettras, da Patria, e da Liberdade; e tambem *resposta a alguns hereges acerca de muitas heresias que quizerão descobrir n’este discurso*. Homens ignorantes, irriligiosos, porque só tem a religião como meio de commercio; Homens inimigos da liberdade porque a justiça, que a acompanha sempre, os repulsaria dos empregos, que indevidamente occupão; Homens que nunca fiserão vulto se não no pó dos çapatos dos grandes, que talvez o mero acaso, ou os crimes fiserão grandes, mas que o merecimento nunca engrandeceu, *ja nos consta que tem baptisado este discurso de heretico, anarquico, jacobinico &c. &c.*³⁸ [grifo nosso]

Daí podemos perceber que Brotero deve ter angariado alguns desafetos logo na sua primeira manifestação pública. De qualquer forma, a despeito das críticas e com todas as dificuldades geradas pela falta de estrutura da Academia e da própria cidade, as aulas de Brotero ocorreram ao longo do ano, tornando-se ele uma das figuras mais importantes do curso jurídico. Ainda segundo Almeida Nogueira, “De 1828 em deante, a biographia do illustre cathedratICO quasi se identifica, no dilatado período de 45 annos (...), com a historia da Academia de S. Paulo, da qual foi um dos mais notaveis lentes e uma figura das mais caracteristicas.”³⁹

Dentro da tradição oral da Academia, Brotero ficou conhecido pelas suas “broteradas” que, segundo Nogueira, eram inconscientes transposições de sílabas que geravam engraçados trocadilhos, como “cidadeiro brazilão”, “vidrada quebraça”, “limenta com pimão”, “Imperial

³⁶ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 94, 8 de março de 1828.

³⁷ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 1, p. 38.

³⁸ *O FAROL PAULISTANO*. São Paulo, nº 94, 8 de março de 1828.

³⁹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida, *op. cit.*, vol. 1, p. 29.

Constitucionador”, que ele justificava dizendo que havia “bolado as trocas”.⁴⁰ Além disso, tinha mania de intercalar entre duas frases, sem nenhum propósito, a locução “por consequência”, ficando conhecido um episódio com Sá e Benevides, de quem falaremos em capítulo subsequente, e que era seu genro:

Apresentando-o a alguém, disse uma vez o conselheiro Brotero:

- Apresento a v. ex.^a o meu genro dr, José Maria Corrêa *por consequência* de Sá e Benevides.

Ao que observou entre dentes o dr. Benevides:

- O que não posso compreender é a razão de causalidade que o meu sogro descobriu entre a primeira e a segunda parte em que elle divide o meu nome!⁴¹

Imagem 10 – Pintura de José Maria de Avellar Brotero

Fonte: Pintura a óleo de José Maria de Avellar Brotero, localizada no saguão da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

⁴⁰ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 2, p. 28-29.

⁴¹ *Ibidem*, vol. 2, p. 30.

Mas, para além das “broteradas”, a sua personalidade forte, seu tom incisivo e belicoso, e os conflitos com os colegas de trabalho também compuseram suas memórias. No entanto, apesar disso, ao que parece Brotero tinha boas relações com os estudantes, como podemos notar pelo relato de Almeida Nogueira:

Era o Dr. Avellar Brotero mais do que eloquente, era eloquentíssimo. Todos os documentos da época confirmam esta asserção, e repetem frequentemente aquelle epitheto, na mesma forma superlativa que ora lhe damos.

Auxiliado por vasta erudição, tinha, por vezes, na sua cathedra, verdadeiros arroubos de eloquencia que provocavam os entusiasticos applausos da mocidade.

Nessas occasiões, temperamento impressionista, era feliz com aquellas manifestações dos seus discípulos. Não obstante, reprehendia-os fingidamente, dizendo-lhes *pro formula*:

- Não, meus m'ninos, não, nada de applausos; isto não ó perm'tido pelos Estatutos.

Mas, logo depois, para que o não tomassem ao pé da letra, accrescentava indulgente:

- Mas, quem é que pode dominar a emoção? Ora! applaudam, meus m'ninos, applaudam quanto quizerem ao seu velho mestre!⁴²

Em uma carta escrita por Antonio Mariano de Azevedo – o Mestrinho – ao seu irmão, José Xavier de Azevedo Marques, datada de 12 de agosto de 1828, podemos ver a opinião desse estudante sobre Brotero e sobre os atritos dele com Baltazar da Silva Lisboa – lente de Direito Eclesiástico, que foi nomeado junto com ele:

Brotero é um homem esquentado, inconsiderado, rapido como um relampago em tudo que diz ou faz, sem excepção da minima acção que pratica. Deu-lhe a mania para liberal exaltado, ou furioso, se quizerem: pouco ou nada religioso; dando a conhecer isto por sua nimia franqueza, e inculcando talvez immoralidade que por sua jovialidade de estudante, ou de bandalho de bom gosto, por seus trajes e nenhumas pataratas, etc. Considerando estas qualidades no ultimo extremo, e collocando-se, portanto, o Brotero como o primeiro anel de uma cadêa o extremo opposto, ou o ultimo anela desta cadêa, ha de ser por força Balthazar; e por isso não o descreverei. Sobre conhecimentos, Brotero tem o que o pode ter um homem da descripção supra: uma vastidão espontanea em certas materias, uma noção geral de tudo; mas não ha blasphemia em literatura que aquella bocca não profira, e, para dizer em uma palavra, parece não ter aprendido a ler, e não fala o portuguez nem o entende: quanto mais as outras linguas!

[...]

Eis o que há além das intriguinhas, que alguns curiosos levariam daqui para alli. Em suma, os estudantes estão contentes com o Brotero, porque com muito

⁴² NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 2, p. 25-26.

poucas exceções são liberaes: o Balthazar não sabe em que se mette para o anno. [...] ⁴³

É uma opinião ambígua, que por vezes critica, por vezes elogia, mas que pode dar a dimensão da complexidade de Brotero. Em outra ocasião, em 1865, na qual houve um desentendimento entre os estudantes de José Maria Corrêa de Sá e Benevides, pois esse professor havia reprovado 16 quintanistas, Brotero, que estava presente na colação de grau, acabou ficando no meio da confusão, conforme relata Spencer Vampré:

Tendo ficado em meio dos moços, sem conseguir retirar-se, por causa da confusão que se estabeleceu, concordava Brotero com os protestos:

- “Têm razão, meus m’nhos, têm razão!”

Foram-lhe erguidos vivas entusiásticos, como “lente justiceiro”, “eminete professor”, etc., etc., e, abrindo alas, fizeram-lhe os estudantes uma manifestação de apreço.

Quando, porém, chegou ao topo da escada, que conduz à sala de Congregação, voltou-se para os que o aclamavam, indignado;

- “Não aceito! Não aceito as aclamações! Imprudentes! Atrevidos! Hão de ver! Hão de ver!” ⁴⁴

Um dos fatos mais conhecidos da Academia foram os atritos entre Brotero e o primeiro diretor, o tenente-coronel Arouche Rendon, que solicitou inúmeras vezes ao governo sua demissão em função desses conflitos, como podemos ver em um ofício, datado de 28 de fevereiro de 1828, logo no início das atividades da Academia:

Por fim, ex.^{mo} sr., em conclusão de tudo, um dos dois (eu e Brotero) é criminoso; um dos dois deve deixar o lugar, que é a menor pena. Eu quero ser o réo. Para o que, levo submissamente ao conhecimento de v. ex.^a. que me fará um grande favor em fazer subir á augusta presença de S. M. o Imperador que eu, desde a flor da minha idade, tenho fielmente servido ao Estado e a S. M. I., bem como ao seu augusto pae, o sr. D. João VI, que muito me estimou e honrou; que tenho arruinado a minha fortuna no serviço do Estado, que estou na idade de 73 annos, idade em que não só faltam as forças do corpo, como do espirito; que me não acho com forças de poder aturar e soffrer a um homem que,

se não é mais alguma coisa, é de certo um louco, capaz de atacar moinhos; e que, portanto, em premio dos meus serviços, me conceda a demissão de director, para viver em paz os poucos dias que me restam. ⁴⁵

⁴³ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 4, p. 34-37.

⁴⁴ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 142.

⁴⁵ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida, *op. cit.*, vol. 2, p. 9-10.

Para além desses atritos dentro da Academia, Brotero participou de uma contenda de maior vulto quando publicou seu compêndio de direito natural. O art. 7º da lei de 11 de agosto de 1827 dizia o seguinte:

Art. 7º - Os Lentes farão a escolha dos compendios da sua profissão, ou os arranjarão, não existindo já feitos, com tanto que as doutrinas estejam de accôrdo com o systema jurado pela nação. Estes compendios, depois de approvados pela Congregação, servirão interinamente; submettendo-se porém á approvação da Assembléa Geral, e o Governo os fará imprimir e fornecer ás escolas, competindo aos seus autores o privilegio exclusivo da obra, por dez annos⁴⁶.

Além da precariedade do mercado livreiro, a biblioteca da Faculdade de Direito não tinha capacidade para atender às demandas do curso. Conforme mencionamos no Capítulo 1, ela foi composta pelos acervos do Convento de São Francisco e pela biblioteca do Bispo Diocesano D. Mateus de Abreu Pereira e, embora este último tivesse um caráter menos religioso, visto que apresentava, na sua maioria, obras laicas e atuais em relação à época na qual se formara,⁴⁷ o conjunto formado não era ainda o mais adequado para servir ao curso que se instalava.

Dentro desse cenário, José Maria de Avellar Brotero escreveu seu próprio compêndio. Na verdade, não podemos afirmar que foi apenas a precariedade das bibliotecas e do comércio de livros que o incentivaram a escrever, pois havia também as cobranças do diretor da Academia – e, talvez, a sua própria concepção de que nenhum outro livro atenderia as necessidades do curso que pretendia ministrar. Mas, de algum modo, uma das principais características do seu livro parece se dever às cobranças que recebia. O compêndio de Brotero, *Princípios de Direito Natural*, é repleto de longas citações de obras, sobretudo em francês e latim. Citações essas que, muitas vezes, eram mais longas do que o texto principal.

A obra foi escrita à medida que as aulas ocorriam e quando o livro ultrapassava a sua metade, Brotero inseriu uma advertência que intitulou “Mais vale tarde do que nunca”⁴⁸, na qual procura explicar as imensas notas colocadas no compêndio. Após a explicação, acrescentou:

⁴⁶ Lei de 11 de agosto de 1827. Leis Históricas. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm>. Acesso em: 01 set. 2015.

⁴⁷ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 76-98.

⁴⁸ BROTERO, José Maria de Avellar Brotero. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829, p. 284-285.

E não bastava apontar as mesmas notas? De certo, se fosse possível obrigar aos Estudantes a ter os Autores citados. E porque vem ellas em Francez? Para poupar trabalho, ou para melhor dizer, por falta de tempo. O Leitor deve saber, que estas Lições são promptas á noite para servir de manhã, e que estas notas são parte, ou fundamneto da explicação, que fiz na Aula, e a qual se não escreveo nas postillas⁴⁹.

Não só a obra foi escrita de afogadilho, como também, no momento da impressão, o autor não teve tempo para reparos. Almeida Nogueira afirma que desde os primeiros dias de funcionamento do curso, o então diretor, José Arouche de Toledo Rendon, cobrava Brotero para que escrevesse o compêndio, exigido pelo art. 7º da lei de 11 de agosto de 1827, pois era, por sua vez, pressionado pelo governo. No livro mestre, vemos a reprodução de diversas cartas enviadas por ele que dão a dimensão dessas cobranças. Brotero afirma que, em 12 de dezembro de 1828, recebeu ordens do governo para enviar o compêndio para ser impresso no Rio de Janeiro. Já no dia 21 enviou o primeiro e o segundo capítulos com o seguinte ofício:

Ilmo. Exmo. Sr.

Tenho a honra de remetter a V. exia. o primeiro e segundo capitulo do compendio de Direito Natural, de que me servi no anno lectivo proximo p. na leitura da cadeira do primeiro anno, afim de ser impresso segundo as ordens de S. M. I.

Não remetto a V. Exia. o mesmo manuscripto que apresentei em Congregação, por estar em minuta e ser unico: e não vai agora copia completa, por não ter tido tempo de o apromptar pois só recebi a ordem de S. M. I. no dia 12 do corrente mez.

Todos os correios hei de enviar a V. Exia. aquelles capitulos que estiverem promptos, e desta maneira se poder fazer a impressão com a brevidade que V. Exia. deseja. Como bem não entendo o artigo 7 da Lei de 11 de Agosto de 1827 – ibi – e o Governo os faria imprimir os compendios, – e – dos seus autores o privilegio exclusivo por dez annos –, rogo a V. Exia., o especial favor de me declarar de que maneira vai ser feita a impressão do compendio. Eu sou estrangeiro e estrangeiro pobre, e se pedi este emprego, de tanto trabalho e melindre, e se fiz este compendio expondo-me ás censuras do publico, foi unicamente para ter com que sustentar ma. familia, e debaixo deste pequeno quadro já vê V. Exia. que eu não posso perder o fructo do meu trabalho. Se o Governo de S. M. I. não pode mandar fazer as despesas, sendo a propriedade minha por dez annos; e se não pode ao menos adiantar este dinheiro, para aodepois receber, então, Exmo. Sr., eu, que já tenho duzentos assignantes, esperarei occasião de ter dinheiro para mandar fazer a impressão e julgo que este meu desejo é conforme á Constituição do Imperio, e á Lei supra citada.

[...] Desculpe V. Exia. a sinceridade de um estrangeiro que julga ser a franqueza uma virtude.

⁴⁹ BROTERO, José Maria de Avellar Brotero. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829, p. 284-285.

Deus guarde etc. etc.⁵⁰

No dia 21 de janeiro de 1829, Brotero terminou de enviar todos os capítulos. Como fica patente pelas correspondências, a impressão foi paga através dos recursos que ele próprio conseguiu, embora o texto do art. 7º da lei citada deixasse transparecer que o governo se responsabilizaria pelas despesas, após a aprovação pela Assembleia Geral. Essa aprovação tardou e Brotero também demonstrava uma certa pressa para a impressão do compêndio:

Em virtude do Officio de dez do corrente mez e anno, remetto a V. Exia. o fim do compendio de Direito Natural e juntamente a lista de 490 assignantes, rogando a V. Exia. o especial favor de mandar imprimir no fim do mesmo compendio.

Como achei quem me abonasse toda a despesa de impressão por isso hoje mesmo remetto ordem ao Sr. F. para procurar a V. Exia, afim de receber as ordens de V. Exia. e immediatamente entregar toda a quantia que necessario for para 1.000 exemplares salvando desta maneira o meu direito de propriedade, e podendo esperar sem prejuizo, a resolução da Augusta Assembléa Legislativa.⁵¹

Em outro ofício enviado ao Ministro do Império, o qual supomos ser endereçado ao Sr. José Clemente Pereira, que exerceu esse cargo no período de 1828-1829, e com quem Brotero se correspondeu no início das tratativas sobre a impressão do compêndio, vemos o seguinte pedido:

Por avizo de meu correspondente eu sei estar impresso o resto dos compendios, e por isso eu vou rogar a V. Exia. o especial favor se for possivel, de fazer com que este anno os mesmos compendios sejam submettidos á aprovação da Assembleia geral; deste meu pedido, Exmo. Sr., resulta utilidade á Nação, pois seus illustres representantes não deixarão passar as doutrinas contrarias ao bem ser publico; resulta Gloria á V. Exia. pois mostra ao publico não ter interesse particular no compendio, fazendo callar aqueles que dizem que V. Exia. os approvou somente pelas relações de intima amizade de patricios...; finalmente Exmo. Snr., resulta utilidade minha por se acabarem questões loucas. Peço mil e mil perdões a V. Exia. desta minha ouzadia porem sendo eu tanto e tanto obrigado a V. Exia. eu me julgava criminoso, um monstro de ingratidão, se não fallasse desta maneira, digo, com esta franqueza.⁵²

⁵⁰ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Lceu Coração de Jesus, 1933, p. 45-47.

⁵¹ *Ibidem*, p. 47-48.

⁵² *Ibidem*, p. 53.

Infelizmente, nesse ofício não consta a data do envio, mas sabemos que ele se situa entre o anterior, datado de janeiro de 1829, e a sessão legislativa da Assembleia Geral de 1830, quando o compêndio foi discutido. É possível que ele já estivesse circulando, pois, ao que parece, era o seu conteúdo que estava motivando essas “questões loucas”. Brotero certamente sabia que alguns pontos de seu compêndio seriam motivo de discórdia, pois no dia 1º de janeiro, quando enviou o 3º capítulo e parte do 4º, onde tratava dos direitos do homem, ele fazia a seguinte ressalva:

V. Exia. tem agora na sua respeitavel presença aquella parte do compendio, cuja doutrina é melindroza, e fez alguma novidade entre meus amigos e inimigos; pode portanto V. Exia. dar sua perspicaz e eruditissima sentença sobre a mesma doutrina, e com conhecimento de causa determinar afinal sobre a sua impressão, deferindo ao meu pedido supracitado.⁵³

Fato é que seu livro despertou reações muito bruscas, sendo duramente criticado primeiramente pelo deputado Lino Coutinho, e depois, pela comissão formada para avaliá-lo. Alguns trechos da fala do deputado seguem adiante reproduzidos.

Foi offerecido aqui á Camara um compendio de direito natural, feito por um lente da escola de direito de S. Paulo, compendio este que é *vergonha das vergonhas pelas suas imbecilidades*, e mesmo compendio prejudicial pelas *más doutrinas que nelle se encerram*, e que eu não sei como o sr. ex-ministro do Imperio, sem examinar este compendio, sem coisa nenhuma, mandasse ou decretasse que se ensinasse á mocidade brasileira por tão infame compendio. Este compendio foi offerecido á Camara e, diz-se, recebido com geral agrado. Isto, apparecendo nas nações estrangeiras, é *vergonha para a Camara dos Deputados e para o Brasil inteiro, pelas imbecilidades que contém*. Eu apontarei uma: *Num artigo em que este compendio trata da existencia de Deus, diz que é um ponto duvidoso para muitos grandes espiritos, e para muitos grandes philosophos*. Ora, isto num compendio para se ensinar direito! [...]
Requeiro, portanto, que o compendio seja remetido a uma comissão⁵⁴. [grifos nossos]

Depois de vinte dias analisando o compêndio, a Comissão chegou à seguinte conclusão:

A commissão de instrucção publica examinou o compendio de direito natural, composto e offerecido a esta augusta Camara pelo lente do 1º anno juridico de S. Paulo, e observando que não tem ligação e harmonia nas materias, nem

⁵³ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p. 47.

⁵⁴ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 2, p. 15-16.

uniformidade no estylo, sendo uma verdadeira compilação de differentes auctores, que não seguiram os mesmo principios nem se exprimiram no mesmo estylo; que os raciocionios não teem força de convicção, nem os termos clareza e precisão; que comprehende materias heterogeneas ao direito natural, e notas repetidas e mui extensas: é, portanto, de parecer que não seja admittido no curso juridico, devendo-se ensinar o direito natural por outro compendio que melhor desempenhe a materia.

Paço da Camara dos Deputados, 30 de junho de 1830. – J. R. Soares da Rocha, A. J. do Amaral, A. Ferreira França⁵⁵.

É importante observar os argumentos utilizados para se recusar o compêndio, pois, de alguma forma, eles podem ajudar a compreender alguns pontos que estavam por trás da sua rejeição. Lino Coutinho deixava claro que o problema do compêndio eram as doutrinas que ele apresentava, dando, inclusive, exemplos. No entanto, a comissão responsável, tentando apresentar um tom mais refletido, assinalava apenas os problemas técnicos, disfarçando, assim, os reais motivos da recusa. Adentraremos a essa questão quando formos analisar o conteúdo do livro.

Miguel Reale afirma que não se tem notícia de nenhuma reação de Brotero sobre o parecer da Assembleia e nada relativo a isso aparece no livro-mestre. O fato é que ele não declinou de sua função como lente e, tampouco, o governo o considerou inapto para tão altas funções. Sabe-se apenas que seu compêndio fora substituído pelo de Perreau, *Éléments de législation naturelle*, “livro incolor, que resumia, em estilo amploso os ensinamentos superficiais de Burlamaqui, por quem o escritor francês devotava entusiasmo incondicional [...]”.⁵⁶ No entanto, como veremos no capítulo de Benevides, utilizar um compêndio não significava, forçosamente, adotá-lo por completo abrindo mão de suas próprias convicções. Nesse sentido, a recusa do livro de Brotero pode não ter representado uma verdadeira transformação de suas aulas. Mas, se não temos como saber qual era esse conteúdo, podemos, ao menos, conhecer suas teorias através do livro que ele redigiu.

5.3. O compêndio de Direito Natural

O Direito Natural, como disciplina acadêmica, foi instituído na Universidade de Coimbra com a reforma pombalina, em 1772. Antes disso, o que fundamentava o Direito no ensino superior português eram os princípios da Segunda Escolástica, com autores como

⁵⁵ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantes, Estudantes*. São Paulo: Vanorden, 1907, v. 2, p. 18-19.

⁵⁶ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 70.

Aristóteles, São Tomaz, Suarez, Molina, Soto e Vitória. A partir das reformas, o Direito Natural adquiriu grande importância nessa instituição e na produção intelectual-jurídica portuguesa, pois significou uma reorientação que colocou o pensamento jusracionalista luso em sintonia com os princípios iluministas.⁵⁷ Porém, vale ressaltar que a Ilustração portuguesa foi marcada pelo compromisso cristão, afastando-se, dessa forma – pelo menos em alguns pontos – do espírito filosófico que a Enciclopédia havia consagrado.⁵⁸ Não precisamos lembrar que foi essa a formação de Brotero. Assim, de modo geral, a ideia de direito natural do nosso lente não continha nenhuma grande novidade no período, inclusive porque ele se fundamentava em diversos autores consagrados. Mas o recorte dessas teorias e sua conjunção faziam de seu texto algo original.

O *Princípios de Direito Natural* é dividido em sete capítulos e contém 141 parágrafos que tratam de temas diversos. Assim, optamos por passar em revista quase todo o conteúdo, mas nos atendo a dois aspectos específicos. Primeiramente, gostaríamos de buscar no texto as teorias que poderiam ter sido consideradas como as tais “más doutrinas”, indicadas por Lino Coutinho, e que contribuíram para a sua rejeição. Por outro lado, tentaremos mapear os autores citados, para compreendermos quais teorias Brotero utilizava e como as manejava, quais os autores mais influentes em seu pensamento, e, por fim, qual a relação do autor do compêndio com as doutrinas em voga no seu tempo.

⁵⁷ PISCIOTTA, Renato Matsui. *Sociedade, ideias e compêndios: Direito Natural no Largo de São Francisco (1827-1889)*. São Paulo, 2017. 303 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 179.

⁵⁸ PISCIOTTA, Renato Matsui. Direito Natural e juristas da Academia de Direito de São Paulo (1827-1850). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 22, 2014, Santos. *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. São Paulo: ANPUH-São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

Imagem 11 – Folha de Rosto do *Princípios de Direito Natural*, de José Maria de Avellar Brotero⁵⁹

Fonte: BROTERO, José Maria de Avellar. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829. (Folha de rosto). Disponível na Biblioteca de Obras Raras do Senado Federal

⁵⁹ Na epígrafe lê-se: Aliquid semper ad communem utilitatem afferendum. Cícero. (Sempre há algo para o bem comum); Os homens são iguaes pelas Leis da Natureza, tem preeminencia pelas suas virtudes, e tem jurisdição pelas convenções. Feliz o Principe, que bem souber, qual é o ser, e qual tem sido a marcha do Genero Humano. A.

O primeiro capítulo do livro trata das leis e suas divisões, e é nele que Brotero explicita sua teoria sobre o direito natural. É o segundo maior capítulo, ocupando 100 páginas do compêndio. O primeiro ponto abordado é a definição de natureza. Para o autor existe a *Natureza Naturante*, que seria Deus, o grande criador de todas as coisas, e a *Natureza Naturata*, ou seja, a natureza criada por ele. Essa teoria se filia ao princípio escolástico sobre a “causa primeira” e a “causa segunda” do pensamento tomista,⁶⁰ e Brotero cita Aristóteles para fundamentá-la, se utilizando, no entanto, da terminologia adotada por Abraham Ress, em *Cyclopaedia, or Universal dictionary of arts, sciences, and literature*.

O segundo ponto abordado era justamente sobre a existência de Deus, confirmando por um lado, a visão religiosa que não fora abandonada pela Ilustração portuguesa, mas, por outro, já apontando para certa tolerância em relação aos filósofos que negavam a sua existência. Lino Coutinho, inclusive, menciona essa questão no seu discurso contra o compêndio. Brotero afirma que *alguns sabios talentos, e engenhos raros* sendo ingratos ao criador estariam negando a sua existência, mas que “Estes Authores, mais celebres pela sua extravagancia do que pelas suas doutrinas, não tem feito mal algum á verdade sempre eterna – que existe um Deos [...]”.⁶¹ Para Miguel Reale, atribuir aos ateus qualidades como talento e sabedoria já era uma afronta à mentalidade reinante.⁶²

Para Brotero, a prova da existência de Deus estaria na perfeição da natureza e dos homens:

[...] diariamente vemos regularidade e perfeição da marcha dos entes animados, e inanimados, cuja marcha ou acção pela sua perfeição e regularidade se vê, e se conhece, não poder ser filha do acaso, mas sim de uma norma, ou lei prescripta por uma força superior. Esta força superior é a Natureza Naturante; logo a Natureza Naturante têm poder de legislar. (p.27)

De acordo com ele, o Direito teria seus fundamentos na razão que vem da natureza, que, por sua vez, havia sido criada por Deus. Assim, se a origem da razão ainda estava na vontade do criador, também podemos notar aquele filtro a que ele passou a ser submetido com o

⁶⁰ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, p. 206.

⁶¹ As citações do livro *Princípios de Direito Natural* serão feitas, a partir desse momento, apenas com a indicação da página ao lado do trecho citado. BROTERO, José Maria de Avellar Brotero. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829, p. 7-9.

⁶² REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p.71.

pensamento jusracionalista apontado por Manuel Hespanha.⁶³ Essa vontade se resumiria na ideia de que o homem deveria se conservar e se aperfeiçoar, como podemos notar pela definição:

O fim da Lei natural, e racional, é conseguir, que o homem se conserve, e se aperfeiçoar, e a razão desta Lei é o providente principio da natureza, que determina, que o homem deve existir para gloria do Ser Supremo, para bem dos entes da sua especie, e para ser superior aos mais animaes. O fim das Leis civis é conseguir a felicidade e tranquilidade dos homens; e os fundamentos destas Leis devem ser os principios da natureza gravados no coração do mesmo homem, isto é, os seus direitos naturaes. (p. 17)

Para o nosso autor, apenas Deus poderia fazer as leis, pois ele era o grande legislador. No entanto, como ele deu razão ao homem e não legislou sobre os detalhes de sua existência, bastava que os seres humanos seguissem os princípios da natureza, reunindo as forças e vontades dos homens, para poderem legislar. Todas as leis, fossem elas divinas ou humanas, precisavam ser ditadas por uma autoridade competente, ter uma parte determinativa, declarar a sanção prevista e ser suficientemente promulgada.

Baseado nesses requisitos, o autor desenvolve questões sobre a aplicação ou não da legislação, buscando reunir os fundamentos que deveriam pautar as leis humanas. Esses fundamentos “morais” o tempo todo estavam relacionados à ideia de que o homem precisava conservar a si e aos seus semelhantes. É interessante marcar a necessidade de conservação do “outro” na teoria de Brotero, pois veremos que para Benevides, por exemplo, a conservação própria tinha uma sensível prioridade em relação ao próximo. Também, vale ressaltar que a relação entre a moral e o direito era muito estreita para os jusracionalistas em geral, pois para eles os valores morais eram justamente a base do direito natural.⁶⁴

Nesse primeiro capítulo predominam as citações de L’Abbé de Mably, aparecendo as seguintes obras: *L’Étude de l’Histoire, Doutes sur l’ordre naturel des sociétés politiques, De la Legislation*, e *Droits et devoirs du citoyen*. No entanto, Brotero não se utilizava das teorias mais revolucionárias desse filósofo, como suas ideias coletivistas e sua pregação sobre a

⁶³ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, p. 213.

⁶⁴ NINO, Carlos Santiago. *Introdução à análise do Direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 17-18.

propriedade e a desigualdade das fortunas como fonte real dos males sociais. Na verdade, Brotero se apropriava apenas de sua filosofia moral.⁶⁵

Outros autores que aparecem fundamentando as teorias do primeiro capítulo são: François Para du Phanjas, com *Éléments de métaphysique sacrée et profane*; Perreau, com *Eléments de Législations Naturelle*; Donnant, com *Considérations sur les rapports qui lient les hommes em société, ou des éléments de l'organisation sociale*; Filangieri, com *La Science de la Legislation*; e Holbach, com *Système de la nature* e *La Morale Universelle, ou les devoirs de l'homme fondés sur as nature*. É importante lembrar que Brotero não cita nenhuma vez o nome do barão de Holbach como o autor dos dois textos que ele utiliza, talvez porque suas obras constassem no Índice. Com suas teorias anticlericais e ateias, o primeiro livro citado transformou-se na bíblia do materialismo.⁶⁶ Mas, Brotero, assim como faz com Mably, não se aprofunda nas críticas do autor, apropriando-se, neste primeiro capítulo, mais de suas opiniões sobre moral.

Além desses autores que ocupam um espaço maior no texto, aparecem citados, ou ao menos mencionados, os seguintes: Aristóteles, Blackstone, Cícero, Clark, Helvetius, Locke, Malebranche, Abraham Rees (Cyclopaedia), Rousseau, Platão, Zenon, Cardoso, Destutt de Tracy, Heinecius, Justitniano, Montesquieu, Moreau, Paiva, Reyd, São Tomás, Ulpiano e Watts.

O segundo capítulo trata do homem e Brotero o define como um “ente dotado de sensibilidade e intelligencia, ou um animal dotado da faculdade de razão, ou de aptidão de razão” (p.107). Nessa parte do texto aparecem outras áreas do conhecimento como a química e a fisiologia, por exemplo. Há longas descrições sobre o corpo humano e seu funcionamento, o que demonstra um conhecimento atualizado sobre essas áreas. O principal autor citado nesse capítulo é o fisiologista e filósofo Cabanis, mas o nome da obra não aparece. Imaginamos ser *Rapports du physique et du moral de l'homme*, porque uma das citações é referenciada como *Sixième Mémoire - De l'influence des tempéraments sur la formation des idées et des affections morales*, um capítulo que faz parte desse livro.

Outros autores que aparecem são Para du Phanjas, novamente com *Éléments de métaphysique sacrée et profane*; Blumenbach, com *De l'Unité du Genre Humain et de ses variétés* (Traduit par Fréd. Chardel); Perreau, novamente com *Eléments de Législations*

⁶⁵ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 76.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 77.

Naturelle; Bichat, com *Indagações Physiologicas*; Condillac; Rees (*Cyclopaedia*); Lord Kames; Marthez; Destuitt de Tracy; Helvetius; Noël; Paiva; Addison; Mr. Hermann; Felice; Gregorio de Nicea; Hobbes; João Clerc; Mably; Platão; Ricardo Simão; Rousseau; Sturm; e Thomson.

Após as longas explicações sobre o corpo humano, o autor conclui que:

Depois de se fazer a analyse da variedade dos homens, depois de se ter observado a Physiologia e Zoologia, e a historia do mesmo homem relativa ás artes e sciencias, deve-se concluir, que o genero humano é todo de uma especie, e que existe no homem unidade, e que a Lei da natureza, ou a Jurisprudencia natural, é commum a todas as variedades ou familias, tendo todas ellas iguaes direitos, iguaes obrigações, e iguaes officios. (p. 122)

Vê-se que Brotero se baseia na fisiologia para provar a igualdade entre os homens, surgindo daí a necessidade de igualdade de direitos e obrigações. Continuando o capítulo, o autor disserta sobre a alma e a sua relação com o corpo humano, sobre as faculdades do homem, sobre o entendimento, sobre as vontades, sobre a liberdade, sobre o pensar e sobre o dom da palavra. É interessante notar que, em praticamente todos os pontos abordados, nosso autor demonstra um grande entusiasmo com as ciências naturais “anunciando toda uma orientação que iria lograr predomínio absoluto entre os pensadores brasileiros algumas décadas depois, na fase do positivismo e do evolucionismo.”⁶⁷

Assim, como as ciências naturais vão se firmar apenas ao longo do século XIX, sobretudo, a partir da segunda metade, podemos pensar que a presença delas nesses escritos de 1829 – quando esse pensamento ainda não era predominante – tenha sido um dos elementos que levou a comissão da Câmara a acusar o compêndio de conter matérias “heterogêneas ao direito natural”.

O terceiro capítulo aborda as discussões sobre a sociedade natural, ou seja, sobre o estado do homem antes da instituição da sociedade civil. Para Brotero, os seres humanos sempre viveram em estado de sociabilidade, no entanto, inicialmente, se tratava de uma situação específica:

Esta sociedade primitiva não era logo senão uma sociedade puramente natural, uma sociedade, na qual os nomes de nobre e plebeo, de amo e criado, erão tão desconhecidos, como o erão tambem a magistratura, as Leis, as penas, e os cargos civis: era uma sociedade, onde não se conhecia outra desigualdade

⁶⁷ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 83.

senão a que nasce da força do corpo, outra Lei senão a da natureza, e outro vínculo senão o da amizade, e as necessidades da família; era uma sociedade, cujos membros não tinham ainda renunciado ainda sua independência natural, não tinham ainda depositado todas as forças particulares em as mãos de um, ou mais homens nem lhes haviam confiado a guarda de seus direitos, e posto debaixo da proteção das Leis sua vida, seus bens, e sua honra: nesta sociedade cada homem era soberano, por isso que era independente; era magistrado, por isso que era guarda, e interprete das Leis, que tinha gravadas em seu coração; era Juiz em fim, por isso que era o árbitro dos litígios, que se originavam entre ele e seus semelhantes, e vingador das injúrias e males, que se lhe faziam. (p. 167-168)

Apesar de afirmar que os homens sempre viveram em sociedade, a concepção de Brotero é marcadamente contratualista, no entanto, ele a constrói de forma bastante peculiar. No primeiro parágrafo que trata da questão, ele contesta as teorias que afirmavam que o homem tivesse vivido em estado selvagem nos tempos primevos, de acordo com que teria afirmado Puffendorf e outros autores que este citava, como Lucrécio, Cícero e Horácio – e aqui vale pontuar a assimilação indireta de alguns autores – além de Rousseau, que “estranhamente” seguia “de alguma maneira esta opinião”. (p. 161-162)

Contudo, ele também contestava a ideia daqueles que, baseando-se na Bíblia, afirmavam que o estado primário fosse um estado de sociedade no rigor da palavra, ou seja, a sociedade civil. Para ele, as Escrituras Sagradas não podiam ser lidas literalmente – e, vale notar, quanto impacto não deve ter causado essa opinião. Seja como for, a “opinião do Compêndio”, traduzida de Filangieri (p. 164), era a de que o homem não podia ter vivido em estado selvagem, pois esse estado não era seu estado natural, e sim a degeneração dele. Deus, o grande criador, deu ao homem todas as capacidades para que ele se conservasse e buscasse a perfeição, não podendo, por isso, tê-lo deixado nesse estado bárbaro em nenhum período de sua existência.

Entretanto, essa sociedade primeva ainda não era a sociedade civil, pois não havia leis nem diferenças entre as posições sociais e, acima de tudo, não havia ainda a concessão da soberania, ou seja, os homens ainda não tinham aberto mão de sua independência individual, concedendo a outros a guarda de seus direitos e o poder de regular suas relações. Embora essa fosse uma opinião comum ao jusracionalismo, na sua vertente contratualista, gostaríamos de chamar a atenção para a forma como Brotero elenca os elementos que justificariam que a sociedade civil precisasse se organizar. Ele afirma que:

[...] por desgraça da humanidade, era impossível, que uma tal sociedade durasse muito tempo. Parece que a natureza não tinha inspirado senão só a raça dos Castores a arte difícil, ou para melhor dizer, o dom precioso de combinar a sociedade com a independência. Aquella desigualdade de força,

que acima fallei, unida aos fundamentos da sociedade primitiva, devia, com o tempo, e com o desenvolvimento das paixões produzir as maiores desordens. A igualdade moral não podendo não podendo lutar contra a desigualdade physica, devia necessariamente succumbir debaixo da preponderancia da força. *O homem fraco exposto aos caprichos do forte, em quanto os attendados da força estivessem mais poderosos, que os direitos da fraqueza, via sua subsistencia, triste fructo de sua fadiga, tornar-se a prêsa do seo tyranno; sua honra, e sua vida não erão senão bens precarios, dos quaes podia ser privado a todo instante, sempre que uma alma perversa e malfazeja animasse um corpo mais vigoroso que o seo.* A desconfiança, a incerteza, e o temor perturbavão a cada momento a paz desta sociedade primitiva. Convinha logo oppôr o remedio, e não se achou senão um só. Vio-se que não se podia destruir a desigualdade physica sem renunciar à igualdade moral. [...] Vio-se que era necessario crear uma força publica, que fosse superior a toda força particular.

[...]

Eis-aqui a origem e o motivo da Sociedades Civis, eis-aqui a origem e o motivo das leis, e eis-aqui por consequencia o objecto unico, e universal da Legislação. (p. 168-170) [grifos nossos]

É preciso lembrar que esse parágrafo fazia parte do 3º capítulo, que, junto com o 4º, era o que o próprio Brotero afirmava conter uma doutrina melindrosa, que havia feito “alguma novidade” entre seus amigos e inimigos. Imagine-se o impacto desses escritos em uma sociedade na qual a expropriação do trabalho alheio, aliás, a expropriação da própria humanidade dos escravizados, constituía elemento fundamental.

Todavia, as “más doutrinas” não paravam por aí. Além da formulação sobre igualdade natural, que aparecia em outros momentos também, esse capítulo tratava de mais dois tópicos que não eram consenso na sociedade brasileira. O primeiro deles versava sobre a igualdade entre mulheres e homens no casamento:

[...] Deste dous pontos acima estabelecidos pelo Compedio póde-se dizer, que a sociedade conjugal é desigual, e que o marido tem diversas obrigações das da mulher, e que tendo a protecção da familia a seo cuidado, tem sobre ella um perfeito imperio; porém analisando-se bem a definição de união conjugal, vendo-se que o mutuo consentimento é uma parte essencial, e vendo-se qual é o fim da sociedade, se deduz uma perfeita igualdade, e não preeminencia; pois que tendo o esposo e a esposa iguaes direitos antes da convenção, e unindo-se nesta sociedade por expressa vontade, sem renunciarem os mesmos direitos, elles expressamente reconhecerão, e estabelecerão entre si a mesma igualdade. (p. 184-185)

É claro que a igualdade pretendida por Brotero não se parecia em nada com as discussões mais atuais sobre o tema – e nem poderíamos esperar isso –, mas podemos imaginar o tamanho do incômodo que ela causou naquela sociedade patriarcal do Brasil Oitocentista.

Veremos, em momento oportuno, como Benevides, em 1887, tratava de forma completamente oposta a mesma questão.

Além de defender um certo tipo de igualdade entre homens e mulheres dentro do casamento, Brotero advogava por um outro direito, relacionado ao primeiro, que era a legalidade do divórcio:

[...] o Compendio estabelece como regra, que o divorcio só pode ter lugar quando faltar o consentimento mutuo, ou quando faltar a aptidão para a propagação. De que serviria com effeito a união do homem com a mulher quando faltasse o mutuo consentimento? Em lugar da amizade paternal os esposos olharião com indifferença para os cháros objectos da natureza, em lugar do amor conjugal haveria o ódio; e o marido e a mulher, em vez de pôrem todos os meios ao seo alcance para augmentar o patrimonio, ou estado de familia, elles pelo contrario porião todos os meios ao seo alcance para destruir esse mesmo patrimonio, esse estado, que aborrecião, e odiavão, e no qual vivião em coacção. (p. 187)

Poderíamos elencar outras teorias de Brotero para insistir no fato de quanto essas doutrinas devem ter ferido os ouvidos de Lino Coutinho e seus correligionários, mas ressaltamos apenas esses aspectos, pois o 4º capítulo é, ainda, repleto delas.

Os autores mais citados nessa parte são Holbach, com *La Morale Universelle* e Cabanis, novamente sem constar o nome da obra. Mantemos a mesma suposição, já que em uma das citações aparece *Second Mémoire*. Bichat, sem o nome da obra e a Enciclopédia de Rees, também aparecem com um certo destaque. Outros autores são: Cícero, Lord Kames, Noël, Perreau, Rousseau, Borden, Buffon, Charles Comte, Condillac, Donnant, Filangieri, Harltus, Helvetius, Horacio, Lucrecio, Mably, Pagès, Para du Phanjas, Puffendorf. É importante lembrar que, em vários casos, Brotero cita alguns autores não como fundamento de suas teorias, mas, ao contrário, para combatê-los.

Entrando no quarto capítulo, o autor disserta sobre os direitos do homem. Aqui, assim como no anterior, parece que o alerta que ele fez ao ministro era mesmo necessário, pois, Brotero tocava diretamente e nominalmente no calcanhar de Aquiles da sociedade imperial – a escravidão. Para iniciar, ele afirmava: “Os Direitos sagrados do Homem, e que fórmão a sua essencia, são Liberdade, Igualdade, Propriedade, e Segurança” (p.210). Nesse ponto, como em outros, nosso lente não se diferenciava da maioria dos autores de direito natural e do pensamento liberal da época, mas se referenciava na teoria de Perreau, que elencava esses

quatro itens como direitos básicos do homem, afirmando que um não poderia existir sem o outro.⁶⁸

Falar em liberdade era o eixo estrutural de todo discurso liberal do período a despeito da multiplicidade das correntes da época, inclusive porque essa liberdade incluía, na maioria dos casos, a exclusão. No entanto, Brotero não só afirmava a igualdade de direitos, aparentemente como regra universal, como o fazia no mesmo capítulo no qual criticava duramente a escravidão. A afirmação “a natureza fez todos os homens iguaes, é este um principio, é uma verdade, que não necessita de demonstração” (p.230), vinha seguida pelo § 87, intitulado “A escravidão é o maior de todos os males”, no qual se lia:

Não é de admirar, que o amor da Liberdade tenha tanta força, e tanto poder sobre o coração do homem, e que este amor seja sempre em proporção da elevação dos sentimentos, da idéa da dignidade, e da affeição para a virtude: toda alma grande e generosa ôlha para a escravidão como um dos maiores males; e com effeito parece um excesso de baixeza, e de corrupção, e até parece, que não póde existir na natureza um homem, que se acostume por um longo habito a ser escravo, e que possa olhar para si proprio, e considerar-se como propriedade de outro homem, e conter sua indignação á vista de um tyranno, que quer reduzir seos semelhantes a uma condição miseravel, que degradando as creaturas, que Deos dotou de razão, lhes rouba aquillo, que não póde dar-lhes (fallando moralmente). Parece repugnante á especie humana, que haja um homem tão degenerado, que possa perder o sentimento da Liberdade e a idéa da dignidade do seo sêr! Os homens podem muitas vezes obedecer em silencio a um dêsputa, mas elles o aborrecem a cada momento no fundo de seo coração, e quando presumem poder sem perigo sacudir seo jugo, elles aproveitão a occasião com diligencia. O nome de senhor e de escravo destróe toda a idéa de devêr, todo o commercio de affeição, e põem os homens em um estado de hostilidade reciproca; e neste misero estado, a força é o direito, e o medo a unica obrigação. (p. 215-216)

Aqui, o autor referencial é Mably. A citação que aparece no texto é um trecho de *Droits et Devoirs du citoeyn*, no qual este autor afirmava que a guerra civil, apesar de ser um mal, poderia ser positiva para se extirpar da sociedade uma “gangrena” que a fazia perecer. Essa teoria, certamente, era uma das mais alarmantes para uma sociedade escravista na qual mesmo aqueles que criticavam a escravidão pretendiam que o fim desse sistema fosse efetivado sem grandes conflitos. Além disso, frisemos, o livro foi escrito em 1829, quando a abolição não

⁶⁸ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 87.

estava realmente em pauta,⁶⁹ e quando a memória da Revolução do Haiti era ainda muito recente.

Vimos que entre os bens de Brotero, quando de sua morte, achavam-se 3:580\$000 entre escravos livres e libertos. Miguel Reale afirma que, mesmo defendendo a igualdade entre homens e mulheres no casamento, Brotero tiranizava sua esposa, obrigando-a a ficar enclausurada dentro de casa.⁷⁰ Diante de tal situação, poderíamos pensar que não havia coerência entre suas teorias e suas práticas, e que havia até mesmo uma certa hipocrisia. No entanto, nos parece difícil estimar que essa possível incoerência pudesse amenizar o impacto de seus escritos diante dos avaliadores de seu compêndio e, mesmo, perante seus jovens alunos.

Voltando às polêmicas, ao falar da liberdade Brotero tocava na questão da liberdade de pensamento, de expressão e, também, da liberdade religiosa. O autor não abria mão de frisar que o catolicismo era a religião revelada e que o ateu agia contra a razão humana, mas também afirmava que ninguém teria o direito de impor sua crença sobre outra pessoa:

A liberdade da consciencia deve ser sagrada, e inviolavel como consequencia necessaria dos principios da liberdade já estabelecidos, e dos principios de igualdade, que existem entre os homens, e que o Compendio ainda ha de demonstrar. A religião é sempre considerada como um dos mais sólidos laços, que unem a especie humana, porém este laço não tem tanta força, que faça produzir a evidencia reunida á convicção d'aquelle que abraça a mesma religião. O Compendio quando falla de religião, é de religião natural, e liberdade religiosa é a faculdade de estabelecer naturalmente um Culto externo para com Deos. A convicção religiosa é operação do espírito, é operação de perceber uma verdade; e depois d'esta operação o coração convencido do bem o abraça com zelo, e submete-se aos seus decretos com firmeza, e constancia; no acto religioso é necessario que a intelligencia seja esclarecida pela razão, e que o coração seja affectado pela persuasão, mas nem uma, nem outra cousa póde existir sem haver liberdade, logo a religião natural tambem não pode existir sem liberdade de consciencia. Pertender persuadir, ou convencer por violencia, é um absurdo até impossivel de imaginar-se. (p. 221-222)

Suas críticas sobre o que ele chama de “fanatismo” – que eram os abusos das instituições católicas – não pesavam sobre a sua fé nessa religião. O autor apenas pretendia que o catolicismo retornasse para os seus princípios naturais. Num determinado momento do texto, ele colocou uma nota na qual afirmava:

⁶⁹ Emília Viotti afirma que embora sofresse críticas pontuais, não se pode falar de movimento abolicionista no Brasil até, pelo menos, a metade do século XIX. COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 39.

⁷⁰ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 71-72.

A desgraça do Genero humano tem feito, que os Philosophos tenham sempre olhado para os abusos da Religião Catholica, e não para a sua Santidade, para a sua moral, em uma palavra para o que ella é. Um verdadeiro Christão é um verdadeiro homem, - ente livre, racional, philantropo, &c. (nota 1, p. 350)

Não é demais lembrar que esses debates sobre os “princípios naturais” do catolicismo, ou seja, a discussão entre um caráter mais “progressista” pautado nos ensinamentos de Jesus Cristo – que na nossa era gerou a Teologia da Libertação, por exemplo – e o caráter conservador, baseado nos dogmas da Igreja católica tradicional, permeou a religiosidade ocidental, predominando no Brasil, o segundo. De acordo com Angela Alonso, o catolicismo do Segundo Reinado não era caracterizado pelo princípio cristão de igualdade e fraternidade entre os homens, mas sim por pela “representação medieval de uma sociedade estratificada de acordo com a vontade divina”.⁷¹

Por outro lado, pode-se notar uma certa proximidade entre essas ideias e aquelas das religiões reformadas, e não podemos nos esquecer que possivelmente sua esposa era de família protestante. Além do mais, se lembrarmos dos livros encontrados na sua biblioteca, veremos que Brotero possuía obras sobre cultos, relacionados juntos com “7 livros de pastores”, em um lote que parecia se referir a obras sobre os Estados Unidos. Não sabemos exatamente o que isso significava, pois, a descrição é um tanto vaga, nem podemos sugerir que Brotero tivesse tendências religiosas protestantes. Gostaríamos apenas de refletir sobre uma possível característica do autor, a saber, sua permeabilidade a vários tipos de leituras e teorias para adaptá-las às suas concepções.

Outra questão que certamente despertou polêmicas pela forma como Brotero as expunha, se referia ao direito de propriedade. Para ele, esse seria um direito natural garantido pela *Natureza Naturante*, ou seja, por Deus. Contudo, esse direito cumpriria uma função específica, que era a conservação do ser humano, sendo recomendável que o homem possuísse apenas o necessário para a sua sobrevivência:

[...] O fim da propriedade é o satisfazer ás nossas necessidades naturaes determinadas pela Natureza Naturante; debaixo deste principio parece que todo o excesso de bens, que não nos sejam necessarios para a nossa conservação e perfeição, não nos pertencem, porém sim pertencem á massa universal dos homens, a quem foi dada a propriedade universal e primaria do

⁷¹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 64.

mundo; e por isso parece também que, não havendo superfluo ou excedente, não póde haver objecto, de que faça doação. (p. 261)

Explicitada dessa forma, essa teoria não devia ser muito bem vista pela sociedade patrimonialista e escravista brasileira, ainda mais se tivermos em conta que o autor considerava que o direito de testar não era um direito natural. A esse respeito, não fica muito claro se a sua crítica era sobre o direito de definir o destino dos bens, depois da morte de uma pessoa, ou se era mesmo sobre o direito de transferir propriedades para os herdeiros. Podemos, porém, imaginar que qualquer tímida sugestão acerca desta última hipótese seria vista com receio pela elite brasileira.

No entanto, ao voltar para as discussões sobre o direito de liberdade, Brotero deixava mais claras as suas posições e demonstrava estar em sintonia com o liberalismo de caráter menos radical, pois, no parágrafo intitulado “Em que consiste a *verdadeira* igualdade natural”, ele afirmava que os membros da sociedade não eram iguais nas suas características físicas ou intelectuais, existindo diferentes capacidades e razões – o que justificaria diferentes direitos. Essas “capacidades” distintas vão permear quase todo discurso liberal europeu, depois da Revolução Francesa, pois elas constituíam o dispositivo que limitava a igualdade. Elas eram o mecanismo chave para combater a sociedade estamental e o despotismo das monarquias, sem com isso alterar os pressupostos da divisão das classes sociais.⁷²

Nesse sentido, Brotero afirmava que:

Igualdade natural dos homens não quer dizer nivelidade natural dos mesmos homens, como já se disse, mas sim significa a dependencia mutua, e a reciprocidade de obrigações, em que existem elles, uns para com os outros, sejam quaes forem as suas diferentes condições. Os homens não são iguaes em procurar todos os meios para conseguir esclarecimento, elles não são iguaes nas faculdades physicas, porém tem todos igual direito para procurar todos os meios de melhorar, e aperfeiçoar estas mesmas faculdades. (p. 237)

Daí depreende-se que os homens não têm o mesmo nível, mas devem cooperar entre si, cada qual de acordo com as suas condições – entenda-se, com as suas posições –, e que, apesar de todos terem o mesmo direito de buscar o conhecimento, nem todos o faziam, como se a procura por instrução fosse uma questão de vontade e não de condições. Ressalte-se que “direito de buscar” é sensivelmente diferente de “direito de ter”. João Theodoro, 45 anos depois, e Benevides, 55 anos depois, adotarão o mesmo ponto de vista.

⁷² LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 15-60.

Continuando, no concatenamento de suas ideias, após abordar a questão da liberdade, Brotero se dedica ao direito de propriedade, definindo-a como “o direito, que o homem tem de gozar, e usar do bem (bens moveis, ou immoveis) que possui, e póde possuir, e o direito que tem de prohibir aos outros o gôzo e o uso deste mesmo bem” (p. 240). Inicialmente, Deus haveria dado a toda a espécie humana como propriedade os frutos e os animais e o uso da terra, no entanto, o crescimento populacional criara o bem imóvel, sendo a ocupação o primeiro modo de adquirir esse direito natural. Contudo,

Esta ocupação por direito natural é porém limitada pelas palavras – poder possuir, poder ocupar – pois que derivando-se a propriedade das faculdades do homem, ou para melhor dizer, da necessidade, que a Natureza Naturante impoz ao mesmo homem de trabalhar a fim de satisfazer ás necessidades primarias da vida, segue-se que este mesmo direito de propriedade da natureza só póde estender áquelle terreno, que elle possa cultivar, e tanto quanto baste para a sua conservação e perfeição. (p. 240)

No primeiro momento, nos parece que Brotero tenta limitar a propriedade ao que era suficiente para satisfazer suas necessidades primárias, mas nesse parágrafo já aparece a ideia da “capacidade” de ocupação, ou seja, o indivíduo só pode se apropriar do terreno que “elle possa cultivar” – e essa capacidade pode ser entendida como a capacidade física para o trabalho ou, e o que parece mais provável, à posse de meios de produção suficiente para fazê-lo. Mais adiante, o autor afirma:

A ocupação das cousas immoveis se faz pelo exercicio das faculdades physicas, isto é, trabalhando; esta ocupação porém jámais se póde entender no rigor da palavra, isto é, que o homem só occupa aquillo, que trabalha; pois como o fundamento da propriedade é a necessidade do homem, é necessario estender o direito da mesma propriedade a quanto se póde estender a mesma necessidade, quero dizer, o homem póde ocupar tanto espaço de terreno, quanto lhe é necessário para as suas necessidades da vida [...].

Dáí se vê que a definição dos limites é assaz vaga, pois o trabalho da terra deixa de ser um critério para justificar a sua posse e as necessidades de cada homem não são definidas. Além do mais, conforme indicamos acima, pode-se pensar que essa relativização do exercício das capacidades físicas, isto é, do trabalho como elemento legitimador da posse era necessária para justificar a própria sociedade, pois, afinal, se quem trabalhasse fosse o verdadeiro proprietário, a consequência seria uma inversão total do mundo ocidental.

No § 103, Brotero discute se o direito de propriedade secundária seria natural ou adventício. Ele explicava que alguns autores de jurisprudência natural afirmavam que o direito

natural seria apenas aquele primeiro direito, dado por Deus, referente ao direito aos frutos e animais que haviam disponíveis e ao uso da terra, e que o direito de propriedade da terra, com a sua ocupação, seria um direito derivativo. Mais ainda, esses autores afirmavam que o direito de posse da terra contrariava o direito natural de todos os homens, pois limitava o direito de uso da terra por uma parte deles. Destarte, esse direito de propriedade da terra era um direito adquirido, e não um direito natural.

No entanto, Brotero contestava essas teorias advogando que o direito de propriedade da terra era uma consequência inata ao direito de uso, portanto, era um direito natural. Ele se justificava afirmando que, se era uma obrigação dos homens se conservarem e se aperfeiçoarem, eles tinham a obrigação de se apropriar dos meios necessários para isso. Assim, seguindo essa linha de raciocínio, nosso autor desenvolve mais um parágrafo para explicitar outros motivos que justificariam suas asserções.

§ 106 – *Se o estabelecimento da propriedade secundaria é util, ou nocivo ao genero humano*

Depois da multiplicação do genero humano o estabelecimento da propriedade dos bens era absolutamente necessaria para a felicidade dos particulares, e para o repouso e tranquillidade publica, por quanto: 1º uma comunidade geral de bens, que tivesse lugar entre os homens perfeitamente justos, e exemptos de todas as paixões violentas, seria injusta, quimerica, e cheia de inconvenientes entre os homens táes quaes ellas são: 2º em um tal estado sendo cada um obrigado a encorporar á massa comum todo o fructo da sua industria, e do seo trabalho, originar-se-ião disputas sem numero sobre a igualdade do trabalho, e sobre a parte, que cada um consumiria no seo uso: 3º se cada um podesse achar no fundo commum o necessario para a sua subsistencia, a mór parte dos homens contando com o trabalho dos trabalhos entregarse-ião á preguiça, e á ociosidade, vindo por isso a faltar bem depressa o necessario e o util: 4º se tudo fosse commum, não haverião mais necessidades, e faltando estas não existirião as artes, as invenções: 5º existindo a propriedade secundaria, cada um toma cuidado do que lhe pertence, todos são excitados ao trabalho, e as vantagens, que cada um tira da sua applicação, e industria, dão nascimento ás artes, ás sciencias, e ás invenções mais commodas e uteis: 6º em fim produzindo a comunidade de bens a igualdade de possessões e riquezas, estabelecida tambem uma igualdade absoluta nas condições, o que baniria toda a subordinação, e reduziria os homens a servirem-se á si mesmo, e a não poderem ser socorridos mutuamente; e desta sorte cessaria a principal fonte do commercio mutuo de Officios, e serviços, e os homens reduzidos a uma tal independencia não teriam mais sociedade entre si. (p. 256-257)

É interessante perceber os argumentos manejados por Brotero para justificar a propriedade privada, e certos pontos merecem alguns comentários. No seu primeiro tópico, ele afirmava que pelo fato dos homens não serem livres das paixões, não seria possível que se

estabelecesse a propriedade coletiva dos bens. Lembremos que ele já havia afirmado essa tendência de dominação de alguns seres humanos sobre os outros, quando justificava a necessidade das leis. No entanto, é válido indicar que, em várias passagens, ele depositava na bondade e no bom senso dos homens os limites contra alguns abusos, inclusive contra os abusos de propriedade. Seu argumento era de que os homens não se apropriariam de uma parte maior do que lhes cabia da terra, pois seguiriam o preceito que dizia “não devo fazer a outrem aquilo, que não quero que elle me faça”. Destarte, vemos uma crença e uma descrença simultâneas no gênero humano, que serviam a propósitos específicos, ou seja, quando uma ou outra eram mais convenientes.

No segundo e no terceiro tópicos, Brotero indicava que com a propriedade coletiva poderia haver disputas sobre a igualdade de trabalho e que alguns homens se acomodariam e não trabalhariam, pois haveria quem o fizesse por eles. No entanto, qual era a lógica da sociedade escravista brasileira, e mesmo da sociedade não-escravista ocidental, senão a desigualdade do trabalho e a apropriação dos frutos do trabalho alheio, inclusive após as conquistas burguesas? Assim, se ele se referia especificamente à disputa contra a tirania dos reis e aos privilégios da nobreza, do ponto de vista concreto, seu argumento não encontrava bases na realidade, a menos que se definisse como trabalho “legítimo” apenas aqueles realizados por um determinado grupo da sociedade.

No quarto tópico, nosso autor afirma que se tudo fosse comum as necessidades desapareceriam, argumento que seria apenas retórico e não teria o menor sentido – já que a posse coletiva da terra não faria as sementes se plantarem sozinhas –, se essas “necessidades” não se referissem exclusivamente à produção de riquezas, e não às necessidades gerais dos seres humanos. No quinto tópico, essa ideia se reforça com a justificativa de que só a propriedade privada poderia estimular o desenvolvimento das artes e das indústrias.

Por fim, no sexto ponto, Brotero indica que se houvesse igualdade de possessões, de riquezas e de condições, a subordinação teria fim, cessando, conseqüentemente, a possibilidade de os homens se socorrerem mutuamente e colocando fim na própria sociedade. É interessante notar como a subordinação era colocada em termos de “socorros mútuos” e como seria a coletividade das propriedades que levaria ao individualismo e não o contrário.

Mas os argumentos de Brotero não paravam por aí, pois, para ele, a propriedade secundária teria a vantagem de propiciar o desenvolvimento das mais nobres “afeições d’alma”, como pode-se ler no trecho seguinte:

Se os donos da fortuna fossem communs, que occasião haveria de manifestar-se a generosidade, a beneficencia, e a charidade? Faltando a estes nobres principios objectos, sobre os quaes se pudessem exercitar, ficarião sempre em inacção; o que seria pois o homem sem elles? Uma vil creatura distincta em verdade dos brutos pelo formato exterior, mas de uma natureza pouco mais elevada que a d’elles. O reconhecimento, a compaixão poderião obrar algumas vezes, mas no estado presente de cousas taes sentimentos tem muito maior actividade. Os principios do homem são adaptados com uma sabedoria infinita ás circumstancias exteriores da sua condição, e estes principios reunidos formão uma constituição regular, onde reina a harmonia em todas as partes. Nada é mais confôrme á recta razão, e por consequencia ao Direito Natural, do que o estabelecimento da propriedade secundaria; pois que sem isto seria impossivel, que os homens vivessem em uma sociedade pacifica, commoda, e agradável. Apesar de todas estas razões Platão, Thomaz Morus, e Campanella quizêrão introduzir a communidade dos bens; é porém facil o imaginar, e suppôr os homens perfeitos, a questão é acha-los táes. Por mais que se diga que o meo e o teo são a causa de todas as guerras, é certo pelo contrario, que o meo e o teo forão introduzidos para evitar contestações. [...] O que dá lugar a uma infinidade de contendias é a avidez dos homens, que os conduz a passar dos limites do meo, e do teo regulados ou por convenções, ou por Leis. (Felice) (p. 258-259)

De acordo com a proposição de Brotero, o ser humano só pode exercer a sua bondade numa sociedade desigual, visto que para haver oportunidades para a realização da caridade, é preciso que existam as pessoas que dela precisam. Além disso, nesse trecho, vemos mais uma vez a complexa relação entre as tendências boas e más dos homens, e a forma como essas tendências são usadas sem critérios fixos para legitimar determinadas posições. No geral, temos a impressão de que as leis despertariam nos homens o melhor de si e que a propriedade seria um estímulo para a harmonia da sociedade. No entanto, a frase final desmente essa proposição, já que haveria alguns homens cuja avidez os faria “passar dos limites do meo, e do teo regulados ou por convenções, ou por Leis”. Seja como for, o que importa pontuar é a utilização de um certo voluntarismo, no sentido da “boa vontade”, que, justamente por ser um tanto vago, era um recurso recorrente, pois permitia a flexibilidade necessária para cada situação, além de deslocar para o nível de “desvios” da boa conduta humana os problemas decorrentes da propriedade privada dos bens.

Além de indicar entre parênteses, ao final do texto, que essas ideias tinham sido extraídas de Felice, Brotero também recomendava a leitura de Mably, *Doutes sur l’ordre naturel des sociétés politiques*. Ademais, ao longo do capítulo ele se baseava em Helvetius, com *Systema da Natureza*; e Fortuna, sem constar o título da obra. Os outros autores que aparecem são: Donnant, Felice, Holbach, Blackstone, Campanella, Culloch, Filangieri, Hobbes, Pothier, Platão, Saumaise, Solon, Thomas Morus e Vattel.

No capítulo 5, o autor abordava a questão dos contratos. Mas, antes de iniciá-lo, ele faz uma introdução na qual afirma que, embora para muitos autores essa questão dos contratos não pertencesse ao direito natural, pois eles seriam uma invenção civil, o “compêndio” pensava o contrário.⁷³ A sua explicação consistia na ideia de que, desde que os homens se juntaram, ainda naquela sociedade “priméva”, as regras de convivência eram ditadas pela razão natural, portanto, as questões de contrato eram intrínsecas ao direito natural. Ele indicava que os leitores procurassem as obras de Pothier, *Traité du contrat de prêt de consommation*, *Traité des contrats de Bienfaisance*, *Traité du contrat de vende*, *Traité du contrat de Louage*, *Tractado de usuras*.

Conforme indicamos, uma das acusações ao compêndio é que ele tratava de temas que não pertenciam à sua alçada. Talvez esse capítulo fosse mais um dos motivadores dessa acusação, embora Dário Abranches Viotti afirmasse, em sua defesa, que inserir matérias alheias nos trabalhos de direito natural era uma prática comum dos autores em voga.⁷⁴ Para nós, é mais importante ressaltar que, dentro da ideia direito natural de Brotero, era coerente inserir os contratos no conteúdo de seu livro, afinal, se a propriedade, defendida em 43 páginas, era um aspecto tão fundamental, os contratos, que nada mais são do que a regulamentação das transações entre proprietários, poderiam perfeitamente ocupar as 48 páginas subsequentes.

O capítulo 6 é bastante curto, abrangendo apenas seis páginas. Seu objeto era o direito de segurança e passava sem muitas polêmicas. A questão central do capítulo era afirmar que o homem tinha o direito de se defender e o direito de defender as suas propriedades. Já no capítulo 7, nosso lente entrava nas questões morais, ligadas às relações entre os homens e as relações deles com Deus. Talvez o ponto mais polêmico do capítulo seja aquele que trata do celibato dos padres. Brotero defendia a ideia de que a abstinência sexual ia contra os desígnios da natureza e, portanto, estava errada:

A castidade absoluta é contraria ás Leis da Natureza

As faculdades phisicas, e moraes do homem, expressamente lhe mostrarão, que elle foi creado para o amor licito; e outro sim lhe mostrarão, que a procreação, resultado do amor licito, é lei expressa da Natureza Naturante. Castidade absoluta é a privação do amor licito, e da procreação; logo ella é contraria ás Leis da Natureza, contraria aos fins para que fomos creados, e por isso contraria á vontade do mesmo Creador. (p. 394)

⁷³ Em diversas passagens Brotero personifica o compêndio, atribuindo a ele as opiniões. Por exemplo: “o compêndio diz”, “o compêndio pensa”, “o compendio discorda”, etc.

⁷⁴ VIOTTI, Dario Abranches. O Conselheiro José Maria de Avellar Brotero. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 69, n. 2, 1974, p.263.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/issue/view/5401>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

E acrescentava:

Não só a castidade, como toda outra qualquer virtude, levando-se em excesso, fazendo se estender além dos limites da natureza, torna-se em loucura, deixa de ser virtude, e deve-se antes reputar um crime, crime porque viola os verdadeiros limites da liberdade moral, viola os princípios da sua razão, e violando a razão não só destrói, mas mesmo se mostra ingrato com a Natureza Naturante, que lhe concedeu um tão excelente dom, a fim de elle poder conceber as Leis da Natureza, e ser perfeitamente feliz. (p. 399-400)

Essa questão do celibato dos padres não era exatamente uma novidade, pois Diogo Antonio Feijó já havia feito uma defesa do fim da castidade, além da ideia ter outros adeptos liberais, no Brasil, como Evaristo da Veiga e Bernardo de Vasconcelos,⁷⁵ porém, isso não tornava a questão menos polêmica.

Fato é que todas essas teorias juntas causaram algum impacto e provocaram reações adversas. O compêndio, além da acusação de Lino Coutinho sobre as más doutrinas, recebeu outras acusações quanto à sua estrutura, sua organização e sua coerência interna. E essas críticas certamente se estenderam ao autor da obra. De acordo com Miguel Reale,

Em linhas gerais, o juízo dominante sobre a personalidade de Avelar Brotero consiste em considerá-lo um homem ríspido e excêntrico, mais notável pela sua dedicação funcional do que por méritos de inteligência e de cultura, sendo apontados os Princípios de Direito Natural como uma aventura malograda nos domínios da Filosofia social e jurídica, em parte compensada com a obra posterior sobre presas marítimas, mais, consentânea com os seus pendores de jurista positivo⁷⁶.

Spencer Vampré deitou algumas críticas sobre o Conselheiro, concordando com Lino Coutinho e com o parecer da comissão que avaliou o compêndio. Além de desacreditar na boa relação que Brotero mantinha com estudantes, insinuando que os aplausos que recebia poderiam ser zombaria deles, Vampré também acusou Brotero de possuir uma mentalidade atrasada e estar desatualizado quanto às teorias que se difundiam pela Europa.⁷⁷

Essa acusação parece ter sido feita por outras pessoas e em outros momentos, pois, no período de comemoração do centenário da Faculdade de Direito, Frederico de Barros Brotero

⁷⁵ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 88, nota 37.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 73.

⁷⁷ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 1, p. 67-68.

tentava defender o trabalho do avô, buscando compreendê-lo sob uma perspectiva histórica e acusando os críticos de serem anacrônicos:

Como pois censurar um Lente antigo que soube transmitir e ensinar ao menos, aquillo que aprendeu?

Haverá ideas ou principios mais relativos que os de Direito Natural? Haverá sciencia que tanto tenha se modificado e evoluido como o Direito Positivo? É principio corrente que soffre o influxo de diversos factores e modifica-se conforme a raça, clima, alimentação, organização do trabalho, educação religiosa e civica e principalmente (o maior) pelo tempo. O que será do Direito positivo daqui a cem annos?

Quaes doutrinas e theorias do Direito Natural, de hoje a um ou dois seculos? Os Lentes desse futuro rir-se-hão das theorias de hoje como os Lentes de hoje desdenham theorias e doutrinas professadas a cem annos atraz.

Insisto, friso este ponto: O Conselheiro não pretendeu descobri ideas ou principios que pudessem modificar o Direito Natural no Brasil. Não expôz theorias originaes, não fundou escolas novas. Apenas enfeixou definições e conhecimentos hauridos nos mestres, para ensinar seus alumnos.⁷⁸

Segundo Miguel Reale, Brotero era um homem com ideias avançadas para a sua época, e seu livro suscitou escândalos por causa delas.⁷⁹ Na sua análise, Reale não nega o estilo confuso do autor, nem a confusão que pode ter causado a justaposição de ideias nem sempre conciliáveis, afirmando inclusive que essa justaposição se devia, algumas vezes, à incompreensão de Brotero sobre as teorias descritas.

Quem se der ao trabalho de estudar os Princípios de Direito Natural, poderá verificar que a sua nota dominante, da primeira à última página, é a de manter-se fora de suspeitas de heresia ou de heterodoxia, mas sem prejuízo da inabalável convicção do autor quanto à necessidade de se propagarem as verdades do sensualismo de Condillac e de seus continuadores até Cabanis e Destutt de Tracy, verdades, que, escoimadas de exageros, lhe pareciam plenamente harmonizáveis com um espiritualismo aberto e tolerante.

Longe de nós a ideia de atribuir a Brotero a concepção de uma doutrina superadora das antíteses e dos antagonismos tão pronunciados existentes entre os sensualistas e os seus adversários das escolas racionalistas, cartesianas ou escolásticas. Na realidade, o nosso A. limita-se a justapor doutrinas, deixando muitas vezes em suspenso o leitor que, no cipoal de suas citações, pretenda vislumbrar a clareira de seu julgamento. Daí a dificuldade de atingir-lhe a unidade e a coerência das convicções⁸⁰.

⁷⁸ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p. 69.

⁷⁹ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 88.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 78-79.

Reale menciona a tendência do ecletismo português que tentava conciliar doutrinas, às vezes, muito distintas. Diz que Brotero estava “à la page” com as correntes de sua época e que desempenhou um papel importante no nosso desenvolvimento mental.⁸¹ Mais do que um homem de seu tempo, fruto de sua formação coimbrã, Brotero trouxe novidades na sua obra. Duas correntes se formaram a partir do sensualismo de Condillac, uma materialista, representada por Lamettrie, Diderot e Cabanis, e outra espiritualista, representada por Bonnet. Apenas esta última teria penetrado na Filosofia do Direito portuguesa. No entanto, é a primeira corrente que aparece na obra de Brotero. Segundo Reale,

[...] considerando-se a obra de Avelar Brotero integrada em nossa literatura, ou se quiserem, na bibliografia filosófica luso-brasileira, representa ela, em nosso meio, exatamente a influência do sensualismo que vem de Condillac a Cabanis, passando por Helvetius e Holbach. O que poderíamos denominar “sensualismo de esquerda”, talvez sem grande impropriedade, encontra no primeiro mestre de nossa Faculdade um reflexo digno de maior exame. Não é que Avelar Brotero haja assumido uma posição materialista, por ele repudiada em mais de uma passagem, mas no seu livro os autores que procura conciliar, paradoxalmente, com as suas concepções de espiritualista católico tolerante, são as que Cabral de Moncada afirma não terem penetrado em Portugal.⁸²

Aprofundando sua resposta à crítica feita por Vampré, sobre o fato dos pensamentos e teorias de Brotero serem atrasados, Reale escreve em uma nota que:

A crítica de inatualidade feita por VAMPRÉ a BROTERO não me parece procedente, por todos os motivos já expostos. Se é exato que ele não demonstra conhecer KANT (citado mais tarde, em sua Filosofia do Direito Constitucional § 1º, por conceber o Direito Natural como “a metafísica do Direito”), se não seguia BURKE e outros, não se pode dizer que se mantivesse preso à velha tradição dos estudos do Direito Natural. São menos expressivas as suas referências a autores da Escola de WOLFF, a MARTINI, a FORTUNA, a FELICE ou mesmo a PERREAU. Em contraposição, revela-se um entusiasta das obras de DESTUTT DE TRACY, de CABANIS, e de BICHAT, expoentes do pensamento francês daquele tempo, além, das de FILANGIERI, BLAKSTONE, MABLY, sem se falar na já apontada admiração por CONDILLAC, HELVETIUS e HOLBACH. Além disso, demonstrava acentuado interesse pelos estudos de Fisiologia, de Química e de História, invocando, em várias passagens, os ensinamentos de BUFFON, BARTHEZ, BLUMENBACH, ADDISON etc. Situado como estava na corrente sensista, pode dizer-se que não desconhecia a linha de seus mais recentes desenvolvimentos, tais como os dos “ideólogos”, dos quais logo mais me ocupei. O que se pode criticar em BROTERO é a falta de assimilação

⁸¹ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 75.

⁸² *Ibidem*, p. 76.

efetiva das doutrinas que põe em cotejo, sem perceber os valores próprios, mas não a falta de curiosidade e de atenção pelas ideias de seu tempo⁸³.

Por outro lado, as críticas sobre a estrutura do compêndio foram respondidas por Dário Abranches Viotti, quando ele questionava que era estranho que se condenasse um compêndio por ser uma compilação de autores diversos; que se criticasse que esses autores diversos não escreviam no mesmo estilo; e se censurasse as notas repetitivas quando elas não o eram, apesar de serem longas. Mas, mais do que isso, ele estranhava a crítica de que os filósofos não teriam os mesmos princípios, quando a Filosofia do Direito é justamente a parte da ciência jurídica onde os sábios discutem.⁸⁴

Para nós, não é significativa a ideia de Reale sobre o fato de que Brotero não compreendia bem as teorias que mobilizava e, por isso, as sobrepunha. Se ele as compreendia ou não, é muito difícil responder no presente trabalho – teríamos que desenvolver uma pesquisa profunda sobre cada um dos autores que ele utilizava. No entanto, a forma como ele as manejava se mostrava bastante coerente e a leitura de seu livro, apesar de um pouco tortuosa às vezes, revela claramente quais eram os seus fundamentos para o direito natural, quais eram os elementos que ele “naturalizava” para justificar as leis. Mesmo a leitura difícil e truncada não é uma característica da escrita de Brotero, mas sim da própria filosofia e do direito natural. Dificilmente um texto desse caráter, redigido no século XIX, pode ser lido no século XXI sem estranhamentos.

Destarte, com essas informações em mãos, poderíamos refletir sobre a rejeição dos *Princípios de Direito Natural*, questionando se os motivos apontados no parecer da comissão seriam suficientes para que se dispensasse um material tão necessário e único no seu período. Reale já havia indicado, assim como Renato Matsui Psciotta,⁸⁵ que a recusa não fora motivada por motivos técnicos, e sim pelas “más doutrinas” que viemos apontando ao longo do capítulo.

Gostaríamos de sugerir um elemento a mais, ou melhor, ressaltar um ponto específico que poderia ter contribuído para que o livro de Brotero fosse visto como portador de más doutrinas. Sabemos que o liberalismo havia tido enorme importância no processo de independência política do Brasil e que, no final da década de 1820, ele se fortalecia nas críticas

⁸³ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 80-81, nota 30.

⁸⁴ VIOTTI, Dario Abranches. O Conselheiro José Maria de Avellar Brotero. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 69, n. 2, 1974, p. 263.

⁸⁵ PISCIOTTA, Renato Matsui. *Sociedade, ideias e compêndios: Direito Natural no Largo de São Francisco (1827-1889)*. São Paulo, 2017. 303 f. Tese (Doutorado em História Social), p. 199-200.

a Pedro I – inclusive Lino Coutinho combatia seu despotismo, fazendo-lhe oposição na Câmara. Dessa forma, acreditamos que seja legítimo pensar em um certo choque entre o liberalismo português e o liberalismo brasileiro.

Brotero escreveu seu compêndio apenas dois anos após chegar ao Brasil, assim, nos parece bem factível que ele estivesse ainda muito habituado às lutas que travara contra os absolutistas em Portugal e ainda pouco adaptado à realidade brasileira. Talvez, mais do que a incoerência entre teoria e prática que indicamos acima, a contradição entre seu texto ácido contra a escravidão, em 1829, e a posse de escravos, em 1872, revelada pelo seu inventário *post-mortem*, poderia sugerir uma certa aclimação de Brotero à realidade tropical.

Embora suas teorias sobre a desigualdade natural entre os homens e a defesa da propriedade privada dialogassem harmonicamente com os anseios de parte da elite brasileira, algumas questões específicas, ou a forma como eram colocadas, poderiam causar incômodos. A sua justificativa para o surgimento da sociedade civil – a necessidade de controlar o ímpeto dos fortes contra os mais fracos, que roubavam o fruto de seu trabalho – em Portugal, soaria claramente como um protesto contra o despotismo monárquico, como um apelo dos liberais contra a sociedade estamental. O fraco não era o escravo nem a população livre e pobre, era o burguês, que já não suportava mais o peso da monarquia e da nobreza.

Destarte, podemos pensar que a recusa de seu compêndio era uma precaução a um tipo de liberalismo que não cabia no Brasil naquele momento ou, pelo menos, não com aquelas palavras e naquele arranjo. A elite brasileira que ia estudar em Coimbra, antes da instalação das Academias de Direito no Brasil, tinha a mesma formação jurídica que Brotero, no entanto, tinha uma formação histórica bastante distinta. Viver do comércio de escravos não era a mesma coisa que conviver com a escravidão todos os dias.⁸⁶ A partir dessa experiência, eles sabiam que as belas fórmulas liberais, mesmo que bem integradas aos mecanismos de manutenção da desigualdade – como a questão das diferentes capacidades que apontamos –, não poderiam jamais estar ao lado de um texto que condenasse a escravidão e, mais do que isso, que incitasse uma rebelião contra ela.

Seja como for, após a reprovação de seu livro, Brotero seguiu com as suas atividades como lente, ministrando aulas durante 44 anos na Academia de Direito de São Paulo. Além do compêndio de Direito Natural, ele publicou *Questões sobre as presas marítimas*, em 1836, com

⁸⁶ Luís Martins faz uma importante reflexão sobre essa convivência e como ela moldava as mentes dos senhores de escravos e seus filhos. MARTIN, Luís. *O patriarca e o bacharel*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 51-61.

duas edições, que provavelmente foi o primeiro livro impresso em São Paulo;⁸⁷ *Princípios de Direito Público Universal*, um folheto anônimo de 80 páginas também impresso em São Paulo em 1837; e *Tumulto do Povo em Évora*, um drama político publicado em 1854.⁸⁸ No *Princípios de Direito Natural*, Brotero anuncia que publicaria o *Princípios históricos compilados para servir de preliminares ao Compêndio de Direito Natural e de Direito Público*, mas Miguel Reale afirma que ele não o fez. Esse mesmo autor indica que, no Dicionário Bibliográfico Brasileiro, Sacramento Blake cita mais outros trabalhos: *Filosofia do Direito Constitucional* (São Paulo, 1868, 166 p.) e *Os três primeiros parágrafos de Vattel – Direito das Gentes*, Liv. 1, cap. 1. *Princípios de direito publico universal ou filosofia do direito constitucional*, como uma publicação dividida em 20 lições. Reale, porém, acredita que este último seja aquele mesmo folheto de 80 páginas anônimo.⁸⁹

5.4. Os referenciais teóricos de Princípios de Direito Natural

Apesar de já termos mencionado ao longo do texto os autores citados por Brotero, julgamos válido apresentar alguns aspectos de caráter mais quantitativo para mostrarmos os aspectos gerais de seus referenciais teóricos.

No Quadro 38, pode-se observar uma lista com os autores e os respectivos títulos que foram mencionados por ele. No entanto, em alguns casos, nosso lente mencionava apenas partes da obra, sem citar o título. Como nem sempre conseguimos distingui-las, transcrevemos as informações conforme elas apareciam no texto.

Quadro 38 – Autores e títulos citados no *Princípios de Direito Natural*

AUTOR	OBRA
Addison, Joseph	The Spectador nº 519
Barthez, Paul Joseph	Nouveaux Elémens de la Science de l'Homme
Bichat, Marie-François-Xavier	Indagações Physiologicas
Blackstone, William	Commentaires Sur les Lois Anglaises

⁸⁷ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 122.

⁸⁸ BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933, p. 75. Esses livros são mencionados pelo próprio Conselheiro em uma anotação que presumimos ser posterior a 1870, pois se trata de um resumo da sua vida, cuja última notícia é o casamento de seu filho Frederico que aconteceu em outubro deste ano.

⁸⁹ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 73, nota 17.

Blumenbach, Johan Friedrich	De l'Unité du Genre Humain et de ses variétés (Traduit par Fréd. Chardel)
Borden	Anecdotes de Medicina
Cabanis, Pierre-Jean-Georges	Influence des aliments sur l'économie animale
	Sixième Mémoire - De l'influence des tempéraments sur la formation des idées et des affections morales
	Second Mémoire
	Table analytique
Cardoso	O que é o Código Civil
Cícero	Trat. De Leg. Liv. 1 ^o
	Nat. Deor.
Clarck	Princípios Methaphysicos
Comte, Charles	Traité de législation
Condillac, Helvétius, Mr. Hermann	Observações physicas impressas em Pariz em 1770
Culloch	P. Econ.
Destutt de Tracy, Antoine Louis Claude	Éléments d'idéologie
Donnant, Denis-François (Trad. De John II Poet Brown)	Éléments de l'organisation sociale
Felice	Preface
	Leçon 21
Filangieri, Gaetano	La Science de la Legislation
Fortuna	de Jure Nat. L. ___ Pars
Gorani, Giuseppe (M. le Comte Joseph Gorani)	Recherches sur la science du gouvernement
Grotius, Hugo	Droit de la Guerre
Hees, Abraham	Cyclopaedia
Helvetius, Claude-Adrien	Systema da Natureza
	De L'Esprit
	De l'Espagne
Henri Home, Lord Kames	Sketches of the history of Man
Hobbes	Le caractere
Holbach, Paul Henri Dietrich (M. Mirabaud)	Système de la nature
	La Morale Universelle
José Homem Corrêa Telles	Doutrina das acções
Mably, Gabriel Bonnot de (l'abbé de Mably)	L'Étude de l'Histoire
	Doutes sur l'ordre nat. Des sociét. Polit.
	De la Législation
	Droits et Devoirs du Citoyen
	De la Législation, ou Principes des Loix

	Entretiens de Phocion
	Principes Morales
Montesquieu	Liv. 1
Moreau, Jacob Nicolas	Sur la justice
Nöel, R.	Logique de Condillac
Pagès, Jean-Pierre	Principes généraux du droit politique
Paiva, Manoel Joaquim Henriques de (Trad. Da obra de Antoine François de Fourcroy)	Filosofia Química
	Éléments de metaphysique sacrée et profane
Para du Phanjas, François	Theorie de Dieu
	Théorie de la Certitude
Perreau, Jean-André	Elémens de Législations Naturelle
Platão	De Leg. Livro 10
	Traité du contrat de prêt de consommation
	Traité des contrats de Bienfaisance
Pothier, Robert Joseph	Traité du contrat de vente
	Traité du contrat de Louage
	Tractado de usuras
	Pandectae
Robertson, William	Historia da America (1778-1796)
	Politique
Rousseau, Jean Jacques	Disc. Sur l'origine et les fondemens de l'inégalité parmi les Hommes (1755)
Roussel, Pierre	Système physique et moral de la femme
	Des Erreurs et de la Vérité

Pensando no período de vida dos autores mencionados, fizemos uma classificação entre aqueles que conseguimos identificar a data de nascimento e morte, conforme pode-se ver no Gráfico 11. Optamos por considerar gerações ampliadas, pois se elas fossem mais detalhadas, teríamos uma visão muito fragmentada.

Gráfico 11 – Período de vida dos autores citados em *Princípios de Direito Natural*

Os autores antigos – Platão, Aristóteles, Zenão, Cícero, Lucrécio, Horácio, Plutarco e Ulpiano – representam 17% do total de autores, embora seja importante mencionar que eles são citados, na maior parte das vezes, de segunda mão, ou seja, através dos textos de outros autores. O único representante do século XII é São Thomas de Aquino, que também é citado indiretamente, e era um nome fortemente ligado ao direito natural. Do Humanismo dos séculos XV e XVI, aparece apenas Thomas Morus, que é citado apenas uma vez, quando Brotero contesta a sociedade igualitária de sua *Utopia*. Entre os autores nascidos entre o final do século XVI e começo do século XVII, e que atuaram intelectualmente aproximadamente na segunda metade deste último, aparecem quatro autores, representando cerca de 8% do total. Entre eles estão Hugo Grotius, Tomaso Campanella, Samuel Puffendorf e Thomas Hobbes.

A maior parte das referências teóricas de Brotero se refere ao Século das Luzes cujos autores representam 43% do total se considerarmos apenas os nascidos e falecidos no século XVIII, mas se incluirmos os nascidos no final deste século e no começo do seguinte (10%), ficaríamos com mais da metade de todos os autores citados. Daqueles que, com uma certa flexibilidade, consideramos contemporâneos de Brotero, encontramos apenas três, ou seja, 6% do total. São eles José Homem Correa Telles, Charles Comte e Jean-Pierre Pagès. Vemos assim, conforme havíamos indicado no início do capítulo, que o Iluminismo ainda tinha forte influência no direito natural de tradição coimbrã, embora alguns aspectos mais radicais não fossem incorporados.

Fizemos também uma tabela com os nomes dos autores mais citados pelo nosso lente, com o número de ocorrências que eles aparecem e sua representatividade no total das menções.

Tabela 13 – Autores que mais aparecem no *Princípios de Direito Natural*

AUTOR	Nº de ocorrências	%
Bíblia	5	1,46
Cicero	5	1,46
Filangieri, Gaetano (1753-1788)	5	1,46
Rousseau, Jean Jacques (1712-1778)	5	1,46
Blumenbach, Johan Friedrich (1752-1840)	6	1,75
Condillac, Étienne Bonnot de (1714-1780)	6	1,75
Destutt de Tracy, Antoine Louis Claude (1754-1836)	6	1,75
Donnant, Denis-François (1769-18..) (Trad. De John II Poet Brown)	6	1,75
Henri Home, Lord Kames (1696-1782)	6	1,75
Felice	7	2,04
Nöel, R.	7	2,04
Pothier, Robert Joseph (1699-1772)	8	2,33
Fortuna	11	3,21
Bichat, Marie-François-Xavier (1771-1802)	12	3,50
Para du Phanjas, François (1724-1797)	13	3,79
Rees, Abraham (1743-1825)	16	4,66
Perreau, Jean-André (1749-1813)	17	4,96
Helvetius, Claude-Adrien (1715-1771)	21	6,12
Cabanis, Pierre-Jean-Georges (1757-1808)	32	9,33
Mably, Gabriel Bonnot de (l'abbé de Mably) (1709-1785)	33	9,62
Holbach, Paul Henri Dietrich (M. Mirabaud) (1723-1789)	39	11,37

Vemos que os autores que mais aparecem são Rees, Perreau, Helvetius, Cabanis, Mably e barão de Holbach – todos eles do Século das Luzes. Sobre Hees não conseguimos informações além do título do livro citado, *Cyclopaedia, or Universal dictionary of arts, sciences, and literature*. Jean-André Perreau (1749-1813), cujo único livro mencionado é o *Élemens de Législation Naturelle* – que foi utilizado na Academia de São Paulo por mais de quarenta anos e que foi reimpresso, em 1834, em Paris, com a seguinte informação no frontispício: “Ouvrage adopté par les Cours Juridiques de Saint Paul et d’Olinde, au Brésil”.⁹⁰ A obra não trazia muitas polêmicas,⁹¹ mas era justamente um manual de direito natural, o que poderia explicar a sua constante presença.

⁹⁰ REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 70.

⁹¹ *Idem*.

Pierre-Jean Georges Cabanis (1757-1808) foi um médico, fisiologista e filósofo francês, representante do sensualismo materialista, do qual Brotero extraiu a ideia de que as atividades psíquicas seriam subordinadas às atividades corpóreas, embora relativizasse o elemento materialista dessa ideia, pois a combinava com o papel exercido por Deus e pela religiosidade.

Dois desses autores fizeram parte do movimento enciclopedista, sendo autores da *Encyclopédie* de Diderot e d’Alambert. (p. 162-174), Claude-Adrien Helvetius, que pregava o hedonismo moral, e Paul-Henri Dietrich d’Holbach (1725-1789), cujas obras constavam no Index e se transformaram na “bíblia do materialismo”,⁹² pois ele considerava o espírito uma propriedade do cérebro (p.163) e pregava o ateísmo como a única forma de se atingir a felicidade.

Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785) começou sua vida intelectual com a teologia, mas, a partir de 1768, se voltou contra a ordem estabelecida e começou a criticar intensamente a propriedade, pois via nela o maior problema da sociedade, geradora do egoísmo e, portanto, obstáculo à solidariedade social. Alguns o consideram um dos percussores do socialismo, pois ele acreditava que a vida comunitária e o trabalho coletivo poderiam acabar com as desigualdades naturais entre os seres humanos.⁹³

A apropriação seletiva que Brotero faz de Mably, que pregava o coletivismo, e via na má distribuição das riquezas a fonte dos problemas da sociedade, e de Holbach, com suas teorias ateias e anticlericais, por exemplo, mostram alguns aspectos sobre o universo dos livros e das práticas de leitura. Pensando que eles foram os dois autores mais citados, e cujas teorias centrais não eram adotadas, poderíamos supor que a leitura do nosso lente fosse bastante instrumental, procurando nos livros que lia apenas as teorias com as quais tinha um acordo prévio. Ao mesmo tempo, poderíamos imaginar que fossem apenas esses os livros que ele tinha à mão ao redigir o compêndio. Vimos que parte dos seus trastes foram perdidos na viagem do Rio a São Paulo e que o comércio de livros em São Paulo, naquele período, era ainda bastante precário. Essas, porém, são apenas hipóteses que não podemos confirmar.

De qualquer modo, pensando no seu papel como um intermediário cultural, mesmo que Brotero mobilizasse apenas uma parte das ideias desses autores, ele os apresentava a seus alunos, abrindo brechas para que eles procurassem as obras completas e, com isso, colocava em circulação questões que poderiam ser apropriadas de forma diferente pelos jovens estudantes. Ainda que as teorias socialistas que contestavam a propriedade e criticavam a apropriação e a

⁹² REALE, Miguel. Avelar Brotero, ou a ideologia sob as Arcadas. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo; EDUSP, 1976, p. 77.

⁹³ BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

acumulação de riquezas não tenham encontrado um solo muito fértil no Brasil durante século XIX, sabemos que as ideias anticlericais e antirreligiosas se fortaleceram ao longo da centúria, culminando em críticas ferrenhas à Igreja que se consolidaram na separação entre o Estado e a Igreja, com a Proclamação da República.

Por outro lado, é importante mencionar que algumas proposições defendidas por Brotero no compêndio e, certamente, em suas aulas, foram se consolidando ao longo do tempo e aparecem, igualmente, nas obras de João Theodoro Xavier e José Maria Correa de Sá e Benevides. Discutiremos essas questões com mais detalhes em momento oportuno, mas por hora basta frisar que ideias como a desigualdade natural entre homens como justificativa para direitos diferentes, o argumento da propriedade privada como sendo um direito natural e a defesa do liberalismo econômico como único caminho possível para a prosperidade foram uma constante percebida nesses discursos a despeito de todas as divergências teóricas percebidas entre esses três professores. É preciso mencionar, também, um mecanismo que chamaremos de “voluntarismo seletivo” – pois, tratava-se da ideia de garantir por lei a propriedade, enquanto deixava-se para a “boa vontade” dos homens o impedimento de qualquer abuso desse direito ou a resolução para as mazelas trazidas por ela. Por fim, mas não menos importante, vale indicar que, entre esses consensos que foram se constituindo, havia a concepção de que não deveria haver conflitos de interesses entre os grupos sociais e sim uma harmonia que, para Brotero, deveria se dar em termos de “auxílios mútuos”.

Capítulo 6 – A caminho da metrópole

6.1. João Theodoro Xavier

O período em que João Theodoro Xavier viveu na capital da província paulista foi um momento bastante complexo da história da cidade. Apesar de ir abandonando paulatinamente os ares de pequeno burgo colonial, São Paulo não era ainda a “grande metrópole” que se tornaria no começo do século XX. A economia cafeeira se espalhava gradativamente pelo interior da província, mas ainda não era o que se tornaria a partir da década de 1880, a maior do país.¹ Tratava-se também do período em que as primeiras ferrovias começam a aparecer em São Paulo, trazendo com elas mudanças decisivas – no plano econômico e social, mas também no plano político e intelectual.² Foi ainda, nesse intervalo que vai do final da década de 1840 até o final da década de 1870, que a Academia de Direito de São Paulo começou a se consolidar e a se integrar de fato à cidade.³ Enfim, foi ao longo desses anos em que transformações importantes se operaram, em um espaço que ia aos poucos se definindo, que encontramos a figura de João Theodoro Xavier.

Com uma personalidade curiosa e polêmica – que foi retratada e enfatizada pelos memorialistas e por seus adversários – João Theodoro é, também, um objeto de pesquisa privilegiado, já que sua trajetória toca em vários pontos importantes para a nossa análise: foi aluno e lente da Faculdade de Direito, deputado provincial e presidente da província. Além de ter deixado uma biblioteca descrita com bastante detalhes, também produziu uma série de documentos escritos, tanto como intelectual quanto como administrador.

João Theodoro Xavier de Matos, que assinava apenas com João Theodoro Xavier na maioria dos documentos deixados, era filho do Capitão João Theodoro Xavier e de D. Gertrudes Thereza de Moraes. Nasceu em Mogi-Mirim a 1º de maio de 1828.⁴ Existem poucas notícias sobre a sua infância e adolescência, e um certo desencontro de informações sobre as condições financeiras de sua família. Vilma Peramezza, seguindo as informações de Dante Alighieri Vita,

¹ De acordo com Sérgio Silva, durante a década de 1880 a produção cafeeira paulista ultrapassa a do Rio de Janeiro, até então, o maior produtor de café do país. No começo do século XX, a diferença entre as produções desses dois estados toma proporções ainda maiores. SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1981, p. 49-50.

² MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 161-184. MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura: Cidades, Livros e Leituras na Província Paulista*. São Paulo: Edusp, 2015.

³ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 118.

⁴ GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

afirma que João Theodoro foi um menino “pobre, esquivo e humilde”.⁵ Sérgio Romanello Campos e Carmem Lucia Bridi alegam que o pai de João Theodoro era fazendeiro, comerciante e figura de relevo na política mogiana. No entanto, os mesmos autores afirmam que, ao morrer, os pais talvez não tenham deixado expressiva riqueza em bens materiais. João Theodoro ficou órfão de mãe aos 12 anos de idade e, 5 anos após esse episódio, também perdeu o pai.⁶

Imagem 12 – Desenho de João Theodoro Xavier

Fonte: Desenho de Clóvis Graciano. In: BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo. Metrópole do café (1872-1918); São Paulo de Agora (1919-1954)*. São Paulo: Hucitec; Prefeitura do Município de São Paulo, vol. 3, p. 971.

Em 1847 ingressou no Curso preparatório anexo e, em 1849, quase completando 21 anos, matriculou-se no 1º ano do curso jurídico de São Paulo, adquirindo o título de bacharel

⁵ PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Metrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 21.

⁶ CAMPOS, Sérgio Romanello; BRIDI, Carmen Lucia. *Dr. João Teodoro Xavier – Presidente da Província de São Paulo (1872-1875)*. Mogi Mirim-SP: Câmara Municipal de Mogi Mirim, 2002. Disponível em: <<http://www.camaramogimirim.sp.gov.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2016, p. 4-5.

em Ciências Jurídicas e Sociais em 1853.⁷ Após receber o título, João Theodoro foi nomeado promotor público da capital e, em 1855, fiscal do Tesouro de São Paulo. Nesse mesmo ano, tornou-se Juiz do Comércio.⁸ Doutorou-se em 1856 e, em 1859, prestou o concurso para a vaga de lente substituto, concorrendo com Sá e Benevides – de quem falaremos no capítulo seguinte –, Antonio Carlos Ribeiro Andrada Machado e Silva e Domingos de Andrade Figueira⁹, mas quem assumiu a cadeira foi Antonio Carlos.¹⁰

Antonio Carlos Ribeiro Andrada Machado e Silva era filho do importante político, de mesmo nome, que, por sua vez, era irmão de José Bonifácio e Martim Francisco – os irmãos Andrada. Figura de destaque na política nacional, seu pai teve participação ativa tanto nas reformas de D. Rodrigo de Souza Coutinho quanto nas Cortes de Lisboa e no processo de emancipação política do Brasil, assim como nos primeiros anos do Império. Certamente a posição social de Antonio Carlos contribuiu para que ele vencesse os adversários no concurso, visto que quando defendeu teses, em 1856, fora aprovado com a nota *simpliciter*, considerada a nota mínima para aprovação. Como lente, era conhecida a sua reputação de não preparar as aulas, fato que gerava, inclusive, reclamações por parte dos estudantes. Um dia, ao entrar na sala de aula, deparou-se com um bilhete que dizia: “Queremos aprender direito, e nada de bagaceiras, V. Ex^a estude, para nos ensinar, e não venha aqui encher linguiça.”¹¹

No entanto, em 1860, em novo concurso, João Theodoro conseguiu a vaga, defendendo a tese *Podem no compromisso as partes convencionais observar uma forma de processo diversa daquela que a lei tem estabelecido?*¹²

João Theodoro foi deputado provincial suplente, pelo 9º distrito, de 1860 a 1861 e deputado provincial, pelo 3º distrito, por duas legislaturas, de 1862 a 1863 e de 1864 a 1865. Foi também delegado de polícia da capital, no entanto, não conseguimos precisar o período.

⁷ CAMPOS, Sérgio Romanello; BRIDI, Carmen Lucia. *Dr. João Teodoro Xavier – Presidente da Província de São Paulo (1872-1875)*. Mogi Mirim-SP: Câmara Municipal de Mogi Mirim, 2002. Disponível em: <<http://www.camaramogimirim.sp.gov.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2016, p. 18.

⁸ *CORREIO PAULISTANO*. São Paulo, 12 de janeiro de 1855, p. 4.

⁹ Andrade Figueira tornou-se mais tarde um político de destaque no cenário nacional. Participou das primeiras discussões sobre o Código Civil brasileiro e, segundo Spencer Vampré, personificava “o espírito conservador, a defesa das leis antigas, e a resistência esclarecida contra inovações precipitadas”. Foi um militante ferrenho contra a abolição, tendo lutado até o último momento contra a Lei de 13 de maio. VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. vol. 1. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 1, p. 255-256.

¹⁰ PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 39.

¹¹ VAMPRÉ, Spencer, *op. cit.*, p. 41.

¹² GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 237-240.

Tornou-se lente catedrático de Direito Criminal em 1870. Em 1871, através de uma permuta com o Conselheiro Justino de Andrade, foi transferido para a cadeira de Direito Natural. Ocupou o cargo de presidente da província de 21 de dezembro de 1872 a 29 de maio de 1875, retornando à cátedra de Direito Natural, onde permaneceu até sua morte, em 31 de outubro de 1878.¹³

Encontramos alguns trabalhos escritos sobre ele e, coincidência ou não, praticamente todos apresentam um tom laudatório. Essas leituras dão a impressão de que seu objetivo era o de reabilitar a imagem do professor e político, exaltando-o como um grande visionário do progresso paulista.¹⁴ Não vem ao caso adentrar na seara das motivações que levaram a análises tão elogiosas e repletas de adjetivos, mas é interessante notar que se uma figura precisa ser reabilitada é porque, em algum momento, ela foi representada de forma negativa. Pelas informações contidas nos trabalhos mencionados, percebemos que parte da imprensa do período de João Theodoro foi bastante dura com ele, e algumas das memórias que ficaram sobre a época reproduziram essas imagens. Por outro lado, seu trabalho como intelectual parece não ter merecido muito espaço nos anais da inteligência nacional, sendo bastante difícil encontrar referências a ele nas análises sobre a filosofia brasileira do período. Miguel Reale afirma que:

[...] “o krausismo [corrente desenvolvida por João Teodoro e Galvão Bueno] no Brasil não tem merecido sequer referências nas obras de nossos historiadores da Filosofia, antigas e recentes. Há mesmo os que timbram em escrever sobre a história das ideias em nossa terra, sem tomar conhecimento das atividades culturais das Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, exceção feita apenas para Tobias Barreto.”¹⁵

Vale lembrar que dois dos trabalhos recentes sobre João Theodoro – o de Vilma Peramezza e o de Alfredo Gomes – tiveram a mesma fonte intelectual, ou seja, foram estimulados e orientados por Miguel Reale.

¹³ GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 237-240.

¹⁴ GOMES, Alfredo, *op. cit.* Este livro é o que apresenta esse tom com mais intensidade. No entanto, o trabalho de coleta de fontes é bastante completo; REALE, Miguel. O Krausismo em São Paulo: o “socialismo filantrópico” de João Teodoro e as lições de Galvão Bueno”. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1976. O artigo de Miguel Reale apresenta um tom bem mais crítico do que os outros; PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mesmo esse trabalho cujo caráter acadêmico aparece em vários momentos, não consegue se desvencilhar do tom laudatório mencionado; CAMPOS, Sérgio Romanello; BRIDI, Carmen Lucia, *op. cit.* Neste caso, não se trata de um trabalho acadêmico, mas justamente de um estudo que procura exaltar a figura do “ilustre mogiano”.

¹⁵ REALE, Miguel, *op. cit.*, p. 22, nota 16.

Nesse sentido, uma das questões que buscaremos compreender na trajetória de João Theodoro, tanto através da sua atuação intelectual quanto política, são os fatos que podem ter levado a julgamentos nem sempre positivos por um lado, e, por outro, a sua exaltação posterior.

Da sua vida de estudante não conseguimos muitas informações. João Theodoro parece ter se destacado como um bom aluno, pois, em todos os anos do curso, teria sido aprovado com o grau “plenamente”.¹⁶ Seu tempo de estudante foi um período rico em relação à produção política, intelectual e artística dos alunos da Academia. As notícias que temos sobre sua participação naquela efervescência das associações, dos jornais e da produção literária¹⁷ são dois artigos publicados na *Revista do Ensaio Filosófico Paulistano*, fundada em 1850 por iniciativa de Álvares de Azevedo. O primeiro artigo intitulava-se *Destino da Alma Humana*, e saiu na primeira série da revista. No entanto, esse artigo recebeu algumas críticas de Ferreira Viana, e, na segunda série, João Theodoro publicou o texto *Resposta à crítica sobre o “Destino da alma humana”*. Infelizmente a Faculdade de Direito tem apenas o nº 1 da série 2ª, de 30 de maio de 1852, e a 10ª série, correspondente ao ano de 1860.¹⁸

Sabemos também que no nº 2, de 1857, da *Revista Paulistana* aparecia o registro de uma tese sobre arrendamento rural defendida por João Theodoro.¹⁹ Mesmo que tenha um caráter mais acadêmico, esse trabalho não deixa de se inserir nos debates correntes da época, inclusive porque as questões jurídicas não escapavam por completo das discussões políticas, por mais que tivessem um caráter mais técnico.

Sobre a turma acadêmica de João Theodoro, cujos alunos ingressaram em 1849, bacharelando-se em 1853, Almeida Nogueira não dedicou um capítulo na primeira edição da sua obra, mas, nas edições de 1953 e 1977, revistas e ampliadas, foi inserido o capítulo com a seguinte descrição:

Numerosa e brilhante, a turma de 1853. Nos anos anteriores, havia sido diminuto o número de bacharéis, fato, aliás, que se vinha observando desde 1840. Em 1849, por exemplo, colaram grau apenas 14 rapazes; em 1850, 29; em 1851, 09; e, em 1852, 21. Vê-se, pois, que os 40 formandos de 1853 representam, no que concerne à quantidade, uma reação favorável. Quanto à qualidade, pode-se afirmar que a turma de 1853 honrou as briosas tradições das precedentes, constituindo-se também num exemplo para as gerações futuras.

¹⁶ GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 238.

¹⁷ MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloísa. *Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1827-1997)*. São Paulo: Alternativa Serviços Programados, 1998, p. 45-46.

¹⁸ GOMES, Alfredo, *op. cit.*, p. 28-19.

¹⁹ MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloísa, *op. cit.*, p. 46.

Dela saíram grandes advogados e juristas, como Costa Carvalho e João Mendes de Almeida; deputados, senadores e ministros; dois titulares da nobreza, o Visconde de Cruzeiro e o Barão de Alencar; vários presidentes de província; dois professores de Direito, João Teodoro e José Bonifácio, o moço; um jornalista de pulso como Pedro Taques; um dos maiores tribunos brasileiros, cujo nome não é preciso repetir; e um diretor da Faculdade de Direito.²⁰

Sobre seu tempo de estudante isso é tudo que existe na obra de Almeida Nogueira. João Theodoro aparece apenas mais tarde defendendo a tese de doutorado em 1856, depois como lente substituto e catedrático, ou como deputado e presidente da província.²¹ Alfredo Gomes, que consultou um vasto material do arquivo e da biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, também não faz referência a outras produções escritas entre os anos de 1849 e 1853, além daquela mencionada.

Os registros escritos deixados por João Theodoro e reunidos no trabalho de Alfredo Gomes são os seguintes:²²

- 1) “Destino da alma humana” – in *Revista do Ensaio Filosófico Paulistano* – 1ª série.
- 2) “Resposta à crítica sobre o Destino da alma humana” – polêmica com Ferreira Viana – in *Revista do Ensaio Filosófico* – 2ª série.
- 3) *Teses que, aprovadas pela Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo, se propõe a defender para obter o grau de doutor* – Tipografia de Marques & Irmãos – São Paulo – 1856.
- 4) *Os sobrinhos, sucedendo sós aos tios, sucedem “in capita” ou “in stirpes”?* Tipografia da Lei – São Paulo – 1859 – Dissertação – 1 folheto. (Esclarecimento do Sacramento Blake que se trata de dissertação e virtude do disposto no art. 128 do Regulamento n. 1868 de 24-2-1855).
- 5) *Teses apresentadas para concurso na Faculdade de Direito de São Paulo* – Tipografia Imparcial – São Paulo – 1860 – 1 folheto.
- 6) *No compromisso podem as partes convencionar que os juízes árbitros observem uma forma de processo diversa daquelas que as leis têm estabelecido?* – Tipografia

²⁰ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 195.

²¹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantes, Estudantes*. São Paulo: Vanorden, 1907, (9 volumes).

²² Alfredo Gomes retira informações do Dicionário Biográfico Brasileiro de Sacramento Blake, e completa com outras conseguidas nos arquivos e na biblioteca da Faculdade de Direito. GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 26-31.

Imparcial – São Paulo – 1860 – Dissertação – 1 folheto. (Sacramento Blake – Dissertação e teses para o concurso).

7) *Memória Histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Direito de São Paulo durante o ano de 1862* – Manuscrito – São Paulo – 1863.

8) *Contrato para a construção da Estrada de Ferro de Bragança* – Tipografia Americana – São Paulo – 1873 – 1 vol.

9) *Reforma radical proposta pelo presidente da Província de São Paulo para a construção e conservação de estradas, pontes e obras públicas* – Tipografia Americana – São Paulo – 1873 – 1 folheto.

10) *Regulamento da Escola Normal da Capital de São Paulo* – São Paulo – 1874.

11) *Conflito de atribuições levantado pela Província de São Paulo – Questões sobre o contencioso administrativo provincial* – in “O Direito” – Rio de Janeiro – 1875 – v. 9 – pag. 203.

12) *Discussão no conflito de atribuições levantado pelo presidente da Província de São Paulo com referência ao embargo de obra nova no edifício destinado a Escola Normal (Alegações)* – Tipografia do “Diário” – São Paulo – 1875 – 1 folheto.

13) *Inauguração da Escola Normal de São Paulo* – Discursos proferidos, ata da sessão e lista dos matriculados – Tipografia do “Correio Paulistano” – 1875 – São Paulo. João Teodoro e Paulo do Vale.

14) *Curso de Direito Constitucional* – 1876 – Faculdade de Direito de São Paulo – Litografia de Jules Martin – São Paulo – 1876 – 1 vol.

15) *Direito Constitucional* – Litografia de Jules Martin – São Paulo – Lições manuscritas – 1 vol. João Teodoro Xavier Matos, Leite de Moraes e Manuel Antônio Dutra Rodrigues – 1876.

16) *Qual a natureza e limitação do direito que ao Poder Moderador compete, de perdoar e moderar as penas impostas aos réus condenados por sentença?* – in “O Direito” – Rio de Janeiro – 1876 – v. 11 – pag. 281.

17) *Teoria Transcendental do Direito* – Tipografia de Jorge Seckler – São Paulo – 1 vol., 1876.

18) *A Baronesa da Silva Gameiro ao público e aos legatários de seu finado marido – Imposto de usufruto ou fideicomisso*. Tipografia da Província – São Paulo – 1877, com pareceres de Lafayete Rodrigues Pereira, Carlos Perdigão, Agostinho Figueira, Antônio

Joaquim Ribas, Zacarias de Goes e Vasconcelos, Francisco Otaviano, João Antônio de Souza Ribeiro e J. C. da Silva Maia – 1 folheto.

19) *Direito Natural* – Lições professadas em 1877 – Impressas – Litografia de Jules Martin – São Paulo – 1877 – 1 vol.

20) Recurso administrativo interposto contra o contrato de 12 de junho de 1877, celebrado entre o Governo da Província de São Paulo e a Diretoria da Companhia d'Oeste de Estrada de Ferro da mesma província – Sem mencionar editor – São Paulo – 1877 – folheto.

21) *Direito Constitucional e Direito das Gentes* – Litografia de Jules Martin – São Paulo – 1878 – Lições professadas na Faculdade de Direito – Taquigrafadas por Eduardo Fernandes Lima, Antônio Mercado e Valentin Magalhães – 1 vol. Manuscrito. João Teodoro Xavier de Matos e Francisco Antônio Dutra Rodrigues e Joaquim de Almeida Leite Moraes.

22) Relatórios apresentados à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, com anexos, correspondentes à administração de João Teodoro (1873, 1874, 1875).

Como se pode notar, apesar do pouco material escrito por João Theodoro durante a sua vida de estudante aos quais é possível ter acesso, o material deixado durante a sua vida é bastante vasto. Privilegiaremos na nossa análise sua obra mais conhecida, a *Theoria Transcendental do Direito* e alguns documentos do período em que ele foi presidente da província.

6.2. A fortuna de João Theodoro Xavier

João Theodoro faleceu em 31 de outubro de 1878, aos 50 anos de idade. Alguns autores indicam que ele morreu na mais extrema pobreza.²³ Pelo que encontramos no seu inventário,²⁴ podemos dizer que “extrema pobreza” seja uma expressão um pouco exagerada, mas, de fato, a única riqueza que ele possuía era a sua biblioteca. João Theodoro foi casado com D. Maurícia Fernandes Cantinho, filha do Comendador Mateus Maurício Cantinho e D. Benedicta

²³ VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 31. O autor menciona que a informação foi tirada de um texto de Eugênio Egas que saiu no volume 14, pag. 294, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vilma Peramezza também reproduz essa informação. PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 13.

²⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000779, Ano: 1878, Processo nº: 2393.

Fernandes, deixando duas filhas: D. Isaura que se casou com o Major Celestino Cintra e D. Antonieta que permaneceu solteira.²⁵ No entanto, nenhuma delas aparece em seu inventário. Segundo Vilma Peramezza, seguindo as afirmações de Lúcio de Mendonça, João Theodoro se divorciou da esposa, porque ela o havia traído. Durante a separação, João Theodoro teria dado a metade de seus bens para a ex-mulher.²⁶

No processo de inventário, no qual consta o testamento de João Theodoro, seu único herdeiro era um filho natural²⁷ de três anos incompletos, que tivera com Maria do Carmo Fonseca, filha de seu amigo Mariano da Purificação Fonseca. O avô da criança, que foi o inventariante do processo, aparece em vários momentos da vida de João Theodoro. Os poucos bens deixados foram legados a seu filho Benedicto.

No testamento, se lê:

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, em quem eu João Theodoro Xavier creio, e em cuja fé tenho vivido e pretendo morrer. Este é o meo testamento e última vontade. Declaro que sou natural de Mogy-Mirim, Cidade desta Província, filho legítimo do finado Tenente Coronel João Theodoro Xavier. Declaro que reconheço por meo filho o menino de nome Benedicto Theodoro Xavier, de idade de tres annos, incompletos que por fraqueza humana tive com Dona Maria do Carmo Fonseca, filha legitima de Marianno da Purificação Fonseca, o qual menino por ocasião de lavrar-se o assentamento de seo baptisterio o reconheci por meo filho, o que agora ractifico por esta minha ultima desposição. E tambem instituo por meo universal herdeiro ao dito meo filho Benedicto Theodoro Xavier, e para claresa faço este que a meo rogo por não poder escrever, vae assignado por Antonio Gomes de Araujo Camargo. São Paulo, vinte e oito de Outubro de mil oitocentos setenta e oito²⁸.

²⁵ GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 239.

²⁶ PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 15-17.

²⁷ Os filhos naturais eram os frutos de pais não casados.

²⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000779, Ano: 1878, Processo nº: 2393.

Imagem 13 – Testamento de João Theodoro Xavier

3

Joaquim Pereira de Castro Vas-
 coellos, Escrivão vitalicio do Juizo
 da Provisoria de Capellas e Reriduos
 desta Imperial Cidade de São Paulo
 e no Tenno por Sua Magestade
 Imperador, a quem Deus guarde &

Certifico que neste meu Cartorio
 se acorda o Testamento, com que falle-
 cto, nesta Imperial Cidade de São
 Paulo em data de trinta e um de Out-
 ubro do presente anno de mil setecen-
 tos setenta e oito, o Doutor João Theo-
 doro Xavier, de quem e Testamenteiro
 dativo Marianno da Unificação Fonse-
 ca; o qual e do Thór e forma seguinte:

Folha uma. Recheada. Eu Nome da
 Santissima Trindade, Padre, Filho, Es-
 pírito Santo, em quem eu João Theodoro
 Xavier ~~passo~~, e eu sua fi-tinha vi-
 do e protestado morrer. Este e o meu testa-
 mento e ultima vontade. Declaro que
 sou natural de Moço. Moçim, Cidade
 desta Provincia, filho legitimo do finado
 Tenente Coronel João Theodoro Xavier. De-
 claro que reconheço por meu filho o me-
 nino de nome Benedicto Theodor~~o~~ Xa-
 vier, de idade de tres annos, incompleto,
 que por fraguza humana tem com Do-
 na Maria do Carmo Fonseca, filha le-
 gitima de Marianno da Unificação
 Fonseca, o qual menino por occasião
 de lamah-se o assentamento de seu

Testam^{to}.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Ano: 1878, Processo nº: 2393, p.
 3.

Pelo arrolamento dos bens podemos notar que pelo menos no momento de sua morte suas posses, sem considerar os livros, eram bastante reduzidas: se resumiam a uma mobília e objetos de uso pessoal, conforme apresentamos no Quadro 39:

Quadro 39 – Bens deixados por João Theodoro Xavier

Descrição	Valor
1 tinteiro de bronze	5\$000
4 quadros	4\$000
1 espelho	15\$000
1 guarda roupa	25\$000
1 tinteiro de prata com o pezo	42\$240
1 relógio de ouro com corrente chave e medalha	120\$000
1 bengala de marfim com _____	30\$000
1 mobilia usada de óleo castanho de trez _____, um sofá, dois sofhaletes, duzia e meia de cadeiras sortidas, duas mesas, uma en- vernizada para escriptorio, outra para jantar	150\$000
1 estante grande com gavetas	25\$000
1 outra pequena com gaveta	25\$000
1 outra mais pequena não envidraçada com gaveta	8\$000
1 relógio de parede	10\$000
Total de bens móveis (sem os livros)	459\$240
Livros	1:860\$950
TOTAL GERAL	2:320\$19

Considerando os grupos de riqueza que utilizamos para classificar as fortunas dos inventários,²⁹ vemos que João Theodoro se encaixa no grupo 2, apesar de estar na sua faixa mais baixa. Se pensarmos que os bens eram móveis, objetos pessoais e livros, cuja venda no mercado sofria uma significativa desvalorização, mais do que a de bens imóveis e ações, por exemplo, poderíamos até inseri-lo no grupo 1. Isso se confirma pelo valor que, de fato, ficou para o seu herdeiro: apenas 800\$750 – fruto da venda dos livros – do total dos 2:751\$93 avaliados no início do processo.

²⁹ Conforme indicamos no Capítulo 2, estamos utilizando os dados desenvolvidos por Maria Luiza Ferreira de Oliveira ao analisar os setores médios da população paulistana no século XIX. Sua classificação segue os seguintes critérios: grupo 1 (até 2:499\$000); grupo 2 (de 2:500\$000 até 10:400\$00); grupo 3 (de 10:401\$000 até 40:000\$000); grupo 4 (de 40:000\$000 até 90:000\$000); grupo 5 (de 90:000\$000 até 220:000\$000). Nós acrescentamos um grupo a mais para dar conta das fortunas maiores de 220:000\$000. OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.88.

João Theodoro fez seu testamento em estado de saúde bastante precário, visto que não conseguiu nem escrever nem assinar o documento. O fato de estar ciente de que poderia falecer a qualquer momento poderia tê-lo feito doar parte dos seus bens em vida. Mas, imaginamos que se doou alguma coisa não deve ter sido nada de grande valor, como bens imóveis, por exemplo. Até porque, seu único herdeiro era o filho natural, para quem os amigos de João Theodoro tiveram que fazer um rateio para lhe comprar uma casa, após o falecimento do amigo.³⁰ A informação é registrada em seu inventário, pois o escrivão Manoel Joaquim de Toledo, ao saber da iniciativa, considerou que devia comunicá-la ao juiz de órfãos.³¹

Imagem 14 - Trecho do inventário post-mortem de João Theodoro Xavier

Constando me que alguns amigos do finado Doutor João Theodoro Xavier, promovem uma subscrição em favor do menor seo filho, afim do seu producto ser empregado em uma casa, entendo de meo dever scientificar o occorrido a V. Ex.^a. e assim cumprese fazer subir a presente informação com os autos conclusos. São Paulo, 8 de janeiro de 1880. O Escrivão. Manoel Joaquim de Toledo.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000779, Ano: 1878, Processo nº: 2393, p. 77.

Antes mesmo da subscrição para a compra da casa, lemos no *Correio Paulistano*, de 17 de junho de 1879, o anúncio de um outro rateio visando a manutenção do filho de João Theodoro.

³⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000779, Ano: 1878, Processo nº: 2393.

³¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000779, Ano: 1878, Processo nº: 2393, p. 77.

Imagem 15 - Subscrição no *Farol Paulistano*

Subscrição. Promovida nesta capital pelos trez amigos do finado dr. João Theodoro Xavier, o arcepreste João Jacinto Gonçalves de Andrade, o bacharel José Candido de Azevedo Marquese e o capitão Antonio Bernardo Quartim em beneficio do innocente Benedicto, filho e herdeiro do mesmo dr. João Theodoro Xavier, que nenhuma outra cousa teve para deixar-lhe sinão o honrado nome. As quantias que forem arrecadando ficarão, por emquanto, em poder do sr. Coronel Antonio Proost Rodovalho, que se comprometteu a entregar mensalmente ao avô materno e tutor do beneficiado, para alimentação deste, o premio correspondente ás quantias recebidas, na razão de seis por cento ao anno. S. Paulo, 14 de junho de 1879.

Subscrição

promovida nesta capital pelos tres amigos do finado dr. João Theodoro Xavier, o arcepreste João Jacinto Gonçalves de Andrade, o bacharel José Candido de Azevedo Marquese e o capitão Antonio Bernardo Quartim, em beneficio do innocente Benedicto, filho e herdeiro do mesmo dr. João Theodoro Xavier, que nenhuma outra cousa teve para deixar-lhe sinão o seu honrado nome.

As quantias que se forem arrecadando ficarão, por emquanto, em poder do sr. coronel Antonio Proost Rodovalho, que se comprometteu a entregar mensalmente ao avô materno e tutor do beneficiado, para alimentação deste, o premio correspondente ás quantias recebidas, na razão de seis por cento ao anno.

S. Paulo, 14 de Junho de 1879.

Fonte: *Correio Paulistano*, São Paulo, 17 de junho de 1879, pag. 1.

A partir dessas informações, podemos imaginar que José Mariano da Purificação Fonseca não estivesse conseguindo arcar com as despesas do menor apenas com o fruto da venda dos bens pertencentes ao finado pai. Se considerarmos a proximidade entre João Theodoro e o avô da criança e, se acreditarmos nas palavras dos amigos quando afirmavam que o pai “nenhuma outra cousa teve para deixar-lhe sinão o honrado nome”, podemos inferir que dificilmente nosso lente tivesse se desfeito de posses muito importantes antes de falecer.

Assim, voltando aos bens registrados no inventário, é relevante notar que sua biblioteca representasse 80% deles, indicando que, talvez, para João Theodoro os livros fossem sua verdadeira fortuna. Não temos informações específicas sobre o seu ordenado, mas sabemos que era, no mínimo, de 800\$000 por ano, no período em que ele foi lente substituto, e de 1:200\$000 anuais depois que se tornou titular.³² Diferente do Conselheiro Brotero, que investia em diversas atividades e obtinha rendas além do seu salário como professor, João Theodoro parece ter vivido exclusivamente desse ordenado – que, ao que parece, era dispensado em grande parte na compra de livros.

Parte da biblioteca de João Theodoro foi vendida em leilão, em 1879, a pessoas diversas, como Eduardo Prado, Dr. Caio Prado, Simão Eugenio de Oliveira Lima, Sr. Magalhães Castro, Boaventura Costa, Dr. Costa Braga, Dr. Joaquim Augusto Vicente de Camargo, Abilio Marques, Antonio Muniz de Souza, José de Abreu Medeiros, A. M. Teixeira, Abdias de

³² Esse valor é referente ao ano de 1836, é bem provável que ele fosse mais alto no período em que João Theodoro foi lente. DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 73.

Oliveira, Camara Leal, Gabriel de Oliveira Santos, Affonso da Silva Brandão, Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, Saturnino Manoel da Fonseca, Dr. Augusto de Souza Queiroz e Manoel Ozorio Pina Leitão.

Poderíamos até pensar que a presença de figuras como Eduardo Prado seria um indício da qualidade da biblioteca de João Theodoro, mesmo que ele contasse, à época, com apenas 18 anos de idade. Apesar de não termos notícias de seu grau de erudição na juventude, sabemos que ele participou das atividades ligadas aos periódicos acadêmicos e que já nutria forte interesse pelos estudos históricos.³³ Não é possível desconsiderar também que o ambiente no qual cresceu o dotou, desde cedo, de um nível significativo de ilustração, despertando os interesses que fariam dele um dos maiores bibliófilos de sua época.³⁴

No entanto, podemos, com mais certeza, afirmar que esse leilão tenha sido uma boa oportunidade para a compra de obras jurídicas, afinal, os livros que Eduardo Prado adquiriu se referiam aos seus estudos na área do Direito: *Consultas ao Conselho de Estado*, *Oeuvres* de Jean Domat em 4 volumes, *Le Droit des Neutres* de Ludwig Gessner, *Praxe Forense* de Moraes Carvalho, *Éléments de Droit Pénal* de Ortolan e *Primeiras Linhas do Processo Criminal* de Pereira e Souza. Destarte, vale ressaltar não só o papel dos leilões como espaços de comércio dos impressos, como também o fato de que os livros de João Theodoro passaram a compor umas das estantes mais conhecidas de São Paulo.

Depois desse primeiro leilão, foi feita uma segunda avaliação para rever os preços dos livros, visando facilitar a venda, mas apenas uma parte deles foi vendida ao Dr. Alfredo Augusto da Rocha e para o Dr. José Fernandes Coelho. Os que não encontraram compradores ficaram com José Mariano da Purificação Fonseca, avô e tutor do menor, com o objetivo de serem vendidos ao longo do tempo, mas não temos mais notícias do que aconteceu. Podemos apenas afirmar que a coleção de João Theodoro fez parte do grupo daquelas cujo destino foi a dispersão.

³³ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 242-243.

³⁴ Sobre a biblioteca particular de Eduardo Prado, ver: LEONZO, Nanci. *O “mundo elegante” de Eduardo Prado*. São Paulo, 1989. 179 f. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Imagem 16 – Reforma da avaliação dos livros de João Theodoro Xavier

Reforma da avaliação dos livros do finado Dr. João Theodoro Xavier.		
+ - dr -	Constituições políticas da America, 2 vol.	6\$000 -
	Lei de 28 de Maio de 1871, 1 vol.	400
+ - dr -	Charles Bernard - Theoria da autoridade, 2 vol.	4\$000 -
	Monte - Virito Ecclesiastico, 3 vol.	3\$000
+ - dr -	Bergier - Dictionario Theologico, 7 vol.	6\$000 -
	De Flanagan - Diplomacia Francese, 7 vol.	5\$000
+ - dr -	Homem de Mello - A Constituinte, 1 vol.	500 -
	Castano Gomes - Manual pratico, 1 vol.	500
x - dr -	Correa Telles - Doutrina das açoes, 1 vol.	1\$000 -
	Koffer - Dictionario de Chimica, 1 vol.	500
+ - dr -	Ser. da Sa. - Narrativas, 1 vol.	1\$000 -
	Bernardo Gavião ao publico, 1 vol.	200
+ - dr -	Laffortiere et Rattier	2\$000 -
	Riveros, 1 vol.	500
+ - dr -	Al. Teixeira de Freitas - Codigos Civil, 1 vol.	1\$000
+ - dr -	Mello - Regimen constitucional, 1 vol.	1\$000 -
	Report of the Department of agric. 1 vol.	500
	Orlando - Codigo Commercial, 1 vol.	1\$000
	Guia dos Juizes Municipaes, 2 vol.	2\$000
	Indices da Lei do recrutamento, 1 vol.	500
+ - dr -	Processo Mauá, 1 vol.	400 -
	Jm. Candido - Indices alphabeticos de 1850, 1 vol.	2\$000
	" " " " de 1870, 1 vol.	1\$000
	Ser. Pinto - Direito Internacional, 1 vol.	1\$000
	Biblia de Antonio Pereira, 1 vol.	500
	Ensaios dramaticos, 1 vol.	200
	Lei da Gds. Nacional, 1 vol.	500
	Miscellanea, 1 vol.	500
	Ser. e Sa. - Crim. Linhas (truncado) 4 vol.	500
	Codigo das Alfandegas	500

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000779, Ano: 1878, Processo nº: 2393, p. 59.

6.3. A biblioteca de João Theodoro

A biblioteca de João Theodoro foi uma das mais bem descritas que encontramos, permitindo uma análise mais detalhada de seu conteúdo. No entanto, mesmo nas melhores situações, a prática notarial não primava pela qualidade das descrições, assim como vimos afirmando desde o início. Destarte, para melhor apreendermos o conteúdo dela, fomos buscar informações que pudessem completá-la, de acordo com as referências mencionadas no primeiro capítulo.³⁵

Quadro 40 – Biblioteca de João Theodoro Xavier³⁶

Vol.	Autor	Título da Obra
228	João Theodoro Xavier	Theoria Transcendental do Direito - Exemplos em brochura a 3\$000 cada
11	João Theodoro Xavier	Theoria Transcendental do Direito (encadernado)
8	*****	Mapas diversos
2	*****	Atlas
1	*****	Miscelânea
1	*****	Miscelânea
3	*****	Miscelânea
1	*****	Miscelânea
2	*****	Miscelânea
1	*****	Folhetos (um volume encadernado)
1	*****	Folhetos Diversos
1	*****	Folhetos encadernado
3	*****	O Direito 1873
2	*****	La mosaïque
1	*****	Almanack de São Paulo 1873
2	*****	Constituição (ões) política (s) da América
1	*****	Diversos (um volume encadernado)
2	*****	Diversos
1	*****	Diversos
1	*****	Report of the Department of agrie
1	*****	Traduction <u>de la limite</u>
1	*****	Methodo Zabat e outros escritos
1	*****	Thesouro Literario
2	*****	Historia da Republica Oriental
1	*****	Noticia de Mithologia
1	*****	Melanges de Philosophia
1	*****	Concilio Tridentino

³⁵ Conforme indicamos, recorremos aos Catálogos da Casa Garraux de 1866 e 1872; ao site da Bibliothèque Nationale de France; ao site Gallica, que faz parte daquele, mas, além do catálogo, disponibiliza obras antigas digitalizadas; o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; o da Biblioteca Nacional de Portugal, ao Dicionário Bibliográfico Brasileiro, de Sacramento Blake; ao Dicionário Bibliográfico Português, ambos disponíveis no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin; e ao site da Biblioteca de Obras Raras do Senado Federal.

³⁶ Ver nota 12, Capítulo 4.

1	*****	Formulario do Processo Criminal
1	*****	Lei da Guarda Nacional
1	*****	Legislação Brasileira Completa de 1873 a 1876
1	*****	Regulamentos do exercitos
1	*****	Consultas ao Conselho de Estado
1	*****	Lei do recrutamento
2	*****	Repertorio das Leis da Fazenda
3	*****	Ordenações do Reino
3	*****	Indicador da Legislação Militar
1	*****	Indice Alphabetico da Lei do Recrutamento
1	*****	Codigo das Alfandegas
1	*****	Lei de 28 de Setembro de 1871
1	*****	Assentos da Casa de Supplicação
1	*****	Consolidação das Leis
4	*****	Repertorio das ordenações
3	*****	Annaes do Parlamento (diversos anos)
1	*****	Fallas ao Throno
1	*****	Fallas ao Throno
2	*****	Corpus Juris (in-folio)
2	*****	Guia dos Juizes Municipaes
1	*****	Roteiro dos Colectores
1	*****	Brasil na Exposição de 1873 - Viena
1	*****	Brasil na Exposição Universal Philadelphia 1876
1	*****	Orçamento de 1874 a 1875
1	*****	Contractos para a Estrada de Ferro
1	*****	Prolongamento da Estrada de Ferro São Paulo
1	*****	Instrucção publica
1	*****	Reforma eleitoral
1	*****	Reforma Judiciaria
1	*****	Projecto de Organização Judicial
1	*****	Processo Mauá
1	*****	Formularios e Relatorios
20	*****	Relatorios de Diveros Ministerios
1	Americo Brasiliense de Almeida e Mello	Exposições ou Lições de Historia Patria
4	Ancillon, Johann Peter Friedrich	Tableau des Revolutions du système politique de l'Europe
1	Antonio Pereira de Figueiredo	Biblia
1	Bancel, François-Désiré	Les Revolutions de la Parole
1	Bard, Alphonse e Robiquet, Paul	La Constitution française de 1875 étudiée dans ses rapports avec les constitutions étrangères : droit constitutionnel comparé
2	Bastiat, Frédéric	Melanges d'Economie Politique
1	Baudrillart, Henri	Economie Politique
7	Bergier, Nicolas (L'Abbé Le Noir)	Dictionaire theologique
4	Borges Carneiro, Manuel	*****
1	Braz Florentino Henriques de Souza	O Poder Moderador
1	Braz Florentino Henriques de Souza	Direito Criminal
1	Caetano Gomes, Alexandre	Manual pratico, judicial, civil, e criminal (edição antiga)

2	Calixto Bernal	Theorie de l'Autorité appliqué aux nations modernes ou Traité de la souveraineté
1	Candido Mendes de Almeida	Atlas do Império do Brasil
2	Candido Mendes de Almeida	Codigo Phillipino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recompiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I
1	Capefigue, Baptiste	Les Diplomates européens
1	Caroatá, José Prospero Jeová da Silva	Apanhamento de Decisões sobre questões de liberdade
1	Chassan, Joseph Pierre	Essai sur la symbolique du droit
1	Chevalier, Michel	Le Mexique
2	Coelho da Rocha, Manuel Antô-nio	Instituições do Direito Civil Português (edición antiga)
2	Cordeiro, Carlos Antonio	Assessor Forense ou formulário de todas as acções conhecidas no foro brasileiro
1	Correa Telles, José Homem	Commentario Critico à lei da boa razão
2	Correa Telles, José Homem	Digesto Portugues ou Tratado dos direitos e obrigações civis
1	Correa Telles, José Homem	Manual do Processo Civil
1	Correa Telles, José Homem	Exemplario dos libelos, podendo servis de apêndice à Doc-trina das acções
11	Cousin, Victor	Diversas Obras
7	De Flassan, Gaetan de Raxi	Histoire générale et raisonnée de la Diplomatie française depuis la fondation de la Monarchie jusqu'à la fin du règne de Louis XVI
9	Delgado, Antonio D. da Silva	Legislação Portuguesa (in-folio)
1	Diogo de Mendonça Pinto	Ensaaios dramáticos
4	Domat, Jean	Oeuvres
1	Ducreux, Gabriel Marin	Historia Ecclesiastica
1	Esquiros, Henri-François-Al-phonse	Histoire des Montagnards
1	Ferdinand Denis	Histoire du Brezil
4	Figuier, Louis	Histoire des merveilleuse (Histoire du merveilleux dans les temps modernes)
1	Filgueiras Junior, Araújo	Codigo Criminal do Império do Brazil
2	Fiore, Pasquale	Nouveau Droit International Publique
2	Fischel, Eduard	Constitution d'Angleterre
1	Flamarion, Camille	Les terres du ciel
1	Flamarion, Camille	Pluralité des mondes habités
5	Fouquier, Armand	Causes Celebres
6	Franklin, Jonathan	La vie des animaux : histoire naturelle, biographique et anecdotique des animaux
1	Gallois, Napoléon	Petit Dictionnaire de nos grands girouettes d'après elles-mêmes. Biographies politiques contemporaines
3	Galvão Bueno, Carlos Mariano	Noções de Philosophia acomodadas ao sistema de Krause enca-dernado (novo)
1	Gavião Peixoto, Bernardo Ave-lino	Ao publico em geral e ao commercio em particular
1	Gessner, Ludwig	Direito dos Neutros
1	Gmeineri, Xaverii	Direito ecclesiastico - um volume encadernado

2	Guizot, François	Gouvernement Representatif
1	Hello, Charles Guillaume	Regime Constitucional
1	Hepp, Georges Philipp	Essai sur la Theorie de la vie sociale et du gouvernement representatif
1	Hoefffer, Jean Chrétien Ferdinand	Dictionaire de chimie et de physique
1	Homem de Mello, Francisco Ignacio Marcondes	Subsidios para a organização da Carta Physica do Brasil
1	Homem de Mello, Francisco Ignacio Marcondes	A Constituinte perante a Historia
17	Hulot, Henri	Corpus Juris (traduction)
1	Jacotot, Pierre	Cours de Physique expérimentale et de chimie (usado)
1	Joaquim Candido de Azevedo Marques	Indice alphabetico explicativo das disposições do ano de 1850 a 1860
1	Joaquim Candido de Azevedo Marques	Indice alphabetico explicativo das disposições do ano de 1870
1	Joaquim Candido de Azevedo Marques	Indice Alphabetico explicativo das disposições do ano de 1860 a 1870
3	Julio Verne	Os filhos do Capitão Grant
1	Laferrière, Édouard et Batbie, Anselme	Constituição (Les Constitutions d'Europe et d'Amerique)
8	Le Bas, Philippe	Histoire Universelle
3	Liz Teixeira, Antonio Ribeiro de	Curso de Direito Civil portuguez: ou commentario às instituições do Sr. Paschoal José de Mello Freire sobre o mesmo direito por Antonio Ribeiro de Liz Teixeira
4	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Notas á Mello sobre as instituições do direito civil (1818)
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tratado pratico das avaliações dos damnos (1826)
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tratado encyclopedico, compendiario, systematico dos interdictos (1814)
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tratado historico, encyclopedico, critico, pratico, sobre todos os direitos relativos (d)as casas quanto as materias civeis e criminaes (1817)
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tratado encyclopedico, pratico e critico sobre (d)as execuções que procedem por sentenças (1817)
1	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tratado pratico do processo executivo summario (1817)
2	Lobão, Manuel de Almeida e Sousa	Tratado pratico compendiário de todas as Acções sumarias
1	Lock, Frédéric	La Commune: deuxième siège de Paris
10	Loménie, Louis-Léonard de	Galerie des contemporains illustres, par un homme de rien (1840-1847)
1	Macé	As servidões do estomago
6	Massé, Gabriel	Le Droit commercial dans ses rapports avec le droit des gens et le droit civil
4	Mello	Direito Civil (truncado) 1, 2, 5, 6, 7 volumes
1	Montalembert, Charles Forbes René, comte de	De l'avenir politique de l'Angleterre

3	Monte, Manoel do M. Rodrigues Araújo	Elementos do Direito Eclesiastico público e particular
1	Montesquieu	Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence
1	Montesquieu	Espirt des lois
1	Moraes Carvalho, Alberto Antonio de	Praxe Forense (usado)
1	Moraes, Antonio de M. Silva	Diccionario da lingua portuguesa (última edição)
1	Offmam	Ouvres
1	Olegario Herculano de Aquino e Castro	Practica das Correições
2	Ortolan, Joseph-Louis-Elzéar	Direito Penal (novo) Droit Penal
2	Ortolan, Joseph-Louis-Elzéar	Explication historique des Instituts de Justinien
1	Paula Baptista, Francisco de	Compendio de Theoria e pratica do Processo civil para uso das faculdades de Direito do Império
2	Paulino José Soares de Souza , Uruguay, Visconde de	Estudo prático sobre a administração das Provincias do Brasil
1	Paulino José Soares de Souza , Uruguay, Visconde de	Ensaio sobre o Direito Administrativo com referencia ao estado e instituições peculiares do Brasil
1	Penido, Fortunato Raphael Nogueira	Tratado de Medicina e de outros variados interesses do Brazil e da humanidade
1	Perdigão Malheiros, Agostinho Marques	Escravidão no Brasil
2	Pereira da Silva, João Manuel	Os varões illustres do Brasil durante o tempo colonial
1	Pereira da Silva, João Manuel	Narrativas Historicas. (Segundo período do reinado de D. Pedro I no Brasil: narrativa histórica)
1	Pereira de Vasconcellos, José Marcellino	Livro das Terras ou collecção da lei, regulamentos e ordens expedidas a respeito desta materia até o presente
6	Pereira e Souza, Joaquim José Caetano	Linhas Criminaes (Primeiras Linhas do Processo criminal)
4	Pereira e Souza, Joaquim José Caetano	Primeiras linhas sobre o processo civil
1	Pereira Pinto, Antônio	Apontamentos para o direito internacional, ou, Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com diferentes nações estrangeiras, acompanhada de uma noticia historica, e documentada sobre as convenções mais importantes
1	Portella, Joaquim Pires Machado	Constituição Politica do Império do Brasil: confrontada com outras constituições e anotada
2	Pothier, Robert-Joseph	Ouvres Completes
1	Proudhon, Pierre-Joseph	De La Creation de l'ordre dans l'humanité
1	Ramalho, Joaquim Ignácio	Praxe brasileira
4	Regnaut, Elias	Histoire de Napoléon
1	Renan, Ernest	Vie de Jesus

3	Reybaud, Louis	Etudes (Études sur les réformateurs contemporains ou socialistes modernes. Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen, 1842; Études sur les réformateurs ou socialistes modernes. La société et le socialisme, les communistes, les chartistes, les utilitaires, les humanitaires, 1843; Études sur le régime des manufactures. Condition des ouvriers en soie, 1859))
1	Ribeiro de Moura, Antonio	Manual do Edificante, do proprietario e do inquilino, ou novo tratado dos direitos e obrigações sobre a edificação das casas, e acerca do arrendamento ou aluguel das mesmas conforme o direito romano, patrio e uso das nações, seguido da exposição das acções judiciais que competem ao edificante, ao proprietario e ao inquilino
1	Rossi, Pellegrino	Economie Politique
2	Rossi, Pellegrino	Traité de Droit Penal
1	Rousseau, Jean-Jacques	Petits Chefs D'Ouvres
1	Saint Joseph, Antoine de	Concordance entre les codes civils étrangers et le Code Napoléon
1	Salustiano Orlando de Araujo Costa	Codigo Commercial do Imperio do Brazil (usado)
1	Sebastião José Pereira	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia, exm. sr. dr. Sebastião José Pereira
1	Sebastião Monteiro da Vide	Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia
3	Ségur, Comte de	Historia Universal (novo) (Histoire Universelle)
1	Seichas, Romualdo Antonio de	Ensaio d'um Tratado regular e pratico sobre o Divorcio
1	Silvestre Pinheiro Ferreira	Observações sobre a Constituição do Império do Brazil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal
1	Souza Pinto, José Maria Frederico	Primeiras Linhas sobre o processo Orphanologico, por José Pereira de Carvalho
1	Teixeira de Freitas, Augusto	Codigo Civil (esboço)
2	Thiers, Louis-Adolphe	Histoire de la Revolution Française (in-folio)
1	Thiers, Louis-Adolphe	De La propriété
1	Thomas Alves Junior	Anotações theóricas e praticas ao Codigo Criminal
1	Ubicini, Abdolonyme	La Constitution Ottomane
1	Vallasco	Obras (tomo primeiro)
1	Vanguerve, Antonio V. Cabral	Practica Judicial, muito util e necessaria para os que principiaõ os officios de julgar e advogar, e para todos os que solicitão causas nos auditorios de hum, e de outro foro
1	Ventura di Raulica, Gioacchino	Le pover publicque (O poder público)
1	Ventura di Raulica, Gioacchino	Le pover politique (O poder político)
1	Vermorel, Auguste-Jean-Marie	O Partido Socialista (Le parti socialiste)
1	Villemain, Abel-François	Études de la Litterature
1	Vivien, Alexandre François Auguste	Primeiro volume
1	Volney, Constantin François de Chasseboeuf	Les Ruines, ou Méditations sur les révolutions des empires

3	Wattel, Emer de	Direito das Gentes (Droit des gens)
2	Wheaton, Henri	Histoire du progrès du droit des gens en Europe depuis la paix de Westphalie jusqu'au congrès de Vienne ; avec un Précis historique du droit des gens européen avant la paix de Westphalie
2	Wheaton, Henri	Éléments du Droit International
1	Zacharias de Góes e Vasconcelos	Da natureza e limites (d)O Poder Moderador

A biblioteca era composta por 187 títulos e 603 volumes. Essa diferença discrepante se deve ao fato de que quase metade dos volumes arrolados (239) serem exemplares da *Theoria Transcendental do Direito*, de autoria do próprio João Theodoro. Ele publicou a obra cerca de dois anos antes de falecer, o que, de alguma forma, justificaria o seu estoque.³⁷ Considerando as demais coleções que encontramos ao longo da pesquisa e o tamanho delas, vemos que a de João Theodoro – excluindo os exemplares de *A Theoria transcendental do Direito* – era uma biblioteca de tamanho médio e estava entre as mais comuns, de 101 a 500 volumes: ela tinha 364.

Em relação à descrição deles, vemos que alguns títulos aparecem grafados em francês, outros tantos em português. Algumas vezes notamos que títulos em francês foram descritos no inventário em português, mas, como pela pesquisa que fizemos não encontramos traduções naquele período, consideramos a língua original quando da análise quantitativa. É bastante notória a quase exclusividade do francês como idioma estrangeiro: praticamente todas as obras, mesmo de autores com origens variadas, aparecem através dele.

Das 159 obras cujos títulos conseguimos identificar, 98 são em português – e ao que parece foram escritas nesse idioma –, 59 em francês e apenas uma em inglês, a *Report of the Department of agrie*.

³⁷ Inclusive, este dado poderia nos dar uma noção mínima da tiragem da obra, ainda mais considerando que o livro também era vendido na Casa Garraux, conforme o anúncio publicado no *Correio Paulistano* de 28 de março de 1877.

Gráfico 12 – Idioma das obras da biblioteca de João Theodoro Xavier

Dentre as 59 obras cujos títulos constam em francês, 14 delas foram escritas por autores de origens diversas, como alemães, estadunidenses, italianos, suíços e até um cubano, Calixto Bernal, o que mostra que mesmo a literatura não francesa era recebida através do filtro desse idioma.

Das 98 obras em português, 35 eram de autores brasileiros, 21 de autores portugueses e não conseguimos identificar os autores de 41. Duas hipóteses apresentam-se em relação a essas obras em português. A primeira é que a forte presença de autores brasileiros mostra que João Theodoro não só lia os juristas contemporâneos e conterrâneos, como também estava bastante atento às questões administrativas e políticas do país, fato que se revela pelos relatórios de ministérios, formulários, legislações de diversas áreas, orçamentos, contratos etc. Os dois livros sobre o Brasil nas exposições universais – *Brasil na Exposição de 1873 – Viena* e *Brasil na Exposição Universal da Philadelphia 1876* – também são sintomáticos desse fenômeno. Por outro lado, a forte presença dos autores portugueses reafirma a ideia da importância da cultura jurídica portuguesa na cultura jurídica brasileira. Fato bastante conhecido, dada a formação dos primeiros juristas brasileiros e pela própria origem da nossa legislação.

Mas, de alguma forma, certas ausências também podem ser reveladoras. Tânia Bessone, em *Palácios de Destinos Cruzados*, aponta que a partir da década de 1870, o francês vai perdendo a preponderância, e os textos em inglês e alemão tornam-se mais habituais. Mas, ao que parece, é uma tendência que se consolida, de fato, na transição para o século XX.³⁸ No entanto, no livro *A Filosofia no Brasil*, de Silvio Romero, escrito inclusive no mesmo ano da

³⁸ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 50.

obra de João Theodoro,³⁹ vemos um grande entusiasmo pelos autores alemães e ingleses e, até mesmo, uma certa resistência aos autores franceses, como se eles estivessem carregados de doutrinas ultrapassadas.⁴⁰ Assim, na disputa entre as “velhas” e “novas” ideias que marcaram o final do século, ou seja, no embate entre o pensamento “metafísico”, representado pelos ecléticos franceses, e o científico-naturalista, os livros de nosso lente não pareciam estar muito “atualizados” – exceção feita às questões legislativas e administrativas nacionais e aos juristas brasileiros.

De alguma forma, o próprio comércio livreiro poderia ter alguma influência nessa hegemonia francesa. Como já apontamos anteriormente, uma das principais livrarias desse período era a Casa Garraux. De acordo com Marisa Midori, a predominância das obras nos catálogos estudados, 1866 e 1872, era de obras em francês. Mesmo as traduções de outros idiomas para o francês eram escassas. No catálogo de 1872 começam a aparecer obras originais em outras línguas, como inglês, alemão, espanhol, italiano etc., mas ainda em quantidade incomparavelmente menor do que as obras em francês.⁴¹ De alguma forma, a biblioteca de João Theodoro pode corroborar com a ideia da vocação da Casa Garraux como um agente difusor da literatura francesa em solo paulistano.⁴²

Sobre as gerações dos autores das obras encontradas, conseguimos mapear os períodos de vida de 94 deles. Apenas um viveu e morreu no século XVII, Jean Domat (1625-1696), do qual João Theodoro tinha 4 volumes da sua obra (*Oeuvres*). Nove autores tiveram a sua vida ao longo do século XVIII, incluindo alguns clássicos da Ilustração como Montesquieu e Rousseau, além de figuras importantes no mundo jurídico Wattel, que teve extrema relevância no desenvolvimento do direito internacional moderno, e Robert-Joseph Pothier (1699-1772), renomado jurista francês na área do Direito Civil. Entre eles também está um dos tradutores da Bíblia, Antônio Pereira e Nicolas Bergier (1718-1790), arqueólogo e historiador francês, especialista em Roma Antiga.

Considerando a geração que nasceu ainda no século XVIII e viveu até a primeira metade do século XIX, encontramos 16 autores, dentre os quais grandes juristas portugueses como

³⁹ A obra foi publicada em 1878, mas a nota inicial do autor é datada de julho de 1876.

⁴⁰ Exceção feita a August Comte, Laffite e Littré, por exemplo, pois, embora fosse crítico do positivismo, Silvio Romero considerava que esses autores já haviam superado o pensamento metafísico e atingido o grau de cientificidade característico do final do século XIX. ROMERO, Sílvio. *A Filosofia no Brasil: ensaio crítico*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung. 1878.

⁴¹ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 337-338.

⁴² *Ibidem*, p. 330.

Lobão, Pereira e Souza, Silvestre Pinheiro, Borges Carneiro e Correa Telles. Dos que nasceram entre o final do século XVIII e 1820 e viveram até, aproximadamente, o final do século XIX, encontramos 41. Já aqueles que nasceram a partir de 1821 e viveram até o final do século XIX e começo do século XX, encontramos 27. Claro que essas divisões podem ser um pouco artificiais, pois para serem mais exatas, exigiriam um cálculo mais preciso que considerasse as expectativas de vida, uma maior exatidão na divisão das gerações e uma análise individual dos períodos de produção intelectual de cada autor. Mas de qualquer forma, elas podem nos dar uma dimensão da proximidade temporal entre os autores lidos e o seu leitor. Transplantando esses dados para um gráfico, podemos visualizar com mais clareza esses apontamentos.

Fica bastante claro que o grupo predominante é formado por autores que exerceram suas atividades intelectuais a partir do segundo quartel do século XIX, aproximadamente. Se somarmos os dois grupos maiores, considerando os que nasceram entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, com a última geração encontrada, temos 73% do total. Isso mostra que João Theodoro se interessava por livros de autores que eram relativamente contemporâneos, ou, ao menos, com uma defasagem geracional não tão significativa. É importante marcar a sensível diferença entre seus livros e aqueles citados por José Maria de Avellar Brotero, dentre os quais, mais da metade pertencia ao Século das Luzes.

Gráfico 13 – Período de vida dos autores encontrados na biblioteca de João Theodoro Xavier

É importante notar também que os autores brasileiros aparecem apenas nesses dois últimos grupos. O único caso anterior é o Antonio de Moraes Silva, autor do *Dicionário da Língua Portuguesa*, mas ainda assim não é um caso exemplar, pois ele era luso-brasileiro. No

4º grupo aparecem 39% dos brasileiros dos quais identificamos o período de vida, e no quinto, 57% deles. Isso revela, por um lado, o surgimento de uma cultura jurídica brasileira tardia – fato evidente pelo país ter sido colônia até 1822. Por outro, podemos, com isso, ressaltar a importância das Academias de Direito (São Paulo e Recife) na consolidação dessa cultura.

É claro que não se deve esquecer que o século XIX é um período de transformações intensas, inclusive no plano cultural e intelectual, resultando em debates acirrados e uma multiplicidade de correntes de pensamento. Mas as ideias também não evoluem progressivamente e em uma única linha, coexistindo uma relação muitas vezes complexa entre as rupturas e as resistências.⁴³ Assim, se não encontramos Comte, Littré, Spencer ou Haeckel, para ficar apenas com alguns exemplos da “cohorta de sábios e philosophos, que illustraram os últimos tempos”,⁴⁴ como dizia Silvio Romero, isso não significava, necessariamente, que João Theodoro estivesse defasado em relação à sua época. Vale considerar também que a concepção de “atualidade” como um elemento positivo da qualidade das bibliotecas, e mesmo de referenciais teóricos, é uma noção criada no final do século XIX e começo do século XX. Antes disso, era justamente o caráter tradicional que os legitimava.⁴⁵

Em relação ao período das obras,⁴⁶ a dinâmica não se diferencia muito daquela das gerações dos autores, pois seguem a mesma lógica. Mas consideramos pertinente analisá-las separadamente, porque elas podem revelar não apenas informações sobre os hábitos de consumo de livros e ideias absorvidas por João Theodoro, mas também algumas pistas sobre o comércio livreiro em São Paulo.

Das cem obras cujas datas da primeira edição foram identificadas, vemos que apenas 7 são do século XVIII. Dez obras foram produzidas no primeiro quartel do século XIX, 27 obras no segundo, e 56, no terceiro quartel. Mais uma vez notamos o interesse de João Theodoro por obras recentes, sobretudo se considerarmos que 16% delas eram da década de 1870. Mas também percebemos que, apesar do número de livrarias não ser tão grande, as que existiam,

⁴³ MORNET, Daniel. Les enseignements des bibliothèques privées 1750-1780. *Revue d'Histoire littéraire de la France*, Paris, Librairie Armand Colin, nº. 3, 17^e année, p. 449-496, jul-sep. 1910, p. 480-490.

⁴⁴ ROMERO, Silvio, *op. cit.*, p. 55.

⁴⁵ Martine Poulain afirma que essa ideia é muito recente, e sua valorização só aparece, de fato – e principalmente para as bibliotecas públicas – no século XX, a partir de um novo consenso sobre as coleções. Ela afirma que « Le nouveau consensus contemporain fait en effet l'apologie de l'écrit en mouvement, de la vitesse, de l'actualité, de la diversité, de la sélection par l'obsolescence, de l'information perpétuellement évolutive au détriment des savoirs constitués, de la recherche personnelle au détriment de l'enseignement du maître, etc. » FOUCHE, Pascal ; MELLON, Jean-Dominique ; NAVE, Alain ; [et al.] (Dir.). *Dictionnaire encyclopédique du livre*. 3 vols. Paris : Éd. du Cercle de la librairie, cop. 2002, vol. 1, A-D, p. 291-292.

⁴⁶ Nessa estimativa consideramos a data das primeiras edições, porque além de não saber quais edições João Theodoro possuía, também consideramos que o momento da concepção das obras e as datas que elas vieram a lume são mais importantes para nós.

mesmo com certos limites, davam conta de colocar São Paulo a par de algumas novidades da época.

Voltando a Anatole Louis Garraux e sua livraria – primeiro em sociedade com De Lailhacar, depois sem ele – Marisa Midori mostra que, de fato, a variedade dos títulos era extensa e bastante heterogênea. O catálogo de 1872 apresentava uma “seção inovadora que buscava situar o leitor, como escreveu Eduardo Frieiro, no meridiano francês. Tratavam-se das obras referentes aos acontecimentos políticos da França”.⁴⁷ De fato, encontramos na biblioteca de João Theodoro a obra de Frédéric Lock, *La Commune*. A obra, que veio à luz em 1871, já estava disponível no catálogo da Casa Garraux de 1872. Da mesma forma, a obra do próprio João Theodoro se encontrava à venda na livraria no ano seguinte após ter saído do prelo, conforme mostra o anúncio encontrado no *Correio Paulistano*, de 28 de março de 1877. O anúncio diz: “Acha-se á venda na livraria A. L. Garraux & C^a Theoria Transcendental do Direito. Essa obra já tão recommendavel pelo nome de seu autor o sr. dr. João Theodoro Xavier foi agora adoptada para compendio do curso juridico.”

Imagem 17 – Anúncio de *Theoria Transcendental do Direito*

Fonte: *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 de março de 1877, pag. 3

Se olharmos para os títulos dos livros presentes na biblioteca de nosso lente, percebemos claramente a predominância das obras jurídicas, de legislação, de filosofia e de administração, fato que se explica facilmente em função da profissão de João Theodoro, tanto como professor quanto como político e administrador público. Mas apontaremos, inicialmente, algumas características gerais de sua biblioteca no que se refere às obras que não se relacionavam diretamente à sua atuação, pois a atração por temas diversos também é parte fundamental da formação intelectual e, de alguma forma, podem revelar traços dela.

⁴⁷ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011, p. 337.

As ciências naturais despertavam bastante interesse e tinham forte reputação no século XIX, sobretudo a partir da segunda metade. Os intelectuais das mais diversas áreas se interessavam por ela, inclusive como uma forma de se inserir nas discussões do século. João Theodoro Xavier, apesar de não possuir muitas obras a respeito, as tinha bem distribuídas entre as áreas. Possuía o *Cours de Physique expérimentale et de chimie*, de Pierre Jacotot (1755-1821), cuja primeira edição é de 1800 e o *Dictionnaire de chimie et de physique* de Hoefffer (1811-1878), de 1846.

Além desses, encontramos o *Tratado de Medicina e de outros variados interesses do Brazil e da humanidade*, de do brasileiro Fortunato Raphael Nogueira Penido (?-1867/1870), que apesar de sua formação jurídica, tinha conhecimentos sobre outras ciências. Mencionamos o livro aqui, pois, a despeito de na segunda parte o autor tratar de temas como a instrução pública, as vias de comunicação, o sistema eleitoral e questões de foro civil e criminal, entre outros, a primeira parte é toda dedicada a questões da medicina.⁴⁸ Vale ressaltar que esse caráter enciclopédico da obra não se afastava das características do conhecimento, no século XIX, embora a tendência fosse uma gradativa especialização das áreas. Nesse sentido, ela pode demonstrar uma certa inclinação do próprio João Theodoro à essa forma mais “tradicional” das ciências.

Vemos também o *La vie des animaux: histoire naturelle, biographique et anecdotique des animaux*, de Jonatham Franklin, do qual existiu uma versão anterior em inglês, que imaginamos ser a original; e do astrônomo Camille Flammarion (1842-1925) – que também foi uma figura de destaque na divulgação do espiritismo de Allain Kardec – tinha o *Pluralité des mondes habités* (1862) e o *Les terres du ciel* (1877). Vale notar a ausência dos naturalistas em voga como Charles Darwin, Haeckel e Spencer, por exemplo, mas, ao mesmo tempo, pontuar que a maior parte desses livros era recente à época.

Quanto à literatura, poesia, teatro etc., sua biblioteca deixa um pouco a desejar. Não podemos dizer que ele não tenha lido ou mesmo possuído outras obras, mas as que ficaram para serem inventariadas são poucas. Pensando na hipótese levantada por Márcia Abreu de que os livros guardados seriam aqueles de utilização mais perene, como os de caráter técnico e ligados à profissão, em detrimento dos de belas-letas, que poderiam ter uma circulação mais fluida

⁴⁸ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902; Conselho Federal de Cultura, 1970, vol. 2, p. 369-370.

entre as pessoas,⁴⁹ não podemos descartar a hipótese de que João Theodoro pudesse tê-los possuído, mas também não podemos afirmá-la.

Encontramos uma obra intitulada *Thesouro Literário*, sem nenhuma outra referência, mas imaginamos que possa se tratar do *Thesouro Litterario ou Collecção de máximas, pensamentos, aphorismos, definições, reflexões, notícias e trechos extrahido dos mais célebres escriptores sagrados e profanos, nacionaes e estrangeiros, sobre assumptos religiosos, Civis, Politicos e Litterarios* (1873), de Antonio Manoel dos Reis; o *Études de la Littérature*, de Villemain, que supomos ser uma das coletâneas de suas obras, editada em 1846, intitulada *Études de la littérature ancienne et étrangère*; três volumes da obra *Os filhos do Capitão Grant*, de Júlio Verne; e o *Ensaio dramáticos* de Diogo de Mendonça, de 1872. Diogo de Mendonça era estudante da Academia de Direito e dramaturgo.⁵⁰

Outra ausência que chama bastante atenção na sua biblioteca é a escassez de obras de referência, pois encontramos apenas o referido *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva. Considerando a enorme presença de obras em francês, a ausência de ao menos um dicionário desse idioma poderia indicar um grande domínio da língua. Essa questão, porém, não seria novidade, já que para ingressar no curso jurídico esse conhecimento era uma exigência. Remarquemos, todavia, que a ausência de dicionários de outras línguas segue a mesma lógica da ausência de obras escritas neles.

Por outro lado, a parte de obras com conteúdo histórico é bem mais considerável, com cerca de 24 títulos entre os que conseguimos identificar. São obras de História Universal, como o *Histoire Universelle* de Le Bas e a obra de mesmo título de Comte de Ségur – mesmo autor do qual Brotero havia encomendado o *Ancient Hystory*; História do Brasil, com *História Pátria*, de Américo Brasiliense, que não sabemos se tratar do *Exposições de História Pátria* ou *Lições de História Pátria*; e o livro *Histoire du Brésil*, de Ferdinand Denis; História da França, incluindo o *Histoire de la Révolution Française*, de Thiers, e o *Histoire de Napoléon*, de Regnaut, entre outros.

A história cumpria um papel importante para João Theodoro na definição do Direito, como veremos mais adiante, a propósito de seu próprio livro. Mas apenas para dar uma ideia inicial, ao esboçar o plano da obra, ele diz:

⁴⁹ ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 180-181.

⁵⁰ AZEVEDO, Elizabeth R. *Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000, p. 78.

As regras e os exemplos historicos correspondem em toda obra á duas linhas distinctas, porém paralellas. Animando aquellas e estes um só corpo scientifico, o revestem de dous eminentes attributos a – *exactidão* e a *facilidade*. [grifos do autor]

He o fecundo consorcio do raciocinio e das verdades reflectidas com a rectidão do bom senso; he a incarnação do espirito da sciencia.

Assim evitamos o sacrificio dos verdadeiros principios á mania dos sistemas. Só a história nos garante ou nos corrige deste furor de generalizar os factos, que suppõem e mantem a ignorancia, favorece a indolencia, alimenta e desinvolve o orgulho, impondo, pela estreiteza das idéas, aos homens e aos povos o supplicio imaginado por Procusto. A obra immortal do espirito das leis, observa Ancillon, he o mais bello commentario desta importante verdade. Historia raciocinada de todos os governos deve ser pra sempre, debaixo deste aspecto, o manual de todos os politicos e de todos os legisladores.⁵¹

Dessa forma, é natural que na sua biblioteca apareçam várias obras desse gênero. Notemos apenas que para João Theodoro os exemplos históricos, refletidos com base na razão, são a encarnação do espírito da ciência, daí sua importância.

Quanto às obras de caráter jurídico, não fizemos uma separação temática muito rígida, ponderando o risco de cometer anacronismos na classificação, e mesmo equívocos, dada a impossibilidade de conhecer o conteúdo de todas elas. Por isso, consideramos em conjunto os livros de direito de todas as áreas (civil, romano, comercial, criminal, penal etc.), legislação, filosofia, filosofia do direito, política, economia política, manuais e tratados da prática jurídica etc., encontrando cerca de 115 obras.

Sobre as obras filosóficas, cabe uma explicação. Conforme o que expusemos na introdução desta segunda parte do trabalho, muitos filósofos, sobretudo os do século XVIII, se debruçaram sobre temas que tocavam na questão da organização da sociedade, do Estado e da natureza da legislação, e tinham enorme importância nas formulações sobre o direito natural. É por esses motivos que as incluímos aqui. O mesmo se aplica à economia política, que além de integrar os argumentos que embasavam o direito natural, tinha uma cadeira dedicada a ela na Academia de Direito de São Paulo.

Assim, feitas essas observações, se considerarmos que a biblioteca de João Theodoro era composta por 187 títulos, vemos que esse último grupo representa 61,5% do total. O que podemos sublinhar é que nesse conjunto de obras jurídicas, as mais diversas áreas estão contempladas. Talvez isso se explique pelo fato de que, durante o período em que foi lente substituto, João Theodoro ministrou aulas em diversas cadeiras. Sabemos que ele deu cursos de

⁵¹ XAVIER, João Theodoro. *Theoria Transcendental do Direito*. São Paulo: Typographia Seckler, 1876, pag. VII-VIII.

Direito Civil,⁵² Direito Constitucional e Direito das Gentes e Diplomacia,⁵³ antes de se tornar catedrático. Após essa mudança, além do Direito Natural, ele se ocupou, em algumas ocasiões, da disciplina de Direito Internacional.⁵⁴

No entanto, uma das proposições feitas por ele na *Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Direito de São Paulo durante o anno de 1862*,⁵⁵ pode revelar outras motivações para essa pluralidade em sua biblioteca e, até mesmo, para a sua atuação em diversas áreas na Academia. Ao tratar dos melhoramentos que poderiam ser feitos referentes ao corpo docente, João Theodoro propõe que os lentes ministrassem cursos em diferentes cadeiras ao longo de suas carreiras, justificando-se da seguinte maneira:

A renovação anual das matérias, destinadas às preleções do mestre, plantará nele animação fértil e vigorosa. Vivificada a inteligência, pelos atrativos da novidade, - o estudo será para ela um triunfo, - o ensino diário outras tantas provocações salutares a novas conquistas.

Pelo contrário, a fastidiosa unidade atrofia e mata os mais vivos entusiasmos. A grande soma de conhecimentos, adquiridos na regência de uma cadeira, durante um ou mais anos letivos, dispensa mais aprofundados estudos, para cumprimento dos deveres do magistério. Consagrar, entretanto, longas horas para avivar questões e soluções já sabidas, seria trabalho tão afanoso quanto árido, e, talvez, ridículo. Ilustrar o espírito em matérias e ciências diversas, é condenar, por estéril, o sistema atual de imobilidade... O tempo e a imobilidade desanimam e gelam as mais vigorosas capacidades...

A profundidade, que poderia ser adquirida pela circunscrição do ensino a uma só matéria, - nada perderia com a aplicação dos princípios que sustentam.

A tumular monotonia, que flagela o magistério, forçando-o à repetição anual de uma pequena quantidade de questões elementares, que não compreendem talvez a décima parte das matérias do ensino, não é seguramente motor eficaz para o estudo aprofundado dos grandes problemas.

A instrução variada, pelo contrário, sobre todas as ciências, complementares do curso de Direito, é o melhor fautor de tão lisongeiros resultados.

Essa rica profusão de princípios, que constituem a feição característica de cada uma, repousa sobre a base comum, e entrelaçamento geral. Tornar-se, pois, consumado em uma delas, não é circunscrever-se a estudos técnicos, e sim remontar a noções cardeais, e auxiliares de outras ciências.

Só é possível conceber-se conhecimentos vastos e aprofundados da administração, em um publicista, que, por sua vez, será muito medíocre, ignorando os princípios da filosofia do Direito.

Não haverá também comercialista, que não seja, ao mesmo tempo, economista; ou jurisconsulto, que desconheça as leis supremas do direito racional. O mesmo poderemos dizer, quanto aos diferentes ramos das leis civis, materiais e formulárias.

⁵² VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 29.

⁵³ *Ibidem*, p. 9.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 29.

⁵⁵ MATTOS, João Theodoro Xavier (Apud) VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 122-123.

É interessante notar o projeto de uma formação ampla que corresponde às ideias do Século das Luzes, contrariando as tendências dominantes do fim do século XIX. Tânia Bessone já havia notado uma propensão à especialização cada vez mais forte das bibliotecas privadas, no período que vai do final do século XIX ao começo do XX.⁵⁶ Da mesma forma, Silvio Romero, um dos porta-vozes das novas orientações e grande entusiasta da chegada do “bando de ideias novas” no Brasil, também fazia esse diagnóstico. Em um determinado ponto, ao analisar a obra de Luiz Pereira Barreto, *As Tres Filosofias*, no que se referia ao positivismo, Silvio Romero previa o fim da filosofia em função de sua generalidade, e revelava sua visão sobre a especialização cada vez mais profunda trazida pelo desenvolvimento das ciências:

A declaração [de Comte] devia, porém, ter sido mais formal e completa, indicando como alvo supremo, para onde vamos caminhando, a supressão futura de semelhante sciencia, por inútil. O estado actual de fraccionamento de nossos conhecimentos exige esta recapitulação de todos elles, como um estudo á parte. É de esperar que o progresso permita esta synthese sem as difficuldades, hoje existentes, e sem o recurso indêbito a uma organização scientifica particular.⁵⁷

Mas, para além da crença de João Theodoro na importância de uma formação abrangente, muitas obras que aparecem em sua biblioteca relacionavam-se às atividades políticas e administrativas que ele exerceu. Vemos, por exemplo, 20 volumes de relatórios de diversos ministérios; um sobre instrução pública; o *Estudo Practico sobre a administração das Províncias do Brasil*, do Visconde de Uruguay; o *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia, exm. sr. dr. Sebastião José Pereira* – que o sucedeu nesse cargo; um outro sobre o orçamento de 1874 a 1875 – período em que ele próprio foi presidente; e dois referentes a estradas de ferro: *Prolongamento da Estrada de Ferro São Paulo* e *Contractos para a Estrada de Ferro*. Para além da utilidade prática, é válido pontuar que esses dois últimos livros também sinalizavam os novos ventos que sopravam na província.

Ainda sobre esses novos ventos, aparecem os dois livros que indicamos sobre o Brasil nas exposições universais – um sobre a de Viena, em 1873, e outro sobre a da Filadélfia, em 1876. Realizada pela primeira vez em Londres, no ano de 1851, as Exposições Universais eram o grande símbolo da modernidade e do triunfo da burguesia ocidental, e o Brasil começou a

⁵⁶ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 108.

⁵⁷ ROMERO, Silvio. *A Philosophia no Brasil: ensaio crítico*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1878, p. 70.

tomar parte nelas já na terceira edição, em 1862, sendo Pedro II o seu principal incentivador. Segundo Lilia Mortiz Schwarcz,

[...] para a concepção do estande que iria representar o Brasil nos certames estrangeiros, havia toda uma sistemática interna que garantia a qualidade do pavilhão nacional. Em primeiro lugar, cada província realizava suas feiras prévias e os produtos então escolhidos eram enviados para uma mostra nacional, onde seriam selecionados para a feira mundial. Só então é que o Brasil estava pronto para apresentar uma exibição fora de seu território.

As exposições nacionais eram, por sua vez, organizadas e patrocinadas diretamente pelo imperador, que distribuía quatro categorias de prêmios: medalha de prata, medalha de cobre, menção honrosa e prêmio extraordinário e fora do comum. E essas mostras não eram pequenas.

[...]

O governo imperial financiava esses eventos com exclusividade, mesmo sabendo que as despesas eram sempre maiores que a receita. [...] o que parece indicar que o Império investia nas exposições não pensando em seu retorno imediato, mas antes na propaganda e na visibilidade que propiciavam. O vínculo entre as mostras internacionais e o imperador era de tal monta que não deixa de ser revelador o fato de a primeira exposição nacional ter sido aberta na ocasião do aniversário de d. Pedro II. Aí estava uma bela forma de homenagear o seu maior incentivador e, mais uma vez, de “tornar memorável a sua imperial figura”.⁵⁸

Assim, foi nesse contexto que João Theodoro realizou a Exposição Provincial de Produtos e Objetos destinados à Exposição Internacional da Filadélfia,⁵⁹ em 1875, quando era presidente da província, justificando também a presença dos livros mencionados.

Entrando na questão das múltiplas relações entre “ter” e “ler”,⁶⁰ a biblioteca do nosso lente deixa suas reticências. E isso se torna bastante claro quando observamos as obras citadas por ele na *Theoria Transcendental do Direito*: algumas das mais utilizadas não aparecem entre os seus livros. Por se tratar de muitas citações, fizemos um quadro para facilitar a visualização. Transcrevemos exatamente como essas menções apareciam no livro, visto que após os autores e títulos, em alguns casos, João Theodoro indicava as páginas, capítulos ou volumes, de onde ele havia extraído as ideias ou trechos.

⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 394.

⁵⁹ GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 128-129.

⁶⁰ MORNET, Daniel. Les enseignements des bibliothèques privées 1750-1780. *Revue d'Histoire littéraire de la France*, Paris, Librairie Armand Colin, nº. 3, 17^e année, p. 449-496, jul-sep. 1910, p. 451-452.

Quadro 41 - Obras citadas em *Theoria Transcendental do Direito*

Ahrens, <i>Direito Natural</i> , pag. 35; pag.124.
Aristóteles, em sua <i>Politica</i> , L.12, Cap. 10.
Bayle, em sua <i>Critica da historia do cristianismo</i> , p. 233.
Belime, <i>Direito Natural</i> , v. 2, pag. 502.
Belime, <i>Philosophia do direito</i> , Tit. 1º, pag. 84; v. 1º.
Boulainvilliers, <i>vida de Mahomet</i> .
Büchner, <i>Sciencias Naturaes</i> .
Casper, <i>Medicina Legal</i> .
Chevron, <i>Annaes da Propagação da Fé de 1842</i> .
Comde Leopoldo Berchtold, impressas com o titulo ensaio sobre a estenção da Beneficencia para com os homens e para com os animais em Lisboa 1793.
Corrêa Telles, <i>Theoria da interpretação das leis</i> , pag. 17.
Courcell Seneil, <i>Sobre a sciencia social</i> , pag. 358.
Cousin, <i>Do verdadeiro, do bello e do Bem</i> , lição 14, pag. 356,
Cousin, <i>Historia da philosophia moderna</i> , v. 2 pag. 201; lições 7ª e 8ª v. 2º; pag. 199;
Cousin, <i>O mysticismo na India</i> , <i>Historia da Philosophia moderna</i> , lição 6ª
Cousin, <i>Philosophia Moral</i> , 1ª lição, pag. 10; 1º vol., 1ª lição, pag. 14 e 15; 8ª lição sobre Hobbes, pag. 237; V. 2º.
Demares (Demazes), <i>Penalidades antigas</i> .
Dupin, em suas <i>observações sobre o Espirito das leis</i> .
Ecchorn, <i>Historia do Direito Publico e privado no Imperio Germanico</i> .
Felice, <i>Direito Natural</i> .
Ferreira Dias, <i>Philosophia do Direito</i> , lição 9ª pag. 196.
Ferrer, <i>Direito Natural</i> , § 13; § 20.
Garcilano, <i>Historia das guerras civis dos Hephahões</i> .
Giraud, <i>Historia do Direito Romano</i> .
Griman, <i>Antiguidades do Direito Allemão</i> .
Hobbes, em seo <i>Livro do Cidadão</i> .
Hugo, <i>Historia do Direito Romano</i> .
Hugo, <i>Manual da Philosophia de Direito Positivo</i> .
J. P. Gleisberg (Leipzic. 1861) – <i>Do instincto, da vontade, e da vida dos animaes</i> .
Jouffroy, <i>Direito Natural</i> , (V. 1º, pag. 473; vol. 2º pag. 287; Vol. 2 pag. 243; 1ª lição, pag. 20; pag. 16; Tit. 1º, pag. 385.)
Jouffroy, <i>Miscellaneas philosophicas</i> .
Kant, <i>Introdução da metaphysica dos costumes</i> , § 1º pag. 14, 24.
Kant, <i>Metaphysica do direito</i> , anotada por Joseph Tissot. Introdução, pag. 41; pag. 23.
L. F. Schon, <i>Philosophia Transcendental</i> .
Le Place, <i>Sciencia do direito</i> , V. 1, pag. 115.
Lex, <i>Burg. Tit. II</i> .
Loubére, <i>Relatorio do Reino de Siam</i> .

Paulo de Caillu, <i>Viagens e aventuras na Africa equatorial</i> – Pariz – 1863.
Platão e Plutarcho, <i>República, L.9º - e obras moraes.</i>
Platão no <i>Sophista</i> .
Platão, <i>Leis, Livro 12.</i>
Puffendorf, em sua <i>Historia do Universo</i> .
Savigny, <i>Sistema do Direito Romano actual.</i>
Savigny, <i>Vocação de nosso tempo para a legislação.</i>
Suetonio, in <i>Calig.</i> , cap. 34.
Thiercelin, <i>Principios de direito</i> , pag. 19.
Tiberghien, <i>Geração dos conhecimentos humanos.</i>
Tiberghien, <i>Geração dos conhecimentos</i> , pag. 781.
Tissot, <i>Direito Criminal</i> , C. 2 e 3 pag. 14.
Voltaire, seos commentarios ao <i>Espirito das Leis</i> .
SEM AUTOR, <i>Verdadeiros principios da democracia</i> , pag. 225 e seguintes.

São 51 títulos e 39 autores que não aparecem entre os livros inventariados. Na verdade, Cousin apresenta-se entre eles, mas sem menção dos títulos. Corrêa Telles também está presente, mas com duas obras diferentes da mencionada. Nos casos em que João Theodoro indicava as páginas, capítulos, volumes etc., poderíamos supor que ele tivesse os livros à mão. Isso poderia levantar algumas hipóteses: ou os livros não foram inventariados de forma completa; ou nosso lente teria se desfeito deles antes de seu falecimento; ou, ainda, é possível que ele se baseasse em exemplares emprestados de alguma biblioteca ou de outra pessoa.

Porém, em alguns casos, o próprio João Theodoro indicava que as ideias haviam sido retiradas da análise de outros autores, ou seja, que eram citações de segunda mão. Mas quando isso ocorria, ou pelo menos quando é perceptível, os detalhes do livro citado com as páginas, volumes e capítulos não apareciam e, às vezes, nem o título da obra como, por exemplo, quando o autor explicava a doutrina de Fergusson:

Fergusson, Philosopho Ecossez, sustenta que “Lei physica – é o facto geral e constante, e que a lei moral só existe emquanto obrigatoria”. Transparece na primeira parte o vicio radical do sistema – e empirismo, a confusão do que é, e da razão de ser – do facto e do princio.
Cousin, *Philosophia Moral*, V. 2º.⁶¹

Às vezes o título vinha indicado, mas fica claro que os autores são citados através de outros. Podemos notar esse processo quando João Theodoro discorre sobre a Escola Histórica:

⁶¹ XAVIER, João Theodoro. *Theoria Transcendental do Direito*. São Paulo: Typographia Seckler, 1876, pag. 31.

Ahrens pag. 27, e Belime V. 1º pag 234 citão os nomes auctorizados dos representantes da escola historica:

O celebre orador Burke da Inglaterra, que empregou os vastos recursos de sua eloquencia contra as doutrinas e actos da revolução francesa de 1789, predizendo como propheta as peripecias d'aquelle drama politico.

Savigny, distinctissimo jurisconsulto allemão, expoz os principios com lucidez, precisão, e methodo e, seo celebre escripto (vocação de nosso tempo para a legislação) e no sistema do Direito Romano actual.

Hugo (em Geottingue) Historia do Direito Romano, manual da Philosophia de Direito Positivo.

Ecchorn, autor da historia do Direito Publico e privado no Imperio Germanico.

Griman, autor das antiguidades do Direito Allemão.

M. Giraud (em França) autor da historia do Direito Romano.

M. Laboulaye, autor de muitas memorias laureadas pelo Instituto⁶².

Esses exemplos são indícios de que, provavelmente, João Theodoro não teve acesso direito aos livros, apenas os mencionou. Seja como for, a única afirmação que podemos fazer é a de que os inventários, de fato, dão conta apenas de uma parte da posse privada de livros, deixando muitos silêncios, os quais, algumas vezes, podem ser preenchidos por outras fontes. Um aspecto que tinha chamado a atenção quando nos debruçamos sobre as obras inventariadas era a ausência total de autores da Antiguidade Clássica. Essa falta, de algum modo, foi suprida pela análise da obra, na qual aparecem Aristóteles, Platão, Plutarco e Suetônio. Mas, ainda assim, não podemos afirmar se João Theodoro possuía ou não os livros. Outro exemplo que vale mencionar é a presença de *Sciencias Naturais*, de Büchner, pois, conforme mencionamos, esse adepto do darwinismo fazia parte do rol dos pensadores indicados por Silvio Romero como um dos paladinos da ciência moderna, os quais havíamos apontado a falta na biblioteca.

Em seguida, vamos analisar a *Theoria Transcendental do Direito* e as atividades políticas de João Theodoro, e retomaremos algumas questões sobre as obras da sua biblioteca, pois o cotejo entre essas informações abre outras perspectivas.

6.4. João Theodoro e as Arcadas

Conforme mencionamos no início do capítulo, João Theodoro era uma figura bastante curiosa e polêmica. Tanto na sua época quanto no que ficou para a história, a ambivalência no juízo que lhe fizeram mostra que ele era criticado por uns e aclamado por outros. Acreditamos que as avaliações negativas foram, sobretudo, pautadas por diferenças políticas, pois, pelo que

⁶² XAVIER, João Theodoro. *Theoria Transcendental do Direito*. São Paulo: Typographia Seckler, 1876, pag. 225.

pudemos perceber, foi da imprensa periódica que vieram os ataques mais duros. João Theodoro era do Partido Conservador, mas sua prática política peculiar conseguia angariar afetos e desafetos tanto nesse partido quanto no Partido Liberal. Para além das disputas políticas, o que restam são relatos sobre a sua “extravagância”, “excentricidade” e “esquisitices”.

Os que, há mais de vinte anos, deixaram a academia de S. Paulo conheceram esta figura profundamente original, que nunca mais se lhes havia de apagar da memória.

Era excêntrico desde o físico usava umas calças de ganga amarela, únicas, em constante disparate com a sobrecasaca e quartola solenes; trazia a barba de um corte especial, curta e em facha, como um lenço preto amarrado aos queixos, no rosto enorme e comprido, onde avultava a testa inteligente; o bigode hirsuto e quase rente, da escola a que mais tarde se havia de filiar o do dr. Felisbello Freire. Dir-se-ia até que fora procurada a elefantíase, ou não sei que outra moléstia hedionda, que o aleijava em uma das pernas.

Na ordem do espírito e dos costumes, era a mais estranha individualidade que tenho até hoje encontrado⁶³.

Lúcio de Mendonça, que fez esse relato, foi um grande crítico de João Theodoro durante seu governo, atacando-o com frequência através do jornal *O Ônibus*.⁶⁴ Entretanto, mesmo Almeida Nogueira, que parecia ser um pouco mais suave com o nosso personagem, não deixa de apontar essas características “estranhas”:

Personalidade das mais curiosas e contraditórias, o dr. João Teodoro foi um administrador capaz, enérgico e progressista, a quem a cidade de São Paulo ficou devendo inúmeros e notáveis e melhoramentos. Revelou sempre, nas suas atitudes, honradez e bondade. Havia nele, porém, nos seus hábitos, qualquer coisa de original, de extravagante, que fazia com que muita gente o considerasse um tanto ou quanto... maluco⁶⁵.

Para completar o quadro, ao que parece, João Theodoro também tinha um problema vocal. Vita, ao mencionar os ataques que a imprensa fazia a ele cotidianamente, relata que:

Aos defeitos físicos, porque não era bom orador devido à deficiência dos órgãos vocais o jornal “O Futuro” publica contra êle êste tópico, cheio de malignidade:

“Corre que acha-se no prelo e será brevemente dada à luz uma obre importantíssima, intitulada: “Guia dos Oradores”, E’ da lavra do Dr. João

⁶³ MENDONÇA, Lúcio de. *Esboços e perfis; Horas do bom tempo: memórias e fantasias*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 181-182.

⁶⁴ VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 19.

⁶⁵ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 205.

Teodoro”. E mais adiante, diz o articulista: “O novo método João Teodoriano encerra a vantagem de afugentar o auditório, levando aos mais pachorrentos um sono tão profundo, com o se fôra cusado pelo ópio”.⁶⁶

Como professor da Academia de Direito não temos informações muito precisas, pelo menos do ponto de vista dos alunos. Era chamado de diabo-coxo por eles, aparentemente, em função do problema que tinha na perna, mas, pelos relatos que aparecem, não é possível perceber com clareza o juízo que os alunos faziam do professor. A expressão “diabo coxo” era bastante conhecida no período tanto em função da obra *El Diablo Cojuelo*, do espanhol Luís Vélez de Guevara, datada do século XVII, e do livro Setecentista de Alain-René Lesage, *Le Diable Boiteux*, quanto do primeiro periódico humorístico e ilustrado de São Paulo, fundado por Angelo Agostini e Luiz Gama, em 1864.

Para além do problema na perna, a motivação do apelido não é explicitada em nenhum relato, apesar de alguns indícios relacionados à postura de João Theodoro para com os alunos, apontados por Almeida Nogueira, darem algumas pistas:

A cadeira de Direito Natural foi regida pelo illustre dr. João Theodoro, que, *sempre zombeteiro, não cessava de escarnecer dos caloiros*, ora antepondo nas sabbatinas a deffendentes provecos... pela idade ou pelas barbas, como José Felipe, Coelho de Moraes, Ramiro, Alberto Miranda, Melchiades, arguentes imberbes, juvenis, como Rubião, Ottoni, Carlos de Carvalho, Porfirio, etc., *ora expendendo doutrinas exdruxulas, talvez para experimentar até a que ponto chegava a receptividade mental dos seos alumnos*⁶⁷. [grifos nossos]

⁶⁶ VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 19.

⁶⁷ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, v. 5, p. 263-264.

Imagem 18 – Frontispício do jornal *Diabo Coxo*, de dezembro de 1864

Fonte: GAMA, Luís. *Diabo Coxo: São Paulo, 1864-1865*. Edição fac-similar. São Paulo: Edusp, 2005.

Imagem 19 – Retrato de João Theodoro Xavier

João Theodoro Xavier de Matos

Fonte: SÃO PAULO (Prefeitura). *IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1954, p. 466.

Uma das histórias a que se refere o trecho transcrito, sobre as “doutrinas exdruxulas”, provavelmente se relacionava com às ideias discutidas em classe por João Theodoro. No seu livro, que foi escrito com base na estrutura do curso e nas aulas que ministrava, o último capítulo é dedicado às “Excentricidades do último século”, no qual ele discorria sobre o direito dos animais. Apesar de tratar essas ideias como meras excentricidades, João Theodoro dedicou não só um capítulo do seu livro, como também uma parte de seu curso a elas. Um dos relatos de Almeida Nogueira é justamente um embate em classe sobre o tema, em função de uma zombaria do estudante Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho Júnior:

Arguia-o o dr. João Theodoro e com argumentos sofisticados procurava demonstrar que – os animais têm direitos, tanto como o homem.

Ao cabo de razões, Miguel de Carvalho replica:

- Pois se assim é, figure a Cadeira que está viajando a cavalo. Imagine que, no meio do caminho, se dá o cavalo por fatigado...

- Que se segue então?

- Pois se o cavalo tem direitos como os tem o homem...

- E tem-os.

- ... nesse caso, poderia ele exigir que se apeasse o cavaleiro e se invertessem os papéis.

Toda a aula abafou o riso e o dr. João Theodoro com mau humor observou que o respondente deveria ter posto o caso em si. E bruscamente deu por terminada a lição⁶⁸.

Lúcio de Mendonça faz um outro relato a respeito dessa mesma polêmica sobre o direito dos animais:

Na sua cadeira na academia, divertia-se em ensinar paradoxos aos calouros; uma vez que um deles foi repetir a doutrina da Cadeira na outra aula, a de Direito Romano, do severo jurisconsulto Crispiniano Soares, não se pôde este conter e, encontrando-se fora com o colega, interpelou-o:

- Ó homem! para que anda você a dizer aos rapazes que os animais têm direitos?! Um deles saiu-se-me lá, outro dia, com esta asneira.

- E já você o ficou conhecendo como todo o direito... a uma reprovação no fim do ano. É exatamente para isso que serve a minha aula; trato de a tornar um curso de ginástica da inteligência⁶⁹.

Não sabemos de fato qual era a intenção de João Theodoro ao incluir essa matéria no seu livro e no seu curso. De qualquer forma, Dante Alighieri Vita diz que João Theodoro

⁶⁸ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantes, Estudantes*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 5, pag. 288-289.

⁶⁹ MENDONÇA, Lúcio de. *Esboços e perfis; Horas do bom tempo: memórias e fantasias*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 184.

“gostava imenso de ouvir e discutir e ria-se a valer dos despautérios que saíam dessas discussões. Amava os contrastes e os sofismas e ninguém, di-lo o Dr. Pinto Ferraz, sofismava com mais talento”.⁷⁰ Spencer Vampré reproduz uma anedota, relatada por Lúcio Mendonça, sobre um debate entre nosso lente e seus alunos:

Ora, acontecera em todas as sabatinas anteriores, que João Teodoro chamara invariavelmente um meninote, de cara alegre de alemão, já como arguente, já como defendente.

Naquela aula faltava só um para completar o número, e João Teodoro circunvagava os olhos pela sala, quando se levantou o rapaz, com cara de alemão, e foi sentar-se na única cadeira vazia em frente à cátedra.

- “Mas, quem o chamou?” – perguntou o lente, - fingindo-se zangado, para embatucar o calouro.

- “Vim *ex-offício*!”

Não é preciso dizer que, tanto o lente, como o auditório, salvaram essa resposta com estrepitosa gargalhada.

O mais curioso, porém, foi a objeção, que apresentou este calouro:

- “Meu colega! A cadeira (assim se designava o professor) nos disse, em uma de suas últimas preleções, que a origem primária dos direitos é Deus; tanto vale dizer que foi Deus quem deu os direitos ao homem; mas, anteriormente, já nos ensinara que Deus, como ente perfeito, a quem nada mais resta conseguir, não tem direitos, que só se justificam pela natureza contingente do homem.

Logo, Deus deu o que não tem, o que não lhe pertence; logo Deus está incurso no Art. 257 do Código Criminal!”

Foi uma explosão de hilaridade, em toda a sala, dos últimos bancos até a cátedra, sobre a qual João Teodoro estourava de rir.

Afinal, depois de alguns minutos, com gesto, conseguiu João Teodoro impôr silêncio:

- “Responda! Responda! A objeção é de toda procedência.”

O defendente teve uma boa saída:

- “Não posso responder a esta objeção, meu caro colega, porque estou sendo arguido em Direito Natural, e esta objeção só cabe em Direito Criminal, se não em Direito Eclesiástico.”

João Teodoro concordou, gravemente, que assim era, e continuou a arguição, sobre outro argumento.⁷¹

Mesmo que sejam só anedotas, é válido ressaltar essa imagem de João Theodoro que ficou gravada nas memórias sobre a Academia de Direito como um professor brincalhão, que gostava dos debates e das polêmicas. Veremos no capítulo seguinte, quão diferente foi a imagem deixada por Sá e Benevides, sobretudo nesse aspecto.

⁷⁰ VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 24.

⁷¹ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 77-78.

6.5. A *Theoria Transcendental do Direito*

Para além das brincadeiras e excentricidades de João Theodoro, é importante analisar o conteúdo de suas aulas para tentar, ao menos, nos aproximar das ideias que, talvez, fossem mais sérias para ele dos que as supostas discussões banais. A leitura de seu compêndio, que era basicamente o roteiro da disciplina de Direito Natural, esclarece bastante sua posição como intelectual e político.

A *Theoria Transcendental do Direito* foi publicada em 1876, dois anos antes de seu falecimento. Não se pode afirmar que seja uma obra da maturidade do autor, porque João Theodoro faleceu novo, pelo menos em relação a Brotero e a José Maria Corrêa de Sá de Benevides. Mas também, não se pode dizer o contrário, visto que ele tinha 48 anos de idade quando coligiu suas lições e 16 anos de experiência como lente, sendo 6 deles na função de catedrático de Direito Natural.

O livro é composto por sete capítulos, distribuídos em 344 parágrafos e 362 páginas. Antes de entrar nos capítulos, João Theodoro faz uma espécie de introdução explicando a motivação que o levou a escrever o livro e os caminhos pelos quais pretendia seguir, da qual selecionamos alguns trechos:

A verdade e o methodo forão as idéas capitaes, que dirigirão nossos pensamentos.

Determinarão o fim da longa viagem da intelligencia pelos dominios das leis philosophicas da justiça, e servirão-lhe ao mesmo tempo de seguro itinerario. [...]

Prezo pelo interesse de unidade, pela connexão, e pelo intrelaçamento das questões, deixamos algumas vezes as fronteiras do direito philosophico, para em vasta escala dominarmos toda a materia. O grande problema da descriminação entre a moral e o direito, e o fertilissimo estudo dos sistemas empiricos, racionais e harmonicos forão elevados a esta altura para não perderem em clareza e verdade com a exposição mutilada, com a critica imperfeita.

Por pouco que seja o criterio do leitor – este processo nenhum inconveniente encerrará; porque, traçadas como forão as raias do direito concebido pela Razão pura, a transição do genero a especie, da generalidade á sciencia peculiar – opera-se com extrema facilidade.

He o cazo de repetirmos com Reybeau – “as ideias vulgarizadas em uma região são como as sementes, que o vento conduz a uma zona a outra, e que, prezas dos passaros, atravessão os mares e vão germinar longe da arvore em que chegarão a sazonar-se.”

Com o fim modesto porém sincero de auxiliar o aprendizado do direito rompemos com o passado. Até hoje o compendio de Ferrer tem nesta Faculdade fornecidos os themas, e a ordem das prelecções; porém os progressos das sciencias, e a generalização dos conhecimentos patentearão sua insufficiencia, e revelarão mesmo o syncretismo de seus principios vitaes.

A formula originaria, negativa e individualista das doutrinas de Cousin e Kant constitue o espirito geral de sua obra, ao mesmo tempo que exalta e tece elle panegiricos pompozos as theorias harmonicas de Ahrens e de Krause. Nossas opiniões, amplificando a dos ultimos escriptores, prendem-se pela affinidade – mais á estes do que á aquelles. Constituem por essa mesma razão um movimento reaccionario contra os sistemas dominantes.
[...]
Confiamos entretanto no espirito investigador do seculo. Elle conciliará, como tem feito, o costume com a Razão, o passado com o progresso.⁷²

Já pela introdução, pode-se perceber que a principal motivação de seu livro foi a necessidade que ele via de superar as ideias propostas por Vicente Ferrer Neto Paiva, em seu *Elementos de Direito Natural*, que fora redigido para o curso de Coimbra, em 1844, e era adotado oficialmente na Academia de São Paulo desde a recusa do livro de Brotero.⁷³ Segundo Miguel Reale, Ferrer foi, na história da filosofia jurídico-política lusa, um autêntico representante do liberalismo na primeira metade do século XIX. Sua doutrina oscilava entre o jusnaturalismo metafísico e dogmático de Krause e o idealismo crítico de Kant, cuja conciliação, para Miguel Reale, parecia inviável, dado que o propósito de Krause era justamente o de mitigar o individualismo da teoria kantiana.⁷⁴ Nesse sentido, nosso lente declarava estar mais em sintonia com este e com Ahrens do que com Cousin e Kant.

⁷² XAVIER, João Theodoro. *Theoria Transcendental do Direito*. São Paulo: Typographia Seckler, 1876, pag. VII-XI. A partir daqui, quando citarmos a obra, colocaremos apenas o número da página citada entre parênteses ao lado do texto.

⁷³ REALE, Miguel. O Krausismo em São Paulo: o “socialismo filantrópico” de João Teodoro e as lições de Galvão Bueno”. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1976, p. 20.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 21.

Imagem 20 – Folha de rosto da *Theoria Transcendental do Direito*

Fonte: XAVIER, João Theodoro. *Theoria Transcendental do Direito*. São Paulo: Typographia Seckler, 1876.

João Theodoro anunciava que seu trabalho era o fim da longa viagem da inteligência pelos domínios das leis filosóficas da justiça, ou seja, pretendia com a sua obra trazer a mais atual e mais pura verdade sobre o assunto. É importante pontuar que essas noções de “verdade” e de “progressos da ciência” se baseavam em autores que, à época, já vinham sendo duramente criticados, como Cousin e Krause. Silvio Romero, em *A Filosofia no Brasil*, analisando a obra de Mont’Alverne afirma que:

Depois, mais alguma vulgarização das obras de Maine de Biran, que não teve contradictores por não ter quem o lêsse, segundo diz Taine, e de *Victor Cousin*, que sacrificava o pensamento por amor da phrase, como nol-o declara Renan, trouxe a propensão e finalmente a queda completa para o eclectismo espiritualista francez. A esta phase pertencem Mont’ Alverne e os seus continuadores: Eduardo França e Domingos de Magalhães. *Tão pobre, tão insalubre foi o alimento que lhe forneceu a cultura de sua patria, em seu tempo; tão ingratas as influencias a que teve de ceder, que a critica sente-se com impulsos de o absolver.*⁷⁵ [grifos nossos]

Em outro momento, se debruçando sobre o *La Science et les Systhèmes, questions d’Histoire et de Philosophie Naturelle*, de Pedro Américo, Romero sentenciava a obra alegando que:

O auctor deve, sem duvida, ter ouvido o belga e impertinente Tiberghien. Este senhor entende que a sciencia humana ficou enclausurada nos trabalhos de Krause; como Ahrens, seu mestre, não dá um só passo sem resuscitar uma passagem do *velho e esquecido allemão*. Esta gente é, como os espiritualistas de França, toda enamorada das excellencias e prerrogativas da razão. O nosso ahi se inscreve.⁷⁶ [grifo nosso]

Mas não tomemos ao pé da letra as críticas de Silvio Romero, pois elas se inseriam em uma disputa ideológica que ainda não tinha chegado ao seu fim. De fato, João Theodoro Xavier ignorava por completo – não sabemos se propositalmente ou não – os autores e teorias mais recentes, que inundavam a Europa e o Brasil com suas novas interpretações acerca das ciências e da sociedade. No entanto, isso não significava, necessariamente, um alheamento total dos grandes debates do século, como veremos. Mas antes, é importante tecer alguns comentários sobre o ecletismo e o krausismo no Brasil.

⁷⁵ ROMERO, Sílvio. *A Philosophia no Brasil: ensaio crítico*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung. 1878, p. 8-9.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 58.

Cruz Costa localiza a introdução do ecletismo francês no Brasil em torno de 1830, sendo a obra do frade Francisco de Mont'Alverne – criticada por Romero no trecho acima – um marco da transição entre o pensamento colonial e o pensamento do Império, pois, ao mesmo tempo que ainda refletia a “velha influência dos autores de 1770”, trazia também o “eco das novas influências dos ecléticos franceses, de Laromiguière e sobretudo de Victor Cousin.”⁷⁷

Ao tentar explicar a influência do ecletismo na França e no Brasil, Cruz Costa afirma que:

O sucesso dessa tendência filosófica foi devido ao fato de, a partir de 1830, haver ela tomado uma orientação que satisfazia, num momento ainda de crise das velhas correntes filosóficas e políticas, uma direção conciliadora. O ecletismo propunha a todos os sistemas um tratado de paz. Ele deveria conciliá-los, guardando deles aquilo que possuísem de precioso, do mesmo modo que o governo representativo deveria ser um governo misto que satisfizesse a todos os elementos da sociedade. Esta solução filosófica apresentava consequências políticas muito importantes e, no nosso meio, correspondeu a uma necessidade do período histórico agitado que vai da abdicação de Pedro I até a Maioridade. ‘Nada de excessos. Queremos a Constituição, não queremos a revolução’, escrevia Evaristo da Veiga. Era essa a mentalidade reinante por toda parte, após a Revolução de 1879 e depois das aventuras que a burguesia se permitiu durante o período napoleônico. Havia a necessidade premente de paz, de conciliação. E a filosofia eclética, apesar das suas ambiguidades, apresentava, para a época, uma solução.⁷⁸

Também chamado de espiritualismo, o ecletismo neutralizava toda a radicalidade do pensamento das Luzes, conciliando o racionalismo com a religião, fazendo com que a filosofia passasse a ser uma aliada dela. No entanto, diversos matizes fizeram parte das correntes ecléticas, tanto no Brasil quanto na França e, segundo Cruz Costa, elas seguiram *pari passu* as transformações políticas e integraram o caráter racionalista e cético das elites imperiais brasileiras, as quais, apesar de católicas, não eram dogmáticas.⁷⁹ O ecletismo, como corrente filosófica dominante no nosso país, teria se mantido de forma vigorosa até o final do século XIX, mesmo após a abolição.⁸⁰

O krausismo, grosso modo, pode ser pensando como uma corrente do ecletismo, embora trouxesse elementos inovadores. Segundo Vilma Peramezza,

⁷⁷ COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil. O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 70.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 73.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 77-80.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 83.

Falar de krausismo é como descrever uma paisagem vista em uma fotografia. Podemos nos aproximar da realidade, mais jamais transmitiremos o cheiro da terra, a sensação de frescor da brisa.

Na realidade, apenas se pode falar de krausismo. Quase nada de Krause. Só se tem acesso às suas ideias a partir de terceiros, de intérpretes, de intermediários.⁸¹

Karl Christian Friedrich Krause (1781-1832), cujos textos de difícil leitura chegaram à França através de Ahrens, foi aluno de Fichte e de Schelling e professor na Universidade de Iena.⁸² Os traços fundamentais de seu pensamento eram 1) o pantenteísmo, ou seja, uma tentativa de fundir o panteísmo e o teísmo, afirmando que tudo estava em Deus; 2) a ideia de que a intuição intelectual, através da qual sabia-se ser parte da consciência divina, deveria ser encontrada cientificamente; 3) o princípio de que essa intuição era o caminho através do qual via-se a si mesmo e, ao mesmo tempo, via-se todas as coisas em Deus; 4) a importância dada à filosofia da história como meio de compreensão das formas de desenvolvimento “pelas quais deve passar toda a vida humana e orgânica, no indivíduo e na espécie, em processo paralelo”; 5) e, por fim, a ideia de que os agrupamentos humanos seriam uma liga que tendiam à união de toda a humanidade numa comunidade vital entre os seres e a divindade.⁸³

O krausismo teve muita influência na Espanha, mas também em Cuba, no México, na Bolívia, no Peru e no Brasil, pois se configurava como uma opção que incorporava a religiosidade, mas fazendo face ao radicalismo da Igreja católica do período de Pio IX.⁸⁴ A obra *Das Urbild Desmenscheit* (O ideal da humanidade), que foi traduzida para o espanhol em 1811, continha as reflexões sobre o destino humano. Para Krause, os homens – compostos harmônicos de natureza e espírito – deveriam atingir a fraternidade universal, através da vontade racional e da harmonização dos seus dois princípios internos e entre ele e os outros seres humanos. O reconhecimento racional de Deus faria com que os homens desenvolvessem seu potencial de fazer o bem, sendo eles não criadores, mas colaboradores do destino comum.⁸⁵

Ainda de acordo com Vilma Peramezza, para Krause:

Progredir é aperfeiçoar-se moralmente, é fazer concreta a perfeição moral implícita na ideia de humanidade. Para crescer deve o homem unir-se aos semelhantes em amor, e “viver em relação positiva e harmônica” com eles. Assim deve viver em família, em associação de amizade, em povos, nações,

⁸¹ PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 182.

⁸² *Ibidem*, p. 182.

⁸³ *Ibidem*, p. 183.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 186-188.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 191-192.

associações, enfim, de âmbito cada vez maior que lhe permitam exercer esse progresso pessoal e coletivo [...]

Aqui, a célebre noção das associações, da fraternidade crescente até possivelmente a nível interplanetário, a tendência a transformar-se numa sociedade universal, abrangendo todos os seres vivos, a *sociedade fundamental humana* essencial onde quer que existam homens e que será “realizada na terra a seu tempo, quando a humanidade tenha passado sua infância e juventude.”⁸⁶ [grifos da autora]

Peramezza indica que o krausismo tinha um forte caráter ético e humanitário, e é nesse sentido que, segundo Reale, a teoria de João Theodoro vai se diferenciar das outras correntes do ecletismo, pois ele incluía nela, e colocava no debate jurídico, a questão social.⁸⁷

No entanto, essa questão não era uma preocupação exclusiva nem do krausismo nem de João Theodoro, era um dos problemas mais relevantes do século e inspirou a pena de muitos autores, passando pelos socialistas utópicos, pelos anarquistas, por Karl Marx, Friedrich Engels e, depois, pelos marxistas, mas também por August Comte, que pretendia ter fundado as ciências sociais.

Mas se é conhecido o fato de que essas ideias foram centrais em praticamente todos os pensadores do século XIX, sabe-se também que elas tinham um significado específico para cada um deles. E é justamente nesse sentido que buscaremos compreender a obra de João Theodoro. Não pretendemos nos debruçar profundamente sobre as discussões filosóficas nem estritamente jurídicas desenvolvidas por ele, por ser uma tarefa grandiosa que ultrapassa nossas possibilidades e, também, por não ser esse o objetivo do trabalho.⁸⁸

Ademais, a obra de João Theodoro não se tornou um clássico e acabou caindo no esquecimento porque, do ponto de vista da filosofia do Direito, não representou grandes avanços. Miguel Reale diz que se fôssemos analisar o livro sob o prisma da filosofia, certamente “nosso juízo seria negativo, por faltar-lhe espírito crítico no exame de vários problemas, pela carência de unidade e de sequência lógica na exposição”.⁸⁹ De fato, a obra é bastante confusa, o texto muitas vezes é ininteligível e as análises dos autores citados são bastante superficiais. Em alguns momentos, é até difícil fazer um resumo de suas ideias, em função dessa falta de lógica na exposição. Não existem notas de rodapé, os autores e obras são citados no meio do

⁸⁶ PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 194-195.

⁸⁷ REALE, Miguel. O Krausismo em São Paulo: o “socialismo filantrópico” de João Teodoro e as lições de Galvão Bueno. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1976, p. 23.

⁸⁸ Para uma discussão filosófica mais profunda sobre a obra de João Theodoro e suas filiações teóricas ver: PERAMEZZA, Vilma, *op. cit.*

⁸⁹ REALE, Miguel, *op. cit.*, p. 23.

texto de forma bastante caótica. Há, inclusive, alguns trechos que parecem ser citações de outros livros, mas sem indicação de autor nem de título.

O *Compêndio de Direito Natural* de José Maria de Avellar Brotero (Capítulo 5), tão criticado por sua desorganização, é bem mais coordenado e claro em vários sentidos. No entanto, apesar dos problemas apontados, a obra de João Theodoro se torna bastante fecunda se quisermos entender o projeto de sociedade elaborado por ele. Inclusive porque, vale reafirmar, não estamos considerando a filosofia jurídica como uma categoria estanque, mas como uma esfera intrinsecamente ligada à política.

Nesse sentido, pensaremos a obra de João Theodoro como uma tentativa de criação e afirmação de determinados valores. Nossa abordagem, aliás, não se deve apenas à formulação de Antônio Manuel Hespanha, sobre caráter criativo do direito,⁹⁰ mas também à própria forma como João Theodoro manejou os textos e se apropriou de determinados conceitos. Destarte, voltando à ideia de verdade e progresso que aparecem na introdução da obra – e tantas outras que surgem no livro – elas serão pensadas não apenas com o sentido geral que tiveram no século XIX, mas também naquele sentido filtrado e redefinido por nosso autor.

6.5.1. O Direito Natural

No primeiro capítulo, João Theodoro define o que é o direito natural na sua concepção, afirmando que:

O Direito natural e philosophico é o complexo *harmonico e sistemático* dos principios *necessários, universais, e incondicionaes* de justiça. [grifo do autor]

Isolados ou dispersos serão fragmentos do direito e não constituirão sua substancia ou unidade essencial. *Subordinados á rigoroso nexu ou derivação logica* [grifo nosso], e vitalizados por uma só fonte, a justiça, assumem inevitavelmente a natureza fundamental característica de todo sistema. O justo é effectivamente o centro fecundo de que procede a universalidade dos elementos jurídicos. Esta é a significação objectiva do Direito Natural. (p. 1)

No segundo parágrafo, João Theodoro completa a ideia enunciando que:

A necessidade de seos princípios revela-se pela permanencia e estabilidade. São identicos e uniformes em todas as epocas.
[...]

⁹⁰ Mencionamos esse caráter na introdução desta segunda parte do trabalho. Ver: HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, p. 72.

A universalidade dos princípios da justiça philosophica patenteia-se pela maxima generalidade, que os caracteriza.

Remontão á verdade cardeal do direito, amplião-se as variadas posições, e relações da natureza humana, imperão enfim na vasta orbita destinada a sua dominação, porém sempre guardando suprema generalidade.

É por isso que a legislação natural não rege sómente um povo, uma familia, mas todos os povos, todas as sociedades, a humanidade inteira. (p. 2-3)

Remarquemos, para não perdermos de vista, o papel da história como o elemento que demonstra a estabilidade de certos princípios, logo, a sua veracidade. Por outro lado, note-se também o caráter “universal” que teria a legislação natural. Algumas características gerais das ideias de João Theodoro remontam aos conceitos centrais das várias correntes do jusracionalismo moderno, dos séculos XVII e XVIII, embora se afastem deles em alguns pontos. A definição de Antônio Manuel Hespanha lembra bastante o texto do nosso autor:

Embora Descartes não tenha se ocupado do direito, o seu método influenciou, sem dúvida, os juristas que buscavam a segurança.

Também estes fizeram fé nas ideias claras e distintas, na evidência racional dos primeiros princípios do direito, na possibilidade da sua extensão através da dedução; enfim, no poder da *razão individual* para descobrir as regras do justo, de um justo que fugisse à contingência, por se radicar numa ordem racional (quase matemática) da natureza (*mathesis universalis*) de que a razão participava. É com esse direito natural racionalista que se vai avançar no sentido de tornar mais certo o direito positivo.⁹¹

Duas ideias mencionadas por Hespanha são bastante fortes na teoria de João Theodoro. A primeira se refere aos princípios necessários, universais e incondicionais de justiça. A justiça, para ele, é uma ideia muito forte que vai estar presente em praticamente toda a obra: todas as suas ponderações giram em torno de elencar as ações justas. Também é importante chamar a atenção para a linha racionalista que João Theodoro segue ao dizer que tais princípios devem ser subordinados à rigoroso nexu ou derivação lógica.

Um outro aspecto desse pensamento jusracionalista se apoia na percepção do direito como disciplina científica, pois ele seria submetido a regras de valor necessários e objetivos.⁹² João Theodoro compartilha dessa ideia, conforme podemos perceber pelo seu texto:

Como conhecimento é o Direito Natural a sciencia dos principios necessarios, universaes, e incondicionaes de justiça.

⁹¹ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, p. 212, p. 212.

⁹² *Ibidem*, p. 227.

Scienca é a generalidade constituida e organizada de conhecimentos que, tendo por fim a verdade e por objecto factos ou principios, os eleva as suas leis explicativas, supremas e universaes.

D'aquí decorre a triplice classificação:

De sciencia theorica transcendental, compondo-se unicamente de verdades concepçionaes, ou apodíticas, que não podem deixar de ser o que são. Nesta categoria estão a Geometria, e geralmente as noções exactas das mathematicas puras.

De sciencia theorica empirica, que, apoiando-se, como a precedente, em principios incondicionaes, compõem-se tão bem e essencialmente de conhecimentos originados da experiencia, de generalisações ou de apreciações abstractas dos factos. Nesta ordem estão a Psychologia e a Historia Universal que, - ao lado da profusão copiosa dos phenomenos, - firmão-se em leis providenciaes, que regem o homem e a humanidade.

Finalmente há uma 3ª especie de sciencias – denominadas – *praticas*. São aquellas cujas verdades integrantes dependem de circumstancias ou de hypotheses, varião com ellas ou por sua efficacia se modificão.

Tal é o direito, (positivo ou não) que domina um povo com preceitos locais e transitorios, amoldando-se á indole, ás tradições, e á peculiar situação em que vive, e desviando-se das leis abstratas da theoria geral.

Esta exposição revela o caracter scientifico do Direito Filosofico. Classifica elle os seres em duas especies, uns com destinos proprios, e outros subordinados á lei geral de condicionalidade, de meros meios a fins extranhos. Confere direitos á aquelles, impõem obrigações á personalidade humana e remonta a fonte capital de toda verdade juridica, a seo criterio indefectivel, ao soberano bem. (p. 5-6)

Contudo, a proposição de ciência de João Theodoro não remonta apenas àquela ciência baseada nas especulações racionais, característica dos juracionistas do século XVII e começo do XVIII, pois ela incorporava os valores do empirismo, desenvolvido em oposição ao racionalismo, cuja transplantação para o saber jurídico se deu nas primeiras décadas do século XIX.⁹³ No entanto, apesar de já superar o falso debate entre razão e empiria, como queria Silvio Romero,⁹⁴ a ciência do nosso lente ainda não se parecia com aquele cientificismo crítico, baseado nas descobertas das ciências naturais e na visão evolucionista, visto que a prova concreta que validaria as regras “universais” do direito natural era ainda a tradição, ou seja, o que havia de estável e permanente nos processos históricos.

De tudo isso, o mais importante para nós é mapear o lugar que João Theodoro se encontrava nas discussões filosóficas do século XIX, para que possamos compreender em qual posição estava o “fim” dessa “viagem” que ele afirmava ter alcançado, em relação às novas tendências do período. Entraremos nessa questão em momento oportuno, porém, vale desde já

⁹³ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, 264-265.

⁹⁴ ROMERO, Silvio. *A Philosophia no Brasil: ensaio crítico*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung. 1878, p. 62-63.

pontuar que não queremos com isso situá-lo em termos de “atraso” ou não, mas apenas compreender a dinâmica entre as inovações e as tradições na esfera da ligação entre a filosofia jurídica e a política.

Voltando às suas definições, de acordo com João Theodoro, o direito era uma ciência baseada em princípios sólidos e a sua essência era universal, as circunstâncias, porém, produziriam formas específicas de manifestação. Ao longo do texto fica claro que existia o direito filosófico – sinônimo, para ele, de direito natural, geral ou racional – que se diferenciava do direito positivo. Ao primeiro, que seria universal e estável, cabia dar as orientações gerais para o segundo, este sim sujeito às circunstâncias. De alguma forma, essa ideia se aproximava daquela exposta por José Maria de Avellar Brotero, quando ele afirmava que os homens podiam legislar, desde de que seguissem os princípios imutáveis da lei natural. Na realidade, essa formulação era comum à maior parte dos autores jusnaturalistas, no entanto, para nós é importante ressaltá-lo, pois, como veremos, essa separação era menos rígida nos textos de Sá e Benevides, e tinha consequências políticas importantes.

Em relação à discussão sobre o estado natural do ser humano, João Theodoro dialogava tanto com Brotero quanto com Benevides na negação de um estado primitivo, no qual os homens teriam vivido isoladamente. No entanto, enquanto Brotero nomeava o estado primevo dos homens de sociedade natural, em oposição à sociedade civil, Theodoro os diferenciava designando um por “estado natural” e outro por “estado de natureza”:

O estado natural, segundo as opiniões dos Jurisconsultos e Publicistas do seculo XVII e XVIII tem sido a fonte dos direitos e obrigações naturaes. Este estado em contraposição as situações artificiaes ou voluntarias do homem, é o modo geral de existencia, que mais se amolda as aspirações exclusivas ou dominantes das tendencias instinctuaes, espontaneas e primitivas da natureza humana. Considerando a existencia individualmente, esse modo varia. A prodigiosa diversidade de circumstancias o determina. Se nasce o homem no seio da sociedade civil, se ahi recebe suas primeiras protecções, se nella emfim desinvolve sua inclinação, será esse o estado natural. Fóra destas condições – a vida nomada e originaria das tribus e das familias, constitue o estado, denominado de natureza. (p. 12)

E, mesmo nessa vida nômade ou tribal, o estado natural seria a família:

Em todas as grandes espheras da vida material e espiritual – a lei preponderante, constitutiva e organica das especies creadas, he d’atracção universal. O estado solitario é uma anomalia, repellida pelas tendencias originarias, que regem a natureza hominal. (p.13)

Contudo, diferentemente de Brotero que deixava clara sua visão contratualista, pois a tirania dos mais fortes sobre os mais fracos teria obrigado os homens a abrirem mão de parte de sua liberdade para que pudessem garantir a igualdade de direitos na sociedade civil, João Theodoro demonstrava uma visão de caráter mais vago nesse momento.⁹⁵ Ele apresenta Hobbes que “caracteriza pela guerra o estado natural, e funda sobre ella a contrariedade das pretensões, o conflicto dos direitos”, expõe também a teoria de Rousseau que “porém diversamente o reputa [o estado natural] de simplicidade, de lealdade, de paz; e sobre elle assenta o direito originario de igualdade”, e, por fim, cita que Montesquieu “tão bem o proclama estado de paz” (p. 15), sem, contudo, tomar parte no debate neste tópico de sua exposição.

No parágrafo seguinte, ao abordar a questão da manifestação do direito, ele demonstrava seu voluntarismo – no sentido da “boa vontade”, também presente no texto de Brotero – ao afirmar que estava no instinto do homem a capacidade de conhecer a justiça, pois, o soberano bem presidiria todo o universo e o “pendor instinctual do homem converge para o ideal de perfeição” (p. 15). Essa visão bastante otimista em relação ao ser humano e à humanidade, como um todo, permeia toda a sua obra, e se assemelha bastante a uma visão típica do século das Luzes. Pierre Bouretz, ao discutir a evolução da ideia de progresso manifesta no *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (1793), de Condorcet, afirma:

O texto do *Esquisse* é sintético na medida em que ele torna explícita a função polêmica que a filosofia dos ilustrados atribuía à ideia de progresso, ele descreve o triunfo progressivo da razão sobre as crenças, da verdade sobre o obscuro, da ciência sobre a religião, da liberdade sobre o despotismo. A ideia de progresso passa a conter todo o otimismo do século XVIII, ela comporta, ao mesmo tempo, um ideal de conhecimento pela ciência e um ideal de organização da sociedade pela vontade: “Acreditou-se no progresso, porque acreditou-se no poder demiúrgico da razão, da ciência, porque acreditou-se na bondade do homem, na capacidade dos homens de se governarem e, por assim dizer, de fazê-los a si mesmos.” (*Dimensions de la conscience historique*, Paris, Plon, 1961, p. 35).⁹⁶

⁹⁵ Tradução da autora. Texto original : « Synthétique, le texte de l'Esquisse l'est dans la mesure où il rend explicite la fonction polémique qu'assignait à l'idée de progrès la philosophie des Lumières, il décrit le triomphe progressif de la raison sur les croyances, de la vérité sur l'obscurité, de la science sur la religion, de la liberté sur le despotisme. L'idée de progrès contient alors tout entier l'optimisme du XVIIIe siècle, elle renferme à la fois un idéal de connaissance par la science et un idéal d'organisation de la société par la volonté : « On a cru au progrès, parce que l'on a cru en la puissance démiurgique de la raison, de la science, parce que l'on a cru à la bonté de l'homme, à la capacité des hommes de se gouverner, et, pour ainsi dire, de se faire eux-mêmes » (*Dimensions de la conscience historique*, Paris, Plon, 1961, p. 35). » BOURETZ, Pierre. Progrès. In : ORY, Pascal (Dir.). *Nouvelle Histoire des idées politiques*. Paris : Hachette, 1987, p. 292-299.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 293.

Seguindo a lógica de uma outra ideia que se consolidou no século XVIII, mas que permeou todo o século XIX, constituindo um de seus principais debates, João Theodoro afirmava que mesmo que o ser humano tendesse naturalmente à perfeição, a educação era necessária, pois ela formava uma nova natureza ao ensinar os princípios de justiça, que se manifestariam como predicados empíricos patenteados pela capacidade intelectual. Essa educação tornava-se ainda mais imprescindível visto que o justo era constantemente ameaçado:

A idéa do justo, diz Cousin, é uma das glórias da natureza humana. O homem a percebe desde logo, porém como um relampago na profunda noite das paixões primitivas; elle a vê incessantemente violada, e a todo o momento apagada pela desordem das paixões e pela contrariedade dos interesses. (p. 16)

No entanto, nesse momento, João Theodoro não se aprofunda nas discussões sobre a necessidade da legislação positiva como forma de garantir a justiça, entrando, em seguida, na questão da divisão do direito natural, separando-o em duas esferas, a do direito racional puro e a do direito aplicado. Segundo ele:

Em ambos os cazos os principios componentes são os mesmos, e igualmente universaes, mas os factos, por elles dominado, alterão-se. No 1º cazo, mantêm elles sua maxima generalidade, e no 2º - particularizão-se, recebendo por isso formas accidentaes, menos extensas, e mais comprehensivas. Essas regras capitaes de justiça – respeito mutuo as actividades livres – auxilios reciprocos exigiveis – pertencem absolutamente a legislação natural universal, tanto por seos preceitos como por suas materias. (p. 17)

Dáí podemos extrair quais eram os princípios universais de justiça para nosso lente: o respeito mútuo às atividades livres e os auxílios recíprocos. Brotero, como vimos, afirmava que as leis deveriam ser pautadas por preceitos morais dentro dos quais estivessem a conservação de si e de seus semelhantes, e, também, afirmava a necessidade dos auxílios mútuos que, conforme vimos, não se tratavam de relações horizontais. Além de dialogar com Brotero, as asserções de João Theodoro, a esse respeito, também se alinhavam com o vocabulário do krausismo.

Em seguida, nosso autor cria mais uma divisão do direito natural, a qual decorreria dos fins que presidiam a atividade humana, sendo eles: o bem, o útil, o verdadeiro e o belo. Nesse ponto, é importante lembrar que a inspiração para essa teoria era, provavelmente, Cousin, pois João Theodoro utiliza a mesma terminologia de seu livro *Du vrai, du beau et du bien*, acrescentando a categoria “útil”. Na definição do primeiro desses postulados, ele afirma que:

O bem supremo e universal é a última aspiração de todos os seres, o centro da ordem, o ideal da providencia, que rege o universo.

A razão, a liberdade, a sensibilidade, o instinto, a vitalidade pura, e a existencia inorganica convergem todos á aquelle fim commum pela vontade, pelas tendencias primitivas da natureza animal, pelo desenvolvimento espontaneo, e inconsciente, pela prestabilidade em summa de suas naturezas. Este é o facto, é a constituição e organização effectiva dos seres creados.

He da mesma fonte que decorrem os direitos e obrigações, a moral e a religião. (p. 18-19)

Dessa definição de “bem”, vemos aquela confiança na natureza e no destino humanos, num diálogo tanto com a tradição iluminista quanto com o caráter teleológico, e, também otimista, do krausismo. Ao discorrer sobre o útil, que nos remete ao utilitarismo de Stuart Mill, João Theodoro afirma que ele seria a propriedade de realizar bons resultados, ou resultados positivos maiores dos que os males que uma ação poderia causar, incluindo nessa categoria os “avanços da civilização”:

Com a execução detalhada desta faculdade primordial – operão-se maravilhosas conquistas d’actividade humana sobre os phenomenos dominados pela fatalidade material. Formão-se as differenças industriaes, e organisa-se a arte da riqueza. (p. 20)

Essa ideia serve para que João Theodoro justifique as mazelas causadas pelo progresso. Em outro trecho, quando discorre sobre concorrência e monopólio, ele usa um exemplo, dado por Thiers, sobre a falência da economia indiana em função do surgimento das máquinas, que passaram a produzir tecidos em muito menos tempo e com preços reduzidos, afirmando:

Infelizes indianos, victimas da concurrencia, ha sem duvida de vossa parte motivos de queixa, porém trez quartas partes do mundo podem hoje vestir-se de estopas de algodão com a mais modica despeza. (p. 344)

Em outro momento, ao expor as regras da justiça, componentes do direito natural, João Theodoro afirmava que elas tinham como razão última o destino universal. Por isso, elas deveriam ser definidas em relação a ele, ou seja, as ações eram boas ou más se contribuíssem ou perturbassem esse destino. Nesse sentido, as ofensas eram proibidas se tivessem intencionalidade. No entanto, alguns males eram causados indiretamente como consequência de uma ação necessária. Ele acrescenta que a proibição de ofensas indiretas só seria válida se a ação que causou a ofensa tivesse motivações meramente egoístas e sem consequências positivas

para o destino universal. Em decorrência disso, as leis positivas deveriam ter certa flexibilidade para lidar com ações que carregassem consigo, ao mesmo tempo, o bem e o mal:

Estes traços característicos da desinvolução humanitária provão cathegoricamente que é imprescindível deixar-se a cada actividade juridica uma orbita de acção, que se proporcione ao comprimento do destino individual e geral, quando mesmo por difracções inevitaveis sobrevenhão d’ella numerosos males.

[...]

As industrias ficarião estacionarias, porque a invenção das machinas, seo uzo e vulgarização dispensarião operarios; e de outros diminuirião os salarios, facilitando a producção, e multiplicando os productos.

A grande lei da concurrencia deixaria de ser um direito, ella que desperta a emulação, remoja as forças, aperfeiçoa e reproduz; ella emfim que é a fonte copioza e inexaurivel da riqueza geral. As estradas de ferro, maravilhoso invento do seculo XIX, serião proscriptas, porque um immenso cortejo de males diminüe a importancia dos assignalados beneficios, que prestão, ferindo indirectamente numerosos interesses dos homens. No anno de 1874 na Inglaterra derão-se 6,465 desgraças, occasionadas por accidentes, morrendo 1,424 pessoas, e ficando feridas 5,041. *Em contraposição o numero de pessoas, que auferirão vantagens destas grandes emprezas, viajando pelas linhas do Reino Unido, subio a 480 milhões.* (p. 81) [grifo nosso]

Essas justificativas aparecerão em outros momentos, principalmente quando ele discorrer sobre a escravidão, mas voltaremos a isso no próximo tópico. Retomando seus postulados, João Theodoro afirmava que o “verdadeiro” era um centro fecundante de uma série de direitos e de princípios de justiça. Sua definição é bastante abstrata, mas ele anunciava que a verdade seria a relação de conformidade entre o juízo e seu objeto. Mais uma vez, aparece o otimismo e a crença em relação à ciência e ao desenvolvimento do conhecimento:

A mais esplendida manifestação do verdadeiro opera-se com os triumphos sucessivos, com o aperfeiçoamento completo das sciencias; e destas a expressão por excellencia é o conhecimento effectivo, luminoso, e exacto do elemento philosophico, dos principios irreductiveis, da ultima razão. “A philosophia é o culto mais puro e sincero das idéas, é a ultima victoria do pensamento sobre toda fórma, ou condição extranha; é o mais alto gráo de liberdade da intelligencia”. (p. 21)

O belo, por fim,

[...] é a substancia, que, pela fórma, sonoridade, ou manifestações directamente feitas a intelligencia, actúa sobre a sensibilidade, produzindo, ou despertando sentimentos deliciosos, animados ou serenos, expansivos pelos

entusiasmo ou reconcentrados pelo extasis. Nestes dous ultimos cazos indetifica-se o bello com o sublime. (p. 21 e 22)

Ele seria inerente ao espírito humano, tanto quanto o bem, o útil e o verdadeiro. O desenvolvimento das atividades intelectuais deveria gerar o nascimento das artes estéticas, como as esculturas, a pintura, o desenho, a música e a poesia. Segundo João Theodoro, o belo era uma fração do destino fatal da humanidade. Na verdade, esse destino seria a realização plena desses postulados e dos princípios do direito natural. Para ele, a sociedade, naquele momento, já havia atingido parte desse “destino fatal”, como provava o desenvolvimento atingido até então:

Imaginaí um ser que tivesse assistido aos primeiros dias do universo, e da vida humana, que tivesse visto a superficie exterior da terra ao sair das mãos da natureza, e que voltasse hoje no meio dos prodígios de nossa industria, de nossas instituições, e de nossas artes: não lhe pareceria, em seo espanto, não podendo mais reconhecer a morada antiga do homem, que uma raça superior tem passado sobre a terra, e a tem metamorphoseado?... (p. 23)

Assim, com a soma de todos esses elementos, ficava definido o direito natural de João Theodoro, que seria o mesmo que dizer, a sua definição de sociedade ideal. Eram esses princípios que deveriam reger a ação dos homens e era esse o destino que eles deveriam alcançar. Vemos nesses postulados toda a estrutura mental de uma época encantada com o progresso e com a civilização, ávida por se europeizar e desenvolver em plenitude os potenciais intelectuais e artísticos dos homens, mesmo que às custas do prejuízo de alguns. Seu voluntarismo, isto é, a fé na prevalência da vontade, mas em uma “boa” vontade, deixava abertas as brechas necessárias para se caracterizar os males oriundos do progresso apenas como desvios individuais, e não como problemas intrínsecos a eles.

Mesmo que seus referenciais teóricos pudessem ser considerados ultrapassados por alguns, como os adeptos do positivismo de Comte ou do evolucionismo de Spencer, por exemplo, e dialogassem com valores que remontavam aos séculos XVII e XVIII, isso não significava que João Theodoro estivesse alheio às ideias de progresso e civilização que estavam no seu presente. Afinal, essas ideias não eram uma criação do século XIX, não tinham um caráter unívoco e, tampouco, eram prerrogativa exclusiva de uma só corrente de pensamento.

6.5.2. A religião, a moral e os problemas sociais

A relação que João Theodoro estabelece com a religião seguia, em parte, essa mesma lógica de acomodação entre valores tradicionais e modernos. Para ele, a “soberana perfeição” teria a sua fonte em Deus e em sua Providência:

A unidade capital sistematica, que preside toda ordem no dominio da fatalidade ou da liberdade, da materia ou do espirito – é a perfeição suprema e universal. É o mesmo bem em seu auge: a ordem absoluta e, seu fastigio, em todo esplendor. É enfim a idealisação universalizada do proprio Deus, e de sua indefectivel natureza. [...] Em cada situação da vida, a apreciação logica, rigorosa, e exacta dos actos ou factos nas esferas do Direito ou da moral – deve remontar ao principio luminoso da soberana perfeição. (p. 24)

No entanto, esse Deus e a sua religião – a católica – não tinham direitos no plano jurídico diretamente, apenas no plano espiritual e moral.⁹⁷ Esse pensamento estava em sintonia com a maior parte dos intelectuais e mesmo dos clérigos brasileiros ligados à política que eram, no geral, regalistas, ou seja, aceitavam a autoridade do poder real sobre o poder espiritual.⁹⁸ As ideias de João Theodoro e Brotero confluíam nessas questões, inclusive acerca da tolerância religiosa, já que eles concordavam que a religião precisava conquistar os homens pelas suas verdades e não pela força. Assim, antes de qualquer coisa, era preciso que ela fosse tolerante:

O culto divino, reclamando sinceridade de intenção, não sendo exequível pela força, é porisso mesmo um dever de pura moralidade – entre os homens. As torturas, as chamas da Inquisição as propagandas pelas armas, pelos combates, pela força bruta, sempre forão revoltantes iniquidades. (p. 74)

Além disso, a única via de penetração da religião no Estado deveria se dar através do comportamento dos homens, os quais seriam guiados por seus preceitos. Portanto, tratava-se de uma interferência indireta e que se revelava através das conquistas humanas. Segundo ele, o aperfeiçoamento e engrandecimento dos povos eram a prova da Providência Divina e da verdade do soberano bem.

De modo geral, podemos dizer que a religião para ele era uma espécie de pano de fundo cujos valores deveriam estar presentes em todas as ações e decisões humanas. Deus, além de

⁹⁷ Na verdade, João Theodoro afirma que os deveres com Deus e com a moral são jurídicos, mas não no sentido de poder exigir ou obrigar os fiéis a praticarem a religião, apenas como pano de fundo para orientar a legislação positiva.

⁹⁸ ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 369-423. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6); COSTA, João Cruz, *op. cit.*, p. 108-115.

ser o criador dos seres e da natureza, também deveria ser a grande fonte das regras de conduta, “pois só elle tem autoridade para regular a vida dos seres e a conducta dos homens” (p. 26). Nesse sentido, a moral que fundamentava o direito natural estava intimamente ligada à religião.

Em outro momento, João Theodoro afirma que:

Alem das regras, garantias, e organismo hierarchico, que de preferencia adoptou para fundamentar e perpetuar sua Igreja, ainda lançou Deos as bases das instituições politicas.

Os estados, seos destinos e seos governos tem origem divina; pois que acongenialidade dos homens e as tendencias homocentricas para a vida politica, e que a convertem em facto providencial, permanente e geral, bem revelão essa procedencia. Os textos [da Bíblia] a confirmão. (p. 312)

Apesar de ser um pensamento comum do ecletismo, chamamos atenção para essa formulação de João Theodoro, pois ela dialoga diretamente com o que afirmamos ao final do tópico anterior. O voluntarismo que mencionamos fica mais compreensível à luz desse fundo moral/religioso e reforça o seu caráter de dispositivo para explicar os males da sociedade não como consequências inerentes ao “progresso” que se vivia à época, mas sim como resultado do desvio de condutas. Dessa forma, os problemas sociais deveriam ser corrigidos também nesse plano:

A lei moral ordena o bem e proíbe o mal.

[...]

Inspirado pela mais santa das intenções – presta o cidadão auxilios permanentes a uma familia de proletarios, habilita-os ao trabalho, salva-os do pauperismo, da miseria, do aviltamento – o procedimento é bom, e sublime, é optimo enfim; e a conducta eminentemente meritoria.

Era importante para ele que as atitudes morais positivas fossem inspiradas por verdadeiros sentimentos de “culto ao dever”. Assim, era por esse viés de deveres morais, inspirados pelo soberano bem, que João Theodoro acreditava que as “falhas” da sociedade moderna deveriam ser superadas. Ele demonstrava uma verdadeira aversão às revoluções sociais ou qualquer tipo de mudanças bruscas na ordem estabelecida, mesmo assumindo que houvessem muito problemas.

Ao tratar da escravidão essa postura fica explícita, além de demonstrar em que sentido o utilitarismo era manejado. Depois de passar por um debate sobre as leis, as sanções e as penas a que eram passíveis o seu descumprimento, sempre nessa chave das leis positivas e das leis morais, João Theodoro discute a exigibilidade do direito. Segundo ele, quando um direito era

atacado, existia o direito de fazê-lo ser cumprido pela força, pois, se a justiça havia o outorgado, proibindo a sua ofensa, era legítima a reação contra o seu atentado. Porém,

Factos entretanto sobrevem, que tornão extremamente *perigozo* o emprego da medida coercitiva, complicão as relações de direito, e alterão profundamente o principio normal de justiça, tornando imprescindível o abandono da coacção, para sustentar-se o *respeito devido á interesses superiores*, á propria ordem suprema.

É este o estado da escravidão no Imperio.

Tem o escravo o direito inauferivel a liberdade, o proprietario a imprescriptivel obrigação de consagrar-lhe pleno respeito. A theoria arma aquelle com a garantia da força para restaurar o livre exercicio de su'actividade, porém *as commoções sociaes, o profundo abalo da agricultura, a deploravel decadencia da riqueza publica*, obstão essa immediata, e forçada rehabilitação da dignidade humana.

Esse ideal philosophico tem o legislador procurado realizar *gradativamente*, operando importantissimas reformas.

Na vida pratica e anomala dos homens, estes acontecimentos se multiplicão. *O sistema completo do direito, em taes condições, só mantem sua harmonia nas regiões elevadas da theoria.*

Naquella situação, nos limites da hypothese figurada, e em cazos similares, *não permite a justiça a coacção para cumprimento do direito, nem também para effectividade da pena.*

Só em these subsiste ella, e tanto basta para caracterizar a liberdade como um direito. [grifos nossos] (p. 47)

Essa seletividade da aplicação do direito para apenas alguns casos torna muito clara a mobilização do direito natural como fundamento de um projeto de sociedade. Por um lado, vemos as “forças superiores” justificando a barbárie, em sintonia com o que já havíamos indicado no tópico anterior. Por outro, podemos notar que o caminho para a resolução dos problemas não poderia jamais fugir à ordem. Em outra parte do texto, o autor afirmava:

Algumas leis positivas são injustas, devendo entretanto ser respeitadas e cumpridas, para se não ferirem direitos, que a ellas se prendem.

A escravidão no Brazil, garantida pela tradição e pela reforma de 1871, esta n'essas circumstancias.

A abolição deve ser filha de meios legaes e pacificos, e não de commoções revolucionarias, que offenderiam os direitos privados e sociaes de tranquillidade, de ordem e de paz. (p. 138)

A reforma à qual João Theodoro se referia era a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que fazia parte de um pacote de medidas do gabinete Rio Branco,

que culminou em um processo de modernização conservadora inacabado.⁹⁹ As transformações sociais que se aceleravam no país exigiam algumas reformas, inclusive no tocante à mão de obra, mas encontravam fortes resistências no interior de uma elite que se cindia gradativamente. Os traumas gerados pelo turbulento período regencial com as suas revoluções criaram uma dinâmica de inércia no Império, fazendo com que a resistência a qualquer novidade e a lentidão nas transformações fossem a regra de consenso entre os setores da elite.¹⁰⁰

Assim, a despeito de ter gerado reações contrárias muito significativas e uma cisão fatal no interior dessa classe, a Lei do Ventre Livre correspondia à lentidão imperial e à manutenção dos “direitos privados e sociaes de tranquilidade, de ordem e de paz”, como queria João Theodoro. A propriedade não era ofendida, pois os senhores eram indenizados ou poderiam ficar com os filhos de seus escravos até completarem 21 anos, contemplando assim o ritmo de morosidade nas transformações.

Veremos que João Theodoro se alinhava perfeitamente às políticas do gabinete do Visconde de Rio Branco – inclusive, ele foi presidente da província nesse interregno – mas, no momento, voltemos aos debates acerca da abolição.

A década de 1860 é marcada pelo engrossamento das fileiras abolicionistas no Brasil e pelo aumento das pressões internacionais para o fim do regime escravista. A Guerra de Secessão havia terminado em 1865, colocando fim à escravidão nos Estados Unidos, fazendo com que o Brasil, Porto Rico e Cuba fossem os únicos países a manter essa instituição.¹⁰¹ Além disso, com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, o retorno dos ex-escravos combatentes tornou ainda mais intensas as discussões acerca da abolição. Os debates relativos à Lei do Ventre Livre intensificaram as disputas, e o movimento abolicionista atingiu seu ápice na década de 1880.

As propostas para o fim da escravidão eram variadas e iam desde a ação direta –com a rebelião dos próprios escravizados e a atuação de grupos organizados, como os Caifazes –, passando por propostas conciliadoras que previam o longo prazo, como a própria proposta de Rio Branco, chegando até projetos mais radicais, como o de Miguel Lemos, que acreditava que os escravizados deveriam ser indenizados pelo tempo que trabalharam nessas condições.¹⁰²

⁹⁹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 75-86.

¹⁰⁰ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 53-55.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 43.

¹⁰² Bosi afirma que Miguel Lemos, numa carta endereçada ao Dr. Mendonça, dizia que o Império tinha que indenizar os escravos pelo tempo durante o qual trabalharam de graça. BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: Uma ideologia de longa duração. IN: MOISES, Leyla Perrone (Org.). *Do Positivismo à Desconstrução: Ideias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 22-28.

João Theodoro, membro do Partido Conservador, defendia claramente a proposta de Rio Branco.¹⁰³ Mas é importante ressaltar como o discurso sobre os direitos e a liberdade, assim como a necessidade da prudência, eram manipulados de forma a justificar a escravidão e, automaticamente, garantir os benefícios econômicos trazidos por ela.

Deve-se promover moderada, habil e gradualmente [a abolição dos maus costumes]; as supressões radicaes são proscriptas, quando transmudão com abalos profundos os antigos habitos, por não estarem preparadas pela opinião popular.

É muitas vezes preferível suportar-se um mal para conjurar-se maiores calamidades.

Servirá de exemplo, bem significativo, o costume inveterado, e entrelaçado com os mais importantes interesses da escravidão no Brazil. (p. 229-230)

Alfredo Gomes afirma que quando João Theodoro foi presidente da província ele propôs à Assembleia Legislativa que o imposto sobre os escravos trazidos do Norte do país fosse aumentado,¹⁰⁴ mas não chegou a efetivar nenhuma medida nesse sentido. Até poderíamos acreditar no seu discurso, quando ele faz um juízo negativo sobre esse sistema, como o fez Vilma Peramezza,¹⁰⁵ no entanto, não podemos deixar de ressaltar que evitar o risco das comoções sociais e conservar a agricultura e a riqueza pública eram pautas que ocupavam um lugar prioritário na sua concepção. Em sentido inverso, poderíamos até questionar em que medida esse discurso não legitimava ainda mais o sistema escravista ao reconhecer que ele era negativo, porém necessário à economia do país naquele momento.

Se compararmos as justificativas de João Theodoro e suas propostas de abolição “lenta, gradual e segura” com o texto de José Maria de Avellar Brotero (Capítulo 5), já notamos uma sensível diferença discursiva, sobretudo se considerarmos que o texto de Brotero foi escrito em 1829, quando o movimento abolicionista praticamente não existia no Brasil,¹⁰⁶ e nem mesmo a proibição do tráfico havia sido decretada. Brotero afirmava que:

¹⁰³ Não queremos dizer com isso que todos os membros do partido estavam de acordo com a lei de 28 de setembro de 1871, mas que João Theodoro, especificamente, se alinhava com o gabinete do Rio Branco. Sobre as dissensões causadas em função da discussão da lei e sobre a divisão dos dois partidos em torno da defesa ou do ataque dela, ver: ALONSO, Angela, *op. cit.*, p. 75-86; COSTA, Emília Viotti da, *op. cit.*, p. 51-57.

¹⁰⁴ GOMES, Alfredo. *João Theodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 235-236.

¹⁰⁵ PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 44.

¹⁰⁶ Emília Viotti afirma que “Até meados do século XIX não se pode propriamente falar em movimento abolicionista. As críticas à escravidão continuavam a encontrar pouca sustentação e as propostas em favor da emancipação dos escravos despertavam pouco entusiasmo. Aqui e lá um espírito mais independente publicava um ensaio sobre as vantagens do trabalho livre. Um parlamentar apresentava um projeto visando melhorar a

[...] Os homens podem muitas vezes obedecer em silencio a um déspota, mas elles o aborrecem a cada momento no fundo de seo coração, e quando presumem poder sem perigo sacudir seo jugo, elles aproveitão a occasião com diligencia. O nome de senhor e de escravo destróe toda a idéa de devêr, todo o commercio de affeição, e põem os homens em um estado de hostilidade reciproca; e neste misero estado, a força é o direito, e o medo a unica obrigação.¹⁰⁷

Conforme apresentamos no capítulo anterior, ele ainda completava seu comentário com uma citação de Mably, em nota de rodapé, na qual afirmava que a guerra civil era um mal terrível, mas, às vezes, necessário. Já mencionamos que o livro de Brotero não foi aceito pela Assembleia Legislativa para ser o compêndio de Direito Natural do curso jurídico por conter “más doutrinas”. De qualquer forma, é interessante notar duas visões tão diferentes de professores que foram lentes na mesma cadeira, embora em épocas distintas.

O exemplo da postura de João Theodoro em relação à escravidão é bastante emblemático da sua forma particular de enxergar a situação brasileira e da forma como projetava o seu desenvolvimento. A escravidão era ruim do ponto de vista civilizatório, pois representava um fato anacrônico e detestável que afastava o Brasil da esfera das regiões de elevada teoria, nas quais poderia haver harmonia entre a teoria e o sistema completo do direito. No entanto, por mais grave que fosse essa instituição, ela só poderia ser superada moderada e gradativamente, sem comoções sociais, assim como qualquer outra transformação. Isso é central no seu pensamento.

Quando está dissertando sobre a Escola Histórica, João Theodoro diz que uma de suas principais contribuições é a ideia de moderação:

Presta ella maximo serviço ao destino do homem, dos povos e da humanidade, garantindo as condições estáveis de todo o progresso, regularizando as innovações, contendo enfim pela prudencia e reflexão a impetuosidade das paixões, e os espiritos fanatizados pelos encantos da novidade.
É ás forças e vitalidade deste sistema que deve a politica o sálutar effeito de um partido, que se organiza para defeza das instituições, sem oppôr-se entretanto aos aperfeiçoamentos moderados e gradativos.
Sem elle o progresso se confundiria com mudanças rapidas e tumultuarias; a paz seria trocada pela frequencia das revoluções; o corpo social não teria um ponto de apoio.
[....]

situação dos escravos, um poeta lamentava os sofrimentos dos escravos. O ensaio era ignorado; o projeto, engavetado; e o poema, esquecido.” COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 39.

¹⁰⁷ BROTERO, José Maria de Avellar Brotero. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829, p. 215-216.

De que servirão as tentativas extemporaneas da emancipação politica do Brazil? (p. 242-243)

É certo que defender a necessidade desse ritmo lento e seguro nas transformações sociais e políticas refletia o alinhamento de João Theodoro ao consenso estabelecido pelas elites imperiais. No entanto, poderíamos pensar que a sua insistência neste ponto, pregando a moderação e a prudência com tanto afínco para seus jovens alunos, refletisse uma certa reação aos debates dos estudantes na Academia, visto que, a essa altura, muitos deles estavam envolvidos nas discussões em torno do abolicionismo.

6.5.3. O Estado

Conforme tentamos apontar ao longo do texto, a obra de João Theodoro, mais do que uma análise e síntese das discussões filosóficas acerca do direito natural, configurava-se um tratado sobre um modelo de sociedade a ser alcançado. Nesse sentido, é importante destacar as suas proposições acerca do Estado.

No parágrafo que ele intitula como *Synthese de todas as regras*, ele afirma:

Todos os principios capitaes expostos presidem a fundação, e desenvolvimento dos Estados [grifo nosso]. A lei primitiva preceitua o respeito mutuo ás actividade de todos, e de cada um, impõem aos Governos a missão suprema de manterem a harmonia entre todas, de proscreeverem os males directos, de garantirem a execução integral das obrigações negativas, e habilita-os com recursos sufficientes, confiando-lhes as forças policiaes e militares.

As autoridades politicas subordinão-se igualmente ao dever de conciliarem o predomínio do direito com a commodidade particular, ou com o bem publico, suprimindo todas as faculdades que, embora indirectamente, ferem elevados interesses de segurança, de salubridade, de moralidade ou de tranquillidade social. (p. 85-86)

Daqui, podemos extrair que um dos eixos centrais da ideia de João Theodoro são os conceitos de conciliação e de harmonia, aproximando-o, mais uma vez, do ecletismo krauseano. Essas ideias chegaram ao Brasil através do compêndio de Ferrer – aquele que João Theodoro pretendia substituir com a sua obra. No entanto, como ele mesmo afirmava na sua exposição inicial, não eram as teorias de Krause que deveriam ser revistas, mas as de Cousin e Kant, sobretudo porque elas davam muito espaço ao individualismo.

Miguel Reale, tentando explicar a preferência por Krause, afirma que:

Como em todo o mundo ibérico, a doutrina de Krause, com os desenvolvimentos e as simplificações feitas por Leonhardi, Ahrens, Röder e Tiberghien, encantava por seus propósitos de renovação espiritual e política, por suas tendências internacionalistas e humanitárias, assim como pela tentativa de harmonizar os ensinamentos dos grandes metafísicos alemães, Kant, Fichte, Schelling e Hegel, em uma visão orgânica e unitária, endereçando-os principalmente à compreensão dos problemas éticos. É o sentido social e ético da doutrina de Krause, posto em relevo e, estudos do mais alto mérito, que explica o seu acolhimento na cultura ibérica, como instrumento de ação pedagógica e política¹⁰⁸.

Tanto a ideia de harmonia já mencionada, quanto a visão orgânica e unitária, e a posição em relação aos problemas éticos, aparecem na configuração do Estado de João Theodoro. O bem supremo e o progresso, que é o indício do primeiro, são os objetivos a serem alcançados. O Estado teria o papel de mediar essas relações, garantindo que os interesses gerais fossem respeitados, sem, contudo, coibir completamente os interesses individuais. Na realidade, esses últimos deveriam ser voltados para a realização daqueles, como podemos notar pelo trecho abaixo:

A administração de um paiz tem o rigoroso dever de proporcionar a magnitude de uma empreza, a realizar-se, seos estudos e seos cuidados. Os bons cidadãos porém pelos meios de publicidades, e animados pelo patriotismo, devem, moralmente, pôr em contribuição seos conhecimentos, e guiar a autoridade com suas luzes. (p. 112)

A ideia do patriotismo que aparece expressa nesse trecho permeia as proposições de João Theodoro em todo o seu livro. O nacionalismo faz parte do ideário do século XIX, principalmente a partir da sua segunda metade, e o nosso autor, ao seu modo, se insere nesse movimento. No entanto, sua ideia de nacionalismo se afastava, em um sentido, das correntes liberais da época, pois excluía um dos elementos centrais da ideologia burguesa do século XIX: o individualismo.

O indivíduo não era a origem dos direitos, nem do Estado, e sim a coletividade. Ademais suas ações só seriam livres na medida em que contribuíssem com a sociedade. João Theodoro explicava que “A substancia e vitalidade do estado é o patriotismo, sentimento de cohesão moral e popular. O pessoalismo utilitario, com pendor extremamente opposto, isola, segrega, individualisa e dissolve”. (p. 196)

¹⁰⁸ REALE, Miguel. O Krausismo em São Paulo: o “socialismo filantrópico” de João Teodoro e as lições de Galvão Bueno”. In: *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1976, p. 22.

Assim, a partir dessa ideia de coesão, o Estado deveria concorrer para criar uma nação forte, procurando e resolvendo os problemas que atravancavam seu máximo desenvolvimento:

O poder publico, bem compenetrado da magnitude de seus destinos, contempla a vida social, comprehende suas fraquezas e suas forças, anima e socorre, auxilia umas e outras com instrumentos de progressos, e promove efficaçmente a felicidade geral. São os auxilios positivos que provocão as aptidões individuaes, fecundão a perfectibilidade humana, e operão no Estado maravilhozas transformações.

Seria necessaria situação muito florecente em todos os ramos da finalidade racional dos povos, para que, confiados nos proprios recursos, dispensassem esta benefica e auspicioza interferencia dos Governos.

Fóra destas condições de prosperidade, a cooperação é aconselhada pelos elevados preceitos de politica, e de rigorosa justiça. *É por isso que em taes circumstancias, e em todos os paizes, fundão os governos instituições de ensino superior, mantêm e propagaão a instrucção popular, protegem a agricultura, commercio e industrias, franqueando-lhes capitaes, promovendo vigorozamente a immigração de operarios, aperfeiçoando a viação terrestre, auxiliando ou subvencionado emprezas de navegação fluvial e maritima, tornando emfim frequentes e rapidas as communicações entre todos os povos.* [grifo nosso] (p. 86-87)

O Estado seria um mediador, suas ações não podiam faltar, mas também não poderiam exceder os limites, que seriam definidos de acordo com a situação do país. O papel do Estado era fazer com que a sociedade se desenvolvesse nas bases do “progresso” e da “civilização”, através do incentivo das ações particulares e da garantia de existência dos setores não cobertos pela iniciativa privada.

É interessante notar que, no trecho citado, João Theodoro elencava algumas medidas tomadas por ele quando foi presidente da Província, como veremos no próximo tópico. Vilma Peramezza aponta para a coerência de João Theodoro entre sua teoria e sua prática,¹⁰⁹ e, de fato, isso é notório nos registros deixados por ele. No entanto, podemos pensar que, além disso, seu livro pode ter servido como um meio de reafirmar a justeza de suas proposições, já que ele foi publicado após o seu governo.

Um outro aspecto importante da ideia de Estado para João Theodoro é sobre o poder de tutela que ele tem:

A 4ª e ultima regra, que firma a extenção do direito pelo seu objecto é – “a que confere ao homem o direito de governar aquelles que, por inaptidão,

¹⁰⁹ PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 58.

precisão de tal auxilio para conseguirem sua felicidade racional”. D’aqui vem o poder paternal e direito de tutela.

As questões praticas, que podem ocorrer para determinar se quem o exercerá sobre o impubere, o insensato, o furioso, pertencem ao direito social.

A legislação philosophica só consagra o principio de que deve competir ao mais habilitado por suas condições pessoais, e pelas circunstancias, que o cercarem, para preenchimento do destino proposto.

Esta opinião é inspirada pela Razão, aceita, e desinvolve Ahrens, Direito Natural, pag.124. Daqui resulta, observa elle, o direito de tutela, direito de applicação universal, *existindo para os individuos, e para os povos, como para as diversas instituições, creadas em vista do fim social*. [grifo nosso] (p. 84-85)

Mais adiante, João Theodoro precisa com mais detalhes o que seriam essas ações de tutela do Estado, afirmando que:

Seos principios justificativos são os mesmos enunciados, e os proprios factos os confirmão pela evidencia de suas legitimidades.

Taes são as fundações ou subvenções de Hospitaes de caridade com ficalização do governo, os estabelecimentos de educação industrial, que costeião, dirigem, e administração por meio de agentes seos, o regimem da instrução publica, por elle, e com as rendas do paiz organizada, e mantida. (p. 87)

De alguma forma, essa ideia de tutela se aproximava daquela levantada pelos positivistas sobre a organização e harmonização da sociedade “por cima”. No entanto, esse não era um debate que fora criado por Comte e seus seguidores, pois ele já permeava os discursos políticos liberais desde a Revolução Francesa, quando se colocou em pauta o sufrágio universal. Um dos principais dispositivos mobilizado pelas elites para a manutenção do *status quo*, afastando o povo das decisões políticas, era equipará-lo a uma criança que precisava ser guiada pelas pessoas que tinham capacidades para fazê-lo.¹¹⁰

João Theodoro, embora não fale diretamente sobre o direito de comando de um determinado grupo sobre o outro, afirmando apenas que o Estado deveria cumprir esse papel, indicava que a sociedade deveria funcionar como um organismo humano, cada parte cumprindo a sua função, como podemos perceber pelo trecho abaixo:

A sociedade política, assim constituida com pluralidade de elementos provenientes, variedade de funções e uma só vitalidade legal, assemelha-se a “um grande homem que se desinvolve em seos diversos membros, e em suas

¹¹⁰ Domenico Losurdo faz um histórico dos debates políticos desde a Revolução Francesa, mapeando as justificativas utilizadas pelas elites e por seus teóricos para justificar o monopólio do poder político, em detrimento da população. LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 15-73.

diferentes funções, sem prejudicar a unidade organica de seo corpo. Cada uma de suas partes, preenchendo um fim particular, converge harmonicamente com todas as outras ao cumprimento do destino geral”.

A maneira do sistema nervozo, diz Ahrens, (cuas doutrinas correspondem aos principios aqui formulados) que no corpo liga todas as partes entre si, e faz de cada uma a condição da existencia das outras, o direito, pelo principio de condicionalidade, crea uma solidariedade entre todas as partes, todas as funções, e todos os membros do corpo social. (p. 87-88)

Além do vocabulário orgânico, bem comum à época de glória das ciências naturais, deve-se ressaltar o caráter estamental¹¹¹ dessa teoria, que buscava naturalizar as diferenças sociais e impô-las em termos de harmonia, de coesão e de auxílio mútuo.

Um exemplo de aplicação dessa proposição pode ser extraído de quando João Theodoro discorre sobre a educação da população, e, também, quando age diretamente durante a sua administração. Em várias passagens do seu texto, aparece essa questão. Algumas vezes, ela é exposta de forma genérica, em outros momentos, ele se refere à instrução primária e educação profissional, e, ainda, em algumas situações, ele trata da educação filosófica e jurídica.

Quando foi presidente da província, João Theodoro tomou diversas medidas em relação à educação primária e ao ensino profissionalizante. Criou a primeira Escola Normal do Estado, prescreveu a obrigatoriedade de ensino nas vilas e cidades da província, reorganizou o Conselho de Instrução Pública e o encarregou de fazer um recenseamento escolar em cada município.¹¹²

Na realidade, essas medidas eram a execução de leis propostas pela Assembleia Legislativa. No entanto, a execução delas significava, ao menos, um certo alinhamento, pois João Theodoro se empenhou na concretização de leis que estavam engavetadas já há alguns anos. Por exemplo, em 24 de junho de 1874, ele instalou o Instituto de Educandos Artífices, criado pela lei provincial de 5 de julho de 1869, onde funcionavam duas oficinas, uma de alfaiate e a outra de marceneiro. Os alunos tinham aulas de primeiras letras, catecismo, música instrumental e ginástica.¹¹³

Contudo, o projeto educacional de João Theodoro tinha uma finalidade bastante específica, como podemos perceber pelo seu texto:

¹¹¹ Florestan Fernandes, sem negar a existência de setores intermediários, resalta o caráter estamental da sociedade colonial e imperial, pois, em relação ao poder político, mantinha-se a lógica da clivagem fundamental entre senhores e escravos, isto é, os detentores exclusivos do poder político eram os setores pertencentes ou ligados às camadas senhoriais. FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010, p. 88-89.

¹¹² VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 17.

¹¹³ GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1967, p. 160-164.

Os melhores governos são os que derramão a instrucção por todas as camadas populares, circundão de prestígio, e de esplendor o elemento religioso, e preparão, pela educação domestica, escolar, e social, as garantias mais auspiciosas da ordem, e do direito. (p. 52)

A ideia que transparece nos seus escritos, e em sua administração, é muito mais aquela de disciplinar a população preparando-a para o trabalho do que a de emancipá-la. Destarte, essa educação disciplinadora cumpriria um papel naquela sociedade que deveria se assemelhar “a um grande homem que se desinvolve em seos diversos membros, e em suas diferentes funções, sem prejudicar a unidade organica de seo corpo. Cada uma de suas partes, preenchendo um fim particular, converge harmonicamente com todas as outras ao cumprimento do destino geral”. (p. 87)

Quanto aos limites da atuação do Estado, suas propostas ficam mais claras quando João Theodoro fala sobre o socialismo. Mas, de antemão, é preciso pontuar que sua visão sobre esse sistema era bastante particular. Apesar de possuir em sua biblioteca um livro de Proudhon, o *De La Creation de l'ordre dans l'humanité*, por exemplo, os referenciais teóricos sobre os quais nosso lente se apoiava para construir esse tópico se afastavam bastante daqueles que conhecemos hoje como autores socialistas, como era o caso de Krause e Ahrens, assim como do cubano Calixto Bernal, e mesmo de críticos, como Thiers.

Na sua definição inicial sobre esse sistema, João Theodoro afirmava:

As doutrinas socialistas são aquellas que, assignando ao Estado, com fim especial, o fornecimento obrigatorio e rigoroso de condições positivas á vida e trabalho de seos membros, organizão nelle instituições societarias, ou de outra natureza, segundo as quaes constante e systematicamente essas condições ou cooperações positivas devem ser prestadas.

A parte puramente theorica e philosophica em que impõem ao governo do Estado, além do dever capital de garantir as actividades, a coadjuvação effectiva e positiva de meios imprescindiveis á vida e ao trabalho – he indisputavelmente verdadeira.

Os direitos de existencia e de occupação productiva dos homens emanão de seos fins racionaes e naturaes, e a nobre missão do governo politico he de os deffender, e de auxilia-los. Esta he a opinião scientifica de Ahrens, de Krause, e a que temos amplamente sustentado.

A parte pratica porém em que o socialismo determina a extensão desses direitos originarios, ampliando immensamente a intervenção obrigatoria do Estado, e convertendo em dever normal, permanente e sistematico, a prestação de socorros, que sómente circunstancias extremas podem tornar obrigatoria – he exactamente a que encerra numerosos erros, anima os abuzos, e provoca explozões revolucionarias. (p. 333-334) [grifos nossos]

No entendimento de João Theodoro, o socialismo seria então uma espécie de conduta do Estado, uma prestação de socorros. Sua interferência maior ou menor deveria se ajustar às condições sociais, ou seja, da avaliação da necessidade ou não desses auxílios em cada momento. Ele não entendia o socialismo como uma proposta de subversão da ordem estabelecida, como uma luta contra o capitalismo, nem tampouco como uma doutrina que contrapunha as classes sociais. Muito ao contrário, para ele, o socialismo parecia ser justamente as medidas necessárias para a conciliação delas.

Compreendendo essa interpretação de João Theodoro, fica mais fácil entender porque um membro do Partido Conservador de São Paulo do Oitocentos concordava com Calixto Bernal na seguinte assertiva:

E entretanto, diz elle [C. Bernal], o socialismo he um phantasma, com cujo auxilio os retardatarios do antigo regimen semêão o espanto, como fazem as amas aos meninos com os contos do Barba-azul: aponto de quererem votar esta palavra a execração universal, e de fazerem amaldiçoar um socialista da mesma sorte que um bandido. Comtudo, pergunta esse eloquente publicista, o que significa este espantinho com que se tem gelado o entusiasmo das nações, e detido por alguns lustros o progresso da civilisação? O socialismo, continúa elle, *he a investigação dos meios de curar-se radicalmente a sociedade das chagas que a devorão; de fazer desaparecer os abuzos introduzidos nas instituições, e que alimentação entre os homens a corrupção e a miseria.* [grifo do autor] (p. 334-335)

Calixto Bernal (1804-1886), de quem João Theodoro extrai a parte teórica do socialismo, na realidade, não era um socialista. Ele era um advogado e político cubano que atuou, pela via parlamentar, pela autonomia de governo de Cuba, mas não por sua independência.¹¹⁴ A sua interpretação da parte teórica do socialismo é adotada integralmente por João Theodoro. Para eles, o socialismo seria a “investigação dos meios de curar-se radicalmente a sociedade das chagas que a devorão; de fazer desaparecer os abuzos introduzidos nas instituições, e que alimentação entre os homens a corrupção e a miseria”, porém, numa chave religiosa. Não seria uma transformação social estrutural, mas apenas alguns ajustes dentro da lógica do “dogma sublime da religião christã *Dai a aquella que nada tem; socorrei ao necessitado.*” [grifo do autor] (p. 335)

João Theodoro, ainda transcrevendo as frases de Bernal, escreve:

¹¹⁴ MANZANO, José María Aguilera. José Calixto Bernal y su proyecto autonomista para el gobierno de la isla de Cuba. *História Revista*, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 158-177, jan. 2016. ISSN 1984-4530. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/32582>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

O Creador não tem destinado a universalidade dos bens ao dominio exclusivo de um só homem, ou de um só povo.
A grande propriedade de uns não he injusta, se os outros tem o sufficiente.
As vistas do socialismo são eminentemente philanthropicas. (p. 335)

Na sua interpretação do socialismo fica bastante explícito o papel que deve ser cumprido pelo Estado:

Os infortunios e mizerias, que se multiplicão no seio das sociedades, confirmão a imperioza necessidade de medidas positivas dos governos no sentido de suavizarem os males, já que impossivel he extirpal-os completamente.
O direito de vida quando, na actividade pessoal e na caridade publica, não póde encontrar condições indispensaveis de manutenção, impõem-se ao governo, e delle exige imperiozamente a restricta e necessaria protecção. (p. 336)

Assim, nessa chave, João Theodoro exemplificava como medidas socialistas a taxa dos pobres criada pela rainha Izabel, na Inglaterra, e os numerosos asilos para mendigos existentes nos países civilizados. Os Estados teriam a missão de favorecer as necessidades, mas sem proteger os ociosos. Ele afirmava que tais medidas eram importantes porque “avulta o perigo na razão direta do pauperismo que se augmenta” (p. 336).

Um dos exemplos extraídos de Bernal, e que estava de acordo com as proposições de João Theodoro, era a questão da imigração. Segundo aquele autor, uma das consequências da falta de trabalho nos países europeus era a dispersão dos trabalhadores em busca de oportunidades em outros continentes. Assim, seria função do Estado garantir que essa transferência fosse feita com proteção estatal. Em vários momentos João Theodoro se colocava a favor dessa política, principalmente como uma forma de resolver o problema do trabalho na lavoura perante o iminente fim da escravidão. Em Calixto Bernal, nos parece, ele encontrou uma referência perfeita para as suas proposições.

Mas não só em relação à imigração o Estado deveria agir, ele também tinha como obrigação proteger o direito ao trabalho e incentivar as atividades econômicas do país:

De conformidade com o direito ao trabalho os governos patrioticos, com especialidade nos Estados novos, prestão auxilio positivos a actividade productiva do homem, ainda que indirectamente, protegendo a emigração, facilitando, e proporcionando capitaes á lavoura, combatendo as crises commerciaes e conjurando efficazmente seos perigos. (p. 336-337)

No entanto, essa ação estatal tinha seus limites, pois caso fosse maior do que o necessário, ela criaria uma série de “abusos”, fazendo com que a virtude se degenerasse em vícios. Um dos abusos que João Theodoro menciona é a sistematicidade da ação governamental. Ela teria que ser pontual e nunca se tornar a regra geral, pois isso configuraria um grande risco para a sociedade:

Quando porém os direitos primitivos de vida e de trabalho recebem na practica maior estensão do que lhes compete, toma emfim carcter sistematico – os abuzos se reproduzem, e a virtude degenera em vicio.

Violarião seos deveres e seos destinos os Estados, que sem utilidade social creassem obras publicas para emprego de operarios, que reclamassem serviços e salarios.

Pol-os nesta dependencia dos governos he esterilizar as forças do paiz, crear inimigos e facciosos. *Hoje pedem trabalho, amanhã formarão convenio e uniao solidaria para imporem a reducção no tempo de serviços, e augmento de interesses; no dia seguinte emfim determinarão o lugar de suas occupações.*

Tomarão as armas para não deixarem Pariz, diz Thiers sobre o socialismo pag. 285. Os desgraçados combates de Junho, acrescenta elle, tem tido lugar justamente com a noticia da partida forçada dos operarios das officinas nacionaes.

Durante a administração aliás florescente de Napoleão III, e as grandes obras que executou ou promoveo na cidade de Pariz, para esta affluirão centenas de operarios que mais tarde se converterão em agentes furiosos do vandalismo, e da revolução devastadora da communa, inspirada por idéas socialistas. (p. 338-339)

Fica claro, assim, que a intervenção do Estado não se relacionava com a proteção dos trabalhadores, mas, exclusivamente, com a garantia de braços para as atividades econômicas do país e, não menos importante, com o controle social com vistas a impedir qualquer forma de reivindicação por parte deles. Afinal, os referenciais estrangeiros tinham a sua função: “Mais que copiar os europeus, a elite imperial se esforçou em evitar a maior de suas desgraças: a revolução.”¹¹⁵

Em seguida, João Theodoro passava analisar a prática socialista – fonte de todos os erros, na sua concepção. A despeito de uma suposta “confusão” teórica que nosso autor cometia em relação as proposições socialistas, essa parte do texto é interessante, sobretudo, por revelar o seu alinhamento com o liberalismo econômico. Já mencionamos que João Theodoro se opunha aos pressupostos do liberalismo político, pois negava veementemente que o direito

¹¹⁵ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 56.

natural e o Estado tinham suas origens no interesse e nas vontades individuais. No entanto, quando se tratava da esfera econômica, sua visão era um tanto mais flexível.

Não se tratava, para ele, de uma total liberdade da iniciativa privada, é certo, mas, as intervenções que ele propunha estavam relacionadas à garantia do direito de propriedade e a uma espécie de gerenciamento que deveria ocorrer em casos específicos. Ele negava que os Estados deveriam dirigir qualquer tipo de indústria e afirmava que a concorrência era o meio mais eficaz para garantir a prosperidade das atividades econômicas. De acordo com João Theodoro:

Os dous principios porém da direcção governamental nas industrias, e da abolição da concorrência – são falsos e perigosos.

O 1º substitue a fiscalização energica, perseverante e efficaz do interesse proprio – pela gerencia fraca e muitas vezes indifferente de uma entidade impessoal – o governo.

Substitue a acção immediata e concentrada de cada um, pela direcção remota e dissiminada sobre uma variedade prodigiosa de objectos.

[...]

a liberdade das industrias contém os germens e as condições de suas prosperidades.

[...]

Tambem a tendencia geral dos povos, que mais sobressahem pela civilização, consiste em reduzir gradativamente o governo á posição de simples mantenedor do direito, e em confiar ás companhias particulares, e aos individuos a gerencia dos negocios privados e administrativos.

[...]

He tambem um gravissimo erro substituir-se a concorrência pelo monopolio. Aquella desperta a emulação, desinvolve e fecunda as forças productivas, multiplic’as invenções, e aperfeiçoa os productos.

Os productores de 1ª ordem avançam sempre para não serem alcançados.

Os de cathogoria inferior cultivão sempre suas actividades para primarem sobre os outros.

As mediocridades, sem esperanças e sem futuro, comprehendem que errarão o caminho de seos destinos, e procurão, em nova carreira, mais modesta e mais util, seguir os preceitos da vocação. (p. 342-344)

O liberalismo econômico tinha uma trajetória no Brasil desde a época da emancipação do país, pois, naquele momento, as duas faces do liberalismo – a econômica e a política – estavam imbricadas na situação de dominação colonial. Assim, o ataque aos monopólios e a defesa da livre iniciativa já estavam enraizados nas mentes da elite brasileira e formavam um certo consenso, legando as disputas mais acirradas para a esfera política nas questões relacionadas aos direitos civis.

Assim, com base nas teorias sobre o Estado de nosso autor, e, lembrando suas formulações sobre a religião e a moral, podemos dizer que há uma imprecisão significativa na

definição de Miguel Reale, quando proclama que as teorias de João Theodoro se configuravam como um “socialismo filantrópico”. Mesmo a afirmação de que o grande mérito do nosso autor foi introduzir a questão social no direito brasileiro deve ser vista com muitas ressalvas. Ou melhor, é necessário precisar a qual lado da questão social Miguel Reale estava se referindo, pois, embora suas palavras fossem, aparentemente, generosas e bem articuladas, não é preciso fazer uma análise muito detida para se perceber que o problema social aparecia apenas em termos da garantia de braços para a lavoura e para as indústrias; como meio para evitar qualquer tipo de reivindicação por parte deles e as convulsões sociais decorrentes. Ademais, a solução para essas questões tinha mais relação com uma filantropia cristã do que com qualquer discussão mais profunda sobre os problemas sociais.

Mas, se a imprecisão de Reale ao chamar a teoria de João Theodoro de socialista não tinha muita justificativa, senão por um desconhecimento do que fosse o socialismo ou por uma leitura superficial do *Theoria Transcendental do Direito*, as supostas “confusões” do nosso lente podem ser compreendidas por outros caminhos, inclusive porque a ideia de socialismo não era, ou poderia não ser, para alguns, tão clara no século XIX como era no século XX.

Primeiramente, poderíamos pensar que ele ainda estivesse influenciado pelas ideias do socialismo utópico, cujos contornos eram muito flexíveis, e os limites entre um capitalismo “civilizado” e as propostas de subversão da ordem eram fluídos. De fato, conseguimos notar uma certa aproximação com vários pontos da teoria de Saint-Simon: 1) a missão principal da sociedade deveria ser a produção de riquezas; 2) a aceitação da desigualdade entre as classes; 3) a defesa da propriedade privada; e 4) a adoção de uma visão religiosa e moral.¹¹⁶ Saint-Simon, porém, não era um socialista, embora os saint-simonistas tenham aprofundado esse caráter com base nas suas concepções iniciais.¹¹⁷

De qualquer forma, vale lembrar encontramos em sua biblioteca um livro de Louis Reybaud (1799-1879), cujo título descrito é *Études*, que sabemos ser uma das duas obras: *Études sur les réformateurs contemporains ou socialistes modernes. Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen*, 1842, ou, *Études sur les réformateurs ou socialistes modernes. La société et le socialisme, les communistes, les chartistes, les utilitaires, les humanitaires*, 1843, pois João Theodoro explica as teorias de Fourier, Saint-Simon, Enfantin e Victor Considerant, a partir de “Reybeau, em seus estudos sobre os reformadores, V. 3, p. 302 e seguintes.”

¹¹⁶ BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 416-422.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 416.

Segundo Lincoln Secco, durante a primeira metade do século XIX houve uma quase simultaneidade entre os experimentos utópicos na França e na América Latina, contudo, “a simultaneidade da superestrutura contrastava com a defasagem da infraestrutura intelectual”.¹¹⁸ Destarte, ao longo do século, operou-se um processo de defasagem, sobretudo no Brasil, limitando o alcance do socialismo, pois desenvolveu-se um forte atraso em termos das publicações. Por isso, as origens intelectuais do socialismo brasileiro teriam como referências as obras de Augusto Comte, que tinha sido secretário de Saint-Simon, e de Victor Cousin,¹¹⁹ as quais encontramos em abundância entre os textos citados por João Theodoro.

De fato, o socialismo científico, de Marx e Engels, era pouco conhecido no Brasil, até, pelo menos, 1871, quando o nome de Marx começou a circular em São Paulo com as notícias da Comuna de Paris.¹²⁰ No ano seguinte, uma publicação realizada em um periódico brasileiro, editado em Londres, dedicou um número inteiro a ele.¹²¹ Encontramos, inclusive, a reprodução de um trecho desse jornal no periódico *Correio Paulistano*, na edição de 14 de maio de 1872.

Imagem 21 – Trecho inicial do artigo sobre Karl Marx no *Correio Paulistano*

Fonte: *CORREIO PAULISTANO*, São Paulo, 14 de maio de 1872, p. 1.

No entanto, é preciso considerar que as notícias sobre a Comuna de Paris, em 1871, circularam amplamente no Brasil, esclarecendo, de certo modo, sobre a que tipo de propostas se referia o socialismo àquela altura do século. Assim, se essa corrente de pensamento não era amplamente conhecida, também não podemos dizer que seus objetivos fossem completamente ignorados em 1876, quando João Theodoro publicou sua obra. Afinal, se ele escolheu dedicar 17 páginas para explicar essa teoria, era porque essas ideias tinham alguma importância.

¹¹⁸ SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros – A formação da Esquerda no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017, p. 31.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 31-32.

¹²⁰ Em 6 de maio de 1871 o *Diário de São Paulo* publicou uma notícia que apontava Marx como o líder da insurreição em Paris. *DIÁRIO DE SÃO PAULO*, São Paulo, n. 1678, 06 de maio de 1871.

¹²¹ SECCO, Lincoln, *op. cit.*, p. 33-34.

Ademais, a presença de Proudhon, entre os livros de sua biblioteca, nos faz duvidar que suas concepções fossem fruto de uma má compreensão ou de confusões conceituais.

Para nós, é mais provável que sua teoria fosse a adoção consciente de ideias que buscavam dar conta dos problemas sociais que se tornavam cada vez mais proeminentes, no Brasil e no mundo, contudo, por uma via conservadora. Se o socialismo estava em pauta, fazia mais sentido para João Theodoro se alinhar aos autores que o definiam dialogando com as suas próprias concepções, do que seguir a trilha daqueles que propunham transformações radicais na sociedade. De qualquer forma, esse procedimento acabava se configurando como um método de esvaziar o conteúdo revolucionário do socialismo, trazendo-o para uma esfera moral e filantrópica, mais uma vez, colocando as soluções para os problemas sociais sob a responsabilidade das “boas vontades”.

O século XIX foi o século da questão social, ou melhor, das revoluções sociais, e é nesse sentido que devemos enxergar as concepções de direito natural de João Theodoro. Sua recusa ao individualismo e a busca pela coesão social dialogam com Krause, mas também com Auguste Comte, embora as soluções encontradas pudessem se afastar em alguns pontos. Destarte, reiteramos a ideia de que referenciais teóricos vistos como antiquados, por estarem permeados pelo pensamento metafísico dos séculos XVII e XVIII, poderiam perfeitamente se acomodar a questões extremamente atuais, afinal, tudo dependia da forma como elas eram manejadas.

Dessa forma, gostaríamos de tecer mais alguns comentários acerca das relações entre a posse privada de livros e as práticas de leitura, baseando-nos, ainda, na interpretação que João Theodoro elaborou sobre o socialismo. Podemos presumir que a análise de uma biblioteca considerada somente pela listagem dos livros presentes pode contribuir com o levantamento das obras, dos autores e dos títulos que circulavam, dos idiomas que predominavam em determinado lugar e época, entre outros. Contudo, um estudo que se restrinja apenas a elas pode causar algumas impressões enganosas no que se refere às práticas de leitura e à apropriação das ideias.

A existência de autores socialistas, republicanos e democratas na biblioteca de João Theodoro, que, à primeira vista, nos levou a considerar consistente a avaliação de Miguel Reale sobre o socialismo do nosso autor, pode ser relativizada a partir de um aprofundamento sobre a forma como nosso lente os interpretava. Possuir as obras de Proudhon, Bancel, Alphonse Esquiros e Vermorel revelava apenas o seu interesse por determinada literatura, mas, de nenhuma forma, pode ser vista como evidência da sua adesão a essas ideias.

Por outro lado, a forte presença de autores do ecletismo, ainda muito influenciados por ideias metafísicas e racionalistas, e a ausência quase total de autores positivistas e evolucionistas, poderiam levar a crer que as novas ideias do século não haviam atingido nosso autor. No entanto, a leitura da sua obra revela que, a despeito desses referenciais teóricos, alguns valores centrais dessas correntes encontravam-se presentes, assim como o entusiasmo pela indústria, pelas ferrovias, enfim, pelos progressos infinitos da “civilização”. Fica patente, assim, a complexa relação entre a resistência da tradição e a força da inovação.

6.6. O governo de João Theodoro Xavier

João Theodoro foi presidente da província de São Paulo de 21 de dezembro de 1872 até 30 de maio de 1875. O primeiro contato que tivemos com ele foi através de seu inventário *post-mortem*, e a primeira pergunta que nos veio à mente foi: como um homem de tão poucas posses chegou a ser presidente da província, em um país onde o poder político, normalmente, esteve concentrado nas mãos da elite?

Conforme mencionamos no início do capítulo, alguns autores afirmam que ele veio de uma família pobre, outros, ao contrário, anunciam que seu pai era fazendeiro, comerciante e político influente em Mogi-Mirim. Encontramos no seu inventário o nome de José Theodoro Xavier, provavelmente seu irmão, mas não achamos mais referências sobre ele.

Lúcio de Mendonça atribui a nomeação de João Theodoro ao poder pessoal do chefe de Estado:

Ora, – seja dito sem vontade de puxar briga com quem quer que seja, – só mesmo em um régimen como era o nosso, de desabusado poder pessoal do chefe de estado, podia chegar ao governo, e lá conservar-se largo tempo, semelhante originalão.

Era, decerto, homem de culto e elevado espírito, de notabilíssima inteligência, mas de tal arte pervertido pelo sofisma e pela extravagância, de tal enviezamento de ideias, de tão fantástica obliquidade mental, que chegava a parecer gracejo o confiar-lhe gestão de coisas sérias.¹²²

No entanto, para Vilma Peramezza a questão era outra:

Almeida Nogueira nos confirma, através de seu minucioso relato sobras as figuras que passaram pela “velha e sempre Nova Academia”, desde a sua abertura, o que dissera Carl Von Koseritz: O título de bacharel em direito é

¹²² MENDONÇA, Lúcio de. *Esboços e perfis; Horas do bom tempo: memórias e fantasias*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 182.

chave para todas as posições da vida pública, e o único que serve completamente para a carreira política.

Na falta de outra explicação mais concreta, vamos acreditar que essa “varinha de condão” tenha feito do humilde moji-miriano, sem tradições de família, sem títulos de nobreza, o presidente da Província por dois anos, até a sua renúncia em 30/05/75, quando entrega o poder ao vice-presidente Monsenhor Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, que, em 9/7/75, o entrega ao presidente nomeado: magistrado Dr. Sebastião José Pereira.¹²³

Talvez essa seja uma explicação razoável, porque a falta de referências sobre a sua família não nos permite afirmar que ela tivesse algum destaque na sociedade paulista. Ademais, na estrutura estamental da colônia e do Império brasileiros, como queria Florestan Fernandes, sempre houve pequenas brechas para as exceções.¹²⁴ Contudo, não podemos descartar completamente a opinião de Lúcio de Mendonça, pois, de fato, os presidentes de província eram nomeados pelo governo central. Destarte, excetuando-se os julgamentos de valores de sua afirmação, cabe a nós considerar o que João Theodoro poderia oferecer, naquele momento, ao grupo político que comandava o Império.

Mas, antes de entrar nessa questão, é válido registrar a forma ambivalente com a qual ele foi retratado enquanto presidente da província: por um lado, era visto como um “esquisitão” adepto de hábitos pouco comuns, e, por outro, foi exaltado como um grande paladino do progresso. Almeida Nogueira afirma que:

Quando presidente, semelhante originalão vivia em Palácio à sua maneira, circundado de figuras esquipáticas e procedendo muitas vezes sem atentar a qualquer conveniência ou preceito social.

Como se houvesse fatigado da banalidade humana, das aparências sempre iguais e dos pensamentos sempre corriqueiros expressos por pessoas normais, vivia rodeado de uma coleção de estropiados: um surdo, um mudo, um gago e um idiota.¹²⁵

Lúcio de Mendonça também relata dois episódios que, verdade ou não, foram registrados e se perpetuaram em sua biografia. O primeiro deles, se refere ao seu caráter jocoso e brincalhão:

¹²³ PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, p. 46-47.

¹²⁴ FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010, p. 88-89.

¹²⁵ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 205-206.

Era presidente quando por lá apareceu um tal Van Hall, meio charlatão e meio maluco, que publicava uns artigos espantosos intitulados Progressus, Industria, Veritas. Trazia, como preciosidade única, um álbum de retratos autógrafos de chefes de estado e altas notabilidades; confiou-o ao presidente, pedindo-lhe uma lembrança; quando lhe foi restituído, verificou, e disse pelas gazetas, que o retrato de Solano Lopez vinha enfeitado com um par de óculos traçados à pena e o de Pio IX com um enorme cachimbo pendente dos sagrados beiços!¹²⁶

Referindo-se ao seu hábito de conviver com pessoas dos setores mais pobres da população, Alfredo Gomes relata que:

Presidente era quando o Conde d'Eu foi visitar S. Paulo, e teve de o receber e hospedar no palácio da presidência. Os chefes liberais, Martim Francisco, Leôncio de Carvalho e outros, receosos já de alguma, acompanhavam o augusto hóspede. Qual não foi a sua contrariedade quando à cabeceira da mesa do jantar presidencial viram gravemente sentado, como todos os dias, o Goulartinho, um tipo popular, do museu humano do presidente; protestaram, quiseram concertar, o conde chegou a perceber a história, mas o dono da casa interveio:

- Não estranhe vossa alteza. Eu lhe explico. Tenho uma antiga convenção ali com o cidadão Goulartinho: ele janta todos os dias comigo, no lugar de honra, com a condição de me fazer um discurso à sobremesa. Ora o cidadão tem cumprido, pela sua parte, até hoje, pontualmente, o contrato; não serei eu que o infrinja, compreende vossa alteza.

- Sem dúvida! mas sem dúvida! – aquiesceu, de bom humor, o conde.

E o Goulartinho presidiu o banquete e à sobremesa deitou, imperturbável, o discurso de obrigação.¹²⁷ (p.185-186)

Dante Alighieri Vita também narra uma história que revela esses hábitos:

Quando queria libertar-se de importunos pretextava não poder resolver nada sem primeiro consultar a opinião pública.

Para isso, reunia em palácio o capitão Antonio Bernardes Quartim, empreiteiro crônico das obras públicas, o modesto alfaiate Mariano da Purificação Fonseca, o bedel da Academia Valeriano Neves, o velho Goulartinho, seu assíduo comensal e outros tipos populares da época, como: o Nho Paulo Pica Fumo, o Rafaelzinho, tenente coronel dos bugres e Nha Maria Café, vendedora no Mercado, de quem se dizia – “para empenho, é Deus no céu e Nha Maria café na terra.”

Reunindo-os, proclamava alto e bom som:

- “Respeitável opinião pública” Aqui o nosso chefe e amigo, pediu a construção de uma ponte no interior da Província. Que acham?”

- “Nós achamos que seu Joãozinho deve atender a seu Coronel.”

- “Pois assim será, concluia João Teodoro! Está servido, meu amigo: a opinião pública está ao seu lado.”

¹²⁶ MENDONÇA, Lúcio de. *Esboços e perfis; Horas do bom tempo: memórias e fantasias*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 185.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 185-186.

E mandava construir a ponte.¹²⁸

Não podemos medir a precisão dessas histórias e saber o quanto de exageros ou invencionices elas contêm. No entanto, o modesto alfaiate Mariano da Purificação Fonseca, que aparece nesse último relato, era o avô de Benedicto, o filho natural de João Theodoro.

O hábito de conviver com pessoas que não estavam inseridas na alta sociedade paulistana rendeu a ele, por parte daqueles que procuraram exaltar a sua figura, a fama de governante popular, ligado ao povo e preocupado com os seus problemas. Já vimos que, do ponto de vista teórico, essa preocupação tinha um limite bastante preciso, mas, em relação à sua atuação política, podemos observar algumas ações “progressistas”, embora, sem romper, em nenhum momento, com a ordem institucional e sem ultrapassar determinadas fronteiras.

Cabe ponderar que na sociedade escravista, patriarcal, patrimonialista e com uma clivagem social bastante acentuada, como a brasileira no século XIX, não era preciso ir muito longe para ser considerado progressista. De qualquer forma, algumas ações como deputado e como presidente da província demonstram preocupações que não eram muito comuns.

Alfredo Gomes, analisando as atas da Assembleia Legislativa diz que João Theodoro, entre outras coisas, defendia a diminuição do imposto de consumo e combatia a tributação direta que onerava os meios de transporte, porque recaíam indiretamente sobre os gêneros de primeira necessidade. Sua fala na sessão de 15 de abril de 1863 foi reproduzida por ele:

São consumidores não somente os ricos, e as classes remediadas da sociedade, porém também a pobreza, que constitui o maior número da população, e cujas privações, mesmo na atualidade, sem esse novo gravame, nos deveriam contristar, em vez de desafiar, da parte do Poder Legislativo, um procedimento que vai agravar a situação triste e miserável em que se acha. Quem ignora que entre nós a mendicância avulta, que há uma grande classe que implora de porta em porta o alimento do dia. Também é certo que enquanto estes miseráveis percorrerem as ruas, solicitando de todos uma esmola, as lágrimas que vertem as famílias proletárias, anunciam em suas casas e com mais privações e sofrimentos, a falta de recursos e alimentos...¹²⁹

Como presidente, João Theodoro também tomou medidas que privilegiavam os interesses públicos, demonstrando uma visão que não era comum à sua época. Regulamentou o imposto sobre capitais estipulando que as transações com valores iguais ou superiores a 50

¹²⁸ VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 23-24.

¹²⁹ GOMES, Alfredo. *João Theodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 88.

contos de réis seriam tributadas; regulamentou o imposto predial, que deveria recair sobre prédios urbanos com valor superior a um conto de réis; desapropriou terrenos particulares para a realização de obras de interesse público; aumentou o pecúlio dos presidiários; regulamentou a extração das Loterias Provinciais, aplicando-se os benefícios em instituições como a Santa Casa e estabelecimentos assistenciais em geral; criou espaços públicos de recreação que podiam ser frequentados pelos mais diversos setores da população, entre outras realizações.¹³⁰

Ainda nessa chave da gestão pública, João Theodoro procurou conter alguns interesses particulares que tentavam se aproveitar das verbas e das oportunidades do Estado para fins privados. No seu primeiro relatório presidencial destinado à Assembleia Legislativa, ele apontava alguns problemas que exigiriam “especial estudo, promptas e energicas providencias”.¹³¹

Constrasta o progresso das estradas de ferro com a decadencia de todas as outras. A vitalidade concentrou-se com exhuberancia em um ponto, deixando desfallecer a maxima parte do corpo colectivo. É deploravel a indiferença, ou antes, algum damno mais funesto que lavra por este ultimo ramo do serviço. Penetrou nelle o elemento mercatil, que já hoje se não occulta, deixando, pelo contrario, transparecer toda a sua realidade com rara franqueza e descommunal impavidez.

É sufficiente a mera leitura do relatorio da Inspectoria de Obras, para fimrar-se no espirito esta verdadeira convicção.

Muitas dezenas de contos forão entregues a diversos encarregados de estradas ou pontes, em Janeiro, Fevereiro ou Março do anno precedente, e não só deixarão até hoje de prestar contas, mas ainda – nem meras informações sobre o destino que a esses dinheiros derão!

São numerosos os casos analogos estes, naquelles ou nos mezes subsequentes.¹³²

Na continuidade do texto, João Theodoro relatava que desde que havia assumido a presidência, pulularam os pedidos para administração de estradas e pontes. Contava que um cidadão, idoso e pobre, foi pedir-lhe a administração de uma determinada estrada para sanar seus problemas financeiros, e que ele pensou em ajudá-lo, até o momento que compreendeu, de fato, o pedido:

¹³⁰ GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 172-181.

¹³¹ XAVIER, João Theodoro. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo exm. sr. dr. João Theodoro Xavier, presidente da provincia, no dia 5 de fevereiro de 1873*. São Paulo: Typ. Americana, 1873, p. 3. Disponível em: <[http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o paulo](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

¹³² *Ibidem*, p. 3-4.

Nutri a esperança de constituir-me seu bemfeitor, sem offender a lei nem prejudicar os altos interesses da Província. Examinando, porém, mais tarde a legislação, compreendi que minha filantropia era impraticável, pois que a administração de estradas nenhuma remuneração tem, salvo o extravio ilegal dos dinheiros públicos.

Só pude compenetrar-me do alcance do pedido, quando, no correr do meu governo, contemplava maravilhado o número, sempre crescente, de aspirantes ao emprego de administrador de estradas. Compreendi então que a lei se engana quando reputa – simples onus se retribuição alguma.

Cumpre, portanto, extrair-se radicalmente este mal.

[...]

Anos têm existido, em que os gastos com os reparos e construções de pontes, estradas e matrizes sobem a mais de 800:000\$ sem que, infelizmente, um melhoramento importante e estável perpetue a memória de tão avultado sacrifício.

Não é exagerada a conjectura que reduz á 4ª parte desse capital o valor real do emprego utilmente feito, ficando tudo o mais em pura perda.

Seria frívola, portanto, qualquer hesitação perante despesas, embora consideráveis, destinadas ao aperfeiçoamento, que tenho lembrado.

É também um refreamento ao espírito mercantil que ultrapassa as raia da lei e os domínios da probidade.

Nunca perdem as Províncias, nem os Estados, com a regeneração dos costumes.¹³³

O texto também revela outra característica que ficou consagrada nas memórias e estudos sobre João Theodoro: sua ética e probidade moral. Vita diz que “João Theodoro Xavier iria mostrar dentro de condições sociais e políticas tão especiais de uma época a sua visão político-administrativa com marcante acuidade mental e, sobretudo, os seus inatacáveis princípios de probidade moral”.¹³⁴ Alfredo Gomes transcreve as falas de vários outros deputados, mesmo do Partido Liberal, que iam nesse mesmo sentido.¹³⁵

Outro aspecto de seu governo, que fica patente nas falas dos deputados selecionadas por Alfredo Gomes, é a sua postura independente em relação aos partidos. Na sessão de 18 de abril de 1873, o deputado Corrêa diz que quando se soube que João Theodoro seria o presidente, a notícia foi bem recebida porque ele era um paulista honesto e ilustrado que deveria administrar bem a província, no entanto, criticava o seu isolacionismo político, seu apartidarismo, seu governo “acima de partidos”.¹³⁶

¹³³ XAVIER, João Theodoro. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo exm. sr. dr. João Theodoro Xavier, presidente da provincia, no dia 5 de fevereiro de 1873*. São Paulo: Typ. Americana, 1873, p. 4-5. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo>. Acesso em: 24 nov. 2015.

¹³⁴ VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 11.

¹³⁵ GOMES, Alfredo. *João Theodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 213-215.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 215.

Uma demonstração dessa medida, que causou incômodo entre os membros de seu partido, foi a nomeação de um liberal, Francisco Aurélio de Souza Carvalho, para inspetor da Instrução Pública. Mas, para além dessa questão da independência política, João Theodoro foi atacado, sobretudo, pelos altos gastos com obras e melhoramento urbanos e pela forma como os conduzia, nomeando pessoas de sua confiança para os serviços.

Mesmo observando com a distância necessária esses relatos por demais elogiosos que transcrevemos, podemos questionar se eram mesmo as obras públicas os motivos de insatisfação de seus adversários. Nos parece que, talvez, a sua atuação independente e os ataques que fez à apropriação privada de recursos públicos podem ter motivado parte dos desafetos, pois os melhoramentos urbanos e obras de embelezamento da cidade, em si, deveriam, teoricamente, ser do interesse de toda a elite paulistana, independente da sua filiação política.

De fato, o relatório apresentado por João Theodoro teve um impacto na Assembleia Legislativa no tocante as suas acusações sobre o desvio de verbas públicas. Na 7ª Sessão Ordinária, do dia 15 de fevereiro de 1873, o deputado João Vicente Valladão se manifestou da seguinte maneira:

Sr. presidente, o trecho do relatório de s. exc. que mais contristou-nos é certamente aquelle que se refere ás finanças publicas da provincia, onde o sr. diz: (Lê)

“Muitas dezenas de contos forão entregues a diversos encarregados de estradas ou de pontes, em Janeiro, Fevereiro ou Março do anno precedente, e não só deixarão até hoje de prestar contas, mas, ainda, nem meras informações sobre o destino que a esses dinheiros derão!

São numerozos os casos analogos a este naquelles ou nos mezes subsequentes”

Este trecho do relatório de s. exc. contristou-me muito: digo mais, cobriu-me de vergonha!

O que não se dirá da provincia de S. Paulo; o que não se dirá do pessoal empregado na administração de estradas; o que não se dirá finalmente do proprio partido conservador, porque, na maior parte, são taes empregados deste partido?

[...]

Sua exc. não fez excepção de ninguem, quando me parece que, no seu relatório, alguma excepção devia fazer a respeito...

[...]

...nivelando a todos como fez s. exc., quem de hoje em diante, quem quererá servir o cargo de inspetor de estrada, qual o homem de bem que se prestará a receber dinheiros publicos para obras da provincia, quandom no relatório de s. exc. os bons são equiparados aos máos?

[...]

Ainda mais, sr. presidente, esta parte do relatório de s. exc. é uma censura gravissima feita ao thesouro provincial e á repartição de obras publicas.

Ora, v. esc. Sabe que á testa do thesouro provincial está um cidadão muito honesto...¹³⁷

No entanto, para além das “ofensas” que o relatório de João Theodoro havia gerado, ainda havia um elemento a mais para provocar a oposição a ele. Dissemos que não deveríamos desconsiderar a sua nomeação para presidente da província, pois ela atendia a determinados interesses. Ora, nosso lente fora nomeado durante o governo do gabinete Rio Branco, que começara sua atuação fazendo aprovar a Lei do Ventre Livre.

Na realidade, essa lei fazia parte de um bloco de reformas que visava uma modernização que conseguisse ajustar o Império às novas demandas, sobretudo econômicas, impostas pelas dinâmicas internacionais e nacionais. Se no plano externo via-se uma expansão do capital financeiro e de serviços, marcando uma nova fase do capitalismo monopolista,¹³⁸ no plano interno, a economia cafeeira se dilatava, transformando São Paulo em um terreno fértil para a inversão desses capitais. Ademais, o fim do tráfico, em 1850, já havia colocado um grande problema para a questão da mão de obra, que era agravado com o aumento das rebeliões escravas e o fortalecimento paulatino do movimento abolicionista. O crescimento das principais cidades demandava novas medidas de urbanização e uma maior sofisticação dos sistemas financeiros, de transporte e comunicação.

Nesse sentido, um setor do partido conservador, liderado por José Maria da Silva Paranhos, o visconde de Rio Branco, levou a cabo um projeto de modernização que visava criar condições para a expansão econômica e para o desenvolvimento de novas atividades.¹³⁹ As medidas incluíam o incentivo à imigração; o recenseamento geral da população, realizado pela primeira vez no Brasil; a introdução do sistema métrico criado pela Revolução Francesa; uma reforma monetária; políticas de incentivo ao comércio; melhoras nos transportes, com a ampliação da rede ferroviária; no sistema de comunicação, com a implantação do cabo telegráfico que ligava o Brasil à Europa; a reforma educacional que – embora incompleta, aumentou o número de escolas primárias e técnicas, e facilitou o acesso às escolas superiores, diversificando as carreiras nessa esfera; entre outras medidas.

¹³⁷ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo. Sessão de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 7ª Sessão Ordinária, 15 de fevereiro de 1873, p. 41.

¹³⁸ HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.13-29.

¹³⁹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 85.

No entanto, essas reformas tinham um caráter conservador, pois visavam controlar as transformações que se operavam no plano econômico e social.¹⁴⁰ Tratava-se de se adaptar para manter o *status quo*. Muitas dessas medidas ficaram incompletas, porém, dadas as resistências de seus opositores – que criaram uma cisão irreversível na elite imperial – elas acabaram gerando uma reação muito brusca com o gabinete que substituiu o de Rio Branco.¹⁴¹

Para nós, o mais importante é situar João Theodoro nesse processo, pois ele foi o representante paulista do pacote de modernização conservadora, sendo esse, provavelmente, um dos principais motivos que o fizeram angariar tamanha oposição. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, a quem dedicaremos o capítulo seguinte, foi deputado provincial no mesmo período no qual João Theodoro foi presidente, representando, claramente, o grupo dos conservadores “emperrados” que se opunham às medidas modernizadoras. Eles foram colegas de trabalho e amigos na esfera pessoal, mas isso não impediu que Benevides lhe fizesse uma acirrada oposição.

Sistematizamos, baseando-nos em Alfredo Gomes, as realizações do governo de João Theodoro, conforme pode-se observar na lista adiante:

- 1) abertura da rua, hoje chamada João Teodoro, ligando o bairro da Luz ao Brás;
- 2) melhoramentos das ruas do Pari e do Gasômetro, com prolongamento daquela, pondo-a em comunicação com o centro da cidade;
- 3) alargamento e calçamento da rua Municipal (depois João Alfredo e general Carneiro);
- 4) reforma e embelezamento do Palácio;
- 5) substituição dos terrenos paludosos em frente ao Mercado (hoje demolido, onde está a praça Fernando Prestes), na rua 25 de Março, por uma ilha conhecida pela denominação de “Ilha dos Amores” – um dos passeios mais aprazíveis e saudáveis que então possuía a capital;
- 6) obras de segurança e aformoseamento do morro do Carmo (entre as atuais ruas do Carmo e Frederico Alvarenga);
- 7) abertura da rua do Hospício até a ponte da Mooca, e incorporando os grandes terrenos desapropriados que acompanham a margem do Tamanduateí;
- 8) abertura da rua Conde d’Eu (hoje Glicério);
- 9) ligação da Consolação ao Arouche e ao largo dos Curros (praça da República);

¹⁴⁰ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 83-86.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 92-95.

- 10) abertura da rua 7 de Abril, facilitando a comunicação dos habitantes da Consolação e do bairro do Arouche;
- 11) completa reforma do Jardim Público (Jardim da Luz);
- 12) abastecimento de água na freguesia do Brás, Santa Ifigênia e Sé;
- 13) construção do edifício à rua da Imperatriz (hoje rua 15 de Novembro) para a Escola Normal e Instrução Pública (onde depois funcionou a Câmara Municipal);
- 14) Criação do Instituto Vacínico, depois, Vacinogênico;
- 14) contrato para a navegação do rio Moji-Guaçu;
- 15) contrato para a navegação dos rios Juquiá, Jacupiranga e Una;
- 16) contrato para a conservação da linha telegráfica de Santos a São Paulo;
- 17) contrato para o estabelecimento de linha de bondes sobre trilhos de ferro entre a cidade de Santos e São Vicente;
- 18) contrato para a introdução de imigrantes;
- 19) contrato para a construção da estrada de ferro de Campinas a Rio Claro;
- 20) contrato para construção da estrada de ferro de Campinas a Moji-Mirim;
- 21) contrato para construção da estrada de ferro que partindo de um ponto da linha inglesa (a antiga São Paulo Railway, hoje E. F. Santos-Jundiaí), se dirigisse à cidade de Campinas e raias da província de Minas Gerais;
- 22) contrato para a construção da estrada de ferro de Jundiaí a Itu;
- 23) contrato para a admissão de 12 alunos pobres na escola de Antônio Henrique Teles;
- 24) instalação (a 25 de janeiro de 1874) da Caixa Econômica e do Monte de Socorro (predecessor do Instituto de Previdência);
- 25) recenseamento da população, com bons resultados;
- 26) nomeação de comissões com o fim de promover a aquisição de produtos e artefatos para a organização de exposição provincial de produtos e objetos a serem enviados à Exposição Internacional da Filadélfia, nos Estados Unidos, marcada para o dia 19 de abril de 1876.¹⁴²

Dante Alighieri Vita ainda acrescenta, entre as realizações de João Theodoro, os primeiros trabalhos para o abastecimento de água da Cantareira, que seriam concluídos somente em 1883, a retificação do Rio Tamanduateí, a desapropriação dos terrenos que deram origem à

¹⁴² As informações sobre as realizações de João Theodoro estão diluídas ao longo o trabalho de Alfredo Gomes, mas entre as páginas 15-16 e 150-151 (nota 79), essas informações aparecem sistematizadas. GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, *passim*.

Avenida Angélica e à rua Martim Francisco, a construção do viaduto Boa Vista e a abertura do Teatro Provisório. Além disso, João Theodoro deu prosseguimento nas obras de iluminação a gás, iniciadas em 31 de março de 1872, e melhorou o tráfego dos bondes a burro, que se instalou a 2 de outubro desse mesmo ano.¹⁴³

Como se pode notar, João Theodoro demonstrou grande preocupação com o desenvolvimento urbano, com a melhoria dos transportes, dos serviços públicos e com a ampliação das linhas férreas. Aquela crença no progresso que tanto marcou a sua *Theoria Transcendental do Direito* parece ter sido, também, a tônica de seu governo.

A forma de atuação do Estado, criando as condições para o desenvolvimento, e o modo como ele via a relação ideal entre este e as iniciativas particulares também aparecem de forma bastante clara. Um exemplo bem interessante para demonstrar essa coerência entre as suas proposições teóricas e suas ações como governante é o projeto que ele chamou “Reforma Radical”.¹⁴⁴ Já vimos que no seu primeiro relatório à Assembleia Legislativa João Theodoro apontava para o problema do desvio de verbas públicas e da falta de remuneração para a administração das estradas e pontes, que geravam o primeiro.

Em 15 de junho de 1873, ele baixou o Regulamento que deveria servir de base para a construção e conservação das estradas e obras públicas. Na introdução do texto, João Theodoro afirmava:

O Presidente da Província de São Paulo, compenetrado da imperiosa urgência de profundas e fundamentais inovações no atual sistema de feitura e conservação das estradas e pontes, e da imperfeição de todos que o precederam, invoca o concurso de interesses individuais, e a cooperação dos capitalistas, para o nobre fim de regenerar-se este elemento importante da ordem pública.

Não é um sacrifício que solicita. É sim unicamente um emprego utilíssimo que proporciona aos capitais.

Para facilitar as propostas e sua breve apresentação formula as bases que devem dominá-las, e expende as vigorosas razões de sua evidente utilidade.

Alfredo Gomes sistematiza o projeto de João Theodoro e descreve seu funcionamento:

¹⁴³ VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956, p. 15.

¹⁴⁴ Todo o conteúdo referente à “Reforma Radical” que descreveremos adiante foi retirado do livro de Alfredo Gomes. GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 182-188.

- 1) o empresário adiantava o capital, garantindo o Tesouro Provincial ao capital despendido, os juros de 12% anuais, e mais 12% a título de indenização pela conservação;
- 2) o primeiro pagamento dos juros, correspondentes às parcelas de capitais consumidos na construção, seria realizado logo depois de ultimadas e recebidas as obras, porém devidos, desde que se fossem empregando, e outros, o seriam semestralmente;
- 3) o capital máximo garantido era determinado no ato da celebração do contrato, atendendo-se à natureza e circunstâncias da obra;
- 4) o capital seria integralmente restituído ao empresário, no fim do prazo estipulado, salvo novo acordo;

As vantagens para o empresário seriam a segurança para o capital empregado, o bom rendimento por causa da taxa de juros estabelecida; a liberdade de transferência da concessão, caso precisasse imediatamente do seu capital; e a garantia do pagamento do seu investimento no prazo marcado no contrato.

Para o Tesouro provincial, as vantagens seriam:

- 1) não se esgotavam as verbas do orçamento;
- 2) lucrava-se com a operação, pois atingia-se o mesmo resultado do emprego das verbas do orçamento, equiparando-se o capital empregado às mencionadas verbas;
- 3) as verbas fixadas no orçamento não eram imediatamente comprometidas em sua totalidade, pois dela saíam apenas os juros, o que equivalia a menos da quarta parte do capital empregado, ou dos valores decretados em lei, equivalendo a autêntica economia anual de 76%, permanecendo no Tesouro uma reserva que aumentaria progressivamente, e cobriria com vantagem, a restituição dos capitais despendidos pelos concessionários;
- 4) na época terminal dos contratos, as rendas públicas estariam em lisonjeira situação;

Em relação à província, outras vantagens se apresentavam, segundo João Theodoro. Em primeiro lugar, o Estado não se envolvia diretamente nas obras, ficando apenas com a responsabilidade de fiscalização. Além disso, incentivava a formação do “espírito público” através da intervenção da atividade particular nos negócios de interesse geral, entrelaçando “harmonicamente as aspirações egoísticas do homem e as altas conveniências da sociedade”, resolvendo, assim, o problema da administração provincial.

Apesar de ser um documento administrativo, João Theodoro expõe os mesmos preceitos expostos na sua obra sobre direito natural. Algumas citações, selecionadas por Alfredo Gomes, revelam bem esses princípios:

A perfectibilidade individual dilata-se, ultrapassando os limites dos interesses privados e dominando uma vasta esfera de serviços públicos.

Novos e longos horizontes serão abertos à inteligência do homem. A prática despertará a coragem e apontará os meios de execução das grandes ideias. A timidez e habitual hesitação do povo deixarão seus lugares ao vigor da vontade, ao admirável costume de utilíssimas empresas.

Ao se dirigir à Assembleia Legislativa, que deveria aprovar o seu projeto, João Theodoro diz:

A razão última e soberana [da Reforma Radical] está no máximo interesse da medida, na prodigiosa fecundidade desta providência do Governo. O corpo legislativo inspira-se sempre na verdade e na justiça, quando, sobre os grandes problemas sociais, transparecem luminosas e em todo o seu esplendor.

Assim, se parece certo que João Theodoro foi bastante coerente em relação à sua teoria e às suas ações práticas, como nos indicaram Alfredo Gomes e Vilma Peramezza, também é certo que suas ações tiveram um grande impacto na sociedade paulista. Além dos melhoramentos urbanos e do incentivo ao desenvolvimento das ferrovias, podemos, talvez, atribuir a João Theodoro a institucionalização e a regulamentação da prática de associação do capital privado às ações do Estado, que foram marca constante do desenvolvimento urbano e industrial paulista até as primeiras décadas do século XX, pelo menos.

6.7. João Theodoro: o paladino do progresso

“Paladino do progresso”? Parece certo, mas de um progresso específico, feito na chave da modernização conservadora, com benefícios aos particulares e com a manutenção de uma estrutura social desigual. Se sua imagem foi maculada pelos seus adversários políticos, foi porque, mesmo tratando-se de uma disputa intraelite, João Theodoro tocou em pontos caros à maior parte desse grupo, mesmo que deixasse outros – como a escravidão – intactos.

À primeira vista, parece um pouco contraditório que o primeiro presidente da província de São Paulo que realmente se empenhou na modernização da cidade – tão almejada por aquela elite que tinha os pés no Brasil, mas os olhos na Europa –, fazendo inúmeros contratos para a construção de estradas de ferro, abrindo ruas, saneando e embelezando a cidade, fosse criticado de forma tão dura por essa mesma elite. No entanto, se considerarmos que os “olhos na Europa” tinham um filtro bastante seletivo, é natural que algumas questões a incomodasse. Seu governo foi marcado pela modernização urbana, é certo, mas também pela ideia, bastante nova no Brasil, de criação e consolidação de um espaço público. Não só as suas praças e parques demonstravam

isso, como também sua tentativa de acabar com a lógica dos favores¹⁴⁵ que predominava na administração pública. Não se tratava de acabar com a relação entre o Estado e os particulares, apenas de regulamentá-la, mas, ainda assim, as resistências foram grandes.

Do ponto de vista de sua biblioteca, suas leituras e sua obra – considerando aqui tanto a teórica quanto a prática – embora não apresentasse nenhum autor representante do positivismo – nem europeu, nem brasileiro – seu lema, bastante claro tanto em sua teoria quanto em suas ações, era também “ordem e progresso”. Ideia que foi transmitida de várias formas, como vimos, mas é importante ressaltar aqui o seu papel como lente da Academia de Direito. Criada para formar os quadros políticos e burocráticos brasileiros, ela recebia estudantes de todo o Brasil, que saíam de lá levando aos quatro cantos do país os ensinamentos recebidos.

Assim, podemos pensar que o fato do grupo dos militares positivistas que proclamaram a República terem estampado em nossa bandeira o tão conhecido lema não tenha se configurado exatamente como uma novidade, mas, talvez refletisse uma espécie de consenso que já vinha se construindo entre alguns setores da elite, desde a década de 1870. Se a imagem de João Theodoro foi reabilitada, primeiro em 1967, como o trabalho de Alfredo Gomes, depois em 1982, com a pesquisa de Vilma Peramezza, ambos estimulados por Miguel Reale, é porque sabemos que o tão “consensual” “ordem e progresso” sempre volta a ser evocado na história do nosso país quando a estrutura vigente é ameaçada.

¹⁴⁵ SCHWARZ, Robert. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

Capítulo 7 – Entre a cruz e a espada

Como vimos no capítulo anterior, o “bando de ideias novas” propalado por Silvio Romero estava de fato no ar, mesmo que nem sempre aparecesse diretamente através das formas e dos referenciais teóricos defendidos por ele. Eram sinais da mudança dos tempos e apareciam *partout*, pelo menos no mundo ocidental. Representavam as transformações econômicas e o avanço do capitalismo, eram o signo escrito e falado da expansão do “progresso” e dos “avanços da civilização”.

O capital internacional extravasando as fronteiras nacionais, sobretudo na segunda metade do século XIX, alocava-se em terrenos férteis para ele e encontrou na terra roxa paulista cultivada com o café grandes possibilidades para a sua reprodução. Do ponto de vista material, a “chegada” da modernidade ocidental ao Brasil era representada, entre outros, pelos trilhos das estradas de ferro. Mas, vieram não só os trilhos, aqui também aportaram toda a sorte de investimentos, centenas de pessoas e empresas interessadas nas oportunidades que se abriam e, junto com eles, as grandes transformações políticas, econômicas e sociais decorrentes.

A crise do Império, que havia começado com a Guerra do Paraguai, se intensificava a cada dia em função da forte contradição entre a estrutura da sociedade brasileira e a modernização exigida pelas novas condições históricas, fazendo com que seus alicerces fossem se enfraquecendo e desmoronando, um a um.¹ Nesse processo de crise e transformações, os debates se acirraram e os políticos-intelectuais² do país se dividiram em defesa de múltiplos projetos a partir de diferentes referenciais teóricos. *Grosso modo*, de um lado, havia a tentativa de conservação e fortalecimento do regime monárquico – representada pelos conservadores “emperrados” em uma ponta e pelos conservadores reformadores na outra – e, do outro lado, as propostas republicanas e democráticas que retomavam o vocabulário e as ideias radicais do período regencial³, agora acrescidas pelas teorias em voga no final do século.⁴

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998, p. 297-332.

² Adotamos aqui a ideia de Angela Alonso quando afirma que não era possível separar a perspectiva intelectual da política no século XIX, pois mesmo na Europa, é apenas no fim do século que o campo intelectual se consagra de forma autônoma. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 29-31.

³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 164.

⁴ Destacam-se, principalmente, as ideias positivistas de Auguste Comte, e seus seguidores, e o evolucionismo de Spencer, que foram muito utilizados para legitimar os argumentos dos adeptos da modernização política. Para um panorama das principais correntes e grupos que contestavam o Império, ver: ALONSO, Angela, *op. cit.*

José Maria Corrêa de Sá e Benevides, sobre quem discorreremos no presente capítulo, fazia parte do primeiro grupo, isto é, era um convicto defensor da monarquia e da Igreja católica. Não obstante não ser um representante do tal “bando de ideias novas”, nem um adepto das reformas, a análise de suas obras e de sua trajetória como professor e político revela certos conflitos e tensões que marcaram o período, mostrando, até mais claramente do que no caso de João Theodoro, as disputas em questão e a manipulação dos discursos em favor de cada um dos lados.

Embora Benevides tenha pertencido praticamente à mesma geração de João Theodoro Xavier⁵, e tenham sido, durante um período, lentes da mesma cadeira – a de Direito Natural – eles se diferenciavam em vários aspectos, representando correntes de pensamento distintas. Ademais, os textos de Sá e Benevides que chegaram até nós foram escritos alguns anos depois da *Theoria Transcendental do Direito* e do governo de João Theodoro – o primeiro data de 1880, mas chegam até 1890. Mesmo que uma década possa parecer pouco em termos históricos, sobretudo se tivermos como referencial a longa duração,⁶ sabemos que nos períodos de grandes transformações o tempo parece se acelerar – e de alguma forma, esse fenômeno se reflete nas diferenças entre os dois professores, mesmo que de maneira indireta.

Mais do que um simples defensor da Igreja católica, Sá e Benevides fora considerado um representante do ultramontanismo paulista, ou seja, a corrente católica mais radical da época. Justamente pelo fato do século XIX ter sido marcado pelo avanço do pensamento científico e antirreligioso, ele também assistiu à reação da Igreja, que buscava recuperar seu lugar na sociedade e se defender dos ataques que sofria de forma sistemática, radicalizando-se na mesma intensidade das críticas que recebia.

Desde o papado de Gregório XVI, de 1831 a 1846, a Igreja procurava se impor aos Estados e lutava contra as chamadas liberdades modernas, representadas pelas liberdades de pensamento e de imprensa que vinham sendo propaladas desde do Século das Luzes, resultando em rejeições ou flexibilizações de seus dogmas. Contra as transformações sociais que se operavam e as disputas com o poder temporal, ela se batia pelo retorno à ortodoxia doutrinária. O papado de Pio IX (1846-1878) potencializou ao máximo essa ideia, inspirando-se na ala mais radical do ultramontanismo da Companhia de Jesus.⁷ Foram obras suas a Encíclica *Quanta*

⁵ Eles tinham cinco anos de diferença de idade, mas apenas um em relação ao ingresso na Academia de São Paulo como estudantes. João Theodoro Xavier ingressou na turma de 1849 e Sá e Benevides na de 1850.

⁶ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 7-39.

⁷ ELLIS, Mirian... [et al.]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 378-379. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6).

Cura e o *Syllabus Errorum* (1864) e o Concílio do Vaticano (1870), que proclamou a infalibilidade do Papa. Com a carta, de 1864, Pio IX pretendia combater os principais erros da época, gerados pelas

[...] iníquas maquinações dos malvados que, lançando como as ondas do feroz mar a espuma de suas conclusões, e prometendo liberdade, quando na realidade eram escravos do mal, trataram com suas enganosas opiniões e com seus escritos perniciosos de destruir os fundamentos da ordem religiosa e da ordem social, de retirar do meio toda virtude e justiça, de perverter todas as almas, de separar os incautos – e, sobretudo, a inexperiente juventude – da reta norma dos costumes sadios, corrompendo-a miseravelmente, para enredá-la nas armadilhas do erro e, por último, arrancá-la do seio da Igreja católica.⁸

Para o papa, tratavam-se de erros que arruinavam a Igreja e seus direitos sacrossantos, atingiam a “eterna lei natural gravada por Deus em todos os corações” e, acima de tudo, destruíam a “união e a mútua concórdia entre o Sacerdócio e o Império”, que sempre havia sido, segundo ele, benéfica para os dois lados. Em suas palavras:

Sabeis muito bem, Veneráveis Irmãos, que em nosso tempo há não poucos que, aplicando à sociedade civil o ímpio e absurdo princípio chamado de naturalismo, atrevem-se a ensinar "que a perfeição dos governos e o progresso civil exigem imperiosamente que a sociedade humana se constitua e se governe sem preocupar-se em nada com a religião, como se esta não existisse, ou, pelo menos, sem fazer distinção nenhuma entre a verdadeira religião e as falsas". E, contra a doutrina da Sagrada Escritura, da Igreja e dos Santos Padres, não duvidam em afirmar que "a melhor forma de governo é aquela em que não se reconheça ao poder civil a obrigação de castigar, mediante determinadas penas, os violadores da religião católica, senão quando a paz pública o exija". E com esta ideia do governo social, absolutamente falsa, não hesitam em consagrar aquela opinião errônea, em extremo perniciosa à Igreja católica e à saúde das almas, chamada por Gregório XVI, Nosso Predecessor, de feliz memória., loucura, isto é, que "a liberdade de consciências e de cultos é um direito próprio de cada homem, que todo Estado bem constituído deve proclamar e garantir como lei fundamental, e que os cidadãos têm direito à plena liberdade de manifestar suas ideias com a máxima publicidade – seja de palavra, seja por escrito, seja de outro modo qualquer –, sem que autoridade civil nem eclesiástica alguma possam reprimir em nenhuma forma". Ao sustentar afirmação tão temerária, não pensam nem consideram que com isso pregam a liberdade de perdição, e que, se se dá plena liberdade para a disputa dos homens, nunca faltará quem se atreva a resistir à Verdade, confiado na loquacidade da sabedoria humana mas Nosso Senhor Jesus Cristo mesmo ensina como a fé e a prudência cristã hão de evitar esta vaidade tão danosa.⁹

⁸ Papa Pio IX. *Quanta Cura*. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em:

<<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/quantacura/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

⁹ *Idem*.

É interessante observar os argumentos de Pio IX não só para apreender o espírito da Igreja Católica naquele período, como também para compreender os argumentos e as teorias de Sá e Benevides, representante “quase” ortodoxo dessa corrente ultramontana. O Papa combatia o naturalismo – que ao contrário de seu desejo se fortaleceu intensamente no correr do século –, a separação entre o Estado e a Igreja – ou seja, se colocava contra o Estado laico, mas também contra o fim do monopólio da Igreja católica como religião oficial, e contra o fim da proteção devida à Igreja pelo Estado – e, finalmente, se opunha fortemente à liberdade de culto.

Além desses pontos, Pio IX afirmava que a verdadeira ideia de justiça e de direito deveria ter suas bases nas verdades reveladas pela Escritura Santa. Ele criticava a ambição da sociedade que, afastando-se da religião, primava apenas pela acumulação de riquezas para servir aos seus próprios prazeres e interesses e combatia, por outro lado, os “erros do comunismo e socialismo” em relação ao fim da interferência da Igreja na sociedade doméstica, isto é, a defesa do monopólio do direito civil na regulamentação da vida privada. Também argumentava contra o ensino laico, afirmando que o seu objetivo seria apenas afastar os jovens das verdades da doutrina católica, depravando suas almas com “os erros mais perniciosos e com toda sorte de vícios”, e ressentia-se da acusação de que o clero “por ser inimigo da verdade, da ciência e do progresso deve ser apartado de toda ingerência na instrução da juventude”.

Por fim, mas não menos importante, o Papa criticava as leis dos Estados que previam a necessidade de sanção ou aprovação dos documentos e decretos dos pontífices romanos antes de sua aplicação, principalmente no que se referia às sociedades secretas ou clandestinas. Apesar de não mencionar nominalmente, sabemos da luta da Igreja católica contra a maçonaria, não só na Europa, mas também em todos os territórios sob sua influência, e a repercussão que essa luta teve no Brasil entre 1871 e 1875, com a Questão Religiosa, na qual o próprio Papa em questão interveio.¹⁰

É importante mencionar que as obras de Sá e Benevides às quais tivemos acesso, além de incorporar esse dogmatismo de Pio IX, foram escritas após o auge da Questão Romana – com a Unificação da Itália –, e após a Questão Religiosa no Brasil – que dividiu os espíritos e representou o ponto máximo das tensões entre a Igreja e o Império – refletindo com bastante intensidade essa necessidade de afirmação e recuperação do espaço perdido pela Igreja.

¹⁰ ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 369-423. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6)

O Papa Pio IX redigiu diversas de encíclicas, mas essa que citamos tem especial valor, pois teve como documento anexo o *Syllabus Errorum*, uma lista de 80 ideias, opiniões e correntes de pensamento que eram consideradas os maiores erros da época e condenados pela Igreja católica:

O *Syllabus Errorum* condena sem apelação o racionalismo, absoluto ou moderado, o naturalismo, o indiferentismo, o latitudinarismo, a ideia da Igreja livre no Estado livre (i.e., a separação da Igreja e do Estado), o primado do poder civil, a ideia da dependência do poder eclesiástico, o liberalismo, o progresso, a civilização moderna, etc., numa contraposição formal e absoluta entre a Igreja e a opinião moderna, consideradas incompatíveis. Em uma palavra, o *Syllabus* retoma a luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. De acordo com suas teses, a sociedade inteira há de estar impregnada de catolicismo, a educação deverá ser submetida à Igreja (prop. 45, 47, 48) e os clérigos devem estar fora da jurisdição do Estado e submetidos apenas ao foro eclesiástico para suas causas temporais, civis ou criminais (prop. 31). São ideias de todo em todo opostas aos da civilização moderna, do progressismo e liberalismo [...].¹¹

Essa radicalização da Igreja se configurava como uma ação desesperada diante do fenômeno constatado por ela mesma: a incompatibilidade entre seus dogmas e a sociedade moderna. É nesse sentido que dissemos que Benevides era um representante “quase” ortodoxo dessa corrente, pois, como veremos, diferente da Igreja que tentou pôr fim à essa sociedade para conservar sua existência, ele empenhou-se em conciliar o inconciliável.

Mas ele não foi a única e, tampouco, a voz mais importante desse movimento no Brasil. Na realidade, o representante clássico dessa corrente foi José Soriano de Souza, conhecido por seu rígido alinhamento ao ultramontanismo.¹² Benevides, mais precisamente, fazia parte de um grupo que buscava conciliar a religião com as ciências modernas. Da mesma forma que João Theodoro, ele é pouco citado nas obras sobre o pensamento brasileiro. No entanto, assim como o primeiro, é impossível negar-lhe algum valor, visto que centenas de estudantes da Academia receberam suas lições. Mesmo se considerarmos a autonomia dos alunos diante das palavras dos professores, é impossível afirmar que sua influência tenha sido completamente nula. Para

¹¹ ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 379. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6)

¹² Benevides o cita diversas vezes em seus escritos. Ver: COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil. O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 112-115; REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1976, p. 25-30; PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 80.

ficar apenas com dois exemplos, o pensamento de Eduardo Prado¹³ e de João Mendes Júnior,¹⁴ que foram alunos de Benevides, embora se diferenciasssem em alguns aspectos, apresentavam vários pontos de contato com os do lente.

Também, é preciso mencionar que suas ideias tiveram aplicação prática, pois Benevides foi deputado da Assembleia Provincial de São Paulo e presidente das Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Ademais, seu valor acentua-se na nossa pesquisa, pois a análise de seus textos e de sua atuação na Academia e na política nos dá diversos elementos para pensarmos as relações entre livros, leituras, apropriações, discursos e ações.

Antes, porém, de entrarmos detalhadamente em sua vida e sua obra, é importante tecer mais alguns comentários acerca da situação religiosa no Brasil no final do século XIX, para melhor situarmos nosso personagem. Em primeiro lugar vale mencionar que a questão da religião católica pode ser dividida em dois aspectos principais, a saber, as práticas religiosas da população e do clero e a esfera política, ou seja, a união entre Igreja e Estado no Império. É evidente que esses dois aspectos estavam intimamente ligados e que, de alguma forma, um acabava por definir o outro. No entanto, em relação aos debates que se acirraram a partir do terceiro quartel do século, o segundo ganhou um forte destaque.

Sobre o primeiro ponto, parece ser consenso na historiografia que com o enraizamento do clero em terras americanas e, principalmente, com o afastamento das ordens religiosas europeias, a partir das políticas de Pombal, o catolicismo no Brasil não primou pela ortodoxia. As práticas do clero foram constantemente criticadas e denunciadas por viajantes estrangeiros, por políticos e por membros da própria igreja. Eles não respeitavam o celibato constituindo famílias – muitas vezes sem o menor constrangimento perante a sociedade –, eram acusados de não cumprir suas funções eclesiásticas e de não terem a formação intelectual necessária para o exercício de suas funções,¹⁵ entre outros.

Em relação à sociedade, no seu conjunto, é inegável que a religião católica exerceu grandes influências, sobretudo porque, durante muito tempo, ela teve o monopólio das instituições de ensino, não se afastando delas completamente quando essa situação teve fim. Mas esse

¹³ Sobre o pensamento religioso e tradicional de Eduardo Prado, ver: LEONZO, Nanci. *O “mundo elegante” de Eduardo Prado*. São Paulo, 1989. 179 f. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹⁴ Sobre João Mendes Júnior, ver: REALE, Miguel. Escolástica e praxismo na obra de João Mendes Júnior. In: _____. *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1976, p. 93-127.

¹⁵ COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil. O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956; p. 108-112; ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 373-377. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6)

não era o único motivo da sua importância. A vida social na colônia e, depois no Império, se estruturou em torno das atividades religiosas. Tanto nos rituais em ambientes domésticos quanto nas cerimônias públicas que congregavam praticamente toda a sociedade, a religiosidade organizou a vida social e arraigou-se profundamente nas mentes da população.¹⁶

No entanto, não se tratava de uma religião ortodoxa e rígida que seguia rigorosamente os preceitos de Roma. Era profunda e enraizada, mas não dogmática, e isso advinha das próprias condições do clero. Para Nelson Werneck Sodré,

A influência do clero, na organização da sociedade imperial, apesar de funda e extensa, não se conduz no sentido do apuramento do dogma ou da exclusão do que é artificial e falso nas suas solenidades. Pelo contrário, ao invés de impor a sua fisionomia externa, a religião modifica-se ao gosto das populações. Em vez de se impor, ela se adapta. Perde os seus traços de rigidez e de aspereza, as suas ameaças, o seu caráter punitivo, para se tornar maleável, flexível, branda, acolhedora.¹⁷

De acordo com Pereira Barreto, em *Soluções Positivas da Política Brasileira*, escrevia, em 1879:

O nosso clero é quase em sua totalidade deísta; toda a nossa Câmara atual [...] é deísta; quase todo o Senado é deísta; o ensino oficial da filosofia nas academias de S. Paulo, de Pernambuco, nos liceus, nos colégios, é exclusivamente deísta; é em uma palavra o puro deísmo que domina em todas as camadas incultas da nossa sociedade, as quais constituem com segurança quatro quintos da população (... e...) excluída desses quatro quintos a população escrava, que é totalmente fetichista, não obstante o rótulo católico que a cobre, resta-nos uma grande fração que vive engolfada no mais profundo politeísmo primitivo.¹⁸

Observando esse diagnóstico com a distância necessária, pois tratava-se de um “panfleto” político que buscava criticar a sociedade imperial nas suas bases, marcado fortemente por um ideal cientificista e anticatólico, não é possível negar que certamente essa análise contém elementos verídicos, mesmo que pudesse haver um certo exagero. De fato, o contato que tivemos com o conteúdo dos cursos de Direito Natural, base filosófica do Direito por séculos, apresentava esse conteúdo deísta ou, no mínimo, bastante heterodoxo. Por outro lado, a longa

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998, p. 110-117.

¹⁷ *Ibidem*, p. 112.

¹⁸ BARRETO, Pereira (Apud) ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 373. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6)

duração nos mostra que esse caráter flexível e sincrético da fé católica sobrevive até os nossos dias no Brasil.

No entanto, embora não fosse ortodoxo do ponto de vista dogmático, o catolicismo do Império era extremamente hierárquico, ligando-se não aos preceitos cristãos da igualdade e fraternidade entre os homens, mas, ao contrário, reproduzindo uma sociedade desigual, que se justificava pela vontade divina.¹⁹

De acordo com Pisciotta, a partir da década de 1860, começa a se operar uma mudança no clero brasileiro, pois os dois principais centros de sua formação passaram a ser o Seminário Saint-Suplice, de Paris, e o Colégio Pio Latino Americano, em Roma, fazendo emergir um novo grupo de padres mais ligado às diretrizes da sede italiana da Igreja.²⁰ Assim, a onda de ortodoxia iniciada em Roma chegaria em terras brasileiras, fazendo as mesmas críticas aos opositores da Igreja. Essas disputas vão tocar nas relações entre a Igreja e o Estado e estremecer os laços que há décadas se sustentavam justamente por essa flexibilidade.²¹

O clero tinha uma forte autoridade moral, mas jamais a autoridade civil ou política. No âmbito familiar a última palavra era a do patriarca, a do chefe da família. No âmbito estatal, o padroado – aceito por Roma quando ainda éramos colônia, e ratificado depois da independência política – fazia com que a última palavra fosse sempre a do imperador. E essa situação fora aceita sem muitas contestações desde o período colonial até, pelo menos, a Questão Religiosa. Os clérigos envolvidos na política brasileira, até aquele momento, eram, na sua maioria, regalistas, ou seja, não contestavam a proeminência do poder temporal sobre o poder espiritual.²² Muitas vezes, saíram em defesa daquele. O próprio Feijó na sua campanha contra o celibato clerical recorreu às prerrogativas do Estado sobre Roma.²³

No entanto, a aliança entre a Igreja e o Estado era fundamental para os dois lados – se o Estado garantia o monopólio do catolicismo como religião oficial, com todas as benesses que essa situação poderia trazer, era a religião que legitimava o poder divino do monarca. Nesse

¹⁹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 64.

²⁰ PISCIOTTA, Renato Matsui. *Sociedade, ideias e compêndios: Direito Natural no Largo de São Francisco (1827-1889)*. São Paulo, 2017. 303 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 232.

²¹ ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 377. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6)

²² *Ibidem*, p. 369-423; COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil. O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 108-115.

²³ Feijó apelava para a Assembleia legislar sobre o fim do celibato e clerical e afirmava que ela tinha o direito de suspender o beneplácito às leis de Roma que versavam sobre o assunto. ELLIS, Mirian..., *op. cit.*, p. 374-375.

sentido, mesmo que a balança pudesse pender mais para um lado do que para outro, a relação não poderia se romper senão com o risco de derrocada de ambas as partes.

As bases dessa relação eram os artigos 5º e o §14 do art. 102 da Constituição de 1824. O primeiro dizia que “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permittidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior de Templo”²⁴, mas o poder do Estado era garantido, pois cabia ao imperador

Conceder, ou negar o Beneplacito aos Decretos dos Concilios, e Letras Apostolicas, e quaesquer outras Constituições Ecclesiasticas, que se não oppozerem á Constituição; e precedendo aprovação da Assembléa, se contiverem disposição geral.²⁵

Destarte, tínhamos uma situação em que a Igreja tinha o privilégio de ser a religião oficial – configurando-se também uma falsa liberdade religiosa, visto que outras religiões não tinham direito a nenhuma manifestação pública²⁶ –, mas submetida ao poder temporal. No entanto, ao mesmo tempo em que essa relação era uma das bases do Império, ela carregava em si uma contradição muito forte, pois seu funcionamento só era possível em duas situações: ou o Estado e a população deveriam estar em completa harmonia ideológica com Roma, aceitando por completo todos os seus dogmas, ou deveria haver uma espécie de vista grossa, tanto por parte de Roma quanto da população e dos clérigos nacionais.²⁷ Foi justamente esse precário equilíbrio que se rompeu com a Questão Religiosa e, por isso, ela é um elemento tão fundamental no processo da decadência do Império.

Para nós esses elementos são significativos para além do contexto histórico, pois essa é uma das searas em que José Maria de Sá e Benevides vai atuar na defesa da tradição imperial.²⁸

²⁴ NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras. 1824*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 65.

²⁵ *Ibidem*, p. 77.

²⁶ ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 372. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6)

²⁷ *Ibidem*, p. 373.

²⁸ Angela Alonso elenca três pilares que constituíam a tradição imperial, a saber, o indianismo romântico, o liberalismo estamental e o catolicismo hierárquico. O primeiro definia a identidade nacional, o segundo instituía uma organização política que limitava a cidadania, e o terceiro, por fim, produzia uma representação simbólica de sua ordem social. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 51-65. Considerando válidas essas asserções, e, mesmo sabendo que possam estar subentendidos nas três categorias de Angela Alonso, vamos nos referir, mais especificamente, ao escravismo, ao latifúndio, ao patriarcalismo e ao patrimonialismo, quando utilizarmos essa expressão.

7.1. Sá e Benevides: um verdadeiro tipo de fidalgo

José Maria Corrêa de Sá e Benevides nasceu em Campos, no Rio de Janeiro, no dia 7 de junho de 1833. Ele era filho de José Maria Corrêa de Sá, nobre e descendente de Estácio de Sá, o fundador do Rio de Janeiro. Segundo Almeida Nogueira, ele pertencia a uma das linhagens mais antigas do Brasil e de Portugal. Por parte de pai, era descendente dos Viscondes de Asseca e de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que teria sido o libertador de Angola da invasão holandesa, em 1647. Por parte de mãe, era neto do VI conde da Ponte que, como Governador da Bahia, teria recebido D. João, em 1808. Era também descendente do primeiro Marquês de Pombal e de sua esposa, a austríaca Condessa de Daun.²⁹

Almeida Nogueira o descreve como sendo:

Alto, esbelto, tez clara, cabelos negros, pouca barba, negra também, fisionomia inteligente e aristocrática: bonito moço.
No físico, e bem assim nos sentimentos, no caráter e nas ideias – *verdadeiro tipo de fidalgo*, mas fidalgo de culta e aprimorada inteligência.³⁰ [grifo nosso]

Benevides estudou no renomado Colégio Pedro II, tornando-se bacharel em Letras, e ingressou nas Arcadas no ano de 1850. Logo no início do curso, tornou-se colaborador de *A Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, órgão da sociedade acadêmica,³¹ mas, exceto essa colaboração, são escassas as notícias de seu tempo de estudante. Sabemos também que seu professor de Direito Natural, única cadeira no primeiro ano, foi José Maria de Avellar Brotero, o qual descrevemos no Capítulo 5.³²

Nogueira afirma que ele era o melhor aluno da turma, ao lado de seu colega desde os tempos do Colégio Pedro II, Manuel Francisco Correa. Ele nos conta que nos tempos do colégio, Benevides se destacava nas ciências e nas letras, mas que “a música, o desenho e a ginástica deixaram-no em lastimável bagagem e roubavam-lhe o primeiro prêmio”.³³ Já na Academia, revelava sua falta de interesse, ou talvez de talento, para o cultivo das musas, pois, segundo Almeida Nogueira, não teria sido possível para ele produzir nenhum verso, exceto quando

²⁹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 273, nota 4.

³⁰ *Ibidem*, p. 273.

³¹ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 1, p. 236.

³² NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida, *op. cit.*, vol. 3, p. 228.

³³ *Ibidem*, vol. 3, p. 274.

[...] propuseram-lhe o Evaristo da Veiga e o Caetano Pinto, para glosar, o seguinte mote:

Tem o céu estrelas
E o meu peito dores.

Por complacência, o Benevides tentou... mas sem demora deu o braço a torcer.

- Ao menos complete a quadrinha – propôs então Paulino.
- Não estou para isto, não me aplico a frivolidades...
- Sim – acode Evaristo – É que v. não pode. Dou-lhe um charuto.
- De Havana?
- Sim, legítimo.
- Pois, então, aí vai:

Tem minh'alma angústias
E o jardim tem flores....

- Bravo! Bravo! Hurrah! – exclamaram os colegas presentes, saudando o poeta com uma salva de palmas.³⁴

Apesar do pequeno verso ser insuficiente para julgarmos seu talento poético, nos parece mais provável que, mais do que a falta de talento, era o seu desdém pelas frivolidades que o afastavam da “musa”. Evaristo da Veiga e Caetano Pinto, junto com Paulino de Souza, eram companheiros de casa de Benevides nos tempos de estudante e, segundo Almeida Nogueira, apesar de muito amigos, Benevides e Paulino de Souza eram muito diferentes dos outros dois, pois eram conhecidos “pela gravidade e prematura circumspecção”.³⁵ Seja como for, esse caráter sério e avesso às brincadeiras banais vamos encontrar também no seu tempo de professor e político. Spencer Vampré, discorrendo sobre o gosto pelas polêmicas de João Theodoro Xavier, relata que ele se divertia ao colocar frente a frente o major Ricardo Leão Sabino, completamente ateu, e o empreiteiro Quartim, que cultivava uma forte fé católica, e que,

Em certa ocasião, corria animado um desses debates, quando chegou à casa do Dr. João Teodoro, o Dr. Sá e Benevides, seu colega de magistério na Academia, e intransigente católico.

- “Muito bem, veio a propósito” – disse o primeiro, entusiasmado, ao vê-lo entrar. – “O Sr. chegou numa ótima ocasião. Aqui os meus amigos, Major Sabino e Capitão Quartim, estão empenhados numa forte discussão, sobre a verdade da religião católica, e não há acordo possível. Venha tomar parte do debate.”

- “Ora, não me amolem!” – respondeu, zangado, o dr. Benevides, - e, voltando as costas, desceu as escadas, enquanto os três amigos ficaram a rir, no sobrado.³⁶

³⁴ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 274.

³⁵ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 3, p. 140.

³⁶ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 78-79.

Apesar do caráter de anedota e do fato dessas histórias terem sido colhidas de tradições orais que se transformam ao longo do tempo, essa situação é, pelo menos, verossímil, e nos permite notar algumas diferenças entre os dois lentes. João Theodoro, mesmo com suas teorias algumas vezes peculiares, parecia ser um incentivador de debates e, se acreditarmos em suas próprias palavras, de um pensamento reflexivo.³⁷ Benevides, ao contrário, deixou nas memórias da Academia, do parlamento e na imprensa, a imagem de possuir um caráter bastante rígido e contrário ao debate de ideias, mantendo-se fiel aos seus dogmas até o último instante, apesar de ser um erudito e conhecedor das ideias que combatia.

Imagem 22 – José Maria Correa de Sá e Benevides

Fonte: VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 143.

³⁷ Comentado com seu colega de magistério, o Dr. Crispiniano, sobre um episódio envolvendo o conteúdo de uma das suas aulas que falava sobre o direito dos animais, João Theodoro afirmou que fazia de suas aulas um curso de ginástica de inteligência. VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 78.

Benevides colou grau de bacharel no ano de 1854 e, logo em seguida, casou-se com uma das filhas de José Maria de Avellar Brotero, Dona Emília Dabney de Avellar Brotero.³⁸ Ou seja, Benevides além de ter recebido seus primeiros ensinamentos de direito natural com Brotero, estabeleceu com ele uma relação bastante íntima. Apesar de não se tratar de um fenômeno estranho, vale notar que essa proximidade não resultou em uma afinidade ideológica completa, mas voltaremos a isso em momento oportuno.

Após o casamento, Benevides se mudou para o Rio de Janeiro, advogando por um tempo em sociedade com José Bonifácio. Após um ano de prática, em 1855, foi nomeado juiz municipal, no Estado do Rio, mas em 1855 retornou para São Paulo, onde defendeu teses, tornando-se doutor em 1858. Junto com João Theodor Xavier, prestou o concurso para lente substituto, em 1859, do qual saiu vencedor Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (Capítulo 6). Tentou novamente em 1865, conquistando, dessa vez, o primeiro lugar e a nomeação. Em 1877, um ano antes do falecimento de João Theodoro, foi nomeado lente catedrático na cadeira de Direito Natural, Público e das Gentes.³⁹

Foi presidente da província de Minas, de 14 de março de 1869 a 16 de maio de 1870, e da província do Rio de Janeiro, de 1 de julho a 25 de outubro de 1870. Ao que parece, deixou a presidência da província de Minas para governar a do Rio de Janeiro, mas teria, na província mineira, angariado alguns desafetos durante o seu governo, dividindo o partido conservador e recebendo forte oposição.⁴⁰

Segundo Almeida Nogueira, quando voltou ao Rio, em uma conversa com o Imperador, este o questionou sobre as queixas formuladas pelos seus adversários.

- É verdade, Sr. Benevides, que a chapa senatorial foi organizada no palácio do governo?
- Não, senhor. A chapa foi organizada pelos chefes políticos, aos quais comuniquei o pensamento do governo...
- O pensamento do governo?!
- Sim. Os candidatos cuja eleição seria agradável ao governo.
- Mas o governo deve abster-se de qualquer intervenção eleitoral e não pode ter candidatos.

³⁸ Através do inventário de Brotero, sabemos que com o casamento Benevides recebeu 6:841\$000 como dote, o que significa um valor bem considerável para a época. Quando da morte do sogro, em 1872, ele herdou, entre outros bens, a metade de sua biblioteca. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Caixa: 201006003853, Processo nº: 1443, p. 70V-82.

³⁹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 275; VAMPRE, Spencer, *op. cit.*, vol. 2, p. 143.

⁴⁰ *Ibidem*, vol. 3, p. 276.

- Perdoe-me V. Majestade. O governo exprime, no sistema parlamentar, a vitória de um partido. O pleito eleitoral é o combate que decide da sorte do governo. Como é, pois, que este se há de desinteressar do resultado das eleições?
- O senhor está enganado. O governo é eleito por um partido, mas não representa uma opinião partidária: representa a nação e deve igual garantia a todos os partidos e a todos os cidadãos. Um de seus deveres é assegurar a todos a plena liberdade de voto.

O dr. Benevides insistiu em suas ideias e pretendeu, com a devida vênia, dar ao Imperador uma lição de Direito Público.

A discussão terminou, conservando sua opinião cada um dos interlocutores.⁴¹

O diálogo e a postura de Benevides chegam a ter um tom divertido, se pensarmos na pretensão que representava sua tentativa de dar aulas ao Imperador – mesmo considerando-se uma possível proximidade entre os dois, já que Benevides certamente fazia parte de um dos círculos mais restritos do Império em função de sua origem familiar. De fato, seus opositores diziam que os postos que ele alcançou se deviam à proteção dada pelo governante. Mas, afora esse aspecto, é válido notar um comportamento de alguém que, de acordo com um jargão popular, poderia ser considerado “mais realista que o rei”, revelando um alto grau de autoritarismo e, conseqüentemente, uma rigidez de princípios que, veremos, se revelaria também em outras situações.

Voltando ao seu conturbado governo na província mineira, na introdução do relatório que apresentou aos Deputados da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1869, um trecho deixava entrever um certo grau de tensão. Benevides, dirigindo-se aos deputados, escreve:

Cumprindo o preceito constitucional que me impõe o honroso dever de assistir á instalação da assembleia provincial e relatar o estado dos negocios publicos, animão-me vivas esperanças de que serão providos por vossa sabedoria e patriotismo os melhoramentos de que precisa esta vasta e rica provincia, *e se manterá entre nós a indispensável harmonia* para a satisfação das necessidades vitaes d’ella, *sem quebra da dignidade dos poderes que representamos*. Com quanto *a assembléa provincial tenha algumas attribuições politicas, é essencialmente constituída para as de carater administrativo, e espero por isso que neste terreno possamos marchar de accôrdo*, porque serei fiel executor de vossas deliberações, e confio na vossa illustração e prudencia para contar que haveis de formular leis que consagrem as legitimas exigencias do serviço publico.⁴² [grifos nossos]

⁴¹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 276-277.

⁴² O relatório data de 29 de agosto de 1869. *Relatorio Apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Gerais na sessão ordinaria de 1869 pelo presidente da mesma Provincia Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870, p. 1-2.

No periódico conservador e governista *Noticiador de Minas*, do dia 25 de setembro de 1869, podemos ler a seguinte notícia:

Hoje começamos a publicar o relatório que o sr. desembargador dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides abriu a segunda sessão da legislatura da assembleia legislativa provincial, e para elle chamamos a attencção de nossos leitores.

S. exc., *com a franqueza que lhe é própria, não occultou a divergencia profunda que o separa dos representantes da provincia quanto á politica*, mas tambem não se opoz em antagonismo com elles em tudo que concerne á administração *onde sem quebra de sua dignidade e da dos deputados podião marchar de accordo e sob as unicas vistas do bem publico e da prosperidade da provincia*.

Seo relatório revela a inteireza o criterio e illustração de seo espirito, e os desejos em que arde de bem fazer á provincia que sabiamente administra.

Possão seos esforços e luzes serem coroados de felizes resultados.

*Possão os mineiros, amantes do torrão natal, bem comprehendel-o e coadjuval-o na ardua tarefa de reorganisar as finanças e a administração por tão longo espaço estragada pelos desvarios de um partido sem principios francos e definidos.*⁴³

O artigo não só confirma as disputas entre o presidente e os deputados, como apela aos mineiros para que o aceitem e, também, faz uma clara defesa de Benevides, atacando o partido liberal. Aliás, é válido notar que a maior parte dos artigos nos quais Benevides é mencionado nesse periódico possuem esse caráter de defesa, revelando os insultos constantes que sofria da oposição. Mas, antes mesmo de começarem os ataques, a edição de 15 de março de 1869 dava as boas vindas ao homem “cuja illustração e prudencia” e cuja “actividade e energia” garantiam aos mineiros “um proficuo futuro”, e que havia tomado posse no dia anterior.⁴⁴

No dia 8 de junho do mesmo ano, o jornal traçava a trajetória intelectual e política de Benevides, cujo nome, por si só já era “um programma de administração intelligente, activa, energica, justa, previdente e integerrima”.⁴⁵ O redator afirmava que se dirigia àqueles que só o conheciam “pela tradição brilhante de seu nome, tradição que filia-se aos primitivos tempos do Brasil, tradição que se vincula á cidade do Rio de Janeiro, edificada e governada por seus maiores, varões fortes e egregios de quem os fastos da patria registrão os feitos e assignalão as virtudes”,⁴⁶ mas não conheciam sua “brilhante” carreira intelectual e política.

⁴³ NOTICIADOR DE MINAS. Ouro Preto, nº 151, 25 de setembro de 1869, p. 2.

⁴⁴ NOTICIADOR DE MINAS. Ouro Preto, nº 107, 15 de março de 1869, p. 1.

⁴⁵ NOTICIADOR DE MINAS. Ouro Preto, nº 115, 08 de junho de 1869, p. 2.

⁴⁶ *Idem*.

Dentre as informações registradas no artigo, o editor afirma que, depois de recusar cargos importantes que lhe teriam sido oferecidos, o conselheiro Nabuco o nomeou 1º oficial na Secretaria da Justiça, função na qual Benevides permaneceu por pouco tempo em função de problemas de saúde, que o obrigaram a se retirar para a cidade de Campanha, em Minas Gerais, onde advogou durante um tempo. Esses fatos teriam se passado antes de seu concurso para lente na Academia de São Paulo.

Sobre o concurso, o redator declarava que Benevides ficou em primeiro lugar na lista tríplice, em função de seu brilhantismo, e que o Marquês de Olinda, então presidente do Conselho e ministro do Império, o teria nomeado a despeito das crenças políticas contrárias às do candidato, que ocupava “lugar proeminente na phalange activa das milicias conservadoras.”⁴⁷ Esse tom laudatório aparecerá muitas vezes, sobretudo quando Benevides começar a sofrer os ataques sistemáticos da oposição, revelando aspectos interessantes das disputas políticas no que diz respeito aos elementos de legitimidade de Benevides enquanto figura pública.

No *O Jequitinhonha*, periódico liberal de Diamantina, na edição de 19 de dezembro de 1869, lemos um artigo de uma página inteira destinada a diminuir a imagem do presidente. As críticas a Benevides, representante típico da tradição imperial, parecem mais do que naturais, vindas de um jornal que afirmava em sua epígrafe: “O Jequitinhonha professa a doutrina liberal em toda a ‘sua plenitude’ propugnando pelas reformas constitucionaes radicaes no sentido da democracia pura”, mas é interessante observar os pontos que seus opositores escolhem para atacar.

O texto inicia afirmando que a administração do novo presidente estava condenada, pois tantos os liberais quanto os conservadores já estariam contra ele. Nesse momento, o redator se referia à cisão que o governo de Benevides teria causado no seio de seu próprio partido. Diferentemente da maior parte dos textos que encontramos, nos quais suas virtudes e talentos intelectuais são ressaltados, o texto de *O Jequitinhonha* afirmava que:

A sua nomeação publicada pelos jornaes causou-nos admiração, e quasi, devemos suppôr, mais admiração causou á S. Exc.!

Advogado mediocre na Campanha, e victima de uma alopécia cruel, que o obrigava á andar em continuado uso das aguas virtuosas; S. Exc. surpreheu-se com o acêno de uma cadeira de lente, que lhe foi offerecida na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Ajuntou seus alfarrabios velhos, pregou a tampa do caixão, e lá se foi para *novos ares, novos climas*. [grifo do autor]

⁴⁷ NOTICIADOR DE MINAS. Ouro Preto, nº 115, 08 de junho de 1869, p. 2.

No estado lastimável á que se via S. Exc., devemos entender, que aquiesceu ao chamado, mais pelo estado arruinado de sua saúde, do que por ambição de glórias litterarias.

Sua Exc. Tem uma virtude: conhece-se.⁴⁸

Além de insinuar que a vaga de lente havia sido oferecida a Benevides, o redator afirmava que as provas de Vicente Mamede de Freitas e de José Joaquim de Almeida Reis, que concorreram com ele, teriam sido muito superiores em termos intelectuais, mas teria contado com a graça de ser um protegido do imperador – o que seria provado pelo fato de que, à época do concurso, estava-se no quadriênio de domínio liberal, situação que deveria ter resultado na nomeação de um representante desse partido.⁴⁹ O que chama mais atenção é que um dos maiores focos de ataque do artigo é a capacidade intelectual de Benevides, que era tão laureada por seus apoiadores, mostrando a importância que esse aspecto tinha na legitimação dos postos de poder. Destarte, o redator relatava como teria sido o primeiro curso que ele ministrou:

Começarão as prelecções scientificas. A cadeira de economia politica foi confiada ao novo lente caloiro.

Pondo abaixo a livreria, escorropichando paginas de Bastiat, Conquelin e Guillaumin, Mac-Culloch, Ch. Dunoyer e outros, S. Exc. ia representando seu papel de *repetidor*, mal e mal.⁵⁰ [grifo do autor]

A nomeação para presidente da província de Minas teria seguido a mesma lógica, ou seja, não teria acontecido por seu mérito:

Ainda uma vez o Sr. de Sá e Benevides foi arrancado com doce violencia de ao pé de sua *candeia de azeite*. [grifo do autor]

Estava nomeado presidente da importante e rica provincia de Minas Geraes! D'esta feita a admiração foi assombro. S. Exc. lia e relia o decreto e acreditava que não sabia ler.

Convenceu-se afinal.⁵¹

⁴⁸ O JEQUITINHONHA. Diamantina, nº 8, 19 de dezembro de 1869, p. 1.

⁴⁹ Para um panorama da influência do revezamento entre gabinetes liberais e conservadores, e do contexto político em geral, na nomeação dos lentes da Academia de Direito de São Paulo, ver: PISCOTTA, Renato Matsui. *Sociedade, ideias e compêndios: Direito Natural no Largo de São Francisco (1827-1889)*. São Paulo, 2017. 303 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 42-63.

⁵⁰ O JEQUITINHONHA. Diamantina, nº 8, 19 de dezembro de 1869, p. 1.

⁵¹ O JEQUITINHONHA. Diamantina, nº 8, 19 de dezembro de 1869, p. 1.

Como percebe-se, o redator procurava minorar as capacidades de Benevides em todos os aspectos, mas sempre indicando sua relação com os livros. É particularmente interessante a forma como tenta desmoralizá-lo, descrevendo sua rotina de “sábio”:

Veio para Ouro-Preto.
Logo e logo adoptou um primeiro plano de vida – a reclusão.
De pouco que apparecia tornou-se quasi invisivel.
Semelhante mysterio fazia effeito.
Os *sabios* devem viver isolados no silencio de seu gabinete, tendo por sociedade unicamente os livros. [grifo do autor]
Aquelle templo sagrado não era accessivel a profanos!
Se algum curioso, pé ante pé, enfiava o olhar através da fechadura, via, de estupefação, S. Exc. sentado em macia poltrona, e adormecido na leitura de algum *in folio*.
Era um extase litterario, interrompido de instantes por alguns leves resonos.
O *indiscreto* esguerrava-se nas sombras, e dizia com os seus botões: Que sábio!⁵²

Com isso, estava completa a desmoralização do presidente da província nos pontos que eram mais caros aos seus admiradores, sua erudição e sua capacidade intelectual. Do ponto de vista de suas políticas enquanto presidente, os adversários apontavam para o fato que ele havia causado um grande racha no seio do próprio partido, demonstrando sua incapacidade política. Ao final do artigo que vimos analisando, o redator aponta para essa questão:

O Sr. Benevides cria que elle estava nomeado; porém estava apenas consignado.
[...]
S. Exc. vestindo a camisa do trabalho, empunhou a foice da reacção. Mas... incomprehensivel poder da fatalidade!
Quando, na allucinação apaixonada da politica, derribava aos golpes seus ousados adversarios, ferio seus proprios correligionarios!
[...]
A luva está lançada.
[...]
Quem vencerá?⁵³

Não encontramos muitas informações acerca do conflito interno ao partido, mas sabemos que seu principal adversário fora Benjamim Rodrigues Pereira, que fez parte da turma acadêmica de 1854-1858, da Academia de São Paulo, e que tinha grande influência no partido conservador mineiro. Ele tinha sido deputado na Assembleia Geral Legislativa de Minas Gerais

⁵² O JEQUITINHONHA. Diamantina, nº 8, 19 de dezembro de 1869, p. 1.

⁵³ O JEQUITINHONHA. Diamantina, nº 8, 19 de dezembro de 1869, p. 1-2.

no período em que Benevides era presidente, e após o fim da sessão, “moveu-lhe crua hostilidade, e organizou a dissidência no seio do partido conservador.”⁵⁴

Para além dessa celeuma interna, o trecho de *O Jequitinhonha* indica também uma certa virulência de Benevides contra seus adversários do partido de oposição. De fato, os jornais o acusavam de uma verdadeira perseguição contra os liberais durante seu governo. Um dos casos que causou maior rebuliço foi a exoneração de alguns oficiais da força policial, por serem alinhados a eles. No *Noticiador de Minas*, podemos ler um artigo que busca defender Benevides, argumentado que seria óbvia sua atitude visto que um presidente não poderia governar sem ter a força armada ao seu lado:

Os conservadores não são brasileiros: este Brasil é patrimonio exclusivo dos liberaes.

Por isso todo o governo tirado d’entre aquelles não tem licença de proceder como procedem todos os governos regulares do mundo.

Não te direito de escolher pessoal para os cargos de confiança, de buscar amigos que o sirvão, de premunir-se enfim contra as machinações de seos perfidos inimigos.

Estas considerações já nos fazião prever, que tumultuosa gritaria havia de levantar-se da tribuna liberal, desde que o governo tivesse a veleidade de pôr á sua disposição a minguada força policial desta provincia.

E tinhamos rasão de preve-lo; visto que para ter á seo lado esse indispensavel elemento de governo, era preciso ferir os interesses progressistas da passada situação, ainda encarnada no corpo policial; isto é, éra preciso cortar as péias administrativas que o regimen escandaloso dos Saldanhas e Machados legou á actualidade.

[...]

Todos sabem que a força publica leal e dedicada é o mais poderoso agente de uma bôa administração. Em relação é esta pode comparar-se o corpo em relação á alma: deve obedecer, obrar, e harmonisar-se de modo que concretise o pensamento, realise a vontade, e promova, por toda parte onde attingirem os raios do grande centro da unidade administrativa, a execução dos delicados deveres da autoridade.

Governo conservador e agentes liberaes, seria um consorcio monstruoso aos olhos da consciencia publica; seria uma corrupção, uma torpesa de costumes politicos, que só estamos habituados a vêr entre os liberaes e os nossos transfugas.

[...]

Quereis por acaso que os liberaes estejam na confiança do governo?

Que imbecilidade, e ainda mais que deploravel ignorancia das cousas!

O cavallo governaria o cavalleiro, si a força policial ainda estivesse comvosco: a alma seria a mesquinha serva do corpo.⁵⁵

⁵⁴ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 1, p. 151-152.

⁵⁵ NOTICIADOR DE MINAS, Ouro Preto, nº 131, 24 de julho de 1879, p. 1.

De acordo com o mesmo periódico, de 5 de setembro do mesmo ano, a atitude de Benevides seria legal, visto que durante o governo de Saldanha Marinho, membro do partido liberal e, posteriormente, signatário do Manifesto Republicano de 1870, a Assembleia Legislativa havia aprovado um regulamento que dizia que o presidente tinha liberdade para nomear e demitir o comandante e os oficiais da força policial.⁵⁶ As acusações que constam contra os oficiais, nesse mesmo artigo, eram de uso indevido de dinheiro público e não cumprimento de suas funções. Não cabe aqui investigar profundamente o caso, apenas notar que as disputas políticas na província de Minas Gerais eram intensas e os governos instáveis, visto que no decênio entre 1860 e 1870, ela teve cerca de 22 presidentes. Provavelmente, Benevides exonerou os oficiais por questões políticas e não pelo uso indevido do dinheiro público, mesmo que este último argumento tivesse mais força perante a opinião pública.

Um outro episódio que revela a postura firme de Benevides e a guerra travada contra os liberais foi a suspensão da Câmara Municipal de Turvo. No *Jornal do Commercio*, do dia 2 de janeiro de 1870, lemos uma resposta ao “acto violento” de Benevides, “arbitrário na forma e no fundo”, contra a Câmara da cidade, que teria apenas cometido “o crime unico de ser liberal”. De acordo com o autor do artigo, o presidente da província teria agido ilegalmente, atribuindo a um juiz o poder de suspender a câmara, e, depois, teria instaurado um processo contra a mesma. Para o autor, “[...] o Sr. Benevides não soube ao menos salvar as apparencias de moderação, revelando no aqodamento de seus actos uma profunda sanha de perseguição.”⁵⁷

Certamente, todas essas acusações são eivadas de disputas políticas e não podem ser tomadas como referência senão com uma investigação mais profunda de cada um dos casos, mas, o que importa a nós é retomar o caráter turbulento de seu governo em Minas e ressaltar sua firmeza contra a oposição, demonstrando a rigidez que o caracterizava. Veremos, em momento oportuno, sua atuação como deputado na Assembleia Legislativa da província de São Paulo, mas é válido adiantar que, conforme *O Jequitinhonha* já havia apontado, Benevides também se isolava no interior de seu próprio partido. Almeida Nogueira relata um debate na Assembleia na qual, defendendo suas posições com veemência Benevides afirmava:

- Eu não sou *mendista*, eu não sou *pradista*, eu não sou *rodrigista*, eu não sou *duardista*, eu não sou *delfinista*...

⁵⁶ NOTICIADOR DE MINAS, Ouro Preto, nº 145, 7 de setembro de 1869, p. 1.

⁵⁷ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, ano 49, nº 2, 2 de janeiro de 1870.

- V. Exa. é *benevidista*! – aparteou o padre Valadão, provocando hilaridade.⁵⁸
[grifos do autor]

Porém, é importante lembrar que na data dessa sessão, assim como em todo o período que Benevides foi deputado provincial por São Paulo, o partido conservador já estava bastante fragmentado devido ao impacto das reformas do gabinete de Rio Branco que, conforme mencionamos no capítulo anterior, havia, entre outros, conseguido aprovar a Lei do Ventre Livre. De todo modo, fica claro para nós que Sá e Benevides tinha um projeto e uma postura muito claros dos quais não abria mão nem diante da oposição, nem de seus correligionários e, nem mesmo, do imperador. Mas seu caráter intransigente não era visto, necessariamente, de forma negativa, como nos deixa entrever uma notícia do *O Commercio de São Paulo*, já de 1901, retratando seu precário estado de saúde, às vésperas de seu falecimento:

Acha-se, ha dias, bastante enfermo, guardando leito, o notavel jurisconsulto dr. Sá e Benevides, nosso intransigente correligionario e illustrado collaborador desta folha.

Fazemos ardentes votos pelo seu prompto restabelecimento, afim de ver o adextrado general, em todo o vigor da saúde, na estacada dos propagandistas da monarchia.⁵⁹

7.2. A “biblioteca desaparecida” de Sá e Benevides

Infelizmente não conseguimos ter acesso ao inventário *post-mortem* de José Maria Corrêa de Sá Benevides e de nenhum de seus familiares próximos. Embora a inscrição de seu processo conste no livro de registro de feitos do Cartório do 3º Ofício da Família, seu arquivamento não está lançado nem no Arquivo Público do Estado de São Paulo, nem no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mas, embora frustrante, trata-se de uma situação corriqueira, já que diversos elementos concorreram para o “desaparecimento” de alguns processos.

Em primeiro lugar, as próprias mudanças na organização judiciária das varas, cartórios e ofícios, desde 1891, fizeram com que as listagens nas quais constam o registro dos processos fossem reorganizadas e refeitas, além dos próprios processos terem sido deslocados quando dessas alterações. Ademais, as várias instâncias pelas quais passaram os processos e os seus respectivos registros pouco se comunicavam nesse sentido, culminando em perda de informa-

⁵⁸ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 277.

⁵⁹ O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, nº 2459, 20 de janeiro de 1901, p. 1.

ções. Por outro lado, os processos eram manuscritos e, muitas vezes, a caligrafia de difícil identificação era manipulada por profissionais do judiciário que não tinham formação específica para tal. Dessa forma, os erros e as inconsistências de informações são constantes – nós nos deparamos com essa situação diversas vezes ao longo da pesquisa.

Para agravar ainda mais as dificuldades da busca, uma enchente que atingiu parte das instalações do prédio do Arquivo do Tribunal de Justiça, na década de 1980, danificou uma parcela considerável dos arquivos do 3º Ofício de Família, e muito processos foram perdidos. Destarte, tivemos que lidar com um problema comum ao historiador, sobretudo no Brasil, isto é, a falta de documentação.

No entanto, mesmo com essa ausência bastante sentida, Benevides se mostrou um objeto de estudo privilegiado por diversos motivos. Sua atuação como professor e político resultou em diversos registros escritos, como suas lições e seu compêndio de direito natural – importantes para seguirmos a trajetória dessa disciplina na Academia –, além do compêndio de Direito Público e de sua *Analyse da Constituição Política do Imperio do Brazil*, bem como seu relatório enquanto presidente da província de Minas Gerais, e as Atas da Assembleia Provincial de São Paulo. Ademais, a leitura de seus livros e o registro de suas falas na tribuna da Assembleia se não nos permitem reconstituir completamente, deixam-nos ao menos entrever qual poderia ser o conteúdo de sua biblioteca e de que forma ele a utilizava, mas nos dedicaremos a isso em momento oportuno.

Sabemos, pelo processo de inventário de seu sogro e nosso primeiro personagem, José Maria de Avellar Brotero, que ele herdou pouco mais da metade de sua biblioteca, na função co-herdeiro dos bens de sua esposa, dona Emilia Brotero Sá e Benevides. A biblioteca de Brotero era composta por 1.161 volumes, dos quais 588 ficaram com Benevides, sendo a outra metade distribuída entre seus filhos, Frederico Dabney de Avellar Brotero e Raphael Dabney de Avellar Brotero, ambos formados pela Faculdade de Direito de São Paulo. Não sabemos se essa divisão foi feita após a morte do conselheiro ou se havia sido definida por ele mesmo antes do falecimento. O fato é que Benevides, na condição de genro, foi privilegiado na partilha em detrimento dos próprios filhos de Brotero.

Vale chamar a atenção para um aspecto importante nas discussões sobre a posse privada de livros através dos inventários *post-mortem* e que se refere justamente à questão das heranças. Tânia Bessone já havia indicado a dificuldade de se compreender a relação entre as escolhas

próprias e as de terceiros nas coleções pessoais, justamente pelo fato de muitos livros que compunham as bibliotecas terem sido herdados, sem que nem sempre seja possível identificá-los.⁶⁰ Nesse caso, embora não tenhamos a relação dos livros de Benevides que foram adquiridos por ele mesmo, podemos inferir que se os livros herdados não foram todos escolhidos, deve ter havido ao menos uma negociação entre os herdeiros, demonstrando, em parte, suas preferências.

No Quadro 42 podemos observar as obras que compuseram o legado de Benevides, sendo possível afirmar, de antemão, que se tratava de um rico quinhão, pois, como vimos no Capítulo 2, as bibliotecas com até 500 volumes representavam cerca de 83% das coleções que encontramos. Poderíamos até dizer que se Benevides não possuísse nenhum livro antes da morte do sogro – o que não nos parece verossímil – ele teria ganho, de um só golpe, uma biblioteca de tamanho bastante razoável para os padrões da época.

Quadro 42 – Livros legados ao co-herdeiro de José Maria de Avellar Brotero, José Maria Corrêa de Sá e Benevides

Livros Herdados Por Sá E Benevides
19 volumes, em diversos autores, de economia política;
9 volumes estragados, obras completas de Heinecius;
9 volumes de obras completas de Cícero;
42 volumes de História Universal vertida do inglês;
30 volumes de Direito Criminal em diversos autores;
33 volumes de Direito Eclesiástico e Canônico em diversos autores;
20 volumes de Direito Marítimo, vários autores;
31 volumes de Direito das Gentes, vários autores;
10 volumes estragados de vários praxistas;
30 volumes de praxistas diversos, faltando dois volumes em <u>Pegas</u> Florence;
20 volumes sendo 17 de Agost. Barboza e 3 de Pedro Barboza;
Atlas de História de Lessage;
36 volumes de vários autores sobre diplomacia;
42 volumes sendo 8 de História dos Estados Unidos, 7 sobre cultos, 7 de Pastores, 1 de História da Legislação, 7 sobre Constituições e 12 de várias obras;
43 volumes sobre Filosofia;
33 volumes estragados de História de Portugal, vários autores;
53 volumes de Direito Público, vários autores;
22 volumes, sendo 16 de obras de Condilac e 6 de Blackstone;

⁶⁰ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 74-78.

66 volumes de Direito Natural, Político, e Introdução aos Estudos de Direito;

37 volumes de obras de J. J. Rousseau

Embora muitos títulos e autores não sejam mencionados, é possível notar que os principais campos de interesse de Benevides estavam contemplados, como a Filosofia, o Direito Natural, os livros de introdução aos estudos de Direito, o Direito Eclesiástico e Canônico, o Direito das Gentes, o Direito Público, a Economia Política e a História. Essas áreas, veremos, são de fundamental importância para a atuação intelectual e política do nosso personagem.

As outras áreas do Direito que aparecem presentes podem se explicar tanto por um interesse pessoal, quanto pelo fato de que como lentes substitutos, os professores da Academia acabavam ministrando cursos em cadeiras diferentes ao longo dos anos, conforme indicamos em relação a João Theodoro Xavier. Sabemos que Benevides ministrou cursos de Economia Política,⁶¹ Direito Comercial,⁶² Direito Romano,⁶³ de Direito Natural.⁶⁴

Mas, para além de suas preferências mais evidentes, é interessante notar a presença dos livros sobre cultos e pastores entre aqueles que, aparentemente, se referem aos Estados Unidos – onde a cultura protestante foi fortemente presente –, visto que Benevides era um católico ortodoxo. Contudo, como tentaremos explicitar ao longo do capítulo, ele parecia ser um leitor voraz que não se restringia às leituras condizentes com suas filiações político-ideológicas. Ao contrário, Benevides se empenhava em conhecer as teorias e autores que contestava. Esse fenômeno explicaria ainda a presença das obras completas de Rousseau e os livros de Condillac e Blackstone. Seja como for, a leitura de seus trabalhos é bastante profícua para melhor uma melhor compreensão de suas preferências e seus mecanismos de leitura e apropriação de textos.

7.3. As armas de combate: as palavras e os livros. Sá e Benevides e a Academia de Direito

Sr. presidente, a cadeira de deputado é para mim leito de espinhos! Sou nesta casa um peregrino que tenho carregado uma cruz, que levarei ao Calvário! Reputo esta posição como a de um sacrifício, bem sei que inglorioso [...] mas

⁶¹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantes*. São Paulo: Vanorden, 1907, v. 1, p. 82.

⁶² *Ibidem*, v. 2, p. 304.

⁶³ *Ibidem*, v. 4, p. 154 e 271.

⁶⁴ *Ibidem*, v. 7, p. 280.

ha criaturas infelizes, para quem as leis da consciencia valem mais do que as conveniencias da terra!⁶⁵

Assim se expressava Benevides na sessão do dia 7 de março 1873, na tribuna da Assembleia Legislativa da província de São Paulo. Em vários outros momentos, ele proferia frases com sentido semelhante, afirmando que suas palavras eram a única arma que possuía. Na sala de aula, sua missão parecia ser a mesma. Benevides utilizava esse espaço para incutir nos alunos seu conhecimento, e, sobretudo, suas ideias. Almeida Nogueira, descrevendo sua atuação como lente da Academia, assim o descrevia:

Dotado de superior talento e de vasta erudição, além disso brioso como ninguém (o que o impelia a constante estudo), o dr. Benevides em todas as cadeiras que regeu e nas arguições, nos atos e defesas de teses fez sempre a mais brilhante figura.

Não abordava um ponto nas suas preleções que o não estudasse aprofundadamente e não o esgotasse. Era esse, talvez, um defeito no ensino do exímio lente, porque, destarte, no escasso período do ano letivo, como explicar a não ser uma parte mínima do vasto programa oficial?

Outro defeito, este muito relativo, pois para outros será ótima qualidade: era monarquista sectário do direito divino e católico ultramontano. Como tal, doutrina do alto da sua cátedra e não cedia uma linha às opiniões opostas. Quem divergisse num ponto dos seus ensinamentos era positivista ou republicano encapotado. Era-lhe muito usual o emprego desse qualificativo.

Sempre que, ainda longinquamente, a matéria se relacionava com a filosofia ou o Direito Público, as doutrinas de São Tomás de Aquino e de Ventura de Raulica encontravam no ilustrado mestre eloquente campeão e intrépido defensor.⁶⁶

Spencer Vampré, seguindo mais ou menos a mesma linha, afirmava que Benevides:

Salientara-se como argumentador, – um dos mais notáveis da Academia. Nas defesas de tese, nos exames, brilhava sempre sob este aspecto.

Infelizmente, porém, sustentava a monarquia, fundada no direito divino, e era católico ultramontano, não admitindo transigência alguma com os positivistas, ou “republicanos encapotados”, expressão de que muito usava.

Combater o positivismo, era uma das mais tenazes preocupações de sua inteligência, e, em todas as aulas, a propósito de nada, lá surgiam remosques a Augusto Comte, Littré, Lafitte, e também a Hebert Spencer, a Stuart Mill, e a outros filósofos da época.

⁶⁵ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo. Sessão de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 19ª Sessão Ordinária, 07 de março de 1873, p. 174.

⁶⁶ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 3, p. 275.

As suas críticas, apesar de unilaterais, revelam ânimo aparelhado a discutir, e notável coragem de convicções.⁶⁷

Entretanto, nem todos eram condescendentes com a intransigência e o ultramontanismo de Benevides. Júlio Ribeiro, professor da cadeira de Latim do Curso Anexo, literato e autor do polêmico romance *A Carne*, era um severo crítico e nas suas *Cartas Sertanejas* questionava:

Que filosofia é a do sr. Benevides, que esbofa-se ridiculamente a refutar na aula Comte e Darwin, Spencer e Haeckel, malbaratando um tempo que poderia muito melhor aproveitar?
S. Exc. não se peja de declarar que não faz número com os espíritos adiantados; que não crê que o progresso da humanidade careça de subtrahir-se é influencia religiosa para ser plenamente realizado; que têm na fé na acção da Divina Providencia como factor desse progresso; que é ADVERSARIO FRANCO da philosophia moderna, *perniciosa*, no seu entender, *á sociedade e ao direito*; que não comprehende o mundo sem Deus, e nem a sociedade sem principio divino.⁶⁸ [grifos do autor]

Júlio Ribeiro, nesse artigo, criticava praticamente todos os lentes da Academia, e o ataque a Benevides era ainda mais contundente, justamente por ele representar um dos mais notáveis defensores da tradição católica e imperial. Algumas páginas depois, o autor afirmava:

O que o Exmo. Sr. Dr. Benevides tem por alta philosophia é muito boa metaphysica, é dialéctica eskholastica medieval, aristotélica. Si possível fôra que S. Ex. tivesse retrogradado na existencia, como tem retrogradado nas ideias, é provavel que tivesse feito um figurão, discutindo com Santo Thomaz ou com Scott sobre os trabalhos gynecologicos do Espirito Santo no parto da Virgem, ou sobre a côr dos cabellos dos anjos.⁶⁹

Afora o caráter ácido e sarcástico do texto de Júlio Ribeiro, vale notar o combate que Benevides travava contra as ideias “modernas” do século e as severas condenações que recebia dos adeptos delas. Como veremos quando da análise de suas aulas e seus textos, Benevides fazia desses espaços, no seu papel de professor, um verdadeiro campo de batalha.

Almeida Nogueira, relatando um episódio que ocorrera no fim do ano de 1865, ou seja, no primeiro ano que Benevides lecionou na Academia, confirma sua postura de estudioso movido por um certo orgulho, mas que o levava a empenhar-se no conhecimento das mais diversas áreas e teorias. O incidente teria se dado entre Benevides e os quintanistas, resultando em 16

⁶⁷ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 145.

⁶⁸ RIBEIRO, Julio. *Cartas sertanejas*. Rio de Janeiro: Faro & Nunes, Editores, 1885, p. 86.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 88.

reprovações – situação que nunca teria ocorrido, pois não era praxe reprovações no último ano. Mas, ao que parece, todo o período letivo de 1865 teria sido tenso entre o professor e os alunos. Almeida Nogueira relata que:

[Os alunos] [...] suspeitosos, sem a minima razão, do preparo do seu novel mestre nos dominios da sciencia de Quesnay, os 5º annistas de 65 levaram todo o anno a atenzal-o com objecções diarias, colhidas na *litteratura enfadonha* dos economistas mais em voga que, de facto, não se entendiam sobre os pontos cardeaes da disciplina que doutrinavam. Muito intelligente, o illustre professor não deixava jámais de resolver as duvidas propostas; todavia, brioso como ninguém, via-se obrigado, por aquella impertinencia dos seus discipulos, a um estudo excepcional. Comprehendi-lhes a intenção e, por isso mesmo, não lhes procurava cercear os intuitos. Julgou-se, porém, no direito de exigir delles, por occasião dos actos finaes, provas completas de aproveitamento. Elle fizera diligencia de ser bom mestre, bom guia; reclamava, por sua vez, que os alumnos, tão inclementes para com elle, se mostrassem na altura do ensino scientifico leccionado durante o anno.⁷⁰ [grifo do autor]

Para além de poder-se notar que a estreia de Benevides como lente da Academia não foi das mais amistosas, também é possível perceber que os alunos – pelo menos os quintanistas, que já eram mais preparados e sabidos nos domínios teóricos – não aceitavam passivamente as doutrinas do “novel” professor. Infelizmente, não encontramos relatos sobre a postura dos alunos nas aulas de Direito Natural que era ministrada no primeiro ano, na qual Benevides fundamentava as bases do Direito. Nesse ponto, temos acesso apenas às lições que o professor aplicava que, se não servem para apreender por completo a recepção dos alunos, ajudam-nos a melhor compreender o que nos propusemos inicialmente, a saber, como as suas concepções sobre o direito natural podem revelar o seu projeto de sociedade.

7.4. As *Licções de Direito Natural* e os *Apontamentos de Direito Natural*

Na biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo existe um exemplar das *Licções de Direito Natural* proferidas por Benevides no ano de 1880. Trata-se de uma litografia das anotações manuscritas, registradas por alguns alunos e vendidas aos colegas por uma assinatura mensal, conhecidas pelo nome de “sebentas”.⁷¹ Elas eram reproduzidas na Imperial Littographia à vapor de Jules Martin, pois, ao final de cada lição podemos ler essa informação

⁷⁰ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 1, p. 266-267.

⁷¹ Ao final da 49ª lição lê-se a seguinte mensagem: “Avisa-se aos assignantes que de 1º a 5 de agosto, cobra-se a mensalidade. Depois não receberão os que não tiverão pago.”

manuscrita. Na realidade, pelo que pudemos perceber, as lições litografadas eram entregues uma a uma, assim, o exemplar que encontramos é uma compilação das lições do ano.

Mesmo se tratando de uma iniciativa dos alunos, o professor não só tinha conhecimento como corrigia as lições antes delas serem copiadas e distribuídas, pois ao final da 4ª lição, podemos ler a seguinte mensagem: “A publicação das prelecções de D^{to} Natural tem demorado porque antes de serem entregues ao copista são corrigidas pelo nosso illustrado lente. Pedimos aos collegas que releven esta demora porque só assim teremos um trabalho perfeito. O.”⁷²

As anotações, ao longo do ano, eram assinadas por algumas pessoas identificadas como O., A. N.A., G., mas, a maior parte delas é assinada por Argymiro Cicero Galvão e Waldomiro Guilherme Christiano, o primeiro formado em 1884 e o segundo, em 1883, segundo a lista de bacharéis da Faculdade de Direito. Considerando que o curso tinha 5 anos, podemos supor que nenhum dos dois era primeiranista em 1880, mas não conseguimos informações mais precisas.

A única coisa que se evidencia é que as brincadeiras eram constantes, como pode ser observado pela variação das assinaturas. Em uma das lições, eles assinam como “Argysmith e Waldymireth”. Em outra lemos “Argymiro Guilherme e Wladimir Galvon Hiperns”. Numa terceira, podemos ler: “A. → R. G. do Sul & W. → Minas Gerais, ambos 20 annos”.

Mas os gracejos não paravam nas assinaturas. No final da 72ª lição, no meio de uma frase que era proferida por Benevides, lê-se: “Já deu a hora?... Sim senhor”, fazendo alusão a um possível atraso do professor em terminar a aula. No final do ano, já na 90ª lição, consta, ao final, a seguinte mensagem:

Consta-nos de fonte limpa q. o dia 15 de outubro põe termo ás nossas laboriosas lucubrações juridicas deste anno. Em consequencia, resolvemos, depois de maduro exame, solicitar dos srs. assignantes, q. ainda não pagáram, o obsequio de o fazerem. Si attenderem ao nosso pedido, promettemos um – Savigny – a cada um. Arg. & Wald.⁷³

Nas 91ª e 92ª lições consta um lembrete: “Olhem a promessa do Savigny...i...i...i!!!”, e na 93ª lição, provavelmente após o pagamento feito pelos alunos que estavam em dívida, lemos o desfecho da brincadeira:

Era nosso intento offerecer aos nosso collegas, q. pagaram suas assignaturas, um Savigny, mas soubemos por tellegrama da Allemanha, q. o unico q. lá

⁷² BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Licções de Direito Natural*. São Paulo: Imp. Litt. à vapor de Jules Martin, 1880, Lição 4, s/n.

⁷³ *Ibidem*, Lição 90, s/n.

havia, é falecido ha muitos annos. Valeu ao menos a intenção louvavel, em q. estavamos p^a com os amigos. Arg. & Wald.⁷⁴

Parece mesmo se tratar de uma espécie de trote dos alunos mais velhos com os calouros, mas, brincadeiras à parte, fica subtendido também, em alguns momentos, um certo tom irônico em relação às aulas e ao professor, como pode ser notado pela expressão “laboriosas lucubrações juridicas” ou pela transcrição do diálogo sobre o atraso no término da aula, revelando a intenção dos alunos em registrar essa insatisfação. De fato, alguns autores ressaltaram que Benevides, mesmo sendo um bom orador, era bastante prolixo, o que deveria tornar as aulas um tanto cansativas.⁷⁵

Imagem 23 – Lição litografada de Direito Natural

Fonte: BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Licções de Direito Natural*. São Paulo: Imp. Litt. à vapor de Jules Martin, 1880, 1^a Lição, s/n.

⁷⁴ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Licções de Direito Natural*. São Paulo: Imp. Litt. à vapor de Jules Martin, 1880, Lição 93.

⁷⁵ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 2, p. 304.

Imagem 24 – Detalhe da última página das *Lições de Direito Natural*

Fonte: BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Lições de Direito Natural*. São Paulo: Imp. Litt. à vapor de Jules Martin, 1880, Última lição, s/n.

No fim da última lição, podemos ver as assinaturas dos alunos, assim como um busto que, não podemos afirmar, mas devia se tratar de uma caricatura de Benevides, dado que ele era calvo – embora tentasse disfarçá-lo com o auxílio de um chinó.⁷⁶ Vemos também o desenho de uma igreja, que não parece ser a de São Francisco, já que esta possuía apenas uma torre à esquerda e três arcos na frente, ao invés de duas torres e uma porta, como no desenho. Podemos imaginar que seria uma alusão ao catolicismo do professor, mas são apenas suposições.

Imagem 25 – Vista em direção ao Largo São Francisco

Fonte: AZEVEDO, Militão Augusto de Azevedo. Largo do Capim - Largo São Francisco, s/d.

⁷⁶ Spencer Vampré afirma que o chinó de Benevides era famoso, “porque, ao dissertar na cátedra, muitas vezes abanava a cabeça, com tal energia e convicção que o chinó se movia, - o que emprestava à explicação um sabor inédito e pitoresco.” In: VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 143.

No centro do desenho dos alunos pode-se ver um homem com uma corneta na boca, da qual sai a frase “sois da pátria esperança fagueira”, além de um pequeno “exército”, ilustrado no canto direito da imagem, aparentemente, empunhando armas. A frase transcrita é parte do *Hino Acadêmico*, escrito por Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, e musicado por Carlos Gomes. Não sabemos a data exata da composição do hino, apenas que Bittencourt Sampaio a escreveu entre seus anos de estudante que findaram com a sua formatura em 1859.⁷⁷

Inclusive, esse hino aparece em um outro momento das anotações, ao final da 53ª lição. Não sabemos exatamente qual era a concepção dos alunos sobre o hino, mas Almeida Nogueira afirma ser um “bello hymno” que na sua mocidade “tanto nos fez pulsar o coração”.⁷⁸

Imagem 26 – Detalhe da última página da 53ª lição de Direito Natural – Hino Acadêmico

Fonte: BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Licções de Direito Natural*. São Paulo: Imp. Litt. à vapor de Jules Martin, 1880, 53ª Lição, s/n.

Apesar de “eivada de hyperboles verdadeiramente atrevidas e de algumas redundancias de mau gosto” a música do Hino Acadêmico correspondia, segundo Nogueira, “aos grandes

⁷⁷ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 1, p. 286-287.

⁷⁸ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 5, p. 189.

ideias da mocidade” e era “própria para lisonjear e ennobrecer o espírito de classe” dos acadêmicos.⁷⁹ De fato, a letra é uma exaltação do papel dos jovens estudantes no futuro do país, demonstrando não só a crença, mas também a tentativa de incutir nos futuros bacharéis a ideia da importância das letras e do conhecimento jurídico como armas de combate, como podemos notar pelos versos adiante:

[...]
O Brasil quer a luz da verdade,
E uma coroa de louros também,
Só as leis, que nos dêem liberdade,
Ao gigante das selvas convém.

Vossa estrela reluz radiante,
Oh! Erguei-a vós todos, com fé,
Esse imenso colosso gigante,
Trabalhai por erguê-lo de pé!

É nas letras que a pátria querida
Há de um dia, fulgente, se erguer,
Velha Europa, curvada e abatida,
Lá de longe que inveja há de ter.

Nós iremos marchando adiante,
Acenando o futuro com fé.
Esse imenso colosso gigante,
Trabalhai por erguê-lo de pé!
[...]⁸⁰

Era um hino feito por um estudante e destinado aos demais colegas e que demonstrava o espírito que esses jovens se viam imbuídos. Porém, Benevides, pela força e veemência com as quais tentava transmitir seus ensinamentos, parecia compartilhar dessas ideias.

As *Licções de Direito Natural* são divididas em 107 tópicos, ocupando mais de 500 páginas manuscritas. Elas não são intituladas e seu conteúdo tem um forte aspecto de oralidade, dada sua própria natureza. Mais tarde, em 1884, Benevides passou a imprimir essas lições, sendo elas posteriormente encadernadas com o título *Apostamentos de Direito Natural*, cuja natureza e objetivo eram os mesmos – anotações feitas por terceiros para servir de material para suas aulas e entregues uma a uma, como pode ser percebido pelas erratas publicadas no final das lições, sempre referentes às aulas anteriores. Ainda nesse segundo trabalho, a linguagem de

⁷⁹ NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantes, Estudantes*. São Paulo: Vanorden, 1907, vol. 5, p. 189.

⁸⁰ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 1, p. 286-287.

Benevides é bastante prolixa e, no geral, fortemente abstrata. Diferentemente do livro de João Theodoro, no qual, apesar do tom filosófico e das abstrações, podia-se apreender facilmente suas concepções políticas, as aulas e os escritos de Benevides oferecem muito mais dificuldade nesse sentido.

Destarte, para uma melhor compreensão do sentido de suas teorias, fomos obrigados a recorrer a outros livros escritos por ele, bem como às suas atividades políticas. Optamos também por seguir uma linha de análise temática, buscando encontrar nos outros materiais elementos que pudessem tornar mais concretas as ideias proferidas nas *Licções de Direito Natural* e nos *Apontamentos de Direito Natural*.

Assim como procedemos em relação a Brotero e João Theodoro, não nos ocuparemos em analisar os trabalhos de Benevides do ponto de vista da consistência teórica e da fidelidade de suas análises em relação aos textos de outros autores. Primeiro, porque não teríamos condições e fugiríamos de nossa esfera, mas também porque nos interessa, por um lado, ressaltar os pontos de contato entre o Direito e a política, e, por outro, apreender de que forma cada um dos professores que estudamos mobilizou os autores e as teorias em voga para a construção de suas próprias concepções.

7.4.1. O direito natural de Sá e Benevides: a complexa relação entre Igreja e Estado

Um dos compêndios adotados para o ensino do direito natural, desde a recusa do livro de José Maria de Avellar Brotero, era o *Éléments de législation naturelle*, de Perreau, que fora utilizado por mais de quatro décadas na Academia de São Paulo.⁸¹ Segundo Reale, tratava-se de um “livro incolor, que resumia, em estilo ampoloso, os ensinamentos superficiais de Burlamarqui”.⁸² Reale afirmava que,

O século XIX avançava com os seus problemas prementes, entrechocavam-se escolas, reviam-se pressupostos, estremeciam-se convicções antigas ao impacto do criticismo, do positivismo, do evolucionismo, e o anacrônico compêndio de Perreau, com suas “verdades” desacompanhadas de inquietações e de dúvidas, permanecia no altar de nosso oficialismo cultural, como se tudo estivesse de antemão aceito e resolvido no mundo da filosofia...⁸³

⁸¹ REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1976, p. 70.

⁸² *Idem*.

⁸³ *Idem*.

Efetivamente, o compêndio fora utilizado por muito tempo e continha ideias que estavam sendo refutadas na Europa e no Brasil, mas o que o autor dessas linhas não considerava na sua avaliação era o fato de que a adoção de um livro não significava a completa sujeição do professor ao seu conteúdo. Certamente, Brotero não mudou consideravelmente suas aulas submetendo-se ao “livro incolor” só porque seu compêndio fora recusado, da mesma forma que Benevides não o fez.

Mesmo se opondo e se batendo fortemente contra as ideias do século, elas estavam presentes nas aulas deste professor, e essa disputa mostrava claramente que nada estava de “antemão aceito e resolvido no mundo da filosofia”. Logo no início da primeira lição dos *Apontamentos de Direito Natural*, lemos:

Adotando para Comp. Perreau – Theoria da Legislação Natural -, disse a Cadeira que reconhecia o inconveniente de pertencer elle a eschola diversa da sua e de já não se achar apar do progresso actual da sciencia do Dir. Natural, mas que apezar disso o seguia em suas explicações, fazendo-lhe os necessarios reparos, porque esse escriptor em muitos pontos consagra theoria acceitavel e tem o merito de não se achar eivado de laivos, de socialismo, o que em geral se nota nos Compendios da actualidade.⁸⁴

Já de início, pode-se notar uma postura bastante autônoma da “cadeira” em relação ao livro adotado, mesmo que, para alguns, ela fosse um retrocesso e não um avanço nas teorias filosóficas. Benevides seguia mais ou menos a ordem do compêndio de Perreau, corrigindo-o quando julgava necessário e apresentando a doutrina de outros escritores que, para ele, eram mais corretas. Ele dividia os autores de direito natural em três categorias: os católicos, os racionalistas e os positivistas.

Sobre os primeiros, recomendava a leitura de Liberatore, Taparelli, Rosmini, Benzer, Prisco, M.B., San Severino, Beaurain e Soriano de Souza – este último representante do ultramontanismo brasileiro, conforme indicamos no início do capítulo. Ademais, nosso professor recomendava a leitura do *Syllabus Errorum*, também já referido, na versão comentada por Meaupiêd, pois ele continha uma “doutrina pura e ortodoxa em matéria philosophica e juridica”.⁸⁵

Sobre os racionalistas, Benevides elencava uma série de autores, pois incluía nessa categoria praticamente todos os autores dos séculos XVIII e XIX que versaram sobre direito natural, além de outros filósofos que trataram de temas gerais que tocavam na questão das fontes do Direito. Entre os mais citados estão Burlamarqui, Ahrens, Fernando Elias, Belime, Ferrer,

⁸⁴ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.l.: S.N., 1884, p. 1.

⁸⁵ *Idem*.

Dias Ferreira, Brito, Jouffroy, Grotius, Krause, Maine de Biron, Damiron, Royer Colard, Jules Simon e Kant. No entanto, desses autores, Benevides adotava apenas questões pontuais, criticando as doutrinas no seu conjunto, pois muitos deles erravam por serem panteístas e não aceitarem as verdades reveladas pelas Sagradas Escrituras, ou por caírem no socialismo e no comunismo. É válido pontuar que, mesmo que não interesse a nós o rigor conceitual das análises de Benevides, muitos dos autores que ele considerava socialista não o eram, mas veremos em momento oportuno o que levava nosso autor a classificá-los como tal.

Entre os positivistas, que são certamente seus piores inimigos, Benevides incluía Courcelle Seneuil, um liberal francês, Stuart Mill, Spencer, Comte e Laffite, mas, de todos, Comte era o seu principal alvo de combate.

De modo geral, é difícil compreender os textos de Benevides por diversos motivos. Primeiro, sua linguagem empolada e extremamente abstrata em alguns momentos, somada ao recurso a silogismos cujas termos não são claros nem explicados, fazem com que a leitura seja muito truncada. Por outro lado, não há um rigor no vocabulário e, algumas vezes, nem conceitual, pois palavras e expressões que em algumas ocasiões se diferenciam, em outras são utilizadas como sinônimos, como acontece com direito/direito natural, lei/lei natural/lei jurídica, filosofia do direito/direito natural, entre outros, fazendo com que a compreensão se torne impossível em alguns momentos. Mesmo se considerarmos que essa confusão pode ser reveladora de uma certa concepção, ela não deixa de ser uma dificuldade a mais para o entendimento.

Seus textos são também muito prolixos, visto que Benevides repetia diversas vezes o mesmo raciocínio. No entanto, essa repetição complica ainda mais a compreensão, pois ao tentar se explicar, ele fazia afirmações que parecem contraditórias. Contudo, essas reiterações, por vezes exaustivas, também demonstram a tentativa de inculcar nos alunos os pontos discutidos, dando mesmo a impressão, quando as lemos, de serem uma espécie de lavagem cerebral.

Por fim, mas não menos importante, o recurso constante a diversos autores, com afirmações que nem sempre parecem corresponder de fato às suas teorias, gera uma certa confusão, tornando-se um fator a mais para a nossa dificuldade. Seja como for, alguns pontos vão tornando-se mais claros ao longo da leitura e a evocação constante deles, em momentos distintos, revelam que eles eram importantes para o nosso autor. Considerando esse aspecto, tentamos seguir essas pistas na busca por compreender o que era e de que forma Benevides fundamentava o seu direito natural.

Imagem 27 – 1ª lição do *Apontamentos de Direito Natural*

Fonte: BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884.

Antes de definir o que é direito natural, Benevides passava três lições explicitando a teoria de Perreau e de outros autores, levantando algumas questões que serviriam para justificar a sua. Logo de início, ele afirmava, corrigindo a doutrina do autor do compêndio base, que “a legislação natural é o *systema* inteiro das leis que abraçam todos os estados jurídicos do homem.”⁸⁶ O estado jurídico seria a posição que o homem ocupava em cada situação e desses estados é que decorreriam os direitos e os deveres. A partir disso o autor afirmava:

Nestes termos, classificam-se os estados na sciencia do Direito em primitivos ou absolutos e derivados ou *hypotheticos*. O estado natural primitivo é aquele em que o homem se acha collocado por força de sua natureza, independente de qualquer *facto* ou *acto*, e os direitos que decorrem deste estado, chamam-se absolutos ou primitivos.

O estado derivado ou *hypothetico* é aquelle em que o homem se acha collocado em virtude de *factos* ou *actos*. Por exemplo, o estado particular de familia é *hypothetico*, porque resulta do nascimento legitimo proveniente do casamento que é um *acto* voluntario. O estado, além de absoluto e *hypothetico*, se divide, como diz o *Comp.*, em individual e social. O estado individual é a posição do homem na scena juridica tendo apenas por titulo a qualidade de homem; o estado social é a posição que o homem occupa como membro de uma sociedade. O estado individual, além de especie, é genero; o estado social é especie do genero – estado individual, porque o homem como membro da sociedade, não deixa de ser homem, a sociedade não pode attentar contra a inviolabilidade da personalidade humana. O estado social, embora seja o estado do homem considerado como membro da sociedade não é completamente indifferente ao estado individual, *porque o titulo de homem é superior a qualidade de membro de uma sociedade. No estado individual reside a personalidade humana com todos os seus direitos absolutos, a qual entrando para a sociedade não perde a sua inviolabilidade.*⁸⁷ [grifo nosso]

Esse debate entre os direitos individuais e sociais era bastante comum desde os primórdios do direito natural moderno e remonta, sobretudo, às discussões do século XVIII, quando as bases do absolutismo monárquico passaram a ser questionadas.⁸⁸ Vimos que Brotero se aproximava das teorias contratualistas individualistas, enquanto João Theodoro adotava uma linha mais próxima do krausismo, no qual a coletividade predominava em detrimento dos direitos individuais isolados.

No texto de Benevides, é importante marcar que o direito individual era inviolável e estava acima do direito social, pois veremos que essa definição serve de argumento para ele combater grande parte das intervenções do Estado na sociedade. É significativo frisar, porém,

⁸⁶ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.l.: S.N., 1884, p. 4.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 4-5.

⁸⁸ Para um panorama geral dessas discussões, ver: HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, cap. 7.

que essa proposição se inverte convenientemente em algumas situações – por exemplo, em relação aos direitos das mulheres, como veremos adiante.

Continuando essa definição, Benevides afirmava que:

O estado social pode ser absoluto ou hypothetico, conforme decorre da natureza humana, ou é estabelecido por facto ou acto humano. O estado social comprehende a sociedade domestica ou familiar, a sociedade civil regida por leis civis, a sociedade politica regida por leis do Direito publico, a sociedade internacional, comprehende mais a sociedade humanitaria, e a *sociedade theocratica da qual decorrem Direitos de Deus sobre a Humanidade e deveres d'esta para com o Creador, deveres e direitos dos homens entre si por causa de Deus*.

Esta theoria, posto que capitulada de theologica, obscurantista e retrograda é philosophica, *justifica-se com argumentos racionaes*. Escriptores notaveis, como Sthal, Maller, Muller (insuspeitos por serem protestantes), Rosmini, Beuzer, Ventura, provam brilhantemente que a sociedade theocratica é instituição de ordem juridica. A eschola racionalista em geral não é d'esta opinião, diz que as relações do homem com Deus constituem deveres moraes e religiosos, que não entram na esphera da sciencia do direito. *Esta eschola considera a sociedade theocratica dominada pelo estado, consagra uma theoria impia, e por isso, foi condemnada pelo Syllabus*. Vamos demonstrar *com argumentos racionaes* apresentados pelos escriptores citados que a sociedade theocratica é uma sociedade real e juridica, não nos limitando a citar textos das Sagradas Escripturas, a invocar a tradição da Igreja, os canones e decisões conciliares que n'est ponto são unisonos.⁸⁹ [grifos nossos]

Duas observações são importantes a respeito dessas definições, primeiro a tentativa de Benevides de fundar seus argumentos em bases racionais e científicas, combatendo as críticas de obscurantismo que eram feitas a ele e a seus pares. Nos parágrafos seguintes ele procura demonstrar que seus argumentos não eram nem subjetivos nem abstratos, pois seus métodos eram analíticos, sintéticos e esclarecidos por princípios racionais. Assim, a partir de fatos históricos – “base de toda a experiência” – Benevides afirmava que o estado teológico existia, visto que:

Observando a natureza humana, encontramos sentimentos moraes – o sentimento de piedade, de sympathia, de amor da Humanidade, a aspiração para o infinito, e tudo isso não é mais do que a affirmação de que o homem é um ser religioso. Estudando a historia da humanidade desde o oriente, não se encontra um povo que não tenha sido religioso, o que prova que a religião é um facto universal, que o sentimento religioso é natural do homem. Aqui está o methodo analytico, substancialmente exposto, provando que á sociedade theocratica é natural.⁹⁰

⁸⁹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.I.: S.N., 1884, p. 5-6.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 6.

Sem entrar na “racionalidade” de seu argumento, é importante notar que Benevides se recusava a aceitar a posição de atraso de suas concepções e buscava provar que elas estavam *pari passu* com as bases científicas do século. Esse traço, presente em toda a sua obra, mostra que, apesar de combater o conteúdo das ideias modernas, ele estava em sintonia com a época, pelo menos do ponto de vista formal, sobretudo no que se referia ao vocabulário e aos métodos – ou na intenção deles.

Nesse sentido, ele defendia a Igreja católica das acusações de ser autoritária e contrária às ciências afirmando que:

Em geral se diz que a doutrina da Igreja Catholica é intolerante, despotica, porque o Syllabus onde ella se acha contida, contesta que a razão philosophica seja absoluta, diz que a philosophia está sujeita á inspecção da Igreja. Esta censura é injusta, o Syllabus não põe peias ás investigações philosophicas, apenas diz que ha verdades que foram reveladas e cuja demonstração compete á philosophia, mas que ella não póde negar, porque ellas foram reveladas por Deus, como consta das Sagradas Escripturas e da tradição constante da Igreja Catholica.

[...]

D’ahi a necessidade de conservar-se sempre vigilante a authoridade ecclesiastica para impedir que se vulgarisem theorias subversivas de sua doutrina, preminho os espiritos fracos e sinceros contra os sophistas que sempre tem apparecido.⁹¹

Daí podemos extrair que, para Benevides, a filosofia e as ciências tinham toda a liberdade, desde que não ultrapassassem os limites impostos pela Igreja. Mais do que o autoritarismo e a censura que nosso autor defendia, é importante ressaltar esse mecanismo do uso do “mas”, que é muito recorrente em seus argumentos. Em diversos momentos ele afirma a existência de direitos que, em grande parte dos casos, são acompanhados por uma conjunção adversativa que os limita em nome de algum bem maior – nesse caso, a proteção dos espíritos fracos e sinceros contra os “sofistas que sempre tem aparecido”.

A segunda observação importante que gostaríamos de destacar se refere à insistência de Benevides no caráter jurídico da sociedade teocrática, ou do estado religioso, pois é dele que vai derivar sua concepção sobre a relação entre o Estado e a Igreja. Vimos com Brotero e com João Theodoro que a existência de Deus não era contestada e era tida como a fonte do direito natural, assim como era para uma parte das correntes jusnaturalistas, desde o século XVIII. Mas

⁹¹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.l.: S.N., 1884, p. 11.

Benevides se diferenciava dos dois primeiros autores, pois ultrapassava essa concepção, almejando que Deus fosse não só a fonte do Direito, como suas relações com a sociedade tivessem um caráter jurídico.

Para tanto, Benevides elencava uma série de argumentos de ordem psicológica, moral, metafísica, histórica e dogmática e, apoiando-se em Taparelli e Benza, concluía, finalmente, que o direito natural era o:

Systema organico e completo dos principios de justiça temporal externa, e de *justiça espiritual interna e externa*, fundados na razão e na *vontade de Deus*, concebidos e demonstrados pela razão, verificados pela experiencia, *revelados por Deus, derivados da natureza humana*, cumpridos pela liberdade e pela vontade, espontanea e livremente, com consciencia ou sem ella.⁹² [grifos nosso]

Para ele sua definição era completa e ainda tinha o mérito de distinguir o Direito da moral. Apesar de não ficar tão explícita na fórmula acima, essa distinção era de fundamental importância para Benevides e ao longo das lições, sempre que possível, ele a reafirmava. Essa insistência, mais do que o conteúdo de sua formulação, nos chamou a atenção sem que conseguíssemos compreendê-la por meio da leitura de seus textos teóricos, dado o alto grau de abstração de algumas asserções. No entanto, suas falas na Assembleia Legislativa de São Paulo iluminaram quais eram suas pretensões ao deixar explícito que a moral, mesmo que estivesse na base de alguns direitos jurídicos, não os gerava diretamente. Dessa forma, existiriam direitos e deveres jurídicos sobre os quais os homens poderiam legislar, e direitos e deveres morais que se inseriam na esfera privada, sobre os quais o Estado e seus representantes não tinham jurisdição.

É justamente nesse sentido que Benevides procurava incluir os deveres dos homens para com Deus na esfera jurídica, pois assim o Estado seria obrigado a atuar como garantidor da plena realização das práticas católicas. Desse modo, quando tratava dos deveres religiosos, que seriam os deveres de fé, de amor e de adoração, ele afirmava que, em parte, eles teriam um caráter moral e, por isso, só poderiam estar sujeitos à sanção religiosa, pois não pertenciam à esfera do Direito. No entanto, desses deveres procediam os deveres de culto, interno e externo. Do dever de culto externo emanaria um direito jurídico, a saber, o direito de não ser impedido na manifestação de seu culto que, por sua vez, criava o “direito de resistência a qualquer tirania

⁹² BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.l.: S.N., 1884, p. 20.

que se levante para obstar ao exercício desse direito”.⁹³ Dessa forma, estava construído um dos aspectos da relação entre o Estado e a Igreja, sendo o primeiro obrigado a assegurar o direito do culto externo, assim como protegê-lo e incentivá-lo, sob a pena de ser deslegitimado.

Para ele o Estado deveria ser teocrático, embora esse termo, aparentemente, tivesse um outro sentido. Ao definir o que era a lei, Benevides afirmava que ela era “um principio geral e constante que dispõe os seres em ordem e os mantem em ordem”, sendo “a *lei natural ou jurídica* [...] o princípio geral e constante que dirige a justiça temporal externa e a justiça espiritual interna e externa”.⁹⁴ Ademais, essa lei, diferentemente do que afirmava o compêndio de Perreau, não era fruto de uma relação, pois ela “não só determinou a existencia dos seres, como estabeleceu a relação entre elles: logo a lei antecedeu o ser e a relação, e não pode ser o resultado da relação.”⁹⁵ No entanto, ele mesmo reconhecia que sua acepção de lei – que incluía a justiça espiritual – era combatida. Dessa forma, assim se justificava:

Esta é a theoria que formulei de accôrdo com a theoria catholica expendida por Taparelli, Rosmini, Benza, Liberatore e outros. A theoria que partilhamos é taxada de theocratica.

A theocracia é uma palavra que atterra os espiritos livres e com a qual se tem especulado muito neste século. O simples carater de theocrata produz uma certa indignação, porque se tem inoculado no espirito publico que ha perfeita incompatibilidade entre a fé e a sciencia, entre a liberdade e a autoridade de Christo e de seus representantes da terra.

Cada seculo tem suas superstições, a idade média teve suas superstições religiosas, este século tem as suas superstições liberaes.

O liberalismo tem seu fanatismo como todas as idéas. Um dos fanatismos dos liberaes deste seculo é serem anti-theocratas, porque estão convencidos que a theocracia é despotismo, é a escravidão da consciencia humana. Posso estar em erro, mas estou convencido do contrario.

Não ha incompatibilidade entre a liberdade e a theocracia. A theocracia como todas as instituições em seu desenvolvimento historico teve seus desvarios. Os representantes da idéa theocratica na terra, homens e portanto susceptiveis de paixões, commetteram erros que a história tem reprovado. Mas nem por isso a theocracia considerada como Deus e Christo a instituiram, perdeu suas verdades instrinsicas do mesmo modo por que a monarchia e a democracia tem commetido excessos, e ninguem deixou de accreditar na verdade da monarchia e da democracia dentro de certos limites.

A theocracia não perde a sua legitimidade, pelo facto de terem existido homens que abusaram della, assim como a monarchia e a democracia não deixam de ser formas legitimas de governo, apesar de terem uma e outra produzido despotas. Não se deve bater uma instituição pelos seus abusos historicos, filhos dos desvarios dos homens. Sem desconhecer que a theocracia tem produ-

⁹³ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.l.: S.N., 1884, p. 16.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 35.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 24.

zido exagerações em seu desenvolvimento histórico, admitto a teocracia dentro dos limites definidos por Deus e por Cristo e compendiados pela filosofia do Cristianismo moderno.

Nestes termos sou theocrata, sem que desconheça a inviolabilidade dos direitos absolutos da personalidade humana e a soberania do Estado.

Em geral se inculca às massas que o theocrata christão desconhece os direitos absolutos da personalidade humana e a soberania do Estado. Não ha tal. O theocrata sabe que o Estado é soberano na ordem temporal, mas não admite que o poder temporal seja soberano na ordem espiritual, que desconheça os direitos de Deus e Cristo, sacrificando a consciência humana ao principio da onnipotencia social como se tem feito na França, na Allemanha e na Suíssa. Isto é despotismo em nome da liberdade, e é contra essa democracia despotica que os theocratas se insurgem, mas elles ao lado dos direitos da Igreja, tambem respeitam os direitos absolutos do homem, e os direitos do Estado, desde que não ultrapasse os limites de sua esphera de acção.”⁹⁶ [grifo nosso]

Dissemos que o termo “teocracia” aparentemente tinha outro sentido, porque Benevides não afirmava explicitamente que deveria haver uma simbiose entre o poder civil e o religioso, e, também, não assumia declaradamente a proeminência da Igreja sobre o Estado. Contudo, essa relação desejada por ele representava exatamente a contradição que apontamos no início do presente capítulo acerca do vínculo entre as duas instituições, pois, a menos que ambas estivessem em plena sintonia em suas convicções e ações, uma acabaria se sobrepondo à outra,⁹⁷ já que, na realidade, não só seus interesses muitas vezes eram divergentes, como as duas esferas se tocavam e se entrecrocavam constantemente.

Na prática, essa concepção resultava em conflitos como a Questão Religiosa, visto que nesse confronto os interesses do Império não coadunavam com as novas diretrizes da Igreja. Aceitá-las significaria a submissão do Estado, ignorá-las, significava a submissão da Igreja. A Constituição do Brasil afirmava que o imperador tinha o direito de aceitar ou não as bulas papais e não deu o beneplácito àquela que condenava a maçonaria. No entanto, os bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, entendendo que se a religião católica era a religião oficial – isto é, aceita pelo Império –, ela deveria ser seguida de acordo com as diretrizes de Roma. Estava, assim, escancarada a contradição dessa teoria.

Quando Benevides foi deputado da Assembleia Provincial de São Paulo, uma situação que colocou frente a frente as duas instituições deixou claro para que lado ele pendia e que sua teoria sobre a autonomia de cada uma delas não funcionava na prática. Revelou, também, que seu respeito pelas leis era bastante relativo, sobretudo quando se tratava de pontos caros a ele.

⁹⁶ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.l.: S.N., 1884, p. 35-36.

⁹⁷ ELLIS, Mirian... [et al]. *O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 373. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 6).

Na 15ª sessão ordinária, ocorrida no dia 1º de março de 1873, discutia-se o projeto de lei nº 46, que propunha a elevação à categoria de freguesia a capela de Nossa Senhora da Piedade de Mato-Grosso, em Batatais. Benevides criou uma enorme polêmica na sessão, pois não havia um representante do clero presente para confirmar a decisão. Ele não era contra a lei em si, mas se opunha ao fato de que o legislativo tivesse poder para legislar, sozinho, sobre questões que tocassem, de alguma forma, na esfera religiosa.

Para a Igreja católica, a criação de uma nova freguesia resultava na formação de novos postos eclesiásticos e na partilha dos súditos entre eles. No entanto, o Ato Adicional, no §1º do art. 10, era claro ao definir que cabia às Assembleias Legislativas Provinciais legislar “sobre a divisão civil, judiciaria, e ecclesiastica da respectiva Província, e mesmo sobre a mudança da sua Capital para o lugar que mais convier”. Dessa forma, além do projeto de lei estar de acordo com a legislação nacional, os deputados Luiz Alves de Sousa e Simpliciano da Rocha Pombo, representante de Batatais, já haviam confirmado a aceitação da mudança pelos clérigos locais.

Entretanto, Benevides não se conformava com a afronta, insistindo na necessidade de uma audiência oficial com algum representante eclesiástico para que a lei pudesse ser aprovada. No seu argumento, o Direito Eclesiástico brasileiro previa que esse tipo de decisão tinha um caráter misto, pois tocava em questões civis e religiosas. No entanto, é fundamental mencionar que o Direito Eclesiástico a que ele se referia era dogmático e interno à Igreja e, portanto, não tinha força de lei na sociedade civil. Num certo momento, o debate se acirrou e Benevides foi questionado sobre a legalidade de suas afirmações, como podemos ler abaixo:

Sr. Benevides: [...] Se os nobres deputados estão no seu direito, votando este projeto sem a audiencia do ordinario, eu tambem estou no meu, votando contra, para impedir um acto que reputo nullo.

Sr. Leitão: Quizera ver a demonstração dessa nullidade.

Sr. Benevides: O nobre deputado quer ver a demonstração da nullidade? Vou fazer-lhe a vontade.

A criação de parochias é um acto de natureza mixta, um acto de natureza temporal e natureza espiritual: é um acto que tem efeitos temporaes e efeitos espirituaes. Se o acto, em sua indole e efeitos, é mixto, é evidente que nós não podemos crear uma parochia por deliberação exclusiva nossa; é preciso a intervenção do poder espiritual.

Sr. Leitão: Mas, onde está a prohibição?

Sr. Benevides: O acto addicional, senhores, assim como a constituição, não podem ser leis casuisticas.

Sr. Paulo Egydio: Apoiado.

Sr. Benevides: *As leis redigem-se no pressuposto do conhecimento de certas verdades fundamentaes.*

Sr. Paulo Egydio: Sem duvida.

Sr. Benevides: *A nossa constituição tem expressamente artigos reconhecendo que o provimento de benefícios ecclesiasticos é um acto mixto; bastavão estes artigos para que o Acto adicional, quando se tratasse de divisões ecclesiasticas, fosse entendido em termos, isto é, de acôrdo com os principios constitucionaes.*

Ora, a criação de parochias encerra com effeito o provimento de benefícios ecclesiasticos; não precisava haver na constituição, nem no acto adicional, mais nada para que se entendesse que estava na essencia desta nossa attribuição a audiencia, a intervenção do poder ecclesiastico.

Sr. Francisco Alves: O provimento é um acto executivo; é cousa differente.

Sr. Benevides: Quem contesta que o provimento seja um acto executivo?!

Eu vou buscar estas disposições, para revelar que a nossa constituição, que os nossos legisladores respeitirão o direito ecclesiastico existente no tempo em que a constituição foi lei.

Os nobres deputados são conhecedores do direito do padroado do Brasil; não me obriguem agora, porque fui chamado de improvisio para a tribuna, a trazer todo o historico do padroado, toda a questão do direito ecclesiastico doutrinal e do direito ecclesiastico constituido.

Mas, o direito ecclesiastico doutrinal e o ecclesiastico constituido não encerram a menor duvida.

O acto adicional não podia rasgar o direito ecclesiastico brasileiro! Pelo direito ecclesiastico brasileiro, a creacção de parochias é um acto mixto, é um acto temporal e espiritual: não pode haver criação de parochias sem instituição canonica; a instituição canonica é um acto ecclesiastico.

[...]

Não há catholicos, e meio-catholicos; ha catholico inteiro, ou não ha catholico.

[...]

Se somos catholicos devemos receber o direito ecclesiastico tal qual é. Pelo direito ecclesiastico, o vinculo espiritual só póde ser rôtio pelo poder espiritual; a criação de uma parochia é ruptura do vinculo espiritual: com que direito a assembleia provincial rompe o vinculo espiritual?!

[...]

*Consequentemente, se o direito ecclesiastico brasileiro estabelece esta doutrina; se a constituição do Imperio recebeu o direito do padroado por leis; se a constituição do Imperio reconhece que o provimento de benefícios ecclesiasticos é um acto mixto, não podemos entender o acto adicional senão de acôrdo com o direito ecclesiastico brasileiro, senão de acôrdo com a constituição do Imperio.*⁹⁸ [grifos nossos]

⁹⁸ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 15ª Sessão Ordinária, 01 de março de 1873, p. 135-135.

Esse trecho do debate mostra claramente não só a contradição mencionada entre a Igreja e o Estado, como também os recursos utilizados por Benevides para fazer a Constituição e o Ato Adicional caberem em suas convicções. Nada pode ser mais revelador, sobre o primeiro ponto, do que a frase “Se somos catholicos devemos receber o direito ecclesiastico tal qual é”, seguida pelo raciocínio de que “se o direito ecclesiastico brasileiro estabelece esta doutrina; se a constituição do Imperio recebeu o direito do padroado por leis; se a constituição do Imperio reconhece que o provimento de beneficios ecclesiasticos é um ato mixto, não podemos entender o acto adicional senão de acôrdo com o direito ecclesiastico brasileiro, senão de acôrdo com a constituição do Imperio”.

Sobre o segundo ponto, conforme mencionamos, o § 1º do art. 10º do Ato Adicional deixava clara a atribuição da Assembleia Provincial em legislar sobre as divisões eclesiásticas da província. Em relação ao provimento de benefícios eclesiásticos, a Constituição definia no § 14º do art. 102 que cabia mesmo ao imperador fazê-lo, mas sem mencionar, em nenhum momento, que a Igreja tivesse alguma participação. Mesmo o padroado, ao qual Benevides recorria para reforçar seu argumento, era, na realidade, completamente contrário a ele, pois deixava nas mãos do imperador a decisão de aceitar ou não as decisões de Roma.

Destarte, podemos notar que a definição de direito natural de Benevides e sua persistência em incluir direitos e deveres religiosos com caráter jurídico serviam aos seus propósitos no sentido de defender a relação entre o Estado e a Igreja, com uma clara proeminência da segunda, mesmo que suas palavras dissessem o contrário.

Ademais, os deveres em relação a Deus também estavam presentes nas definições de lei, de justiça e de ordem. Dessa forma, Benevides cercava todas as esferas da vida civil com essas obrigações. Ao tratar da utilidade da lei natural, ele afirmava que:

A lei natural é, pois, a base da legislação civil, daqui já se deduz a utilidade do estudo do Direito Natural. Além de ser a lei natural a base da lei positiva, ella completa a legislação positiva nos casos omissos. A lei natural é o melhor interprete da lei civil em suas disposições, e segundo a jurisprudência universal ella resolve os casos omissos na lei positiva, isto é, que não podem ser previstos ser pelo Legislador.⁹⁹

Se acrescentarmos a isso a “confusão” conceitual do nosso autor, tratando como sinônimo os termos “direito” e “direito natural” e “lei natural” e “lei jurídica”, confirmamos ainda mais sua visão sobre a preponderância das verdades reveladas sobre a sociedade civil. Essa

⁹⁹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.l.: S.N., 1884, p. 184-185.

visão torna-se ainda mais significativa para o compreendermos quando ele proclama o direito de rebelião caso o Estado desrespeitasse essas premissas, como podemos observar no trecho seguinte:

Assim nenhum cidadão deve obediência ás leis de seu paiz desde que ellas sejam attentadoras dos direitos absolutos do homem, desde que sejam manifestamente contrarias á Moral ao Direito Natural. O cidadão tem o direito de resistencia activa e passiva ao poder constituído, quando elle exorbita das raias da honestidade natural e da justiça. É, portanto, necessario o conhecimento da legislação natural para que os cidadãos conheçam os limites dentro dos quaes devem obediência á auctoridade social.”¹⁰⁰

É preciso lembrar que essas lições foram ministradas em 1884. Mesmo que a separação entre Estado e Igreja no Brasil ainda não estivesse dada, a questão estava no ar e as discussões vinham se acirrando aqui e na Europa. Assim, Benevides parecia já estar preparando o terreno e se armando contra essa iminente transformação. Após a proclamação da República, Benevides continuava exortando seus leitores a se levantarem contra o regime instaurado na tentativa de reverter a separação. Antes da promulgação da nova Constituição, mas após o decreto n. 510, de 22 de junho de 1890, do governo provisório, no qual já não constava o catolicismo como religião oficial, ele escreveu, um livro intitulado *Analyse da Constituição Política do Império do Brazil*.

Nesse pequeno libelo político, ele procurava fazer um histórico provando que a relação entre Estado e Igreja era natural e necessária no Brasil e no mundo, e ainda tentava deslegitimar o regime instaurado, dizendo que:

Essa sedição militar foi feita apenas por uma fracção do exercito. O governo provisório não recebeu legitima delegação da Nação. Não tem competencia para legislar. A força bruta, a violencia criminosa, não são fontes legitimas de autoridade pública.¹⁰¹

Ao final, ele fazia mais um apelo aos seus correligionários, buscando levantá-los contra a presente situação:

D’esde que p governo republicano de um paiz sythematicamente se organisa, assentando o seu dominio sobre as ruinas das crenças e instituições catholicas e torna manifesto o antagonismo entre a religião e a politica, *os catholicos tem*

¹⁰⁰ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S.l.: S.N., 1884, p. 185.

¹⁰¹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Analyse da Constituição Política do Império do Brazil*. São Paulo: Typographia Kinh, 1890, p. 11.

o dever de denfender suas crenças contra tal governo e a Igreja não deve conciliar-se com tal governo.

[...]

Quando o governo attaca systematicamente o catholicismo e estabelece instituições incompatíveis com o catholicismo, *é dever dos catholicos a resistencia sob o estandarte da Cruz*. Só os catholicos ingenuos, pusilanimos e especuladores podem transigir com tal governo.

A imprevidencia dos catholicos, seu medo, sua corrupção e ignorancia, deixando desenvolver-se tal governo, hão de permittir que em breve tempo elle material e moralmente encerre as portas de suas Igrejas faltando ao povo a energia material e moral para a restauração religiosa.¹⁰²

Destarte, podemos concluir que o direito natural, para Benevides – assim como para todos os autores que escreveram sobre tema –, tinha uma clara definição e uma clara função. A essência dessa disciplina era exatamente encontrar o que seria “natural” dos homens e das sociedades, fundamentando, a partir de sua teorização, as bases da organização social. Para nós, a questão era encontrar os pontos que ele, especificamente, se esforçava por naturalizar.

Para além da relação entre Estado e Igreja, outros pontos foram desenvolvidos por Benevides nessas lições e em outros textos. Sem a intenção de esgotar seus trabalhos, pois, infelizmente, fomos obrigados a deixar de lado parte significativa do conteúdo, procuraremos demonstrar, com a análise de alguns elementos quais os recursos que nosso autor utilizava na sua defesa da tradição imperial.

¹⁰² BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Analyse da Constituição Política do Império do Brazil*. São Paulo: Typographia Kinh, 1890, p. 287-288.

Imagem 28 – Folha de rosto da *Analyse da Constituição Política do Império do Brasil*

Fonte: BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Analyse da Constituição Política do Império do Brasil*.

São Paulo: Typographia Kinh, 1890, folha de rosto.

7.5. Entre o arcaico e o moderno: o combate às novas ideias

Uma das missões que Benevides se via imbuído era a desmoralização das novas ideias do século. Nas suas lições, por exemplo, não se passava uma sem que houvesse um comentário a esse respeito. Conforme Almeida Nogueira e Spencer Vampré já haviam indicado, “positivista encapotado” e “republicano encapotado” eram as principais formas de ofensa que ele dirigia aos seus inimigos. Mas como não é mais necessário insistir nas motivações que o levavam a tal combate, cabe-nos agora apenas mostrar como ele se dava.

Assinalamos, no tópico anterior, que Benevides não aceitava que suas ideias, ou as ideias católicas modernas, fossem taxadas de retrógradadas, atrasadas ou anticientíficas. Assim, durante todas as suas lições, vemo-lo inverter os argumentos, trazendo para si a razão e a objetividade, enquanto seus adversários ficavam com a abstração e a subjetividade, afastando-se, assim, da ciência. Para ele, as teorias objetivas eram aquelas que “que procuram o fundamento do Direito e seu principio de conhecimento em uma força estranha á natureza humana, em um princípio objectivo, isto é, que não está no sujeito.”¹⁰³

Além disso, Benevides buscava encontrar contradições nessas teorias, além de deslegitimar suas “novidades” tentando provar que o que eles diziam não eram descobertas suas. Além do mais, ele afirmava constantemente que, embora os positivistas se arrogassem o título de portadores das grandes ideias, eles não passavam de um grupo muito restrito que não tinha significância quantitativa, como podemos ver logo na primeira lição dos *Apontamentos*:

Previnio a Cadeira que a theoria positivista nada contém de substancial em relação é materia juridica; disse tambem que os positivistas pretendem inculcar-se como os representantes da sciencia na Europa, mas que não ha tal, pois que na republica das letras eles constituem minoria notavel.¹⁰⁴

É interessante notar que se os positivistas não tinham nenhuma contribuição em matéria jurídica, só faria sentido eles estarem ali, mesmo deslocados, para serem combatidos. No entanto, eles eram citados a todo momento, conforme indicamos, pois, suas teorias sociais tinham íntima relação com as proposições de Benevides para o direito natural. Assim, os principais pontos de ataque se referiam às teses que iam de encontro às suas crenças religiosas, ou seja, as questões que contradiziam os dogmas da Igreja e as verdades reveladas.

¹⁰³ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, p. 103.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 3.

De modo geral, ao mesmo tempo em que Benevides demonstrava um conhecimento relativamente extenso dos autores e ideias que contestava, a refutação dessas teorias tinha um claro limite, dadas as bases de sua argumentação. Ao discutir as origens do ser humano, por exemplo, nosso autor contestava o evolucionismo e defendia o criacionismo em um diálogo com as então recentes descobertas das ciências naturais, como se pode observar no trecho adiante:

Segundo a doutrina christan que professo, o homem foi creado por Deus em estado adulto, á sua imagem e semelhança. Contra essa doutrina se revoltam algumas escholas, como a eschola materialista, a eschola positivista transformista que sustenta a modificação constante e progressiva da materia desde o atomo primitivo até o ser mais perfeito da natureza. Nessa serie de evoluções da materia produzindo os diversos seres, formou-se o homem, que é uma evolução do macaco.

Produsido o homem como evolução do macaco, segundo a theoria dos materialistas modernos e dos positivistas transformistas, conserva-se como selvagem e vae-se transformando por differentes gráus de civilisação, segundo os differentes periodos historicos.

[...]

Os materialistas e positivistas transformistas revoltam-se contra a doutrina da Biblia sobre a creação do mundo e sobre a origem do homem, e appresentam varias hypotheses sobre a origem humana; confrontando-se, porém, a theoria por elles apresentada com a que nos é ensinada pela Biblia, verifica-se que em alguns pontos capitaes, estão ellas de accôrdo. É assim que as theorias materialistas discutindo sobre qual seja a materia prima de todos os seres, da qual procedem evolutivamente os differentes seres que constituem o universo, apoz renhidas controversias, proclamam como tal a luz que é uma emanação do ether. Ora a Biblia neste ponto está de accôrdo com as sciencias natuares, pois que segundo sua narração sobre a creação do mundo, Deus antes de creær os seres que formam o mundo, ordenou que se fizesse a luz. [...] Eis aqui, pois, as sciencias natuares de accôrdo com a Biblia affirmando que a luz foi o primeiro elemento creado, porque antes della apparecer, tudo era um perfeito cahos.¹⁰⁵

Benevides ainda elencava outros argumentos de seus opositores que contestavam a versão bíblica da criação do mundo e do homem e os rebatia um a um. Destarte, ele dizia que a variedade das raças e das línguas não podia ser um argumento contra o criacionismo, por elas teriam todas a mesma origem. Também afirmava que não constava nominalmente na bíblia a idade Terra e da humanidade, portanto, as descobertas geológicas então recentes que refutavam a estimativa pelos cristãos de que ela teria cerca de 4 mil anos não poderiam ser uma prova da inverdade bíblica, já que essa aferição teria sido feita por seres humanos que estavam vulneráveis aos erros. Assim, ele continuava:

¹⁰⁵ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. l.: S. N., 1884, p. 235-236.

Em segundo lugar podemos dizer que a opinião dos geólogos sobre os grandes períodos de tempo através dos quaes as camadas da terra foram-se formando, segundo a qual a crusta da terra gastou milhares de séculos para apresentar o estado actual, não é uma verdade scientifica, pois que ha duvidas na sciencia sobre o espaço de tempo que o nosso globo levou para formar.

Mas, ainda mesmo que se chegue a determinar com precisão a época da formação do globo, esse resultado scientifico não irá de encontro com a verdade biblica, porque a Biblia sobre a criação do mundo apenas diz que o mundo foi creado em seis dias, isto é, períodos de tempos, durante os quaes foram apparecendo gradativamente os diversos seres, até que em ultimo lugar veio o homem, que é o ser mais perfeito da criação; mas a Biblia não determina claramente o numero de annos necessarios para a formação do mundo que servisse de comparação para o resultado obtido pelas sciencias naturaes.¹⁰⁶

Como se vê, o final de sua reflexão é contraditório, demonstrando os limites que as Escrituras Sagradas impunham aos seus argumentos “cinetíficos”, afinal, “o mundo foi creado em seis dias” ou “a Biblia não determina claramente o numero de annos necessarios para a formação do mundo”? Seja como for, vale apenas mencionar que mesmo que Benevides reivindicasse a cientificidade de seus métodos, em quase tudo ele se diferenciava da ideia de ciência da época. Para ele, bastava, além da bíblia, o argumento de autores renomados, como se pode observar na sua análise sobre o evolucionismo dos seres:

Quanto á theoria transformista sobre a origem do homem asseverando que o homem é uma evolução do macaco, theoria seguida pelos positivistas inglezes, diremos de accôrdo com a opinião das auctoridades notaveis nesta materia, como Constantino James, Dumas, e outros, que semelhante theoria não passa de uma hypothese grotuita [sic], *condemnada pela verdadeira sciencia que prova ter o homem sempre vivido em sociedade com Deus e com os outros homens*. O estudo da natureza do homem de sua organização physica, de sua natureza psychologica, moral e metaphysica, prova que o homem é um ser essencialmente social, e que consequentemente não é exacto ter existido um estado selvagem indicando um periodo primitivo de existencia do homem, porque esse estado não é mais que uma degradação do estado civilisado, em que o homem foi creado por Deus.¹⁰⁷

Assim, Benevides demonstrava conhecer as teorias que estavam em voga, confirmando a ideia de que era um leitor que não se restringia aos textos aos quais se filiava ideologicamente. Mas também, é possível perceber que, apesar de ser um leitor voraz, parecia ser bem pouco permeável às leituras que fazia. No geral, ele manifestava ter um conhecimento razoável das novas descobertas da psicologia, da antropologia, da geologia, da fisiologia, da biologia, da medicina, por exemplo, mas as citava ou para contestar alguma novidade ou utilizando-as de

¹⁰⁶ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, p. 236-237.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

forma bastante seletiva e instrumental e, algumas vezes, em questões até banais. De qualquer forma, isso não deixa de revelar que ele buscava se inserir nos debates e, até mesmo, reconhecer – mesmo sem aceitar – a legitimidade do pensamento científico para os homens de sua época.

Indicamos também, que uma das formas que Benevides encontrava para combater os “positivistas” era tirando seu crédito na formulação de “novidades” e tentando revelar os erros de suas interpretações. Assim, na lição dedicada ao princípio cognitivo e derivativo da lei natural, após analisar e criticar outras teorias, nosso autor afirma:

A propria eschola positivista, apesar de sua linguagem toda singular, nada tem de novo, a não ser uma série de palavrões que nada significam. Temos, por exemplo, o altruísmo que é o principio fundamental da sociologia e da moral. Mas o que é o altruismo?

Diz Laffite que é a utilidade sympathica organica. Comte tinha dito que o altruismo era o amor da humanidade. Laffite dizendo que o altruismo é a utilidade sympathica organica, não faz mais do que exprimir por uma phrase pedantesca para illudir os parvos, o consorcio de elementos heterogenos tirados de Benthon, Spencer e Adam Smith.¹⁰⁸

Mais adiante, nas lições em que explicava os princípios da sociabilidade para demonstrar que o homem era um ser social por natureza, Benevides considerou importante dedicar-se à refutação da teoria comteana sobre o tema, como podemos notar no trecho abaixo:

O objecto da presente lição é a exposição e a critica da theoria positivista sobre a sociabilidade. *Creio que o positivismo não tem sobre a matéria conhecimento algum de novo nem de aproveitável. Comte pretende ter fundado a sociologia e ter assentado a philosophia em bases novas.* Diz elle que segundo as lições de Condorcet e Turgot o seu fim era construir a sociologia, porque a sociedade até então tinha vivido em estado de inergia, e para tiral-a d'esse estado, e estabelecer a paz social e humanitaria, Comte estabeleceu a sua sociologia, a sua moral como sciencia central. *Creio que esta pretensão de Comte é tão irrisória, quanto irrisória é a sua asserção de que os primeiros traços da sociologia forão delineados por Condorcet e Turgot.* Esses escriptores não apresentaram noção fundamental, quer sobre o direito, quer sobre a sociedade ou a autoridade. *As bases da Moral e da Sociologia forão estabelecidas por Deus, e os primeiros traços da sciencia humana sobre o Direito e a Moral forão delineados por Platão e Aristóteles, tendo a sciencia progredido depois d'esses escriptores. Condorcet e Turgot, pois, ja acharam uma sciencia social esboçada por Platão e Aristoteles, desenvolvida por escriptores posteriores até o século XIX em que nasceo Comte e o seu positivismo.*¹⁰⁹

¹⁰⁸ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, p. 85.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 333.

Não é possível negar que as críticas de Benevides tinham razão ao afirmar que muitas das ideias de Comte eram derivadas de outros autores, pois assim é a história do pensamento. O importante é marcar que, para Benevides, isso era um elemento que descreditaría essas teorias – e essa nos parece ser uma reação natural, visto que tanto Comte, quanto seus seguidores e outros pensadores da época, se arrogavam esse título de inovadores. Basta lembrar a euforia de Silvio Romero com o “bando de ideias novas” que chegavam ao Brasil e a acusação de atraso em relação ao que se ensinava nas Academias de Direito do Império.

Ao analisar *O fim da Creação ou a Natureza interpretada pelo Senso Commum*, de autoria do Visconde do Rio Grande, e elogiar o seu autor, jurista de formação, Romero afirmava:

Não envolve isto a defeza do bacharelato brasileiro, a que por minha vez pertenço, cujas péssimas condições scientificas sou dos primeiros a proclamar, e cuja reforma se me antolha indispensável. Os pátrios legistas, em sua quasi generalidade, são a nossa classe mais perigosa, por infatuada e ignorante. Só podem correr parelhas com os seus irmãos de cultura, os membros do nosso clero. *Nutridos do espirito frivolo da baixa litteratura que cultivam nas Academias, e de chatas antigualhas dos juristas lusos, eil-os que proclamam a sua pobre jurisprudência a mais sublime das sciencias, e fazem da rethorica a sua arma de combate!*... A essa classe inculta, e desnorteada por não sei que falsa intuição do mundo e da humanidade, devemos, em grande parte, o nosso desconchavo político e o nosso abatimento social. Onde quer que ella tenha predominado, o mesmo se nota, em maior ou menor escala.

[...]

O jurista brasileiro, ou seja elle um doctor Joannes a Regulis, ou um doctor Mater Galle, é um ente hoje desclassificado e que reclama urgente transformação. Aquelle que se levanta acima do nivel commum, o faz exactamente, irremediavelmente rompendo com as tradições e posturas de sua classe. *É-lhe mistér fazer tabula rasa da pôdre cultura que lhe inocularam nas Academias para approximar-se das ideias e da sciencia do tempo.* É preciso, em summa, ser uma especie de renegado.¹¹⁰

Assim, nessa disputa entre “velhas” e “novas” ideias, a deslegitimação do discurso do outro tinha um papel fundamental. No entanto, mesmo que vejamos tanto um lado como o outro com a cautela necessária, percebendo, ao mesmo tempo, as rupturas e as permanências, fica clara uma mudança na forma de fundamentação e demonstração delas. Enquanto os “positivistas propagandistas” buscavam nas descobertas científicas os métodos e os elementos para provar suas novas teorias sociais, Benevides continuava a depositar na tradição a justificativa para as suas concepções, aproximando-se, nesse ponto, de João Theodoro.

¹¹⁰ ROMERO, Sílvio. *A Philosophia no Brasil: ensaio crítico*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung. 1878, p. 96-97.

Ainda sobre a religiosidade como um elemento que pertenceria intrinsecamente à natureza humana, nosso autor dizia:

A própria escola positivista apesar de seus desvios e extravagâncias, a doutrina de Spencer apesar de suas originalidades para explicar o desenvolvimento das religiões no mundo, apresenta uma série de argumentos com probatórios da doutrina que professamos. Spencer estudando no seu tratado de sociologia a formação da sociedade, descrevendo os factores naturais sociológicos, tem um estudo notável sobre a natureza humana e sobre suas crenças religiosas. Spencer descrevendo a natureza sensível do homem, estudando os sentimentos moraes do homem nas suas diferentes phases sociais, descrevendo as crenças naturais do homem primitivo, diz expressamente que as crenças religiosas se manifestam no homem primitivo. Elle diz, por exemplo que por mais barbara que seja uma família ou tribo de homens, nota-se que ella tem a crença no sobrenatural, no extraordinário, em cousas que não são naturais. Como o homem selvagem é demasiadamente ignorante, diz Spencer, o numero de cousas sobrenaturaes e insólitas é immenso, por que tudo que elle não pode explicar, considera como sobrenatural e divino. Para o selvagem Deus é o que não pode ser explicado [...].¹¹¹

Benevides prosseguia expondo o pensamento de Spencer, quando afirmava que a religião foi evoluindo daquele estado “bárbaro” de adoração dos astros e da natureza, até atingir o cristianismo, o hebraísmo e o islamismo, que seriam as formas mais elaboradas da religiosidade. Para Spencer, porém, a tendência natural era de que a religião desaparecesse por completo da humanidade, pois o homem atingiria um estágio científico tal, que só acreditaria nas verdades que fossem demonstráveis. Assim, após essa exposição, nosso autor conclui:

Ora esta synthese além de arbitraria, é contradictoria com effeito, si Spencer afirma que a religiosidade é uma crença natural e espontanea do homem que se manifesta desde os primeiros tempos da vida da Humanidade, como é que depois affirma que as differentes formas evolutivas religiosas que a historia apresenta são illusões, são filhas da ignorância e das superstições dos povos? Si o sentimento religioso é uma illusão e si Spencer ensina que os factos históricos obedecem a leis, como se pode conceber, que a Humanidade, quer no período que elle chama primitivo, quer no período civilisado, pudesse viver séculos, acreditando em illusões? Como é que ainda no século XIX em que o Positivismo nos illumina com os raios de sua sabedoria, grande parte da Humanidade civilisada acredita, apoz uma perseverança de 19 séculos, no culto do homem divino, que Spencer chama uma illusão?¹¹²

¹¹¹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, p. 229.

¹¹² *Ibidem*, p. 230.

Como podemos perceber, o que para Spencer era a prova do caráter primitivo das religiões, para Benevides era a evidência da sua genuinidade. No entanto, Benevides só poderia utilizar os argumentos de Spencer para corroborar a sua tese partindo de uma incompreensão. Para o novo pensamento do século a história mostrava as transformações e a evolução das sociedades, ela não comprovava verdades permanentes, e era isso que Benevides não podia conceber.

Mas não estamos nos referindo a uma incompreensão decorrente de um erro, e sim, de uma real contradição. Acolher na sua integridade o novo pensamento do século seria aceitar a inconsistência de suas próprias premissas. É justamente nesse paradoxo que podemos ver como nosso autor tentou, sem sucesso, conciliar o inconciliável. Talvez não pudesse ser diferente. Sua missão não era mesmo fácil. Conservar a doutrina católica, no seu matiz mais tradicional, era tarefa árdua em uma época de tantas transformações. Os dogmas católicos ortodoxos já não correspondiam mais às estruturas sociais. A naturalização explícita dessas estruturas, operada pelo direito natural, estava sendo substituída por outra, profunda e invisível, operada pela ciência.

7.6. A defesa das tradições: o Brasil e sua vocação agrária

Não foi só no plano da superestrutura que nosso fidalgo atuou pela defesa das tradições. Quando Benevides foi deputado da Assembleia Provincial de São Paulo, na legislatura de 1872-1873, suas posições revelaram claramente qual sociedade ele estava defendendo. Ele fora deputado no mesmo período no qual João Theodoro Xavier tinha sido presidente da província, isto é, quando os ventos do “progresso” estavam soprando cada vez mais fortes em São Paulo. Era o período da modernização conservadora que, em sintonia com as políticas do gabinete Rio Branco,¹¹³ foram levadas a cabo em São Paulo (Capítulo 6).

A atas da Assembleia do ano de 1873 refletem esse processo, pois vários projetos de lei com esse caráter foram apresentados. No entanto, todas as proposições que apresentavam algum viés de “modernidade” encontravam em Benevides um forte opositor. Na 13ª Sessão Ordinária, por exemplo, entrou em discussão um projeto de proteção à nascente indústria de tecidos da província, prevendo que o governo deveria dar preferência “em igualdade de preço e qualidade,

¹¹³ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 75-86.

aos productos tecidos de algodão das fabricas provinciaes, quando necessarios aos fornecimentos públicos”.¹¹⁴

Benevides, sendo o primeiro a pedir a palavra, se opôs à aprovação da lei, pois além de contrariar a livre iniciativa, ela atentava contra a vocação agrícola do Brasil. Ele afirmava que:

A escola conservadora moderna admite restricção ao principio de concurrencia unicamente para desenvolver a industria natural, uma industria congenita, uma industria por assim dizer innata, uma industria inherente á natureza da sociedade; por exemplo, *entre nós podemos dizer que a nossa industria natural é a agricola*: comprehende-se uma protecção transitoria a certa producção agricola, na hypotheses de ser isto necessario para habilitar nossos productores a concorrerem com os paizes estrangeiros mais habilitados nas producções similares.

Mas, evidentemente o projecto do nobre deputado não está nessas condições; o nobre deputado não quer proteger a agricultura: quer proteger a industria dos tecidos. *Ora isto, perdoe-me que lhe diga, é contrario aos principios, e é contrario mesmo ás doutrinas da escola proteccionista no estado actual da sciencia, porque o Brasil não é fabricante!* Podemos ter industrias fabris, porem mais tarde, quando a nossa população tomar maior desenvolvimento, quando a divisão do trabalho chegar ao seu apogêo, quando a nossa instrucção chegar ao seu zenith! *Porém hoje, paiz novo como somos, a agricultura é fonte natural para onde todo o trabalho, todo o capital deve concentrar-se.*¹¹⁵

Também nos seus *Apontamento de Direito Natural* essa visão ficava patente. Ao discorrer sobre a sociabilidade, ele revelava a sua perspectiva sobre a divisão internacional do trabalho:

A Providencia (para nós que acreditamos em Deus), ou a Natureza distribuiu as produções pelas diversas Zonas da terra, afim de que as populações estabelecidas em diversas partes se relacionassem fazendo a permuta de suas produções. Essa desigualdade na capacidade productora do sólo e a variedade na productividade resultante da applicação de vocações desiguaes, foi um meio de que serviu-se o Creador para tornar os diversos povos habitantes das varias regiões do globo dependentes uns dos outros.¹¹⁶

Não foi apenas contra as indústrias que Benevides advogou, mas também contra os pedidos de concessão de direitos para a construção de estradas de ferro, contrariando, aparentemente, os próprios interesses da cafeicultura. No entanto, como veremos, nosso fidalgo não tinha a intenção de prejudicar a produção cafeeira, ele pretendia apenas priorizar as medidas

¹¹⁴ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 13ª Sessão, 27 de fevereiro de 1873, p. 93.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 93-94.

¹¹⁶ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, p. 329.

que julgava mais urgentes e acreditava que a “modernidade” precisava se desacelerar um pouco em função disso.

Inicialmente, ele se levantou contra as garantias de juros que a província pagava aos particulares com as concessões para a construção das estradas de ferro. Anteriormente, essas taxas já haviam sido fixadas em no máximo 7% ao ano, que deveriam ser pagas integralmente durante o período de construção das vias e, quando elas comesçassem a operar, os cofres públicos deveriam apenas completar o lucro previsto, caso as rendas das estradas não alcançassem esse valor. Para Benevides, essas garantias eram um grande prejuízo para o Estado, que não tinha condições de arcar com tamanha despesa.

No entanto, na 15ª sessão, do dia 1 de março de 1873, entrou em discussão um projeto de lei que obrigava o presidente da província a priorizar os pedidos de concessão que não pedissem garantias de juros.¹¹⁷ Benevides, inicialmente signatário do projeto, resolveu obstá-lo por considerar que, tendo o governo a obrigação de tomar decisões que fossem vantajosas para o Estado independentemente de qualquer lei, esse projeto poderia ser um escudo para as suas possíveis fraquezas, argumentando da seguinte maneira:

Eu não digo que fosse esta a intenção do nobre autor do projecto; mas, considerando o acto debaixo deste aspecto, eu não o aceito, apesar de opposicionista satisfaço-me com outros meios que tenho á minha disposição; e, mesmo uma vez que o autor do projecto declara que elle não envolve falta de confiança na administração, e é um serviço ao presidente da provincia, eu, como opposicionista, não presto taes serviços, embora seja amigo particular do presidente da provincia como individuo.
Sendo, pois, o projecto um serviço ao governo, eu não o posso prestar.¹¹⁸

Ademais, Benevides afirmava que essa lei colocaria problemas para os contratos que já estavam em andamento, pois, embora ainda não tivessem sido assinados, as companhias já estavam criadas e contavam com essa garantia. Dessa forma, ele sugeria que se acrescentasse no projeto uma cláusula que fizesse com que a lei valesse apenas para as concessões vindouras, pois, assim, ele poderia votar a favor. No entanto, ao final da discussão, ele volta a afirmar:

Acho neste ponto procedente a objecção do nobre deputado que precedeu-me; entretanto me parece que, considerando a fraqueza do nosso governo, a sua condescendencia habitual, a falta de coragem para resistir a interesses de particulares, quando fortes, quando altos, quando collocados nas altas regiões,

¹¹⁷ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 15ª Sessão, 01 de março de 1873, p. 137-143.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 140.

quando esses interesses vivem nas alturas; considerando que a autoridade entre nós é só forte com os pequenos, eu acho que o poder legislativo mostra conhecer a situação, mostra conhecer a actualidade, e vem em socorro da fraqueza do governo com este projecto.

[...]

Mas, o nobre autor do projecto, nos diz que seu espirito não foi este, e sim zelar do interesse publico e garantir a boa execução dos contratos.

[....]

Eu, pois, amigo como sou da moralidade publica, reconhecendo no projecto esta salutar tendencia, daria o meu voto se não militassem contra outra razões mais fortes.

[...]

Eu, portanto, querendo que a administração da provincia seja moralisadora e moralisada, visto as tendencias moralisadoras do projecto, votaria por elle se não fosse opposicionista e se porventura o seu nobre autor em 2ª discussão fizesse as emendas additivas, que modificassem esses insignificantes defeitos que sujeitei á consideração da casa.¹¹⁹

Como vemos, é difícil saber qual dos dois argumentos tinha mais força para Benevides e, mais difícil ainda saber qual era a sua verdadeira intenção, já que, aparentemente, priorizar os contratos que não demandassem recursos da província ia ao encontro de suas pretensões.

Contudo, seu segundo argumento – sobre os possíveis danos às companhias que já tinham recebido as concessões, mas não tinham ainda o contrato – parecia um tanto falacioso, pois foi rebatido por um dos autores do projeto com a alegação de que nenhuma companhia havia ainda sido incorporada, fazendo com que os danos fossem apenas teóricos. Não estamos desconsiderando que por trás desses debates, certamente, existissem interesses de particulares representados pelos deputados, mas para desvendá-los por completo, teríamos que fazer um desvio assaz tortuoso que, infelizmente, não caberia na nossa pesquisa. Assim, resta-nos frisar o entrave que Benevides procurava criar, a todo momento, a qualquer iniciativa que se relacionasse com as linhas férreas.

No geral, podemos observar que a postura de Benevides se pautava sempre por uma mistura de argumentos jurídicos – a partir dos quais questionava a legalidade e o direito da Assembleia em legislar sobre determinados assuntos – e argumentos econômicos, tentando mostrar que estava-se gastando demais com questões que não eram prioritárias. Sua visão “pessimista” acerca das rendas da província era sempre rebatida pelos demais deputados, que o acusavam de exagerar as crises financeiras e não acreditar na potencialidade da agricultura paulista.

¹¹⁹ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 15ª Sessão, 01 de março de 1873, p. 141-142.

Na sessão do 20 de fevereiro, discutia-se o projeto de lei nº 17, que propunha a elevação do capital da companhia que estava construindo a estrada de ferro de Bananal a 800 contos de réis. Benevides se opunha ao projeto alegando que a província não poderia ficar immobilizando capitais que já estavam faltando em outras atividades. Para ele, era preciso esperar, pois, com o tempo, as estradas de ferro viriam naturalmente, como podemos observar nos trechos do discurso transcrito:

As estradas de ferro virão necessária, indubitavelmente, na hora em que a agricultura chegar ao seu apogêo; na hora em que o commercio prosperar; porque, então, quando os capitaes abundarem, quando forem superiores ás necessidades da produção, elles refluirão, indubitavelmente, para as necessidades circulatorias da riqueza. Mas, nós que não temos capitaes sufficientes para os misteres da vida ordinaria, somos absolutamente incapazes de applicar os nosso poucos recursos em vias-ferreas de communicação.

[...]

Senhores, deixemos esse falso patriotismo, esse orgulho infantil, essa velleidade de querer imbuir o espirito público como filigranas de prosperidade, de inculcar mesmo no espirito dos povos estranhos que somos ricos porque fazemos estradas de ferro com capitaes nosso, e que temos tal iniciativa que fazemos tudo com as nossas proprias rendas. É uma illusão, senhores, é um falso patriotismo, é um sonho: é melhor termos o bom senso de dominar esta sêde de actualidade, e matar esta febre de empresas, olhando para o futuro. Deixemos que os capitaes estrangeiros venhão tratar destes melhoramentos, porque elles hão de vir na hora em que forem necessarios; porquanto os capitaes que regorgitarem na praça do Rio de Janeiro, e em outras partes, virão para aqui, porque as empresas achão entre nós elementos de prosperidade.

[...]

Mas, sacrificar as nossas riquezas e nossas industrias, atrás de um melhoramento illusorio, penso que será um grave erro.

[...]

Ninguem contesta a utilidade das vias-ferreas ninguem contesta a sua acção directa e indirecta sobre a civilisação moral e material de qualquer sociedade; mas, o que digo é que, quando um paiz, impensadamente concentra toda a sua fortuna, immobilisa seus capitaes, retirando da lavoura ou da producção, e das necessidades ordinarias da vida, tira das proprias vias-ferreas seu elemento de conservação e prosperidade.¹²⁰

Os argumentos de Benevides foram todos refutados pelos outros deputados, um a um, pois eles afirmavam que o capital investido nas estradas de ferro ficavam immobilizados temporariamente, mas que traziam muitos benefícios para a lavoura depois; diziam que Benevides exagerava o fato de todo capital advir da província, visto que já havia capitais do Rio de Janeiro

¹²⁰ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 10ª Sessão, 20 de fevereiro de 1873, p. 53.

e do estrangeiro; e, por fim, que a própria lavoura dependia das vias férreas, fato que era provado pelo sucesso das que já existiam e da prosperidade que estavam levando às regiões onde se situavam.

De fato, não é necessário justificar o papel que as linhas ferroviárias exerceram no desenvolvimento da cafeicultura paulista e que a sua construção era uma demanda dos próprios fazendeiros – quando estes não eram, inclusive, investidores diretos. Mas, também, não podemos dizer que Benevides se opunha ao desenvolvimento da cafeicultura, muito pelo contrário, sua preocupação central estava justamente nisso. No entanto, nesse momento, para ele havia outras prioridades, como a falta de braços para a agricultura, conforme podemos entrever por outro trecho da mesma fala:

Alguns estabelecimentos agrícolas da província estão ameaçados de crise iminente, por causa da emancipação dos escravos. Ora, com que se importarão colonos, com que se formarão associações livres, senão com capitaes? Com que se farão pontes e estradas, senão com capitaes? Com que se há de melhorar a instrução pública?¹²¹

É preciso lembrar que a Lei do Ventre livre, que tanto desconforto e atritos causou no seio do partido conservador e entre os escravocratas, em geral, havia sido promulgada dois anos antes, e era a ela que Benevides se referia. Ademais, é válido frisar que em várias discussões que envolviam projetos modernizadores, nosso “ilustre fidalgo” recorria ao estado precário da instrução pública, pois ela era “a prova evidente que o nosso paiz não tem ainda capitaes imateriaes para o desenvolvimento da ordem social e economica, primeira condição do progresso material.”¹²² Voltaremos a essa discussão em momento oportuno, mas gostaríamos de ressaltar, desde já, que esse argumento era uma das bases das resistências de Benevides.

Assim como fazia em relação ao caráter científico de sua doutrina acerca do direito natural, Benevides também não aceitava o rótulo de “retrógrado” sobre as suas posturas na Assembleia. Pululam os exemplos de suas defesas quanto aos ataques que sofria na casa e, também, na imprensa periódica. Na 26ª sessão ordinária, do dia 15 de março, discutia-se o projeto de lei que concedia a uma empresa o privilégio para a construção de uma ferrovia entre Taubaté e Ubatuba. Benevides foi o primeiro a pedir a fala para justificar seu voto contra o projeto, e fez o seguinte discurso:

¹²¹ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 10ª Sessão, 20 de fevereiro de 1873, p. 54.

¹²² *Idem*.

Sr. presidente, a posição em que me colloquei, nesta casa, obriga-me a justificar meu voto, sempre que o dou contra pretensões analogas, por isso mesmo que tem-se dito, por ahí, que sou infenso ao progresso moral e material da provincia.

Realmente, neste seculo, seculo de progresso, seculo de luzes, é um estigma semelhante conceito, qual o de ser um deputado embaraço permanente ao progresso material e moral de sua provincia: é por certo um grande delicto e um grande erro.

Eu tenho necessidade, portanto, como votarei contra esta e outras pretensões de igual natureza, sem embargo de desejar a prosperidade material e moral desta provincia, de exhibir as razões de minha convicção, para que a provincia me faça justiça, para que eu não seja recebido pela provincia como um espirito retrogrado e refractario a todos os progressos.

[...]

Não sou inimigo do progresso material, sr. presidente; era preciso que eu fosse insensato para sel-o; sou inimigo das despesas improductivas; sou inimigo de empresas imprudentes; sou inimigo de acoroçoar o espirito emprehendedor, quando este excede ás justas posses da provincia.

[...]

Não creião, pois, os meus collegas que eu sou infenso ao progresso material da provincia. Era preciso ser insensato, para neste seculo ser inimigo do progresso material! Não, eu do que sou inimigo é de animar empresas que tragão em si o germen de sua morte; eu do que sou inimigo é de animar o emprego de capitaes imprudentemente! Sou inimigo da especulação encapotada no progresso material.¹²³

Entretanto, conforme indicamos acima, para ele o problema central da lavoura estava na questão do trabalho e a utilização de recursos para a construção das estradas de ferro poderia constituir um obstáculo à solução desse problema. Assim, após a defesa de sua postura, Benevides argumentava:

Sr. Benevides: A nossa lavoura atravessa uma crise. A abolição do elemento servil, e as difficeis questões de colonisação têm abalado e hão de abalar progressivamente o credito agricola na proporção do depreciamiento do preço dos escravos e das propriedades ruraes, e sob o influxo de outras difficuldades que encerrão em si o germen de uma grande revolução social imminente.

Sr. Paulo Eduardo: Razão demais para se decretar medidas que venhão contrabalancear os effeitos dessa revolução.

Sr. Benevides: Razão demais para evitarmos o emprego imprudente e improductivo de capitaes, que póde abalar o credito publico.

O credito da provincia de S. Paulo assenta incontestavelmente na agricultura, porque ella é exclusiva e iminentemente agricola. Ora, se o credito da provincia firma-se na propriedade agricola, e se esta está em crise, se está sob a pres-

¹²³ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 26ª Sessão, 15 de março de 1873, p. 255.

são de uma depreciação progressiva de valores, é evidente que será um impossível economico durante longos annos a constituição do credito territorial na provincia pela instabilidade de valor da propriedade agricola, condição infallivel do seu credito; e, na ausencia de instituições internas que garantão esta propriedade, é claro que o credito estrangeiro não virá em auxilio da provincia, quando delle precise.¹²⁴

Dessa forma, apesar de se mostrar de fato “infenso” ao “progresso material”, ao contrário de suas pretensões, os argumentos de Benevides faziam muito sentido naquele momento, pois, como um defensor da vocação agrária do país, ele não poderia ignorar o problema da mão de obra, e parecia, a todo momento, querer relembrar seus colegas da importância dessa questão e do risco do “germen de uma grande revolução social imminente.”

É importante mencionar que Benevides não era um defensor da escravidão, embora não advogasse em nenhum momento pela abolição. Nos seus textos teóricos ele citava esse regime em todas as ocasiões nas quais queria demonstrar que, por causa da ação do homem, existiam anomalias na sociedade. Embora fosse claramente conservador do ponto de vista político, do ponto de vista econômico, Benevides era um liberal, seguidor de Adam Smith e defensor ferrenho da livre iniciativa e da não intervenção do Estado. Como vimos, ele foi professor na cadeira de Economia Política e parecia bem armado e atualizado nas discussões a esse respeito. Dessa forma, ele se opunha à escravidão por questões econômicas, conforme afirma na 29ª lição dos seus *Apontamentos de Direito Natural*:

[...] o Direito Philosophico sustenta que a escravidão é uma instituição anormal porque é contraria ao direito absoluto de liberdade: a sciencia econômica corrobora a affirmação do Direito Natural *provando com sua estatística que o trabalho livre é mais productivo que o trabalho escravo*. Ainda mais: o Direito Natural sustenta que é legitima a propriedade individual, e que o socialismo e communismo não teem fundamento racional: *a Economia Política prova com sua estatística que o trabalho individual ou associado livre é mais vantajoso que o trabalho forçado em commum ou em associação*: prova ainda que a miséria se augmenta com a applicação do socialismo, ao passo que ella diminue e a riqueza publica e privada progride com o desenvolvimento da liberdade industrial e de liberdade de associação.¹²⁵

No entanto, também se opunha a abolição, pois entendia que apesar de ser arbitrária e antieconômica essa instituição tendia naturalmente “a desaparecer do quadro das instituições

¹²⁴ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 26ª Sessão, 15 de março de 1873, p. 257.

¹²⁵ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. l.: S. N., 1884, p. 208.

positivas dos povos”¹²⁶. Além disso, como um bom conservador e cristão, segundo as suas próprias palavras, não poderia sustentar o fim dela de forma abrupta. Defendendo o cristianismo das acusações de ter legitimado esse sistema, Benevides afirmava que:

O Christianismo sendo essencialmente conservador, devendo exercer sua acção civilisadora por meios calmos e pacíficos, não podia de chofre aconselhar a extinção de uma instituição que encontrou estabelecida nas sociedades, e por isso foi que o Christianismo, ao lado da propaganda que fazia contra a escravidão, aconselhava aos escravos que tivessem resignação e não se revoltassem contra seus senhores.¹²⁷

Tanto a sua posição em relação à escravidão e à questão do trabalho de forma mais ampla, quanto sua postura “emperrada” em relação ao “progresso” da província, estavam ligadas, na verdade, à sua concepção do que era ser um conservador e, conseqüentemente, sobre como a Assembleia deveria operar no seu papel legislador. Suas próprias palavras, assim como vimos fazendo até aqui, são as mais apropriadas para demonstrá-lo. Assim, na 21ª sessão, quando se discutia a concessão de mais um privilégio para construção de estradas de ferro, e vendo-se praticamente derrotado, Benevides dizia:

Não estou contente nem descontente, porque não tenho aspirações... repito; não as tive e não as terei.

O ardor desta casa para resolver sobre o progresso material me parece improprio de uma assembleia de conservadores; me parece uma assembleia liberal, porque os liberaes gostão de andar muito depressa, e nós conservadores andamos devagar.

A razão desta minha observação é esta: qualquer objecção que se oppõe a qualquer lei que tem por fim decretar algum melhoramento material, provoca apartes como eu estou ouvindo aqui constantemente [...] de sorte que se não tenho esta tenacidade, que mantenho e hei de manter... já tinha desanimado. Este anno hei de morrer aqui até o ultimo dia de sessão; não saio, ainda que me enxotem (risadas); podem me dar os apartes que quizerem; não saio, estou disposto a ouvil-os e a responder convenientemente.

Dizia eu que esta facilidade de decretar-se o progresso material era impropria de uma assemblea de conservadores; eu ia mais devagar; parece-me que desta maneira respeitava mais o nosso evangelho politico, do progresso lento e reflectido.¹²⁸

Com isso, podemos ver que se Benevides não era contra os “progressos materiais”, mas que, segundo ele mesmo dizia, ele se opunha fortemente ao ritmo com que as transformações

¹²⁶ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. l.: S. N., 1884, p. 222.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 364-365.

¹²⁸ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 21ª Sessão, 10 de março de 1873, p. 205-206.

se operavam. Sua afirmação de que a Assembleia de conservadores mais se assemelhava a uma Assembleia liberal corroborava com a ideia de crise interna ao partido conservador gerada com as medidas “modernizadoras” do gabinete Rio Branco.¹²⁹ Mostrava que um setor do partido não compreendia que, mais do que seus correligionários, era o tempo que se acelerava, eram as transformações nacionais e internacionais que se faziam sentir. Por outro lado, o outro setor, aquele que abraçava essas mudanças, acreditando na necessidade e nas benesses do progresso, não percebia – de acordo com a concepção de Benevides – os riscos iminentes que tais transformações carregavam consigo. Assim, ele se via imbuído da missão de alertá-los. Na 36ª sessão, já desgastado por ser derrotado na maior parte das discussões, ele afirmava:

Srs. deputados, eu estou convencido de que, como o padre Vieira, imitando Santo Antonio, prégo nesta casa aos peixes; mas apesar dessa convicção, não me julgo dispensado do dever de prégar, porque tenho esperança de que os peixes sejam mais attentos para commigo do que os meus illustres collegas. Não vai nisto a menor censura

O padre Vieira, como sabem meus collegas, em um de seus discursos, tendo reconhecido que o sal de suas doutrinas, que o sal de suas palavras, ou pela inefficacia de sua voz, ou pela imperfeição de suas doutrinas, não salgava a terra, podendo mesmo ser isto devido a que a terra não se prestasse a receber a acção do sal, imitando Santo Antonio, resolveu prégar aos peixes, tendo esperança que elles o ouvirão com maior docilidade e paciência.

Eu estou nesta situação: os nobres deputados, mais illustrados e felizes do que eu, estão satisfeitißimos com a ordem actual das cousas; eu, porém, cada vez fico mais descontente com esta actualidade. Os peixes para mim são a providência e o paiz.

Se clamo no deserto nesta casa, tenho a veleidade de crêr que não clamarei no deserto prégando ao auditorio mais vasto, ao auditório da provincia, ao auditorio do Imperio.¹³⁰

7.7. A distância entre a teoria e a prática: a instrução pública

Mencionamos que em suas lições Benevides insistia a todo momento na distinção entre Direito e moral. Essa diferenciação não era incomum entre os autores de direito natural, pois, para muitos deles a moral seria o substrato do Direito, não se confundindo com ele – essa era uma das ideias centrais da disciplina.¹³¹ Nesse sentido, nosso autor insistia na separação total entre a moral e o direito natural, alegando que a moral gerava um tipo de dever, enquanto o

¹²⁹ Sobre as reformas do gabinete de Rio Branco, ver: ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 83-86.

¹³⁰ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 36ª Sessão, 01 de abril de 1873, p. 376.

¹³¹ NINO, Carlos Santiago. *Introdução à análise do Direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 32.

Direito gerava outro. Na lição de número 42, na qual pretendia definir a natureza do dever moral, do dever jurídico e as suas classificações, ele afirmava:

O dever moral segundo a melhor doutrina é a necessidade moral de praticar o bem e evitar o mal; o dever jurídico é a necessidade moral e coactiva de fazer o que é justo e evitar o que é injusto. O dever moral é uma necessidade, porque é condição geral da conservação e perfeição do homem, e é uma necessidade moral porque é livremente cumprida pelo homem. É uma necessidade facultativa, *não é uma necessidade que possa ser exigida pela força quer individual quer colectiva. O dever moral é uma condição essencial da perfeição do homem mas este em virtude de sua liberdade pode cumpril-o ou deixar de cumpril-o.*

O mesmo não succede com o dever jurídico que além de ser uma necessidade moral, visto se bazear na ordem moral é também uma necessidade jurídica porque o seu cumprimento pode ser exigido pela força individual ou colectiva. É esta distinção que devemos estabelecer entre o dever moral e o dever jurídico, distincção que desenvolvida pela escola de Thomasius, já havia sido feita por S. Thomaz que não desconhecia a distincção entre a justiça interna e externa, entre a necessidade interna e externa de certos actos para a ordem moral e social.¹³²

Vê-se, pelo trecho citado, que o dever moral estava relacionado ao bem e ao mal, e que não poderia ser exigido coativamente, ou seja, não poderia haver uma lei positiva que regulasse os deveres morais. Por outro lado, os deveres jurídicos estavam ligados ao justo e ao injusto e poderiam ser objeto de legislação. Ainda nesse ponto, não há uma grande diferença entre o que proclamava Benevides e outros autores que se ocupavam do direito natural. Vimos que para Brotero e João Theodoro, por exemplo, a moral também estava por trás dos direitos jurídicos, mas as duas esferas não se confundiam.

No entanto, mais do que a definição conceitual do que eram deveres morais e deveres jurídicos, nos importa chamar atenção para quais tipos de direitos Benevides enquadrava em uma ou em outra categoria. Indicamos a insistência de nosso autor nessa clivagem e como essa insistência, mais do que a definição em si, nos chamou a atenção. Afirmamos também a nossa dificuldade em encontrar a motivação no interior de seus textos, mas que pudemos perceber nas atas da Assembleia Legislativa, a quais propósitos essa distinção poderia servir.

Um dos temas mais polêmicos das sessões dos anos de 1872 e 1873 foi a questão da instrução pública. Benevides parecia ser um partidário ferrenho da instrução primária gratuita, versando sobre o tema de forma incisiva, defendendo, inclusive, a instrução pública em detrimento da instrução privada. O diagnóstico do estado precário da educação na província era

¹³² BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S. l.: S. N., 1884, p. 257-258.

consenso entre os deputados e era sempre evocado para justificar os problemas. No entanto, eles se debatiam em torno das possíveis soluções.

Logo na primeira sessão da Assembleia de 1873, ocorrida no dia 7 de fevereiro, foi apresentado o projeto de lei nº 1, que propunha algumas mudanças na legislação da instrução primária. Entre as propostas, estava o aumento de 15 para 20 alunos, no mínimo, para que as escolas pudessem se manter em funcionamento, além de um subsídio de 4\$000 a 80\$000 por aluno pobre que as escolas privadas acolhessem gratuitamente. Na 5ª sessão, quando se discutia o projeto, Benevides se bateu contra esses dois pontos, alegando que a regra dos 20 alunos pioraria ainda mais o estado da instrução pública, visto que muitas escolas não conseguiam atingir nem mesmo os 15 já previstos, e afirmava que o subsídio fortaleceria as escolas privadas ameaçando a existência das escolas públicas, como podemos observar nos trechos adiante:

Sr. Presidente, a constituição do imperio e o acto adicional estabelecem como preceito formal e absoluto o ensino primario gratuito; portanto, nós temos obrigação de diffundir o mais que pudermos a instrucção gratuita; temos obrigação de estabelecer escolas de instrucção primaria em toda e qualquer ponto povoado, tendo por limite unicamente o exercicio desta nossa obrigação os recursos financeiros da provincia: até onde estes recursos comportarem temos obrigação rigorosa de fornecer o ensino gratuito primario.

Consequentemente, todos os preceitos restrictivos da universalização da instrucção gratuita, são attentatorios da constituição.

[...]

Como disse, nos termos obrigação de dar instrucção primaria gratuita em qualquer ponto desta provincia onde haja uma criança que queira aprender; o nobre deputado diz no seu projeto: “é preciso que hajão 20 meninos”. Aqui está uma restricção que não se acha na constituição. Desde que houver no povoado um menino, que queira aprender, a provincia tem obrigação de ensinar-lhe.

[...]

O projecto, além de inconstitucional, não reflecte o espirito do tempo. O espirito do tempo é a diffusão das luzes, é a diffusão da instrucção primaria.¹³³

A respeito da subvenção, Benevides afirmava que ela era um problema pelo risco de prejudicar as escolas públicas, por criar uma dualidade de despesas e, também, porque se sobrepunha à livre iniciativa que era a chave para o desenvolvimento econômico e social da província. No geral, ele questionava a utilidade da lei, pois de “nada valem leis sem costumes; sem uma regeneração em nossos costumes, podemos fazer as leis que quizermos que as cousas continuarão como vão.”¹³⁴

¹³³ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 5ª Sessão Ordinária, 13 de fevereiro de 1873, p. 22.

¹³⁴ *Idem*.

Não podemos negar que a defesa do ensino primário gratuito feita por Benevides nos surpreendeu à primeira vista, pois em suas *Lições de Direito Natural* e *Apontamentos de Direito Natural*, o vimos diversas vezes preconizar a naturalidade da diferença entre os homens, inclusive no que se referia à educação e à instrução, em função das condições econômicas de cada um. No entanto, sua postura se tornou mais clara quando Rodrigues Alves, então com 25 anos de idade, apresentou o projeto de ensino primário gratuito e obrigatório. Era essa a palavra proibida: a obrigatoriedade.

Assim, na sessão de 11 de março de 1873, Benevides sobe à tribuna para se opor ao projeto de lei nº 74, dizendo: “Combato a idéa concernente é obrigatoriedade do ensino, porque no meu fraco modo de pensar, é inconstitucional, assim como duvido de sua legitimidade doutrinária, e mesmo da sua utilidade, attentas as circunstancias desta provincia.”¹³⁵

Seus argumentos jurídicos para se opor ao projeto eram três. Primeiro, o fato de a Constituição ter imposto o ensino gratuito fazia com que a obrigatoriedade ficasse imediatamente interdita, já que seria a negação de um axioma básico do direito impor-se um benefício. Em segundo lugar, estava o fato de que não poderia haver penalidade para infrações que não estivessem previstas no código criminal, e que a Assembleia Provincial tinha prerrogativas para criar delitos apenas para os funcionários públicos e não para os cidadãos, portanto, a obrigatoriedade criaria sanções sobre pessoas que estavam fora da esfera de ação dos deputados. Por fim, estava a questão que apontamos anteriormente: a instrução era um dever moral dos pais e não um dever jurídico.

Conforme dissemos, para ele os deveres morais estavam na esfera privada e não podiam ser objeto de legislação. Destarte, a obrigatoriedade do ensino ofendia um direito fundamental do homem, a saber, o pátrio poder. Nesse sentido, nosso fidalgo argumentava:

Os nobres deputados sabem perfeitamente que, nas relações do patrio poder, ha um complexo de factos, todos muito particulares e muito graves. Ha no complexo do poder paterno elementos moraes, elemento naturaes, tão delicados, que o poder positivo, que a autoridade não deve transpôr sem enfraquecer os costumes da sociedade, sem enfrentar á moralidade da familia, sem perturbar a tranquillidade domestica.

[...]

Ha no patrio poder na familia, elementos naturaes, elementos moraes, elementos positivos; eu não contesto que o patrio poder seja instituição civil; mas, se formos a analysar todos os elementos que se achão comprehendidos no complexo do poder do pai, nós acharemos uma latitude maior á parte moral, á parte

¹³⁵ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 22ª Sessão Ordinária, 11 de março de 1873, p. 212-213.

natural, á parte deixada ao imperio dos costumes, do que a parte deixada ao imperio do poder civil, ao imperio das leis.

Os nobres deputados, conhecedores do direiro romano, conhecedores das doutrinas de Savigny e de outros, devem saber que o direito romano, na sua ultima phase, consagrava veneração a esta doutrina, tanto que a esfera da lei, comparada com as esfera dos bons costumes, era muito diminuta, muito secundaria. O legislador entendeu que era melhor tolerar dous, tres, quatro abusos de um pai desnaturado, do que levantar o véo da familia ás pesquisas da policia, ás indiscrições do governo, ás intrigas locaes, ás paixões e interesses da sociedade.

O legislador romano entendeu que era melhor tolerar alguns abusos, quando estes abusos erão aberrações da natureza, verdadeiras excepções, verdadeiras anomalias, do que sacrificar a magestade do pai; porque a paternidade natural é uma magestade; entre a sociedade e a familia deve haver uma muralha de bronze, uma muralha que não deve ser devassada; e, transposto este muro divisorio, ai da ordem social, ai da ordem publica, porque a familia é a base de todas essas cousas.¹³⁶

Não queremos afirmar que Benevides advogava a estrita separação entre deveres morais e deveres jurídicos, tão insistentemente, em função do combate ao ensino obrigatório, mas não é possível negar que essa distinção servia à flexibilização dos direitos que deveriam ou não ser garantidos pelo Estado. Se as suas belas palavras na defesa do ensino gratuito mostravam-se, aparentemente, progressistas, é porque talvez já não fosse possível defender abertamente a não instrução da população. Esse era um dos debates centrais do século.

No entanto, sua recusa inequívoca da obrigatoriedade – que automaticamente obrigaria o Estado a investir na educação, criando condições para que a obrigação dos pais se cumprisse – mostrava claramente sua defesa da tradição patriarcal e da manutenção da sociedade estamental, afinal, a ignorância da população, que ele utilizava a todo momento para barrar qualquer mudança, permaneceria sempre na mesma situação. Era o velho recurso à “letra morta”: a simples presença do ensino primário gratuito no texto da Constituição de 1824 já era suficiente, não era necessário criar uma lei que a concretizasse.

A educação deveria ficar restrita à elite, afinal, para Benevides, a instrução era um dever moral dos pais que tinha que ser cumprido de acordo com as suas capacidades financeiras. O Estado, por seu turno, deveria concorrer para ela apenas na medida em que seus recursos comportassem, nada além disso.

Ademais, a obrigação do Estado em fornecer a instrução primária tinha outras consequências políticas extremamente perigosas para nosso fidalgo. Assim, na segunda parte de seu discurso, ele aponta os problemas políticos do ensino obrigatório. Desculpamo-nos pela extensa

¹³⁶ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 22ª Sessão Ordinária, 11 de março de 1873, p. 214.

citação, mas cremos, mais uma vez, que suas próprias palavras são as mais adequadas para explicitar seus argumentos.

Eu mesmo, em vista da celeuma da imprensa liberal, constantemente levantada contra os impugnadores da obrigatoriedade do ensino, tenho lido o que se tem escripto pró e contra. A causa da obrigatoriedade do ensino é seductora, os seus defensores são dotados de muito talento, de uma linguagem brilhante, e podem arrastar os espiritos que porventura não afirão suas idéas com o mechanismo geral do direito e a symetria da legislação geral. As vezes quasi tenho sido arrebatado pela corrente do progresso.

A causa do ensino obrigatório é a causa do seculo..!

Os nobres deputados estão com o seculo: aquelles que impugnão a idéa não o estão: mas o seculo é revolucionario, os entusiastas desta idéa não vão ao amago da questão.

[...]

A idéa é revolucionaria. Basta compulsar a sua marcha historica desde o seculo XVI na Europa, para que a escola conservadora reflecta e meça as consequencias da adopção dos principios fundamentaes em que se firma a theoria da obrigatoriedade do ensino!

É raro que os nobres deputados encontrem espirito revolucionario que não seja sectario da obrigatoriedade do ensino: é raro se encontrar um socialista e um communista que não seja sectario da mesma idéa!

Confesso que ha espiritos muito sensatos como Cousin, que é um espirito eclectico, é um dos meus mestres, um dos escriptores que venero e onde aprendi as idéas philosophicas e historicas que tenho; confesso, digo, que Cousin, Rossi e outros liberaes praticos, prudentes e sensatos; confesso que Batbie, um dos membros mais ilustrados da assembleia franceza actual e conservador muito reflectido, professão a obrigatoriedade do ensino.

Por consequencia, pode-se ser sectario da obrigatoriedade do ensino, sem se ser revolucionario, socialista ou communista.

Mas eu quero que os nobres deputado me comprehendão; e insisto neste ponto, porque nem a imprensa, que me tem combatido e ridicularisado, desde que me colloquei aqui o anno passado, impugnando esta idéa, nem a imprensa, digo, *faz justiça as minhas intenções e ás minhas idéas; e mesmo algum de meus collegas parece que não me comprehenderão, acreditando que os taxava de revolucionarios, socialistas a communistas pelo facto de professarem esta idéa.*

Não tive, nem podia ter semelhante intenção. Eu apenas o que quis assignalar foi desconfio da idéa, pela sua marcha historica e pelas sua raizes doutrina-rias. [grifos nossos]

Ha espiritos que adoptam sem ser revolucionarios, socialistas e communistas: mas é bandeira, é essencia do codigo de todo revolucionario, de todo o socialista, de todo communista.

[...]

Eu apenas quero ponderar que esta coincidencia assignalada me traz desconfiar: e as minhas desconfianças tornão-se mais profundas quando, lendo o *codigo da Associação Internacional* que agita e revoluciona a Europa inteira, vejo que é uma das idéas do seu programma e ensino obrigatorio!

Eu, portanto, que tenho medo da internacional neste paiz da America; eu que, embora tenha aspirações liberaes e creia mesmo que o Brasil, para sair da sua posição actual, carece de fazer largas concessões ao espirito liberal dentro dos seus justos limites: mas, acreditando que a revolução será uma calamidade e

um mal para esta sociedade; acreditando que toda idéa que se prende a principios fundamentaes socialistas e communistas deve ser banida, para não collocarmos o espirito desta sociedade no pendor dessas falsas doutrinas: combato o ensino obrigatorio.¹³⁷

Na sequência de seu discurso Benevides faz um histórico do ensino obrigatório na França, tentando mostrar que a resistência a esse sistema sempre partiu dos espíritos mais ilustrados e ponderados como Talleyrand, Condorcet e Guizot, esse último tendo instaurado o ensino primário gratuito, 1833, quando era ministro da Instrução Pública, mas combatendo a obrigatoriedade. Ele afirmava que, mesmo naquele momento, quando o ensino público obrigatório estava sendo instaurado na França, uma “cruzada de talentos” resistia bravamente a esse sistema. Para completar seu raciocínio, Benevides citava várias outras partes do mundo nas quais ele não era aceito, e, mais uma vez, fazia um apelo aos seus colegas, tentando alertá-los do perigo que esse sistema representaria:

Ora, se n'um paiz de uma civilização adiantada; se n'um paiz onde não ha difficuldades de comunicação, onde a população está condensada, onde a instrucção se facilita por toda parte, ha reluctancia na adopção deste systema; nós, que vivemos em um paiz novo, que não tem idéas assentadas em cousa nenhuma, *onde jazem latentes grandes machinas explosivas, que rebentarão hoje ou amanhã*, amantes da ordem, *devemos reflectir profundamente na entrega desta machina revolucionaria , chamada – ensino, obrigatório*.¹³⁸ [grifos nossos]

Com isso, ficava claro porque a instrução deveria ser um dever moral e não um dever jurídico, já que Benevides sabia perfeitamente o risco que toda a estrutura imperial corria se ela fosse difundida. As suas bases geradoras de extremas desigualdades – a Igreja, o latifúndio, a escravidão, o patriarcado e o patrimonialismo – não podiam se sustentar se a população tivesse um mínimo de instrução. Ademais, a obrigatoriedade do Estado em garantir a instrução primária abriria um precedente extremamente perigoso para as bases do Império, fazendo com que Benevides tentasse abrir os olhos de seus colegas mais uma vez:

Eu considero como machina explosiva a adopção deste projecto, sobretudo, pelo pendor do espirito publico aceitando a raiz doutrinal da instituição; não é tanto pela instituição em si, mas é porque vamos plantar na consciencia da provincia que o Estado tem obrigação de dar instrucção hoje. *Amanhã dirão*

¹³⁷ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 22ª Sessão Ordinária, 11 de março de 1873, p. 215-216.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 217.

*que temos obrigação de vestir os meninos pobres; depois, que temos obrigação de vestir aos pais tutores, etc. Estes principios são todos socialistas.*¹³⁹

É evidente que Rodrigues Alves não pensava em um sistema de ensino verdadeiramente emancipador, muito menos em um Estado distributivo. Tratava-se de instruir e condicionar a mão-de-obra livre para o trabalho, tendo em vista o iminente fim da escravidão e o desenvolvimento das “modernidades” que aqui chegavam. Tratava-se da manutenção da desigualdade em outros termos. Sabemos, inclusive, que as elites brasileiras foram sempre muito hábeis e violentas na eliminação de qualquer elemento revolucionário. Mas Benevides não podia prever isso e, no seu papel de defensor da tradição imperial, resistia ferrenhamente às mudanças do século. Era melhor deixar as coisas como estavam: muito bonitas, mas no papel.

7.8. Direitos sim, mas não para todos

A ignorância da população e o atraso no qual se encontrava a sociedade brasileira, como vimos, eram sempre evocados por Benevides como justificativa para a não realização de diversas medidas de caráter progressista ou reformista. Um exemplo dessas resistências se referia à realização de estatísticas para o mapeamento da população com vistas à proposição políticas públicas. No relatório que redigiu quando foi presidente da província de Minas Gerais, na seção sobre as estatísticas, ele afirmava:

Não desconheço a importancia da estatistica, mas cumpre dizer que se entre as nações mais adiantadas, que a nossa, ainda esta sciencia não tem podido produzir todos os resultados felizes, que é destinada a prestar, entre nós, e principalmente nesta provincia, mui difficilmente poderia prestar-sé aos, fins do legislador.

Como está determinado, era indispensavel que uma repartição especial se montasse, e que pudesse contar com agentes intelligentes e bem remunerados, e isto seria bastante dispendioso.

Além disto, mesmo que as finanças da provincia comportassem tanto onus, creio que os resultados não compensarião o trabalho e gastos.

*Em quanto a certo gráo de instrucção não chegar a nossa população, é de balde esperar melhoramentos que devem vir opportunamente, e quando estiverem apagados no coração brasileiro os preconceitos e desconfiança congenita com seu character, habitos e educação.*¹⁴⁰ [grifo nosso]

¹³⁹ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 22ª Sessão Ordinária, 11 de março de 1873, p. 219.

¹⁴⁰ *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinária de 1869 pelo presidente da mesma provincia Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870, p. 9-10.

Os argumentos de Benevides iam sempre na direção da inutilidade dos projetos e na falta de recursos do Estado para realizá-los. Com isso, ele fechava o círculo da imobilidade: não se poderia fazer nada enquanto a instrução da população fosse precária, mas não se fazia nada pela melhora dela. Por outro lado, nosso lente também criava outros aparatos para a manutenção da estrutura imperial. Na sua concepção de direito natural havia dispositivos que garantiam a assimetria entre os membros da sociedade, embora, mais uma vez, ele não afirmasse explicitamente a desigualdade de direitos.

Nesse sentido, seu primeiro recurso se assemelhava àquele utilizado por João Theodoro quando afirmava que o país deveria funcionar como um corpo orgânico no qual cada um cumpria sua função. Na lição de número 58, do *Apontamentos de Direito Natural*, que versava sobre a sociabilidade, Benevides afirmava:

Examinando-se a natureza contingente do homem e a insufficiencia de suas forças em frente de suas necessidades, reconhece-se que o homem é incapaz de por si só, satisfazer essas necessidades. Não só o estudo da natureza humana, como o estudo da sociedade, em todos os periodos da vida da humanidade como o estudo de todas as leis naturaes, provão a necessidade que tem o homem do auxilio de seus semelhantes. [...] *Estudando se a natureza dos diferentes homens, verifica-se também a diversidade das vocações estabelecida pela natureza que foi um meio de que servio-se a Providencia para praticamente estabelecer a divisão do trabalho e mostrar a dependencia em que o homem se acha do serviço de seu semelhante.*

[...]

Os ensinamentos da Economia Política sobre a divisão do trabalho, e a diversidade das funcções econômicas na formação da riqueza, fornecem argumentos auxiliares ao Direito Natural para provar a sociabilidade humana.¹⁴¹

Como se vê, a providência divina já havia dividido a sociedade pelas suas vocações definindo o lugar de cada um no mundo do trabalho. Ademais, na sua própria essência, os homens seriam diferentes, pois, além das influências externas, haveria também a desigualdade nas faculdades humanas, como pode ser observado na lição de número 56:

O Compendio no § 25 diz que as opiniões dos homens são desiguaes, e que estas são as causas da desigualdade entre os homens. A theoria do Compendio é incompleta e não explica bem a matéria, e pode-se mesmo dizer que elle incorre em uma petição de principio. A desigualdade que se observa entre os homens, não procede sómente da diversidade do emprego de suas faculdades, nem do seu modo differente de obrar; *a causa d'essa desigualdade está na energia desigual das faculdades humanas*, na educação que ellas recebem e

¹⁴¹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, 328-329.

na influencia que exerce o meio natural e social sobre o destino do homem.¹⁴²
[grifo nosso]

Assim, feita a diferenciação das pessoas em decorrência de suas “capacidades”, faltava apenas distribuir os direitos que lhes cabiam. Ao tratar da igualdade, na lição de número 68, Benevides criava uma divisão entre o direito absoluto e o direito relativo, ou abstrato e concreto:

O Direito de igualdade pode ser absoluto, e pode ser relativo: o compendio não dá propriamente uma definição do Direito de igualdade, a sua doutrina a respeito demanda reparos. Sobre o estudo do Direito de igualdade podem consultar os escriptores catholicos Hosmini, Taparelli, Liberatore, e os escriptores da eschola racionalista, especialmente a eschola krauseana que, a parte algumas descaídas pantheistas e socialistas, trata luininosamente da matéria. A egualdade pode ser considerada em abstracto e em concreta, á respeito da igualdade considerada em absoluto ou em abstracto, os escriptores modernos são satisfactorios, mas sobre a egualdade em concreto a eschola de Ahrens tem suas nevoas, talvez propositaes para abrir passagem ao seu socialismo... Definindo a igualdade em absoluto ou o Direito absoluto de igualdade, diremos: é a aptidão que tem o homem á ter direitos e a exercel-os para realizar seu destino, sem privilegios ou prerrogativas, baseado na natureza fundamental do homem.¹⁴³

Na lição seguinte, ainda dedicada à igualdade, nosso lente afirmava que havia direitos adquiridos que surgiam da liberdade relativa, ou seja, os direitos para os “capazes”:

Não ha homem que tenha mais direito que outro porque o Direito absoluto assenta-se na natureza geral do homem que é a mesma em todos os indivíduos da especie humana. Eis o character geral da igualdade, considerada em absoluto.

Esta concepção é formulada em contraste com a igualdade material ou em concreto. A este respeito ha entre os escriptores diversidade de doutrina: a eschola socialista e comununista confunde a igualdade formal com a igualdade material, sustentando que todos os homens devem ser materialmente iguaes, que não deve haver concentração da propriedade em uns e falta em outros, para que possa haver equilibrio de interesses na sociedade. Portanto segundo os socialistas e communistas os homens não são unicamente iguaes formalmente ou perante a lei natural, elles são todos iguaes nas condições materiaes de sua conservação e perfeição.

Mas nos que nos presamos de não ser sectarios de semelhante eschola, *dizemos que propriamente não pode haver na sociedade uma igualdade material completa attentas as desigualdades individuaes*. Nos dizemos que o direito de igualdade pode ser considerado em absoluto ou em concreto consistindo a diferença de uma e outra especie na natureza dos direitos á que se refere a igualdade, e assim a igualdade absoluta é a igualdade perante a lei natural quanto

¹⁴² BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, 316-317.

¹⁴³ *Ibidem*, 370.

aos direitos absolutos, a igualdade relativa, é a mesma igualdade perante a lei a respeito dos direitos adquiridos.¹⁴⁴

Benevides dedicou dezenas de páginas para repetir, insistentemente, essa ideia, mas o que transcrevemos já é suficiente para notarmos o mecanismo que ele aplicava a diversas situações, criando uma clivagem entre os direitos que eram inerentes a todo ser humano e aqueles que se adquiriam em determinada circunstância. O que chama a atenção é a forma como nosso lente afirmava um direito e, logo na sequência, o negava. Se pegarmos a primeira frase do trecho, “Não ha homem que tenha mais direito que outro porque o Direito absoluto assenta-se na natureza geral do homem que é a mesma em todos os indivíduos da especie humana”, e compararmos com as frases seguintes, “não pode haver na sociedade uma igualdade material completa attentas as desigualdades individuae”, vemos um recurso um tanto demagógico baseado na naturalização das diferenças humanas.

Era com esse recurso que ele justificava o patriarcalismo, por exemplo, pois “as condições de sexo e de idade produzem na sociedade diferenças quanto à capacidade de acção”.¹⁴⁵ Na longa introdução que ele fez ao seu *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*,¹⁴⁶ Benevides dedicava cinco páginas para explicar porque a mulher não deveria se emancipar nem social, nem politicamente. Além das “incapacidades” oriundas de seu sexo, é válido ressaltar que a necessidade da “ordem social” também justificava a não aplicação de seus direitos absolutos. Assim, apresentamos alguns trechos para explicitar seus argumentos:

Não sou sectário da theoria da plena emancipação social e politica da mulher. Não acredito que a felicidade della e a ordem social e politica melhorem, sendo a mulher lançada na carreira publica.

Não penso que os interesses da mulher, a sua dignidade e a sua gloria dependão de sacrificar o lar domestico á vida da cidade. A mulher deve influir pela sua graça e pela sua fraqueza, inspirando ao homem amor e respeito.

[...]

Penso que a mulher não deve figurar nas assembléas eleitoraes, nos parlamentos, nos conselhos supremos do Estado, nos cargos públicos de qualquer ordem, por motivos moraes e sociaes.

Physiologicamente o sexo feminino é mais bello e mais fraco do que o sexo masculino; d’ahi vem o seu poder encantador e corruptor sobre o homem e sua dependência natural delle. A physiologia verifica que a mulher é incapaz de certos trabalhos, que são peculiares ao homem, e taes são os que reclamão maior vigor physico e mental.

¹⁴⁴ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, 371.

¹⁴⁵ *Ibidem*, 372.

¹⁴⁶ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio & Companhia, 1887.

A fraqueza physiologica da mulher, comparada com o homem, influe sobre o seu espirito, que em geral é mais fraco do que o do homem.

[...]

A desigualdade natural entre o homem e a mulher deve reflectir-se na ordem civil privada e publica e na ordem politica, quanto á capacidade de acção.

É incontestável que a mulher não tem a força necessaria para supportar todos os trabalhos a que o homem se submette.

[...]

Uma assembléa política de homens e de mulheres seria uma lucta apaixonada, em que a graça e a belleza da mulher fascinariam os espiritos e os seduziriam, com prejuizo dos interesses públicos. Desde que a carreira política fosse aberta a mulher, a familia seria sacrificada e ali penetrariam as intrigas e as paixões políticas, que maculariam a serenidade do lar domestico. [...] Na sociedade deve haver autoridade para a conservação da ordem. Ha na familia a autoridade marital e a autoridade paterna. A concessão do direito político á mulher é a nullificação destas autoridades familiares.

Os primeiros deveres que a natureza impoz á mulher são o de esposa e o de mãe. Taes deveres são incompatíveis com a política.

[...]

Deve a mulher ter a maxima instrucção e educação, compativeis com o seu sexo, para comprehender sua missão na sociedade e fazer a felicidade do homem pelo seu império moral, fundado na sua belleza moral.

Não é proprio do sexo feminino primar nas sciencias, nas artes materiaes, na guerra ou na politica.

[...]

Ninguém contesta que a mulher seja interessada no bom governo; mas é certo que de tal interesse não é consequencia logica que ella tenha direitos políticos, pois os menores, os loucos e outros, que tem tal interesse, não exercem direitos políticos.¹⁴⁷

Mas não eram só as mulheres que não tinham atributos “naturais” necessários para terem direitos políticos, afinal, o governo só poderia “ser exercido pelas capacidades independentes, as quaes devem ser verificadas pela sociedade apta.”¹⁴⁸ Destarte, ao tratar do sufrágio universal, Benevides afirmava:

Bem sei que o liberalismo adiantado ou radical proclama o suffragio universal, como a base do direito publico. Os doutrinários, os Krauseanos, e os catholicos negão a legitimidade do suffragio universal. Os sectários da politica de Augusto Comte também não admittem o suffragio universal, considerando-o subversivo da ordem politica.

[...] O illustre Gladstone, notável estadista inglez, sustenta que o suffragio político deve ser universal, porque o voto é um direito natural. Cumpre notar que Gladstone reconhece que o principio tem excepções, devendo subentender-se que devem ser excluidos de votar os incapazes de exercer o direito do voto com intelligencia e integridade.

[...]

¹⁴⁷ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio & Companhia, 1887, p. 18-22.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 17.

Lord Palmerston refutou as ideias de Gladstone, negando que o sufrágio universal fosse direito natural puramente pessoal e afirmando que era um direito político e um interesse público o seu exercício, devendo ser fiscalizado pela opinião pública, porque o votante, exercendo o direito, preenche também uma função social. Assim como a lei social estabelece a maioria civil, a lei política determina a maioria política para o exercício do voto e dos outros direitos políticos. Não basta a maioria para o exercício do voto, é necessário que haja discernimento para o direito ser exercido com consciência; deve pois o eleitor ter certa instrução elementar.

Stuart Mill, apesar do seu liberalismo, professa a opinião de que o eleitor deve ao menos saber ler, escrever e contar.

[...]

Para resguardar a independência do voto, a lei política exige garantias, excluindo de votar os homens que estão na dependência dos outros e na do governo.¹⁴⁹

Como podemos ver, a incapacidade natural, por um lado, e a social – a falta de instrução –, por outro, eram os principais argumentos para limitar o poder político da população, deixando-o reduzido a um pequeno círculo. João Theodoro, embora não tenha desenvolvido com tantos detalhes, também era partidário dessas opiniões e, na ocasião em que nos debruçamos sobre seu texto, afirmamos que essas teorias vinham sendo discutidas na Europa desde a Revolução Francesa, quando, por um período, foi promulgado o sufrágio universal masculino. Após essa experiência, as elites passaram a desenvolver as mais diversas justificativas para impedir que o povo chegasse ao poder, criando mecanismos para que elas usufríssem da liberdade, deixando a igualdade e a fraternidade apenas no plano teórico.¹⁵⁰

Ainda faltava, porém, um elemento para amarrar a teoria de Benevides. Se havia “incapacidades naturais” que não poderiam ser alteradas pelo ser humano, sendo, portanto, as desigualdades geradas por elas imutáveis, era preciso que as “incapacidades sociais” também permanecessem inalteradas. E, nesse caso, o papel do Estado era fundamental.

Embora nosso lente não tenha dedicado uma lição para definir o Estado e suas funções, as concepções acerca deles estão diluídas ao longo de seus trabalhos. Assim como vimos acontecer nos escritos de João Theodoro Xavier, essas ideias ficavam mais claras em relação ao socialismo – que, como já foi possível entrever, era um dos principais inimigos de nosso fidalgo, ao lado do positivismo.

¹⁴⁹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Philosophia elementar do Direito Público interno, temporal e universal*. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio & Companhia, 1887, p. 17-18.

¹⁵⁰ Conforme indicamos em nota, no capítulo anterior, Domenico Losurdo faz um histórico dos debates políticos mapeando as justificativas utilizadas pelas elites e por seus teóricos para justificar o monopólio do poder político, em detrimento da população. LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 15-73.

Para ele o papel do Estado era “tão somente garantir a ordem social, para que os indivíduos possam livremente cuidar de sua conservação, desenvolvimento e aperfeiçoamento”.¹⁵¹ Ao tratar da finalidade da lei natural, Benevides discutia a quem caberia a responsabilidade do aperfeiçoamento pessoal, afirmando que:

Nesse ponto a teoria de Kant que foi desenvolvida economicamente por Bastiat é superior à escola krauseana quando considera a missão do Estado como negativa, isto é, repressiva da injustiça, deixando a cada um o exercício de sua liberdade; segundo essa concepção do fim do Estado, vê-se que fica a cargo dos indivíduos tratar de seu desenvolvimento e aperfeiçoamento; o exercício da caridade, por exemplo, não é obrigatório para o Estado, o Estado deve exercer a caridade quando de todos os recursos individuais não sejam suficientes. Entretanto a escola krauseana impõe a caridade como um dever do Estado. Isto é socialismo e comunismo. Ninguém tem o direito de exigir do Estado o exercício da caridade, o Estado tem o dever moral de exercer a caridade mas esse dever só deve ser exercido na insuficiência da caridade particular. O Estado não pode dispor para o exercício da caridade dos recursos do Tesouro Nacional que são ministrados pelos particulares para a satisfação das necessidades públicas, e só em casos excepcionais quando a fortuna particular for insuficiente para extirpar a miséria, é que o Estado poderia exercer a caridade. Essa é a teoria liberal moderna e da escola conservadora progressista, desenvolvida pelo notável publicista italiano Mignetti, que combate valentemente as teorias socialistas e comunistas. Fizemos essas considerações no intuito de mostrar que o fim da lei natural não pode ser a perfeição externa do homem, como pretende a escola krauseana, porque ella traz como consequência a onipotência do Estado, com sacrifício da autonomia individual. Nós sustentamos que o fim da lei natural é a conservação da ordem individual e social.¹⁵²

Destarte, vemos que para Benevides vários autores, se não eram socialistas, acabavam pendendo para essa teoria toda vez que atribuíam ao Estado qualquer função que ultrapassasse a manutenção da ordem. Afinal, segundo nosso lente – contrariando a maior parte dos jusnaturalistas –, era ela o fundamento da lei natural, e não a natureza humana. A questão da “caridade”, que seria traduzida melhor por “direitos sociais”, estaria completamente fora da órbita dessa instituição, exceto em casos de extrema miséria. Não cabia ao Estado regular as desigualdades, afinal, a “ordem natural” já havia disposto tudo em seu devido lugar.

Como se pode notar, Benevides foi uma espécie de militante do Império, por vezes de modo um tanto particular, mas sempre defendendo os alicerces do regime. A predominância da Igreja e da religião católica, o patriarcado, o patrimonialismo, a defesa da “vocação agrária”, a lentidão quase letárgica nas reformas e o alijamento das classes populares das esferas de poder

¹⁵¹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884, 111.

¹⁵² *Ibidem*, 111-112.

eram as suas bandeiras. Em alguns casos de modo explícito, em outros por caminhos sinuosos, Benevides manteve até o fim a defesa do *status quo* imperial.

Sua rigidez doutrinária e prática poderiam ser vistas como uma resistência inútil diante das transformações iminentes, se não se mostrassem tão coerentes com a sua linhagem familiar, com seus valores e com o regime que defendia. Sua origem o tornava mais do que um representante, Benevides era parte constitutiva do sistema. Sua grande erudição, sua habilidade oratória e seu esforço em conhecer, para deslegitimar, as ideias “transformadoras” do século, faziam dele um combatente incansável. Seu pequeno ensaio de flexibilidade foi apenas formal, já que o espírito científico para ele estava baseado nas verdades reveladas pela Escritura Sagrada.

Mas, qualquer tipo de concessão que ultrapassasse a esfera formal seria impossível, o Império e a monarquia eram a sua origem e seu único destino possível – sob o risco de perder sua própria essência, seu lugar no mundo. Assim como o Império, Benevides fora varrido pela torrente da história. Quando a estrutura se transformou, ele não pôde mais fazer da superestrutura. Em 1891 ele foi jubilado da Academia de Direito.¹⁵³ Entretanto, assim como o Império, ele não caiu sem deixar marcas. Suas ideias sobreviveram e a longa duração de suas bandeiras na história brasileira o provam.

7.9. Algumas palavras sobre a “biblioteca portátil” de Benevides

Deixamos passar, em diversos momentos e sem grandes observações, as referências feitas a livros e autores mobilizados por Benevides ao longo de suas lições e de suas falas na Assembleia Legislativa de São Paulo. Fizemos isso propositalmente, pois gostaríamos de dedicar um tópico especial a essa questão. Conforme indicamos no início do capítulo, infelizmente não tivemos acesso aos seus livros. Lamentamos muito esse fato, pois acreditamos que seria muito produtiva uma análise comparativa como a que tentamos com João Theodoro Xavier, além de supor que sua coleção deveria ser, no mínimo, intrigante. No entanto, ao longo da leitura desses registros escritos deixados por Benevides, fomos percebendo que se não é possível reconstituir sua biblioteca, poderíamos ao menos ensaiar alguns comentários sobre os traços gerais de suas leituras.

Antes de começar, porém, é preciso tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, vimos que muitos autores eram citados por ele, mas nem sempre pudemos perceber se essas menções eram fruto de leituras diretas ou se eram tiradas da leitura de terceiros, como vimos

¹⁵³ VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 2, p. 147.

acontecer com João Theodoro. Além disso, os nomes dos autores aparecem muitas vezes sem a referência de suas obras, o que limita nossas considerações, visto que se pensarmos em Adam Smith, para ficar apenas com um exemplo, sua *Teoria dos Sentimentos Morais* é bastante diferente de *A Riqueza das Nações*, resultando na leitura de temas diferentes e, portanto, em apropriações em campos muito distintos. Pudemos perceber nos textos de João Theodoro que a primeira obra de Smith era mencionada, enquanto a segunda, muito mais consagrada na posteridade, não era.

Assim, feitas essas ressalvas, começaremos pelos *Apontamentos de Direito Natural*, tentando mapear quais autores e obras fundamentaram suas teorias e como ele as utilizava. Já indicamos que logo na primeira lição Benevides apresentava os principais autores que seriam analisados e utilizados nas suas exposições. A escola católica, formada principalmente por Taparelli, Rosmini, Benzer, Prisco, San Severino, Beaurain e Soriano de Souza. Luigi Taparelli d'Aglezio (1793-1862) era um jesuíta italiano, estudioso do tomismo que se opunha as teses contratualistas. Foi considerado um dos fundadores do neotomismo e precursor da doutrina social da Igreja.¹⁵⁴ Antonio Francesco Davide Ambrogio Rosmini (1797-1855) foi um teólogo e filósofo, também italiano e contemporâneo de Taparelli, que se inseria na tentativa de resgate da doutrina católica abalada desde o Iluminismo. José Soriano de Souza (1835-1895) era natural da Paraíba e professor no Recife. Foi o mais conhecido brasileiro representante do neocatolicismo que surgiu no Brasil durante o século XIX, e, assim como Taparelli, era um neotomista.¹⁵⁵ Embora não tenha sido mencionado na apresentação, outro autor importante ao longo do livro é Matteo Liberatore (1810-1892), teólogo e jesuíta italiano.

Vemos que esse núcleo duro que fundamentava as principais teorias de Benevides pouco se diferenciava do nosso autor em alguns pontos, exceto pela sua porosidade pontual em relação aos racionalistas. Seja como for, era um grupo de autores que se inseria na reação neocatólica da Igreja do século XIX e que buscava, como o Papa Pio IX, reafirmar os dogmas cristianismo perante as transformações que se operavam nas economias, nas sociedades e nas mentes, desde o Séculos das Luzes ou, quiçá, desde o Humanismo.

Outros autores que parecem se alinhar a essa corrente e que são citados ao longo do texto são: São Thomás e Santo Agostinho, Constantino James (*Moysés e a Criação*), Claudio

¹⁵⁴ PISCIOTTA, Renato Matsui. *Sociedade, ideias e compêndios: Direito Natural no Largo de São Francisco (1827-1889)*. São Paulo, 2017. 303 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 235.

¹⁵⁵ COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil. O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 113.

Janet, Claudio Janet, Ramière, Nicolas (*Conflicto entre a fé e a sciencia*), Benza (Instituições de Direito Natural e Direito das Gentes), Suarez, Mignetti, Blunsthli, Stahl, Tolomei, Prisco, De Bonald, De Maistre, embora esses dois últimos fossem criticados por Benevides em função de seu autoritarismo.

Entre os jurisconsultos romanos, nosso lente citava Paulo, Ulpiano e Gaio, e entre os autores que versavam sobre o Direito Romano, vemos Troplong, Savigny, Donellus e Puchta.

Quanto ao grupo que Benevides designou por racionalistas, estavam presentes em suas obras os principais autores jusnaturalistas dos séculos XVIII e XIX, sobretudo aqueles que mais se aproximavam do catolicismo – embora os que ele designava por deístas ou panteístas também se fizessem presentes. Nosso autor, cita, no início do capítulo, Jean-Jacques Burlamarqui (1694-1748), Heinrich Ahrens (1808-1874) (*Filosofia do Direito, Tratado de Filosofia Geral e Enciclopédia Jurídica*), Fernando Elias, William Belime, Vicente Ferrer Neto (1798-1886), José Dias Ferreira (1837-1909), Brito, Théodor Simon Jouffroy (1796-1842). Mas é interessante notar como Benevides os apresentava:

Burlamarqui professa os principios da eschola de Grotius que fundamenta o Dir. na sociabilidade, e portanto muito accommodado ao Comp. [de Perreau] que filia-se a essa mesma eschola.

Ahrens perntence á eschola racionalista harmonica, fundada por Krause na Allemanha, a qual consiste na combinação de diversos systemas – espirituallista, materialista, mystico e mesmo sceptico, porque a duvida methodica de Descartes é adoptada por essa eschola, embora com restricção. O racionalismo harmonico allemão não differe do ecclletismo francez, sustentado por Maine de Biran, Damiron, Royer Colard, Jules Simon e outros, a não ser no estudo das cathegorias ou formas universaes do conhecimento humano que foram modificadas pela eschola krauseana. Ahrens deve ser lido não só na sua obra sobre Philosophia do Dir., mas ainda no seu tratado de Philosophia geral e na sua Ecylopedia do Direito em que elle completou sua theoria, principalmente no estudo dos direitos adquiridos ou hypotheticos, das relações de familia e da theoria geral dos contractos e das obrigações.

Fernando Elias, philosopho e publicista deste seculo, tambem é sectario da eschola krauzeana, cujo theoria expõe com muita clareza, embora se affaste della em alguns pontos. Belime pode-se considerar como sectario das theorias de Kant e Grotius, comquanto influenciado pela theoria krauzeana; elle harmonisou o elemento historico com o elemento philosophico, o principio liberal de Kant com o principio social de Grotius, pelo que pode se considera-lo como discipulo da eschola de Krause que não faz mais que combinar esses dous principios.

Ferrer escreveu um Comp. e um Commentario, de accordo com os principios da eschola krauseana que professa; a cadeira disse que não seguia este escriptor, porque elle é racionalista absoluto, tem um fundo de pantheismo da theoria krauseana, e mesmo de socialismo, porque Krause e seus discipulos, apezar de protestos, são socialistas encapotados. Dias Ferreira é também um bom expositor; na parte geral, sua doutrina é acceitavel, porque não tem tendencia pantheista, nem socialista. Elle revela-se sectario da theoria de Kant na sua

obra sobre *Philosophia do Direito* e ecclético no seu tratado de *Philosophia geral*. [...]

Brito, professor da Universidade de Coimbra, escreveu uma obra sobre a *Philosophia do Dir.* em que procurou estabelecer um novo princípio do Direito – a mutualidade dos serviços –, o qual não passa de uma aplicação da teoria económica de Bastiat a respeito do valor dos serviços do homem. Apesar de cair ele no socialismo, é um expositor que deve ser consultado com vantagem no estudo dos Direitos absolutos e hypotheticos, porque elle resume a teoria geralmente seguida. Jouffroy filia-se é escola ecclética franceza, é mais notavel como critico dos diversos *systemas* de *Dir. Natural*, mas, ao lado da critica que faz, exhibe principios fundamentaes de Moral e de Direito Natural.¹⁵⁶

Ao longo do texto aparecerem autores como Grotius, Krause, Descartes, Royer Colard, Jules Simon, Kant, Rosmini, Montesquieu, Espinosa, Clarke, Beautain, Cousin, Savigny, Drapper, Fichte, Hegel, Rousseau, Bentham, Hobbes, Adam Smith, Hume, Helvetius, Wolf, Bossuet, Voltaire, Diderot, Puffendorf, entre outros. Mas essas menções seguiam sempre a mesma lógica da apresentação inicial, isto é, Benevides, algumas vezes, mostrava suas filiações teóricas indicando a qual escola pertenciam, depois realizava uma apropriação seletiva, aproveitando-se apenas de uma parte da doutrina e, em seguida, criticava os erros que continha. Através desses processos, ele ia construindo a sua própria teoria. Na lição de número 14, por exemplo, intitulada “Princípio cognoscitivo e princípio derivativo da lei natural”, Benevides afirmava:

Na exposição dessa matéria adoto as doutrina de Vico, Leibnitz, completadas pela filosofia católica; a doutrina católica que professo sobre o assunto é extraída de Stahl, Taparelli, Tolomei, Prisco M. B. e outros; a teoria de Rosmini não é satisfatória, ele procurou harmonizar a doutrina de Kant com as doutrinas católicas, e reconhecendo a insuficiência do princípio kantiano sobre a matéria modificou-o; mas sob o ponto de vista racional a teoria de Rosmini não me parece clara e completa; a teoria de Ahrens não é completa.¹⁵⁷

Quanto aos autores positivistas – Comte, Littré, Laffite, Courcelle Senil (*Scienza Social*) e Stuart Mill (*Economia Política*) –, aos quais já dedicamos um tópico, cabe apenas lembrar que, apareciam a todo momento, mas a fim de serem refutados.

No prefácio ao *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*, que ocupa 62 das 90 páginas do livro, Benevides também mencionava diversos autores na mesma lógica de apropriação e refutação. No entanto, por se tratar de uma obra de outra natureza, já que fora escrita para ser um livro e não uma compilação de lições ministradas em sala

¹⁵⁶ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. l.: S. N., 1884, p. 2-3.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 83.

de aula, esses processos de seleção ficam mais claros, assim como o conhecimento que ele tinha acerca das várias correntes de pensamento.

O objetivo do prefácio era justificar a origem do Direito Público, assim como seus fundamentos, aproximando-se de forma sensível das formulações acerca do direito natural. Benevides iniciava o texto justificando a necessidade de seu livro, já que a maior parte dos compêndios que conhecia estava “imbuida dos princípios racionalistas absolutos, de theorias revolucionarias e protestantes; em outros nota-se grande confusão entre a Moral e o Direito e exposição de theorias materialistas, positivistas e anarchistas.”¹⁵⁸

Benevides faz um histórico da evolução dessas ideias desde o Século da Luzes até chegar ao século XIX, no qual se encontravam tanto as teorias positivistas, de Comte e Spencer, quanto as novas doutrinas católicas que as contestavam e propunham uma nova interpretação. No geral, as concepções e críticas de Benevides não se diferenciam daquelas expressas nas *Lições e Apontamentos de Direito Natural*, embora fossem delineadas de forma mais organizada e clara nesse livro. Como nos debruçamos sobre elas anteriormente, cabe-nos, agora, apenas apresentar alguns trechos que expõem a maneira como Benevides manuseava esses textos, compondo a sua própria teoria. Nesse sentido, ele afirmava, ao final de seu histórico:

Exponho neste Compendio principios conhecidos, coordenando as doutrinas que reputo melhores e fazendo um systema elementar.
O cabedal scientifico que compendiei é extrahido em geral dos publicistas catholicos e doutrinarios.
Algumas theorias liberaes moderadas e de publicistas modernos independentes e imparciaes foram aproveitadas, quando as julguei compatíveis com os principios fundamentaes do Catholicismo.¹⁵⁹

Em outro momento, ao explicar que Cousin considerava a ordem moral como base da ordem social, e esta, como base da ordem política, nosso autor, que tinha acordo com essa ideia, autor explicitava:

Segui no Compendio a generalidade destas theorias de Cousin, corrigindo algumas conforme as lições do catholicismo e completando outras com as doutrinas de Benjamin Constant, Hep, Hello, Cherbuliez, Rossi, Batbie, Macarel, Laferrière, e Bluntschli, que aperfeiçoarão a sciencia especialmente no estudo das garantias individuaes e publicas.¹⁶⁰

¹⁵⁸ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio & Companhia, 1887, p. 3.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 11.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 14.

Imagem 29 – Capa do livro *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*

Fonte: BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio & Companhia, 1887.

Poderíamos citar diversos exemplos, pois Benevides, a cada tópico, esclarece de quais autores extraiu suas ideias e, quando necessário, indica os pontos problemáticos que foram corrigidos por ele. A multiplicidade de autores que aparecem no prefácio é enorme, assim como nas suas lições sobre o direito natural. Contudo, nessa obra já mais sistemática, ao final do texto,

ele faz uma lista das obras que o “auxiliarão e que podem ser consultadas com proveito para a justificação do Compendio”,¹⁶¹ as quais podemos observar no Quadro 43:

Quadro 43 – Lista de obras indicadas por José Maria Corrêa de Sá e Benevides para o estudo do Direito Público

Bensa - <i>Summario do Direito Natural Privado e Publico</i>
Maupied - <i>A Igreja e as leis eternas</i>
M.B. - <i>Institutas de Direito Natural e das Gentes</i>
Chesnel - <i>Os direitos de Deus e as ideias modernas</i>
Soriano - <i>Elementos de philosophia do Direito</i>
Beutain - <i>Philosophia das leis</i>
Maupied - <i>Syllabus</i>
Liberatori - <i>A Igreja e o Direito</i>
Pelletier - <i>Decretos e Cânones do Concilio do Vaticano</i>
Luciano Brun - <i>Introdução ao estudo do Direito</i>
Rosmini - <i>Philosophia da Moral e do Direito</i>
Prisco - <i>Philosophia do Direito</i>
Perin - <i>Leis da sociedade christã</i>
Haller - <i>Restauração da Sciencia Politica</i>
Taparalli - <i>Direito Natural</i>
Ventura - <i>Poder Publico e Poder Político</i>
Stahl - <i>Historia da Philosophia do Direito</i>
Bonald - <i>Theoria do poder político e religioso</i>
Augusto Nicolas - <i>Estudos philosophicos sobre o Christianismo</i>
Ventura - <i>Philosophia Christã</i>
Ventura - <i>Razão philosophica</i>
Ventura - <i>Origem das ideias</i>
Ventura - <i>Tradicção</i>
Botalla - <i>Soberania e infallibilidade do Papa</i>
Phillips - <i>Principios Geraes do Direito Ecclesiastico</i>
Prisco - <i>Philosophia</i>
Sanseverino - <i>Philosophia</i>
Balmes - <i>Philosophia</i>
Guizot - <i>Historia do governo representativo</i>
Cousin - <i>Curso de philosophia</i>
Barante - <i>Politica de Royer Collard</i>
Cousin - <i>Philosophia moderna</i>
Namur - <i>Encyclopedia do Direito</i>
Ahrens - <i>Encyclopedia Jurídica</i>
Roussel - <i>Encyclopedia do Direito</i>

¹⁶¹ BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio & Companhia, 1887, p. 62-63.

Brentano - <i>Direito das Gentes</i>
Pinheiro Ferreira - <i>Curso de Direito Publico</i>
Hep - <i>Theoria da vida social</i>
Ahrens - <i>Direito Natural</i>
Fernandes Elias - <i>Philosophia do Direito</i>
Burlamaqui - <i>Direito da natureza</i>
Macarel - <i>Direito Político</i>
Buchez - <i>Tractado da Politica</i>
Bluntschli - <i>Theoria geral do Estado</i>
Laferrière - <i>Direito Publico e Administrativo</i>
Passy - <i>Formas do Governo</i>
Daunou - <i>Garantias individuaes</i>
Frank - <i>Philosophia do Direito Civil</i>
Schrodt - <i>Direito Publico Universal</i>
Destrivaux - <i>Direito Publico</i>
Benjamim Constant - <i>Politica constitucional</i>
Cherbuliez - <i>Garantias constitucionaes</i>
Rossi - <i>Direito Constitucional</i>
Falk - <i>Encyclopedia Juridica</i>
Hello - <i>Regimen constitucional</i>
Schutzemberger - <i>Direito Publico</i>
Sallas - <i>Direito Publico</i>
Martini - <i>Direito Natural</i>
Echbach - <i>Introdução ao estudo do Direito</i>
Serrigny - <i>Direito Publico Francez</i>
Foucart - <i>Direito Publico e Administrativo</i>
Batbie - <i>Direito Publico e Administrativo</i>
Stuart Mill - <i>Governo representativo</i>
De Real - <i>Sciencia do Governo</i>
Bielfeld - <i>Instituições politicas</i>
Vivien - <i>Estudos Administrativos</i>
Baudrillart - <i>Relação da Moral com a Economia Politica</i>
Roscher - <i>Economia Politica</i>
Mingheti - <i>Economia Politica</i>
Florez Estrada - <i>Economia Política</i>
Batbie - <i>Economia Politica</i>
Forjaz - <i>Economia Politica</i>

Não é possível nos determos em cada um dos autores mencionados, mas gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a composição da lista inclui tanto aqueles que nós afirmamos formar o “núcleo duro” de suas teorias, ou seja, os representantes da reação católica no século XIX, como também autores do ecletismo e, mesmo aqueles que Benevides incluiu na

categoria dos positivistas, como Stuart Mill. De tudo isso, podemos perceber uma leitura bastante pragmática, pois as teorias dos autores mobilizados por Benevides eram utilizadas de forma muito seletiva com apontamentos explícitos do que era “aproveitável” ou não nelas.

No entanto, é bastante difícil enquadrá-lo como um neotomista ortodoxo, já que, apesar do teor geral de suas doutrinas, ele se mostrava relativamente aberto a certas correntes do jus-racionalismo dos séculos XVIII e XIX. Talvez sua própria formação impedisse que essa situação fosse diferente, afinal, essa era a tônica do ensino do direito natural na Academia de São Paulo desde os primórdios, como vimos com o estudo do compêndio de Brotero. O próprio Benevides assumia a importância de Victor Cousin – o representante do ecletismo francês com maior penetração no Brasil desde a terceira década do século XIX – ao afirmar que ele “é um espírito eclectico, é um dos meus mestres, um dos escriptores que venero e onde aprendi as idéas philosophicas e historicas que tenho”.¹⁶²

Em relação aos naturalistas, sobretudo Comte e Spencer, seus maiores inimigos, assim como às tendências socialistas “encapotadas”, poderíamos dizer que nosso fidalgo mostrava uma leitura impermeável, num certo sentido, pois ele as contrapunha de forma contundente, demonstrando não se deixar seduzir pelas novidades do século – ou “supostas” novidades, já que ele insistia em provar sua falta de originalidade. No entanto, qualquer pessoa que tenha um contato mais assíduo com a palavra escrita sabe que mesmo quando lemos algo com que não concordamos, dificilmente essa leitura se passa sem deixar nenhum vestígio. No caso de Benevides, elas pareciam servir para reforçar ainda mais o seu ponto de vista. Fica claro que ele as expunha em suas lições, mais do que para dá-las a conhecer, para mostrar seus absurdos, suas inconsistências. Contudo, não podemos deixar de notar uma certa porosidade que se mostrava num sentido específico, a saber, na questão formal.

Designamos aqui por “formal” a intencionalidade de Benevides de se enquadrar no espírito científico do final do século. Se ele era impermeável ao conteúdo das novas ideias, por outro lado, a adoção de uma postura que se queria científica revelava a aceitação dessas premissas, mostrando que, diferentemente das diretrizes da Igreja, com o *Syllabus Errorum*, nosso autor havia sido convencido da importância dos avanços científicos, ou pelo menos, da importância de se inserir neles, mesmo que ao seu modo.

Em relação à sua “biblioteca desaparecida”, gostaríamos de tecer alguns breves comentários. Além dos livros herdados de seu sogro, os 588 volumes mencionados no começo do

¹⁶² *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo. Sessão de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, 22ª Sessão Ordinária, 11 de março de 1873, p. 215.

capítulo, não podemos saber quais outros a compunham. Mas, não seria improvável que ela tivesse um tamanho bastante considerável dada a sua profissão e a erudição que Benevides revelava. Claro que não lemos apenas os livros que possuímos, mas em uma cidade onde os espaços públicos de leitura eram restritos e que a própria biblioteca da Faculdade de Direito era acusada insistentemente de não possuir as obras necessárias ao ensino jurídico, e tampouco obras recentes,¹⁶³ a compra era um dos principais recursos.

Seja como for, ficamos nos questionando sobre algumas hipóteses. Se Benevides possuísse pelo menos uma parte dos autores que citava em suas aulas e nos debates da Assembleia Legislativa Provincial e, se nos deparássemos com a listagem desses livros num catálogo ou no seu inventário *post-mortem*, poderíamos, à primeira vista, ter uma impressão equivocada, assim como tivemos com João Theodoro. Certamente nos intrigaria a presença de um Taparelli, jesuíta representante do neotomismo, ao lado de um Spencer, evolucionista e anticatólico que acreditava que as religiões tendiam a desaparecer da humanidade. Mais espanto ainda nos causaria o encontro de algo relacionado ao *Código da Associação Internacional*, que nos parece ser um documento ligado à Internacional Comunista, na prateleira de um ferrenho defensor das tradições imperiais. Isso para ficar com apenas alguns exemplos.

Ainda com base nessa suposição, se não tivéssemos travado contato com as suas lições de direito natural, poderíamos ter chegado a conclusões equivocadas sobre o que esses livros representariam para ele. Da mesma forma, sem suas falas na Assembleia, teríamos uma noção muito vaga de suas lições. É claro que as listagens presentes nos inventários *post-mortem* ou essa tentativa de reconstituição de uma biblioteca podem dizer muito sobre alguns aspectos quantitativos e qualitativos da posse privada de livros, mas dizem pouco sobre as práticas de leitura. Nesse sentido, a combinação de fontes diversas pode ser esclarecedora – afinal, se não podemos apreender o efeito direto que esses livros tiveram no pensamento de seus leitores, podemos nos aproximar um pouco da forma como eles era apropriados.

¹⁶³ Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 96-98.

Conclusão

Se o livro impresso pode ser um fermento, como queria Lucien Febvre,¹ e seu universo uma espécie de termômetro das condições materiais e “espirituais” de uma determinada época, cabe-nos agora tecer algumas considerações sobre o sentido mais geral do que apresentamos até o momento. Para tanto, gostaríamos de retomar as questões propostas pelo mesmo autor acerca das necessidades que o livro pode suprir e sobre as tarefas que cumpre, favorecendo ou prejudicando certas causas.² Vimos que a Academia de Direito de São Paulo foi a grande propulsora para o desenvolvimento do universo livresco na cidade, mas, que a sua presença não gerou, de imediato, a consolidação e a ampliação dele. Os obstáculos foram múltiplos e os caminhos tortuosos. Nesse sentido, se apresentamos alguns dados novos, eles acabaram por confirmar as conclusões já verificadas por Marisa Midori Deaecto, acerca da “lentidão do viver e do pensar” paulistanos, por um lado, e dos “embriões de importantes atividades inovadoras que se manifestaram ao longo do século”,³ por outro.

Como vimos, os livros estavam presentes nas residências e no comércio de forma tímida, mas persistente. Apareciam em espaços inesperados, como na residência de um contínuo da Thesouraria da Fazenda Provincial que deixou um monte-mor no valor de 303\$300,⁴ ou em pequenas propriedades rurais como as de um oleiro⁵ e de um pequeno vinicultor.⁶ Eram vendidos em lojas de ferragens, de vidros, em armarinhos, em hotéis e até em padarias. Eles estavam lá. E por mais que os inventários *post-mortem* sejam uma fonte carregada pela frieza típica de um documento notarial, eles nos mostram tanto através das descrições – por vezes mais desleixadas, por vezes mais cuidadosas – quanto pelas bibliotecas em si, o valor que essas coleções tinham para seus proprietários e um pouco do próprio perfil desses homens.

No entanto, se buscarmos um sentido geral para a posse privada de livros no Oitocentos paulitano, veremos que, apesar de extravasar os limites do Largo São Francisco, a presença desse tipo de impresso numa acepção mais abrangente se restringiu a um determinado setor da

¹ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 345-440.

² *Ibidem*, p. 50.

³ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011, p. 385.

⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000266, Ano: 1874, Processo nº: 191.

⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201006003315, Ano: 1890, Processo nº: 2758.

⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, Caixa: 201007000821, Ano: 1876, Processo nº: 2318.

população. Foi, sobretudo, entre os juristas que eles cumpriram a sua função de forma mais completa, atuando nas várias esferas da existência humana, moldando o pensamento e fornecendo as bases para concepções próprias, com poder criativo e legitimador.

Se pensarmos nos “emprestadores” de livros que os anúncios nos jornais paulistanos da primeira metade do século sugerem ou naquele gabinete literário que, em 1831, se esforçava para aumentar o número de assinantes (Capítulo 1); se lembrarmos dos diversos gabinetes de leitura que foram criados pelos bacharéis da Academia no interior da província com cursos noturnos de alfabetização;⁷ e, mesmo se considerarmos os debates na Assembleia Legislativa de São Paulo acerca da instrução pública, veremos que essa função mais abrangente que os livros têm o potencial de cumprir poderia ter atingido diversos outros setores da população.

Contudo, quando procuramos investigar o sentido das bibliotecas de José Maria de Avellar Brotero, João Theodoro Xavier e José Maria Corrêa de Sá e Benevides, comparando-as com a sua produção intelectual e política, além de apreendermos alguns aspectos das práticas de leitura e da apropriação de ideias, pudemos ver que existiam ali algumas concepções sobre a sociedade que, a despeito das diferenças, não comportavam a inclusão da maior parte da população no universo dos leitores.

O direito natural, que para cada um deles tinha um significado, servia para legitimar um tipo de sociedade na qual os direitos não eram iguais para todos. Brotero na sua luta contra o despotismo absolutista, João Theodoro na sua exaltação ao progresso e Benevides na defesa das tradições imperiais, mesmo lidando com problemas distintos, pregavam a desigualdade natural entre os seres humanos. Acreditavam que a propriedade privada era um direito natural e o único caminho possível para a realização plena da humanidade. Consideravam que o papel do Estado era exclusivamente garantir a propriedade e a ordem. Defendiam que as leis positivas precisavam existir para garanti-las, mas advogavam que a justiça social poderia ficar a cargo da “boa vontade” dos homens que tinham capacidade para organizar a sociedade. As leis deveriam ter um rigor absoluto em alguns casos, mas em outros – como aqueles relacionados à escravidão ou às mulheres e aos trabalhadores – elas poderiam ser relativizadas, afinal, sempre havia uma necessidade maior que invalidava esses direitos. Para eles, não havia conflito de interesses entre as classes sociais, já que cada uma delas deveria aceitar a sua função naquele corpo orgânico que fora feito para funcionar em plena harmonia.

⁷ MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura: Cidades, Livros e Leituras na Província Paulista*. São Paulo: Edusp, 2015.

Contudo, esses valores – burgueses por excelência – não eram compartilhados apenas pelos nossos lentes. Eles formavam um consenso que unia quase toda a elite imperial.⁸ Se eles se afastavam em alguns pontos do pensamento burguês europeu porque precisavam incorporar a escravidão e a lógica dos favores,⁹ nem por isso eles eram menos burgueses. Se Brotero, João Theodoro e Benevides precisaram reacomodar as teorias europeias às vezes por caminhos tortuosos, não há dúvidas de que eles dialogaram diretamente com aquela tradição de pensamento que buscava todas as fórmulas possíveis para legitimar as desigualdades sociais.¹⁰

Assim, pensando na ideia da infraestrutura da superestrutura, proposta por Lincoln Secco,¹¹ podemos considerar que as dificuldades de expansão dos meios de produção e circulação dos impressos talvez não tenham sido um mero acaso. Como vimos, apesar de algumas barreiras, os estudantes e professores da Academia de Direito de São Paulo acabavam por conseguir suprir as suas necessidades entre aquele comércio não especializado e as livrarias que começaram a se multiplicar. As bibliotecas dos juristas que encontramos eram bem abastecidas e, em certa medida, atualizadas. Nesse sentido, podemos considerar que aquela lentidão percebida por Marisa Midori foi resultado não de uma escolha deliberada em retardar o desenvolvimento da produção e da circulação de livros, mas de uma demanda reduzida em função de políticas – essas sim deliberadas – de manutenção de um círculo restrito de leitores.

Se olharmos conjuntamente para os anúncios de venda de livros nos jornais, para as bibliotecas presentes nos inventários e para os projetos de sociedade expressos nas obras teóricas e na atuação política dos três professores de direito natural que analisamos, veremos que o universo livresco paulistano do Oitocentos favorecia, quase exclusivamente, a manutenção dos valores burgueses já percebidos por Edgard Carone nos seus estudos pioneiros sobre o tema.¹² Se havia disputas de projetos e se nada estava dado de antemão nas definições políticas, sociais e econômicas do Império às vésperas da República, e se a Academia de Direito fora uma incubadora de parte desses projetos, bem como de parte de seus agentes, vimos como os livros foram

⁸ Angela Alonso mostra que mesmo as propostas da geração de 1870, que buscava contestar a ordem imperial, se apoiaram nessa mesma tradição, optando sempre por transformações que tivessem o caráter de reforma, nunca de revolução, que deveriam ser conduzidas por um grupo seleto de homens capacitados. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 333-334.

⁹ SCHWARZ, Robert. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

¹⁰ LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 15-73.

¹¹ SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros – A formação da Esquerda no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017, p. 31.

¹² CARONE, Edgard. Literatura e público. In: DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln. *Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 103-124.

fundamentais nesses processos e, também, para a consolidação de determinados consensos entre a elite.

Diante da crise das instituições imperiais, os livros serviram ao propósito de auxiliar na formulação das mudanças necessárias, sem, contudo, alterar substancialmente as estruturas. Se pensarmos em João Theodoro como um dos portadores das transformações exigidas pelo século e em Sá e Benevides como um representante das formas que se tornavam cada vez mais obsoletas, podemos ver que, a despeito de suas diferenças, o que, de fato, sobreviveu foram os pontos que eles tinham em comum.

Nesse sentido, a Academia de Direito, ao lado da economia cafeeira, pode ser vista como um dos grandes agentes da consolidação de uma determinada estrutura econômica e social que se perpetuou no Brasil por muito tempo. Quando o café chegou, inundando a província com os seus recursos financeiros e humanos, trazendo com ele todas as transformações decorrentes, a Academia estava lá comportando todos esses debates e fornecendo os instrumentos intelectuais para a nova ordenação exigida.

Sem pretender compreender esse passado de modo teleológico, mas, pensando na longa duração e nos ensinamentos que ela pode apresentar, não é possível desconsiderar a permanência de determinados valores que vimos de forma recorrente nas formulações dos três lentes estudados. Se os valores burgueses puderam se manter hegemônicos no universo do livro até, pelo menos, as primeiras décadas do século XX, é porque houve uma verdadeira batalha travada por seus defensores contra qualquer possibilidade de mudança.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo do Tribunal de Justiça, Inventário, vários processos, Ano 1850 a 1899. (Cartórios do 1º, 2º e 3º Ofícios de Família)

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fundo do Foro Central João Mendes, Inventário, vários processos do ano 1850 a 1899. (Cartórios do 1º, 2º e 3º Ofícios de Família)

FONTES IMPRESSAS

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868

ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo. Sessão de 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Apontamentos de Direito Natural*. S. I.: S. N., 1884.

_____. *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*. São Paulo: Typographia Baruel, Pauperio & Companhia, 1887.

_____. *Analyse da Constituição Política do Império do Brazil*. São Paulo: Typographia Kinh, 1890.

_____. *Licções de Direito Natural*. São Paulo: Imp. Litt. à vapor de Julles Martin, 1880, Lição 4, s/n.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902; Conselho Federal de Cultura, 1970.

BROTERO, José Maria de Avellar Brotero. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829.

CATÁLOGO DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO EM 1887. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887.

COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil - 1809, Vol. 1.

COYECQUE, Ernest. *La bibliothèque de Gilles Perrin, official de l'archidiacre de Josas (10) avril 1528*. Paris: Impr. nationale, 1897.

GAMA, Luís. *Diabo Coxo: São Paulo, 1864-1865*. Edição fac-similar. São Paulo: Edusp, 2005.

LACROIX, Paul. *Catalogue de la Bibliothèque de l'Abbaye de Saint-Victor au seizième siècle rédigé par François Rabelais*. Paris : J. Techener, 1862.

_____. (Ed. Scientifique.). *Bibliothèque de la reine Marie-Antoinette au Petit Trianon, d'après l'inventaire original dressé par ordre de la Convention*. Paris: J. Gay, 1863.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1851*. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

LE ROUX DE LINCY, Antoine. *Catalogue de la bibliothèque des ducs de Bourbon en 1507 et en 1523*. Paris: Impr. de Crapelet, 1850.

_____. Inventaire des livres composant la bibliothèque des Seigneurs de Jaligny. *Bulletin du Bibliophile*, Paris: J. Techener Éditeur, 6^a série, n. 11, p. 518-527, nov. 1843.

_____. *La Bibliothèque de Charles d'Orléans à son château de Blois en 1427*. Paris: Impr. de Firmin-Didot frères, 1843.

_____. Notice sur la bibliothèque de Catharine de Médicis avec des extraits de cette bibliothèque. In: *Extrait du Bulletin du Bibliophile de 1858*, Paris: J. Techener Éditeur, 1859.

_____. Recherches sur Jean Grolier, sur sa vie et sa bibliothèque : suivies d'un catalogue des livres qui lui ont appartenu. Paris : L. Potier, 1866.

LESSA, Pedro. Há um direito natural? *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, vol. 2, p. 119-135, 1894.

LUNÉ, Antônio José Batista; FONSECA, Paulo Delfino da (Orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

MARQUES, J. R. de A. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de S. Paulo para o anno de 1857*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 1983.

MENDONÇA, Francisco Maria de Souza Furtado de. *Repertorio geral, ou, indice alfabético das leis do imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. Universal dos editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1850.

PAPA PIO IX. *Quanta Cura*. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/quantacura/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

PELLECHET, Marie. *Catalogue des livres de la bibliothèque d'un chanoine d'Autun, Claude Guillaud, 1493-1551*. Paris: Alphonse Picard; Autun: Dejussieu père et fils, 1890.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinária de 1869 pelo presidente da mesma provincia Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870.

RIBEIRO, Julio. *Cartas sertanejas*. Rio de Janeiro: Faro & Nunes, Editores, 1885.

ROMERO, Sílvio. *A Philosophia no Brasil: ensaio crítico*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung. 1878.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

_____. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Impressão Regia, 1831.

_____. *Diccionario da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Empr. Litteraria Fluminense, 1890.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

XAVIER, João Theodoro. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo exm. sr. dr. João Theodoro Xavier, presidente da provincia, no dia 5 de fevereiro de 1873*. São Paulo: Typ. Americana, 1873, p. 3. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo>. Acesso em: 24 nov. 2015.

XAVIER, João Theodoro. *Theoria Transcendental do Direito*. São Paulo: Typographia Seckler, 1876.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

IPEADATA. Dados econômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO DO EXECUTIVO FDEDERAL. Leis Históricas. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 01 set. 2015.

PERIÓDICOS

CORREIO PAULISTANO

JORNAL DO COMMERCIO

NOTICIADOR DE MINAS

NOVO FAROL PAULISTANO

O COMMERCIO DE SÃO PAULO

O FAROL PAULISTANO

O JEQUITINHONHA

O NOVO FAROL PAULISTANO

O PAULISTA OFFICIAL

O PIRATININGA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

_____. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALLAND, Denis; RIALS, Stéphane (Orgs.). *Dicionário da Cultura Jurídica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012

ALAYRAC-FIELDING, Vanessa; WELCH, Ellen R. (Dir.). *Intermédiaires culturels. Séminaire international des jeunes dix-huitiémistes*, 2010. Paris: H. Champion, 2015.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA; Ilhéus: UESC, 1999.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos das riquezas dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo, 2003. 270 fl. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AZEVEDO, Elizabeth R. *Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

BARBIER, Frédéric. Le commerce international de la librairie française au XIX^e siècle (1815-1913). *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, XXVIII: 94-117, 1981.

_____. L'Empire du livre. *Le livre et la construction de l'Allemagne et en France au XIX^e siècle (1840-1914)*. Thèse de doctorat ès lettres et sciences humaines, présentée sous la direction de Monsieur François Caron, Professeur à l'Université de Paris VI, 1986.

_____. *Livre, économie et société industrielles en Allemagne et en France au XIX^e siècle*, Paris, 1987, 3 vol. dactylographiés (thèse d'État, Paris-IV).

_____. *La Révolution libératrice: l'exemple des activités du livre em France, entre Révolution Politique et Révolution Industrielle. Histoire, Économie et Société*, I: 41-50, 1993.

_____. Livres, lecteurs, lectures. In: VARRY, Dominique (Dir.). *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle (1789-1914)*. Paris: Éd. du Cercle de la librairie, 2009, p. 579-623.

_____; DUBOIS, Thierry ; SORDET, Yann (Coords.) *De l'argile au nuage: une archéologie des catalogues (Ile millénaire av. J.-C. – XXIe siècle)*. Paris: Bibliothèque Mazarine / Éditions des Cendres; Suíça: Bibliothèque de Genève, 2015.

_____. *Les «intermédiaires culturels» et l'histoire du livre. Histoire du livre*.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu-MG. *Anais...*

BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1999.

BÉROUJON, Anne; DÉCULTOT, Elisabeth; DONATO, Maria-Pia (et al). Histoire des bibliothécaires. In: *Histoire des bibliothécaires*, Lyon, du 27 au 29 novembre 2003 [en ligne].

BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: Uma ideologia de longa duração. IN: MOISES, Leyla Perrone (Org.). *Do Positivismo à Desconstrução: Ideias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.

BOURETZ, Pierre. Progrès. In: ORY, Pascal (Dir.). *Nouvelle Histoire des idées politiques*. Paris: Hachette, 1987.

BRAGANÇA, Aníbal. A constituição do campo interdisciplinar de estudos do livro e da história no Brasil (1900-2000). In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, s/d.

BROTERO, Frederico de Barros. *Traços Biographicos do Conselheiro José Maria de Avellar Brotero*. São Paulo: Liceu Coração de Jesus, 1933.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*, vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Hucitec, 1984.

CAMPOS, Sérgio Romanello; BRIDI, Carmen Lucia. *Dr. João Teodoro Xavier – Presidente da Província de São Paulo (1872-1875)*. Mogi Mirim-SP: Câmara Municipal de Mogi Mirim, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. São Paulo: Martins Fontes, 1959.

_____. O Recado dos Livros. In: CÂNDIDO, Antonio. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Literatura e Sociedade. Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Quetzal Editor, 2000.

_____. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2009.

CÂNFORA, Luciano. *A Biblioteca desaparecida: Histórias da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARNEIRO, Maria Graciete Pinto. *Dos leitores: o espaço da leitura na Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo (1887-1920)*. São Paulo, 2007. 87 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARONE, Edgard. Literatura e público. In: DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln. *Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

_____; MARTIN, Henri-Jean (Dir.). *Histoire de l'édition française. Les temps des éditeurs: du romantisme à la Belle Époque*. Paris: Fayard, 1990.

_____. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp/Imesp, 1999.

_____. *A Ordem dos Livros. Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2.ed. Brasília: UnB, 1999.

_____. (Org.). *Práticas da Leitura*. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CHEVALLIER, Laurence. Trois bibliothèques d'architectes au Siècle des Lumières. *Revue Française d'histoire du livre*, Bordeaux: Librairie Droz, n° 126-127, p. 159-176, 2005-2006.

Colloque du Centre méridional d'histoire sociale, des mentalités et des cultures, 3, 1978, Aix-en-Provence, Bouches-du-Rhône. Les Intermédiaires culturels: actes du Colloque du Centre méridional d'histoire sociale, des mentalités et des cultures. Aix-en-Provence: Publications Université de Provence; Paris : Diffusion H. Champion, 1981 ; ALAYRAC-FIELDING, Vanessa; WELCH, Ellen R. (Dir.). Intermédiaires culturels. Séminaire international des jeunes dix-huitiémistes, 2010. Paris: H. Champion, 2015.

CONNAT, M.; MEGRET, J. Inventaire de la Bibliothèque des Du Prat. In : *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance: travaux et documents*. Paris Librairie Droz, 1943, p. 73-128, tomo III.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Unicamp, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*. São Paulo, n. 142-143, p.277-308, 1º e 2º semestre de 2000.

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *A abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

COSTA, Fernando A. Alves. E quanto valia afinal? *Histórica (São Paulo. Online)*, v. 9, p. 06-17, 2013.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil. O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

DARNTON, Robert. *Edição e Sedição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

_____. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. *O Iluminismo como negócio. História da Publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Impressa. A Imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. *A questão dos livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

_____. O que é a história dos livros. In: *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo, Senac, 2002.

_____; SECCO, Lincoln. *São Paulo: Espaço e História*. São Paulo: LTC Editora, 2008.

_____. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2011.

DELSAERDT, Pierre; SORDET, Yann (Dir.). *Lectures princières & commerce du livre. La bibliothèque de Charles III de Croÿ et sa mise en vente (1614)*. Paris: Éditions Cendres, 2017.

DONEGÁ, Ana Laura. Folhinhos e Almanaque laemmert: pequenos formatos e altas tiragens nas publicações da tipografia universal. *Revista do SETA*, Campinas: UNICAMP, v. 6, 2012.

DOUCET, Roger. *Les bibliothèques parisiennes au XVI^e siècle*. Paris: A. et J. Picard, 1956.

DUPLESSIS, G. Notice sur le livre La Bibliothèque de Charles d'Orléans à son château de Blois, en 1427. *Bulletin du Bibliophile*, Paris: Techener Éditeur, N° 12, 6^a série, p. 595-596, dez. 1843.

DUPLESSIS, G. Vente de livres. Des catalogues considérés sous le point de vue de l'histoire littéraire et de la bibliographie. Vente Chaumette des Fossés – Vente Lamberty d'Aix. *Bulletin du Bibliophile*, Paris: Techener Éditeur, N° 1, 6^a série, p. 11-18, jan. 1843.

ELLIS, Mirian... [et al]. O Brasil monárquico: Declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. (*História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 6).

ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

_____. Transferências Culturais e História do Livro. Livro. *Revista do Núcleo de Estudos do Livro*, São Paulo: Ateliê Editorial, n. 2, p. 21-34, ago. 2012, p. 23

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris: Les Éditions Albin Miche, 1958.

_____; _____. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Editora UNESP; Hucitec, 1992.

_____; _____. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Edusp, 2017.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. São Paulo: Edusp, 2014.

FOUCHE, Pascal; MELLOTT, Jean-Dominique; NAVE, Alain; [et al.] (Dir.). *Dictionnaire encyclopédique du livre*. 3 vols. Paris : Éd. du Cercle de la librairie, cop. 2002, vol. 1, A-D, p. 291-292.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. São Paulo: Edusp, 1981.

FURET, François; OZOUF, Jacques. *Lire et écrire. L'Alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GLEZER, Raquel (Coord.); MENDO, Márcia Medeiros de Carvalho; TASCA, Maria Cristina Monteiro (Orgs.). *Catálogos do Gabinete de Trabalho de Prudente de Moraes*. São Paulo: Pólo Editora, 2003.

GOMES, Alfredo. *João Teodoro: O mais original e fecundo presidente de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

GRAMSCI, Antônio. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRENET-DELISLE, Claude. Une bibliothèque bordelaise au XVIIIe siècle, la bibliothèque de Pontac. *Revue Française d'histoire du livre*, Bordeaux: Librairie Droz, n° 132, p. 203-230, 2011.

- HALLEWEL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.
- HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- KOHFELDT, Gustav. *Zur Geschichte der Büchersammlungen und des Bücherbesitzes in Deutschland*. In *Zeitschrift für die Kulturgeschichte*, VII (1900).
- LABARRE, Albert. *Le Livre dans la vie amiénoise du seizième siècle. L'enseignement des inventaires après décès (1503-1576)*. Paris: Béatrice-Nauwelaerts; Louvain: Éditions Nauwelaerts, 1971.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. Une histoire sérielle du livre (1452-1970). *Histoire, Économie et Société*, Paris, n.1, 1995, p. 1-23, 1º trim, 1995.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- LEONZO, Nanci. *O “mundo elegante” de Eduardo Prado*. São Paulo, 1989. 179 f. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LEHOUX, Françoise. *Gaston Olivier, aumônier du roi Henri II (1552), bibliothèque parisienne et mobilier du XVIe siècle*. Paris: Paris, l'auteur, (54, rue Vaneau,); (Luçon, impr. de S. Pacteau), 1957.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUCA, Tania Regina de e VIDAL, Laurent (Orgs.). *Franceses no Brasil: séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: E. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MACHADO, Ubiratan. *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MANZANO, José María Aguilera. José Calixto Bernal y su proyecto autonomista para el gobierno de la isla de Cuba. *História Revista*, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 158-177, jan. 2016. ISSN 1984-4530.

MARCILIO, Maria Luiza. *La Ville de São Paulo; peuplement et population, 1750-1850: d'après les registres paroissiaux et les recensements anciens*. Rouen: l'Université, Faculté des lettres et sciences humaines; Paris: Nizet, 1968.

MARION, Michel. *Recherches sur les bibliothèques privées à Paris au milieu du XVIIIe siècle (1750-1759)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1978.

MARTIN, Henri-Jean. *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Paris: Éditions Albin Michel, 1996.

MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloísa. *Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1827-1997)*. São Paulo: Alternativa Serviços Programados, 1998.

_____. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Gabinetes de Leitura: Cidades, Livros e Leituras na Província Paulista*. São Paulo: Edusp, 2015.

MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

MARTIN, Luís. *O patriarca e o bacharel*. São Paulo: Alameda, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Edirpo, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *São Paulo, 1845-1895: metamorfoses da riqueza: contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. São Paulo, 1981. 224 p. Tese (Doutorado em História Econômica – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo).

_____. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

- MENDONÇA, Lúcio de. *Esboços e perfis; Horas do bom tempo: memórias e fantasias*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- MEYER, Marlyse (Org.) *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- MILLIET, Sérgio. Introdução. In: MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: E. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- MOISES, Leyla Perrone (Org.). *Do Positivismo à Desconstrução: Ideias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MOLLIER, Jean-Yves; SOREL, Patricia. L'histoire de l'édition, du livre et de la lecture en France aux XIXe et XXe siècles [Approche bibliographique]. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris: Ed. du Seuil, vol. 126-127, n. 1, pp. 39-59, mar. 1999.
- MOLLIER, Jean-Yves. *O dinheiro e as Letras*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- MONOK, István. As Bibliotecas Privadas e a Leitura na Época Moderna: uma visão geral dos rumos da pesquisa na Europa. *LIVRO – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. São Paulo, n. 2, p. 259-271, ago-2012.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: SCCT, 1979.
- MORNET, Daniel. Les enseignements des bibliothèques privées 1750-1780. *Revue d'Histoire littéraire de la France*, Paris, Librairie Armand Colin, n°. 3, 17° année, p. 449-496, jul-sep. 1910.
- _____. *Les origines intellectuelles de la Révolution française (1715-1787)*. Paris, Armand Colin, 1947.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: Pontos de Partida para uma Revisão Histórica*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Fazendas de café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam, 1817-1915*. São Paulo: CONDEPHAAT, 2014.
- NINO, Carlos Santiago. *Introdução à análise do Direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- NOGUEIRA, Jose Luis de Almeida. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, Estudantes, Estudantões, Estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, (9 volumes).

_____. *Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências* [por] Almeida Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1977, (5 volumes).

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras. 1824*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, 1870-1900*. 2003. 382 fl. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PERAMEZZA, Vilma. *O pensamento de João Teodoro Xavier*. São Paulo, 1982. 232 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Cinco séculos de presença francesa no Brasil: invasões, missões, irrupções*. São Paulo: Edusp, 2013.

PISCIOTTA, Renato Matsui. *Sociedade, ideias e compêndios: Direito Natural no Largo de São Francisco (1827-1889)*. São Paulo, 2017. 303 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. *Direito Natural e juristas da Academia de Direito de São Paulo (1827-1850)*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 22, 2014, Santos. Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. São Paulo: ANPUH-São Paulo, 2014.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

QUÉNIART, Jean. *Culture et société urbaines dans la France de l'Ouest au XVIIIe siècle*. Lille: Service de reproduction des thèses de l'Université, 1977.

RAMA, Angel. *A cidade e as letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. *Literatura, Cultura e Sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1976.

ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris*. São Paulo: EDUSP, 2004.

RYBACK, Timothy W. *A biblioteca esquecida de Hitler, os livros que moldaram a vida do Führer*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Paleografia, documentação e metodologia histórica*. São Paulo: Humanitas, 2010.

SÃO PAULO (Prefeitura). *IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1954.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Robert. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros – A formação da Esquerda no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1981.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. Imigração e Epidemias no Estado de São Paulo. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos: III (2), 265-283, jul.-out., 1996.

VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários post mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. *História (São Paulo)*, v.32. n.2, p.139-162, jul./dez. 2013.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977.

VASCONCELOS, Sandra Gardini Teixeira. Romans et commerce de librairie à Rio de Janeiro au XIXe siècle. *Histoire et civilisation du livre - Revue Internationale*, v. 8, p. 227-248, 2012.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, s/d.

VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. *Franceses no Brasil: séculos XIX e XX*. São Paulo: Unesp, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. 1999. 544 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

VIOTTI, Dario Abranches. O Conselheiro José Maria de Avellar Brotero. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 69, n. 2, 1974.

VITA, Dante Alighieri. *João Theodoro e o seu tempo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1956.

VOVELLE, Michel. Les intermédiaires culturels: une problématique. In: Colloque du Centre méridional d'histoire sociale, des mentalités et des cultures, 3, 1978, Aix-en-Provence, Bouches-du-Rhône. Les Intermédiaires culturels: actes du Colloque du Centre méridional d'histoire sociale, des mentalités et des cultures. Aix-en-Provence: Publications Université de Provence; Paris: Diffusion H. Champion, 1981, p. 7-20.